

Domínios de Lingu@gem

Revista do Instituto de Letras e Linguística
Universidade Federal de Uberlândia

Análise do Discurso Crenças Discurso
Ensino Frase Funcionalismo
Gramática Literatura Lexicografia
Lexicologia Linguística
Linguística Aplicada
Linguística Corpus Léxico
Língua Inglesa Língua Portuguesa Semântica
Sociolinguística Terminologia Tradução

Estudos da Tradução: Tradição e Inovação

Organização: Daniel P. P. da Costa, Silvana M. de Jesus

EDUFU

V. 11, n. 5
Dezembro 2017
ISSN: 1980-5799



Domínios de Lingu@gem

**Estudos da Tradução: Tradição e
Inovação**

Organização:

Daniel P. P. da Costa (UFU),
Silvana Maria de Jesus (UFU)

4º Trimestre 2017

Volume 11, número 5 - especial

ISSN: 1980-5799

Expediente

Universidade Federal de Uberlândia

Reitor

Prof. Valder Steffen Jr.

Vice-Reitor

Prof. Orlando Cesar Mantese

Diretor da EDUFU

Prof. Guilherme Fromm

Diretor do Instituto de Letras e Linguística

Prof. Ariel Novodvorski

EDUFU – Editora e Livraria da Universidade Federal de Uberlândia
Av. João Naves de Ávila, 2121 - Bloco 1S - Térreo - Campus Santa Mônica - CEP: 38.408-
144 - Uberlândia - MG
Telefax: (34) 3239-4293
E-mail: vendas@edufu.ufu.br | www.edufu.ufu.br

Editoração: Guilherme Fromm

Diagramação: Guilherme Fromm, Daniel P. P. da Costa, Silvana Maria de Jesus

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

Domínios de Lingu@gem, v. 11, n. 5, 2017, Uberlândia, Universidade Federal
de Uberlândia, Instituto de Letras e Linguística, 2007-

Trimestral.

Modo de acesso:

<http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem>.

Editoração: Guilherme Fromm.

Organização: Daniel P. P. da Costa, Silvana Maria de Jesus.

ISSN: 1980-5799

1. Linguística - Periódicos. 2. Linguística aplicada - Periódicos.
I. Universidade Federal de Uberlândia. Instituto de Letras e Linguística.

CDU: 801(05)

*Todos os artigos desta revista são de inteira responsabilidade de seus autores, não cabendo qualquer
responsabilidade legal sobre seu conteúdo à Revista, ao Instituto de Letras e Linguística ou à Edufu.*

Diretor

Guilherme Fromm (UFU)

Conselho Editorial

Adriana Cristina Cristianini (UFU)

Alessandra Montera Rotta (UFU)

Eliana Dias (UFU)

Karla Fernandes Cipreste (UFU)

Marileide Dias Esqueda (UFU)

Simone Tiemi Hashiguti (UFU)

Comissão Científica

Adriana Cristina Cristianini (UFU), Aldo Luiz Bizzocchi (FMU), Alice Cunha de Freitas (UFU), Andréia Guerini (UFSC), Ataliba T. de Castilho (USP/UNICAMP), Brett Hyde (Washington University in St. Louis – Estados Unidos), Carla Nunes Vieira Tavares (UFU), Carmem Lúcia Hernandes Agustini (UFU), Cecília Magalhães Mollica (UFRJ), Cintia Vianna (UFU), Cirineu Cecote Stein (UFPB), Cláudia Zavaglia (UNESP/SJ Rio Preto), Cláudio Márcio do Carmo (UFOP), Cleci Regina Bevilacqua (UFRGS), Clecio dos Santos Bunzen (UNIFESP), Cristiane Brito (UFU), Deise Prina Dutra (UFMG), Dilys Karen Rees (UFG), Eduardo Batista da Silva (UEG), Elisa Battisti (UFRGS), Elisete Carvalho Mesquita (UFU), Ernesto Sérgio Bertoldo (UFU), Fabiana Vanessa Gonzalis (UFU), Fernanda Costa Ribas (UFU), Filomena Capucho (Universidade Católica Portuguesa – CECC - Portugal), Francine de Assis Silveira (UFU), Francis Henrik Aubert (USP), Gabriel Antunes Araujo (USP), Gabriel de Avila Othero (UFRGS), Giacomo Figueredo (UFOP), Hardarik Bluehdorn (Institut für Deutsche Sprache Mannheim – Alemanha), Heliana Mello (UFMG), Heloisa Mara Mendes (UFU), Igor Antônio Lourenço da Silva (UFU), Irenilde Pereira dos Santos (USP), Jacqueline de Fatima dos Santos Morais (UERJ), Janice Helena Chaves Marinho (UFMG), João Bôscio Cabral dos Santos (UFU), Jose Luiz Fiorin (USP), José Ribamar Lopes Batista Júnior (CAF/UFPI), José Sueli de Magalhães (UFU), Karylleila Santos Andrade (UFT), Krzysztof Migdalski (University of Wrocław – Polônia), Leandro Silveira de Araujo (UFU), Luiz Carlos Travaglia (UFU), Liliane Santos (Université Charles-de-Gaulle - Lille 3 – França), Manoel Mourivaldo Santiago-Almeida (USP), Marcelo Módolo (USP), Márcia Mendonça (UNICAMP), Maria Angélica Furtado da Cunha (UFRN), Maria Aparecida Resende Ottoni (UFU), Maria Cecília de Lima (UFU), Maria Célia Lima-Hernandes (USP), Maria de Fátima Fonseca Guilherme (UFU), Maria do Perpétuo Socorro Cardoso da Silva (UEPA), Maria Helena de Paula (UFG), Maria José Bocorny Finatto (UFRGS), Maria Luisa Ortiz Alvarez (UnB), Maria Luiza Braga (UFRJ), Maria Suzana Moreira do Carmo (UFU), Marlúcia Maria Alves (UFU), Maurício Viana Araújo (UFU), Michael J. Ferreira (Georgetown University – Estados Unidos), Montserrat Souto (Universidade Santiago de Compostela – Espanha), Nilza Barrozo Dias (UFF), Patricia de Jesus Carvalhinhos (USP), Paulo Osório (Universidade da Beira Interior – Portugal), Paulo Rogério Stella (UFAL), Pedro Malard Monteiro (UFU), Pedro Perini-Santos (PUC-Minas), Raquel Meister Ko. Freitag (UFS), Roberta Rego Rodrigues (CLC/UFPEL), Rolf Kemmler (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro – Portugal), Sebastião Carlos Leite Gonçalves (UNESP/S.J. Rio Preto), Silvana Maria de Jesus, (UFU), Silvia Melo-Pfeifer (Universidade de Hamburgo – Alemanha), Simone Floripi (UFU), Simone Tiemi Hashiguti (UFU), Sinara de Oliveira Branco (UFCG), Sostenes Cezar de Lima (UFG), Stella Esther Ortweiler Tagnin (USP), Teresa Maria Wlosowicz (University of Social Sciences - Polônia), Tommaso Raso (UFMG), Ubirajara Inácio Araújo (UFPR), Valeska Virgínia Soares Souza (IFTM), Vanessa Hagemeyer Burgo (UFMS), Vânia Cristina Casseb Galvão (UFG), Vera Lucia Menezes de Oliveira e Paiva (UFMG), Walcir Cardoso (Concordia University – Canadá), Waldenor Barros Moraes Filho (UFU), Zelina Márcia Pereira Beato (UESC).

Participaram dessa edição como pareceristas *ad hoc*

Adail Sobral (UCPEL)
Adriana Santos Corrêa (UnB)
Andréia Guerini (UFSC)
Beatriz Fernandes Caldas (UERJ)
Cássia Escoza (UNESP)
Christiano Sanches do Valle Silva (PUC/Rio)
Cristiane Krause Kilian (UNISINOS)
Cristina Carneiro Rodrigues (UNESP/Rio Preto)
Daniel Alves (UFPB)
Dayse Garcia Miranda (UFOP)
Erica Lima (UNICAMP)
Erika Nogueira de Andrade Stupiello (UNESP/Rio Preto)
José Carlos Oliveira (UFU)
Leonardo Francisco Soares (UFU)
Luiz Claudio da Costa Carvalho (INES)
Maria Luceli Faria Batistote (UFMT)
Patrícia Chittoni Ramos Reuillard (UFRGS)
Roberto Carlos Assis (UFPB)
Roseli Barros Cunha (UFC)
Sandra Mara Stroparo (UFPR)
Silvana Aguiar dos Santos (UFSC)
Soraya Ferreira Alves (UnB)
Tania Liparini (UFPB)
Valdecy Oliveira Pontes (UFC)
Vanessa Regina de Oliveira Martins (UFSCar)

Sumário

Expediente.....	1407
Sumário	1410
Apresentação	1412
Os múltiplos domínios da Tradução - Daniel Padilha Pacheco da Costa (UFU), Silvana Maria de Jesus (UFU)	1412
Artigos.....	1424
Traditions and innovation in Interpreting Studies: a personal analysis for 2016 - Daniel Gile (Université Paris 3 (Sorbonne Nouvelle)).....	1424
A tradução e o tradutor no Brasil: lições de visibilidade - Cristina Carneiro Rodrigues (UNESP).....	1440
Os Estudos da Tradução no Brasil: a ABRAPT e o Encontro Nacional de Tradutores - Ana Julita Oliveira da Silva (UFPB), Marileide Dias Esqueda (UFU), Tania Liparini Campos (UFPB)	1454
História Visual da Tradução: a iconografia do século XIX no Brasil - Dennys Silva-Reis (UnB)	1475
Guirlandas, antologias, florilégios: o direito autoral como princípio organizador de antologias de prosa brasileira em inglês - Lenita Maria Rimoli Esteves (USP)	1505
Traduzir o <i>Finnegans Wake</i> , paradoxos e liberdades – Caetano Waldrigues Galindo (UFPR)	1517
Traduzir os <i>Charmes</i> , de Paul Valéry - Álvaro Silveira Faleiros (USP), Roberto Zular (USP) 1536	
Mallarmé: tradutor e poeta, poeta e tradutor - Sandra Mara Stroparo (UFPR).....	1556
A “dança das línguas”: tradução e autoficção em contextos migratórios - Rosvitha Friesen Blume (UFSC).....	1567
Tradução cultural e a obra de José María Arguedas - Roseli Barros Cunha (UFMG)	1583
A função interpessoal e o posicionamento dialógico de tradutores em traduções de <i>picture books</i> - Célia M. Magalhães (UFMG), Andrea A. Leitão (UFMG), Daniela S. A. Fernandes (UFMG).....	1604
A equivalência tradutória de argentinismos: um estudo contrastivo léxico-fraseológico em <i>corpus</i> jornalístico de matérias políticas - Ariel Novodvorski (UFU).....	1628
Tradução e mercado: uma análise discursiva - Giovana Cordeiro Campos de Mello (UFF)	1649
Tradução Oral à Prima Vista na formação do intérprete: considerações pedagógicas - Glória Regina Loreto Sampaio (PUC/SP).....	1674
Tradução juramentada, segurança jurídica e formação do tradutor público - Márcia Atalla Pietroluongo (UFRJ), Teresa Dias Carneiro (UFRJ)	1685

Tradução e Terminologia: relações necessárias e a formação do tradutor - Cleci Regina Bevilacqua (UFRGS), Cristiane Krause Kilian (PUC/RS)	1707
Competência Tradutória: o desenvolvimento da subcompetência sobre conhecimentos em tradução - Tânia Liparini Campos (UFPB), Luciane Leipnitz (UFPB)	1727
A expertise por interação como condicionante da competência do tradutor de textos técnicos e científicos - Igor A. Lourenço da Silva (UFU), Francine de Assis Silveira (UFU)	1746
Tecnologias e formação de tradutores - Érika Nogueira de Andrade Stupiello (UNESP), Marileide Dias Esqueda (UFU).....	1764
Tradução Automática: estratégias e limitações - Helena de Medeiros Caseli (UFSCar).	1782
A influência da segmentação linguística na recepção de legendas para surdos e ensurdecidos (LSE) em documentários televisivos - Patrícia Araújo Vieira (UFC), Vera Lúcia Santiago Araújo (UECE).....	1797
A audiodescrição na Extensão Universitária: formação e prática cidadã - Soraya Ferreira Alves (UnB), Helena Santiago Vigata (UnB)	1825
Tradução, criação e poesia: descortinando desafios do processo tradutório da Língua Portuguesa (LP) para a Língua Brasileira de Sinais (Libras) - Vinícius Nascimento (UFSCar), Vanessa Regina de Oliveira Martins (UFSCar), Rimar Ramalho Segala (UFSCar).....	1850

Os múltiplos domínios da Tradução

1. O campo dos *Translation Studies*

Dentre as intensas transformações sociais, econômicas e políticas ocorridas em vários países na década de 1970, deve ser incluído o surgimento de uma nova disciplina do conhecimento, chamada, em inglês, de *Translation Studies* (TS). Embora tenha sido intensamente praticada desde que há trocas linguísticas e, em sentido mais amplo, trocas culturais entre diferentes comunidades, a tradução só se tornou o objeto privilegiado de um campo de estudos específico dotado de certa autonomia há aproximadamente meio século.¹

Nos países de língua inglesa, a conferência de James Holmes – *The Name and Nature of Translated Studies* (1980), apresentada no III Congresso de Linguística Aplicada, ocorrido em 1972, em Copenhagen (Dinamarca) – é considerada atualmente como a responsável pelo “batismo” da nova disciplina. Seguindo os passos de Holmes, André Lefevere circunscreveu, no apêndice à coletânea de artigos do colóquio *Literature and Translation*, ocorrido em 1976, em Lovaina (Bélgica), o escopo dessa emergente disciplina aos “problemas levantados pela produção e pela descrição de traduções” (LEFEVERE, 1978, p. 14, tradução nossa).²

Grosso modo, o surgimento dos TS como disciplina autônoma é o resultado de um amplo processo que eclode em diferentes países, durante a década de 1970, como demonstrou Edwin Gentzler (2014). Esse processo se dá mais ou menos ao mesmo tempo em países cujas perspectivas teórico-metodológicas são completamente diferentes entre si. Por exemplo, nos Estados Unidos, os TS são indissociáveis dos outros eixos transdisciplinares surgidos no mesmo período, como os *Gender Studies*, os *Post-colonial Studies* e os *Cultural Studies*; na França, a teoria e a prática tradutória são consideradas como irredutivelmente históricas por autores como Henri Meschonnic (1972) e Antoine Berman (2002); na Alemanha, a disciplina, chamada de Ciência da Tradução (*Übersetzungswissenschaft/Translationswissenschaft*), está fortemente

¹ Essa periodização não é consensual, mas objeto de intensos debates, sobretudo quando consideramos a periodização estabelecida no interior de cada país.

² “The problems raised by the production and description of translations.”

ligada às diferentes escolas linguísticas; na Bélgica e na Holanda, os TS emergem da Literatura Comparada e da História da Literatura; na Europa do Leste, as contribuições para a disciplina vão do Formalismo Russo ao Estruturalismo Funcional tcheco; e, em Israel, Itamar Even-Zohar e Gideon Toury desenvolvem a teoria dos polissistemas.

Depois de terem recebido um nome e um programa teórico, os TS se desenvolvem com tamanha rapidez que, no prefácio a *Translation/History/Culture*, Susan Bassnett e André Lefevere (1992, p. ix, tradução nossa) afirmam: “O crescimento dos Estudos da Tradução como disciplina autônoma é uma história de sucesso dos anos 1980. A matéria se desenvolveu em vários países do mundo e está claramente destinada a continuar a se desenvolver intensamente no século XXI”.³ Essa predição não foi frustrada, pois, depois de passarem por uma década de forte expansão, os TS se consolidaram na década de 1990, como afirma Snell-Hornby (2006). Não pretendemos apontar todos os fatores que possibilitaram a essa disciplina se tornar, em apenas duas décadas, um campo do conhecimento plenamente estabelecido do ponto de vista institucional, acadêmico e editorial, mas gostaríamos de salientar um fator que parece ter sido determinante para isso.

Durante as décadas de 1980 e de 1990, pudemos observar uma ampla revolução tecnológica acompanhada de profundo impacto cultural, com a popularização dos computadores pessoais e do acesso à internet e multiplicação de meios de comunicação. Entre outros efeitos, essa revolução destituiu completamente a escrita do lugar que, durante milênios, ocupara como suporte privilegiado de transmissão do conhecimento. Nesse contexto, surgiram novas modalidades de tradução, como a localização, a tradução de *games*, a tradução de textos multimodais ligados aos novos suportes digitais e à internet, as formas de tradução relacionadas à acessibilidade, entre outras. Tão logo surgiram, essas novas modalidades tradutórias foram imediatamente absorvidas pela igualmente nova disciplina dos TS.

Além disso, diversas modalidades tradutórias já existentes se desenvolveram intensamente no interior desse processo, como, por exemplo, a tradução audiovisual e a interpretação, que passou a incluir a interpretação comunitária, jurídica, médica e religiosa. Por outro lado, os TS não deixaram de incorporar ao seu campo de investigação todas aquelas modalidades de tradução anteriormente existentes, em particular, os diversos gêneros de tradução de textos escritos que, pertencentes aos mais diversos contextos culturais e períodos

³ “The growth of Translation Studies as a separate discipline is a success story of the 1980s. The subject has developed in many parts of the world and is clearly destined to continue developing well into the 21st century.”

históricos de produção, transmissão e recepção, podem ser classificados como literários, religiosos, filosóficos ou científicos, por exemplo. Com efeito, a tradução de textos escritos ocupara um lugar central na cultura ocidental desde, pelo menos, o século III a.C., quando o *Velho Testamento* hebraico foi traduzido para o grego pelos setenta sábios, dando origem à tradução das Sagradas Escrituras conhecida como *Septuaginta*.

O surgimento e consolidação dos TS como disciplina autônoma permitiu incluir, portanto, desde o início, múltiplos domínios de investigação. A nova disciplina absorveu, por um lado, todas as novas modalidades de tradução surgidas a partir da revolução tecnológica iniciada nas últimas décadas do segundo milênio e, por outro, todas as antigas modalidades ligadas a culturas em que a escrita ocupara uma posição central como suporte privilegiado de transmissão do conhecimento. Essa multiplicidade constitutiva fez com que, antes mesmo de conseguir criar uma identidade própria, a disciplina incorporasse um grande número de objetos, métodos e abordagens. Isso explica, em grande medida, a insatisfação, apontada por Snell-Hornby (2006), de pesquisadores como André Lefevere e Hans Josef Vermeer que, em textos publicados durante a década de 1990, manifestaram inquietação pela dificuldade dos pesquisadores para se manterem atualizados sobre tudo o que era publicado na área.

Nesse contexto, Lefevere considera que os TS deveriam apresentar um discurso mais unificado, que permitisse centralizar o que os pesquisadores consideram mais relevante. Essa inquietação parece ser reveladora, precisamente, da multiplicidade constitutiva da área, a qual, aliás, só aumenta com o tempo, à medida em que novas modalidades tradutórias surgem, em decorrência do aprofundamento daquela revolução tecnológica, e as modalidades já existentes recebem novos enfoques. Por todos esses motivos, preferimos abandonar a noção de disciplina para definir os TS, visto que não nos parecem partilhar nem da unidade epistemológica nem dos pressupostos ontológicos das disciplinas científicas consolidadas no século XIX. Concordamos, nesse ponto, com Gentzler (2014), que descreve a evolução dessa área como um movimento que vai da pré-disciplina à disciplina, passando à interdisciplina para chegar, atualmente, a um estágio de pós-disciplina.

Embora ainda não disponhamos de uma expressão mais precisa para designá-los, os TS poderiam ser considerados como um campo transdisciplinar de estudos que, agrupados em torno da polissêmica palavra tradução, é capaz de abarcar as mais diferentes práticas semióticas das sociedades atuais. Por isso, partilhamos do diagnóstico dos pesquisadores da área que denominam o período atual como a “Era da tradução” (BERMAN, 2008; CRONIN, 2013).

Assim entendida, a Tradução seria menos uma disciplina do conhecimento do que um paradigma necessário à compreensão das diferentes modalidades (antigas e recentes) de produção e reprodução cultural atualmente existentes.

2. Os Estudos da Tradução no Brasil

As mesmas transformações sociais, econômicas e políticas que permitiram a emergência dos TS como campo de estudos autônomo durante a década de 1970 não tardaram a serem observadas nos, assim chamados, “países periféricos”. O embrião dos TS encontrou um terreno particularmente fértil nesses países que, em constante interação com a metrópole desde os primeiros contatos coloniais, entretiveram, com os seus colonizadores, uma longa história de intercâmbios linguísticos, culturais e identitários. Tendo em vista o papel central desempenhado pela tradução em sua história e cultura desde o período colonial, as pesquisas desenvolvidas sobre (e por) países como a Índia, a China, o Brasil, a Turquia, por exemplo, oferecem uma contribuição significativa para a compreensão das complexas relações de poder necessariamente envolvidas em todo fenômeno tradutório.

No Brasil, em particular, o nome dado ao novo campo de estudos é, ele mesmo, uma tradução do nome em inglês para o português: Estudos da Tradução. Esse campo possui uma história tão recente quanto profícua, quando consideramos o enorme percurso que trilhou em apenas duas gerações.

Os primeiros indícios desse campo de estudos no Brasil também remontam à década de 1970. A Associação Brasileira de Tradutores e Intérpretes (ABRATES) foi fundada em 1970 por aquele que, atualmente, é considerado um dos patronos dos Estudos da Tradução no Brasil. Além de tradutor incansável de (e para) várias línguas, como o húngaro, o francês, o português e o latim, Paulo Rónai é o autor de um dos livros pioneiros para a área no Brasil: *Escola de Tradutores* (1952).

O percurso dos Estudos da Tradução no Brasil também pode ser avaliado com base na emergência de cursos universitários de graduação e pós-graduação, nas publicações científicas sobre tradução e na história dos Encontros Nacionais de Tradutores. Na virada da década de 1970, foi criado o Curso de Tradução da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e, em 1973, o Curso de Tradutor-Intérprete do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Nos últimos anos, foram criadas as graduações específicas em Tradução na Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e na Universidade

Federal da Paraíba (UFPB) e as diversas habilitações em Tradução de Cursos de Letras (GUERINI et al, 2013). Também devemos mencionar a criação, a partir do novo milênio, de programas de pós-graduação em Tradução, como os oferecidos pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), pela Universidade Nacional de Brasília (UnB) e pela Universidade de São Paulo (USP).

Desde o surgimento dos Estudos da Tradução como campo de estudos autônomo no Brasil, as suas áreas (subáreas ou eixos temáticos) não deixaram de se desenvolver. Isso pode ser observado nas diversas revistas especializadas que foram criadas sobre o tema, como, por exemplo, a *Tradução & Comunicação* (1981), a *TradTerm* (1994), os *Cadernos de Tradução* (1996), os *Cadernos de Literatura em Tradução* (1997) e a *Tradução em Revista* (2004)⁴.

O primeiro Encontro Nacional de Tradutores (ENTRAD) foi realizado em 1975, em uma parceria entre a ABRATES e o Curso de Tradução da PUC-Rio. A partir da sétima edição, realizada em 1988, na USP, o ENTRAD também passou a ser um encontro internacional.⁵ A criação do grupo temático Estudos da Tradução no âmbito da ANPOLL levou à criação, em 1992, da Associação Brasileira de Pesquisadores em Tradução (ABRAPT), que assumiria a organização do ENTRAD. Em 2016, foi realizado, na UFU, o XII Encontro Nacional de Tradutores e VI Encontro Internacional de Tradutores.

Edição comemorativa dos 25 anos da criação da ABRAPT e dos 42 anos da primeira edição do ENTRAD no Brasil, este número retoma o tema do último ENTRAD – Tradição e Inovação. Ele inclui artigos dedicados não apenas à análise das diferentes práticas, modalidades e gêneros tradutórios existentes no Brasil e no exterior, como também à reflexão sobre suas diferentes tendências contemporâneas, com vistas a fomentar desenvolvimentos futuros para a área. O primeiro artigo deste número aborda a interpretação, e os 22 artigos subsequentes tratam, respectivamente, da historiografia da tradução, da tradução literária, de estudos linguísticos e discursivos sobre tradução, da formação de tradutores, da tradução automática e das modalidades de tradução ligadas à acessibilidade.

3. Apresentação dos artigos

No primeiro artigo que integra este número, Daniel Gile examina os desdobramentos da interpretação, em geral, e da interpretação de conferências, em particular, nas duas últimas

⁴ Atualmente, essas publicações são gratuitas e estão disponíveis *online* em seus respectivos *sites*.

⁵ Para uma reconstituição da história do ENTRAD, ver, neste volume, o artigo de SILVA; ESQUEDA; CAMPOS.

décadas. **Traditions and innovation in Interpreting Studies – A personal analysis for 2016** examina as linhas de continuidade e de ruptura no mundo da interpretação, apontando diversos fatores responsáveis por sua evolução nas últimas duas décadas como, por exemplo, as mudanças geopolíticas e o desenvolvimento das tecnologias digitais.

Os três artigos seguintes abordam a historiografia da tradução de perspectivas variadas, contribuindo para um mapeamento dos Estudos da Tradução no Brasil.

Em **A tradução e o tradutor no Brasil: lições de visibilidade**, Cristina Carneiro Rodrigues seleciona os acontecimentos mais significativos tanto para a área dos Estudos da Tradução quanto para a profissão do tradutor no país. Partindo da década de 1930, quando o assim chamado *boom* editorial brasileiro permitiu alavancar a profissão, a autora destaca a consolidação da pesquisa em Tradução no início do novo milênio, quando foram criados os primeiros cursos de pós-graduação da área.

Igualmente focado na história dos Estudos da Tradução no Brasil, o artigo **Os Estudos da Tradução no Brasil: a ABRAPT e o Encontro Nacional de Tradutores**, de Ana Julita Oliveira da Silva, Marileide Dias Esqueda e Tânia Liparini Campos, reconstitui a história das doze edições do Encontro Nacional e Internacional de Tradutores (ENTRAD) de 1975 até 2016. Com base em um levantamento bibliográfico e documental e em informações obtidas por meio de entrevistas com alguns de seus mais atuantes atores, as autoras evidenciam a importância do ENTRAD para o desenvolvimento dos Estudos da Tradução no Brasil.

Em **História visual da Tradução: a iconografia do século XIX no Brasil**, Dennys Silva-Reis aborda a iconografia que oferece vestígios sobre a prática tradutória no Brasil oitocentista. De uma perspectiva historiográfica centrada não na linguagem (oral ou escrita), mas no que denomina como história visual da tradução – aquela presente em imagens ou artefatos visuais os mais variados –, ele analisa os discursos sobre tradução veiculados em litografias de Johann Moritz Rugendas e em telas a óleo de Benedito Calixto.

Seção particularmente variada deste número é dedicada às diferentes relações entre literatura e tradução no Brasil, na América Latina, na Europa e nos EUA. Escritos por pesquisadores e tradutores, os seis artigos dessa seção abordam a tradução literária em diferentes línguas, como o inglês, o francês, o turco, o japonês e o espanhol. São contemplados autores estrangeiros pertencentes a múltiplas tradições literárias, como James Joyce, Paul Valéry, Stéphane Mallarmé, Emine Sevgi Özdamar, Yoko Tawada e José María Arguedas.

A versão de prosa brasileira em língua inglesa é contemplada pelo artigo **Guirlandas, antologias, florilégios: o direito autoral como princípio organizador de antologias de prosa brasileira em inglês**, de Lenita Maria Rimoli Esteves que, com base em um estudo sobre o direito autoral de tradutores, procura elucidar o princípio organizador de antologias de traduções em inglês de prosa brasileira. Nas treze antologias publicadas durante quase um século – desde a primeira, realizada por Goldberg em 1921, até a *Machado de Assis Magazine* em 2012 –, as diferentes concepções de direito de autor e tradutor revelam o reconhecimento recente do papel deste como antologista.

O artigo **Traduzir o *Finnegans Wake*, paradoxos e liberdades**, de Caetano Waldrigues Galindo, parte da sua atual experiência como o tradutor de *Finnegans Wake*, de James Joyce. Ao mesmo tempo em que tece uma reflexão sobre a indissociabilidade entre poesia e prosa na derradeira obra-prima do escritor irlandês, procura elucidar as consequências da natureza radical desse projeto literário para sua própria prática tradutória.

O fio condutor do artigo **Traduzir os *Charmes*, de Paul Valéry**, de Álvaro Faleiros e Roberto Zular, são as diferentes possibilidades de tradução do título do principal livro de poemas do autor francês – *Charmes* (1922) –, que ainda não dispõe de tradução integral no Brasil. Os diferentes sentidos de que a palavra-título se reveste ao longo do livro permitem apresentar traduções próprias de alguns dos principais poemas dessa obra fundamental de Paul Valéry. Sem deixar de dialogar com traduções alheias, essas traduções são desdobramentos a partir da própria (in)traduzibilidade da palavra poética.

Outro artigo dedicado à poesia francesa é **Mallarmé: tradutor e poeta, poeta e tradutor**, de Sandra Mara Stroparo, que parte das três traduções sucessivamente realizadas pelo poeta francês do célebre poema de Edgar Allan Poe, *The Raven* (1845), para refletir sobre o programa poético delimitado pelo jovem Mallarmé. Essas traduções revelam a influência não apenas do escritor americano, mas, sobretudo, do poeta francês Charles Baudelaire, cuja tradução do mesmo poema é significativa para a compreensão do horizonte inaugural do programa poético de Mallarmé.

Em **A “dança das línguas”: tradução e autoficção em contextos migratórios**, Rosvitha Friesen Blume aborda um dos temas centrais na literatura contemporânea – a migração –, cujos múltiplos deslocamentos geolinguísticos e culturais partilham da mesma natureza da tradução, entendida em sentido amplo. As narrativas autoficcionais da escritora turca Emine Sevgi Özdamar e da escritora japonesa Yoko Tawada, ambas radicadas na Alemanha,

são interpretadas a partir do esforço ético-político das autoras-tradutoras em estabelecer mediações entre línguas, culturas e identidades completamente díspares entre si.

O artigo **Tradução cultural e a obra de José María Arguedas**, de Roseli Barros Cunha, explora o conceito de tradução cultural para compreender as complexas relações entre oralidade e escrita estabelecidas em narrativas peruanas desde o início da colonização europeia. A releitura por José María Arguedas, em seu romance *Los ríos profundos*, do episódio de Cajamarca (1532), narrado pelo cronista indígena Guamán Poma de Ayala, permite compreender o diálogo entre espanhóis, indígenas e mestiços na América espanhola.

Três artigos deste número situam-se na interface entre os Estudos da Tradução e os estudos linguísticos e discursivos.

O artigo **A função interpessoal e o posicionamento dialógico de tradutores em traduções de *picture books***, de Célia Magalhães, Andrea A. Leitão e Daniela S. A. Fernandes, realiza um estudo sobre o posicionamento dialógico dos tradutores, a partir da investigação dos recursos de avaliatividade e de apresentação da fala de personagens no gênero *textual picture books*, com foco no conceito de “desvios” (*shifts*) de tradução. A análise textual e contrastiva realizada pelas autoras exemplifica shifts na apresentação do discurso, na avaliatividade, na polaridade, na realização e no engajamento de estruturas narrativas que impactam na retextualização do texto traduzido.

No artigo **A equivalência tradutória de argentinismos: um estudo contrastivo léxico-fraseológico em *corpus* jornalístico de matérias políticas**, Ariel Novodvorski apresenta uma pesquisa com foco na Fraseologia Contrastiva, no par linguístico português-espanhol. Ampliando os estudos lexicológicos com base na Linguística de Corpus, o autor usa *corpora* paralelos e comparáveis de textos jornalísticos para investigar unidades léxico-fraseológicas com marcas de argentinismos em discursos políticos.

O artigo **Tradução e mercado: uma análise discursiva**, de Giovana Cordeiro Campos de Mello, utiliza a Análise do Discurso francesa, mais especificamente, pressupostos teóricos de Michel Pêcheux, para analisar o discurso de empresas de tradução no espaço mercadológico *online*, abordando os significados que subjazem à visão da tradução como mercadoria e ocupação profissional. A autora analisa discursos sobre a tradução especializada e sobre questões mercadológicas da profissão. Sua análise aponta para a existência, nos *sites* das empresas, de um discurso empresarial e tecnológico que reforça o conceito tradicional de tradução.

A Formação de Tradutores, contemplada em sete artigos, tem recebido cada vez mais a atenção dos pesquisadores, tendo em vista, inclusive, a necessidade de pesquisas que possam sustentar e desenvolver os vários âmbitos em que se dá, atualmente, o ensino de Tradução no Brasil.

Em **Tradução Oral à Prima Vista na formação do intérprete: considerações pedagógicas**, Glória Regina Loreto Sampaio trata da formação do intérprete, discutindo questões pedagógicas que impactam no desempenho profissional dos intérpretes, a partir do estudo da Tradução Oral à Prima Vista (TrPV), uma modalidade híbrida e simultânea pouco investigada nos Estudos da Tradução no Brasil. A TrPV pode funcionar como um exercício importante na prática de outras modalidades de interpretação e merece, portanto, a atenção de pesquisadores e profissionais da área. A autora propõe uma metodologia em três etapas para o desenvolvimento e a consolidação da competência em TrPV.

O artigo **Tradução juramentada, segurança jurídica e formação do tradutor público**, de Márcia Atalla Pietroluongo e Teresa Dias Carneiro, discute as leis governamentais que regem a profissão do tradutor juramentado ou tradutor público e intérprete comercial (TPIC), sob uma perspectiva histórica e formativa. As autoras discutem o Projeto de Lei nº 4.625/2016, que tem implicações importantes para a profissão, e a questão da *fé pública* para a segurança nacional. Destacando a falta de um curso de pós-graduação específico de tradução jurídica/juramentada no Brasil, as autoras apresentam uma proposta de currículo para este tipo de curso, a partir do estudo de modelos europeus.

Em **Tradução e Terminologia: relações necessárias e a formação do tradutor**, Cleci Regina Bevilacqua e Cristiane Krause Kilian investigam as relações entre Tradução e Terminologia da perspectiva do desenvolvimento da competência tradutória. Partindo do fato de que o tradutor precisa saber encontrar soluções tradutórias para os problemas terminológicos, as autoras tratam da importância de conhecimentos práticos e teóricos nesse campo. A partir de uma revisão de conceitos como o de competência tradutória, elas abordam os problemas terminológicos mais comuns no processo tradutório, apresentando exemplos do par linguístico português-alemão.

No artigo **Competência tradutória: o desenvolvimento da subcompetência sobre conhecimentos em tradução**, Tânia Liparini Campos e Luciane Leipnitz também abordam a competência tradutória, mas de um viés processual. As autoras realizam um estudo longitudinal, destacando resultados referentes à subcompetência sobre conhecimentos em tradução. A

ferramenta de avaliação *Translation Quality Assessment Tool* e os critérios de avaliação do Grupo PACTE embasam a análise do progresso no desenvolvimento dessa subcompetência nos sujeitos da pesquisa. A pesquisa apresenta importantes contribuições sobre o desenvolvimento da competência tradutória no contexto da formação de tradutores.

No artigo **A expertise por interação como condicionante da competência do tradutor de textos técnicos e científicos**, Igor Antônio Lourenço da Silva e Francine de Assis Silveira destacam a importância da *expertise* por interação na formação de tradutores, no contexto da tradução para a língua inglesa de textos técnicos e científicos. Essa interação refere-se ao diálogo entre tradutor e especialista, considerado, pelos autores, como um recurso necessário para munir o tradutor de conhecimento especializado e discursivo sobre áreas determinadas.

Em **Tecnologias e formação de tradutores**, Érika Nogueira de Andrade Stupiello e Marileide Dias Esqueda discutem questões relacionadas às novas tecnologias da tradução, que constituem um elemento necessário na formação de tradutores. As autoras enfocam a integração de memórias de tradução a programas de tradução automática, não se restringindo ao aspecto técnico, mas debatendo a necessidade de uma análise das tecnologias, na medida em que consideram o tradutor como um negociador de sentidos.

Também relacionada às novas tecnologias, Helena de Medeiros Caseli, em **Tradução Automática: estratégias e limitações**, discute três estratégias da Tradução Automática (TA) como subárea de aplicação do Processamento Automático de Línguas Naturais (PLN), apresentando suas características e limitações. A autora explica, com base em exemplos, três tipos de tradução automática: a TA baseada em regras, a TA estatística baseada em frases e a TA neural.

Encerrando esta edição, três artigos são dedicados à interface entre Estudos da Tradução e acessibilidade, que pode ser considerada como uma das áreas mais recentes e promissoras de pesquisa sobre tradução.

Em **A influência da segmentação linguística na recepção de legendas para surdos e ensurdecidos (LSE) em documentários televisivos**, Patrícia Araújo Vieira e Vera Lúcia Santiago Araújo focam a segmentação linguística em legendas de velocidade lenta e rápida para compreender como essas legendas influenciam no processamento da leitura e no conforto da recepção de documentários televisivos por surdos e ensurdecidos.

A audiodescrição na extensão universitária: formação e prática cidadã, de Soraya Ferreira Alves e Helena Santiago Vigata, trata da audiodescrição, que constitui a tradução verbal de imagens (quadros, filmes, etc.) para deficientes visuais. No contexto da extensão universitária, as autoras relatam a experiência, realizada pelo Grupo de Pesquisa e Extensão Acesso Livre (UnB), de audiodescrição da exposição *Frida Kahlo* em 2016, em Brasília.

Por fim, o artigo **Tradução, criação e poesia: descortinando desafios do processo tradutório da Língua Portuguesa (LP) para a Língua Brasileira de Sinais (Libras)**, de Vinícius Nascimento, Vanessa Regina de Oliveira Martins e Rimar Ramalho Segala, procura compreender o processo tradutório de textos poéticos em português para Libras. Os autores baseiam-se na concepção de transcrição, de Haroldo de Campos, para analisar a tradução para Libras do poema *Deficiência*, de Alexandre Filordi de Carvalho.

Assim, os 23 artigos deste número da revista, escritos por 37 autores, contemplam a multiplicidade característica dos Estudos da Tradução como campo transdisciplinar de estudos. Agradecemos a todos que tornaram possível a publicação deste número, em especial, aos autores e ao diretor da revista *Domínios de Lingu@gem*, Guilherme Fromm. Certos de que os artigos aqui reunidos oferecem uma representação contemporânea dos múltiplos domínios da tradução, convidamos os leitores a explorá-los.

Daniel Padilha Pacheco da Costa^{*}
Silvana Maria de Jesus^{**}

Referências

BASSNETT, S.; LEFEVERE, A. General editor's preface. In: LEFEVERE, A. (Ed.) **Translation/History/Culture: a sourcebook**. London; New York: Routledge, 1992.

BERMAN, A. **L'âge de la traduction: "La tâche du traducteur"** de Walter Benjamin, un commentaire. Paris: PUV, 2008.

CRONIN, M. A era da tradução: tecnologia, tradução e diferença. In: ROSVITHA, F. B.; PETERLE, P. (Org.). **Tradução e relações de poder**. Tubarão: Copiart, 2013, p. 193-222.

GENTZLER, E. Translation Studies: Pre-Discipline, Discipline, Interdiscipline, and Post-Discipline. **International Journal of Society, Culture and Language**. Washington, v. 2, n. 2,

^{*} Professor do Curso de Tradução e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: dppcost@ufu.br.

^{**} Professora do Curso de Tradução e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: silvana.jesus@ufu.br.

p. 13-24, 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/silan/Downloads/Gentzler%202017%20TS.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2017.

GUERINI, A.; TORRES, M-H.; COSTA, W. C. (Org.). **Os Estudos da Tradução no Brasil nos séculos XX e XXI**. Tubarão: Copiart, 2013.

HOLMES, J. Name and nature of translation studies. In: _____. **Translated!** Papers on literary translation and translation studies. Amsterdam: Rodopi, 1988 [1972].

LEFEVERE, A. Translation: The focus of growth of literary knowledge. In: HOLMES, J.; LAMBERT, J.; VAN DEN BROECK, J. (Ed.). **Literature and translation**. Leuven: Acco, 1978, p. 7-28.

MESCHONNIC, H. Propositions pour une poétique de la traduction. **Langages**. Paris, n. 28, p. 49-54, 1972.

RÓNAI, P. **Escola de Tradutores**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1952. (Os Cadernos de Cultura).

SNELL-HORNBY, M. **The Turns of Translation Studies: New Paradigms or shifting viewpoints**. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1075/btl.66>. Acesso em: 23 nov. 2017.

Traditions and innovation in Interpreting Studies: a personal analysis for 2016¹

Tradição e inovação nos Estudos da Interpretação: uma análise pessoal para 2016

Daniel Gile*

RESUMO: In line with this issue's main theme, traditions and innovation, the present review of Interpreting Studies (IS) focuses on what can be considered traditions in this very young (sub-)discipline, and attempts to identify trends which mark changes in them. Since this reviewer's training and experience have been centered around conference interpreting, conference interpreting is the natural vantage point for his analysis. The data available for the analysis are probably rather representative for conference interpreting and make it possible to make some claims – the reviewer has been compiling conference interpreting data systematically for over 25 years² – but the degree to which they are representative as regards other forms of interpreting is uncertain, which makes it difficult to make quantitative assessments of trends.

KEYWORDS: Interpreting Studies. Conference Interpreting. Traditions and Innovation.

ABSTRACT: Em consonância com o tema principal deste número, Tradição e Inovação, esta revisão dos Estudos da Interpretação trata do que pode ser considerado como tradição nesta jovem (sub)disciplina e tenta identificar tendências que marcam as mudanças na área. Uma vez que a formação e experiência deste pesquisador estão centradas em torno da interpretação de conferências, esta é o ponto de vista natural para a sua análise. Os dados disponíveis para a análise podem ser considerados representativos do trabalho de interpretação de conferências e permite fazer algumas reivindicações. O pesquisador tem compilado dados sobre a interpretação de conferências sistematicamente por mais de 25 anos, mas não é possível determinar até que ponto os dados são representativos para outras formas de interpretação, o que dificulta a avaliação quantitativa de tendências gerais nos Estudos da Interpretação.

PALAVRAS-CHAVE: Estudos da Interpretação. Interpretação de Conferências. Tradição e Inovação.

1. The beginning of IS: conference interpreting

What seems clear is that IS as such did start with conference interpreting. Until the 1960s, there was virtually no research into interpreting at all. A few practical and didactic

¹ This paper was first presented at a conference given during the 12th National Translation Forum and 6th International Translation Forum – ENTRAD/2016 –, organized by the Languages and Linguistics Institute of the Federal University of Uberlândia, and the Brazilian Association of Translation Researchers – ABRAPT.

* Professor Emeritus, Université Paris 3 (Sorbonne Nouvelle). Email: daniel.gile@yahoo.com

² See www.cirinandgile.com.

textbooks and papers were written by interpreter trainers (typically HERBERT, 1952; ROZAN, 1956, but also FUKUI; ASANO, 1961 in Japan), but they did not claim to report research or propose theories in the academic sense of the word. In the 1960s, a few psychologists became interested in the cognition of simultaneous interpreting, mostly in connection with the question of how simultaneous interpreters managed to listen and speak “at the same time” against the background of interest in the limitations of cognitive resources in humans, in particular as regards the processing of verbal information. In the early 1970s, in parallel with, but separately from the efforts of comparative literature scholars to set up a discipline devoted to translation³, conference interpreters and interpreter trainers Danica Seleskovitch in Paris and Ghelley Chernov in Moscow started to conduct systematic research into interpreting. Chernov worked with scholars from other disciplines, but Seleskovitch did not, and was apparently the only one who set her sight on creating a research discipline around interpreting. Seleskovitch’s drive and work gave the initial impetus to the discipline and dominated it for over a decade, starting in the 1970s.

In terms of traditions and innovation, it is noteworthy that the theory developed by Seleskovitch – the ‘Theory of Sense’, aka ‘Interpretive Theory’ (IT) – as well as the training methods associated with it, including the primacy of meaning over form and the primacy of consecutive, were anchored in a young conference interpreting tradition established by high-level conference interpreters starting after World War I and especially after World War II as ‘institutionalized’ by AIIC, the International Association of Conference Interpreters which was set up in 1953. This is important, as it explains why IS started out with an exclusive focus on conference interpreting, and an idealized view at that: interpreters were seen as linguistically and intellectually highly gifted bi- or multi-linguals capable of understanding complex speeches and of reformulating them in a linguistically impeccable, intellectually articulate form. IT’s focus was on the interpreter’s intellectual processing of speech. Language issues were considered non-relevant as long as interpreters mastered fully their working languages, which was a prerequisite. Linguistic research was therefore dismissed from research into interpreting. Interestingly enough, publications from cognitive psychology and psycholinguistics were also ignored in spite of IT’s focus on interpreting cognition. Criticism was leveled at the lack of validity of experimental methods used by psychologists and psycholinguists who showed

³ See Holmes, 1972/2000.

interest in interpreting, and Seleskovitch and her followers claimed only interpreters could do valid research into interpreting. Actually, according to Marianne Lederer, widely viewed as the co-founder of IT, Seleskovitch seems to have made more use of psychological theory than her occasional references to Piaget and Barbizet suggest (personal communication). The concept of *deverbalization*, which became the linchpin of Interpretive Theory, may well have been borrowed from psychology⁴ without overt acknowledgment⁵.

The main application of the theory was interpreter training, with a focus on cognition, interpreting practice and training methods, always in the conference interpreting environment. Conference interpreting was viewed as the highest form of interpreting. Other forms of interpreting were considered ‘lower’, and virtually no consideration was given to the social environments in which community interpreting and signed language interpreting were conducted.

This initial paradigm was rapidly adopted in major conference interpreter training programs in Europe and extended beyond, in particular to North America, China and Korea, as students from those parts of the world were trained at ESIT either as interpreters or in the framework of its doctoral program and returned home to spread the message and the methods.

2. Drivers of evolution

Starting in the late 1980s, IS began to experience a significant evolution. Six factors and their combined effect can be identified as important drivers of this mutation:

2.1 Geopolitical changes and their implications

The disappearance of barriers between Eastern and Western Europe, as symbolized by the collapse of the Berlin Wall, generated a need for more translators and interpreters, and new interpreter training programs were set up in countries where conditions for the ESIT-AIIC model – including the existence of sufficient candidates with the required language mastery in their native language and foreign languages and of experienced conference interpreters as trainers – were not met. Moreover, the universities where such programs were set up had their

⁴ See Sachs, 1967, for instance.

⁵ See an analysis in Gile, 1995.

own academic traditions, generally associated with the study of foreign languages and not related to AIIC and its traditions.

2.2 Academization of interpreter training

The fact that training programs in these ‘new’ countries were set up in academic environments, whereas many programs in the ‘West’ were autonomous ‘schools’ and did not necessarily have to comply with the usual academic norms – especially as regards the teaching of theory and the production of research – shifted the balance towards academia. So did the fact that in Spain, the government decided to academize existing training programs, and made research and a PhD mandatory for tenure track positions. These mostly non-AIIC environments opened up interpreter training and interpreting research to other views and traditions.

2.3 The development of community interpreting

With the intensification of population movements, and in particular migration, community interpreting developed strongly in countries such as Australia, Canada, Nordic European countries and the USA in connection with the provision of health, legal and other services to individuals and communities with insufficient command of the local language, before spreading to other European and Asian countries. This brought about interest in training and in research into community interpreting, including signed language interpreting for the Deaf. A doctoral dissertation by Cecilia Wadensjö on dialogue interpreting (1992) is often seen as a milestone in this development. Another important indicator of the progress is the series of *Critical Link* publications by the well-known international publisher John Benjamins, proceedings of conferences devoted specifically to community interpreting. The first Critical Link conference took place in 1995. Ever since, the operation has been renewed periodically and is gaining momentum; Critical Link 8 was held at Heriot Watt University in Edinburgh in 2016.

2.4 The development of Internet and digital technologies

As Internet became widely available throughout the world, not only direct communication and access to relevant research publications, but also effective collaboration on research projects across borders became possible. This had a deep effect on Interpreting Studies, which was sparsely populated, with sometimes less than a handful of researchers in individual

countries. In the past, in such small isolated environments, there was little stimulation and not much opportunity for personal development in the field. With internet, the obstacle became much less formidable, as almost instantaneous interaction at virtually no cost became possible. As a result, international cooperation has become a matter of routine, be it for research supervision, co-writing of papers, journal editing, the management of learned societies and international committees, and there is free online access to many documentary resources such as TS journals, theses and dissertations and even monographs and collective volumes on translation and interpreting.

2.5 The development of a sense of disciplinary TS identity

In the 1990s, TS in general started developing a strong sense of disciplinary identity. One important driver was the CERA doctoral summer school (now CETRA) which was set up by José Lambert at KUL Leuven in 1989⁶. Every year, for a couple of weeks, about 20 to 30 doctoral students were admitted to the program, attended lectures and seminars by the relevant year's CE(T)RA professor and up to ten or more experienced researchers specialized in translation or interpreting and had tutorials with them. After more than 25 years of existence, several hundred students have attended, and the list of CE(T)RA professors includes most prominent Western translation and interpreting scholars. Going through this program, with a large core of permanent staff members, did a lot to generate a sense of cohesion within Translation Studies.

When EST, the European Society of Translation Studies, was set up in 1992, most CE(T)RA staff members and professors and many CE(T)RA alumni joined, which added to the sense of disciplinary cohesion. This was also helped by the setting up of more and more dedicated Translation (translation and interpreting) journals since the 1990s. There are also a few scholarly interpreting journals – as opposed to professional interpreting journals – starting with the *Interpreters' Newsletter* (the University of Trieste, Italy) *Interpreting* (John Benjamins) and *Interpreting Research* (通訳理論研究 - Tokyo), which recently added written translation to its scope and is now known as *Interpreting and Translation Studies* (通訳翻訳研究). Note that the Registry of Interpreters for the Deaf in the USA had its own *Journal of*

⁶ See <https://www.arts.kuleuven.be/cetra>.

Interpretation as early as 1981, but research into signed language interpreting in the USA developed independently with hardly any links with IS in Europe and elsewhere until recent years⁷. A more recent scholarly journal from within the signed language interpreting community with an international editorial board and links with IS as a whole is the *International Journal of Interpreter Education* of the Conference of Interpreter Trainers, also based in the USA.

Interpreting Studies benefited from that evolution as its researchers were integrated into CE(T)RA (Gile, Shlesinger and Pöchhacker were CE(T)RA professors), the EST Executive Board (Gile was EST president and Pöchhacker was EST secretary general) and the editorial boards of Translation journals early on.

2.6 The personal drive of influential researchers

After Danica Seleskovitch's pioneering but ultimately self-limiting action, Laura Gran (Trieste, Italy) gave the first impulse to actual interdisciplinary cooperation with neurolinguists, and in particular with Franco Fabbro, in the second half of the 1980s. Barbara Moser (now Moser-Mercer) pushed towards interdisciplinary cooperation, mostly with cognitive scientists. So did Daniel Gile, and later Miriam Shlesinger and Franz Pöchhacker. In the field of community interpreting, Roda Roberts from Canada, Helge Niska from Stockholm and Erik Hertog from Antwerp were precursors, and conference interpreting researchers Shlesinger and Pöchhacker also showed keen interest in the development of research into community interpreting. Many of these authors are among the most often cited authors in IS, which is an indicator of their influence⁸.

3. Features of the evolution of IS over the past 20 years

3.1 Growth

In the CIRIN database⁹, which covers conference interpreting and broadcast interpreting, the total number of entries (publications and unpublished theses and dissertations) for the 1980s is about 320, while it is about 1,400 for the 1990s and around 1,700 for the years 2000 to 2009. The actual production volume is probably much larger, because many MA theses

⁷ See later in this paper.

⁸ See GAO; CHAI 2014 [2010].

⁹ See www.cirinandgile.com.

are not advertised, posted on the web or turned into articles, and in East-Asian countries, many papers are published in local conference proceedings and in journals in Chinese, Japanese and Korean only. Analysts from other countries are not aware of them. The case of China is particularly meaningful: ever since the Chinese government set up BTI and MTI degrees (Bachelor and Master in Translation and Interpreting respectively) in many universities, hundreds of students write theses every year, many of which address interpreting-related topics¹⁰.

This analyst does not have the data required to assess the volume of research done on community interpreting and on signed language interpreting, but judging by publications, including monographs, collective volumes, papers in mainstream interpreting journals and from information on theses and doctoral dissertations over the past two decades, such research is lively.

Interpreting Studies has now grown to the point where it has enough ‘mass’ in terms of research and researchers for some authors to claim for it the status of a discipline within a discipline¹¹.

3.2 More inclusiveness

One big difference between the IS of the 21st century and the IS of the second half of the 20th century is that the discipline has become much more inclusive. No longer is IS limited to conference interpreting and conference interpreters. Other forms of interpreting have gained at least equal status as foci of research interest. Demonstrating this evolution quantitatively through bibliometric data is beyond the scope of this paper, but taking just one example, in the journal *Interpreting*, which was set up by a conference interpreter in 1996 and has been chief-edited by conference interpreters ever since, out of 164 papers published from its first issue to the end of 2015, 31% were devoted to community interpreting, 10% to signed language interpreting and 10% to cross-cutting issues relevant to all forms of interpreting, as opposed to 43% devoted to conference interpreting. Actually, from 2005 to 2015, papers on community interpreting have outnumbered papers on conference interpreting, and an increasing number of papers on signed language interpreting have been included (3 from 2005 to 2009 and 10 from

¹⁰ See information contributed by XU Ziyun and YU Dewei in recent issues of the *CIRIN Bulletin*.

¹¹ See Pöchhacker, 2015.

2010 to 2015). Also note that Issue 7:2 (2005) of *Interpreting* was devoted to health interpreting and Issue 10:1 (2008) to court interpreting.

Since community interpreting, including signed language interpreting in its usual settings, is associated with social, psychological and ethical issues which are virtually non-existent in conference interpreting, this inclusiveness has generated interest in such topics, including the interpreters' role, quality components beyond fidelity and linguistic parameters, the social status of interpreters, their protection in armed conflict zones, and even ideology¹². The discussion about the interpreter's role, in particular, which was taken for granted in conference interpreting, had been discussed extensively in the field of signed language interpreting and is now salient in spoken language interpreting as well, especially when discussing court interpreting, where the interpreter's role can make a difference, or interpreting in connection with asylum requests, where political issues become relevant.

This also means that in contrast with cognitive theories, which dominated the discipline in the 20th century, sociological theories are becoming very popular in IS research.

In practical terms, this inclusiveness also means that training issues no longer concern the sole acquisition of interpreting techniques and some language skills enhancement by trainees with a high level of education and existing skills in academic programs over one to several years, but also initial acquisition of basic awareness and skills by less educated bilinguals and multilinguals in short courses.

3.3 Different geographic distribution of research

While in the first two to three decades of its existence, most of the IS production came from Western Europe, the geo-productive scene has changed radically. IS authors are now located in many parts of the world, including North America (especially as regards signed language interpreting and court interpreting), Asia (China has become the largest producer of IS research), Australia and South Africa.

This also has implications on the distribution of research themes. In many of these countries, the separation between conference interpreters and other types of interpreters is fuzzy, and the same people interpret in different settings. While this has always been the case

¹² See Martin, 2016, for instance.

for signed language interpreting, it was not for spoken language interpreting. The greater weight of such countries in IS also strengthens the inclusiveness trend.

While there is more IS research in more parts of the world, IS is not fully ‘globalized’ because of language barriers. Interestingly, in TS and IS, the prevalence of English as a lingua franca is perhaps not as strong as in most other academic disciplines. In Japan, Korea and China, TS and IS researchers often publish in their respective national languages, and their publications are not accessible to Western readers. In the West, many authors also publish in French, German, Italian or Spanish, but many of them also publish in English and many TS and IS researchers from other countries can read their publications. Thus, while citation scores are certainly lower for such texts, they are far more available to the IS community at large than texts in Chinese, Japanese or Korean.

3.4 The evolution of IS from prescriptive to exploratory

The initial form of IS as it developed around the elitist tradition of conference interpreting as seen by AIIC was largely prescriptive, with postulates about the interpreting process and cognitive and linguistic requirements from interpreters. The exploratory studies by psychologists and psycholinguists were rejected, and other exploratory studies by interpreters were ignored. In the late 1980s, the voice of those ‘practisearchers’ (interpreters cum researchers) who pushed for more open and more ‘scientific’ exploration of reality (more in line with the fundamental norms and methods of scientific investigation) began to be heard. This meant not only that researchers began to look systematically for theories from cognate disciplines, but also that a growing number of empirical studies began to be conducted and published, partly to test ideas that had been presented previously as postulates validated by professional experience, such as ideas about directionality, the language in which consecutive notes should be taken, or ideas about interpreting quality, but also to develop new theories and test new ideas.

3.5 Better research competence

Many pioneering practisearchers who became influential during the first two decades of IS started doing research without having been trained in research methods – as opposed to a few who were trained (e.g. Ingrid Pinter Kurz) but whose voice was hardly heard. When they started supervising research by their own students, they could not offer much research

competence. Things improved gradually as research production increased, IS opened up to more ‘scientific’ research, and practisearchers became more aware of the literature, theories and methods of cognate disciplines.

Over the past two decades or so, there has been a marked improvement in the general level of research competence within IS. Young researchers read more about research methods, and some training is given more systematically. The merits and limitations of different methods are discussed with reference to the experience and opinions of experts from cognate disciplines, a few collective volumes devoted to research methodology within TS in general (e.g. HERMANS, 2002; SALDANHA; O’BRIEN, 2014; ANGELELLI; BAER, 2016) and IS in particular (GILE et al., 2001; NICODEMUS; SWABEY, 2011; HALE; NAPIER, 2013; BENDAZZOLI; MONACELLI, 2016) have been published, and both qualitative and quantitative methods, including rather sophisticated statistical and other quantitative methods are being used in empirical research. Interestingly, some fundamental weaknesses such as faulty logic, misunderstandings about basic statistical concepts and overgeneralization are still relatively frequent even when the methods themselves are advanced, which suggests that more efforts are required to help young researchers acquire a true ‘scientific’ mindset when doing empirical research, but the overall level of scholarship in IS has come a long way among practisearchers since the 1970s.

4. Traditions? The 1970s vs. the 2010s

As explained earlier, when IS took off, it was mainly interested in conference interpreting cognition and training and was informed by postulates and traditions associated with particular historical circumstances and the wish to establish interpreting as a high-level intellectual profession. IS pioneers constructed an attractive theoretical framework – Interpretive Theory – which became a quasi-universal reference for interpreters in spite of a weak theoretical and empirical basis. Both the framework and the associated training methods have remained influential as regards conference interpreting, but have lost their virtually unchallenged authority of the 1970s and 1980s. Over the past forty years, the field has opened up to new foci and new approaches, clearly more suited to interpreting settings other than conference rooms of international organizations. Cards were reshuffled, and while traditions largely persist as regards the practice of, training in and research into conference interpreting –

which is probably a good thing in spite of their weaknesses – in the case of community interpreting, to which they are not necessarily suited, there is no single dominant paradigm.

The overall situation also differs considerably from what it was in the 1960s and 1970s, at the very beginning of IS, in other aspects. The most fundamental change is that a large body of thousands of people all over the world, including interpreting practitioners and trainers but also an increasing number of academic publishers and researchers from cognate disciplines, view translation in general and interpreting in particular as worthy objects of research. They accept the idea of an autonomous academic discipline dedicated to T & I and the relevance of such research by translators and interpreters as opposed to linguists, psychologists, literature scholars etc. This is evidenced *inter alia* by the existence of many journals, monographs and collective volumes published/established within universities and by well-known national and international publishers such as John Benjamins and Routledge. There is no longer a feeling that IS needs to protect itself from a potential takeover by other disciplines, which may have been one of the reasons why Seleskovitch opted for a ‘closed’/protectionist policy in the 1970s. IS investigators now feel encouraged to look for theories and research methods in cognate disciplines, which has resulted in improvements in IS scholarship. Another interesting feature of IS is that it is not (yet) constrained by the formalities of old academic traditions. In particular, authors of essays or empirical research reports need not be holders of a PhD or have an academic affiliation in order to be taken seriously or be published. This opens up possibilities for interesting contributions.

5. Prospects for the future

The situation is therefore very favorable, perhaps more favorable than ever, to the development of an open, diversified IS. Opportunities are clearly good for exploratory research into uncharted and under-researched settings of community interpreting and signed language interpreting. This entails *inter alia* simple experiments, ethnographic studies, surveys, questionnaires, focus groups and the like as opposed to complex methods which require much technical knowledge and knowhow.

However, their technical (relative) simplicity also entails the risk of amateurism: questionnaires and interviews, especially, are valuable tools which need to be handled with much preparation and care, and incorrect sampling and the lack of awareness of potential ambiguities in questions and of factors which cause respondents to give inaccurate or incorrect

information can have very damaging effects on the value of the relevant investigations. This is why it is important, whenever possible, to seek advice or even training from colleagues from departments of sociology or ethnology. Another possibility is to organize methodological seminars by TS and IS scholars with training and experience in such research and awareness of the pitfalls.

Incidentally, the caution and awareness of potential pitfalls mentioned above in connection with behavioral science methods is actually required across the board in scientific investigation, and unawareness and/or lack of caution jeopardize severely the value of research, regardless of how technically sophisticated the methods are. Moreover, reading about methodology is one thing; being able to act in effective compliance with its norms is another, which generally requires hands-on-training with guidance from experienced researchers over some time. Such guidance is available when working closely with a conscientious and available supervisor, or through courses in research methods with multiple exercises, but severe flaws found in unpublished and even published research shows that trusting one's sole intelligence and motivation to translate texts on methodology into effective research is risky.

Another challenge for IS in some countries is linguistic. English has become the *lingua franca* in TS and IS, and it is difficult to keep up-to-date with the literature for those who cannot read it in English. Neither is it easy for them to have their work known and acknowledged internationally if they cannot publish in English. A career can start with publications in a national language even when its geographic reach is small (e.g. Italian as opposed to French or Spanish), and some TS and IS authors have built their academic career without publishing in a language other than their own, especially in East Asia, but it has clearly become an advantage for both the discipline as a whole and for individual researchers to have publications in English on their CV in spite of the losses that this also entails.

The geographic remoteness of Brazil from Europe and the fact that reading skills in Portuguese are not widespread in the international TS community has not prevented Brazilian TS from being active and productive, though the internationally best known Brazilian TS researchers are those who also publish in English. Basically, the same should apply to Brazilian IS, though a higher proportion of authors in community interpreting and signed language interpreting than in TS may find it difficult to write in English and perhaps even read complex texts in English. And yet, their contribution could be particularly valuable because there is

probably a lot to explore and discuss with respect to particular settings, issues and solutions involving Brazil, Portuguese and Brazilian sign language.

A few recommendations can be made for national IS communities which are in the first stages of their development or wish to accelerate their development, as might be the case in Brazil:

1. In most countries, possibly with the exception of China and Japan, TS has a far larger population of researchers in academia and more resources than IS. Since there is a large common ground between various forms of translation and interpreting, including institutional and methodological challenges and common themes (suffice it to mention training, language-specific issues, roles, cognitive processes during translation and interpreting, the history of translation and interpreting or quality perception and assessment), it makes sense to pool together the resources of both and cooperate with the national TS community, in particular as regards conferences, workshops, journals and other publications, as well as efforts to gain academic and social recognition. Another point is that there is a high potential for cross-fertilization between research into spoken language interpreting and signed language interpreting, which are similar and yet different and could therefore offer revealing stereoscopic insights into various aspects of interpreter-mediated communication, including linguistic and socio-linguistic factors and quality expectations and perception.

2. Interdisciplinarity is of course critical to the development of IS (and of TS), but blind compliance with operational norms from cognate disciplines can be counterproductive when the environment of interpreting differs too much from the environment of the disciplines where the norms were developed. This is particularly relevant when borrowing methods from cognitive psychology, because the gold standard of hypothesis-testing experiments against which empirical research is often assessed as ‘science’ loses much of its power in an environment where demographics make it difficult to recruit participants for experiments and to hope for many replications when studying phenomena where intra-individual, and especially inter-individual variability, is very high. By contrast, sociological, ethnological and historical methods can be implemented more easily. This does not mean that experiments should not be conducted in IS – far from that, but the methods and criteria need to be adapted on the basis of a sound understanding of the merits and drawbacks of each. In particular, simple experiments with small samples can in the long term be as powerful as canonical experiments which, by the way, are also case studies as regards experimental conditions (they generally compare a very

small number of experimental conditions and one combination of parameters). If replicated a sufficient number of times, the convergence of results – or the lack thereof – can be very instructive. In this respect, the example of clinical (medical) research in which meta-analysis of findings from studies on non-random samples is often conducted is a reference worth studying.

3. Against this background, fostering replication by students for their graduation thesis is a good way to make such simple, small sample size research useful to the IS community by generating cumulative data. It is also a way of facilitating entry into research to students by having them look carefully at previous research, explaining it to them and letting them discover through their own experience some nuts and bolts of actual design implementation without going through an often lengthy and difficult process of topic selection and research design. Those who are really interested in research can then move on to more advanced research.

4. Simple research is not tantamount to second-rate research. Whatever the methodology, be it naturalistic or experimental, qualitative or quantitative (or mixed), systematic and rigorous thinking, acting and reporting are what makes research scientific. Training and raising the awareness of IS and TS researchers in this respect is definitely important for the development of the discipline. While it may not be realistic to include full research methods courses in interpreter training curricula with a professional orientation (as opposed to an academic orientation), supervisors of graduation theses should benefit from such training. Attending undergraduate research methods courses in cognate disciplines is one good option, provided more than one research paradigm is studied, to give supervisors a wide view of research, as opposed to a restrictive, self-limiting one¹³. Peer reviewing for collective volumes and TS and IS journals should also be strict, not only as part of the quality control required in any discipline, but also as part of hands-on training, as peer reviewers' input is a good opportunity to become aware of one's weaknesses and to improve one's level of scholarship.

5. While being able to publish in English has become necessary to gain international recognition – which is particularly important in IS because of its very small size in any individual country except China – starting out in one's native language (if it is not English) has two advantages. Firstly, it allows peer reviewers and supervisors to guide authors into being

¹³ See the analysis earlier in this text.

linguistically rigorous when reporting their research. This attention to rigorous writing, which is presumably more efficient when dealing with a native language than with an acquired one, can reasonably be expected to lead to more rigorous thinking and acting in one's research as well. Secondly, publishing one's first texts in one's native language, perhaps in national journals and/or collective volumes, leaves young researchers less exposed internationally. When their skills have improved, they can move on to international publication vehicles in English.

To sum up, developments over the past decades have opened up possibilities for IS, so that remoteness and the lack of financial means are no longer a serious obstacle for the development of serious research. With motivation, determination to be rigorous and willingness to work, virtually any practicing interpreter and interpreting teacher can become a valuable member of the international IS community.

References

ANGELELLI, C. V.; BAER, B. J. (Ed.). **Researching Translation and Interpreting**. London; New York: Routledge, 2016.

BENDAZZOLI, C.; MONACELLI, C. (Ed.). **Addressing Methodological Challenges in Interpreting Studies Research**. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars, 2016.

FUKUII, H.; ASANO, T. **Eigotsuuyaku no jissai (An English Interpreter's Manual)**. Tokyo: Kenkyusha, 1961.

GAO, B.; CHAI, M. J. A Citation Analysis of Simultaneous Interpreting Studies in China. **East Journal of Translation**, Shanghai, Special Issue, p. 16-23, 2014. English translation of the same paper published in Chinese in the **Chinese Translators Journal**, Shanghai, n. 4, p. 15-20, 2010.

GILE, D. **Regards sur la recherche en interprétation de conférence**. Lille: Presses Universitaires de Lille, 1995.

GILE, D.; DAM, H ; DUBSLAFF, F.; MARTINSEN, B.; SCHOLDAGER, A. (Ed.). **Getting Started in Interpreting Research**, Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 2001. <https://doi.org/10.1075/btl.33>

HALE, S.; NAPIER, J. **Research Methods in Interpreting**. London; New York: Bloombury, 2013.

HERBERT, J. **Le manuel de l'interprète**. Genève: Georg, 1952.

HERMANS, T. **Crosscultural Transgressions: Research Methods in Translation Studies II**. Manchester: St. Jerome, 2002.

HOLMES, J. The name and nature of translation studies. In: VENUTI, L. (Ed.) **The Translation Studies Reader**. London; New York: Routledge, 2000 [1972], p. 172-185.

MARTIN, A. Interpreting and Ideology: Research Trends and Methods. In: BENDAZZOLI, C.; MONACELLI, C. (Ed.). **Addressing Methodological Challenges in Interpreting Studies Research**. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, p. 225-244, 2016.

NICODEMUS, B.; SWABEY, L. (Ed). **Advances in Interpreting Research: Inquiry in Action**. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 2011. <https://doi.org/10.1075/btl.99>

PÖCHHACKER, F. Interpreting Studies. In: _____. (Ed.). **Routledge Encyclopedia of Interpreting Studies**. London; New York: Routledge, 2015, p. 201-206.

ROZAN, J. F. **La prise de notes en interprétation consécutive**. Genève: Georg, 1956.

SACHS, J.S. Recognition memory for syntactic and semantic aspects of connected discourse. **Perception and psychophysics**, Madison, v. 2, n. 9, p. 437-442, 1967. <https://doi.org/10.3758/BF03208784>

SALDANHA, G.; O'BRIEN, S. **Research Methodologies in Translation Studies**. Manchester: St. Jerome, 2014.

WADENSJÖ, C. **Interpreting as Interaction: On Dialogue Interpreting in Immigration Hearings and Medical Encounters**. Linköping: Linköping University, 1992.

Artigo recebido em: 09.01.2017

Artigo aprovado em: 03.06.2017

A tradução e o tradutor no Brasil: lições de visibilidade

Translation and translator in Brazil: visibility lessons

Cristina Carneiro Rodrigues*

RESUMO: Neste trabalho, pontuam-se acontecimentos significativos para a tradução e o tradutor no percurso percorrido desde as importantes manifestações dos tradutores nos anos de 1930 até a consolidação dos Estudos da Tradução como campo de pesquisa em 2003, com a criação do primeiro programa de pós-graduação em Estudos da Tradução no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: História da tradução no Brasil. Estudos da Tradução. Coleção Brasiliana. Biblioteca Histórica Brasileira. (In)visibilidade.

ABSTRACT: This work highlights significant events for translation and the translator in the trajectory taken from important manifestations by translators in the 1930s to the consolidation of the Translation Studies as research field in 2003 with the creation of the first postgraduate program in Translation Studies in Brazil.

KEYWORDS: History of translation in Brazil. Translation Studies. Brasiliana collection. Brazilian Historic Library. (In)visibility.

1. O *boom* editorial e o da tradução¹

Em lugar de fazer uma retrospectiva dos Estudos da Tradução no Brasil iniciando pela criação dos primeiros cursos de graduação até sua consolidação como campo de pesquisa em 2003, com a criação do primeiro programa de pós-graduação em Estudos da Tradução no Brasil, minha proposta neste trabalho envolve pontuar alguns acontecimentos que considero significativos para a tradução e o tradutor. Tomo como ponto de partida um momento importante na indústria editorial brasileira – os anos de 1930, quando Getúlio Vargas assumiu o governo do Brasil.

De acordo com De Luca (1999, p. 308), a República Velha havia sido um longo preâmbulo para a Revolução de 1930, “acontecimento transformador por excelência, que sacudiu o país da modorra em que se encontrava”. O país passou a se industrializar e a se urbanizar. Tomaram-se medidas de cunho sanitário, administrativo, trabalhista e econômico que não só melhoraram a vida do povo, como também elevaram seus rendimentos. Criaram-se escolas, o ensino secundário e o profissionalizante foram revistos. A preocupação com a

* Professora do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas (Ibilce). E-mail: cristina@ibilce.unesp.br.

¹ Agradeço a Daniel Padilha Pacheco da Costa pelas sugestões de intertítulos.

formação de professores, tanto para o ensino primário quanto para o secundário gerou a criação de universidades. Apesar de haver Faculdades isoladas em grandes cidades, as universidades se instituem a partir dos anos de 1930.

Em décadas anteriores apenas a elite tinha acesso à instrução superior, em geral no exterior. A melhoria do ensino e a abertura das universidades permitiu que outras classes sociais estudassem, gerando uma grande necessidade de livros, na medida em que há um público leitor em várias camadas e em vários segmentos da população. O fato de haver leitores em potencial tanto de livros pedagógicos quanto frutivos motiva as poucas editoras existentes a expandirem-se e a procurarem oferecer produtos para o crescente público. Ainda que o papel fosse importado e pagasse altos impostos, o baixo custo da mão de obra no Brasil tornava o livro nacional acessível.

Os trabalhos de Sônia Maria de Amorim (1999), de Elisabeth Rochadel Torresini (1999), de John Milton (2002) e de Adriana Pagano (2001) registram o percurso da expansão editorial dos anos de 1930 a 1950, enfocando especialmente a publicação de obras de ficção. Os autores evidenciam que essa é a época do *boom* editorial brasileiro, que, de acordo com Pagano (2001), tanto foi um *boom* da tradução, quanto da edição de coleções.

Ainda que a primeira tradução do Brasil tenha sido publicada no início do século XIX com a inauguração da Impressão Régia, ainda que o público do século XIX tenha lido muitos livros e folhetins traduzidos, é apenas a partir dos anos de 1930 que se dá o início de grandes projetos de tradução, que fazem parte de projetos de coleções. Nas décadas de 1930 a 1950 o chamariz para atrair o público é o universal, o grande, o moderno, a obra-prima, materializados em coleções denominadas *Grandes Novelistas*, *Obras Primas Universais*, *Biblioteca de Obras Famosas*, *Biblioteca dos Séculos*, *Biblioteca do Espírito Moderno*.

Para Dutra (2004, p. 6), as coleções foram, na época, a expressão material da política de popularização da leitura, mas também da especialização profissional, reforçando o papel estratégico do editor, que definia o perfil da coleção ao selecionar as obras que a integrariam. A estratégia implicava a segmentação do mercado consumidor, agrupando-os em vários nichos, como sexo, faixa etária, interesse por aventura, por romance, por mistério etc.

Todas as grandes editoras do Brasil fundadas ou estabelecidas enquanto tal no período entre 1930 e 1950 publicaram coleções, muitas delas constituídas exclusivamente por textos traduzidos, o que leva Pagano (2001) a afirmar que o *boom* editorial no Brasil foi também o

boom da tradução.² E todas, exceto a Globo, em sintonia com o anseio de se conhecer melhor o Brasil, lançaram coleções de livros sobre o Brasil. Projetos em curso no Brasil tinham como objetivo a redefinição da nação brasileira de um modo em que a cultura fosse inseparável da educação, por isso buscava-se conhecer a nação, estatística, histórica e geograficamente, assim como examinar os seus reais problemas, “de forma a assegurar a formação de uma consciência nacional” e construir “uma política cultural” que garantisse “a consolidação de uma política de modernização do país” (DUTRA, 2004, p. 16).

Essas coleções tinham como objetivo “desvendar, mapear, estudar a diagnosticar a realidade brasileira” (PONTES, 1989, p. 359) e estavam em sintonia com o quadro de interesse pelo Brasil gerado pelo governo, que envolveria a criação de um movimento de unificação cultural e a noção de “civilizar” o país. Essa nova configuração da cultura brasileira não se expressava apenas na instrução pública, na reforma do ensino, na criação das universidades, mas também no conhecimento da realidade nacional. As três as mais importantes coleções editadas na era Vargas com esse objetivo foram: a *Brasiliana*, criada em 1931 pela Companhia Editora Nacional; a *Documentos Brasileiros*, lançada em 1936 pela Editora José Olympio; e a *Biblioteca Histórica Brasileira*, produzida a partir de 1940 pela Livraria Martins Editora.

Exceto pela *Documentos Brasileiros*, essas coleções publicaram, em maior ou menor proporção, traduções. Constituem-se, em grande parte, de relatos de viajantes estrangeiros que vieram ao Brasil e descreveram sua natureza, seu povo e seus costumes. A análise das traduções realizadas para as coleções *Brasiliana* e *Biblioteca Histórica Brasileira* evidencia a visibilidade dos tradutores no período, assim como sua aparente liberdade para conduzir sua tarefa.

2. A visibilidade do tradutor no Brasil

A questão da invisibilidade do tradutor é objeto de reflexão nos Estudos da Tradução desde a publicação de “The translator’s invisibility” por Lawrence Venuti (1986). Ao descrever a situação da tradução na comunidade anglo-americana, esse autor relaciona a invisibilidade ao leitor, que quer ler um texto como se tivesse sido escrito em sua própria língua, aos críticos, aos

² A Editora Globo chegou a ter, no período de 1942 a 1947, a famosa Sala dos Tradutores, em que trabalhavam, “em regime permanente e com salário fixo, os tradutores Leonel Vallandro, Juvenal Jacinto, Herbert Caro, Homero de Castro Jobim, Lino Vallandro e, mais tarde, Agenor Soares de Moura” (WYLER, 2003, p. 127). Nessa sala, os tradutores tinham à disposição máquinas de escrever, biblioteca de consulta com dicionários e enciclopédias. Dessa editora destacam-se coleções de livros traduzidos, como a coleção Nobel e a *Biblioteca dos Séculos*, além da famosa tradução da *Comédia Humana* organizada por Paulo Rónai.

editores e aos resenhistas, que tendem a usar a legibilidade como único critério para avaliar sua qualidade, e aos próprios tradutores, que buscam se apagar para ressaltar o texto original ou seu autor.

O apagamento do tradutor não é, entretanto, a regra nas traduções publicadas pela Brasileira e pela Biblioteca Histórica Brasileira. Nos livros na Biblioteca Histórica Brasileira os nomes dos tradutores não aparecem nas capas, mas são mencionados nas páginas de rosto, nos anúncios da coleção e na contracapa dos livros, onde há uma lista dos títulos publicados e dos que serão lançados. Em algumas obras há até uma nota do tradutor após a nota do editor e antes da tradução. Em *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*, de Debret (1940), o tradutor Sérgio Milliet dedica duas páginas para discorrer sobre o que considera ser a tarefa do tradutor, iniciando por:

Se muitas vezes o tradutor é um traidor, a culpa cabe não raro à precariedade do estilo e da língua do autor traduzido. O tradutor *honesto*, que não *deve* fazer milagres, assume então toda a responsabilidade dos erros que não lhe compete corrigir e das confusões que não ousa esclarecer.

Outro ponto a frisar: a tradução não pode modificar os conceitos do autor e se estes são infantis nada os tornará adultos. Tão pouco é possível evitar repetições, insistências inúteis. O tradutor é um infeliz que carrega às costas o fardo pesado dos erros alheios. (MILLIET, 1940, s/p).

No final do texto, Milliet informa como conduziu o trabalho, especificando que sua preocupação com a letra, com a sintaxe do autor, ainda que “canhestra” em português, comanda seu trabalho:

Debret se apresenta como um autor difícil. Minucioso mas pouco claro, prolixo nas narrativas e descuidado no estilo, a cada frase um problema de tradução se impõe. Procurei manter-me o mais perto possível do original, muitas vezes em detrimento da elegância da frase portuguesa, mas sempre em benefício da fidelidade ao texto e ao valor documental da obra. (MILLIET, 1940, s/p).

O tradutor salienta que a escrita de “Debret assemelha-se antes à de um chefe de seção em seus pobres relatórios, que à de um literato habituado ao valor das palavras e aos segredos da sintaxe” (MILLIET, 1940, s/p). Mas, como considera que lida com um documento, não competiria ao tradutor corrigi-lo. Apesar dessa afirmação, nem sempre Milliet se contém e, por vezes, acrescenta a letra de Debret em nota. Por exemplo, há um subtítulo intitulado “gravações

executadas pelos selvagens”, que recebe a seguinte nota: “Debret diz ‘esculturas entalhadas’, expressão imprópria para essas gravações rupestres” (DEBRET, 1940, p. 70).

No livro há várias notas e por elas e por sua introdução identifica-se que há um projeto tradutório, explicitado e seguido pelo tradutor Milliet, que também especifica dificuldades que enfrenta. No caso de sua tradução de *Viagem à terra do Brasil*, de Jean de Léry (1941), em nota introdutória sobre o autor, há um elogio à sua escrita em que Milliet afirma ter o autor “uma construção harmoniosa, precisa, dentro da qual o pensamento matizado se abriga à vontade” (MILLIET, 1941, p. 9)³. Apesar de admirar o escritor, Milliet não esconde ter encontrado dificuldades: terminologia obsoleta, sintaxe de difícil acesso aos leitores do francês contemporâneo, latinismos e a alteração dos sentidos de palavras, com o passar do tempo.

Nos livros da Biblioteca Histórica Brasileira, em geral, não é apenas o tradutor que dá visibilidade à tradução. Rubens Borba de Moraes, o diretor da coleção, escreve notas introdutórias em que, por vezes, menciona como escolheu os tradutores. Na nota ao livro de Léry (1941), por exemplo, Moraes informa: “Confiamos a tradução a Sérgio Milliet que tão bem conhece o francês antigo e o bebeu, como nós, em saudosos anos de estudo e mocidade, na Genebra de Calvino e Jean de Léry” (LÉRY, 1941, p. 6). Na nota introdutória ao texto do colono Davatz (1941, p. 3) explica não apenas ter pedido ao historiador Sérgio Buarque de Holanda para traduzir a obra, mas também para prefaciá-la e anotá-la.

No caso do relato de viagem do comerciante John Luccock (1942), *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*, Rubens Borba de Moraes informa que

[...] apesar de sua enorme importância para os estudos brasileiros, [a obra] não foi até hoje traduzida integralmente para o português. O dr. Milton da Silva Rodrigues, que teve o trabalho de fazer a presente tradução, procurou conservar todo o sabor do estilo muito pessoal do autor e reproduzir-lhe com toda fidelidade o pensamento. (LUCCOCK, 1942, p. viii).

Mas não é só no início desse livro que o leitor é lembrado de que lê uma tradução. Há várias notas do tradutor, algumas em que até corrige o autor. Por exemplo, ao falar dos instrumentos que o tropeiro utilizava, Luccock menciona um “machado”. Na nota, lê-se: “há evidente engano por parte do Autor; o instrumento descrito por ele, já pelo próprio uso que lhe

³ Essa não seria, de acordo com Milliet, a opinião do primeiro tradutor de Léry, Alencar Araripe, para quem o estilo do autor seria “irregular”. Milliet (1941, p. 9) atribui esse julgamento à falta de familiaridade que Araripe teria com o francês do século XVI, pois “tem seu estilo [de Léry] um sabor que somente no português de um Gandavo encontra semelhança”.

dá, deve ser uma enxada e não um machado” (LUCCOCK, 1942, p. 256-257). Em outro momento, Luccock (1942, p. 319) fala de um tamanduá e a nota explica: “Não é a primeira vez que o Autor confunde tamanduá com tatu”. Há frequente diálogo com o leitor, em que ele sequer esconde ignorar uma expressão que está em uma tábua de comércio: “Quanto à abreviatura *Ca* que aparece no original, não me foi possível depreender sua significação”. (LUCCOCK, 1942, p. 401).

Em outras obras da Biblioteca Histórica Brasileira o diálogo com o leitor é mais evidente. O livro *Dez anos no Brasil* (1941), de Carl Seidler, é bom exemplo disso. Moraes, na nota introdutória ao livro, informa que o autor teria mais o objetivo de “atacar e desmoralizar que criticar imparcialmente o Brasil” (SEIDLER, 1941, p. 5) e acrescenta:

Mas nem tudo no livro de Seidler é mentira e animosidade. Muita cousa há que, vista hoje em dia, com a perspectiva de um século, retrata a época tumultuosa da formação de nossa nacionalidade. É preciso, entretanto, que seja criticado com conhecimento dos fatos relatados e traduzidos com exatidão. É o que foi feito nesta edição pelos eminentes Bertoldo Klinger e notas do coronel Paula Cidade, tão conhecedores dos assuntos tratados pelo ex-oficial alemão a serviço de D. Pedro I.

Moraes destaca o conhecimento e a exatidão do tradutor e do anotador e antecipa ao leitor que ele encontrará retificações ao texto do autor. Efetivamente, ambos se inserem com frequência no texto. Ainda que o tradutor não informe explicitamente seu projeto tradutório, é evidente que ele, como Milliet, busca manter a letra de Seidler. Por exemplo, lê-se no texto que as tropas de que o autor fazia parte haviam ancorado no “Rio Grande do Norte”, mas o tradutor esclarece em nota: “é S. José do Norte” (SEIDLER, 1941, p. 85). O tradutor Klinger evita corrigir Seidler, repetindo até mesmo expressões como “Em baixo o imperador!”, em lugar de “Abaixo o imperador!”. Mas o respeito à letra do autor não significa o descuido em relação aos fatos. Por exemplo, quando Seidler (1941) comenta uma “revolta dos militares alemães em 1829”, o tradutor especifica em nota que “a revolta teve lugar em 1828, 9 a 12 de junho” (SEIDLER, 1941, p. 48), em lugar de corrigir a data no texto.

O anotador Paula Cidade é mais contundente em suas notas. Algumas, elegantemente, inserem o verbo “confundir”. Mas, por vezes, aponta categoricamente falta de exatidão, erro, inverdade, ou “ainda, pura invencionice” (SEIDLER, 1941, p. 136).

Fica bastante evidente que o projeto é manter a letra do autor. Mas as notas também deixam claro que o leitor não é abandonado – ele é informado a todo momento, pelo tradutor ou pelo anotador quando o autor está equivocado.

Como nos livros da Biblioteca Histórica Brasileira, nos da coleção Brasiliana, é praticamente impossível não notar o tradutor, pois muitos deles já têm seus nomes nas capas dos livros.⁴

O exame das traduções da Coleção Brasiliana (RODRIGUES, 2008; 2013a) evidencia que, se os tradutores não tinham total liberdade para manifestarem suas posições em prefácios ou em notas, tinham, pelo menos, muita autonomia. As observações dos tradutores sobre suas traduções, ou seja, as descrições que fazem de seus projetos tradutórios nos prefácios, indicam que o diretor da coleção Brasiliana não interfere em relação às estratégias tradutórias adotadas.

Por exemplo, em seu “Prefácio do tradutor”, o Prof. Estevão Pinto apresenta aos brasileiros a obra de Métraux, antropólogo suíço cuja obra traduz, e observa que não emprega a “grafia internacional” das etnias indígenas brasileiras, optando por seu aportuguesamento. Percebe-se que Pinto (1950, p. 9) manifesta sua presença e sua identidade, ao declarar: “costumo [...] aportuguesar e simplificar o mais possível”, em primeira pessoa do singular, como um sujeito tradutor brasileiro que não procede como os “americanistas” e rejeita os estrangeirismos, os *w*, os *k*, os *y*, e as maiúsculas da grafia “internacional”. Assim, os Apiaká, na grafia internacional, tornam-se, na tradução, apiacá, os Arawak, arauaque, os Kaingáng, caingang, os Kayná, cainá, os Guayaki, guaiaquí, e assim por diante. Pinto torna português o que seria estrangeiro, manifestando sua preferência pela domesticação da terminologia.

Carlos Lacerda (1943, p. 13), tradutor de *Do Escambo à escravidão*, de Alexander Marchant, ao contrário, observa em seu prefácio: “Preferimos uma estrita fidelidade ao original inglês à adaptação que se destinaria a pô-las [as expressões] de acordo com a terminologia usual nos estudos brasileiros”. Faz, portanto, movimento contrário ao de Pinto, optando por deixar o texto mais próximo do estrangeiro.

Trago apenas alguns exemplos desse material praticamente desconhecido para mostrar que há, nos anos 1930 e 40, uma literatura sobre tradução bastante rica e vasta, que se

⁴ A análise dos 300 primeiros volumes da coleção revela que apenas 42 são traduzidos. Em todos há a identificação do tradutor na página de rosto e em 28 desses volumes constam os nomes dos tradutores nas capas. As datas desses livros são bastante variadas, indicando que a inserção do nome do tradutor na capa não é questão relacionada à data da edição ou a uma época determinada. E como há tradutores que ora têm seus nomes na capa, ora não, não se pode dizer que a competência do tradutor é fator determinante para que conste na capa.

materializa em paratextos: prefácios e notas. Nesses textos, podemos ler o que orientou as traduções, produzidas por tradutores visíveis, cientes de sua responsabilidade profissional, social e intelectual. Neles são explicitados os projetos dos tradutores.

3. A pesquisa e o ensino da tradução no Brasil

Apesar da riqueza da literatura sobre tradução desde os anos de 1930, o que se contabiliza na literatura como texto pioneiro sobre tradução no Brasil é *Escola de tradutores*, de Paulo Rónai, publicado em 1952, seguido por *A arte de traduzir*, de Brenno Silveira, de 1954. Todo o material escrito pelos tradutores anteriores é apagado e só fica na memória o que foi editado específica ou explicitamente como literatura sobre tradução.

Mas isso já ocorre a partir de 1950. Antes disso, no final dos anos 1940, há outro acontecimento a se assinalar. Foi um período em que muitas editoras enfrentaram sérias dificuldades econômicas e encerraram suas atividades. A Martins deixou de publicar a Biblioteca Histórica Brasileira – seu penúltimo volume, o décimo oitavo, foi publicado em 1948, e o décimo nono, encerrando a coleção, em 1952. A coleção Brasileira apenas conseguiu se manter graças ao convênio com o Instituto Nacional do Livro, órgão da Fundação Pró-Memória, que reservava parte da tiragem financiada para distribuição à sua rede de bibliotecas em todo o território nacional. Em 1964 inaugura-se o chamado novo formato da coleção Brasileira (volume 320), já sob a direção de Américo Jacobina Lacombe.⁵ Nesse novo formato, no entanto, desaparecem os nomes dos tradutores das capas dos livros.

Observe-se que essa guinada acontece em data muito próxima à da criação do primeiro curso de graduação para a formação de tradutores na PUC-RJ (1968, começando a funcionar em 1969), seguido pelo da Ibero-Americana (1972), pelo da UFRGS (1973), pelo da UNESP-Rio Preto (1978), pelo da UnB (1979), e por outros tantos na década de 1980.

Ao entrar nas universidades brasileiras, a tradução institucionaliza-se academicamente e esse é um outro momento significativo para a tradução e o tradutor que deve ser salientado.

⁵ Dutra (2004) informa, por um lado, que Fernando de Azevedo dirigiu a Brasileira até 1951 (p. 1), e, por outro lado, que o fez até 1946 (p. 7). Em texto posterior (DUTRA, 2006, p. 309), situa 1946 como “data de sua saída da Brasileira”, mesmo ano que Fernando de Azevedo teria deixado a direção da Biblioteca Pedagógica Brasileira (p. 301). Pontes (1989, p. 388) fornece 1958 como a data da substituição de Fernando de Azevedo por Américo Jacobina Lacombe na direção da Brasileira. Verifica-se, entretanto, que nas publicações de 1947 ainda consta que a direção da coleção é de Fernando de Azevedo. Edições de 1956 informam que a Brasileira está sob a direção de Américo Jacobina Lacombe, mas esse não é, necessariamente, o ano da substituição, porque em uma publicação do ano anterior consta que a Brasileira foi fundada por Fernando de Azevedo, no local em que se informava o nome do diretor.

A criação dos cursos de graduação para tradutores gerou um desafio: a formação de docentes para esses cursos. Essa necessidade motivou, em 1980, a criação da pós-graduação *lato sensu* na USP e, em 1984, na Faculdade Ibero-Americana (depois UNIBERO, depois Anhanguera). O passo seguinte foi a instituição da pós-graduação *stricto sensu*: em 1986 foi criada, no nível de Mestrado, a primeira área de concentração em tradução do país, no Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da UNICAMP. A partir da institucionalização acadêmica da tradução passou a acontecer, sistematicamente, pesquisa em tradução no Brasil.

Os dados disponíveis sobre o número de teses e dissertações defendidas sobre tradução são discrepantes, mas apontam para um número escasso de defesas nos anos de 1980, ocorridas em programas de pós-graduação em Letras ou Linguística.⁶ Isso não significa, entretanto, que se trata de uma década sem acontecimentos. No I Encontro Nacional da ANPOLL (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística), em 1986, Edson Rosa da Silva, professor da área de literatura da UFRJ, sugeriu a criação do Grupo de Trabalho de Tradução entre os outros criados na época. Esse GT foi, certamente, um dos pilares centrais do desenvolvimento da área nas décadas seguintes.

Em seu momento inicial, o GT foi fundamentalmente um lugar para a aproximação dos poucos docentes de tradução, distribuídos em diferentes pontos do país. Suas quatro reuniões até 1990 não chegaram a ser um marco nos estudos da tradução, pois, nesse período, “o intercâmbio entre pesquisadores, professores e pós-graduandos ficava restrito aos Encontros da ANPOLL, não havendo articulação efetiva entre os membros” (FROTA et al. 1995, p. 67). Mas essas reuniões permitiram que “pesquisadores dispersos em várias instituições se conhecessem e passassem a pensar em esboçar propostas que viessem reverter a condição de marginalidade em que a área se encontrava” (FROTA et al., 1995, p. 68).

Na década de 1980 também se realizaram versões do Encontro Nacional de Tradutores, que teve, em 2016, sua décima segunda edição; o primeiro evento aconteceu em 1975; o segundo em 1985, o terceiro em 1987.

Outro acontecimento significativo para a tradução e o tradutor é o que José Paulo Paes (1990, p. 31) chama de “imprensa literária”. No período entre 1977 e 1989 o jornal paulista *Folha de S. Paulo* editou um suplemento chamado Folhetim, que dedicava muito espaço para traduções e para a publicação de ensaios sobre tradução. Para John Milton (2015, p. 30), o

⁶ A respeito da “discrepância” dos dados a esse respeito, ver FROTA, 2007, p. 139.

“Folhetim foi central para a formação da disciplina” e, como era um suplemento de um jornal, conferiu muita visibilidade à tradução literária no Brasil.⁷ E, em minha avaliação, aos tradutores publicados, como os irmãos Campos, José Paulo Paes, Nelson Ascher, Boris Schnaiderman.

Esses dados sobre publicações e encontros sinalizam atividade na área, mas a tradução ainda não parece se configurar como um campo de estudos legítimo e mal se insere na pós-graduação na década de 1980. Os dados da década seguinte, entretanto, indicam que o trabalho desenvolvido nessa década foi decisivo para impelir os estudos da tradução no Brasil.

Na década de 1990, o número de defesas na área cresceu; segundo Pagano e Vasconcellos (2003) foram defendidas 73 teses e dissertações. Vários livros foram publicados; de acordo com Frota (2007), na década de 1990 foram 11 livros e sete coletâneas, enquanto entre 1952 e 1990, um período de 38 anos, tinham sido publicados 13 livros e cinco coletâneas sobre tradução. Ocorreram quatro Encontros Nacionais e Internacionais de Tradutores. Outro fórum de discussão foi criado, no Centro Universitário UNIBERO, o Congresso Ibero Americano de Tradução e Interpretação (CIATI), cuja primeira edição ocorreu em 1998.

O GT de Tradução da ANPOLL foi reestruturado por sugestão da coordenadora, Rosemary Arrojo, e a partir de 1990 passou a funcionar de maneira descentralizada. Criaram-se GTs regionais em São Paulo, em Minas Gerais, no Rio Grande do Sul, no Rio de Janeiro e, posteriormente, em Santa Catarina e Bahia. De acordo com Frota, Martins e Rodrigues (1995, p. 68), “a descentralização, além de permitir a troca entre estudiosos da tradução, mostrou a grande quantidade de pesquisas em andamento e suas abordagens diversas”.

Em 1992, durante o II Encontro Paulista de Pesquisadores em Tradução, organizado pela coordenação regional do GT de São Paulo, fundou-se a Associação Brasileira de Pesquisadores em Tradução (ABRAPT), que teve Mario Laranjeira como primeiro presidente e Rosemary Arrojo como vice-presidente. Seu objetivo era congregar pesquisadores de todo o Brasil e a associação passou a co-organizar os Encontros Nacionais e Internacionais de Tradutores.

Enquanto nos anos de 1980 nasceu e cessou o periódico *Tradução & Comunicação*, nos anos de 1990 lançaram-se dois novos: em 1994 a *TradTerm*, Revista do Centro

⁷ Minha tradução e recorte do seguinte trecho: I propose that the Folhetim was central to the formation of the discipline, which only later, in the 1990s, began at university level. O artigo de Milton (2015) foi apresentado em 2014, em versão preliminar e reduzida, na Semana do Tradutor da UNESP - São José do Rio Preto, com o sugestivo título “O Folhetim: os Estudos da Tradução no Brasil começaram aqui!”, que ressalta o papel atribuído ao suplemento pelo autor.

Interdepartamental de Tradução e Terminologia (CITRAT) da USP; e em 1996 *Cadernos de Tradução*, criada pelo Núcleo de Tradução da UFSC, fruto do trabalho do GT de Tradução regional da ANPOLL. Em 1997, foi lançada a revista *Cadernos de literatura em tradução*, da USP, dedicada a publicar literatura e poesia traduzida, assim como reflexão sobre o assunto.

Ainda que tenha havido o crescimento de produção e a expansão de defesas na década de 1990, a tradução não constava como área de concentração em muitos programas de pós-graduação. A análise dos programas de pós-graduação em que ocorreram as defesas mapeadas por Pagano e Vasconcellos (2003) nos anos de 1990 mostrou que a situação da tradução em cada uma dessas instituições era bastante diferente no período. Em algumas a tradução se inseria como área de concentração ou como uma linha de pesquisa, mas em outros programas, mesmo nessa época, a tradução era apenas uma possibilidade de pesquisa encaixada em uma área ou linha mais ampla e, muitas vezes o programa nem oferecia disciplinas de tradução (RODRIGUES, 2013b).

É apenas no século XXI que temos um novo momento para a tradução no Brasil. Em 2004 iniciam-se as atividades do primeiro programa específico, a Pós-Graduação em Estudos da Tradução (PGET) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), evidenciando que a institucionalização da tradução só se efetiva no século XXI. Sua consolidação efetua-se com a aprovação do Doutorado em 2008.

Comprovando a institucionalização acadêmica dos Estudos da Tradução, em 2011 foi aprovado o Curso de Mestrado em Estudos da Tradução (POSTRAD) da Universidade de Brasília (UnB). Na Universidade de São Paulo (USP) há, desde 2012, o Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução (TRADUSP), com os cursos de Mestrado e Doutorado. Na Universidade Federal do Ceará, a Pós-Graduação em Estudos da Tradução (POET), com curso de Mestrado, iniciou suas atividades em 2014.

A criação desses programas indica a consolidação da área e confere aos Estudos da Tradução o status de campo de estudo legítimo. Esse foi o grande acontecimento para a tradução, o tradutor e, neste momento, também para o pesquisador em tradução. No entanto, apesar de tão consumida por todos os segmentos da população, a atividade é pouco reconhecida, mesmo entre pesquisadores de áreas correlatas, como a da pesquisa sobre os impressos no Brasil. Há alguns anos, em uma mesa-redonda promovida pelo GT de Tradução da ANPOLL, lamentei esse fato. Fábio Alves, outro participante da mesa, ao criticar minha postura de

lamentação, afirmou que os pesquisadores da área deveriam ser mais propositivos. Ele está correto.

No meu entender, isso envolve, por um prisma, nos aproximarmos dessas áreas e apresentar nossas pesquisas. Mas ser propositivo implica também examinar nossa história, ver em que momentos a tradução foi prestigiada, em que momentos foi desvalorizada, e enfatizar que, acima de tudo, a tradução é necessária e pratica a diferença entre valores, crenças e representações sociais, além de poder funcionar como agente de domínio.

5. Conclusão

Como não existe intercâmbio com perfeito equilíbrio entre duas línguas, nem mesmo internamente a uma língua, a tradução exige uma reflexão sobre a questão da diferença, da semelhança, da alteridade, do poder. Essas questões fazem parte da história da tradução, mas não de uma história da tradição, centrada em datas, cronologicamente bem delineada. Avalio que uma história propositiva envolve pontuar os momentos significativos para a tradução e o tradutor, não como movimento retrospectivo de lamentação, nem de busca por tempos que se foram. Olhar como a tradução e o tradutor chegaram ao ponto em que estão, por quais momentos passaram, significa projetar o que se quer, onde se pretende chegar enquanto área. Em minha avaliação, não basta a institucionalização dos Estudos da Tradução.

Na projeção que faço, a tese da invisibilidade do tradutor de Venuti (1986) não tem lugar na conjuntura brasileira, na medida em que ele fala do lugar do hegemônico que traduz o periférico. A área precisa de lições de visibilidade social de nossos editores e tradutores do passado, assim como de nossos críticos, resenhistas e ensaístas que, em tempo não tão remoto assim pautaram a tradução em jornais, periódicos e revistas. A exposição da história dos Estudos da Tradução no Brasil pode recolocar a tradução e o tradutor em pauta.

Referências

AMORIM, S. M. de. **Em busca de um tempo perdido**: edição de literatura traduzida pela Editora Globo (1930-1950). São Paulo: Edusp: Com-Arte; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

DE LUCA, T. R. **A Revista do Brasil**: um diagnóstico para a (N)ação. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

DAVATZ, T. **Memórias de um colono no Brasil**: 1850. Tradução, prefácio e notas de Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Martins, 1941. (Biblioteca Histórica Brasileira, v. 5).

DEBRET, J.-B. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**. Tradução e notas de Sérgio Milliet. São Paulo: Martins, 1940. 2 v. (Biblioteca Histórica Brasileira, v. 4).

DUTRA, E. F. Companhia Editora Nacional: tradição editorial e cultura nacional no Brasil dos anos 30. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO SOBRE LIVRO E HISTÓRIA EDITORIAL, 1., 2004. **Anais...** Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2004, p. 1-22.

DUTRA, E. F. A nação nos livros: a biblioteca ideal na coleção Brasiliana. In: DUTRA, E. F. MOLLIER, J.-Y. (Org.). **Política, nação e edição**: o lugar dos impressos na construção da vida política. São Paulo: Annablume, 2006, p. 299-314.

FROTA, M. P. Um balanço dos Estudos da Tradução no Brasil. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 135-169, 2007.

FROTA, M. P.; MARTINS, M. A. P.; RODRIGUES, C. C. Um breve histórico do GT de Tradução e a sua importância para o desenvolvimento da área em nosso país. **Revista da ANPOLL**, São Paulo, n. 1, p. 67-70, 1995.

LACERDA, C. Nota do tradutor. In: MARCHANT, A. **Do escambo à escravidão**: as relações econômicas de portugueses e índios na colonização do Brasil (1500-1580). Tradução de Carlos Lacerda. São Paulo: Editora Nacional, 1943, p. 9-13.

LÉRY, J. de. **Viagem à terra do Brasil**. Nota Rubens Borba de Moraes; tradução e notas de Sérgio Milliet. São Paulo: Martins, 1941. (Biblioteca Histórica Brasileira, v. 7).

LUCCOCK, J. **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil**: tomadas durante uma estada de dez anos nesse país, de 1808 a 1818. Nota Rubens Borba de Moraes; tradução de Milton da Silva Rodrigues. São Paulo: Martins, 1942. (Biblioteca Histórica Brasileira, v. 10).

MILLIET, S. Nota do Tradutor. In: DEBRET, J.-B. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**, v. 1. Tradução e notas de Sérgio Milliet. São Paulo: Martins, 1940, s/p.

MILLIET, S. Nota do Tradutor. In: LÉRY, J. de. **Viagem à terra do Brasil**. Nota Rubens Borba de Moraes; tradução e notas de Sérgio Milliet. S. Paulo: Martins, 1941, p. 7-10. (Biblioteca Histórica Brasileira, v. 7).

MILTON, J. **O Clube do Livro e a tradução**. Bauru: EDUSC, 2002.

_____. Bringing translation into the canon: the importance of the Folhetim in Translation Studies in Brazil. **Via Panorâmica**, Porto, s. 3, n. 4, p. 30-45, 2015. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/13531.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2016.

PAES, J. P. A tradução literária no Brasil. In: _____. **Tradução**: a ponte necessária. São Paulo: Ática, 1990, p. 9-31.

PAGANO, A. “An item called *books*”: translations and publishers’ collections in the editorial booms in Argentina e Brazil from 1930 to 1950. **Crop**, São Paulo, v. 6, p. 171-194, 2001.

PAGANO, A.; VASCONCELLOS, M. L. Estudos da tradução no Brasil: reflexões sobre teses e dissertações elaboradas por pesquisadores brasileiros nas décadas de 1980 e 1990. **D.E.L.T.A.**, v. 19, n. esp., p. 1-25, 2003.

PINTO, E. Prefácio do tradutor. In: MÉTRAUX, A. **A religião dos Tupinambás e suas relações com as demais tribos tupi-guaranis**. São Paulo: Editora Nacional, 1950, p. 9-30.

PONTES, H. Retratos do Brasil: editores, editoras e “Coleções Brasileira” nas décadas de 30, 40 e 50. In: MICELI, S. **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989, p. 359-409. v. 1.

RODRIGUES, C. C. Traduções da Coleção Brasileira: fontes primárias. **Tradução em Revista**, v. 5, p. 1-17, 2008. Disponível em: http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/cgi-bin/db2www/PRG_1460.D2W/INPUT0?CdLinPrg=pt. Acesso em: 12 abr. 2016.

_____. Coleção Brasileira: peritexto editorial das traduções In: OLIVEIRA, M. C. C.; PEREIRA, M. L. S.; FERREIRA, R.S.; NORONHA, J. M. G. et al. (Org.). **Disciplina, Cânone: continuidades e rupturas**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2013a, p. 153-166.

_____. Os Estudos da Tradução nos programas brasileiros de pós-graduação. In: GUERINI, A.; TORRES, M.-H. C.; COSTA, W. C. (Org.). **Os Estudos da Tradução no Brasil nos séculos XX e XXI**. Tubarão: Copiart; Florianópolis: PGET/UFSC, 2013b, p. 51-69.

SEIDLER, C. **Dez anos no Brasil**. Nota Rubens Borba de Moraes; tradução e notas do general Bertoldo Klinger; prefácio e notas do coronel F. Paula Cidade. S. Paulo: Martins, 1941. (Biblioteca Histórica Brasileira, v. 8).

TORRESINI, E. R. **Editora Globo: uma aventura editorial nos anos 30 e 40**. São Paulo: Ed. da USP; Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999.

VENUTI, L. The Translator’s invisibility. **Criticism**, Detroit, v. 28, n. 2, p. 179-213, 1986.

WYLER, L. **Línguas, poetas e bacharéis: uma crônica da tradução no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

Artigo recebido em: 14.02.2017

Artigo aprovado em: 20.03.2017

Os Estudos da Tradução no Brasil: a ABRAPT e o Encontro Nacional de Tradutores

Translation Studies in Brazil: ABRAPT and the Brazilian Translators' Forum

Ana Julita Oliveira da Silva*
Marileide Dias Esqueda**
Tania Liparini Campos***

RESUMO: Os Estudos da Tradução começaram a se desenvolver como disciplina acadêmica, em nível internacional, a partir da década de 1950. No contexto brasileiro, diversos autores apontam a década de 1980 como o período de construção identitária da disciplina, que culminou na institucionalização da pesquisa em tradução nas décadas posteriores. Neste trabalho, realizou-se um registro histórico da fundação e atuação da Associação Brasileira de Pesquisadores em Tradução – ABRAPT – a partir do levantamento bibliográfico, de documentos e de informações obtidas diretamente com os principais envolvidos com a associação. Ainda, partindo dos trabalhos de Frota (2007), Vasconcellos (2013), Rodrigues (2013) e Milton (2015), que abordam a temática dos Estudos da Tradução no Brasil sob uma perspectiva histórica, investigou-se a situação das pesquisas em tradução no país nas décadas de 1980 e 1990 e realizou-se o histórico de um dos fóruns de discussão fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa na área: o Encontro Nacional de Tradutores. Baseando-se na afirmação de Milton e Martins (2010) de que existem áreas na historiografia da tradução pouco exploradas no contexto brasileiro e devido à escassa bibliografia e pouca documentação compilada sobre a ABRAPT e demais fóruns de discussão, este trabalho visa contribuir para

ABSTRACT: Translation Studies emerged as a discipline in the 1950s. In the Brazilian context, authors indicate the 1980s as a period of identity construction of the discipline, which culminated in the institutionalization of translation research in the following decades. In this article, a historical record of the foundation and activities of the Associação Brasileira de Pesquisadores em Tradução – ABRAPT (Brazilian Association of Translation Researchers) was made drawing on bibliographic survey, documents and information obtained from interviews with the main researchers involved with the association. Based on Frota (2007), Vasconcellos (2013), Rodrigues (2013) and Milton (2015), who approached translation studies in Brazil from a historical perspective, the state of the art of translation research in Brazil in the 1980s and 1990s was investigated and a historical record of one of the most prominent forums on translation research – the Encontro Nacional de Tradutores (Brazilian Translators' Forum) – was made. The acknowledgment that there are areas in translation historiography that weren't well explored in the Brazilian context yet (MILTON and MARTINS, 2010), and that there is lack of bibliography and documents on ABRAPT and other forums led to the construction of this article that aims at contributing to the preservation of the history

* Aluna do Curso de Bacharelado em Tradução da Universidade Federal da Paraíba. E-mail: ana92julita@gmail.com.

** Professora adjunta do Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia. Possui doutorado em Estudos da Tradução pela Universidade Estadual de Campinas. E-mail: marileide.esqueda@ufu.br.

*** Professora adjunta do Departamento de Mediações Interculturais da Universidade Federal da Paraíba. Possui doutorado em Linguística Aplicada (linha de pesquisa: Estudos da Tradução) pela Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: tania@cchla.ufpb.br.

a preservação da história da associação e para o mapeamento dos Estudos da Tradução no Brasil.

of the association and to the mapping of Translation Studies in Brazil.

PALAVRAS-CHAVE: Estudos da Tradução. História da Tradução. ABRAPT. ENTRAD.

KEYWORDS: Translation Studies. Translation History. ABRAPT. Translators' Forum.

1. Institucionalização dos Estudos da Tradução

Munday (2001) afirma que os Estudos da Tradução, como disciplina acadêmica, apenas teve início na segunda metade do século passado. Antes de 1960, a tradução possuía status secundário na academia, vista apenas como método de aprendizado de línguas ou estudada como parte da literatura comparada. Discorrendo sobre a história da disciplina, o autor menciona James Holmes como responsável, na década de 1980, pela disseminação do termo *Translation Studies*. Ainda, cita Mona Baker que, na década de 1990, discorre sobre essa nova área acadêmica como aquela que reúne estudiosos vindos de uma grande variedade de disciplinas consideradas mais tradicionais. Utilizando como exemplo o Reino Unido, cujo primeiro curso de pós-graduação em tradução e interpretação teve início em 1960 (e que, na época da publicação de *Introducing Translation Studies*, já contava com pelo menos 20 cursos de pós-graduação na área), Munday explica o surgimento de cursos e especializações em tradução, e como o surgimento desses cursos, bem como sua proliferação, se deu junto ao aumento no número de conferências e publicações sobre tradução pelo mundo, sobretudo na década de 1990.

Barbosa (2009) cita a década de 1990 como aquela em que houve uma “explosão” dos Estudos da Tradução e Interpretação no mundo. Segundo a autora, esse crescimento da área deveu-se aos escritos, a partir da década de 1950, de George Mounin, Vinay e Darlbenet, Susan Bassnett, André Lefevere, entre outros, que culminaram em obras marcantes para o destino dos Estudos da Tradução nas décadas de 1980 e 1990. Barbosa cita as contribuições de Snell-Hornby para a “virada cultural” dos Estudos da Tradução, de Gideon Toury para o reposicionamento da tradução na teoria dos polissistemas de Even-Zohar, de Lawrence Venuti para as implicações políticas do baixo status atribuído ao tradutor e às traduções e, finalmente, de Mona Baker na organização da primeira grande enciclopédia dos Estudos da Tradução e na pesquisa em tradução e linguística de corpus.

No contexto brasileiro, Vasconcelos (2013) destaca o período da década de 1980, fase inicial dos Estudos da Tradução no Brasil, como um “momento histórico identitário”,

destacando a busca por unidade e luta por visibilidade institucional como os principais objetivos da época. A atuação do Grupo de Trabalho de Tradução da ANPOLL (GTTRAD) pode ser citada como um exemplo da busca por espaço acadêmico próprio. A ANPOLL foi fundada em 1984 por coordenadores e representantes de cursos de pós-graduação em Letras e Linguística e, desde o início, seus debates se articularam em Grupos de Trabalho temáticos dentro dessas duas grandes áreas. Frota, Martins e Rodrigues (1994) mencionam que a criação do GT de Tradução se deu em 1986 (junto aos 20 primeiros GTs da ANPOLL), por sugestão do Professor Edson Rosa da Silva, da UFRJ, e atribuem essa criação ao desenvolvimento da disciplina. Com encontros bianuais em nível nacional e, posteriormente, diversos encontros locais (com sua reestruturação e descentralização a partir de 1990), o GT permitiu o intercâmbio entre pesquisadores, servindo como ambiente de discussão, produção e divulgação da pesquisa em tradução no Brasil. Um dos desdobramentos advindos do trabalho do GTTRAD, mencionado por Vasconcelos (2013), foi a criação da Associação Brasileira de Pesquisadores em Tradução (ABRAPT). Fundada em três de abril de 1992, durante uma reunião do GT regional, na Universidade Estadual de Campinas, a criação dessa associação representou um avanço em relação à institucionalização da pesquisa em tradução no Brasil, por se tratar de um espaço formal com prerrogativas importantes que propiciam a integração dos associados. Porém, apesar de ser considerado um marco na história dos Estudos da Tradução no Brasil, existe pouca bibliografia e pouca documentação compilada sobre a ABRAPT e sua criação.

Diante do exposto, este trabalho, de caráter bibliográfico-documental, tem como proposta geral registrar a história oral dos fundadores da ABRAPT e pesquisadores responsáveis pela realização dos eventos científicos a ela vinculados, os Encontros Nacionais de Tradutores. Este estudo foi idealizado a partir de uma parceria estabelecida entre duas pesquisadoras e docentes em cursos de formação de tradutores recentemente criados na Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), e realizado por uma docente e uma discente (bolsista do CNPq) da UFPB, com a colaboração da diretoria da ABRAPT (triênio 2014-2016).

Para a realização deste estudo, foram traçados os seguintes objetivos específicos:

- Realizar um levantamento bibliográfico dos Estudos da Tradução no Brasil;
- Realizar o levantamento bibliográfico sobre a Associação Brasileira de Pesquisadores em Tradução (ABRAPT);
- Compilar documentos sobre a criação e funcionamento da ABRAPT;

- Compilar informações sobre os eventos promovidos pela associação entre 1992 e 2016;
- Coletar relatos dos principais pesquisadores envolvidos com a ABRAPT entre 1992 até o presente;
- Realizar registro escrito do histórico da ABRAPT entre 1992 e 2016.

Assim, almeja-se que os registros de tais documentos, em especial dos relatos orais¹, com as informações e as perspectivas daqueles que estiveram e estão envolvidos com a associação – e com o desenvolvimento dos Estudos da Tradução no Brasil – não se percam com o passar do tempo. Espera-se, com este trabalho, contribuir para a preservação de parte da história da consolidação dos Estudos da Tradução como campo disciplinar no país.

Nas próximas seções, discutiremos o contexto no qual a ABRAPT foi criada e seu percurso até o momento, a partir do mapeamento das organizações do Encontro Nacional de Tradutores.

2. Estudos historiográficos da tradução no Brasil

Pagano e Vasconcellos (2003), em trabalho sobre teses e dissertações elaboradas por pesquisadores brasileiros nas décadas de 1980 e 1990, afirmam que a existência de pesquisa em historiografia dos Estudos da Tradução evidencia o amadurecimento da disciplina no Brasil. Frota (2007), ao mencionar a pesquisa historiográfica como um campo de investigação no interior da disciplina Estudos da Tradução, vai ao encontro desse pensamento. Segundo a autora, o interesse pela história como objeto de pesquisa é decorrente da consolidação de sua identidade como disciplina no contexto brasileiro, conquistada nas últimas décadas.

No texto de apresentação do periódico *Tradução em Revista* número 8, “Contribuições para uma historiografia da tradução”, Milton e Martins (2010), partindo do artigo de Lieven D’hulst, intitulado “Why and How to Write Translation Histories”, destacam a importância da abordagem historiográfica. De acordo com os autores, os estudos historiográficos no campo da tradução possibilitam a expansão dos conhecimentos dos teóricos, na medida em que proporcionam uma flexibilidade intelectual na adoção de novos pontos de vista, demonstrando a relação entre práticas e abordagens e evitando a aderência cega a uma única teoria. Rodrigues

¹ As entrevistas realizadas com os pesquisadores da área podem ser acessadas em: https://www.youtube.com/watch?v=5yAm_Vtnwf8. Ressalta-se que esse vídeo contendo as entrevistas foi exibido na abertura do XII ENTRAD, realizado na Universidade Federal de Uberlândia, em 2016.

(2010), em seu texto sobre o papel da tradução na pesquisa científica brasileira, menciona também a relevância da abordagem histórica na formação de tradutores, já que essa propiciaria a percepção da dimensão política da tradução. Apesar da importância mencionada, Milton e Martins (2010) ressaltam que ainda existem áreas na historiografia da tradução pouco exploradas, principalmente no contexto brasileiro. Esse pensamento é corroborado por Rodrigues (2010), apesar de reconhecer avanços na quantidade de trabalhos publicados nos últimos anos e na diversificação dos enfoques adotados (que vão além dos trabalhos predominantes sobre história das traduções literárias). Dentre os autores que abordam a temática dos Estudos da Tradução no Brasil sob uma perspectiva histórica, podemos citar Frota (2007), Vasconcellos (2013), Rodrigues (2013) e Milton (2015), que serão discutidos ao longo deste artigo.

3. Período inicial dos Estudos da Tradução no Brasil: a importância da realização dos Encontros Nacionais de Tradutores

Em artigo intitulado “Um balanço dos Estudos da Tradução no Brasil”, Frota (2007) menciona o livro “Escola de tradutores” – escrito por Paulo Rónai e publicado em 1952 – como o primeiro livro brasileiro de tradução. Citando o livro de José Paulo Paes, publicado em 1990 (“Tradução: a ponte necessária”), Frota ressalta que poucas obras tendo como foco a tradução foram lançadas até aquela data. Apesar das discrepâncias no número exato de teses, dissertações e obras em geral, os levantamentos feitos anteriormente – e citados pela autora – apontam para um reduzido número de publicações em um longo período de tempo. Já Rodrigues (2013), mencionando os acontecimentos da década de 1980, destaca a realização de dois Encontros Nacionais de Tradutores, a criação do GT de Tradução da ANPOLL e a ocorrência de quatro reuniões ainda na mesma década, além da publicação de sete livros, quatro coletâneas, um periódico e um número escasso de defesas de teses e dissertações. Embora, segundo ela, esses acontecimentos sinalizem alguma atividade na área, “a tradução ainda não parece se configurar como um campo de estudos legítimo nem se insere efetivamente na pós-graduação na década de 1980” (RODRIGUES, 2013, p. 55). Para a autora, a tradução passa a ter legitimidade como campo de estudo na década de 1990 e se institucionaliza enquanto área de concentração ou linha de pesquisa nos programas de pós-graduação brasileiros a partir de 2000.

É importante destacar, nesse período inicial dos Estudos da Tradução no Brasil, a realização dos Encontros Nacionais de Tradutores – fóruns de discussão fundamentais para o

desenvolvimento da pesquisa na área nas décadas posteriores. Em 1975, a partir da iniciativa de professores universitários como Maria Cândida Bordenave (fundadora e coordenadora do Curso de Tradutor e Intérprete da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro) e Affonso Romano de Sant'Anna (diretor do Departamento de Letras e Artes da época), juntamente com esforços de pessoas atuantes na profissão como Paulo Rónai, da recém-criada ABRATES (Associação Brasileira de Tradutores), realizou-se o I Encontro Nacional de Tradutores. Machado (1975), em seu artigo para o *Jornal do Brasil* "Um encontro sobre o encanto e os desencontros da palavra", comenta as impressões sobre o evento, que contou com a participação de nomes como Antônio Houaiss e abordou temas recorrentes nessa primeira fase de reflexão sobre a tradução: preocupações teóricas – distinção entre tradução técnica e literária, tradução como criação – bem como preocupações de cunho profissional – consciência e ética profissional, desvalorização e informalidade da profissão. O evento ocorreu nos dias 23, 24 e 25 de abril, na PUC-RJ, e contou com a participação de aproximadamente 350 pessoas. No documento final do Departamento de Letras e Artes, intitulado "Conclusões e Recomendações" (1975), além da programação completa do evento, há informações importantes sobre os objetivos, as conclusões e as recomendações advindas do encontro. Como objetivos, mencionam-se a reunião de pessoas ligadas à atividade de tradução, a congregação dos órgãos de classe existentes (porém dispersos), e a discussão dos problemas do tradutor (reconhecimento, remuneração, relação tradutor-editor, dificuldades no ensino de tradução). Como conclusões, são destacadas a complexidade e responsabilidade da profissão de tradutor e a inexistência de fontes de consulta no Brasil (alto custo do material importado, ausência de unanimidade no uso da terminologia técnica). Por fim, recomenda-se a unificação dos esforços das associações no sentido de reconhecimento da profissão, além do estabelecimento de uma sólida política profissional do tradutor (obtenção dos direitos autorais, exigência de contratos, criação de centros de consulta e informação).

Nos dias 29 a 31 de maio de 1985, realizou-se o II Encontro Nacional de Tradutores – novamente organizado por professores do departamento de Letras da PUC-RJ, em parceria com a ABRATES (MARTINS, 2007). Frota (2007) menciona o evento, relacionando sua realização ao contexto de fortalecimento das pesquisas em tradução brasileiras na década de 1980:

Considerando-se que o II Encontro só se realiza dez anos depois do primeiro, quando então passa a realizar-se a cada dois ou três anos e a contar com a publicação de anais, podemos dizer que é nessa segunda metade da década de

1980 que se fortalecem as raízes que viriam a consolidar e expandir a produção brasileira no campo dos estudos da tradução. (FROTA, 2007, p. 7).

Maria Cândida Bordenave, em texto de apresentação escrito para os Anais do II Encontro e republicado 27 anos mais tarde pela *Tradução em Revista* (BORDENAVE, 2012a), menciona as três ideias que impulsionaram e inspiraram a comissão organizadora: preocupação com a tradução como área acadêmica, a relevância e a imprescindibilidade da tradução e do tradutor no Brasil, e a situação profissional do tradutor. A importância profissional do tradutor é destacada no conteúdo dos painéis e palestras, apesar dos pontos negativos levantados – baixa remuneração, prazo limitado de entrega de trabalhos, quase inexistência de contratos entre tradutores e editoras, improvisação de profissionais, não reconhecimento do nível de ensino existente nas escolas de tradução, falta de união da classe (BORDENAVE, 2012b). Em relação às recomendações resultantes do II Encontro, verifica-se uma maior especificidade das demandas, embora elas girem em torno das mesmas preocupações da década anterior: unificação dos esforços dos órgãos representativos para o reconhecimento da profissão e regulamentação da categoria, revisão da Lei do Direito Autoral, reivindicação do nome do tradutor na capa do livro e na ficha bibliográfica, adoção de contrato padrão para proteger juridicamente os tradutores, exigência da aprovação por parte dos tradutores das modificações realizadas pelos editores, empenho na regularidade de uma publicação especializada pertinente à profissão (BORDENAVE, 2012b).

Entre 26 e 28 de agosto de 1987 ocorreu o III Encontro Nacional de Tradutores, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Coordenado pela Professora Sara Viola Rodrigues e com o apoio da Direção do Instituto de Letras da UFRGS, o encontro teve como objetivo abordar o tema “O Ensino da Tradução” em três grandes áreas: tradução técnica e científica, tradução literária e interpretação. Aubert, na Conferência de abertura intitulada “A pesquisa no ensino de tradução”, comenta a importância da realização do evento:

Encontros como este são preciosas oportunidades de sairmos, mesmo que por breves instantes, de nossas rotinas individuais, para trocarmos experiências, intuições, pontos de vista, para testarmos hipóteses, ideias embrionárias ou já mais desenvolvidas, para acertarmos iniciativas comuns que ultrapassem os limites espaço-temporais deste 3º Encontro Nacional de Tradutores e façam multiplicar os esforços associativos, de criação de órgãos de publicação e divulgação, de constituição de centros de pesquisa em tradução e terminologia. (AUBERT, 1989, p. 14-15)

Os anais do Encontro foram divididos em cinco grandes temas: pesquisa e teoria na formação do tradutor, estruturação do ensino da tradução, problemas específicos de tradução, tradução literária e interpretação de conferências.

O IV ENTRAD, acrônimo que passa a identificar e consolidar a existência do evento, ocorreu de 1 a 6 de abril de 1990, em São Paulo. Os anais do evento foram publicados no mesmo ano pela Universidade de São Paulo e teve como tema “A Tradução: alvo e ferramentas”. FROTA (2006), em texto sobre a história do GT de Tradução da ANPOLL, menciona que o IV ENTRAD: “Foi um sucesso em termos de organização, qualidade dos trabalhos e número de congressistas, e contou com a participação de pesquisadores estrangeiros”. Esse evento foi o último realizado anteriormente à criação da ABRAPT.

Na próxima seção, abordaremos alguns detalhes sobre a criação da ABRAPT e a realização dos Encontros Nacionais de Tradutores no Brasil.

4. A ABRAPT e o ENTRAD

A Associação Brasileira de Pesquisadores em Tradução (ABRAPT) foi fundada em três de abril de 1992 durante uma reunião do GT regional da ANPOLL, na Universidade Estadual de Campinas, como já mencionado. João Azenha, membro fundador da associação, relata como surgiu a ideia de criá-la:

A ideia surgiu da necessidade que se constatou naquele II Encontro Paulista de Pesquisadores em Tradução de que uma associação de nível nacional poderia agregar esforços no sentido de mapear o perfil de pesquisadores e a natureza das pesquisas que vinham sendo realizadas no Brasil e também de atuar, juntamente com o GT de Tradução da ANPOLL não apenas no sentido de dar visibilidade à produção desses pesquisadores, como também de atuar junto às agências de fomento, a fim de garantir à tradução um lugar entre as várias rubricas que abrigavam projetos de pesquisa fomentados por essas mesmas agências federais e estaduais. (informação verbal).²

Após a discussão e aprovação do estatuto da associação, elegeu-se a primeira diretoria, que teve como presidente Mário Laranjeira, da USP, e vice-presidente Rosemary Arrojo, da UNICAMP. Em seu estatuto, a ABRAPT elegeu como finalidades a congregação de pesquisadores em tradução, o estabelecimento de canais de contato entre pesquisadores e órgãos ou entidades de fomento à pesquisa, o patrocínio e divulgação de conferências, cursos,

² AZENHA, J. **Entrevista sobre a ABRAPT** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida em: 4 jul. 2016.

congressos e outros eventos. Além disso, facilitar o acesso dos associados a materiais de utilização direta ou indireta na pesquisa em tradução, obter bolsas e viagens de estudo ou pesquisa, promover intercâmbio com entidades semelhantes no país ou no exterior e publicar boletim informativo ou revista contendo a produção científica dos associados (LARANJEIRA, 1996). Milton, em artigo intitulado *The birth of the Translation Studies on the periphery: the case of Brazil*, menciona a fundação da associação em 1992 e sua atuação na organização e realização dos Encontros Nacionais de Tradutores a partir de então:

A ABRAPT tem cuidado da organização dos Encontros Nacionais de Tradutores periódicos. O Encontro anterior tinha sido na USP, em 1990, e a ABRAPT decidiu continuar com a série de Encontros, com o 5º Encontro Nacional de Tradutores na Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, em 1994; o sexto, organizado pelas Universidades Estadual e Federal do Ceará, Fortaleza, em 1996; o sétimo na USP, São Paulo, em 1998; o oitavo na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, em 2001; o nono, novamente em Fortaleza, Ceará, em 2004; o 10º em Ouro Preto, Minas Gerais, em 2009, organizado pela Universidade Federal de Ouro Preto; e, recentemente, o 11º em Florianópolis, na Universidade Federal de Santa Catarina. (MILTON, 2015, p. 101, tradução nossa).³

O primeiro encontro ocorrido após a fundação da ABRAPT foi o V Encontro Nacional de Tradutores⁴, que ocorreu nos dias 23 a 28 de maio de 1994, em Salvador, e contou com o patrocínio do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, sede do evento. John Milton comenta que os membros da recém-criada ABRAPT se responsabilizaram pela organização do evento e que:

Luiz Angélico da Costa, da Universidade Federal da Bahia, também foi um dos membros fundadores da ABRAPT e teve um papel central na ABRAPT, no começo, e em organizar o 5º Encontro em maio de 1994. (informação verbal).⁵

³ ABRAPT has “taken care” of the organization of the regular national Translators Conferences. The previous one had been at USP in 1990, and ABRAPT decided to resume the series of conferences, with the Fifth National Translator’s Conference at the Federal University of Bahia (UFBA), Salvador, in 1994; the sixth organized by the State and Federal Universities of Ceará, in Fortaleza, in 1996; the seventh at USP, Sao Paulo in 1998; the eighth at the Federal University of Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, in 2001; the ninth, again in Fortaleza, Ceará, in 2004; and the tenth in Ouro Preto, Minas Gerais, in 2009, organized by the Federal University of Ouro Preto; and recently the eleventh in Florianópolis, at the Federal University of Santa Catarina.

⁴ O tema do V ENTRAD não foi explicitado nos anais.

⁵ Entrevista concedida por MILTON, J. **Entrevista I**. [mar. 2016]. Entrevistadora: Ana Julita Oliveira da Silva. Entrevista via Skype. João Pessoa, 2016. 1 arquivo .mp3 (38 min.).

Em texto introdutório aos anais do encontro, o professor destaca o fato das pesquisas em tradução serem feitas por acadêmicos de outras áreas, por exemplo, Linguística e Literatura Comparada, inexistindo uma área específica de Tradução. Ainda, afirma que um dos pontos polêmicos no futuro da pesquisa na área seria justamente sua fragmentação. Essa fragmentação é exemplificada com base na diversidade dos assuntos abordados no V Encontro, que discutiu temas envolvendo interpretação, tradução juramentada, terminologia médica, dicionários bilíngues, tradução de romances e poesia, além de discutir questões envolvendo política editorial e desconstrução (MILTON, 1996). Com mandatos trienais previstos em seu estatuto, a ABRAPT, em Assembleia Geral ao final do V Encontro Nacional de Tradutores, reelegeu Mário Laranjeira como presidente e instituiu Francis Henrik Aubert como vice-presidente.

O VI Encontro Nacional de Tradutores ocorreu no ano de 1996, no período de 21 a 25 de outubro, na Universidade Federal do Ceará.

No ano de 1996, um grupo de professores do DLE, sob a coordenação do Prof. Tito Lívio Cruz Romão, juntamente com a Associação Brasileira de Pesquisadores em Tradução (ABRAPT), cuja sede se encontrava àquela época na Universidade de São Paulo, realizou em Fortaleza, nas dependências do Centro Administrativo e de Treinamento do Banco do Nordeste do Brasil, o VI Encontro Nacional de Tradutores. O evento, que teve como tema “Integração via Tradução”, levou a Fortaleza cerca de 600 participantes, provenientes de diversos estados brasileiros e também de outros países, que se distribuíram em diversas seções de comunicações, painéis, minicursos e oficinas (FREITAS; ROMÃO; SILVA, 2013, p. 88). John Milton – organizador dos anais do encontro juntamente com Francis Aubert – discorrendo sobre suas impressões em relação ao evento, afirma que algumas tendências dos Estudos da Tradução no Brasil puderam ser percebidas. O autor menciona o crescimento do interesse pela tradução técnica e pela interpretação como área acadêmica, assim como o desenvolvimento dos estudos envolvendo tradução e mídia (MILTON, 1998). Ainda, nos anais do VI Encontro constam os nomes que compõem a nova diretoria da ABRAPT (após as primeiras duas gestões com Mário Laranjeira à frente): o Professor João Azenha como Presidente, a Professora Nádia Dalla Déa como Secretária, a Professora Deusa Maria de Souza como Tesoureira e o Professor John Milton como Encarregado de Eventos.

O VII Encontro Nacional de Tradutores (e I Encontro Internacional de Tradutores) foi realizado nos dias 7 a 11 de setembro de 1998, na Universidade de São Paulo, e teve como tema “Os Sujeitos da Tradução: Inserção e Ação”. Participaram da organização do evento, além da

ABRAPT, o CITRAT (Centro Interdepartamental de Tradução e Terminologia da USP) e a FFLCH (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP). John Milton, mais uma vez, atuou como organizador acadêmico do ENTRAD.

Ele comenta que, nessa época, o corpo de pesquisadores já estava crescendo e os Estudos da Tradução já estavam sendo estabelecidos como área de pesquisa em várias Universidades (informação verbal)⁶. Em “Projeto para a Realização do VII Encontro Nacional de Tradutores e I Encontro Internacional de Tradutores”, Milton explicita o programa do evento:

Diferente dos Encontros anteriores, o VII Encontro será dividido em dez áreas temáticas, que mostram a diversidade dos estudos nesta área em grande expansão no mundo inteiro, com número crescente de publicações acadêmicas e cursos universitários. (MILTON, 1998, p. 5).

As áreas temáticas definidas para o VII ENTRAD foram: Tradução Juramentada e Técnica, Terminologia, Pós-modernidade e Tradução, Tradução de Filmes: Legendagem e Dublagem, Historiografia da Tradução, Ensino de Tradução, Tradução e Linguística, Informática e Tradução, Interpretação, e Literatura e Tradução. John Milton, em 1999, foi eleito Presidente da ABRAPT para o triênio seguinte (informação verbal)⁷.

O VIII Encontro Nacional de Tradutores (e II Encontro Internacional de Tradutores) ocorreu em Belo Horizonte, nos dias 23 a 27 de julho de 2001, promovido pela ABRAPT juntamente com a Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. O tema do evento foi “Traduzindo o novo milênio: corpora/cognição/cultura”. Fábio Alves, um dos organizadores do evento, comenta como se deu a iniciativa de organizá-lo: “a partir de interações com os colegas, sobretudo de São Paulo, que estavam ligados à ABRAPT naquela ocasião, nós fizemos, então, uma proposta de sediar o encontro em Belo Horizonte em 2001” (informação verbal)⁸. Na ocasião, nove áreas temáticas foram definidas para abranger os trabalhos apresentados. Dentre elas, sete deram continuidade aos temas presentes no encontro anterior (Discurso, Historiografia, Tradução e Mídia: TV, Cinema e Teatro, Pós-estruturalismo, Terminologia, Tradução literária e Interpretação), e duas novas áreas ganharam espaço

⁶ Entrevista concedida por MILTON, J. op. cit.

⁷ Idem.

⁸ Entrevista concedida por ALVES, F. **Entrevista IV**. [mai. 2016]. Entrevistadora: Ana Julita Oliveira da Silva. Entrevista via Skype. João Pessoa, 2016. 1 arquivo .mp4 (35 min.).

(Abordagens cognitivas e Estudos de corpora). Sobre a repercussão do evento, Fábio Alves comenta:

Algumas publicações muito significativas aconteceram em decorrência das apresentações feitas no congresso – eu digo publicações em nível internacional – e também o fortalecimento de laços acadêmicos entre pesquisadores brasileiros e pesquisadores estrangeiros. Eu vejo no congresso de 2001 um grande momento de visibilidade internacional dos estudos de tradução no Brasil. Já havia um movimento anterior feito pelos organizadores dos outros congressos, congressos anteriores, mas significativamente foi um grande evento e foi para nós um prazer organizá-lo. (informação verbal).⁹

O IX Encontro Nacional de Tradutores (e III Encontro Internacional de Tradutores) foi realizado em Fortaleza, no período de 30 de agosto a 3 de setembro de 2004. O evento, organizado pela ABRAPT juntamente com a Universidade Estadual do Ceará (UECE), teve como tema “Mídia, Tradução e Ensino”. Definiram-se oito áreas temáticas para a apresentação de trabalhos. Foram elas: Tradução Literária e Historiografia; Pós-estruturalismo; Mídia; Terminologia; Ensino e Avaliação; Discurso; Linguística de Corpus; Interpretação. Vera Lúcia Santiago Araújo, uma das organizadoras do evento, destaca que:

Foi um evento muito grande, nós não tivemos todos os recursos; foi, assim, muito difícil no que diz respeito à parte financeira, mas no que diz respeito à parte acadêmica, chamou bastante atenção da comunidade acadêmica do Ceará e todas as sessões estavam sempre lotadas. (informação verbal).¹⁰

Entre 2002 e 2004, a gestão que esteve à frente da diretoria da ABRAPT foi a de Stella Esther Ortweiler Tagnin. Na sequência, Fábio Alves foi eleito para o triênio 2005 – 2007. José Luiz V. R. Gonçalves, comentando essas duas gestões anteriores à que ele próprio foi presidente, destaca que, durante esse período, a Associação passou por diversos problemas burocráticos que se estenderam até o seu mandato (que ocorreu entre os anos de 2007 a 2010):

A gestão que havia sido anterior foi a da Professora Stella Tagnin, da USP, na qual houve a realização do Encontro de Tradutores em Fortaleza, que foi o IX Encontro Nacional depois que houve essa transição para a gestão do Professor Fábio Alves e por uma série de problemas a associação não foi regularizada e

⁹ Idem.

¹⁰ Entrevista concedida por ARAÚJO, V. L. S. **Entrevista III**. [abr. 2016]. Entrevistadora: Ana Julita Oliveira da Silva. Entrevista via Skype. João Pessoa, 2016. 1 arquivo .mp4 (20 min.).

ficou parada. Parece que havia uma série de problemas com relação ao registro, na parte contábil de cartório da associação. (informação verbal).¹¹

Ele comenta como se deu o seu envolvimento com a ABRAPT e com a organização do X ENTRAD, em Ouro Preto:

Foi num encontro da ANPOLL que alguns colegas sugeriram que nós, aqui da UFOP, na época eu e a Professora Irene Hirsch, assumíssemos, tomássemos a frente para regularizarmos a associação e assim poder reativá-la e realizar o encontro de tradutores. Houve uma eleição e nós fomos empossados. Eu, como presidente, e a professora Eliana Franco, na época da UFBA, ficou como vice-presidente. E a Professora Irene Hirsch, que era da UFOP, ficou como primeira-tesoureira. Então nós retomamos a associação e fizemos todos os procedimentos para regularizá-la em termos contábeis, em termos burocráticos, em termos de registro... Toda essa parte burocrática que estava emperrada. A associação tinha sede em São Paulo e por uma série de problemas burocráticos, estava inativa e nós tivemos que fazer todo esse processo para reativá-la. (informação verbal).¹²

O X Encontro Nacional de Tradutores (e IV Encontro Internacional de Tradutores) ocorreu nos dias 7 a 10 de setembro de 2009, em Ouro Preto, Minas Gerais, organizado pela ABRAPT e contando com o apoio da Universidade Federal de Ouro Preto. Na apresentação dos anais do evento, publicados em 2011, podemos perceber a dimensão do X ENTRAD:

Na ocasião, foram apresentadas uma conferência de abertura e uma de encerramento, três conferências plenárias, quatro palestras, 22 mesas redondas, além de 245 trabalhos em comunicações individuais e coordenadas e 52 pôsteres. Houve a participação de aproximadamente 600 inscritos provenientes de diversas regiões do Brasil e também do exterior, além de convidados de destaque nos Estudos da Tradução, no cenário nacional e internacional (GONÇALVES et al, 2011, *online*).

Com a proposta “Nas trilhas da tradução: para onde vamos?” (2011), o evento contou com 14 áreas temáticas, introduzindo duas áreas que não apareceram no programa dos encontros anteriores: Tradução de Língua de Sinais; Tradução de Textos Sensíveis. As demais áreas foram: Tecnologias da Tradução; Tradução, Ética e Psicanálise¹³; Tradução Juramentada

¹¹ Entrevista concedida por GONÇALVES, J. L. V. R. **Entrevista II**. [mar. 2016]. Entrevistadora: Ana Julita Oliveira da Silva. Entrevista via Skype. João Pessoa, 2016. 1 arquivo .mp4 (35 min.).

¹² Idem.

¹³ As áreas Tecnologias da Tradução e Tradução, Ética e Psicanálise não constavam, com esses nomes, dos eventos anteriores, mas parecem representar os novos direcionamentos das áreas Informática e Tradução (VII ENTRAD) e Pós-estruturalismo, respectivamente.

e Técnica/Especializada; Historiografia; Tradução Audiovisual e Acessibilidade; Ensino, Avaliação e Credenciamento; Estudos de Corpora; Modelagem da Tradução, Processo Tradutório e Desempenho Experto; Terminologia; Tradução Literária; Estudos da Interpretação; e Tradução e Análise Textual. José Luiz V. R. Gonçalves, a respeito da escolha das áreas temáticas na ocasião, afirma que:

Essa proposta, na verdade, foi feita por indução dos pares. O que a comissão organizadora fez foi entrar em contato com os colegas da área, não só os associados, mas a grande maioria dos pesquisadores na área dos estudos da tradução para fazer essa indução de quais seriam as áreas mais interessantes. Quer dizer, houve várias rodadas de debates em que foram feitas propostas, contrapropostas, ajustes. (informação verbal).¹⁴

Vasconcellos (2013), discorrendo sobre a natureza atual dos Estudos da Tradução no Brasil (e usando como exemplo a multiplicidade dos temas discutidos no X Encontro), comenta que as áreas escolhidas “não foram ‘inventadas’ num vácuo, mas calcadas na disponibilidade de *expertise* disponível neste momento histórico” (VASCONCELLOS, 2013, p. 42). A autora acrescenta que elas “ainda não encapsulam toda a diversidade da pesquisa no contexto brasileiro” (VASCONCELLOS, 2013, p. 42).

Destaca-se, em relação à 11ª edição do evento, a opção da organização em não manter o acrônimo ENTRAD, modificar o nome do evento para XI Congresso Nacional de Tradutores (e V Congresso Internacional de Tradutores) e utilizar o sistema de simpósios para as comunicações, o que representou uma mudança em relação ao que vinha sendo realizado, desde 1998, nas edições anteriores. As áreas temáticas eram, até então, definidas pela comissão organizadora do evento e permitiam que seus coordenadores convidassem participantes para proferirem palestras relacionadas ao tema da área. No evento de 2013, no entanto, os pesquisadores candidataram-se à proposição dos simpósios.

O XI Congresso Nacional de Tradutores (e V Congresso Internacional de Tradutores) ocorreu em Florianópolis, na Universidade Federal de Santa Catarina, no período de 23 a 26 de setembro de 2013, e teve como tema “Estudos da Tradução e diálogo interdisciplinar”. Walter Costa – presidente da Associação no triênio 2010-2013 – comenta, na apresentação do caderno de resumos, a dimensão do evento:

¹⁴ Entrevista concedida por GONÇALVES, J. L. V. R. **Entrevista II**. [mar. 2016]. op. cit.

O congresso contou com 1592 inscritos e 1352 participantes efetivos, assim distribuídos: 63 simpósios, coordenado por 132 coordenadores, 766 comunicações inscritas e 658 comunicações apresentadas, 07 mesas-redondas (28 professores, contando com os coordenadores das mesas), 05 conferências e 97 pôsteres. (COSTA, 2013, p. 16).

Em 2016, em Uberlândia, com a temática “Tradição e Inovação”, ocorreram o XII Encontro Nacional de Tradutores e o VI Encontro Nacional de Tradutores organizados pelo Curso de Tradução do Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia em parceria com a ABRAPT, tendo como presidente a Professora Marileide Dias Esqueda e vice-presidente a Professora Tânia Liparini Campos durante o triênio 2014-2016.

As comissões organizadora e científica, formadas por pesquisadores da UFMG, UFOP, UFPB, UFSCar, UFF, UFSC, UFRGS, UFCE, UFPR, UFRJ, UFJF, UnB, UESC, UECE, UERJ, UNEB, USP, UNESP, UNICAMP, UNISINOS, PUC RJ e SP, retomaram a prática estabelecida na organização do encontro entre 1998 e 2009 e definiram as seguintes áreas temáticas para o XII ENTRAD: Tradução e Terminologia; Estudos da Interpretação; Tradução Audiovisual; Estudos da Tradução e Corpora; Abordagens Cognitivas da Tradução; Tradução Especializada; Tradução e Interpretação de Línguas de Sinais; Tradução Literária; História e Historiografia da Tradução; Tecnologias da Tradução; Tradução, Crítica e Ética. Foram contempladas três áreas inéditas em relação aos eventos anteriores: Tradução e Estudos Clássicos, Tradução e Mercado de Trabalho e Tradução e Localização¹⁵.

Tais áreas atestam a natureza multidisciplinar da Tradução, já evidenciada em vários estudos (ARROJO; FROTA, 1992; FROTA; MARTINS; RODRIGUES, 2004; PAGANO; VASCONCELLOS, 2003; 2004; VASCONCELLOS, 2013) e nos eventos anteriores, que longe de impedirem a afirmação da identidade dos Estudos da Tradução no Brasil, resgatam o caráter multifacetado da disciplina, formando seu próprio distintivo.

O XII ENTRAD contou com 562 participantes, 51 conferencistas nacionais e 6 internacionais, 32 sessões coordenadas que contemplaram as áreas temáticas definidas para o evento e mais de 50 apresentações de pôsteres. As áreas temáticas que mais se destacaram em termos de quantidade de trabalhos foram as de Tradução Literária e Tradução Audiovisual. Em contrapartida, outras áreas, como as de Tecnologias da Tradução e Tradução e Localização, foram abordadas por um número menor de trabalhos, provavelmente sinalizando a sua

¹⁵ Vale ressaltar que futuras pesquisas necessitam ser realizadas no sentido de verificar como as áreas temáticas do ENTRAD se repetem ou se modificam ao longo dos anos, o que poderá sugerir os caminhos percorridos pela pesquisa nos Estudos da Tradução em cenário brasileiro.

emergência recente no contexto acadêmico brasileiro e, conseqüentemente, a incipiência de estudos voltados para essas áreas, como se observa a seguir:

Número de trabalhos por áreas temáticas do ENTRAD 2016:

- Abordagens Cognitivas da Tradução: 8 comunicações
- Ensino de Tradução: 15 comunicações e 2 pôsteres
- Estudos da Interpretação: 11 comunicações e 5 pôsteres
- Estudos de Tradução e *Corpora*: 17 comunicações e 13 pôsteres
- História e Historiografia da Tradução: 14 comunicações e 1 pôster
- Tecnologias da Tradução: 3 comunicações e 3 pôsteres
- Tradução Audiovisual: 24 comunicações e 3 pôsteres
- Tradução, Crítica e Ética: 8 comunicações e 1 pôster
- Tradução e Estudos Clássicos: 7 comunicações e 2 pôsteres
- Tradução e Interpretação de Línguas de Sinais: 9 comunicações e 5 pôsteres
- Tradução e Localização: 3 comunicações e 2 pôsteres
- Tradução e Mercado de Trabalho: 6 comunicações e 1 pôster
- Tradução e Terminologia: 15 comunicações e 4 pôsteres
- Tradução Especializada: 7 comunicações e 1 pôster; e
- Tradução Literária: 52 comunicações e 9 pôsteres

De qualquer forma, as 15 áreas temáticas foram contempladas em mesas-redondas e estiveram presentes também nas dez conferências e seis oficinas, que contaram com convidados nacionais e internacionais. As pesquisas veiculadas durante o XII ENTRAD permitiram vislumbrar os avanços e os diversos modelos investigativos dos Estudos da Tradução e da Interpretação.

Destaca-se que a conferência de abertura do evento foi proferida pela Professora Cristina Carneiro Rodrigues, da UNESP – Campus de São José do Rio Preto, com o título “A Tradução no Brasil”. A intenção das comissões organizadora e científica foi a de abrir o ENTRAD de 2016 buscando o resgate da história da tradução e os impactos dos Estudos da Tradução no Brasil. Na ocasião, a professora convidada, que é versada nos estudos historiográficos, tratou dos acontecimentos mais importantes no percurso percorrido desde as importantes manifestações dos tradutores nos anos 1930 até a consolidação dos Estudos da

Tradução como campo de pesquisa em 2003, com a criação do primeiro programa de pós-graduação em Estudos da Tradução no Brasil.

Faz-se interessante também mencionar que outra modalidade de atividade do XII ENTRAD que buscou uma expansão do conhecimento de docentes e discente das áreas de Tradução e Interpretação foram as oficinas. Com seu caráter prático, as oficinas oferecidas durante o evento buscaram propiciar aos participantes uma oportunidade de manuseio das principais ferramentas tecnológicas que perpassam as atividades de tradução e interpretação, o que demandou a ativa participação de docentes e discentes em laboratório de informática específico da área instalados recentemente na UFU.

A seguir, apresentamos algumas considerações finais e perspectivas futuras para a Associação Brasileira de Pesquisadores em Tradução.

5. Considerações finais

Torres (2015), discutindo o que chama de “virada institucional” nos Estudos da Tradução no Brasil, com a criação do PGET – primeiro programa de pós-graduação *stricto sensu* em Estudos da Tradução – em 2004, na UFSC, aponta essa virada como historicamente inevitável devido, dentre outras iniciativas a partir da década de 1970, à realização do I Encontro Nacional de Tradutores e a criação da ABRAPT.

Fábio Alves destaca a importância da ABRAPT nesse processo:

No contexto da atuação da associação eu considero que este é um dos maiores ganhos que nós tivemos nos últimos anos: a legitimação da área de estudos da tradução por meio da criação de programas de pós-graduação específicos tendo a tradução como objeto de estudos. E sem uma associação do peso da ABRAPT, seguramente essa conquista não teria sido alcançada. (informação verbal).¹⁶

John Milton (informação verbal)¹⁷ afirma que, embora houvesse, inicialmente, a intenção de que a ABRAPT promovesse eventos, cursos e publicações, ela acabou tornando-se a entidade responsável, especificamente, pela organização dos Encontros Nacionais de Tradutores. A criação da associação, segundo ele, impulsionou a promoção desses eventos, cursos e publicações nas universidades brasileiras. Por outro lado, José Luiz V. R. Gonçalves,

¹⁶ Entrevista concedida por ALVES, F. **Entrevista IV**. [mai. 2016]. op. cit.

¹⁷ Entrevista concedida por MILTON, J. **Entrevista I**. [mar. 2016]. op. cit.

embora reconheça os Encontros Nacionais de Tradutores como eventos de grande importância, destaca a necessidade da associação desempenhar um papel mais efetivo e proativo nesse momento que, segundo ele, é decisivo para a área:

A tradução é uma área que demanda esse espaço privilegiado, uma vez que a gente vem crescendo, vem criando uma massa crítica de trabalho, de produções acadêmico-científicas. Então está mais do que na hora que consigamos consolidar a área e que com isso consigamos um espaço acadêmico mais definido. Uma associação de pesquisadores é fundamental para estabelecer esse diálogo entre os pares e também com outras instâncias, como órgãos de fomento, as próprias instituições de pesquisa e ensino. Enfim, é fundamental que agora, mais ainda, tenhamos investimentos nesse sentido, para que a gente consiga, realmente, consolidar e avançar com a pesquisa em tradução no país. (informação verbal).¹⁸

Assim, ao retrocedermos na história da criação da ABRAPT aqui investigada, percebemos que parte dos seus propósitos se mantêm intactos, quais sejam, de buscar reunir pesquisadores dos Estudos da Tradução de todo o país com vistas a fortalecer a área, sem quaisquer preferências institucionais, geográficas ou ideológicas na formação de suas linhas de ação. Os dizeres de seu estatuto têm sido preservados ao longo dos anos e a realização dos Encontros Nacionais de Tradutores tem contemplado as diversas vertentes dos Estudos da Tradução na medida do possível e dada a realidade de cada universidade ou instituição que os sediam.

Embora não seja seu foco direcionar-se às causas profissionais, a ABRAPT e o ENTRAD entendem a importância das associações profissionais e do mercado de trabalho e suas exigências para o pensar acerca do papel do tradutor e da tradução. Implicitamente, as vozes dos profissionais e dos clientes encontram-se contempladas de uma forma ou de outra nos eventos. Um exemplo desse esforço foi a oferta da sessão coordenada “Tradução e Mercado de Tradução” no ENTRAD realizado em 2016, que teve a presença de membros da diretoria do SINTRA (Sindicato Nacional dos Tradutores) e da ABRATES (Associação Brasileira de Tradutores). Essas parcerias são importantes no sentido de se criar mecanismos de afirmação da identidade coletiva, buscando unir forças com as instituições dentro de uma estrutura legal que a permita avançar e acolher novos pesquisadores e profissionais melhor preparados.

¹⁸ Entrevista concedida por GONÇALVES, J. L. V. R. **Entrevista II**. [mar. 2016]. op. cit.

Espera-se que, para os próximos anos, além de manter o quadro dos atuais e novos associados, a ABRAPT continue mostrando-se sólida, viabilizando publicações e a organização dos cadernos de resumos do ENTRAD, colocando em interlocução pesquisadores, professores, doutorandos, mestrandos e graduandos, convergindo-se multidisciplinarmente conforme contingência e avanços científicos e traçando novos rumos para a pesquisa em tradução no país.

Referências

ALVES, F. **Entrevista IV**. [mai. 2016]. Entrevistadora: Ana Julita Oliveira da Silva. Entrevista via Skype. João Pessoa, 2016. 1 arquivo .mp4 (35 min.).

ARAÚJO, V. L. S. **Entrevista III**. [abr. 2016]. Entrevistadora: Ana Julita Oliveira da Silva. Entrevista via Skype. João Pessoa, 2016. 1 arquivo .mp4 (20 min.).

ARROJO, R.; FROTA, M. P. A Organização do GT de Tradução e a Pesquisa Desenvolvida na Área. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPOLL, 7., 1992, Porto Alegre. **Anais...** Goiânia: UFG, 1993, v. 2, p. 1017-1018. Disponível em: <http://letra.letras.ufmg.br/gttrad/>. Acesso em: abr. 2015.

AUBERT, F. H. A pesquisa no ensino da tradução. In: ENCONTRO NACIONAL DE TRADUTORES, 3., 1987, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 1989, p. 9-15.

AZENHA, J. **Entrevista sobre a ABRAPT** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida em 04 de julho de 2016.

BARBOSA, H. G. Caminhos e descaminhos dos estudos da tradução e interpretação no Brasil. **Trama**, Cascavel, v. 5, n. 9, p. 27-47, 2009.

BORDENAVE, M. C. Apresentação do II Encontro Nacional de Tradutores. **Tradução em Revista**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 13, p. 1-3, 2012a. <https://doi.org/10.17771/PUCRio.TradRev.20901>

_____. Conclusões e Recomendações do II Encontro Nacional de Tradutores. **Tradução em Revista**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 13, p. 77-79, 2012b. <https://doi.org/10.17771/PUCRio.TradRev.21336>

COSTA, W. C. Os estudos da tradução na maturidade. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRAPT, 5., CONGRESSO INTERNACIONAL DE TRADUTORES, 11., 2013, Florianópolis, **Resumos...** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013, p. 15-17.

FREITAS, L.F.; ROMÃO, T. L. C; SILVA, C. A. V. Os Estudos da Tradução no Departamento de Letras Estrangeiras da Universidade Federal do Ceará. In: GUERINI, A.; TORRES, M. H.; COSTA, W. C. (Org.). **Os Estudos da Tradução no Brasil nos séculos XX e XXI**. Tubarão: Copiart, 2013, p. 85-99.

FROTA, M. P. **O GT de Tradução da ANPOLL: história e perspectivas.** Disponível em: <http://letra.letras.ufmg.br/gttrad/>. Acesso em: 11 set. de 2015.

FROTA, M. P. Um balanço dos estudos da tradução no Brasil. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 19, p. 135-169, 2007.

FROTA, M. P.; MARTINS, M. A. P.; RODRIGUES, C. C. Um breve histórico do GT de Tradução e sua importância para o desenvolvimento da área em nosso país. **Revista da ANPOLL**, São Paulo, n. 1, p. 67-70, 1994. Disponível em: <http://letra.letras.ufmg.br/gttrad/>. Acesso em: 11 set. de 2015.

GONÇALVES, J. L. V. R.; SILVA, I. A. L.; BRAGA, C. N. O.; OLIVEIRA, M. L.; FIGUEIREDO, G. P. (Org.). ENCONTRO INTERNACIONAL DE TRADUTORES, 4., ENCONTRO NACIONAL DE TRADUTORES, 10., 2009, Ouro Preto, **Anais...**: Ouro Preto: UFOP, 2011. v. 1. 1148p. Disponível em <http://www.nastrilhasdatraducao.ufop.br/>. Acesso em: abr. 2015.

GONÇALVES, J. L. V. R. **Entrevista II.** [mar. 2016]. Entrevistadora: Ana Julita Oliveira da Silva. Entrevista via Skype. João Pessoa, 2016. 1 arquivo .mp4 (35 min.)

GUERINI, A.; TORRES, M. H.; COSTA, W. C. (Org.). **Os Estudos da Tradução no Brasil nos séculos XX e XXI.** Tubarão: Copiart, 2013.

LARANJEIRA, M. A. ABRAPT – Associação Brasileira de Pesquisadores em Tradução. In: ENCONTRO NACIONAL DE TRADUTORES, 5., 1996, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Humanitas, 1996, p. 13-15.

MACHADO, A. M. Um encontro sobre o encanto e os desencontros da palavra. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 5 de maio de 1975. (Caderno B).

MARTINS, M. A. P. A institucionalização da tradução no Brasil: o caso da PUC-Rio. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 19, p. 175-197, 2007.

MARTINS, M. A. P.; MILTON, J. Apresentação – Contribuições para uma Historiografia da Tradução. **Tradução em Revista**, Rio de Janeiro, v. 8, p. 1-10, 2010.

MILTON, J. Introdução. In: ENCONTRO NACIONAL DE TRADUTORES, 5., 1996, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Humanitas, 1996, p. 9-10.

_____. Introdução. In: ENCONTRO NACIONAL DE TRADUTORES, 6., 1998, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Humanitas, 1998a, p. 9-10.

_____. Projeto para a Realização do VII Encontro Nacional de Tradutores e I Encontro Internacional de Tradutores. [s.l. : s.n]. 1998b.

_____. The Birth of Translation Studies on the Periphery: The Case of Brazil. In: SOUSA, G. H. P. (Org.). **História da tradução: ensaios de teoria, crítica e tradução literária.** Campinas/SP: Pontes, v. 1, 2015, p. 93-109.

_____. **Entrevista I**. [mar. 2016]. Entrevistadora: Ana Julita Oliveira da Silva. Entrevista via Skype. João Pessoa, 2016. 1 arquivo .mp3 (38 min.).

MUNDAY, J. Main Issues of Translation Studies. In: _____. **Introducing Translation Studies: Theories and Applications**. London; New York: Routledge, 2001, p 4-17.

Nas trilhas da tradução: para onde vamos? In: ENCONTRO NACIONAL DE TRADUTORES, 10., 2009, Ouro Preto. **Anais...** Mariana: UFOP, 2011.

PAGANO, A.; VASCONCELLOS, M. L. Estudos da Tradução no Brasil: reflexões sobre teses e dissertações elaboradas por pesquisadores brasileiros nas décadas de 1980 e 1990. **Delta**, São Paulo, v. 19, p. 1-26, 2003. <https://doi.org/10.1590/S0102-44502003000300003>

RODRIGUES, C. C. O papel da tradução na pesquisa científica brasileira: primeiros movimentos. **Tradução em Revista**, Rio de Janeiro, v. 8, p. 1-13, 2010.

_____. Os Estudos de Tradução nos programas brasileiros de pós-graduação. In: GUERINI, A., TORRES, M. H., COSTA, W. C. (Org.). **Os Estudos da Tradução no Brasil nos séculos XX e XXI**. Tubarão: Copiart, 2013, p. 51-69.

TORRES, M. H. A virada institucional nos Estudos da Tradução no Brasil. In: SOUSA, G. H. P. (Org.). **História da tradução: ensaios de teoria, crítica e tradução literária**. Campinas/SP: pontes, v. 1, 2015, p. 111-122.

VASCONCELLOS, M. L. B. Os Estudos da Tradução no Brasil nos séculos XX e XXI: Comunidade na diversidade dos Estudos da Tradução? In: GUERINI, A., TORRES, M. H., COSTA, W. C. (Org.). **Os Estudos da Tradução no Brasil nos séculos XX e XXI**. Tubarão: Copiart, 2013, p. 33-50.

Artigo recebido em: 03.02.2017

Artigo aprovado em: 11.04.2017

História Visual da Tradução: a iconografia do século XIX no Brasil

Visual History of Translation: 19th century iconography in Brazil

Dennys Silva-Reis *

RESUMO: A noção dos documentos escritos como única fonte histórica válida é questionada e brotam novos métodos de apreensão da História. É neste contexto que nasce a *Iconografia* tanto como ramo historiográfico quanto método analítico da escrita histórica. A imagem é considerada um dos artefatos culturais e pode ser utilizada como fonte histórica porque tem o poder de representar, reproduzir ou fazer analogia ao imaginário coletivo ou à história das mentalidades de determinada época ou sociedade. No Brasil oitocentista, muitas foram as expedições que trouxeram os mais diversos artistas e cientistas a fim de catalogarem as inéditas descobertas da terra visitada. Coube aos pintores, desenhistas, litógrafos, retratistas e paisagistas a missão de arquivar visualmente a memória brasileira desta época em que a fotografia ainda não era popular. Tanto pintores oitocentistas como pintores pós-oitocentistas, estrangeiros – como Johann Moritz Rugendas (1802-1858) – ou brasileiros – por exemplo, Benedito Calixto (1853-1927) – deixaram algumas pinturas em que se reconhecem atos de tradução, obras traduzidas e tradutores. O presente trabalho visa estabelecer os artefatos visuais do século XIX que têm por tema a tradução, bem como desvendar o discurso sobre a tradução que tais imagens veiculam.

PALAVRAS-CHAVE: História Visual. Iconografia da tradução. Johann Moritz Rugendas. Benedito Calixto. Século XIX.

ABSTRACT: The notion of written documents as the only valuable source is questioned and new methods to apprehend History take form. In this context *iconography* was born, as a branch of historiography as well as an analytical method of historic writing. The image is considered to be one of many cultural artifacts, and it may be used as a historical source because it has the power of representing, reproducing or making analogy to the collective imaginary or to the history of mentalities of a given time or society. In 19th century Brazil, many expeditions brought to the country a bunch of artists and scientists in order to catalog the land's richness. Painters, designers, lithographers, portraitists and landscapists had the mission of archiving the Brazilian memory of this century when photography was not yet available. Painters from both the beginning of the 19th century, like Johann Moritz Rugendas (1802-1858), and the end, like Benedito Calixto (1853-1927), had produced some paintings in which we recognize acts of translation, translated works and translators. This paper aims to establish the visual artifacts of 19th century having translation as their theme, as well as to unveil the discourse on translation that such images conduct.

KEYWORDS: Visual History. Iconography of translation. Johann Moritz Rugendas. Benedito Calixto. 19th century Brazil.

* Doutorando em Literatura (POSLIT) e mestre em Estudos da Tradução (POSTRAD) pela Universidade de Brasília (UnB). Professor, tradutor e cronista em seu blog *Historiografia da tradução no Brasil* (<http://historiografiadatraducaobr.blogspot.com.br>). E-mail: reisdennys@gmail.com. Brasília, Brasil.

1. Introdução

“Uma imagem vale mais que mil palavras”. Este provérbio do filósofo chinês Confúcio, que viveu na China entre os anos de 551 e 479 antes de Cristo, enaltece o poder da comunicação pela imagem, ou melhor, certifica como a imagem pode ser muito mais eficaz que a linguagem verbal numa interlocução. É claro que não se pode negar a história da língua chinesa nessa afirmativa, bem como sua história sociocultural, visto que, quando se pensou no ideograma, imaginou-se a utilização da representação de uma ideia e não meramente a representação fonográfica de uma palavra como a das línguas de escrita alfabética (CHRISTAIN, 2006).

Entretanto, esse poder da imagem, que desde sempre vem sendo aguçado pela linguagem publicitária, só sofreu um extremo debate no Ocidente na década de 1970, quando se considerou seu uso como transmissor de mensagens, conceitos e informações. Somado a isso, os Estudos Visuais começaram a considerar a imagem como portadora de narrativas, além dos usos mais comuns voltados para a ilustração ou evidência de objetos, espaços arquitetônicos, indumentárias e mobílias que não existiam mais.

Nos Estudos de Tradução, também há áreas voltadas para o domínio das imagens. Numa classificação singular, pode-se elencar:

- 1) *Tradução interssemiótica* – os estudos voltados para adaptação, transposição e transmutação de textos verbais para imagens visuais e sonoras: um romance para um filme, por exemplo;
- 2) *Tradução visual* – o procedimento técnico de reformulação de uma imagem de determinada cultura e suporte fonte para uma cultura e suporte alvo: o caso dos quadrinhos, livros de arquitetura, publicidade, écfrase, etc.;
- 3) *Tradução visuográfica*¹ – determinados tipos de tradução verbais que dependem tecnicamente da imagem: por exemplo, a localização de produtos, a legendagem, a dublagem, a audiodescrição, dentre outros.

Somada a estas áreas, também há uma quarta que está relacionada a uma metodologia de estudo da História da tradução: (4) a iconografia.

¹ O termo “visuográfica” é tomado emprestado de Marco Antônio Desgualdo que o utiliza na conceituação de “reconhecimento visuográfica” no âmbito da criminalística (DESGUALDO, 2006, p. 23-24).

Com o interesse recente na História da tradução no Brasil, desenvolvida por inúmeros pesquisadores, até o presente momento ainda não se desenvolveu um estudo profundo sobre a imagem como indício histórico, fato constatado não somente aqui, mas também em diversas nações em que os estudos historiográficos da tradução têm se desenvolvido. Se o presente trabalho parece novo, cabe lembrar um elucidativo parágrafo do texto “*Réflexions sur l’historiographie de la traduction et ses exigences scientifiques*” de Jean Delisle que diz o seguinte:

Par ailleurs, l’iconographie de la traduction est un domaine de recherche qui a retenu l’attention de bien peu de chercheurs jusqu’ici. Et pourtant, c’est un domaine qui vaut qu’on s’y intéresse. Il serait faux de croire que les traducteurs sont des fantômes, des abstractions, des ouvriers de l’ombre sans visage. Mes recherches, encore embryonnaires, sur l’iconographie de la traduction m’ont révélé qu’il existe de superbes miniatures médiévales représentant des traducteurs au travail ou offrant leur traduction à un roi ou à un commanditaire, de nombreux monuments élevés à leur mémoire, des tableaux de grands maîtres (on a dénombré plus de 1300 tableaux ayant pour thème saint Jérôme), des photos, des gravures, des sculptures, un bas-relief égyptien représentant un interprète dédoublé (Kurz 1985, 1986a), un sarcophage romain d’un interprète (Kurz 1986b), des timbres-poste, des cartes postales, etc. En traduction, l’iconographie n’a sans doute pas l’importance des sciences auxiliaires de l’historien professionnel, que sont l’épigraphie, la numismatique, l’héraldique, l’onomastique, la généalogie, mais on aurait tort de l’exclure du champ des études diachroniques de la traduction. J’ai pu constater déjà à maintes reprises l’utilité pédagogique de ces documents iconographiques². (DELISLE, 1997-1998, p. 10-11).

De fato, o pesquisador faz algumas constatações: 1) são poucos os trabalhos sobre iconografia da tradução; 2) a iconografia como método historiográfico tem ainda despertado pouco interesse no âmbito dos Estudos de Tradução; 3) há um grande número de materiais

² Por outro lado, a iconografia da tradução é um domínio de pesquisa que tem atraído a atenção de muito poucos pesquisadores até agora. E, no entanto, é um domínio pelo qual vale a pena se interessar. Seria equivocado acreditar que os tradutores são fantasmas, abstrações, operários da sombra sem rosto. Minhas pesquisas, ainda embrionárias, sobre a iconografia da tradução me revelaram que existem preciosas miniaturas medievais que representam tradutores em ação ou oferecendo sua tradução a um rei ou a um patrocinador, numerosos monumentos erguidos à memória deles, quadros de grandes mestres (foram elencados mais de 1.300 quadros que têm São Jerônimo por tema), fotos, gravuras, esculturas, um baixo-relevo egípcio representando um intérprete duplicado (Kurz 1985; 1986a), um sarcófago romano de um intérprete (Kurz, 1986b), selos, cartões postais etc. Na tradução, a iconografia talvez não tenha a importância das ciências auxiliares do historiador profissional — a epigrafia, a numismática, a heráldica, a onomástica, a genealogia —, mas seria um engano excluí-la do campo dos estudos diacrônicos da tradução. Tenho podido constatar em muitas ocasiões a utilidade pedagógica desses documentos iconográficos (tradução minha).

iconográficos que muito podem contribuir para uma possível história visual da tradução; e 4) a iconografia é um forte instrumento pedagógico no ensino de história da tradução.

Ao verificar as constatações de Jean Delisle, percebe-se que dois problemas ainda podem ser mencionados: a rala ou nula formação de historiador da tradução que se tem no Brasil – basicamente, estes pesquisadores aprendem o ofício no desenrolar da pesquisa – e a falta de intimidade com as teorias da História que, em suma, chegam aos Estudos de Tradução brasileiros filtrados pelos teóricos da tradução, de modo que toda a teoria e metodologia da História é apreendida de forma indireta e, majoritariamente, superficial, restringindo assim o diálogo entre as áreas de Estudos da Tradução e Historiografia no Brasil e, por vezes, os caminhos historiográficos, visto que não há precedentes nas publicações dos Estudos de Tradução no Brasil.

A fim de sanar uma dessas lacunas metodológicas e teóricas da História da Tradução no Brasil, pretende-se neste trabalho explicar o que vem a ser iconografia da tradução – sua importância e delimitação – e alguns caminhos de práticas iconográficas (conceitos e métodos). Com a intenção de exemplificar a iconografia da tradução, elenca-se a pintura como material iconográfico e utiliza-se exemplos dos pintores Benedito Calixto (1853-1927) e Johann Moritz Rugendas (1802-1858).

2. Iconografia, iconologia e método iconográfico

A palavra iconografia vem do grego *eikonographía* em que – *eikon* significa “imagem” e – *graphía*, “descrição/escrita”; logo, pode-se dizer, por uma análise etimológica, que se trata da descrição de imagens ou da escrita por imagens. Todavia, este termo tem uma íntima relação com a História da Arte e, percorrida a sua definição, encontra-se duas acepções:

- 1) Iconografia como retratística antiga. Ou seja, pintura ou desenho de retratos que foram muitas vezes utilizados com valor documental pelos antiquários e arqueólogos porque permitiam ver os homens do passado; e
- 2) Iconografia como “um estudo descritivo e classificatório das imagens a partir de seu aspecto exterior e de suas associações textuais, que busca decifrar o tema de uma figuração” (GONZÁLEZ, 2009, p. 32).

Esta última acepção nasceu com os estudos do cristianismo e seus temas religiosos que, considerado o primeiro grande momento da iconografia no mundo, foi desenvolvido, sobretudo, na França pelo estudioso Émile Mâle (1862-1954), responsável por constituir uma grande iconografia medieval. Já o segundo grande momento da iconografia, conforme a segunda acepção, desenvolveu-se nos Estados Unidos com Charles Rufus Morey (1877-1955) que, em 1917, fundou o Department of Art and Archeology na Universidade de Princeton, responsável por reunir em um grande índice o máximo possível de material iconográfico a respeito dos vestígios medievais.

A iconologia, por seu turno, será cunhada pela primeira vez por Cesare Ripa (1560-1622) em 1593 para se referir a uma “ciência das imagens”. Surge em virtude da personificação por poetas, pintores e escultores da representação das virtudes, dos vícios, das emoções humanas, e, igualmente, dos conceitos filosóficos. Ripa, ao fazer uso do termo iconologia, defende que por trás de toda imagem há uma mensagem simbólica, uma lição de moral. Em suma, a noção de iconologia do autor persistirá por todos os séculos subsequentes, acentuando nas artes os princípios de símbolo, alegoria, emblema e história.

Como se pode perceber, há uma certa diferenciação entre os conceitos de iconografia e iconologia. O primeiro diz respeito a um possível método, e o segundo a uma possível abordagem de interpretação das imagens. Entretanto, ambas acepções fazem referência ao estudo minucioso da imagem. Isso se dá porque a imagem, assim como o texto, tem linguagem própria. Observe-se o quadro abaixo:

Quadro 1- linguagem verbal e linguagem imagética.

	Linguagem verbal	Linguagem imagética
Léxico	Palavras	Formas desenhadas ou coloridas
Gramática	Estruturas normativas	Linhas e cores
Estilo	Época, tradição e artista	

Fonte: elaborado pelo autor

Na analogia feita acima, percebe-se que o sistema sógnico da imagem tem semelhanças com o da palavra: há unidades, há estruturas para o bom funcionamento do sistema e também há a singularização realizada pelo artista em determinado tempo/espaço de determinada sociedade.

A peculiaridade dada às imagens em determinada época, tradição e por certos artistas é o que pode determinar o que hoje os Estudos Visuais nomeiam de História Visual, campo intrínseco à História do Imaginário e à História das Mentalidades. Ou seja, uma imagem tem mais significado em determinada cultura que em outra, uma cor tem sentido diferente para sociedades distintas, ou há povos que, por vezes, não conhecem as acepções ou valores de certas figuras por nunca terem tido acesso a elas. Isso permite dizer que as imagens – sem entrar aqui na questão da globalização imagética e nas questões de inconsciente coletivo – são culturais e históricas.

Para além do cultural e do histórico, há de se constatar que a imagem é igualmente uma forma de pensamento. Segundo Jérôme Baschet (2008), o pensamento figurativo com suas disposições plásticas participa da produção de sentido em imagens. Ou seja, o ser humano tem a propensão de colocar em imagens sua imagem mental, bem com sua abstração verbal. A imagem material convoca a imagem mental, assim como convoca palavras para traduzir a expressão humana. E sendo artística ou não, a imagem de alguma forma transmite algum propósito, ideia ou ideologia de seu produtor, mesmo que ainda seja desconhecido pelo espectador.

Em consonância com os argumentos aqui apresentados, Peter Burke em sua obra *Testemunha Ocular: História e Imagem* escreveu:

[...] como podem as imagens ser utilizadas como evidência histórica? A resposta à pergunta [...] pode ser sintetizada em três pontos. A boa notícia para os historiadores é que a arte pode fornecer evidências para aspectos da realidade social que os textos passam por alto, pelo menos em alguns lugares e épocas [...]. A má notícia é que a arte da representação é quase sempre menos realista do que parece e distorce a realidade social mais do que a reflete, de tal forma que historiadores que não levem em consideração a variedade das intenções de pintores e fotógrafos (sem falar nos patronos e clientes) podem chegar a uma interpretação seriamente equivocada. Entretanto, voltando à boa notícia, o processo de distorção é, ele próprio, evidência de fenômenos que muitos historiadores desejam estudar, tais como mentalidades, ideologias e identidades. A imagem material ou literal é uma boa evidência da “imagem” mental ou metafórica do eu e ou dos outros. (BURKE, 2004, p. 37).

Além de evidenciar as imagens como fonte histórica, o historiador cultural chama atenção para o fato de que em uma obra de arte se pode perceber o ponto de vista físico – aquilo que é facilmente visível – e o ponto de vista mental (“o olhar” do artista) em relação a uma

figuração. Porém, Burke igualmente nota que existe um analfabetismo visual relevante na contemporaneidade, apesar do bombardeamento de imagens que se recebe todos os dias pelos mais diversos meios de informação, o que contribui para que a leitura das imagens – mais do ponto de vista interpretativo – seja cada vez menos usual e caia no simplório. Daí, partindo de tais constatações, se faz necessário ter um método que auxilie na análise, compreensão e interpretação da imagem.

Muitos são os métodos, e abordar todos neste trabalho seria longo, de forma que aqui se limita a dizer que existem enfoques marxistas dos objetos visuais, visões psicológicas ou psicanalíticas da imagem, veredas antropológicas e sociológicas, a semiótica visual, dentre tantos outros. Optou-se, neste trabalho, pelo método iconográfico de Erwin Panofsky (1892-1968), visto que seu olhar metodológico foi o que mais se desdobrou em outras formas de análise, bem como é considerado um método já experimentado e frutífero nos resultados.

Erwin Panofsky é herdeiro da tradição cultural alemã, conhecido por seu método da iconologia ou história da arte interpretativa que muito contribui para estabelecer a história da arte formalista e a história da arte contextualizada. Em seu famoso livro *Estudos sobre iconologia: temas humanísticos na arte do renascimento* (1939), Panofsky define, em seu texto introdutório, sua metodologia iconográfica e a resume no seguinte quadro sinóptico elaborado por ele mesmo:

Tabela 2 - Método Iconológico de Erwin Panofsky.

OBJECTO DE INTERPRETAÇÃO	ACTO DE INTERPRETAÇÃO	BAGAGEM PARA A INTERPRETAÇÃO	PRINCÍPIO CONTROLADOR DA INTERPRETAÇÃO	DA
I Conteúdo temático primário ou natural – (A) factual, (B) expressivo –, constituindo o mundo dos motivos artísticos.	Descrição pré-iconográfica (e análise pseudoformal).	Experiência prática (familiaridade com os objectos e as acções).	História do estilo (compreensão da maneira pela qual, sob condições históricas diferentes, objectos ou acções foram expressos por formas).	H I S T Ó R I A
II Conteúdo temático secundário ou convencional, constituindo o mundo das imagens, histórias e alegorias.	Análise iconográfica, no sentido mais estrito da palavra.	Conhecimento das fontes literárias (familiaridade com os temas e conceitos específicos).	História dos tipos (compreensão da maneira pela qual, sob condições históricas diferentes, temas ou conceitos específicos foram expressos por objectos ou acções).	A D A T R A
III Significado intrínseco ou conteúdo, que constitui o mundo dos valores “simbólicos”.	Interpretação iconográfica, em sentido mais profundo (Síntese iconográfica).	Intuição sintética (familiaridade com as tendências essenciais do espírito humano) condicionadas pela	História dos sintomas culturais ou símbolos em geral (compreensão da maneira pela qual, sob	D I C T Á O

			psicologia e a “Weltanschauung”.	condições históricas diferentes tendências essenciais do espírito humano foram expressas por temas e conceitos específicos).
--	--	--	-------------------------------------	---

Fonte: PANOFSKY, 1995, p. 26-27.

Como se pode ver no quadro acima, o método iconológico panofskiano se divide em três etapas: descrição pré-iconográfica, análise iconográfica e interpretação iconográfica. Muito mais que análise de imagens, este método supõe a busca da síntese do pensamento figurativo de determinada imagem. A validade de tal método, *grosso modo*, se dá pela familiaridade com as imagens, mas acima de tudo pela intuição sintética do pesquisador que estará inserido em uma tradição cultural de leitura de imagens.

Para se estabelecer certo cuidado no uso do método iconológico panofskiano, que busca a mensagem da imagem em três camadas distintas, o Historiador e professor Ulpiano Bezerra de Meneses em seu artigo “Fontes visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares” (2003) explicita mais alguns detalhes a respeito do estudo de história e imagem que aqui se expõe de forma breve:

- 1) A imagem tem um potencial cognitivo e por vezes uma autoridade intrínseca, daí o seu uso relacionado a ideologias, propagandas e identidades;
- 2) A imagem tem sobremaneira uma relação visual com o passado e um poder de transmissão único deste momento, todavia, ela não é mais que um recorte, que uma visão de mundo, um olhar de artista que tem correlações entre esfera artística e outras – social, política, religiosa, etc.;
- 3) A imagem também é uma *coisa* que participa das relações sociais, ou seja, também uma prática material, um objeto palpável;
- 4) A imagem geralmente está inserida em um conjunto de imagens que, num dado contexto, está socialmente acessível e forma, assim, a “iconosfera” de uma comunidade;
- 5) A imagem, ou melhor, a arte imagética precisa ser também vista como *agency* (agência), isto é, como capacidade de intervir no mundo, de modificar, determinar, produzir, sustentar, propor certo paradigma social, visual, etc.;
- 6) A imagem produz uma interação entre observador e observado, o que significa dizer que o que se vê na imagem é apenas *o visual* (o que se deixa ver) e não *o visível* (aquilo que de fato se viu/vê);

- 7) A imagem não é meramente representação da existência e a mímese não pode ser a referência para uma análise da imagem. Assim sendo, é preciso analisar a construção da imagem, as condições em que ela foi produzida e as práticas sociais de produção e consumo desta imagem;
- 8) A imagem não pode somente servir para iluminar as informações históricas já existentes fora delas; mas é preciso vê-las como produtoras de conhecimento histórico novo a partir delas, pois, assim, não se desperdiçará o generoso potencial documental deste tipo de fonte;
- 9) O *Pictural turn* (virada pictórica), que deu sequência ao *Linguistic turn* (virada linguística) alcançou até o momento somente o texto antropológico e sociológico na produção de conhecimento, o que significa que as abordagens linguísticas e discursivas das outras disciplinas ainda não sofreram totalmente as infiltrações pictóricas e figurativas das imagens;
- 10) Assim como existe o inconsciente discursivo, existe também o inconsciente óptico que, somado ao inconsciente intuitivo, formam o inconsciente coletivo de imagens, textos e ações;
- 11) A História Visual é um ângulo do estudo da História de uma sociedade, e seria de bom tom que este estudo pudesse ser entrelaçado com o estudo da Cultura Visual de dada comunidade social na iconografia;
- 12) A imagem em si não é o objeto de pesquisa da iconografia, mas sim sua relação com a sociedade. Sua dimensão visual é o que interessa à História porque o objeto da história é a sociedade. Logo, a imagem será mais um enunciado para se apreender a história da sociedade.

Com todas essas observações, Menezes enfatiza que os estudos que entrelaçam História e imagem devem considerar o visual, o visível e a visão. Ou seja, aquilo que engloba a iconosfera; aquilo que diz respeito à esfera do poder visual e aquilo que tange aos instrumentos e técnicas de observação. É por este motivo que se aconselha trabalhar sempre com séries iconográficas a fim de definir ou condensar uma ideia ou ponto comum para uma problemática histórica visual.

3. Iconografia da Tradução do século XIX

Neste estudo, opta-se primeiramente por um recorte temporal, o século XIX, e, em seguida, por uma série iconográfica que se denomina iconografia da História da tradução, ou simplesmente, iconografia da tradução.

Sabe-se, com base na produção historiográfica da História da Tradução no Brasil, que nos primeiros séculos muitas foram as situações que envolveram a tradução: contatos linguísticos, expedições de exploração do interior do país, produção e circulação do mercado livreiro, políticas linguísticas, políticas de imigração, ciclo de riquezas, revoltas populares, guerras de colonização, a escravidão, dentre outras. Logo, inicialmente, o que se considera como tema e motivo para uma possível série iconográfica de história da tradução é saber se em algumas das imagens aparece, por uma leitura iconológica, alguma dessas situações como indício histórico.

Por outro lado, o século XIX, período do qual já há experiência em pesquisas historiográficas no âmbito da Tradução no Brasil, parece ser um nicho único para esta pesquisa por apresentar os seguintes sintomas (CAMPOFIORITO, 1983; PEREIRA, 2008; COLI, 2014):

- 1- *Início da pintura no Brasil*: será no século XIX que pinturas fora da temática religiosa começam a se destacar no Brasil, além de serem produzidas *in loco* ou com temáticas brasileiras.
- 2- *Retratistas de expedições*: o século XIX será também o período de maior número de expedições estrangeiras, especialmente a fim de conhecer a terra e explorá-la. Para isso, um dos meios de registro será o trabalho de pintores e desenhistas.
- 3- *Florescimento da Pintura histórica*: no Oitocentos, a cultura visual brasileira será marcada pela busca de identidade visual para a nação recém-fundada. Isso vai se intensificar no gênero *pintura de história* em que pintores vão buscar documentação histórica para, bem fundamentados de um imaginário histórico brasileiro, produzirem imagens que identifiquem o Brasil como nação.
- 4- *A difusão do Academicismo nas artes*: o conjunto de normas ditas universais e eternas para a formação e produção artísticas chega ao Brasil pelo viés da Missão Francesa e será o princípio para todos os artistas brasileiros e europeus no Brasil e na Europa do século XIX. Tal modismo, que foi difundido no Brasil pelos professores da escola de Belas Artes, acompanhará muitos pintores que farão o que estava em voga à época: retratos, paisagens

e pinturas históricas que, em suma, não eram mais que uma espécie de arte em função do Estado e da classe dominante. Além disso, a pintura para se firmar como arte teria de ser afirmada por artes superiores ou pela História, o que levará inúmeros artistas a publicar suas imagens acompanhadas de textos.

Tais tendências da pintura no século XIX estão impregnadas em todas as artes brasileiras, ora mais presentes, ora menos. Numa divisão singular da pintura no século XIX, o crítico de arte brasileiro Quirino Campofiorito (1983) classifica a pintura oitocentista em cinco momentos: (1) a pintura remanescente da colônia (1800-1830), (2) a pintura produzida a partir da missão artística francesa e seus discípulos (1816-1840); (3) a pintura posterior à Missão Francesa (1835-1870), (4) a pintura sob a proteção do Imperador e os pintores do Segundo Reinado (1850-1890), e (5) a pintura na República e a decadência da disciplina neoclássica (1890-1918).

Como uma revisão sobre todos os pintores e épocas da pintura oitocentista seria inviável pela dificuldade de acesso aos catálogos, mas também porque nem todos os pintores tratam do recorte temático que se propõe estudar, detém-se aqui apenas em dois pintores e em algumas de suas pinturas a fim de realizar uma análise mais qualitativa e detalhada dos quadros escolhidos.

4. Johann Moritz Rugendas (1802-1858)

Johann Moritz Rugendas ou João Maurício Rugendas (nome abrigado também encontrado nos registros) foi um pintor alemão que esteve no Brasil em duas ocasiões: primeiramente, em 1821 como desenhista da missão científica chefiada por Georg Heinrich von Langsdorff (1774-1852) e, logo depois, em 1845, com o intuito de visitar velhos amigos e, igualmente, de alguma forma “usufruir” de seu sucesso entre a elite brasileira.

Junto a Nicolas-Antoine Taunay (1755-1830) e Jean-Baptiste Debret (1768-1848) forma o trio de maiores artistas viajantes da primeira metade do século XIX brasileiro. Estes três artistas foram os grandes responsáveis por divulgar as primeiras imagens da História Visual do Brasil na Europa. Especialmente com a publicação de *Voyage pittoresque dans le Brésil* (1835) de Rugendas e *Voyage Pittoresque et Historique au Brésil* (1835-1839) de Debret, obras publicadas quase simultaneamente que davam a conhecer, segundo o gosto europeu, o Brasil em seus costumes, povos e ambientes.

Rugendas fez desenhos e quadros de quase toda a América Latina, desde o México até a Argentina, dedicando estadias prolongadas para observar e pintar temas pertinentes às sociedades que visitava. Segundo especialistas (DIENER; COSTA, 2012), o tema privilegiado do pintor no que concerne ao Brasil era a paisagem sob o efeito da luz tropical, mas é possível notar também que no amadurecimento da feitura de sua obra outros temas tenham sido evocados, com especial atenção à população, ou seja, os tipos humanos dos lugares onde esteve e suas situações sociais imbricadas.

Somado às informações já apresentadas, convém dizer que a obra de Rugendas é muito vasta e, apesar de retratar algumas situações humanas do Brasil, poucos foram os quadros em que foram identificados atos de tradução para uma possível iconografia do século XIX. Dentre eles, apresenta-se neste trabalho três:

4.1 Encontro de índios com viajantes europeus (1827-1835)



Fonte: <https://www.hacer.com.br/rugendas>.

Numa análise *pré-iconográfica*, percebe-se um trabalho desproporcional da imagem dando maior ênfase à paisagem com especial destaque para os diversos tipos de árvores, plantas e folhagens o que, de certa forma, revela o tema privilegiado de Rugendas; mas também é possível ver figuras humanas hierarquizadas ou mesmo diferenciadas pela indumentária ou gestos representados no quadro: copos nus e vestidos, o estar escondido atrás da árvore ou em ciclo de comunicação, o estar sobre o cavalo ou a pé.

Na análise *iconográfica*, o motivo do quadro não deixa dúvidas: há um tema convencional do encontro entre indígenas e europeus, tema que não foi somente pintado por Rugendas, mas também por diversos artistas do século XIX. Estão envolvidos nesta imagem pré-conceitos de que índios vivem nus e europeus são bem vestidos, índios têm medo de homens brancos e homens brancos são corajosos por se aproximarem de índios, índios não andam a cavalo, a casa do índio é a floresta, o negro era submisso e servo do europeu, dentre outros.

De fato, ao consultar a literatura sobre o assunto e, em especial, o relato de viajantes europeus como o de Johann Baptist von Spix (1781-1826) e Carl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868), contemporâneos de Rugendas, foi encontrada a seguinte descrição:

A 17 de abril, partimos de Guidoal. O receio de que os índios chegassem a saber do esqueleto que trazíamos conosco e nos atacassem de surpresa, apressou a nossa resolução e os nossos passos de sair das matas tenebrosas e voltar aos campos agradáveis. Já estava o Presídio de São João Batista um bom estirão atrás de nós, quando se nos defrontou de improviso, na espessura do mato, um bando de trinta a quarenta índios que, em grupos de família, constando de marido, mulher e filhos, com a bagagem às costas, avançavam todos nus, para assistir, como soubemos depois, a uma festa de bebedeira, distante algumas horas dali. Mal deram conosco, logo suspenderam a marcha, observaram-nos indecisos com olhares esquivos, e esconderam-se em seguida, os homens com arco e flecha na mão, cada um atrás duma árvore. Assustados com esse repentino aparecimento, receamos a princípio que se tratasse de um assalto; depois, como eles hesitassem em atacar-nos, pousamos no chão as nossas armas e adiantamo-nos para eles com pantomimas de gestos amigáveis, indicando que havíamos deposto as armas e absolutamente não os queríamos molestar.

Assim que nos aproximamos do primeiro do grupo à frente, batemos-lhe no ombro, mostramos de novo as espingardas depostas no chão à distância, deixamos-lhes ver a nossa coleção de animais e plantas, e lhes significamos que só com isso nos ocupávamos, e que, portanto, eles podiam seguir sossegados. Um deles, que já nos havia visto antes na Fazenda Guidoal, tomou-se mais amável, pareceu confirmar com palavras aos seus companheiros a nossa mímica, e assim nos separamos em paz, de ambos os lados. (SPIX; MARTIUS, 1981 [1817-1820], p. 69).

Ao comparar este trecho com a imagem, verifica-se que ela realmente representa um ato de tradução; percebe-se que há uma interação entre os viajantes e índios. E mais, ao observar o trio de índios perto dos viajantes, em particular, o índio do meio, percebe-se que é ele o mediador.

Além disso, em confronto com a citação acima, percebe-se, agora numa análise *iconológica*, que a tradução durante o Oitocentos não era somente sinônimo de transladação linguística, mas sim de comunicação a partir do corpo, pois o índio, compreendendo os gestos e os possíveis sons, entendia os viajantes a ponto de intermediar a situação entre os dois grupos linguístico-culturais da imagem.

De igual modo, ao observar a fisionomia dos dois outros viajantes, parece que eles não compreendiam a língua indígena ou compreendiam pouco o que o colega à frente e “responsável” pela situação de comunicação estava dizendo. Tal situação vai inteiramente de encontro aos relatos que se tem sobre viajantes europeus do Brasil oitocentista, em que estes muitas vezes estavam em expedições ou grupos de desbravamento com pessoas de diferentes nacionalidades e, portanto, de línguas diferentes, e em que aquele que soubesse o maior número de línguas poderia ter mais contatos ou intermediar situações entre os próprios viajantes. O próprio Rugendas aprendeu francês durante a expedição Langsdorff com seu colega de viagem, o francês Édouard Ménétries (1802 -1861) (DIENER; COSTA, 2012).

Vale destacar também que, apesar do encontro entre indígenas e viajantes europeus já causar medo nos índios, tal como se vê no quadro, o fato de que havia uma comunicação em línguas desconhecidas e mesmo mediante gestos era de surpreender os próprios índios, daí uma leitura da imagem como surpresa também devido a este ato de tradução/comunicação.

4.2 Dança dos Puri (1835)



Fonte: http://pinturapitoresca.blogspot.com.br/2011_05_01_archive.html.

Novamente, há a paisagem da floresta, desta vez bem mais harmoniosa com as figuras humanas que aparecem no quadro. Neste sentido, nota-se que metade do quadro chama a atenção para o cenário (a vegetação) e outra metade, para a situação que se desenrola entre pessoas totalmente nuas (os índios) e vestidas (os desbravadores da terra).

A temática do quadro também é conhecida: algum rito selvagem desconhecido entre os europeus e em sociedades “civilizadas”. O rito aqui é representado por uma espécie de fogueira de onde sai muita fumaça e em torno da qual vários índios se colocam em sugestão de dança, contemplação e valorização. A pintura também mostra dois viajantes atentos ao rito, enquanto alguns índios estão contemplando os viajantes observadores da dança.

Recorrendo novamente ao texto de Spix e Martius, relato semelhante também é descrito em sua forma verbal:

Mal voltou a si do espanto diante do nosso aparecimento, correu rápida a índia para a cabana. Percebemos que, ao aviso dela quanto à nossa chegada, a

maioria dos índios meteram-se nas redes ou esconderam-se nas cabanas, e outros fugiram para a mata próxima. Quando chegamos perto das cabanas, afora algumas velhas, não se via mulher nenhuma; os homens permaneceram calados, imóveis, e de costas para nós, em suas redes. O nosso guia militar entrou primeiro nas cabanas, saudou os selvagens, e deu-lhes a entender, tanto quanto lhe permitia o conhecimento da língua deles, que tínhamos vindo de muito longe para vê-los e que a nossa ocupação era apanhar aves, borboletas e plantas. Essa declaração pouco parecia impressioná-los; como antes, continuaram a balançar-se mudos nas redes e só furtivamente nos espreitavam. Nem boas palavras nem presentes os demoveram.

Ao nosso pedido de um gole de água fresca, um deles levantou a cabeça e, esticando os beijos em focinho, com mímica aborrecida, apontou o córrego ali perto.

[...]

No dia após nossa chegada a Guidoal, havia aparecido aí também um bando de Puris, que andavam errantes por estes lados. Eles rondavam tímidos as casas; ganharam, afinal, coragem para entrar, e, depois de lhes ofertarmos uns presentinhos, pareciam dar-nos confiança e ficar de boa vontade perto de nós. Percebia-se logo que eles eram mais brancos, mas, por isso mesmo, menos desconfiados do que os Coroados, já desde mais tempo sujeitos aos portugueses. Durante o bacanal dos últimos, ficaram escondidos no mato da vizinhança; quando, ao concluir-se a festa, foram chamados por nosso guia, aproximaram-se embora já tarde da noite, depois dos Coroados se terem recolhido todos às choças, e animados por presentes, se mostraram prontos a dançar. Estavam nus em pêlo, tais como a natureza os havia criado. [...]

Depois de fartas libações de cachaça, que eles, como todos os índios, apreciam apaixonadamente, tornaram-se confiantes e excitados, e executaram as suas danças à noite, num lugar aberto, não distante da Fazenda Guidoal.

[...]

Os homens puseram-se lado a lado em fila; atrás deles puseram-se igualmente em fila as mulheres. Os meninos, aos dois ou três, abraçaram-se e aos pais; as meninas agarravam-se por trás, às coxas das mães. Nessa atitude, puseram-se eles a cantar o triste “Han-jo-ha, há-há-há”. Com emoções melancólicas foram repetidas várias vezes a dança e a cantiga, e ambas as fileiras avançavam lentamente, num compasso de três tempos.

[...]

Deste modo, movimentam-se alternadamente, com pequenos passos, um pouco mais para diante. Logo que o tema musical se conclui, recuam, primeiro as mulheres com as meninas, e depois os homens com os meninos, como que em fuga desordenada. De novo se colocam em posição e repete-se a mesma dança. Um negro, que viveu muito tempo entre os Puris, nos interpretou aquelas palavras plangentes, cantadas na dança, como lamentação de haver caído quando queriam colher uma flor de uma árvore. A explicação que nos ocorria, diante deste quadro melancólico, era do paraíso perdido. (SPIX; MARTIUS, 1981, p. 50, 54-57).

O relato de Spix e Martius confirma pelo menos a existência de dois tipos de intérpretes no desbravamento da cultura indígena: o militar e o negro. Um com menos habilidade e talvez até menos conhecimento da língua – apesar de eficaz na medida do possível na intermediação – e outro, até o presente momento na História da tradução, desconhecido, um negro

intermediário.

Por certo, sabe-se que militares intérpretes foram correntes no século XIX, pode-se até exemplificar aqui pelo plano de desbravamento das terras indígenas concebido por Couto de Magalhães, que colocava como ponto primordial para o bom êxito deste “ato civilizatório” a formação e aperfeiçoamento de intérpretes militares (SILVA-REIS; BAGNO, 2016). Todavia, se, por um lado, pouco se sabe da existência de negros que exerceram a tradução escrita, muito menos ainda se sabe de negros intérpretes utilizados nas expedições, fato que a imagem de Rugendas realça e que é destacado no relato de Spix e Martius.

Para além destas constatações, a *intuição sintética* leva a pensar que o fato das mulheres indígenas estarem apreciando com maior afincamento o viajante e o negro na imagem de Rugendas pode significar que tal ato de tradução não era comum, bem como era estranho por ser um negro e não um jesuíta ou europeu mediando o ato de comunicação. Convém lembrar que no século XIX existiam o negro ladino e o negro boçal: o ladino sabia, pelos mais diversos motivos, a língua do colonizador, e o boçal era o inapto em língua estrangeira. Entretanto, um negro que sabia línguas indígenas ainda é surpreendente porque não se tem maior notícia de tal relação no que tange às interações linguísticas.

Uma outra leitura possível, partindo da imagem, é que o militar que se encontra dormindo poderia ser o intérprete diurno e o negro, o intérprete noturno. Isso, caso se associe que durante o dia há luz e, portanto, maior visibilidade àqueles que exercem o ofício de intérprete reconhecidamente pela sociedade oitocentista e de noite, onde não há luz, existem aqueles que exercem o ofício de forma menos desprestigiada, invisível e até mesmo desconhecida pela sociedade e pela história. É claro que esta é apenas uma leitura que sugere a imagem, mas que não pode ser descartada, visto que todos os elementos conhecidos levam a esta *intuição sintética*.

4.3 Plantação chinesa de chá: Jardim Botânico do Rio de Janeiro (1835)



Fonte: http://pinturapitoresca.blogspot.com.br/2011_05_01_archive.html.

A presente imagem de Rugendas dá destaque mais uma vez para a paisagem, com um realce surpreendente para a vegetação não tão comum no Rio de Janeiro (o Pão de Açúcar ao fundo da imagem revela que se trata do Rio) como, por exemplo, os cactos e as palmeiras. Do lado esquerdo da imagem, com pouca presença no quadro, encontra-se figuras humanas trabalhando na plantação. Essas figuras humanas são diferenciadas pela indumentária e também pelas ações que estão exercendo.

O tema aqui tratado não é tão recorrente entre pintores do século XIX, mas identificável: a presença asiática no Brasil do século XIX. Além da identificação da indumentária, o título do quadro oferece mais detalhes: trata-se de chineses e do cultivo de plantas de chá. Fixando-se no primeiro plano da figura, percebe-se dois atos de comunicação: a de um chinês de roupa amarela, azul e branca e, logo atrás deste, um outro chinês com roupa mais escura, tons de roxo, verde e preto. Ambos estão interagindo: o primeiro, com europeus e o segundo, com os negros trabalhadores. Somente pela figura, pode-se perguntar: será que se entendiam? Os chineses no Brasil falavam português? Os negros sabiam chinês? São perguntas para as quais não há

respostas exatas, mas numa análise visual é possível inferir algumas assertivas.

Relendo o texto de Rugendas, *Viagem pitoresca através do Brasil* (1989), percebe-se que a imagem está documentada no relato do pintor em que ele diz que muitos chineses chegaram ao Brasil à procura de emprego e logo foram contratados para exercerem o cultivo de plantas para efusão. Tal situação era reforçada pela ideologia europeia que mencionava que o chá chinês era o melhor do mundo e também que o Brasil poderia ter muitos ganhos na exportação de chá para a Inglaterra. Entretanto, Rugendas não menciona nenhum dado da situação linguística dos chineses no Brasil, apenas diz que eram semelhantes fisicamente aos índios, bem como tinham uma propensa facilidade de adaptação ao clima tropical.

No relato oitocentista de Spix e Martius, encontra-se o seguinte trecho narrativo:

O chá é aqui cultivado, de modo ao da própria China, todo igual, colhido e torrado. O governo português dedicou especial atenção à cultura desse vegetal, cujo produto da China é anualmente exportado para a Inglaterra, no valor de 20 milhões de escudos. O Ex-Ministro, Conde de Linhares, mandou vir umas centenas de colonos chineses, a fim de tornar conhecidas as vantagens do cultivo e do preparo do chá. Esses chineses, diz-se, não eram dos habitantes da costa, que por miséria se exilam da pátria para Java e as ilhas vizinhas, e ali, como os galegos da Espanha e Portugal, procuram trabalho; eram gente escolhida do interior, perfeitamente a par do cultivo do chá. Contudo, a maioria desses chineses não mora atualmente no Jardim Botânico, porém nos arredores da Fazenda Real, de Santa Cruz, a não ser uns poucos, que, sob a direção do Cel. Abreu, são empregados no cuidado dos arbustos de chá e na colheita e preparo das folhas.

[...]

Para beneficiar a Fazenda de Santa Cruz, havia o precedente Ministro, Conde de Linhares, disposto habitações para uma parte dos colonos chineses, mandados vir ao país. Poucos deles estavam atualmente presentes, pois a maioria tinha ido para a cidade, a fim de andar pelas ruas como vendedores ambulantes, oferecendo pequenas bugigangas chinesas, especialmente tecidos de algodão e foguetes; doenças e saudades da terra já haviam matado a muitos; desgosto do ambiente havia liquidado outros. Aqueles que ainda viviam tinham feito pequenas plantações de café e de suas flores preferidas, jasmim e alfavaca, em roda de suas cabanas baixas, muito asseadas no interior. Ninguém ignora que os chineses, na sua pátria, exercem a agricultura com grande conhecimento de causa e circunspeção, e até na arte mais fina de jardinagem são muito espertos. Admirou-nos, portanto, encontrar ainda tão poucos vestígios de sua atividade como lavradores aqui, onde já antes tão considerável número de chineses fora incumbido da lavoura. (SPIX; MARTIUS, 1981, p. 127; 154).

O relato acima revela que havia no Rio de Janeiro inúmeros chineses vindos para o Brasil a fim de tentar uma vida melhor, mas também indica que esses chineses contratados para o Jardim Botânico eram mediados por um português que, argumenta-se, fazia a mediação tanto

cultural quanto linguística. Não se sabe se essa mediação linguística era em chinês, visto que poucos são os documentos a descrever a situação linguística dos chineses no Brasil à época. Não se pode negar que possivelmente houve chineses que falavam português no século XIX brasileiro, mas tudo leva a acreditar que esta comunidade dependia de um intermediário em diversas instâncias, especialmente, para a execução de seu trabalho. Tal constatação parece ser confirmada pelos dois chineses presentes no quadro de Rugendas: um mantém a comunicação direta com os negros – talvez este já falasse português ou os negros se comunicavam com ele em francês – e o outro mantém uma espécie de comunicação com o trio logo em destaque no primeiro plano, o que parece aludir a um ato de interpretação.

De fato, segundo a pesquisadora Leonor Diaz de Seabra (2014) em seu texto panorâmico intitulado “Intercâmbio Cultural entre Macau e Brasil”³, as relações entre brasileiros e chineses se dão a partir do século XIX, especialmente com a vinda da família real para o Brasil. A abertura dos portos brasileiros aprova o desembarque de produtos chineses, em particular para movimentar o crescimento da indústria da seda e da porcelana. Além disso, a imigração chinesa começa a ser uma opção outra como mão de obra de trabalho, primeiramente, para o cultivo de chá e, em seguida, em substituição aos negros depois de abolida a escravidão. Seabra também menciona que os indícios de chineses no Brasil são muito grandes nas artes, principalmente com a voga artística da *chinoiserie*. Todavia, a estudiosa não aborda a questão linguística, pois apenas afirma que “em 1819, os chineses residentes na então colônia (Brasil) pediram a D. João VI que lhes nomeasse um diretor, ‘meio-cônsul, meio-intérprete’, que pudesse expor os seus direitos não só junto dos patrões, como dos tribunais” (SEABRA, 2014, p. 16), o que permite inferir que possivelmente muitos dos chineses que aqui residiram não falavam português ou, se falavam, tinham problemas de comunicação, necessitando assim do intermédio da tradução.

Por fim, baseando-se somente na imagem, parece também que há certa diferença entre os dois chineses em situação de comunicação. O chinês melhor vestido e com vestimenta muito mais trabalhada aparenta ser um sábio, erudito; enquanto o chinês menos bem vestido parece ser um chinês comum que, por talvez ter alguma habilidade mais prática, tenha conseguido o emprego. Isso permite inferir que o chinês que se chama de comum, devido à sua necessidade mais prática de sobrevivência, tivesse fluência na língua de comunicação usada na situação com os negros a ponto de ser independente, ao contrário do chinês erudito que, também contratado,

³ Agradeço à professora Mônica Muniz de Souza Simas pela indicação do artigo.

tinha muitos conhecimentos teóricos aplicados à prática, mas que não tinha urgente necessidade de aprender a língua portuguesa, porque um intermediário o ajudava a entrar em comunicação com os interessados em seus conhecimentos. Convém lembrar que esta é uma leitura que a imagem sugere.

5. Benedito Calixto de Jesus (1853 -1927)

Benedito Calixto foi um pintor paulista que começou como cenógrafo e que, junto com Oscar Pereira Silva e Pedro Alexandrino, compôs o trio de pintores mais ativos de São Paulo capital. Faz parte da leva de pintores que começava a dar sinais de renovação na tendência academicista de pintura no século XIX. Mas, acima de tudo, será reconhecido como pintor de transição do Brasil colonial para o Brasil republicano.

Sua obra terá por base inicial os temas marinhos, em seguida, os religiosos e históricos e, depois, se concentrará no progresso industrial paulistano. Segundo Caleb Faria Alves, a trajetória pictural de Calixto, no que tange aos estímulos visuais, ao conhecimento e às atitudes diante da arte de pintar oitocentista brasileira poderia ser sintetizada

[N]a sua iniciação nas oficinas e na estrutura social na qual sobrevivia, caracterizadas pelo pouco profissionalismo e pela pouca independência do campo artístico, mas com fortes desejos de renovação; [n]o contato posterior com uma tradição acadêmica em processo de decadência e que buscava alternativas na redefinição de suas posturas; [n]a lacuna estrutural existente em relação a uma pintura de paisagem que forjasse as bases para a pintura nacional; [n]a lenta construção e redefinição do papel do tropeiro para a história pátria; [e n]a construção de uma relação entre público artista, fundamentada no conhecimento leigo da natureza ou na relação sentimental com ela. (ALVES, 2003, p. 209)

Em suma, a obra de Benedito Calixto será de extrema importância por revelar as tendências da iconosfera visual brasileira na virada do século e por também auxiliar na construção de um imaginário republicano nacional. Cabe assinalar que não somente Benedito Calixto, mas outros pintores que não eram de transição tinham preocupações similares no que tange à construção de uma identidade nacional como, por exemplo, José Ferraz de Almeida Júnior (1850-1859) e Victor Meirelles de Lima (1832-1903).

Privilegiando o tema da região de São Paulo como foco em sua obra pictural, Benedito Calixto também produzirá inúmeros livros de caráter documental e de preservação do patrimônio sobre ela, dentre os quais se destacam: *A Vila de Itanhaém* (1895) e *Capitanias*

Paulistas (1924). Da vasta obra de Calixto que se encontra nas mãos de colecionadores particulares ou nos acervos de igrejas, fundações e museus, foram escolhidas apenas três imagens:

5.1 *Fundação de São Vicente (1900)*



Fonte: <http://www.novomilenio.inf.br/santos/calixt31.htm>.

Este quadro de Benedito Calixto do gênero pintura histórica talvez seja um dos maiores quadros do pintor em extensão (medindo 3,85 x 1,92 m) e também pela dimensão narrativa que apresenta, com mais de oitenta personagens mesclados em situações diversas. Cabe notar que, com exceção dos personagens que estão nas caravelas, há sempre a presença de indígenas.

Todos os personagens são muito bem detalhados tanto na indumentária quanto na ação aludida por suas posições corporais. O quadro é não-dramático e tem como ação principal o diálogo estabelecido entre a comitiva de Martim Afonso e os colonos. Além disso, o quadro infere que a ocupação da vila de São Vicente foi pacífica e calma com índios e portugueses se relacionando harmoniosamente, o que revela que a pintura tem tanto um caráter de reelaboração da história escrita pelo viés visual quanto de remediação no que tange a tornar imaculada a posição dos portugueses na chaga sangrenta que foi a fundação da vila.

Entretanto, o que chama a atenção é a presença do ato da interpretação que está no centro da narrativa visual. Pode-se identificar Martim Afonso de Souza ao centro, os índios do lado esquerdo e a comitiva portuguesa (soldados e um padre) do lado direito. Além dessa divisão,

percebe-se três personagens importantes: João Ramalho e Antônio Rodrigues vestidos com roupas mais simples que as dos portugueses, e também um homem elegante ao lado do padre que, a princípio, considerava-se ser Cosme Fernandes Pessoa (o bacharel de Cananeia, célebre língua⁴ na região). Todavia, conjectura-se que seja a representação de Pascoal Fernandes, genovês rico e poderoso que veio na comitiva de Martim Afonso, se instalou na região e se casou com uma das filhas de João Ramalho, Margarida Ramalho (CALIXTO, 1927).

O fato de se defender que o homem com trajes europeus finos não seja o bacharel de Cananeia se justifica porque há uma tese de que Cosme Fernandes Pessoa era degredado, judeu e maçom, ou seja, tudo aquilo que era rejeitado pela corte portuguesa à época (VALE, 2008), e como a imagem alude aos símbolos portugueses de conquista como cruzeiro, bandeiras e estandartes, a imagem visual de Portugal, argumenta-se, não poderia ser associada a uma figura que não condizia com o ideal português.

Tal impressão permite inferir que a figura do intérprete, tão importante para a colonização de desbravamento de novas terras, só era visualmente aceita ou pintada se também estivesse relacionada ao lado positivo da conquista feita por portugueses, o que leva a supor que inúmeros intérpretes do século XIX que tiveram tanta importância quanto João Ramalho e Antônio Rodrigues não foram representados pictoricamente, ou mesmo mencionados nos registros históricos porque não se encontravam nos limites do imaginário da história do Brasil enformada pelos moldes portugueses.

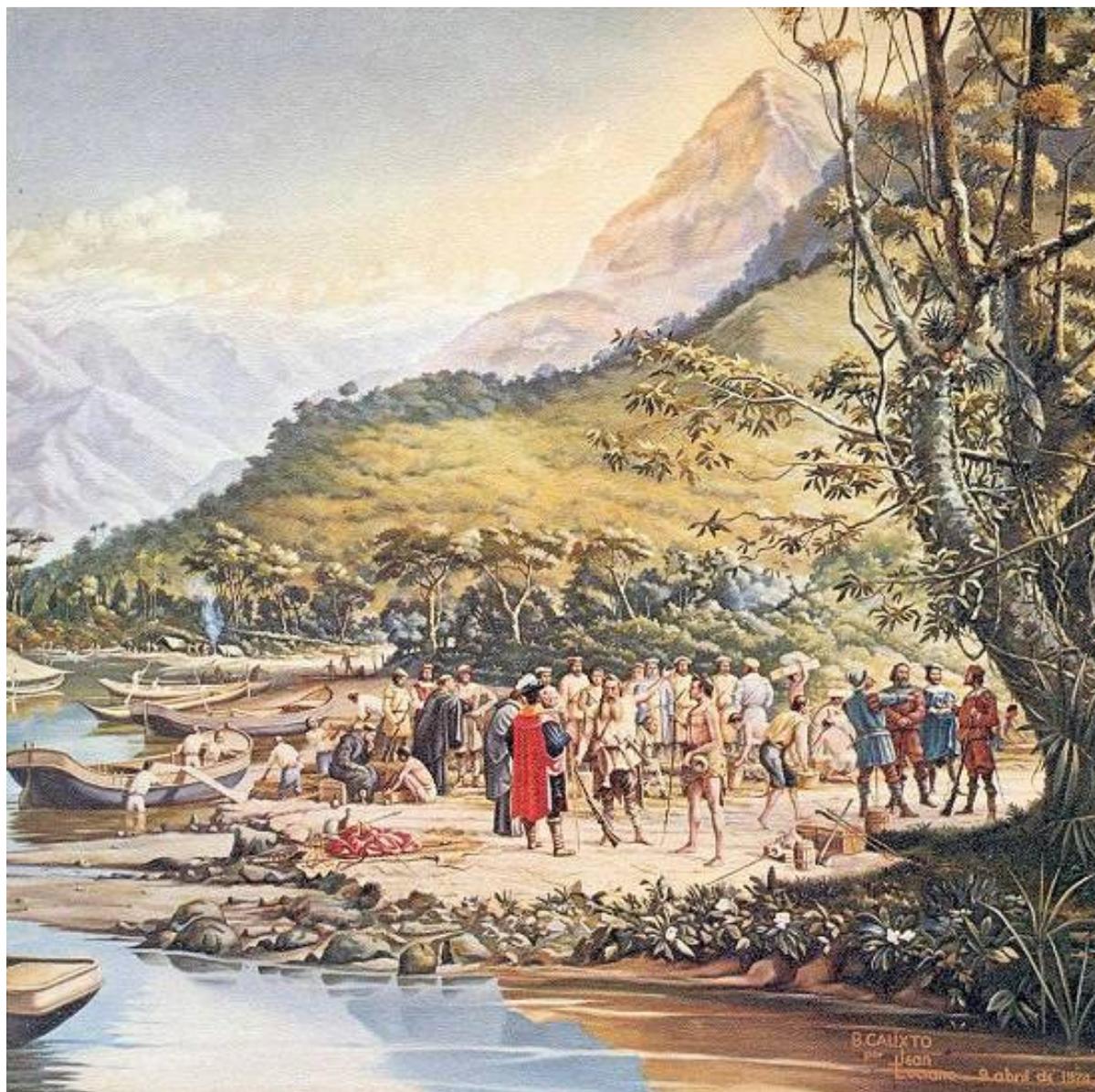
Outro indício que esta figura oferece é que, na visão historiográfica visual, são os homens, e somente eles, os responsáveis pelas mediações linguísticas. Ora, isso é algo que é prontamente contradito aqui por se reconhecer que, ao se unir com um língua, a mulher indígena era a figura que o auxiliava na aprendizagem da língua e mesmo na competência tradutória oral, fato encoberto tanto pela narrativa visual quanto pela narrativa documental escrita.

Além disso, o fato dos intérpretes estarem próximos de Martim Afonso, e mesmo à sua frente no quadro analisado – pois, em vez dos línguas, seria mais lógico ter soldados mais próximos em forma de ato de defesa – revela o quanto o intérprete era importante como elo de comunicação, mas também que era escudo de segurança tanto quanto um soldado, porque basicamente todas as informações e conhecimentos da terra e dos povos que ali habitavam

⁴ O termo língua se refere aos intérpretes coloniais. Para mais informações, ver Silva-Reis e Bagno (2016).

chegavam aos portugueses por esses intermediários – seja no que tange ao desbravamento da terra, à sobrevivência em meio ao nada ou ao enfeitamento com indígenas não-amigáveis.

5.2 *Martim Afonso no Porto de Piaçagüera (s/d)*



Fonte: <http://www.novomilenio.inf.br/cubatao/cfoto049a.htm>.

Restaurada em 2007 por Jean Ange Luciano, esta tela se encontra no Palácio São Joaquim, no Rio de Janeiro, e também traz consigo o tema do desbravamento de terras, em especial Martim Afonso recebendo João Ramalho para conduzi-lo a Piratininga. Esses dois personagens estão entre as figuras humanas pintadas no quadro, que têm uma preocupação maior em mostrar a paisagem.

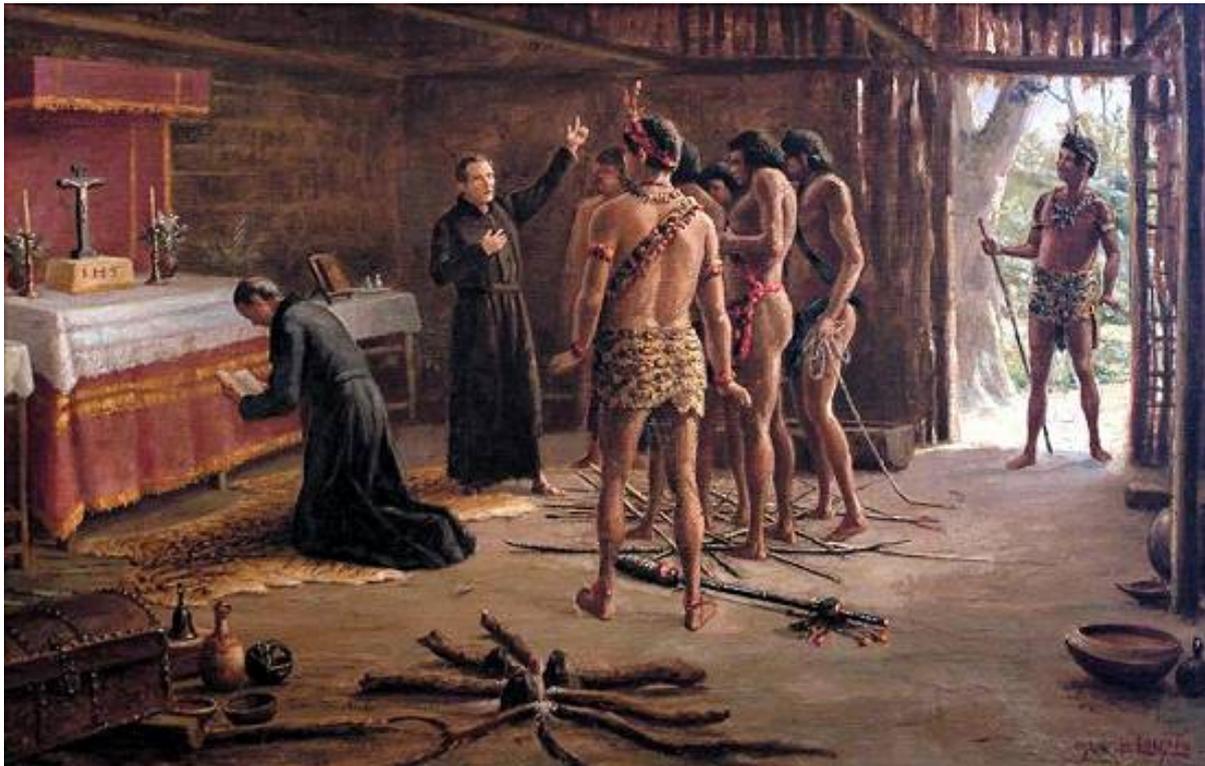
Como já foi dito, Martim Afonso se utilizou sempre de intérpretes em suas expedições e, dentre eles, João Ramalho, que foi de extrema importância para os atos civilizatórios ao molde português em São Paulo. A aparição novamente da figura de João Ramalho em um segundo quadro de Calixto pode levar a duas hipóteses: Ramalho, de fato, era um grande língua; ou ele era o intérprete ideal do ponto de vista português para a construção de um imaginário histórico-visual que não maculasse as relações do Brasil com Portugal no período de transição entre colônia e república. A primeira hipótese pode até ser verdadeira, mas o que se tem de fato é apenas uma sustentação histórica, e porque não dizer, um imaginário de João Ramalho como um grande intérprete defendido até a contemporaneidade sem grandes discussões. Já a segunda hipótese é mais provável, ao perceber a proximidade que Ramalho tinha com Martim Afonso (demonstrada no quadro e nas fontes documentais) e o quanto esta relação trouxe benefícios, dentre estes o recebimento de sesmarias para si e para seus filhos (CALIXTO, 1927), o perdão de degradado e a proteção de Portugal.

Outro detalhe que chama a atenção nesta tela é o fato de que, entre todos os personagens, só foi possível identificar um indígena, que está ao lado de João Ramalho. A princípio, pode-se indagar por que esse índio não está em grupo, visto que geralmente as representações de índios em comunicação são em grupos de índios – salvo retratos estáticos de rosto e perfil.

Argumenta-se que este índio poderia ser tanto um *afilhado* (MARIANI, 2007) – índio retirado de sua tribo e posto em contato com os portugueses a fim de aprender a língua e servir de intermediário – ou um dos filhos de João Ramalho que, sendo filho de índia com português, provavelmente, compreendia as duas línguas em que o ato de comunicação se realizava e, como parte do grupo de expedição, igualmente auxiliava nas necessidades comunicacionais do grupo.

Aliás, caso esse índio seja um dos filhos de João Ramalho, a indumentária de índio com partes cobertas pode ser explicada por ter nascido em meio à tribo da mãe e ter apreendido algo sobre pudor com o pai europeu. O que de fato fica visualmente claro é que este índio aparenta ser um índio amansado e a serviço da expedição. Ainda numa comparação visual com o quadro e os desenhos de autoria desconhecida do cacique de Tibiriçá, pode-se afirmar que se trata do próprio, sogro de João Ramalho, que até onde se sabe não entendia a língua do colonizador, mas confiava piamente em seu genro e facilitava as relações de sua tribo com os portugueses.

5.3 Anchieta e Nóbrega na cabana de Pindobuçu (1920)



Fonte: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/49/Benedito_Calixto_-_Anchieta_e_Nóbrega_na_cabana_de_Pindobuçu.jpg.

Vê-se nitidamente neste quadro uma situação de comunicação entre religiosos e indígenas. Trata-se de um quadro de Calixto de temática religiosa inteiramente ligado ao ambiente paulista.

O título da obra já oferece indicações de quem são os religiosos: José de Anchieta e Manuel da Nóbrega. Além disso, apoiado na biografia deste último, pode-se inferir que o personagem de pé é José de Anchieta, visto que Manuel da Nóbrega era gago e preferia que Anchieta se comunicasse com os índios (HANSEN, 2010) – convém lembrar que Anchieta era fluente em quatro idiomas: português, latim, língua geral e espanhol; além de ser conhecido como ótimo orador.

A segunda parte do título do quadro (“na cabana de Pindobuçu”) também indica um fato biográfico de ambos os padres: a fuga do conflito indígena entre tamoios e colonos na região da atual cidade de Ubatuba. Encontrando-se os dois entre feras, resolveram buscar auxílio e refúgio na cabana de um cacique que tinha muito apreço pelos religiosos: o morubixaba Pindobuçu. Todavia, ao chegarem à cabana, segundo o relato de Fernando Pedreira de Castro,

[...] para total desamparo humano, constataram que desgraçadamente estava ausente Pindobuçu.

Na piroga viera um filho deste respeitável ancião, chamado Paranaçu, mancebo ferocíssimo, famigerado na maldade, chefe de outros 30 jovens de sua laia e dono de sete ou oito pirogas de combate.

Estando tal mancebo já aprestado a avançar contra os portugueses, soube de quanto se passava em Iperoig. Inflamado logo de dementada raiva, saltou numa das canoas, decidido a cortar de golpe qualquer tratado de paz, trucidando-lhe os embaixadores.

Assim disposto, entrou aquele homem-fera pela cabana paterna, deparando lá os forasteiros; ouviu porém do tio, irmão de Pindobuçu, tantos elogios aos missionários, que pareceu aplacar-se... Dentro em pouco, entretanto, sentindo renascer-lhe o ódio, tornou ao furioso desígnio, à ânsia de matar.

Seria pela tarde, rezavam fervorosamente os padres na choupana, implorando o auxílio divino, quando de novo lhes atravessa a porta o jovem tamoio com seus bárbaros sequazes, levando na mão luzida espada, e assenta-se ao lado dos reféns.

Ali, contra toda a expectativa, começa a falar de assuntos vários, mas reiterando a cada instante suspeitosas perguntas sobre as intenções dos embaixadores...

Então, inesperadamente, despediu-se com estas palavras que Anchieta nos deixou exaradas e que nós de bom grado transcrevemos à letra:

“Eu vinha a fazer isto e aquilo, mas quando entrei a ver os padres e lhes falei, caiu-me o coração e fiquei todo mudo e fraco, e pois eu não os matei, que vinha furioso, já ninguém os há de matar, ainda que todos os que vierem hão de vir com o mesmo propósito e vontade!”

Em arriscados passos como este, via José de Anchieta, com evidente acerto, a intervenção divina... Não teria sido tal episódio o perigo supremo de toda a embaixada em Iperoig? (CASTRO, 1965, s/n).

Tendo como prerrogativa o documento escrito citado, percebe-se que a imagem corresponde em parte à descrição verbal apresentada. Todavia, ela dá outros detalhes. O fato de as armas indígenas estarem no chão tem uma forte simbologia no que diz respeito ao “uma vez traduzida e manifestada a mensagem divina para a língua dos nativos, estes amansam seus corações”, ou seja, a palavra de Deus traduzida na língua indígena desarma moralmente e fisicamente os indígenas – os torna amigáveis de fato. Além disso, a imagem de Nóbrega de joelhos com livro na mão sugere um momento de adoração, portanto, o seguimento de um rito, que à época, era totalmente em latim, mas que era compreensível aos índios por meio da interpretação feita por Anchieta – percebe-se na imagem que, enquanto Nóbrega se dirige ao crucifixo, alguns índios se dirigem a Anchieta com respeito e total escuta e outros ao próprio crucifixo.

Cabe lembrar que o próprio ato de tentar de alguma forma fazer corresponder os conceitos religiosos cristãos com os conceitos espirituais indígenas revela um tipo tradução, ou mesmo o que considera-se o primeiro paradigma da história da tradução no Brasil: *a tradução-*

redução, isto é, a ideologia ou busca de sentido de um conceito que, não tendo equivalente em língua indígena, era associado ao conceito mais próximo possível da língua ou reelaborado de forma que o conceito indígena servisse aos ideais religiosos (AGNOLIN, 2007). Tal paradigma, até onde se sabe, é constatado apenas no Brasil Colônia.

6. Ilações debutantes

Como se pode ver neste trabalho, a leitura de uma sequência de imagens pode ser uma fonte fecunda para se estudar as mentalidades e visualidades de uma história da tradução não escrita em papel, mas ainda dispersa em figurações.

As fontes escritas são úteis na confirmação de dados que as imagens sugerem, mas, para além do documento escrito, é possível ver que as imagens apontam caminhos próprios na busca de uma leitura ou sentido percorrido pelo pesquisador de iconografia de tradução.

Nos exemplos aqui descritos, parece ainda que há uma subdivisão da iconografia da tradução: Rugendas orienta a constituição de uma iconografia geral, uma macro-história iconográfica da tradução; enquanto Calixto se limita à paisagem paulista, sugerindo uma possível história regional da tradução. Entretanto, o que se pode afirmar como indício básico das imagens que até agora foi possível encontrar e analisar é que a identificação, ao menos no século XIX, da iconosfera da tradução, é revelada sempre pela presença de ao menos três personagens ou grupos de personagens presentes nas situações de comunicação. Além disso, nota-se que o imaginário de tradução oitocentista está intimamente ligado à história da tradução oral, o que faz da fonte iconográfica um documento imprescindível para a possível construção da história da interpretação no Brasil nos séculos em que os registros são quase inexistentes.

Outro fato resultante da análise destas figuras é que, por trás delas, percebe-se claramente uma ideologia baseada no visual, naquilo que se quer mostrar; como se existisse também no nível pictórico e de História visual do Brasil aquilo que não se podia mostrar ou desenhar. Isso só afirma ainda mais que, por trás do realismo científico, academicismo e retratismo oitocentista, existia a subjetividade do artista, mas também a cultura visual na qual ele se inseria.

Se é verdade que essas imagens foram visitadas do ponto de vista etnográfico e antropológico, cabe agora aos historiadores da tradução se debruçar sobre este rico material arquivístico, memorialístico e documental a fim de extrair ou mesmo apontar caminhos novos para a história da tradução no Brasil. E nesta empreitada muito pode auxiliar o método iconológico.

Referências

- AGNOLIN, A. **Jesuítas e selvagens: a negociação da fé no encontro catequético – ritual americano-tupi** (séc. XVI-XVII). São Paulo: Humanitas, 2007.
- ALVES, C. F. **Benedito Calixto e a construção do imaginário republicano**. Bauru - SP: EDUSC, 2003.
- BASCHET, J. **L’iconographie médiévale**. Paris: Gallimard, 2008.
- BURKE, P. **Testemunha ocular: história e imagem**. Trad. Vera Maria Xavier dos Santos. Bauru: EDUSC, 2004.
- CALIXTO, B. **Fundação de São Vicente**. 1900. Óleo sobre tela.
- _____. **Anchieta e Nóbrega na cabana de Pindobuçu**. 1920. Óleo sobre tela.
- _____. **Capitanias paulistas**. 2ed. São Paulo: Casa Duprat e Casa Mayença, 1927.
- _____. **Martim Afonso no Porto de Piaçagüera**. S/d. Óleo sobre tela.
- CASTRO, F. P. de. Anchieta em Iperoig. **Anchietana** – Comissão Nacional para as Comemorações. São Paulo: SEC/SP, 1965, p. 235-244.
- CHRISTAIN, A.-M. A imagem enformada pela escrita. In: ARBEX, M. (Org.). **Poéticas do visível: ensaios sobre a escrita e a imagem**. Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em Letras: estudos literários, 2006, p. 63-105.
- COLI, J. A pintura e o olhar sobre si: Victor Meirelles e a Invenção de uma História Visual no Século XIX Brasileiro. In: FREITAS, M. C. de. **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2014, p. 375-404.
- COMPOFIORITO, Q. **História da Pintura Brasileira do Século XIX – A pintura Remanescente da Colônia (1800-1830)**. Rio de Janeiro: Pinakothek, 1983. v. 1.
- DELISLE, J. Réflexions sur l’historiographie de la traduction et ses exigences scientifiques. **Équivalences**, Bruxelles, v. 26, n. 2, v. 27, n. 1, p. 21-43, 1997-1998. Disponível em: https://www.academia.edu/5940711/Réflexions_sur_lhistoriographie_de_la_traduction_et_ses_exigences_scientifiques. Acesso em: 14 ago. 2016.
- DESGUALDO, M. A. **Reconhecimento visuográfica e a lógica na investigação criminal**. S. l., S. N.: 2006. Disponível em: http://tmp.mpce.mp.br/orgaos/CAOCRIM/priminal/files_4ca23424cfeaaLocal%20Crime.pdf Acesso em: 13 set. 2016.
- DIENER, P.; COSTA, M. F. **Rugendas e o Brasil**. Rio de Janeiro: Capivara, 2012.

GONZÁLEZ, M. A. C. **Introducción al método iconográfico**. 5ed. Barcelona: Editorial Ariel, 2009.

HANSEN, J. A. **Manuel da Nóbrega**. Recife-PE: Massangana, 2010.

MARIANI, B. Quando as línguas eram corpos – sobre a colonização linguística portuguesa na África e no Brasil. In: ORLANDI, E. P. **Política linguística no Brasil**. Campinas: Pontes Editora, 2007, p. 83-112.

MENESES, U. T. B. de. Fontes visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 11-36, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882003000100002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 18 set. 2016.

PANOFSKY, E. **Estudos de iconologia**: temas humanísticos na arte do renascimento. 2ed. Lisboa – PT: Editorial Estampa, 1995.

PEREIRA, S. G. **Arte brasileira no século XIX**. Belo Horizonte: C/Arte, 2008.

RUGENDAS, J. M. **Encontro de índios com viajantes europeus**. 1827-1835. Litografia.

_____. **Plantação chinesa de chá**: Jardim botânico do Rio de Janeiro. 1835. Litografia.

_____. **Dança dos Puris**. 1835. Litografia.

_____. **Viagem pitoresca através do Brasil**. Trad. Sérgio Millet. Belo Horizonte; Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1989.

SEABRA, L. D. Intercâmbio cultural entre Macau e Brasil. **Revista do Instituto Cultural do Governo da R. A. E. de Macau** (Edição internacional). Macau, n. 46, p. 6-19, 2014. Disponível em: <http://www.icm.gov.mo/deippub/rcMagP.asp>. Acesso em: 20 jan. 2017.

SILVA-REIS, D.; BAGNO, M. Os intérpretes e a formação do Brasil: os quatro primeiros séculos de uma história esquecida. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 36, n. 3, p. 81-108, 2016.

SPIX, J. B. V.; MARTIUS, C. F. P. **Viagem pelo Brasil 1817-1820**. Trad. Lúcia Furquim Lahmeyer. São Paulo: EDUSP, 1981. t. 1.

VALE, M. R. S. do. **Tempo, memória e oralidade**: uma análise da população residente na área continental de São Vicente (litoral sul de São Paulo). 2008. 221 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, SP, 2008.

Artigo recebido em: 01.03.2017

Artigo aprovado em: 27.04.2017

Guirlandas, antologias, florilégios: o direito autoral como princípio organizador de antologias de prosa brasileira em inglês¹

Garlands, anthologies, florilegia: copyright law as the organizing principle of anthologies of Brazilian prose in English

Lenita Maria Rimoli Esteves*

RESUMO: Vários princípios organizadores podem ser adotados quando se compõe uma antologia, e entre os mais comuns estão os cronológicos e os temáticos. Depois de investigar as origens do conceito de antologia, este trabalho analisa antologias de prosa brasileira traduzida para o inglês de um ponto de vista incomum: o do direito autoral.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura brasileira em inglês. Antologias. Direitos autorais. Meleagro de Gádara.

ABSTRACT: There may be several organizing principles when one composes an anthology, and among the most common are the chronological and the thematic ones. After investigating the origins of the concept of anthology, this paper analyses anthologies of Brazilian prose in English from a different point of view: that of the copyright law.

KEYWORDS: Brazilian literature in English. Anthologies. Copyright law. Meleager of Gadara.

1. Introdução

Este texto é parte de um projeto de pesquisa iniciado em 2013, que investiga o processo de publicação da literatura brasileira no mundo de língua inglesa, levando em conta fatores políticos, econômicos e ideológicos, entre outros. Num estudo anterior (ESTEVEES, 2017), foi feito um amplo levantamento de antologias de prosa brasileira publicadas em inglês. O *corpus* abrangia desde a primeira obra, publicada em 1921 e organizada por Isaac Goldberg nos Estados Unidos, até *Other Carnivals*, coleção de 12 contos organizada e traduzida por Ángel Gurría-Quintana em 2013. No total foram analisadas 13 antologias, entre as quais a *Machado de Assis Magazine*,² que conta com sete volumes. As obras foram divididas em grupos de acordo com sua organização e público almejado, e o resultado dessa divisão foram os seguintes grupos: antologias-vitrine (correspondendo a quatro obras), antologias universitárias (quatro

¹ Este trabalho deriva de uma conferência realizada durante o XII Encontro Nacional de Tradutores e VI Encontro Internacional de Tradutores, na Universidade Federal de Uberlândia, entre 20 e 23 de setembro de 2016.

* Professora de teoria e prática de tradução, em níveis de graduação e pós-graduação, junto ao Departamento de Letras Modernas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

² Como é uma coleção, a *Machado de Assis Magazine* foi contada como apenas uma antologia na análise.

obras) e antologias temáticas (cinco obras). Na maioria das vezes, essas antologias foram organizadas cronologicamente, iniciando-se com as obras mais antigas e terminando com as mais recentes. Mas essa não é a única possibilidade. Antologias de viés temático contemplavam, por exemplo, a literatura feminina³, a literatura urbana⁴ ou, ainda, o amor⁵.

Durante o estudo de cada uma dessas antologias, levantou-se uma questão de fundo: o problema dos direitos autorais de autores e tradutores. Cada época reflete atitudes e comportamentos específicos quanto a essa problemática: em períodos mais remotos, o direito autoral, mesmo o do escritor, não parecia ser um empecilho à publicação de sua obra; à medida que avançamos no tempo, podemos detectar, cada vez com mais clareza, o direito autoral como fator determinante nas escolhas feitas pelos antologistas.

Este trabalho propõe uma reflexão sobre a questão do direito autoral à luz da composição e publicação de antologias de prosa brasileira em inglês, com o objetivo principal de ter um quadro de como os agentes desse processo (editores, autores, tradutores, mediadores culturais) lidaram e lidam com a questão na tarefa de disseminação da literatura brasileira no exterior.

2. Antologia: como tudo começou

O termo “antologia” (em grego *ανθολογία*), significa “coleção de flores” ou “ramalhete de flores”. O equivalente latino é o termo *florilegium*, que tem o mesmo significado. Outro termo relacionado é “guirlanda”, que tem sentido bem semelhante. Aliás, “guirlanda” (em grego *Στέφανος*) é o nome de uma das primeiras antologias de que se tem registro, composta pelo poeta grego Meleagro e datada do século I a.C. Embora Meleagro não tenha inventado a categoria “antologia”, ele englobou na sua obra todas as técnicas de arranjo e coleção que eram empregadas em sua época. Isso, ligado ao fato de ele ter sido explicitamente emulado por Filipe de Tessalônica em sua obra também intitulada *Guirlanda* e datada do século I d.C., confere a Meleagro grande mérito (AMARAL, 2009, p. 26; CUDDON, 1992, p. 45).

A *Guirlanda* de Meleagro é composta por epigramas, que são breves textos espirituosos escritos em verso ou em prosa e que podem ser elogiosos, satíricos ou aforísticos (AMARAL, 2009, p. 14-17; CUDDON, 1992, p. 295). No epigrama introdutório, chamado “Proêmio”,

³ *One Hundred Years After Tomorrow: Brazilian Women’s Fiction in the 20th Century*, organizada Darlene Sadlier, 1992.

⁴ *Urban Voices: Contemporary Brazilian Short Stories from Brazil*, organizada por Cristina Ferreira-Pinto, 1999.

⁵ *Love Stories*, organizada por Edla Van Steen, 1978.

Meleagro atribui a cada autor presente na coleção um nome de flor, e a metáfora da guirlanda que ele compõe vai sendo urdida juntamente com a antologia. Segundo Carlos A. Martins de Jesus: “Todo o epigrama de abertura é construído sob a imagem de uma grinalda de flores/poetas (ὕμνοθετᾶν στέφανον, v. 2) que vai sendo entrelaçada (τεύξας, v. 2) por esse poeta-editor, como alegoricamente esclarece a Musa no verso 313” (JESUS, 2016, p. 176).

Observe-se este trecho na tradução de Carlos de Jesus:

– Musa amada: a quem levas este canto viçoso?
Que homem teceu semelhante grinalda de poetas?
– Foi Meleagro quem a fez, e para o ilustre Diocles
levou a bom porto esta oferenda da memória.
Entrelaçou muitas açucenas de Anite, e de Mero muitos
lírios; de Safo, um punhado apenas – mas de rosas;
o narciso, fertilizado pelos hinos de Melanípides,
e a videira fresca da vinha de Simónides; [...] (JESUS, 2016, p. 180-181).

Nota-se, portanto, que a cada poeta escolhido corresponde uma flor que comporá a guirlanda. Nos dias atuais, provavelmente as pessoas não façam mais essa associação de antologia com arranjo de flores, mesmo que estejam familiarizadas com o conceito de antologia. Perdeu-se a conscientização sobre a metáfora do ramalhete, embora permaneça a ideia de que uma antologia é uma reunião do que, na opinião do antologista, existe de melhor em determinada época, ou gênero literário, ou país/cultura.

Antologias vêm sendo publicadas ao longo dos séculos com o principal objetivo de colocar em realce um determinado grupo de obras literárias. O que não mudou em todo esse tempo foi a dimensão criativa das antologias: ao escolher as obras e dispô-las em sua guirlanda, o antologista de certa forma as altera, colocando-as em contato umas com as outras da sua maneira específica. A *Guirlanda* de Meleagro leva, até hoje, seu nome, indicando justamente essa dimensão criativa, sua autoria, conceito que será discutido na próxima seção.

3. Da autoria do antologista

Como acabou de ser sugerido, o arranjo das obras em uma antologia presume uma criação autoral, já que, dispostas como estão na antologia, elas sofreram alterações não necessariamente em si mesmas, mas naquilo que as dispõem de uma forma nova, em contato inédito com outras obras. Assim, o trabalho do antologista tem uma natureza autoral, que é

reconhecida pela Lei de Direitos Autorais n. 9610 de 1998. O artigo 7º, em que a lei define quais são as obras intelectuais protegidas, podemos ler, no Inciso XIII, a seguinte definição:

XIII - as coletâneas ou compilações, antologias, enciclopédias, dicionários, bases de dados e outras obras, que, por sua seleção, organização ou disposição de seu conteúdo, constituam uma criação intelectual.

Logo em seguida, há três especificações quanto ao inciso XIII, das quais duas nos interessam. No parágrafo 2º, o texto diz que a proteção se aplica àquele conjunto, mas não aos elementos que o compõem, ou seja, cada texto escolhido para compor a antologia está protegido por direitos de autor se ainda não tiver caído em domínio público. Em seguida, o parágrafo 3º esclarece que, no campo das ciências, a proteção recairá sobre as obras artísticas, não as científicas:

§ 2º A proteção concedida no inciso XIII não abarca os dados ou materiais em si mesmos e se entende sem prejuízo de quaisquer direitos autorais que subsistam a respeito dos dados ou materiais contidos nas obras.

§ 3º No domínio das ciências, a proteção recairá sobre a forma literária ou artística, não abrangendo o seu conteúdo científico ou técnico, sem prejuízo dos direitos que protegem os demais campos da propriedade imaterial.

Ou seja, quando se entrelaça uma antologia de obras ou excertos de obras literárias, cria-se também o entrelaçamento, às vezes complexo, de uma série de direitos autorais. Por exemplo, se uma obra escolhida para a antologia não está ainda em domínio público, o antologista deverá buscar a permissão do autor para publicá-la. Além disso, se essa obra for traduzida (o que é o caso das antologias aqui analisadas), o antologista deverá assegurar a permissão do tradutor da obra literária, que tem direitos autorais sobre ela. Nesse caso, o tradutor já terá, por sua vez, obtido a autorização do autor para realizar a tradução.

No caso específico do antologista, sua obra está protegida no seguinte sentido: se uma segunda pessoa fizer outra antologia que se assemelhe de forma substancial à sua, essa segunda pessoa estará incorrendo em plágio. Ou seja, como já foi dito acima, o direito de autor do antologista não é sobre as obras que ele escolheu, mas sobre o modo como as arranjou em sua guirlanda.

Voltemos mais uma vez a Meleagro e sua antologia: os estudiosos de textos clássicos convergem ao afirmar que ele deu uma conformação muito especial, muito autoral à sua obra.

Por exemplo, Meleagro não ordenou os epigramas na *Guirlanda* seguindo a ordem alfabética, como outros fizeram. O entrelaçamento dos seus epigramas era temático. Como nos esclarece Flávia Vasconcellos Amaral: “Segundo Gutzwiller [...], Meleagro usava epigramas de um ou dois poetas como base e a eles agrupava outros do mesmo tema ou similar a este. Desse modo, o fio condutor para os epigramas era temático ou lexical” (AMARAL, 2009, p. 26).

No seu design poético de enredamento, Meleagro entrelaçou autor com autor como planta com planta de tal forma que ele efetivamente apagou todos os traços dos princípios da ordem da estruturação das coleções que foram suas fontes. (GUTZWILLER apud AMARAL, 2009, p. 26).

Carlos de Jesus parece ir na mesma linha quando comenta o “Proêmio”, epigrama de abertura da *Guirlanda*:

ao longo do epigrama vamos encontrando uma série de formas verbais cuja função, além de quebrar o que facilmente seria uma enumeração monótona de poetas e respectivas flores, consiste em lembrar a metáfora iterativa de todo o poema, esse constante entrelaçar de flores (ἄνθη λέγειν) simbólico: e.g. τεύξας (v. 2), ἐμπλέξας (v. 5), πλέξας (v. 9), σύμπλεκτον (v. 18), ἐνέπλεκε (v. 20). (JESUS, 2016, p. 177).

Partimos então desse princípio para refletir sobre antologias: a ação de escolher e dispor as obras em um determinado arranjo é uma criação autoral, e já o era desde a época de Meleagro. O que ocorre é que, na época dele, o próprio conceito de autoria ainda não fora bem estabelecido. Esse conceito, que a princípio se aplicava apenas aos escritores de obras literárias, nos dias atuais também se aplica aos antologistas, e agora vamos nos voltar à composição de antologias na época contemporânea, especificamente à composição de antologias de prosa brasileira traduzida para o inglês. Temos aí envolvidos três “níveis” de direito autoral: o do autor, o do tradutor e o do antologista. Será possível perceber que o conceito de autoria vem ganhando força para essas categorias antes ignoradas, e que essa força acaba influenciando a própria confecção das antologias.

4. Algumas antologias significativas para a questão dos direitos autorais

4.1. Goldberg: a primeira antologia, publicada em 1921

Começando pelo início, vamos examinar as características da primeira antologia de prosa brasileira em inglês, organizada por Isaac Goldberg. O antologista escolheu quatro

autores: Machado de Assis, José Medeiros e Albuquerque, Carmen Dolores (pseudônimo de Emília Moncorvo Bandeira de Melo) e Coelho Neto. Machado e Carmen Dolores já haviam falecido à época da publicação do livro, ao passo que Coelho Neto e José Medeiros e Albuquerque ainda estavam vivos, vindo ambos a morrer em 1934. Machado vem representado por três contos, a saber “The Attendant’s Confession” (“O enfermeiro”), “The Fortune-Teller” (“A Cartomante”), e “Life” (“Viver!”). Os outros três autores só têm um conto cada um. José Medeiros e Albuquerque é o autor de “The Vengeance of Felix”, (“A Vingança de Félix?”)⁶, Coelho Neto está representado por “The Pidgeons” (“Os Pombos”); e Carmen Dolores com “Aunt Zezé’s Tears” (“As Lágrimas da Tia Zezé”).

No prefácio, Goldberg (1921, p. 40) esclarece que alguns dos contos da antologia já haviam sido publicados antes, especificamente em dois periódicos: *The Stratford Journal* e *Boston Evening Transcript*.⁷ Este último foi um jornal diário que circulou entre 1830 e 1941. Era um jornal de variedades com forte componente literário. Vários escritores significativos estrearam suas obras no *Transcript*. O periódico também publicava uma boa quantidade de crítica literária e musical (BOSTON EVENING TRANSCRIPT). Nesse periódico a busca fica inviabilizada, porque apenas alguns números estão disponíveis na Internet, além do fato de o jornal ser diário e ter tido uma existência muito longa.

The Stratford Journal foi um periódico que circulou entre 1616 e 1620,⁸ tendo como editores Isaac Goldberg e Henry Schnittkind. Esse segundo jornal tinha uma vocação de internacionalização muito forte, que fica clara nesta espécie de declaração de princípios que encontramos no volume VI, número 1 da publicação:

A única política fixa do *The Stratford Journal* é esforçar-se para publicar o melhor da literatura estrangeira e nacional. Ele não está vinculado a nenhuma moda ou culto, e não é comprometido com nenhuma “logia” ou “ismo”.

⁶ Não foi possível apurar qual é o título dessa obra em português. O que se esperaria é que houvesse um conto intitulado “A vingança de Félix” de autoria de Medeiros e Albuquerque. Entretanto, apesar de vários esforços de busca na Internet, em bibliotecas e em livrarias, não consegui localizar um conto de Medeiros e Albuquerque que corresponda, em conteúdo, a “The Vengeance of Felix”.

⁷ Goldberg não especifica no texto quais teriam sido esses contos. Entretanto, pudemos apurar, com base em um estudo de Luana Freitas e Cynthia Costa, que foram todos os da antologia de 1922, menos “Aunt Zezé’s Tears” e “The Fortune-Teller”. (FREITAS; COSTA, 2015, p. 72). Resta acrescentar que, na referida edição do *Stratford Journal* de 1917, juntamente com “The Attendant’s Confession”, estão “Felix Vengeance”, de Medeiros e Albuquerque e “Os Pombos” de Coelho Neto. Os três contos aparecem sob o subtítulo “South American Literature: Three Brazilian Tales, translated by Isaac Goldberg” (GOLDBERG, 1917, p. 3-31).

⁸ Todos os números do *Stratford Journal* foram digitalizados e disponibilizados no *website* Hathi Trust Digital Library, no endereço <https://catalog.hathitrust.org/Record/008920478>. Acesso feito em 30 jan. 2017.

Particularmente o jornal acolhe de preferência escritores novos. (GOLDBERG; SCHNITTKIND, 1920, p. 3, tradução minha).

Manifesta-se aí o grande entusiasmo de Goldberg pelas literaturas estrangeiras, entre elas a brasileira. Frederick Garcia, em seu artigo “Critic Turned Author”, enfatiza a necessidade de divulgar esse interesse de Goldberg pela letras brasileiras, interesse que, segundo o próprio autor, teria ficado em segundo plano pelo simples motivo de que menos pessoas nos Estados Unidos conhecem o português (principalmente em comparação com o espanhol) (GARCIA, 1972, p. 21).⁹ E, de fato, no número 5 do volume I do *The Stratford Journal*, datado de 1917, encontramos três dos contos publicados em *Brazilian Tales*: “The Attendant’s Confession”, “The Vengeance of Felix” e “The Pidgeons”. Os três contos são precedidos de uma introdução do próprio Goldberg, que apresenta os autores. Ao final, surpreendentemente, ele diz que traduziu “The Attendant’s Confession” diretamente do português e que esse conto foi publicado anteriormente no *Boston Evening Transcript*. Os outros dois ele declara ter traduzido a partir de “boas traduções francesas” já que não pôde encontrá-los no original (GOLDBERG, 1917, p. 5).¹⁰ Não há referências a permissões por parte dos autores. Apenas é mencionada a permissão do *Boston Evening Transcript* para a publicação do conto de Machado.

A título de curiosidade: outra tradução feita por Goldberg para o mesmo *The Stratford Journal*, publicada no número 4 do volume II, do original em iídiche do autor David Pinski, vem acompanhada da seguinte observação: “Tradução autorizada do iídiche feita por Isaac Goldberg” (PINSKI, 1918, p. 25). Analisando as traduções publicadas no *Stratford Journal*, observa-se, portanto, que todas as traduções trazem os nomes dos tradutores, mas algumas foram “autorizadas” e outras tantas não: no caso dos três contos brasileiros, só consta a informação de que foram traduzidos por Goldberg e que os três autores (Machado de Assis,

⁹ Garcia chega até a sugerir no artigo que Goldberg foi influenciado em sua produção autoral por Machado de Assis, tendo escrito um conto, “Ingratitude”, que guarda muitas semelhanças com a produção de Machado (GARCIA, 1972, p. 26).

¹⁰ Isso acaba puxando outro fio desse novelo intrigante: Como Goldberg traduzia de várias línguas e era entusiasta de literaturas estrangeiras, supõe-se, a princípio, que ele tenha feito todas as traduções. É isso, inclusive, o que está declarado na folha de rosto de *Brazilian Tales* (“Translated from the Portuguese with an Introduction by Isaac Goldberg”). Ao final da Introdução, ele apenas diz que alguns contos do volume já foram publicados anteriormente e agradece a permissão de republicá-los. É na publicação anterior (*The Stratford Journal*) que ficamos sabendo que ele *não* traduziu dois dos três contos de Machado diretamente do português, mas sim do francês. Os três contos de Machado que ali figuram [“The Attendant’s Confession”, “The Fortune-Teller” e “Life”] já haviam sido publicados em francês em 1910, no volume *Quelques Contes*, traduzido por Adrien Delpech (MACHADO DE ASSIS, 1910). Valeria a pena garimpar os outros contos e saber se eles foram traduzidos do francês ou do português.

Medeiros e Albuquerque e Coelho Neto são, respectivamente, fundador e membros da Academia Brasileira de Letras). A falta de regularidade quanto às informações referentes às traduções mostra que provavelmente no início do século XX não havia nos Estados Unidos muita consideração quanto aos direitos autorais de tradução. Nem na primeira antologia, nem no periódico onde os contos haviam sido anteriormente publicados, há informações sobre os autores (quando vivos) terem ou não autorizado a publicação da tradução.

Talvez os autores que ainda estavam vivos à época das publicações (Medeiros e Albuquerque e Coelho Neto) nem soubessem que estavam sendo publicados no exterior. O que se depreende dessa primeira antologia de prosa brasileira em inglês é que os direitos autorais não foram levados em conta para a sua publicação.

4.2 Um contraponto: Jackson e uma antologia do século XXI

A *Oxford Anthology of the Brazilian Prose*, organizada por Kenneth David Jackson e publicada em 2006, testemunha um momento diferente do mundo dos livros quanto aos direitos autorais. A coleção apresenta 72 textos e excertos de 36 autores que escreveram entre 1882 e 1996. Embora alguns dos textos já pudessem estar em domínio público, toda a antologia foi composta tendo o direito do autor e do tradutor no seu horizonte. Lendo o prefácio, obtemos a informação de que os textos já haviam sido publicados em inglês. De fato, o autor afirma que essa foi uma condição imposta pela Oxford University Press, que lhe encomendou a antologia (JACKSON, 2006, p. vii). No prefácio, Jackson comenta sobre a tarefa que teve de enfrentar: contatar autores, famílias de autores e agentes literários para obter as permissões de publicação. Antes, porém, foi necessária uma ampla pesquisa para localizar contos que tinham sido publicados, mas já não estavam mais em circulação (JACKSON, 2006, p. viii). Foi necessário também que Jackson contatasse os tradutores para obter deles a autorização. Ele afirma que acabou aprendendo mais sobre a lei de direitos autorais e sobre o intrincado mundo dos mercados e agentes do que jamais julgara necessário (JACKSON, 2006, p. viii). E, de fato, a não ser por poucas exceções, a maioria dos textos já havia sido publicada anteriormente. Essa estratégia eliminou, na realização da antologia, o custo potencialmente elevado das traduções e do pagamento de direitos a tradutores.

4.3 Domínio público, “segundo o interesse do autor” ou uma estratégia intermediária

Passaremos agora à análise de três antologias semelhantes que foram lançadas por iniciativa da Fundação Biblioteca Nacional. As três obras são de épocas diferentes, e em cada uma delas a FBN contou também com outros parceiros para a realização da obra, sendo esses parceiros agências governamentais ou não¹¹. O objetivo das três publicações é o mesmo: divulgar os autores brasileiros junto a editores no exterior, com ênfase na língua inglesa. Cada uma dessas publicações lidou com a questão dos direitos de autor e tradutor de uma forma diferente. A mais recente delas é a mais eficiente em termos de prestar informações direcionadas a editores internacionais, mas as três têm estruturas bem semelhantes.

A primeira dessas coleções, o *Guia conciso de autores brasileiros*, foi lançada em 2002 e organizada pelos professores Alberto Pucheu e Caio Meira. Segundo nos esclarece a apresentação assinada por Elmer Corrêa Barbosa, diretor do Departamento Nacional do Livro da FBN, os organizadores partiram de uma grande consulta pública sobre quais autores deveriam formar “uma biblioteca básica de literatura brasileira” (BARBOSA, 2002, p. 9). O livro traz 182 autores, e a cada um deles são dedicadas duas páginas. A publicação é bilíngue e todas as traduções foram feitas por Ernesto Lima Veras e Mariézer da Silveira e Sá. Deduz-se que o obstáculo do direito dos tradutores foi transposto quando os organizadores escolheram apenas dois profissionais para verterem todos os excertos para o inglês. Quanto aos direitos dos autores, no caso de as obras não estarem em domínio público, provavelmente as permissões foram negociadas uma a uma. Presume-se também que, não tendo a antologia fins estritamente comerciais e sendo mais um esforço de divulgação, é provável que os autores tenham cedido os direitos de publicação de seus excertos sem grandes dificuldades.

A segunda coleção, *Clássicos brasileiros* (2011), traz textos de 50 autores (de obras literárias ou não) que já estavam, na época da publicação, em domínio público. Nesse caso, não houve necessidade de negociar a permissão com os autores, restando apenas a contratação de tradutores. Mas examinando a ficha catalográfica de *Clássicos brasileiros*, temos a resposta quanto aos tradutores. Na verdade, *Clássicos brasileiros* está catalogado como uma “adaptação” do *Guia conciso*. Neste último, os nomes dos tradutores são apresentados, juntamente com uma minibiografia de cada um. Em *Clássicos brasileiros*, as mesmas traduções são republicadas sem que os tradutores sejam mencionados.

¹¹ Esses outros parceiros são a Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, o Ministério das Relações Exteriores e o Instituto Itaú Cultural

A publicação mais recente, a coleção *Machado de Assis Magazine*, lançada a partir de 2012 e que foi planejada para ser um periódico trimestral, tem o mesmo objetivo de divulgar a literatura brasileira em países estrangeiros, por meio da publicação de excertos em inglês e espanhol e, ocasionalmente, em outras línguas também. No caso dessa publicação, a questão dos direitos de autor e tradutor é transferida para os autores e tradutores: o autor que estiver interessado em publicar seu texto na revista deve, ele mesmo, contratar um tradutor ou fazer a tradução por conta própria. Nos casos de autores “clássicos” (exceto no primeiro número em que a revista pediu a permissão dos tradutores para republicar suas traduções), provavelmente o interessado em divulgar o texto é o próprio tradutor. Foi uma forma interessante encontrada pelos parceiros do projeto (FBN, Instituto Itaú Cultural, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Cultura) para dividir com outros envolvidos a responsabilidade pelos direitos de autor e de tradutor. A coleção *Clássicos brasileiros* não mostra muito respeito ao profissional tradutor, mas a *Machado de Assis Magazine* demonstra mais profissionalismo com todos os envolvidos no processo de sua publicação.

5. Fechando a guirlanda: antologia, autoria, tradução e direitos autorais

Existe um elo entre a antologia de Meleagro, tantos séculos distante de nós, e o contexto das antologias discutidas aqui. Apesar de a *Guirlanda* não se constituir de obras traduzidas, e apesar de na época de Meleagro não haver ainda o conceito de autoria como o conhecemos hoje, Meleagro foi considerado autor de sua antologia, assim como o é até os dias de hoje. Se vivesse na nossa época, Meleagro teria direito a uma compensação material pelo trabalho que realizou (talvez uma quantia significativa em dracmas) à medida que ele fosse comercializado.

O que se pôde observar pelas várias obras antológicas apresentadas aqui é que a conquista e o reconhecimento dos direitos autorais, principalmente os do tradutor, são muito recentes, embora estejam avançando. Também o antologista é uma espécie de autor que deve ter seus direitos respeitados. Tal como um arranjador musical que confere características inovadoras e criativas a uma obra já existente, o antologista também dispõe as obras escolhidas artisticamente em sua guirlanda, produzindo uma obra criativa que é derivada, mas original.

Referências

AMARAL, F. V. **A guirlanda de sua Guirlanda**: Epigramas de Meleagro de Gadara. 2009. 243 f. Dissertação (Mestrado em Letras Clássicas) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

BOSTON EVENING TRANSCRIPT. In: **Wikipedia**, the free Encyclopedia. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Boston_Evening_Transcript. Acesso em: 20 fev. 2017.

BRAGANCA, A.; LAPA, I. (Ed.) **Clássicos brasileiros**: uma seleção de autores com obras em domínio público - Brazilian Classics: A Selection of Authors with Works in Public Domain. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional; São Paulo: IMESP, 2011.

CUDDON, J. A. **The Penguin Dictionary of Literary Terms and Literary Theory**. 3ed. London: Penguin Books, 1992. 1051 p.

FERREIRA-PINTO, C. **Urban Voices**: Contemporary Short Stories from Brazil. Maryland, USA: University Press of America, 1999.

ESTEVES, L. Antologias de literatura brasileira em inglês: agentes culturais, apoios institucionais, trocas literárias. In: MELLO, C. V. **Transnacionalidades**. Arte e cultura no Brasil Contemporâneo. Porto Alegre: Metamorfose, 2017.

FREITAS, L. F.; COSTA, C. B. Machado contista em antologias de língua inglesa. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 35, n. 1, p. 69-85, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/2175-7968.2015v35n1p69>. Acesso em: 30 jun. 2017.

GARCIA, F. C. H. Critic Turned Author: Isaac Goldberg. **Luso-Brazilian Review**, Wisconsin, v. 9, n. 1, p. 21-27, 1972.

GOLDBERG, I. South American Literature: Three Brazilian Tales. **The Stratford Journal**, Boston, v. I, n. 5, p. 3-5, set. 1917.

GOLDBERG, I. Some Preliminary Remarks In: GOLDBERG, I. (Ed.). **Brazilian Tales**. Boston: The Four Seasons Company, 1921.

GOLDBERG, I.; SCHNITTKIND, H. (Ed.). **The Stratford Journal**, Boston, v. 6, n. 1, jan./mar. 1920.

GURRIA-QUINTANA, A. (Ed.) **Other Carnivals**: New Stories from Brazil. East Anglia, UK: Full Circle, 2013. Published to celebrate the first FlipSide, a festival of Brazilian literature music and arts, in October 2013.

JACKSON, K. D. (Ed.). **Oxford Anthology of the Brazilian Short Story**. New York: Oxford University Press, 2006.

JESUS, C. A. M. de. Meleagro e a linguagem das flores: tradução comentada de AP 4.1. **Organon**. Porto Alegre, v. 31, n. 60, p. 171-186, jan./jun. 2016.

LEI 9610 de 19 de fevereiro de 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9610.htm. Acesso em: 13 fev. 2017.

MACHADO DE ASSIS, J. M. **Quelques Contes**. Trad. Adrien Delpech. Paris: Garnier Frères, 1910.

MACHADO DE ASSIS MAGAZINE – Brazilian Literature in Translation. Website com todos os números da revista disponível em: <https://www.bn.gov.br/producao/publicacoes/machado-assis-magazine-literatura-brasileira-traducao-6>. Acesso em: 21 fev. 2017.

PINSKI, D. M. Trad. Isaac Goldberg. **The Stratford Journal**, Stratford, v. 2, n. 4, p. 25-35, abr. 1918.

PUCHEU, A.; MEIRA, C. (Ed.). **Guia conciso de autores brasileiros - Brazilian Authors Concise Guide**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional/ Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

SADLER, D. (Ed.). **One Hundred Years After Tomorrow – Brazilian Women’s Fiction in the 20th Century**. Bloomington & Indianapolis: Indiana University Press, 1992.

STEEN, E. V. (Ed.). **Love Stories**. Trad. Elizabeth Lowe. São Paulo: Indústrias de Papel Simão S. A., 1978.

Artigo recebido em: 01.03.2017

Artigo aprovado em: 05.04.2017

Traduzir o *Finnegans Wake*, paradoxos e liberdades Translating *Finnegans Wake*, double binds and kinds of freedom

Caetano Waldrigues Galindo*

RESUMO: Este texto pretende apresentar uma visão das possibilidades de tradução do último romance de James Joyce a partir de uma visada que o considera como obra (e concepção linguística) que ultrapassa a distinção entre prosa e poesia e, conseqüentemente, entre a tradução de uma e de outra.

ABSTRACT: This article postulates a new consideration of the possibilities of translating James Joyce's last novel from a point of view that considers this book as a work (and as a conception of language) that goes beyond the distinction between prose and poetry and, consequently, between the translation of one and the other.

PALAVRAS-CHAVE: James Joyce. Bakhtin. Tradução literária.

KEYWORDS: James Joyce. Bakhtin. Literary translation.

1. Antes

Este texto é menos um artigo acadêmico de pleno direito e mais uma espécie de depoimento.

Ou, ainda, quase uma declaração de princípios (em elaboração): um manifesto (em desenvolvimento). Documento de um processo de tomada de posição que ainda está longe de se encerrar, ele pretendia se encaixar entre as duas outras participações que compunham uma mesa-redonda dedicada a questões de Tradução Literária no XII Encontro Nacional de Tradutores, realizado na Universidade Federal de Uberlândia.

As companhias ali (Álvaro Faleiros e Rubens Figueiredo), estabeleciam um nível muito alto de interlocução, o que poderia ter me travado, dado o respeito que tenho pelos dois colegas. No entanto, num paradoxo que algo prolepticamente já desenha o tipo de becos-em-saída (sic) que pretendo argumentar serem constitutivos de um projeto de tradução como o que eu pretendia abordar ali, essa mesma 'paralisação' potencial pôde se constituir em grande liberdade. E em certa leveza.

Essa era a situação em que eu me via. Essa, em termos gerais, é a sinopse da conclusão deste artigo.

* Professor, UFPR/CNPq. E-mail: cwgalindo@gmail.com.

Teríamos na mesa uma fala sobre tradução de poesia. Teríamos na mesa uma fala sobre tradução de prosa. Ambos os assuntos abordados por tradutores de nível absurdamente alto. O que me restava? O drama?

Quase.

Preso entre os dois, decidi encarar precisamente o estatuto liminar do projeto a que me dedico em cada momento em que não me dedico a outros projetos. Há anos. E que precisa chegar ao primeiro plano, e se fazer texto cursivo, já a partir do ano que vem.

Se você tiver a bondade de me acompanhar...

2. Agora

Eu estou me preparando para fazer uma nova tradução integral do *Finnegans Wake*, de James Joyce.

Depois do trabalho monumental do professor Donaldo Schüller, talvez ainda haja espaço para uma versão da obra que, como de costume no que se refere a retraduições (ou, digamos, paratraduições) aborde os mesmos problemas de maneiras diferentes.

Apesar de, no fundo, talvez ser ainda mais relevante algo que no caso de uma obra como o *Wake* se mostra como verdade inquestionável: a possibilidade de que dois tradutores de uma mesma obra localizem *problemas* diferentes. Não apenas respostas divergentes para as mesmas perguntas: mas pessoas que, no meio do caos das múltiplas vozes que se manifestam simultaneamente no livro, de fato ouviram perguntas diferentes.

Afinal de contas, mesmo *trajetos* diferentes podem ter levado cada um dos tradutores ao contato, agora, com este livro. No meu caso, além da aposta na possibilidade (na *viabilidade?*) de uma nova versão, há por exemplo o fato de que meu envolvimento com a tradução de todo o restante da prosa de Joyce agora como que me leva diretamente à necessidade de lidar com o *Wake*. Uma década dando aula sobre o romance também me faz questionar certas ideias que originalmente pude ter, e recolocar certos posicionamentos que nunca imaginei adotar.

Iremos ao *Wake*. E muitas coisas terão que ser definidas do zero. Trata-se, afinal, de um romance absolutamente atípico, cujo processo de tradução pode muito bem precisar ser ensaiado assim durante tantos anos precisamente porque, aqui, não se trata tanto de determinar as tais respostas às tais perguntas. E, em certo sentido, talvez não se trate nem tão centralmente de se determinar quais são as tais perguntas que se podem distinguir.

A questão, num livro talvez inabordável, pode se resumir à decisão quanto à *existência* de perguntas que desencadeiem *possibilidades* de respostas. Decidir traduzir o *Wake* é precisar decidir *como* traduzir o *Wake*: é necessariamente produzir uma nova heurística, exclusiva, talhada diretamente no corpo do modelo, que precisa responder a coisas que antes talvez nunca se tenham posto. Sentar para traduzir a primeira sentença do *Wake*, ao menos para mim, só faz sentido depois de se ter ponderado profundamente o que representa abordar aquela sentença (e as mais de seiscentas páginas que a ela seguem), o que significa *ler* aquela sentença, o que pode ser *traduzir* aquela sentença... e as mais de seiscentas páginas que a ela se seguem.

Afinal de contas, sabemos todos das dificuldades envolvidas em qualquer abordagem do *Wake*¹. A fluidez da identidade (e da subsequente identificação) dos personagens, o enciclopedismo, a deliquescência do que se possa chamar de ‘enredo’, todo ele tramado em torno no fundo de uma história universal de cariz mais antropológico que literário, no sentido estrito do termo... Mas essas questões, por mais que se apresentem aqui em grau absolutamente sem precedentes no repertório da ficção de alto nível como nós o conhecemos, ainda se referem (em variável medida) à esfera do *o quê*, da matéria narrada, do significado em sentido não *semiótico*, mas *comunicacional*. E essas questões, por pertencerem a *essa* esfera, conquanto possam ser de uma complexidade para todos os fins inabordável, ainda se mantêm mais ou menos (algo mais, algo menos) independentes de resoluções estritamente formais, que se atenham ao que com algum farisaísmo eu pudesse aqui chamar de *superfície* do texto.

Na tradução de um texto *normal*, afinal, é preciso ir bem além de qualquer noção produtiva de ‘erro de tradução’ para se encontrar instâncias em que de fato o conteúdo narracional, diegético do texto se viu alterado de maneira definitiva.

É bem verdade que o *Finnegans Wake* está, e sempre esteve, muito longe de caber confortavelmente em qualquer conceituação de *normalidade*. E é bem verdade, por força, portanto, que no seu caso essa equação assim tão tranquila entre a estabilidade de um conteúdo original e sua reprodutibilidade em tradução também se vê de questionada. Questionável.

Mas mesmo para que se possa abranger essa esfera de *dificuldade*, é necessário sairmos desse padrão mais ou menos reconhecível de dificuldade. É necessário abandonarmos essa algo firme (por mais que enganosa, como se há de saber) distinção entre *quids* e *quomodos*, entre fundo e superfície, forma e conteúdo, porque, afinal de contas, isso é precisamente o que o

¹ Para uma apresentação sucinta das características da obra, cf. Amarante (2009), Bishop (1993), Campbell (2005), Crispi & Slote (2007), Fordham (2013), Kitcher (2007), Tindall (1993)...

Wake nos obriga a fazer, e é precisamente o que, além de explicar essa imbricação de níveis de análise, neste livro, também demonstra clarissimamente problemas que pertencem ao menos a ele.

Não em grau maior, não com mais intensidade: com exclusividade.

E eles vão além, por exemplo, da conhecida abundância de idiomas de que Joyce se serviu para pintar em uma noite sua história de toda a humanidade.

Por mais que se reconheçam os (interessantíssimos) problemas que decorrem, para qualquer teoria da tradução, do projeto de se verter um livro cujo idioma original se vê em certa medida relativizado, ou no mínimo desestabilizado por se ver como que em pé de igualdade na página com mais de 60, ou talvez cerca de 80 outros idiomas, e por mais que esse projeto “universalizante” realmente mereça, pretenda e precise ser chamado de universalizante, sem as “aspas”, por responder precisamente a esse tipo de pulsão e por promover, igualmente, esse exato tipo de resultado (o que também não pode deixar de ter consequências as mais sérias para qualquer teoria, ou qualquer práxis, da tradução), o fato é que a discussão mais essencial, para que se possa definir em que consistiria um qualquer projeto de tradução do *Wake*, se dá de certa maneira em nível mais *micro*².

Ela terá que dizer respeito àquela distinção, mencionada anteriormente, entre os sentidos “comunicacional” (por falta de melhor distinção) e “semiótico” da ideia de “significado”. E é neste, mais específico e mais pontual, que precisamos nos deter.

Pois mesmo que partamos da mais singela (e fundamentalmente equivocada, apesar de ilustrativa em uso, digamos, ‘laboratorial’) definição de tradução de itens lexicais isolados como operação de “troca de rótulo”, onde uma palavra se refere a um determinado objeto-fato do mundo (seja em sentido originalmente fregeano seja na leitura um tanto mais sofisticada do primeiro Wittgenstein, por exemplo) e onde o tradutor é o encarregado de substituir a palavra original por uma nova palavra, pertencente a um código estrangeiro (língua alvo), que no entanto (palavra) se refira precisamente ao mesmo objeto-fato do mundo... mesmo que aceitemos a grosseira redução da tradução a esse mínimo-múltiplo-comum, tolerável como exemplificação a quilômetros da realidade e (reconheçamos) amiúde aceito como suficiente nas discussões não apenas de senso-comum, mas também nas que embasam boa parte das formulações (exíguas) a respeito da tradução de literatura na imprensa “especializada”...

² Para a discussão e a história da tradução do *Wake*, cf. O'Neill (2013).

mesmo assim teremos que repensar o lugar da tradução no mundo concebido e encenado pelo *Finnegans Wake*.

Pois a mera ideia de *referência*, daquela seta que pudesse levar do signo ao objeto, se vê complicada pelo que pode parecer banal e pode também parecer apenas virtuosístico: a transformação em princípio estruturador do que no fundo nada mais é que uma estética do trocadilho translinguístico³.

E, dito assim, ainda podemos estar no domínio apenas do jocoso, do curioso. Mas o fato é que ao instaurar não apenas a possibilidade da ruptura gerada no tecido semântico quando da intervenção de uma leitura necessariamente multi-refratada como a do trocadilho, ao instaurar de fato essa ruptura como base de toda uma nova linguagem, que já não conta mais com um pano de fundo estável, monológico, confiável e interpretável em relação ao qual pudesse se definir, o que Joyce parece ter obtido no *Finnegans Wake* é o texto que linda o tempo todo não apenas as fronteiras da polissemia (o que seria interessante mas, de novo, seria questão de *grau*), mas sim as raias da (in-)comunicabilidade. Da irreferencialidade.

Pois se pensamos o (ideal, idealizado... irreal?) vocábulo referencial como palavra que aponta para um objeto (de novo, ideal...) do mundo, e se podemos vislumbrar o processo de polissemia como aquele em que um vocábulo pode “apontar” potencialmente para mais de um *objeto* (abrindo a possibilidade de leituras diversas e, talvez, divergentes), quando então será necessário, de alguma maneira, ainda que em segundo plano, hierarquizar essas possibilidades a cada iteração efetiva de um processo de *leitura*, o fato é que a institucionalização do trocadilho (e, mais ainda, do trocadilho multilíngue...) acaba por gerar um mecanismo de leitura que como que estilhaça o processo de referência ao estabelecer apenas esboços de *setas*, e esboços que partem ainda de um núcleo como que asteriscado.

Inúmeros.

As palavras do *Wake*, em seu mais típico, não querem dizer algo, não querem dizer *muitas coisas*: elas quase querem dizer uma infinita potencialidade de coisas, e precisamente por isso se transformam em signo não glosável... seu referente é, não ilimitado, mas potencialmente extensível e idealmente indefinível, instabilizável.

O signo do *Wake* *evoca* ao invés de *referir*. Mas, como atinge esse nível de *incompletude* referencial não através de um truncamento, de uma abreviação das práticas e dos potenciais

³ Para uma discussão desse recurso, de outro ponto-de-vista, cf. Galindo, 2010b.

semióticos, mas sim graças a uma exponencialização dessas práticas e de seus potenciais... ou seja, como atinge o grau de negação da referencialidade imediata que lhe seja dado de fato atingir não através da mutilação mas sim graças ao crescimento incontrolável (por definição e por meta) de múltiplos potenciais não *irrealizados*, mas simultaneamente realizados no que possam ter de final e conclusivo apenas em confronto e sobreposição com potenciais outros que inclusive os neguem ou relativizem... como atinge essa determinada *negação* da semântica através de um *excesso* de significação, talvez seja menos adequado dizer que seus signos *evocam* (palavra imprecisa), e mais precioso pensar que eles de fato *instauram*.

Nas conhecidas palavras de Beckett a respeito do romance final de Joyce:

Aqui as palavras não são as bem-educadas contorções da tinta de imprensa do século vinte. Elas estão vivas. Abrem caminho à força na página, e brilham, ardem e se apagam, desaparecem⁴. (BECKETT et al, 1972, p. 16, tradução minha).

Porque não podemos também subestimar o poder não apenas do multilinguismo, mas da *autorização* de percepção que o *Finnegans Wake* constitui.

Pois o fato é que assim que se percebe a “intenção” original do autor de empregar mais de um idioma para a realização dos *trocadilhos*, e assim que um eventual leitor ideal (neste caso personificado, como não poderia deixar de ser, em dúzias de *gigantes* da crítica e em todos os leitores que nos seus ombros se empoleiram) se dá conta das dimensões praticamente ilimitadas do repertório de idiomas de que essa “intenção” autoral se serviu, é justo e bem pouco arriscado dizer que qualquer língua que um leitor individual qualquer reconheça e conheça pode ser encontrada por ele nos vocábulos do *Finnegans Wake*. Afinal, se Umberto Eco (ECO, 1989, p. 67) já pôde se referir à semiótica do *Wake* como um máquina capaz de fazer muito mais do que supunha seu criador, era precisamente porque o tipo de *liberação* da referencialidade (e, neste caso, do próprio elenco de idiomas usados como base para se questionar essa referencialidade), por novamente se basear não em ablação, mas sim em fractalização, termina como que inevitavelmente na concessão daquela autorização de semiose e, mais uma vez, de plurilinguismo, que de fato pode, muito para além do alcance de qualquer mera figura de retórica, constituir potenciais de leitura, de interpretação e de *significação* que estão além das potenciais expectativas daquela presença autoral “intencional”, de uma maneira e num grau

⁴ No original: “Here words are not the polite contortions of 20th century printer’s ink. They are alive. They elbow their way on to the page, and glow and blaze and fade and disappear”.

absolutamente diversos daqueles a que podemos nos referir quando pensamos na *riqueza* polissêmica de quaisquer vocábulos, poemas, livros.

As palavras do *Wake* só começam a ser “entendidas” quando o leitor entende que não pode procurar *entendê-las* no sentido tradicional do termo, mas deve tentar aprender a se deixar levar por elas, a contra-pelo de quase tudo que aprendeu sobre leitura, e por cima (ou através) de muito do que aprendeu sobre *interpretação*, *intenção* e, mesmo, de potencial criativo da leitura em tempos pós-estruturalistas.

Por outro lado, como gosta de insistir um teórico como Finn Fordham (2013), o *Wake* também não é uma máquina que gere *qualquer* sentido. Exatamente como, diria eu, não se trata de um texto escrito em *qualquer* das dezenas de línguas que se possam mobilizar numa dada leitura. O *Finnegans Wake* está, sim, escrito em inglês. Essa base sintática, morfológica e lexical se vê adensada pela presença de dados de todas essas ordens, provindos de dezenas de outros idiomas. Mas há que se não esquecer que a intensidade desse adensamento é ela própria também variável (há longos trechos em um inglês muito próximo do que já era a prosa de Joyce no *Ulysses*: há, inclusive, momentos em que o *Wake* pode se revelar mais “tradicional” que certos outros momentos pontuais do romance anterior), e que a densidade dessa intensificação raras vezes chega a obliterar essa base inquestionável.

O *Finnegans Wake* quer, sim, dizer determinadas coisas, levar a certas interpretações definíveis em pinceladas algo largas (é verdade) e confirmadas já por mais de uma geração de críticos e de leitores. E essas duas afirmações, colocadas aqui intencionalmente *depois* de toda a apresentação dos problemas que as relativizam a ponto de quase parecer negá-las (daí a necessidade da reafirmação), nos colocam subitamente diante, mais uma vez, de uma obra que atende, sim, aos requisitos básicos para poder ser definida como *traduzível*, como parte do *corpus* ao qual mais tipicamente se dedica a tradução literária: textos escritos em UM idioma e NÃO em outro (ou a distinção entre língua fonte e alvo fica instabilizada a ponto de se esboroar); textos com alguma camada apreensível e aparentemente formalizável com algum grau de consenso de “significado”.

Não bastassem as traduções que o livro vem recebendo desde 1982⁵ (sintomático que o *Ulysses* tenha levado 5 anos para ser traduzido pela primeira vez, enquanto o *Wake* levou mais de quarenta?), que demonstram pela via mais direta e inquestionável a realizabilidade da tarefa,

⁵ Com o trabalho de Phillipe Lavergne, na França.

essa visada teórica geral mais uma vez reafirma que *sí se puede*.

3. Ainda

E é aqui (e já não era sem tempo), que retornamos à questão da tradução do *Wake* entre a prosa e a poesia. Se, portanto, trata-se de obra traduzível, agora é pensar em que termos.

E, como referência, é bom deixar claro que vou pensar em “prosa” e em “poesia” em termos estritamente bakhtnianos, derivados fundamentalmente da leitura de Cristovão Tezza (2013), como aliás já pude desenvolver precisamente para o *Finnegans Wake* em outro texto, já publicado⁶. A ideia, portanto, de que de um ponto de vista retórico-estético seria possível conceber o *Finnegans Wake* como realização (novamente) de uma espécie de *summa summarum* entre os dois pólos do contínuo desenhado por Bakhtin, atingindo não a negação de suas especificidades, não a eliminação de suas singularidades, mas a subsunção de um no outro, sem um imperativo hierárquico, graças a uma espécie de “levar-além” dos princípios mais característicos de cada uma das linguagens em questão não precisa ser desenvolvida novamente aqui.

Inclusive porque não é exatamente do estatuto preciso do *Wake* no campo literário que este texto se ocupa. Mas sim da sua posição como *objeto* de um processo de tradução. Ou seja, menos o que ele é (em termos da oposição *prosa e poesia*), e mais *como* ele será visto de um ponto de vista de procedimentos de tradução. Agora.

Menos uma pretensa descrição do que a quase *prescrição* (apenas imerecedora do nome por se tratar da definição de critérios que pretendem ser “recomendáveis” apenas para mim mesmo, apenas num projeto cujas bases me cabe definir e delimitar) de uma abordagem tentativa, algo ancorada, claro, naquela outra, anterior, constatação, mas ainda assim dotada de certo grau de independência conceitual, de certo desvinculamento silogístico que possibilitaria, inclusive, sua proposição desvinculada. Fosse o caso.

Mas ainda não será. Não precisa ser.

A ideia aqui, contudo, é apenas pensar de novo em termos de um contínuo de possibilidades (de abordagem, nesse caso), definido em termos de extremos (para estes fins) reconhecidamente simplificados em seus termos, porque (afinal) não se trata aqui de discutir as bases dos conceitos, mas sim de podermos nos servir deles de maneira minimamente construtiva

⁶ Galindo, 2010a.

para uma discussão que se pretende, se não maior, ao menos mais extensa em termos de *alcance*.

O que eu quero aqui da distinção “tradução de poesia” *versus* “tradução de prosa”, repousa, portanto em extremos; extremos inclusive relativizados diretamente (e mais do que adequadamente) pela contribuição de Álvaro Faleiros à mesma mesa redonda em que este texto foi originalmente apresentado. Uma contribuição que já pôde até mudar minha ética de trabalho com a tradução “poética” das letras de Bob Dylan, realizada logo depois do nosso encontro em Uberlândia. Mas esses extremos ainda servem como caracterizadores proto(estéreo?)típicos, como delimitadores de tendências que, de uma forma ou de outra, servem a marcar vieses, abordagens e visadas mais “vernáculos”.

Mais ou menos no mesmo sentido em que, ao estudar as manifestações da religiosidade ao longo da história, William James declarava não ter qualquer interesse por suas formas mais comedidas, porque estudá-las não o levaria a entender o pleno escopo do fenômeno em que estava interessado, enquanto o estudo das formas mais radicalizadas (profetas, místicos, visionários...) poderia inclusive permitir a compreensão dessas formas mais “amenas”...

Logo, penso na tradução de poesia como a abordagem de um “sólido” textual, cujo maior potencial não está diretamente ligado à comunicação unívoca, direta e (nesse sentido restrito) *eficiente* de um conteúdo pré-determinado ou pós-determinável, mas sim à *manifestação* direta e incontornável (conquanto talvez inapreensível em termos formais) de uma leitura que fica estritamente dependente daquela forma de expressão. Um texto que não se pode parafrasear, dado ser da natureza da paráfrase supor esse *descolamento* entre conteúdo comunicado e *superfície* de expressão.

Um texto que não se pode glosar.

Um texto que diz o que quer que possa dizer (dependendo de leitores, leituras etc...) apenas da forma que diz, e apenas daquela forma⁷.

Logo, ao abordar um texto cuja especificidade maior se encontra em sua não-iterabilidade (de uma maneira fundamentalmente diferente daquela a que se pode referir toda a

⁷ Fique bem claro, portanto, que no fundo estou trabalhando ao mesmo tempo com DOIS daqueles extremos tipificantes aqui: tanto a tradução de poesia no que possa ter de mais específico quanto, na verdade, o objeto-poema no que possa, ele também, ter de mais inquestionavelmente “poético” em sentido formal, linguístico e, também, bakhtiniano. A tradução mais típica do poema mais típico. E é interessante lembrar portanto que, se agora pensamos nessas duas categorias como réguas deslizantes, como contínuos de formas contíguas e sobrepostas, fica claríssima a abundância de inter-relações que esses processos podem gerar, podem cobrir.

linguística da enunciação, frise-se) e, mais ainda, em sua incapacidade de reprodução em termos de paráfrase, de glosa (logo, em sua incapacidade de transformação em estilo indireto), o tradutor de poesia tem algumas opções. De um lado, pode decidir pela impossibilidade final da tarefa, como aliás não cansam de sugerir certos teóricos (e muitos poetas, a começar pela famosa sentença de Robert Frost⁸). De outro, pode optar por tratar seu texto como se estivesse o mais próximo possível daquilo que (de acordo com essa definição reconhecidamente parcial) ele centralmente não é, e não pretende ser, resgatando nele no entanto o que possa sobreviver a esse tratamento.

E é claro que essa ideia (grosseiramente, a de se traduzir a poesia como se fosse prosa) pode gerar belíssimas apresentações, profícuas abordagens, interessantes traduções. Foi nesses termos, por exemplo, que ninguém menos que Stéphane Mallarmé se decidiu a traduzir a poesia de Poe, pela qual sentia profunda devoção. Mais ainda, como o trabalho de Faleiros demonstra perfeitamente, é necessário também lembrarmos que essas escolhas, mais uma vez, não precisam (e praticamente não podem) se dar apenas entre pólos, sem matização. Pode-se isolar um ou outro aspecto de uma ou outra abordagem, pode-se também centralizar um deles sem recusar certa “profundidade de campo”, exatamente como vem propondo Faleiros⁹.

Mas, centralmente (e muito especialmente na escola brasileira de tradução, depois dos trabalhos dos irmãos Campos e, mais recentemente, depois das formulações de Paulo Henriques Britto, por exemplo), o que pode o tradutor de poesia é tentar descrever o mais articulada e detalhadamente que possa o funcionamento (a “anatomia”) daquele organismo singular que aborda, tentar obter o maior grau de detalhamento funcional em sua leitura do texto e, ao traduzir, buscar reproduzir de novo com a maior acurácia que lhe caiba alcançar, não apenas todos esses detalhes como sua precisa articulação em partes e, acima disso, sua proposta articulação com a semiose, extra-forma.

E assim contamos sílabas, marcamos acentos, sublinhamos aliterações, negritamos assonâncias e tentamos refundir, em texto novo, não apenas a estrutura mas também o sistema do poema original. Na “medida” do possível.

Porém... esse processo, levado ao seu extremo, pode redundar ou na reprodução do irreproduzível (Menard), ou na total redução daquele *conteúdo* a um quase *afterthought* do

⁸ “Eu poderia definir poesia da seguinte maneira: é o que se perde tanto de versos quanto de prosa quando em tradução” (BROOKS; WARREN, 1961, p. 7, tradução minha). No original: “I could define poetry this way: it is that which is lost out of both prose and verse in translation”

⁹ Como em Faleiros, 2016.

fabrico tradutório. Só que o processo não *precisa* ser levado ao extremo. E no fundo não *pode*.

Nem que se queira.

Poemas, afinal, mesmo os mais formais, dizem *alguma coisa*, e não dizem um determinado conjunto de outras coisas.

Mas sabemos todos, tradutores, críticos e leitores de traduções de poesia, que há um dado aparentemente (e apenas aparentemente) paradoxal na exigência de tanta fidelidade formal por parte do tradutor. Pois se o que se objetiva como critério primeiro de qualidade de um projeto de tradução (de novo, numa descrição perfeitamente reducionista de uma versão perfeitamente reducionista de uma abordagem prototípica) é a obediência à reprodução da maior parcela possível dos elementos formais-estruturais do sólido-poema, não há como se contestar o fato de que somos levados a tratar com maior (não *absoluta*, nem mesmo nessa descrição simplificada), digamos, “liberdade” aquele elemento de *conteúdo*.

Pois se pretendo traduzir uma declaração, no que ela tenha dizer, e também pretendo manter meu resultado de tradução com o mesmo número de sílabas, a mesma densidade de jogos sonoros e, mais ainda, um final tônico que me propicie uma rima com outro final de outro verso, e se esses critérios são, de certa maneira, mais facilmente objetiváveis (na medida em que a eles não se aplica, ou ao menos se aplica de maneira muito menos óbvia, o critério da polissemia de base), mais facilmente contabilizáveis e verificáveis, não é difícil supor a possibilidade de um resultado que seja mais organicamente fiel a esse nível de análise que ao outro.

Nessa versão do verso, é mais *justificável* eliminar um adjetivo que acrescentar uma sílaba métrica.

Mas eis o dado aparentemente paradoxal. Se pude argumentar que a polissemia fundamental (da linguagem!) da poesia pode dar ao tradutor certa liberdade na hora de estabelecer seus (dele, tradutor) “significados”, tanto na leitura quanto na apresentação de sua proposta, vale lembrar que isso decorre também do fato de essa polissemia ser reconhecida como dado básico por todos os participantes do jogo poético (linguístico!), e de ser passível de análise por todos eles. Ou seja, por mais que não se possa jamais esperar que cheguemos todos à mesma conclusão a respeito da “semia” do poema, podemos sim chegar todos a conclusões muito parecidas a respeito da (existência da) sua *polissemia*.

Por outro lado o instrumental, tanto de análise quanto de escrita, que permite o rigor formal de leitura e proposta é de certa forma compartilhado por um universo muito mais restrito

de partícipes. Em geral outros poetas e/ou tradutores.

Logo, ao conceder destaque a uma faceta do poema que só pode (e só deve...?) ser efetivamente compreendida por aqueles de alguma maneira envolvidos profissionalmente (ativamente?) com esse universo, relegando a um segundo momento (se não a um segundo plano) um dado que pode ser abordado por qualquer leitor, o que se atinge finalmente é uma situação de *privilégio* de produção de sentido no que se refere ao tradutor. A ele (a mim) concede-se o direito de *rever* dados aparentemente centrais da semântica do texto base (aqueles adjetivos...) como compensação por sua fidelidade a um aparato formal cuja descrição (e cuja codificação) é apanágio de um grupo mais fechado, a que ele pertence.

Trata-se, portanto, de negociações de liberdade. E que fique claro que, nem mesmo nessa versão *ad absurdum* do processo seria possível se ver, no limite, qualquer limite ético ou estético que não devesse ter sido atravessado.

Nem mesmo aqui o que eu quero traçar é uma crítica ou uma acusação, mas apenas uma versão particular dessas sessões de negociação em que, de maneira bastante curiosa, cede-se a um mediador do processo um grau considerável de liberdade no que, por mais que não se precise julgar como “central”, seria necessário reconhecer como consuetudinária e fundamentalmente mais amplo em seu alcance e em sua legibilidade, como mais básico para uma parcela infinitamente maior dos participantes deste jogo e, na verdade, dos participantes de toda a família de jogos a que ele pertence.

O tradutor de poesia, por tratar de um texto *in limine* intraduzível, recebe chancela para empregar, na lida com o “conteúdo” (!) do texto, um grau de liberdade que seria inconcebível não apenas para seu colega tradutor de prosa literária, mas para os leitores das propostas desse seu colega.

E é aqui, no que de mais *básico* se pode encontrar nos usos linguísticos, o “querer dizer alguma coisa”, que portanto se converte em *carta branca* o que num primeiro momento se traduzia em *impossibilidade*. Ao desviar a discussão para longe do centro da praça, o que se consegue é produzir a traduzibilidade de um dado do jogo, escamoteando no processo o fato de que o conteúdo (nova e curiosamente dissociado da forma!) agora não apenas é item analisável em outro momento (e em segundo momento) como na verdade agora é transferível com um grau de autonomia significativamente maior.

Autonomia sua e autonomia nossa.

Negociação de liberdades, portanto.

Talvez nem seja necessário, por contraste, descrever no mesmo grau de minúcia a situação especular da tradução da prosa literária.

Aqui, onde os elementos formais (veja-se o próprio hábito de nos referirmos a eles como “poéticos”) tendem a ser vistos como *acréscimos*, como *bônus*, não é dado nem a leitores nem a tradutores pensar na esfera do *transmissível* como qualquer coisa diferente disso. Os textos fontes (novamente, claro, estamos lidando com radicalizações de pontos-de-vista parcializáveis e permanentemente parcializados) são, sim, glosáveis, parafraseáveis, e não apenas se prestam à reprodução em estilo indireto como, muito possivelmente, compartilham das mesmas origens funcionais desse tipo de comunicação. Baseiam-se nessa possibilidade.

Logo, se tenho o que de fato *reproduzir* do discurso da produção literária em prosa, se tenho realmente o que *traduzir*, não há como escapar àquela esfera de análise e àquele nível de *cobrança*, de verificação de fidelidade.

O adjetivo de duas sílabas aqui, suprimido, geraria ofensa não apenas grande, mas inexplicável. A semântica, em tudo que tenha de relativizável, questionável, plurivalente, há de ser irrevogavelmente a base e a régua de comparação entre original e tradução e, também, entre mais de uma tradução do mesmo original.

Reconhece-se, claro (eis um dos dados *literários*) a importância de elementos paralelos (se não necessariamente iguais) àqueles que contribuem para a *estetização* do conteúdo e do objeto proposto na poética; reconhece-se, igualmente, a habilidade diferenciada de tradutores diferentes em *responder* a essas pressões e em produzir objetos que correspondam aos originais em mais de um nível de análise. Mas, mesmo assim, há, insofismável, uma alteração axial de leitura, de processamento, de (re)produção e de crítica.

O tradutor, aqui, será central e primeiramente avaliado por um *algo*. Não por um *modo*. E, por óbvio, negociam-se liberdades. Sintáticas, discursivas, idiomáticas, tudo em nome da busca da iterabilidade parafrástica como medida de (quase) todas as coisas.

(Pequeno excursão. Não acredito, pessoalmente, na simetria absoluta dessa oposição polar. Tendo a pensar que a liberdade de que goza o tradutor de poesia no que se refere ao *quid* da tradução é maior (ou deveria ser) do que a de que goza em relação ao *quomodo* o tradutor de prosa literária. E tendo a pensar que essa assimetria não é exclusiva da operação de tradução nesses dois campos, onde na verdade seria deriva de especificidades dos próprios objetos de que trata. O poema ômega, aquele extremo do contínuo de oposição, como um *quid* fulcralmente dependente de um *quomodo*. A prosa ômega como um *quomodo* anchamente

ancorado num *quid*. Daí o que me parece, sim, a complexidade maior da tradução de prosa literária).

4. Depois

E o que deriva disso para a tradução do *Finnegans Wake*, e para a constatação da impossibilidade (aparentemente diferente daquela que se pode propor para a poesia, como um todo) dessa operação?

Pareceria tentador, à luz de tudo que se disse sobre o livro de Joyce no começo desta discussão, pensar nele como uma espécie de poesia realizada ao extremo, como uma versão destilada daquilo que de mais típico (nestes nossos termos) teria o texto poético. A polissemia de base e de fim; a ancoragem plena do conteúdo na *forma*; a initerabilidade; a imparafraseabilidade: a manifestação de um sentido que se vê plena, micro e macro escala, e inabalavelmente engastado na forma de sua expressão.

Intraduzibilidade.

(Se ainda somamos a isso o multilinguismo de base... mesmo a *necessidade* da tradução pode se ver questionada)

Mas Joyce, que publicou dois curiosos e anacrônicos volumes de poesia em toda sua carreira, era um prosador. E a trajetória de sua obra vinha, na verdade, como já argumentei em muitos outros lugares¹⁰, demonstrando uma potencialização quase inimaginável do que de mais essencialmente prosaico há na prosa literária.

O *Ulysses* não tem o vigor que tem por ter se aproximado da poesia, mas por ser até ali o ponto extremo de uma radicalização da prosa romanesca no que ela tinha de mais definidor.

O *Finnegans Wake*, depois do caminho que vai de *Dublinenses* a *Um Retrato...* e ao *Ulysses* (sempre intensificado em sua radicalidade) seria *tabula rasa*? Seria um passo atrás?

Joyce não era particularmente dado a voltar atrás.

Mas sua investigação da forma romance pode, sim, tê-lo levado a um ponto de curiosa aproximação com o outro extremo desse espectro. Ele pode, sim, ter ido tão longe no processo de reforçar o que de mais prosaico e específico houvesse no romance que, afinal, teria chegado a uma certa confluência (ou uma superação da distinção) entre prosa e poesia. Como Fernando Pessoa pode ter dado vazão a uma experiência fundamentalmente prosaica através

¹⁰ Especialmente Galindo (2006).

exclusivamente de agentes de segundo nível (os heterônimos) responsáveis pela criação de poesia (quadro em que FP, mais que ortônimo entre os outros, seria o romancista que orchestra uma obra que consiste de toda sua produção), Joyce pode ter (e é isso que já pude defender em outros lugares) levado a multiplicidade de vozes e de níveis de discurso que tipifica o romance a um paroxismo tão intenso de variação e de convívio sobreposto que, curiosamente, se aproximou de alguma maneira do resultado de um viés “autoral” como o que Bakhtin podia ver na relação entre poeta e língua.

Para manter as metáforas musicais que Bakhtin gostava de manejar (ainda que por vezes sem o devido rigor), Joyce pode ter adensado a *polifonia* do romance a ponto de fazer sua *harmonia* ultrapassar até a ideia de *cluster* das vanguardas tardias do século XX, chegando pura e simplesmente às fronteiras do ruído branco, onde a soma de toda a variedade possível parece se resolver em relativa uniformidade.

Pois o *Finnegans Wake*, muito ao contrário do *Ulysses*, tem um *estilo*, uma *assinatura* reconhecível. Ele parece muito (ao contrário do *Ulysses*) ser o enunciado de uma voz coerente e autocrática em sua relação com mundo e língua. Mas, como no caso da poética prosaificada em nível mais alto de Fernando Pessoa, *there's a rub*. Pois o fato é que o enunciador desse poema algo personalizável em que se configuraria o *Wake* não é James Joyce em qualquer sentido que não o mais banal, empírico, quase jurídico. Aquela voz, algo mais ou menos uniforme (e, como dito antes, não se pode superestimar nem a regularidade da irregularidade do *Wake*), é resultado de uma espécie de *explosio ad absurdum* de todo o coro prévio e circunstante de vozes do mundo¹¹.

Um romancista que cria poetas. Por que não.

Um poeta criado pelo romance levado a seu termo inevitável. Por que não...?

A pergunta que resta, contudo, se refere agora necessariamente ao lugar que cabe ao tradutor do *Wake*, dentro dos quadros que pude esboçar aqui.

O tradutor de prosa lida com um conteúdo aparentemente transferível, cuja ligação com a forma de sua apresentação é tanto mais perceptível quanto maior for sua sofisticação como leitor, o que normalmente tende a se transferir para uma maior capacidade de reencenação desse vínculo na proposta de tradução. Sua liberdade está precisamente no que se refere ao estatuto aparente e ilusoriamente menos “necessário” dessa conexão forma-fundo.

¹¹ De novo, cf. Galindo (2010a).

O tradutor de poesia trata de um conteúdo aparentemente intransferível, cuja ligação com a forma de sua apresentação é tão inelutável que tende a levar a propostas de tradução que revitalizem precisamente os engenhos dessa “forma”, priorizando assim o que seria, concretamente, empiricamente, “traduzível”. Sua liberdade está precisamente no que se refere ao estatuto aparente e ilusoriamente menos “necessário” do nível ilocutório dos textos.

Conforme descrito aqui, o *Wake* é a culminação das experiências daquele que é certamente o mais responsável e mais aplicado dos experimentadores da forma-romance até hoje. Ele é, em muitos sentidos que não tive com desenvolver pontualmente aqui, uma espécie de *terminus ad quem*, necessário, das propostas de Bakhtin a respeito da prosa literária, do *romanesco*, e é, mesmo sem um referencial teórico específico em mente, simplesmente romance, todo-romance, omni-romance: a maior enciclopédia de vozes, registros, pessoas, personas, recursos e discursos que já se pôde compilar, SEM qualquer presença clara e determinada de um estamento organizacional que difira instrumentalmente de uma instanciação teórica qualquer da presença biográfica do autor, postulada nestes ou naqueles termos: sem *narrador*; sem *arranjador*, como pretende certa crítica do *Ulysses*¹².

Logo, ele pareceria oferecer ao tradutor os limites e as liberdades da tradução de prosa, levados ao extremo.

Conforme descrito aqui, o *Wake*, ainda mais do que o mais hermeticamente formal dos poemas, não tem qualquer nível “discursivo” que se possa desprender da superfície em que se apresenta aos leitores. Na verdade, ele parte desse princípio como forma de, talvez, saltar direto a esfera ilocutória e se concentrar exclusivamente em efeitos quase-perlucotórios...

Logo, ele se aproxima da poesia, e pareceria oferecer ao tradutor os limites e as liberdades da tradução de poesia, levados ao extremo.

Eu vejo duas vias. Como mencionado antes, antes de ver aqui um beco-sem-saída, talvez seja mais interessante (e *wakeano*) pensarmos em *becos-em-saída*.

Uma leva à paralisia. E não me interessa. Não pode.

Mas a outra leva à mais plena (e plenamente *responsável*) liberdade.

Se o conteúdo comunicacional (aquele, a respeito de cuja instabilidade, ao menos, poderia haver consenso) é no limite inacessível segundo termos tradicionais, a forma dita, prediz, conduz. Se a forma é ao mesmo tempo derivada, hierarquicamente sotoposta, de um

¹² Especialmente depois do trabalho de David Hayman.

desenvolvimento potencializado dos procedimentos da prosa, o que faz com que eu a veja como elemento que depende da sofisticação do tradutor (enquanto leitor e enquanto escritor) inclusive para ser percebido pelo leitor (ele próprio algo mais ou menos sofisticado), o tradutor do *Wake* pode se ver na curiosa sensação de ditar as regras que subsumem o conteúdo, pode se ver na talvez irrepetível posição de propor a partida e convidar o resultado.

Pode ser amedrontador.

Pode ser fascinante.

Como julgar o sucesso da empreitada? Ainda estamos tentando descobrir.

De minha parte, cabe arriscar. Mas arrisco com o pleno pasmo e o todo pavor (*awe...*) da constatação de que quanto mais bem embasada for minha reflexão a respeito da intraduzibilidade última do *Wake*, pela própria natureza das constrictões auto-estabelecidas que condicional essa intraduzibilidade, mais ela parece me levar a uma região de imensa margem de manobra, onde o maior dos desafios pode ser não o de conseguir reproduzir o que quero reproduzir, não o de conseguir responder aos impasses estabelecidos pela abundância do *Wake*, mas apenas em conseguir fazê-lo enquanto, simultaneamente (quase como que em boa perspectiva popperiana), forneço as condições de julgamento da propriedade e do “sucesso” da tentativa.

Não em paratextos, não em artigos como este.

Mas no resultado da tradução por si. Como convencimento e como, mais uma vez, manifestação.

Se o *Wake* não necessariamente *diz*, mas *é*, sua tradução precisa *ser*. Precisa fazer(-se).

Referências

AMARANTE, D. W. **Para ler Finnegans Wake de James Joyce**. São Paulo: Iluminuras, 2009.

BECKETT, S. et al (Ed.). **Our Exagmination Round his Factification for Incamination of Work in Progress**. Londres: Faber and Faber, 1972.

BISHOP, J. **Joyce's Book of the Dark: Finnegans Wake**. Madison: The University of Wisconsin Press, 1993.

BRITTO, P. H. Para uma avaliação mais produtiva das traduções de poesia. In: KRAUSE, G. B. (Org.). **As margens da tradução**. Rio de Janeiro: UERJ, 2002.

BROOKS, C.; WARREN, R. P. **Conversations on the craft of poetry**. Nova York: Holt, Rinehart and Winston, 1961.

CAMPBELL, J.; ROBINSON, H. M. **A Skeleton Key to Finnegans Wake**. Novato: New World Library, 2005.

CAMPOS, A.; CAMPOS, H. **Panorama do Finnegans Wake**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

CRISPI, L.; SLOTE, S. (Ed.). **How Joyce wrote Finnegans Wake: a chapter-by-chapter genetic guide**. Madison: The University of Wisconsin Press, 2007.

ECO, U. **The Aesthetics of Chaosmos: The Middle Ages of James Joyce**. Trad. Ellen Esrock. Cambridge: Harvard University Press, 1989.

FALEIROS, Á. Da hesitação ao ato de traduzir 'L'Abeille' de Paul Valéry. In: CESCO, A., ABBES, G., BERGMANN, J. (Org.). **Tradução literária: veredas e desafios**. São Paulo: Rafael Copetti, 2016.

FORDHAM, F. **Lots of fun at Finnegans Wake: unraveling universals**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

FREGE, G. **Lógica e filosofia da linguagem**. Trad. Paulo Alcoforado. São Paulo: Edusp, 2009.

GALINDO, C. W. **Abre aspas: a representação da palavra do outro no Ulysses de James Joyce e seu possível convívio com a palavra de Mikhail Bakhtin**. Tese, 2006. 455 f. (Doutorado em semiótica e linguística geral) – Departamento de Linguística, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2006. 2 v. <https://doi.org/10.11606/T.8.2006.tde-31072007-145756>

_____. The finneccies of music wed poetry. **Scientia Traductionis**, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, n. 8, 2010a.

_____. Sobre a possibilidade de que o *Finnegans Wake*, de James Joyce, represente uma espécie de síntese literária em termos bakhtinianos. **Bakhtiniana**, São Paulo, n. 4, 2010b, p. 38-49.

HAYMAN, D. **Ulysses: the mechanics of meaning**. Madison: University of Wisconsin Press, 1982.

JAMES, W. The Varieties of Religious Experience. In: _____. **Writings, 1902-1910**. Nova York: Library of America, 1988, p. 1-478.

JOYCE, J. **Finnegans Wake**. Londres, Penguin, 1992.

_____. **Finnegans Wake**. Trad. Philippe Lavergne. Paris: Gallimard, 1982.

_____. **Finnegans Wake/Finnícius Revém**. Trad. Donaldo Schüler. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. 5 v.

_____. **Ulysses**. Trad. Caetano W. Galindo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

KITCHER, P. **Joyce's Kaleidoscope: an invitation to Finnegans Wake**. Oxford: Oxford University Press, 2007. <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780195321029.001.0001>

O'NEILL, P. **Impossible Joyce: Finnegans Wakes**. Toronto: University of Toronto Press, 2013. <https://doi.org/10.3138/9781442665675>

TEZZA, C. **Entre a prosa e a poesia: Bakhtin e o formalismo russo**. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

TINDALL, W. Y. **A Reader's Guide to Finnegans Wake**. Syracuse: The Syracuse University Press, 1996.

WITTGENSTEIN, L. **Tractatus Logico-Philosophicus**. Trad. D. F. Pears e B. F. McGuinness. London; New York: Routledge, 2003.

Artigo recebido em: 14.02.2017

Artigo aprovado em: 21.03.2017

Traduzir os *Charmes*, de Paul Valéry Translating *Charmes* by Paul Valéry

Álvaro Silveira Faleiros*
Roberto Zular**

RESUMO: Apesar da importância de Paul Valéry como um dos autores fundamentais do século XX, sua obra poética ainda circula pouco no Brasil, não havendo nenhuma tradução integral de seu mais importante livro de poemas – *Charmes*. Nosso intuito neste artigo é refletir sobre as possibilidades de tradução desse título e o que ele implica na concepção desse conjunto de poemas. Em nosso estudo, consideraremos tanto o título quanto o uso dessa palavra ao longo do livro.

PALAVRAS-CHAVE: Paul Valéry. Tradução. Poesia.

ABSTRACT: Despite the importance of Paul Valéry as one of the fundamental authors of the twentieth century, his poetic work still circulates little in Brazil, and there is no complete translation of his most important book of poems – *Charmes*. Our intention in this article is to reflect on the possibilities of translating this title and what it implies in the conception of this set of poems. In our study, we will consider both the title and the use of that word throughout the book.

KEYWORDS: Paul Valéry. Translation. Poetry.

1. Introdução

Na mesa redonda dedicada à tradução literária, durante o *XII Encontro Nacional de Tradutores e o VI Encontro Internacional de Tradutores*, ocorridos simultaneamente em setembro de 2016 em Uberlândia, tivemos a oportunidade de apresentar distintas concepções do traduzir a partir de algumas importantes traduções do poema “O cemitério marinho”, provavelmente o mais traduzido dos poemas de Paul Valéry no Brasil¹. Entretanto, apesar da reconhecida importância que lhe é dada, sendo ele um dos autores fundamentais do século XX², sua obra poética ainda circula no Brasil de modo bastante fragmentado, não havendo nenhuma tradução integral de seu mais importante livro de poemas, *Charmes*. Nosso intuito neste artigo é refletir sobre as possibilidades de tradução desse título e o que ele implica na concepção desse

* É professor livre-docente de Literatura Francesa (USP). E-mail: faleiros@usp.br.

** É professor titular de Teoria Literária e Literatura Comparada (USP). E-mail: rzular@usp.br.

¹ O cerne das reflexões apresentadas por nós encontra-se em nosso artigo “Em torno do ‘‘Cimetière marin’’ de Paul Valéry: traduções brasileiras”. Cf. Faleiros e Zular, 2016.

² Como exemplo, lembramos que Valéry é um dos poetas mais traduzidos por Augusto de Campos, está na antologia pessoal dos grandes poemas da literatura mundial feita por Ferreira Gullar, ou ainda o fato de ser epígrafe no livro *Claro Enigma* de Drummond.

conjunto de poemas. Para tanto, consideraremos aqui tanto o título quanto a aparição dessa palavra ao longo do livro.

A ocorrência da palavra “charmes” e de seu adjetivo “charmant”, embora não seja tão frequente no livro *Charmes*, é bastante reveladora. Primeiramente, se olharmos a estrutura do livro como um todo, identificam-se essas palavras onze vezes, concentradas em seis dos vinte e um poemas. Com efeito, encontramos “charmes” uma primeira vez no segundo poema do livro “Ao plátano”. As quatro ocorrências seguintes são praticamente no meio do livro, isto é, em seu nono poema, “Fragmentos do Narciso”. Ele volta a aparecer uma vez no décimo-terceiro poema “A falsa morta”, para, no poema seguinte, “Esboço de uma serpente”, ressurgir outras três vezes. As duas últimas ocorrências são no décimo-oitavo poema, “O Cemitério marinho” e no penúltimo poema, “O remador”. Há, pois, certa simetria nessas ocorrências, uma vez que temos no segundo e no penúltimo poema a primeira e última aparições, estando o uso de “charmes/charmant” concentrado justamente entre o nono e o décimo-quarto poemas, e sobretudo nos poemas “Fragmentos do Narciso” e “Esboço de uma serpente”.

Essas ocorrências estão, pois, concentradas naqueles que podemos chamar de poemas estruturantes do livro. Com efeito, os vinte e um poemas que formam o livro têm tamanhos bastante variáveis. Poderíamos classificá-los em três tipos: poemas longos, médios e curtos. O livro se inicia com três poemas de tamanho médio — “Aurora” (90 versos), “Ao Plátano” (72 versos), “Cântico das colunas” (76 versos), seguidos de cinco poemas curtos (entre 14 e 44 versos). Chegamos aí ao que poderíamos chamar de coluna dorsal do livro, que são os longos poemas “Fragmentos do Narciso” (315 versos) e “A Pítia” (210 versos); esses dois são seguidos de mais três poemas curtos, aos quais se soma “Esboço de uma serpente” (310 versos). Temos mais uma sequência de três poemas curtos até chegar a “O Cemitério marinho” (144 versos). O final do livro, por sua vez, é composto de uma sequência de mais três poemas entre 24 e 90 versos. Essa breve enumeração nos permite vislumbrar com clareza que os dois únicos poemas com mais 300 versos — “Fragmentos do narciso” e “Esboço de uma serpente” — são precisamente aqueles que concentram sete das onze ocorrências de “charmes/charmant”. Não por acaso são esses dois poemas que também estruturam os dois principais livros dedicados à poesia de Paul Valéry no Brasil.

2. A poesia de Paul Valéry traduzida no Brasil

Apesar de se encontrar em quase todas as antologias de poesia francesa publicadas no Brasil, o que certamente demonstra o interesse que o poeta suscita entre nós, a poesia de Valéry, como dissemos, tem chegado de forma bastante fragmentada ao leitor brasileiro. A primeira obra dedicada exclusivamente à poesia de Valéry foi a tradução de apenas um de seus poemas – “O cemitério marinho”. Em 1949, é publicado, no Rio de Janeiro, pela editora Orfeu, *O cemitério marinho*, traduzido por Darcy Damasceno, obra reeditada em 1960, em Salvador, pela editora Dinamene. Em 1974, é a vez de Jorge Wanderley lançar em São Paulo, pela editora Max Limonad, sua tradução, em livro também intitulado *O cemitério marinho*, à qual se soma, em 1981, a publicação de mais um livro intitulado *O cemitério marinho*, agora em tradução de Edmundo Vasconcelos, pela Massao Ohno-Roswita.

Será preciso esperar o ano de 1984 para que seja publicado entre nós *Paul Valéry: a serpente e o pensar*, de Augusto de Campos, que contém sua tradução de “Esboço de uma serpente”, um dos poemas centrais de *Charmes*, além de fragmentos dos *Cadernos* de Valéry³. Mais recentemente, em 2013, coube a Júlio Castañon Guimarães publicar *Fragments do Narciso e outros poemas*, no qual, além do monumental poema que dá título a seu livro, inclui “Palma”, ambos de *Charmes*, aos quais acrescenta seis poemas do livro *Album de Vers anciens*.

É certo que a circulação dos poemas de Valéry entre nós não se resume a esses livros, encontrando-se em diversos tipos de recolhas e antologias de renomados tradutores, como Guilherme de Almeida e Nelson Ascher, entre outros. Esses dois livros, contudo, marcam um novo momento da recepção de Paul Valéry no Brasil por se concentrarem especificamente sobre o poeta, acompanhando a tradução de prefácios em que apresentam tanto a obra traduzida como o projeto de tradução⁴. Coincidência ou não, como observamos, os dois poemas em torno dos quais se organizam esses livros — “Esboço de uma serpente” e “Fragments de Narciso” — são poemas centrais de *Charmes*, sendo também os dois poemas em que mais aparecem a palavra “charmes” e seu adjetivo “charmant”. Observar o modo como “charmes/charmant” foi

³ Em 1987, Augusto de Campos publica também os poemas “A jovem parca”, “A adormecida”, “As romãs” e “Sob o sol”, mas desta vez o faz em ampla antologia pessoal intitulada *Linguaviagem*.

⁴ As edições dedicadas especificamente ao poema “O Cemitério Marinho” também possuem essas características, com a diferença de que se concentram em apenas um poema. Como já nos dedicamos a elas em trabalho anterior (texto no prelo, a sair em *História da tradução: ensaios de teoria, crítica e tradução literária*. Volume 2, Campinas, Pontes, organizado por Germana Henriques Pereira), desenvolveremos nossa reflexão levando em conta sobretudo os trabalhos de Augusto de Campos e de Júlio Castañon Guimarães. O poema “O Cemitério Marinho” também conta com traduções, entre outros, de Bruno Tolentino, Ferreira Gullar e Dora Ferreira da Silva.

traduzido nessas obras é, portanto, um caminho interessante para começar a se pensar a tradução do título do livro de Paul Valéry.

3. Os “charmes” da serpente

Como aponta Augusto de Campos, é possível dividir o poema “Esboço de uma serpente” em três grandes partes. A primeira delas, da primeira à décima-segunda estrofes, refere-se ao julgamento das obras de Deus; a segunda, da estrofe 13 à 27, à recordação da queda da primeira mulher; e a última, mais centrada na *Árvore do conhecimento*. Para Campos, uma das características significativas desse poema é “a possibilidade de uma variação infinita dos lugares de enunciação”, como se tudo ali falasse e como se cada fala abrisse um espaço de relação entre os pontos de vista em jogo: “No poema, ao menos cinco chamam a atenção: Deus, a Serpente, Eva, o Sol, a *Árvore*” (ZULAR, 2014, p. 13).

No que concerne à palavra “charmes”, a primeira ocorrência é justamente no momento em que se descreve o lugar onde Eva cai: “Ce lieu charmant qui vit la chair choir et se joindre”. Trata-se da seguinte estrofe:

Verse-moi ta brute chaleur,
Où vient ma paresse glacée
Rêvasser de quelque malheur
Selon ma nature enlacée...
Ce lieu charmant qui vit la chair
Choir et se joindre m'est très cher!
Ma fureur, ici, se fait mûre;
Je la conseille et la recuis,
Je m'écoute, et dans mes circuits,
Ma méditation murmure... (CAMPOS, 1984, p. 30, grifo nosso).

Traduzida por Augusto de Campos como segue:

Versa em mim teu fogo fictício,
Onde o meu tédio regelado
Elocubra algum malefício
Segundo o meu ser enlaçado...
Esta área em que a carne clara-
Mente caiu me é muito cara!
Minha fúria, aqui, está madura;
Afago e afogo os meus intuitos:

Eu me escuto e nos meus circuitos
 Minha meditação murmura... (CAMPOS, 1984, p. 31, grifo nosso).

Como se pode notar, na tradução acima o termo “*charmant*” desaparece, ou melhor, encontra-se de algum modo fundido no termo “*maleficio*”, uma vez que uma das traduções possíveis para “*charmés*” é “*feitiço*”, que muitas vezes está associado à ideia do mal. Nesse sentido, quando “*charmés*”, vem precedido de “*malheur*” [desgraça, infortúnio, infelicidade], é possível pressupor que, para priorizar outros aspectos do poema, o tradutor opte por essa omissão. De fato, como afirma Augusto de Campos (1984, p. 18):

Percorrendo sinuosamente as 31 décimas octossilábicas do poema, a fala da Serpente é toda ela uma sucessão de coleios verbais, mosqueados de rimas raras e de equívocos fônicos [...] Sob o ângulo puramente formal, o virtuosismo das construções perfeitas se evidencia a partir das microestruturas.

Basta observar a riqueza dos jogos paronomásicos da tradução para compreender que, mais importante do que retomar precisamente aspectos semânticos, trata-se de operar no virtuosismo das microestruturas que no texto se desenleiam.

A segunda ocorrência é na décima-primeira estrofe:

Mon Innombrable Intelligence
 Touche dans l'âme des humains
 Un instrument de ma vengeance
 Qui fut assemblé de tes mains!
 Et ta Paternité voilée,
 Quoique, dans ma chambre étoilée,
 Elle n'accueille que l'encens,
 Toutefois **l'excès de mes charmes**
 Pourra de lointaines alarmes
 Troubler ses desseins tout-puissants! (CAMPOS, 1984, p. 36, grifo nosso).

A estrofe acima foi reescrita por Augusto de Campos da seguinte maneira:

Minha Infinita Inteligência
 Toca na alma dos mortais
 Um instrumento sem clemência,
 Obra das artes paternais!
 E à tua proteção velada,
 Ainda que tua câmara estrelada

Não acolha mais do que incenso,
 Talvez **o excesso de meus charmes**
 Possa em seus remotos alarmes
 Turvar esse poder imenso! (CAMPOS, 1984, p. 37, grifo nosso).

Nesse caso, o tradutor opta claramente por retomar a rima “charmes-alarmes”, idêntica em francês e português. Ao explorar essa proximidade sonora, Augusto de Campos coloca em evidência uma possível tradução de “charmes” pelo seu homônimo em português; entretanto, na terceira ocorrência do termo, na estrofe 15, lê-se:

Oui! De mon poste de feuillage
 Reptile aux extases d’oiseau,
 Cependant que mon babillage
 Tissait de ruses le réseau,
 Je te buvais, ô belle sourde!
Calme, claire, de charmes lourde,
 Je dormirais furtivement,
 L’œil dans l’or ardent de ta laine,
 Ta nuque énigmatique et pleine
 Des secrets de ton mouvement! (CAMPOS, 1984, p.40, grifo nosso).

Traduzida por:

Sim! Do meu posto de folhagem,
 Réptil com êxtases de ave,
 Antes que a bifídia linguagem
 Tecesse os fios da fala suave,
 Eu te bebia, ó surda imagem!
Calma, cheia de encantamentos,
 Eu regia aqueles momentos,
 O olho no ouro ardente da coma,
 Na nuca enigmática — soma
 Dos teus secretos movimentos. (CAMPOS, 1984, p. 41, grifo nosso).

Augusto de Campos agora explora o campo semântico de “charmes”, traduzindo-o por “encantamentos”. Portanto, nota-se que, para o tradutor, interessa explorar a polissemia que o termo envolve, não se tratando assim de conceito-chave a ser priorizado. Essa escolha tradutória condiz com o aspecto destacado por Augusto de Campos de que, como afirma o próprio Valéry (apud CAMPOS, 1984, p. 19): “Todo o trabalho desse poema é baseado em mudanças de tom. Exagerei de propósito assonâncias e aliterações”. Essas mudanças de tom fazem com que haja

certa autonomia das estrofes, tanto que Campos (idem, p.18) lembra que essas estrofes foram colocadas como “massas, cores ou átomos (em uma molécula)”. Assim, traduzir “charmes” por apagamento ou variação semântica em função de rimas condiz com o projeto de Augusto de Campos; ainda mais se lembrarmos que, propositalmente, Augusto de Campos selecionou este poema dentro do livro *Charmes*, optando por concentrar sua leitura no modo como se desenvolve o tema e a imagem da serpente dentro da obra de Valéry.

A potência dessa tradução, especificamente no que diz respeito à palavra “charmes”, está em abrir a possibilidade de uma báscula entre suas várias camadas de sentido, desde jogar um feitiço ou produzir um encantamento em desfavor de alguém, passando pelo *charme*, entendido como aquelas qualidades de alguém decisivas na atração de outrem, até o significado mais latente de encanto. O interessante é que, mais do que trabalhar nessas camadas semânticas, o que se busca nessa tradução de Augusto de Campos é operar o “charme” na articulação melódica e rítmica que vai envolvendo o leitor em uma espécie de transe poético que permite ao tradutor invenções que perpassam todo o seu texto.

Vê-se por aí que, longe de qualquer estabilização, o sentido de “charmes” é instável e depende fortemente do projeto de tradução acionado para que se possa fazê-lo operar de maneira poeticamente relevante.

4. Os “charmes” do Narciso

Projeto semelhante é adotado por Júlio Castañon Guimarães, mas desta vez o tema-imagem que concentra as atenções é o de Narciso. Em sua coletânea, após apresentar a tradução do longo “Fragmentos do Narciso”, Castañon inclui as traduções dos poemas “Helena”, “Adormecida no Bosque”, “O bosque amigo”, “As vãs dançarinas”, “Narciso fala”, “Episódio”, “Verão”, “Ária de Semíramis” e “Palma”. Exceto este último, também de *Charmes*, os outros poemas encontram-se em *Album des Vers Anciens*. Júlio Castañon Guimarães (VALÉRY, 2013, p.12) justifica sua escolha observando que “os dois livros de que foram extraídos são compostos de poemas bastante diversos” para, logo em seguida complementar:

Uma breve exposição sobre essa diversidade — tanto a das coletâneas originais quanto a dos poemas escolhidos pela tradução — levará, para além de seu caráter de mera justificativa de uma escolha, a uma forma inicial de leitura dessa poesia, o que acabará por dar margem a pelo menos vários veios de leitura, na medida em que essa exposição implica a história dos textos. (VALÉRY, 2013, p. 12-13).

Esse caminho de leitura explica seu interesse por “Fragmentos do Narciso” pois este é um dos textos cuja genealogia evidencia um processo claro a Valéry — e já observado por Augusto de Campos em relação à serpente — de que é comum verificar que, na poética do autor francês, os poemas costumam nascer de outros poemas e cujo aspecto processual fica bem claro desde os títulos: esboço, fragmentos. No caso de “Fragmentos de Narciso”, essa fragmentação e movência estaria ligada à própria “instabilidade da figura de Narciso” (VALÉRY, 2013, p.27). Com efeito, as imagens em torno do Narciso vão se modificando ao longo das três partes que compõem o poema. Na primeira, após correr no bosque, Narciso cai diante de uma fonte, contempla sua imagem e pede, ainda no início do poema, às Ninfas que não perturbem sua contemplação, ou seja, que sigam dormindo e sonhando. Temos já nesse momento inicial a primeira ocorrência de “charmes”, ao se dirigir às Ninfas, Narciso declara:

Rêvez, rêvez de moi !... Sans vous, belles fontaines,
Ma beauté, ma douleur, me seraient incertaines.
Je chercherais en vain ce que j’ai de plus cher,
Sa tendresse confuse étonnerait ma chair,
Et mes tristes regards, ignorants de mes **charmes**,
À d’autres que moi-même. adresseraient leurs larmes... (VALÉRY, 2013, p. 50, grifo nosso).

Trecho traduzido por Castañon Guimarães como segue:

Sonhai, sonhai comigo!... Sem vós, ó nascentes,
Minha beleza e dor não seriam patententes.
Isto que me é mais caro em vão eu buscaria,
Sua confusa ternura ao corpo assustaria,
E meu sombrio olhar, sem saber meus **encantos**,
A outros que não eu mostraria seus prantos... (VALÉRY, 2013, p. 51, grifo nosso).

Nesse momento, em que Narciso declara não poder, sem o sonho das Ninfas, dizer a beleza e a dor de existir, ele alude a seus próprios “charmes”, traduzidos por Castañon Guimarães por “encantos”. Ele produz, desse modo, interessante rima com “prantos” (“larmes”) além de explorar, como veremos, o campo semântico de “charmes”.

O segundo momento em que “charmes” aparece é ainda na primeira parte, quando Narciso, após interromper sua meditação sobre a solidão ao mirar seu reflexo e se dirigir à natureza, sobretudo às luzes crepusculares, ele volta à inquietação que a contemplação de sua própria imagem lhe provoca, o que o leva a dizer:

Tout se mêle de moi, brutes divinités !
 Mes secrets dans les airs sonnent ébruités,
 Le roc rit ; l'arbre pleure ; et par sa **voix charmante**,
 Je ne puis jusqu'aux cieux que je ne me lamente
 D'appartenir sans force d'éternels attraits !
 Hélas ! entre les bras qui naissent des forêts,
 Une tendre lueur d'heure ambiguë existe... (VALÉRY, 2013, p. 56, grifo nosso).

Passagem reescrita por Castañon Guimarães da seguinte maneira:

Tudo em mim se imiscui, ó deuses indomados!
 Meus segredos aos ares são alardeados,
 Ri a rocha; e a árvore chora; **atraente**,
Sua voz faz com que aos céus apenas me lamente
 Por pertencer sem força ao que eterno me arrebatava!
 Ai de mim! entre os braços que nascem da mata,
 Uma suave luz de hora ambígua existe... (VALÉRY, 2013, p. 57, grifo nosso).

Nesse instante, os íntimos segredos de Narciso ecoam na natureza e se fazem escutar no riso da rocha e no choro da árvore, cuja voz é “voix charmante”, traduzida aqui por “voz atraente” – o que a distancia em certa medida da dimensão mágica do feitiço e do encanto, aproximando-a mais da acepção mais corrente em português contida no adjetivo “charmoso”, fazendo com que a tensão que existe na luz de hora ambígua no original fique atenuada na tradução.

A ambiguidade e a instabilidade que atravessam os movimentos internos do Narciso prosseguem: a alma hesitante é um sopro que treme... Nesse vaivém, quase no final da primeira parte, Narciso cede pouco a pouco ao prazer de encontrar, em sua imagem, o rastro desses seus sentimentos fugazes, momento em que se lê:

Je suis si près de toi que je pourrais te boire,
 Ô visage!... Ma soif est un esclave nu...
 Jusqu'à **ce temps charmant** je m'étais inconnu,
 Et je ne savais pas me chérir et me joindre! (VALÉRY, 2013, p. 60, grifo nosso).

O tempo do encanto, do feitiço é, pois, em certa medida, o tempo do re-conhecimento de si. Esse “temps charmant” pode, pois, ser compreendido como momento de “con-fusão”, em que Narciso se reconhece; imagem que se aproxima do “lieu charmant” em “Esboço de uma

serpente”, no qual a carne cai para fundir-se. Em ambos os casos, contudo, o adjetivo é suprimido, como se pode notar na tradução de Castañon Guimarães:

De ti, face, estou tão perto que poderia
Te beber!... Minha sede é um escravo despido...
Até **esse tempo** eu me era desconhecido,
E não sabia estar comigo e me prezar! (VALÉRY, 2013, p. 61, grifo nosso).

Essa primeira parte, que ocupa praticamente a metade do poema com seus 149 versos, nos quais Narciso hesita ambíguo diante de seu reflexo, estão três das ocasiões em que aparecem “charmes/charmant” – a última delas é no final da segunda parte. Esta inicia-se com uma referência a uma fonte na qual habita uma ninfa; fonte que vai acolhendo diversas coisas que ali se dão a ver, como o amor que morre, a paixão que não se realiza, mas Narciso não se interessa, pois segue voltado apenas para sua própria essência — para esse amor próprio estéril —, aproximando-se dela mesma em vão, fazendo com que ele, já na conclusão dessa segunda parte, se pergunte:

Hélas! la nymphe même a séparé nos **charmes!**
Puis-je espérer de toi que de vaines alarmes? (VALÉRY, 2013, p. 68, grifo nosso).

Desta vez traduzida por:

A ninfa mesma separou nossos **encantos!**
De ti posso contar só com inúteis espantos? (VALÉRY, 2013, p. 69, grifo nosso).

A resposta que Narciso obtém na terceira parte é sombria: à medida em que o sol se põe, a imagem rareia. Narciso, ao entrar em contato com a água, desfaz sua própria imagem, não restando nada.

Ao traduzir a pergunta acima, Castañon Guimarães, diferentemente de Augusto de Campos, opta uma segunda vez por “encantos”, evitando a rima mais evidente que seria entre “charmes” e “alarmes”, preferida por Augusto de Campos. Ao distanciar-se dessa escolha, Castañon dá mais unidade ao termo, preferindo situá-lo num campo semântico mais específico, no caso, do “encanto”. Para compreendermos melhor os alcances de cada uma dessas escolhas, é importante retomar, ainda que brevemente, as diferentes acepções de “charmes” em francês e em “português” e, a partir delas, refletir sobre os efeitos que produz.

5. As esferas de “charmes”: encantos e feitiços

No *Trésor de la Langue Française Informatisé*, o substantivo masculino “charmes” tem duas entradas. A primeira é botânica, referente à árvore “carpa”, e a segunda, considerada “literária”, que nos interessa aqui, é organizada em dois grandes blocos. No primeiro, a definição é de “charmes”: 1) “fórmula encantatória”; “poder mágico assim produzido”; “estado de hipnose”; 2) objeto ou bebida que produz esse efeito mágico. No segundo, se lê: “1) *Literário*. Atração poderosa, fascinação que exerce sobre nós uma pessoa ou coisa; qualidade que a produz” [...]; 2) *Usual* (em correlação com o adj. *charmant*). Qualidade de graça, de beleza, de sonho, de nobreza que tem o poder de agradar ao extremo”.

Em português, no *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (p.693), o verbete centra-se justamente na última definição presente no dicionário francês, isto é:

Charme. 1. Encanto, atração ou sedução que certos seres exercem sobre outrem; graça sedutora própria de pessoa que agrada e cativa ou mesmo deslumbra [...]; 2. p. ext. qualidade daquilo que atrai, agrada [...] ACP 1 e 2 consideradas galicismos pelos puristas, que sugeriram em seu lugar: *encanto, elegância, fascínio, feitiço, atração, magnetismo*. ETIM fr. *charme* (C1160) ‘fórmula mágica’, (XVI) objeto a que se atribui certo poder mágico, (sXVI) formas empregadas por uma mulher para (1605) atração’, do lat. *carmen, inis* na acp. ‘fórmula mágica, encantatória’.

Pode-se notar claramente o deslocamento semântico que se produziu na acepção de “charmes” em português. Nas traduções supracitadas, certamente houve por parte de Castañon Guimarães uma preocupação explícita de não retomar “charme” em português, procurando aderir de modo mais direto às acepções de “charme” em francês, seja por meio do “encanto”, seja pela “atração”. Além disso, a etimologia de “encanto”, aproxima-se daquela de “charmes”, justificando de modo mais convincente a escolha e evitando uma referência explícita a uma acepção secundária em francês. Entretanto, em relação aos usos em português, ainda que haja em “encanto” uma alusão à magia, ela tampouco é primeira. Segundo o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (p. 1132), “encanto” é:

1. quem ou o que agrada, atrai, deslumbra por suas qualidades (p.ex., beleza, inteligência, simpatia) (...); 2. forte atração sentida por tais boas qualidades de alguém ou de algo (...); 3. palavra, frase ou qualquer outro recurso que supostamente possui poderes mágicos de enfeitiçar, encantamento (...); 4. o efeito desse recurso ou ação mágica.

Esse uso secundário em português daquilo que surge como sentido mais destacado no campo literário em francês, levou-nos a nos perguntar sobre outras possibilidades de tradução de “charmes”. A pergunta veio da necessidade de se precisar o vocábulo em questão diante do fato de que estamos, no momento, debruçados sobre a tradução do livro *Charmes* como um todo. Esse nosso projeto distingue-se, pois, de modo importante dos dois livros de traduções de poemas de Valéry a que nos referimos. Se, como se pode observar, tanto para Augusto de Campos quanto para Júlio Castañon Guimarães, o que está em jogo são as variações na obra de Valéry dos temas da serpente e do Narciso, numa tradução do livro como um todo, as implicações de “charmes” não são desprezíveis e adquirem outra dimensão. Como bem notou Castañon Guimarães, os poemas de *Charmes* são bastante variados, mas essa variedade não significa que não haja no livro certa unidade.

Os estudos de Florence de Lussy (1990-1996) sobre os manuscritos de *Charmes* evidenciam o fato de que a grande maioria dos poemas só se desenvolve e chega à sua versão definitiva depois que Paul Valéry definiu o título do livro, sendo este determinante para sua concepção geral. Tal consciência do livro como obra é um fato que não pode ser ignorado.

Ao nomear o livro como um todo, o que salta para o primeiro plano, claro, é o poder da própria poesia de atuar como “charme”, isto é, como uma fórmula mágica com poder de transformar, de agir em outras camadas da experiência que ativem diferentes estados subjetivos e seja capaz de ressignificar a passagem rápida pelas palavras que a restringem a uma esfera de comunicação de um conteúdo dado, anterior a seu evento enunciativo. O “charme” dos poemas vem de sua capacidade de instaurar um evento transformador, um ato performativo que demanda pelo tom, pelo gesto, pela música, pelo corpo. “Charme” é esse indizível que, paradoxalmente, só se experimenta pelo dito, pela possibilidade de levar o dizer a esses limites — eis o poético — da hesitação prolongada entre o som e o sentido, a voz e o pensamento, a enunciação e o enunciado, o ato de fazer e aquilo que é feito; e que entram em um espaço de ressonância que ressignifica ao mesmo tempo e reciprocamente um ao outro. E mais, de uma camada de sentido a outra, de um sentido a outro. A potência da poesia é atuar com as palavras como espaço de relação entre sistemas de percepção, de afetos e de significados que se reenviam continuamente — eis a hesitação!⁵

⁵ É interessante notar que a famosa impossibilidade de acabamento das obras, tão falada por Valéry, encontrou no título do livro *Charmes*, na concepção mesma do livro, um novo plano de significação que permitiu voltar aos poemas e “acabá-los” a partir desse ponto de vista. Isto é, o processo de produção dos poemas em si mesmo é

Essa potência contida no espaço do poema nos parece ser também aquela contida na palavra “charme”: trata-se ao mesmo tempo de um objeto e de uma relação, isto é, um objeto com força suficiente na sua composição, que o torna capaz de acionar continuamente outros atos. O poema é uma espécie de ato performativo ambíguo, ao mesmo tempo sujeito e objeto, algo feito, construído, e também algo dotado da capacidade de atrair, despertar um estado alterado de experiência. Ele transforma o modo de troca das relações entre as coisas, os seres, os pensamentos, as imagens, os cheiros. O poema é ao mesmo tempo um corpo e algo incorpóreo e também uma forma de estabelecer relações entre corporalidades e fluxos incorpóreos. Um poema é algo feito e também um... feitiço. E chegamos, assim, na raiz mesma da palavra que tanto buscávamos.

Essa interpretação da poética valeriana, como o leitor que acompanha sua recepção no Brasil já deve ter percebido, transforma por completo a visão de Valéry como um poeta apenas da consciência, da construção, do cálculo, da técnica, enfim, do que se chamava de poeta formalista. Ela se coaduna com as recentes propostas de William Marx, atual expoente dos estudos valerianos na França, sobre as *duas poéticas* de Valéry. Para Marx:

Nesses tempos em que se reconhece facilmente os excessos aos quais o formalismo pode levar, às vezes, a crítica literária, a poética esotérica, lírica e epifânica de Valéry abre um caminho quem sabe salutar e que vale a pena explorar⁶. (MARX, 2011, s.n., tradução nossa).

Assim, ao lado de certo formalismo valeriano, há uma poética da voz, ligada ao corpo, às sensações, ao esotérico, ao epifânico e a um campo de ressonância de experiências heterogêneas que Marx resume em uma belíssima citação do próprio poeta:

A operação que consiste em tirar de minha dor um canto magnífico, Essa dor estúpida conduziu meu sentido a angústias extremas, e de trevas e de fúria impotente, mas como ali não me demorei, pois subi dos infernos para poder

inacabável, mas ao se passar ao plano da relação entre eles, desenha-se um forma de acabamento que mantém o seu inacabamento como potência. Como tratamos (FALEIROS e ZULAR, 2016b) a respeito do poema “A abelha”, produz-se aqui uma infinitização do ato (como propõe Fabio Roberto Lucas), que mantém em potência ao mesmo tempo o acabamento e o inacabamento. Isso se dá, do ponto de vista rítmico, de uma maneira parecida, passando do processo à frase, da frase ao verso, do verso à estrofe, da estrofe ao poema, do poema ao livro (e, claro, isso não se dá linearmente – pode-se passar do poema ao processo, do livro ao verso e assim infinitamente). Curioso notar que, para nós, tradutores, sem que soubéssemos disso, o horizonte de tradução do livro como um todo e do enfrentamento da questão de como traduzir a palavra “charme” foi também decisivo.

⁶ No original: “En des temps où l’on reconnaît aisément les excès auxquels le formalisme a pu conduire parfois la critique littéraire, la poétique esotérique, lyrique et épiphannique de Valéry ouvre une voie peut-être salutaire qu’il vaut la peine d’explorer”.

novamente ali descer, aprendi, pelo menos, a continuidade dessa cadeia de tormentos, de esperanças e de catástrofes, e de como o mais alto ao mais baixo se interliga, toda a modulação do ser, e a conservação da vida entre os limites que ela pode transpor, — ali reside o *canto*, o registro. É a medida desse intervalo que é viver tem várias unidades que são ritmos.

É preciso que o canto, supremo dom, adeus supremo ao passado, eterno presente do que foi...

Voz ligada às entranhas, aos olhares, ao coração, e são esses vínculos que lhe confere seus poderes e seu sentido. Voz, elevada, tônica, tensa, fato unicamente de energia pura, livre, de alta potência, dúctil⁷. (VALÉRY apud MARX, 2011, s.n., tradução nossa).

Ao lado do rigor da construção poética, há, pois, um modo diferente de articular o pensamento, a razão, o cálculo, com outro universo de experiências: o canto, o dom, o tom, a energia, o fluxo. Ou, como diz Valéry (1991, p.41) em seu “Discurso em honra de Goethe”: “as forças sob as formas”.

Esse complexo jogo de forças e de formas desloca a oposição contraditória razão/emoção, para instaurar uma *contradição*, como propõe Fabio Roberto Lucas (2017), que sobredetermina as relações entre as múltiplas camadas da experiência sensível, afetiva, corporal, imagética, mental, cujos termos não se totalizam, mas, como dissemos, se atualizam na enunciação (na dicção) em um espaço de reenvios que possibilitam modulações (passagens) de um a outro. Sim, há o cálculo, a forma, o pensamento, a razão, mas nenhum deles, nem mesmo o mais musical, significativo ou sugestivo, produz uma *arché*; nenhum deles se coloca em um ponto hierárquico como pólo de determinação do ato poético, tanto na produção como na recepção e, claro, no trabalho de tradução que propomos⁸.

Daí ser compreensível a força que o título *Charmes* operou sobre o conjunto dos poemas. Fórmula encantatória, qualidade capaz de atrair, algo incorpóreo que flui dos corpos,

⁷ No original: “L’opération qui consiste à tirer de ma douleur un chant magnifique. Cette douleur stupide a conduit mon sens à des extrêmes détresses, et de ténèbres et de furie impuissante mais puisque je n’y suis pas demeuré, puisque je suis remonté des enfers pour pouvoir y redescendre, j’ai appris, du moins, la continuité de cette chaîne de tourments, d’espoirs et de catastrophes, et de comment le plus haut au plus bas se relie, toute la modulation de l’être, et la conservation de la vie entre les bornes qu’elle peut franchir, – c’est là *le chant*, le registre. Et la mesure de cet intervalle qui est vivre a plusieurs unités qui sont rythmes.

Il faut que le chant, suprême don, adieu suprême au passé, éternel présent de ce qui fut...

Voix rattachée aux entrailles, aux regards, au cœur, et ce sont ces attaches qui lui donnent ses pouvoirs et son sens. Voix, élevé, tonique, tendu, fait uniquement d’énergie pure, libre, à haute puissance, ductile”.

⁸ Parece ser esse um bom modo de ler afirmação de Adorno (2003, p.159) a respeito de Valéry: “É preciso mais razão e não menos, para combater os excessos que a ferramenta razão em um todo irracional, impingiu à humanidade”; o que nos leva próximo de Benjamim que admirava em Valéry a presença constante da voz a deslocar continuamente o lugar soberano do pensamento.

da relação entre os corpos, zona de transformação contínua que faz de um ser ou objeto algo além de um ser ou objeto: um poema. Ou, para retomarmos o que dissemos acima, algo feito e capaz de transcender a sua fatura; dotado de dons mágicos, desse além da linguagem que só se dá pela linguagem.

Por mais que se deseje sua autonomia como objeto, um poema, sua técnica, sua circulação como texto escrito, é também um *feitio*, um modo de fazer, um produto artesanal que traz as marcas do gesto, como as mãos da oleira no vaso de cerâmica, na belíssima imagem de Lévi-Strauss (1986). Mesmo o uso do verso clássico propõe esse anacronismo, esse acionamento de outro regime de pensamento e de imaginação capaz de tornar inspirado o leitor. Trata-se, portanto, de uma prática, de um *métier*, de um *savoir faire*, mas que se coloca entre outras práticas, que abre para outros usos e ressignifica o conjunto de relações entre aquilo que fazemos.

Basta passar os olhos pelos poemas de *Charmes* para ver esses seres enfeitados pelo fazer poético, como a serpente e o Narciso, que vimos aqui, mas também a abelha, a aurora, a palma, o plátano, o mar, o sol, o vinho, as colunas, os mortos, as ninfas... Entre eles — e esse é um ponto decisivo tanto de *Charmes* quanto da tradução desse conjunto de poemas —, está um dos grandes momentos do livro – o poema “A Pítia”. Trata-se da sacerdotisa do templo de Delfos por onde Valéry claramente propõe uma releitura do uso da tradição clássica operando como força, como sacrifício necessário e corporal, do luto, do transe, da mágica transformação da experiência em linguagem (e da linguagem em experiências), como duas naturezas que se encontram e encontram outras formas de relação e de tradução (sobretudo entre o imaginário e sua transformação languageira):

Entends, mon âme, entends ces fleuves!
Quelles cavernes sont ici?
Est-ce mon sang?... Sont-ce les neuves
Rumeurs des ondes sans merci?
Mes secrets sonnent leurs aurores!
Tristes airains, tempes sonores,
Que dites-vous de l’avenir!
Frappez, frappez, dans une roche,
Abattez l’heure la plus proche...
Mes deux natures vont s’unir! (VALÉRY, 1957, p.135).

Que traduzimos assim:

Minha alma, escuta o rio fluindo!
Que cavernas há neste chão?
Será meu sangue?... Ali vem vindo
Um rumor de ondas sem perdão?
De meus segredos soam auroras!
Tristes metais, fontes sonoras,
O que dirão desse porvir!
Matem a hora que se avizinha,
Rebatam numa rocha... As minhas
Duas naturezas vão se unir!

A Pítia, e não apenas nessa passagem, expõe intensamente essas forças da escuta, do rio fluindo, das cavernas, do sangue, do rumor, dos tristes metais, das fontes sonoras. São todos fluxos que compõem a magia de sua transformação em linguagem; a passagem de um sistema a outro, de um ser a outro, de uma língua a outra. Como disse Valéry (1974, p.422), esse intervalo de viver tem “várias unidades que são ritmos”⁹. Do pensamento ao som, das fontes sonoras ao porvir, da hora à rocha, dos segredos que se transformam em auroras. Estamos em um mundo de variações contínuas, transformações de uma coisa em outra — e não é isso a magia, a alquimia? — e todo o trabalho do poema é configurar formas singulares de relação que serão ativadas também a partir de experiências singulares: o verso é um modo de regulação e o que lemos um modo de relação¹⁰.

Por isso, *Feitiços* nos pareceu trazer a potência de sentido mais pregnant contida naquele sentido primeiro em francês de “fórmula mágica, encantatória”, de “poder mágico assim produzido”. Além disso, nesse universo transformacional, nos pareceu decisivo usar um termo que, como observamos no início deste trabalho, de fato, tornasse possível não só a tradução de “charmes”, como a de “charmant”, procurando, de algum modo, escolher um vocábulo que colocasse esse jogo entre o substantivo e sua forma adjetivada.

⁹ No original: “Et la mesure de cet intervalle qui est vivre à plusieurs unités qui sont rythmes”.

¹⁰ Veja-se por aí como a tradução de “A Pítia”, colocada ao lado de “Fragmentos do Narciso” e “Esboço de serpente”, ressignifica fortemente a leitura desses poemas. Ela se coloca entre o olhar e a voz, entre o estádio do espelho que constringe Narciso e o estádio do espelho acústico (ou pulsão invocante) que é central na cena de sedução de Serpente. É como se “A Pítia”, esvaziada da hierarquia da voz de Deus e da prisão narcísica no imaginário, fosse o lugar mesmo da tradução da carne em linguagem (e vice-versa), isto é, como se o corpo caído (do Esboço) e o corpo em fuga (do Fragmento) se encontrassem no transe poético dos fluxos que atravessam a Pítia. Nesse espaço de ressonância entre os poemas, evidencia-se o processo de luto de “O Cemitério marinho” – luto esse que é o lugar da própria transformação que a morte engendra.

Nesse sentido, “feitiço” também tem a vantagem de não permitir a associação imediata com alguma qualidade deslumbrante de beleza, inteligência ou simpatia, ou ainda com um mundo puramente imaginário como o desgastado termo “encanto” e sua forma adjetivada “encantado/a” parece sugerir¹¹. Desse modo, foi-nos possível, para nos atermos aos exemplos citados anteriormente, traduzir assim os versos de “Esboço de serpente”¹²:

Ce lieu charmant qui vit la chair
Choir et se joindre m’est très cher!

Amo o feitiço deste lugar
Que viu a carne cair e se juntar!

[...]

Toutefois l’excès de mes charmes
Pourra de lointaines alarmes
Troubler ses desseins tout-puissants!

Mas meus feitiços transbordantes
Talvez com alarmes distantes
Turve os poderosos intentos!

[...]

Je te buvais, ô belle sourde!
Calme, claire, de charmes lourde,

Da bela surda embebedado!
Calmo, claro e enfeitiçado. (tradução nossa).

Quanto ao “Fragmento do Narciso”¹³, as traduções são as seguintes:

Et mes tristes regards, ignorants de mes charmes,
À d’autres que moi-même. adresseraient leurs larmes...

E meus olhares tristes, meus feitiços ignoram,
Por mim não chorariam, mas por outros choram...

¹¹ Aliás, uso da palavra “feitiço”, reconheçamos, carrega um gesto antropofágico dos mais interessantes ao nos permitir ler um dos maiores monumentos da literatura europeia a partir de um termo que os portugueses forjaram para criticar a alma selvagem.

¹² Para consulta do original, cf. Paul Valéry, 1957, p.138-146.

¹³ Para consulta do original, cf. Paul Valéry, 1957, p.122-130.

[...]

Le roc rit ; l'arbre pleure ; et par sa voix charmante,
Je ne puis jusqu'aux cieus que je ne me lamente
D'appartenir sans force d'éternels attraits !

A rocha ri, chora a árvore; em voz enfeitiçante,
Não posso até os céus, lamentar-me eternamente
De pertencer sem forças ao que me arrebatava!

[...]

Je suis si près de toi que je pourrais te boire,
Ô visage !... Ma soif est un esclave nu...
Jusqu'à ce temps charmant je m'étais inconnu,

Tão perto estou de ti que eu te beberia agora
Ó rosto!... A minha sede é um escravo despido...
Até este feitiço eu me era desconhecido,

[...]

Hélas ! la nymphe même a séparé nos charmes !
Puis-je espérer de toi que de vaines alarmes ?

Que Pena! nos separou a ninfa os feitiços!
Só espero de ti vãos alarmes, indícios? (tradução nossa).

Acreditamos que tal escolha certamente não esgota as possibilidades, mas difere consideravelmente das leituras anteriores ao deixar evidente a dimensão mágica e encantatória, ainda que, para isso, se distancie etimologicamente do termo “charmes”. A proximidade aqui é de outra ordem e visa colocar em evidência, como dissemos, o que William Marx chamou de “duas poéticas de Valéry” e que fica patente no magistral final de “A Pítia” (VALÉRY, 1957, p. 136):

Honneur des Hommes, Saint LANGAGE,
Discours prophétique et paré,
Belles chaînes en qui s'engage
Le dieu dans la chair égaré,
Illumination, largesse !
Voici parler une Sagesse
Et sonner cette auguste Voix
Qui se connaît quand elle sonne
N'être plus la voix de personne

Tant que des ondes et des bois !

Que traduzimos assim:

Honra os Homens, Santa LINGUAGEM,
Fala profética e ornada,
Bela corrente e em sua engrenagem
O deus na carne desviada,
Iluminação, alquimia!
Aqui fala a Sabedoria
E soa esta VOZ entre vozes,
Que sabe quando soa também
Não ser mais a voz de ninguém
Sendo a das ondas e dos bosques! (tradução nossa).

Referências bibliográficas

Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

Trésor de la Langue Française Informatisé (TLFi), Nancy, CNRS, ATILF (Analyse et traitement informatique de la langue française), UMR CNRS-Université Nancy 2. Disponível em: <http://atilf.atilf.fr/>. Acesso em: 12 de março de 2017.

ADORNO, T. O artista como representante. In: ADORNO, T. **Notas de Literatura**. Trad. Jorge M. B. de Almeida. São Paulo: Editora 34, 2003, p. 151-164.

BENJAMIM, W. **Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1989. 272p.

CAMPOS, A. **Paul Valéry: a serpente e o pensar**. São Paulo: Brasiliense, 1984. 121p.

FALEIROS, A.; ZULAR, R. Em torno do “Cimetière marin” de Paul Valéry: traduções brasileiras. In: SOUSA, G. H. P. (Org.). **História e historiografia da tradução: desafios para o século XXI**. Campinas: Pontes, 2016, p. 89-110.

FALEIROS, A.; ZULAR, R. Da hesitação ao ato: traduzir ‘L’Abeille’, de Paul Valéry. In: CESCO, A.; ABES, G. J.; BERGMANN, J. C. F. (Org.). **Tradução Literária: Veredas e desafios**. São Paulo: Rafael Copetti, 2016b, p.69-92

LÉVI-STRAUSS, C. **A Oleira ciumenta**. São Paulo: Brasiliense, 1986. 215p.

LUCAS, F. R. Modulation et résonances: l’acte poétique de Valéry. **Revue Doctorales**. Montpellier, n. 4, 2017, no prelo.

LUSSY, F. **“Charmes” d’après les manuscrits de Paul Valéry**: histoire d’une métamorphose. Paris : Lettres modernes, 1990-1996, 2 Vols. 806 p.

MARX, W. Les deux poétiques de Valéry. In: _____ (Org.). **Paul Valéry et l’idée de littérature**. Fabula: Colloques en ligne. Disponível em: <http://www.fabula.org/colloques/document1426.php,%202011>. Acesso em: 25 de abril de 2012.

VALÉRY, P. **Oeuvres I**. Paris: Gallimard, 1957. 1851p.

VALÉRY, P. **Cahiers II**. Bibliothèque de la Pléiade: Gallimard, 1974. 1757 p.

VALÉRY, P. **Fragmentos do Narciso e outros poemas**. Trad. Júlio Castañon Guimarães. São Paulo: Ateliê, 2013. 128p.

VALÉRY, P. **Variedades**. BARBOSA, J. B. (Org.). Trad. Maiza Martins de Siqueira. São Paulo: Iluminuras, 1991. 224 p.

ZULAR, R. O ouvido da serpente. In: PASSOS, C. R.; ROSENBAUM, Y. (Org.). **Interpretações. Crítica Literária e Psicanálise**. São Paulo: Ateliê, 2014, p. 213-229.

Artigo recebido em: 12.03.2017

Artigo aprovado em: 23.04.2017

Mallarmé: tradutor e poeta, poeta e tradutor

Mallarmé: translator and poet, poet and translator

Sandra Mara Stroparo*

RESUMO: Stéphane Mallarmé tradutor nasce praticamente ao mesmo tempo que o poeta. Aprende inglês apenas para ler e traduzir Edgar Allan Poe, descoberto inicialmente nas traduções de Charles Baudelaire. A relação com a língua se tornará importante em sua vida, definindo até mesmo sua profissão como professor de inglês, e embora também tenha traduzido alguns outros poetas, é à poesia de Poe que dedicará seu grande trabalho. A publicação de sua tradução de *The Raven*, ilustrada por Manet, marcou época na tradição do livro ilustrado e é bastante mais precoce: 1875. Mallarmé deixou três versões da tradução desse poema e elas nos permitem perceber certo caminho em torno de sua própria compreensão do poema bem como de suas escolhas poéticas. Das primeiras tentativas de tradução, mais formalizantes e literais, até a fluente prosa poética da versão definitiva, as estratégias tradutórias escolhidas pelo autor revelam, como um Beckett *avant la lettre*, uma ligação direta entre sua reflexão e concepção de poesia, demonstrando um caminho de amadurecimento e busca de efeitos específicos pelo poeta, o início de seu interesse pela língua inglesa assim como as influências definitivas de Baudelaire e Poe em sua obra.

PALAVRAS-CHAVE: Mallarmé. Poe. Eu poético. Tradução.

ABSTRACT: Stéphane Mallarmé, the translator, is born almost at the same time as the poet. He learns English especially to read and translate Edgar Allan Poe, initially discovered through the translations of Charles Baudelaire. His relation with the English language will become something of importance in his life, determining even his career as an English teacher, and though he also translated some other poets, it is to Poe's works that he will consecrate his major efforts. His translation of *The Raven*, with illustrations by Manet, was a milestone in the tradition of illustrated books, and was made rather early in his life: in 1875. Mallarmé left us three versions of this translation and they allow us to see a certain path surrounding his own understanding of the poem, and also his poetic choices. From the first attempts at translation, more strictly formal and literal, to the flowing poetic prose of the final version, the translation strategies chosen by the author reveal, as if he was a Beckett *avant la lettre*, a direct connection between his reflection about, and his conception of poetry, highlighting a path to maturity and the search for specific effects, the beginnings of his interest for the English language as well as the all-important influences of Baudelaire and Poe in his work.

KEYWORDS: Mallarmé. Poe. Lyrical self. Translation.

1. Introdução

Falar de Mallarmé tradutor é falar principalmente de sua relação com a obra do autor americano Edgar Allan Poe. Foram poucos e bastante menos importantes os outros trabalhos

* Professora de Literatura Brasileira e Teoria Literária da Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: smstroparo@gmail.com.

de tradução realizados pelo poeta, muitos não publicados: alguns poemas, contos, ensaios e obras pedagógicas. De Poe, foram trinta e seis poemas.

Falar de Poe, na França, é tratar também das traduções de Baudelaire. Como já se sabe, Baudelaire traduziu a prosa de Poe e uma pequena parte de sua poesia. Mallarmé, respeitoso, traduziu a poesia afirmando que só o fazia porque Baudelaire não tinha tido tempo para isso. Seus amigos (e ele próprio pensava assim) consideravam que ele deveria assumir o “legado” de Baudelaire no que dizia respeito às traduções do autor americano, e lhe pediam diretamente a tradução de um ou outro poema.

Aos 18 anos, em 1860, Mallarmé descobriu Poe através das traduções de Baudelaire e isso mudou sua vida. Estudou inglês (professor de inglês em liceu foi sua profissão oficial, a vida toda) para poder ler e traduzir o autor cuja obra poética, juntamente à de Baudelaire, foi a que provavelmente mais o influenciou, principalmente em seus anos de formação. A crítica já há muito tem se debruçado sobre essa obra tradutória e tem feito considerações bem interessantes que aproximam seus processos de leitura e tradução do seu trabalho criativo e ensaístico. Na verdade, o nascimento do Mallarmé tradutor do Poe é concomitante ao do Mallarmé poeta adulto.

Críticos como, por exemplo, Jean-Pierre Richard, em *L'univers imaginaire de Mallarmé*, e Derrida, citando-o em *Disséminations*, chamam a atenção para o quanto a língua poética de Mallarmé é como que “vertida”, alterada e mesmo concebida, juntamente com sua reflexão sobre a língua inglesa. Ambos chamam a atenção para o pensamento sobre a linguagem, e sobre as línguas, exposto no texto *Les mots anglais*, onde os caracteres ambíguos — os duplos saxões e latinos da língua inglesa — parecem inspirar as dissecações e disseminações lexicais e sintáticas que Mallarmé produzirá em sua própria obra.

2. Um poema importante

Uma parte dessa história, sua relação com o poema *The Raven*, é a mais precoce. Tendo conhecido a tradução de Baudelaire para o poema (uma tradução em prosa, bem recebida em seu momento), bem como o texto *Philosophy of composition* (que Baudelaire traduziu por “La genèse d’un poème”), Mallarmé responde diretamente a essa influência no seu poema *L’azur*, cuja primeira versão é de 1864 (publicado pela primeira vez em 1866, no número inicial de *Le Parnasse Contemporain*). Em carta a Henri Cazalis, datada do dia 7 de janeiro de 1864, ele

descreve minuciosamente o que quer construir em seu poema, afirmando buscar ali determinados efeitos exatamente como Poe havia feito com seu famoso poema do corvo.

[...] quanto mais adiante for, mais serei fiel às ideias severas que me legou meu grande mestre Edgar Poe.

O poema inaudito do Corvo foi feito assim. E a alma do leitor goza *absolutamente* como o poeta quis que ela gozasse. Ela não sente nenhuma impressão além daquelas que ele previu. — Assim, segue meu pensamento em meu poema, e veja se é isso que sentiste lendo-me. [...] (MALLARMÉ, 1959, p. 103-104, tradução nossa).

Ainda voltaremos a essa carta.

Em 1875 Mallarmé publica, com algumas ilustrações de seu amigo Édouard Manet, uma tradução de *The Raven*, numa edição muito valiosa por reunir nomes hoje tão importantes para a modernidade. Essa tradução foi revista para fazer parte de um volume maior, *Les poèmes d'Edgar Poe*, publicado em 1888 na Bélgica e, no ano seguinte, na França.

Nessa edição Mallarmé apresentou uma grande parte da poesia de Poe. Detalhe importante: o subtítulo da obra é “Traduction en prose”, isto é, tradução em prosa. De fato, todos os poemas que ele escolheu traduzir foram apresentados em uma bela prosa poética em que cada parágrafo corresponde respeitosamente a uma estrofe do original e mesmo a pontuação obedece muito proximamente à de Poe. Há uma importante tradição, vigente na França no momento, da tradução como “calque”, como calco. No limite, podemos falar da ideia de imitação ou mesmo de cópia. Um manual da época, *Conseils pour faire une version*, de François-Joseph Goffaux, afirmava: “Uma tradução clássica, chamada de versão, tal como deve ser feita nas disciplinas de gramática e de humanidades, é um tipo de *calco*; quer dizer que o texto do autor é um desenho que é preciso entregar fielmente e representar traço por traço” (GOFFAUX, 1812, p. 3, tradução nossa). Não podemos dizer nem que Mallarmé tenha lido Goffaux ou que estivesse realmente preocupado com essa tradição, mas é de certa forma dentro dela que ele se insere, embora suas idiosincrasias tenham sempre gerado as especificidades de seu trabalho poético e, aqui também, tradutório.

Mas não é só isso. O trabalho de Mallarmé gerou também um texto muito próximo do original, o mais possível. Dentro das possibilidades de aproximação entre as duas línguas, há até mesmo algumas traduções de parentesco etimológico em que, dentre todas as traduções possíveis, escolhe-se a palavra francesa que guarda o mesmo radical da inglesa, ainda que essa

palavra pertença a um registro mais raro em francês ou que tenha tido seu uso já envelhecido na língua.

Essa é uma prática particular, muito ao gosto do poeta francês que muitas vezes usava, por exemplo, em seus próprios poemas (e ensaios, e cartas aos amigos), uma palavra aparentemente muito comum, mas que parecia deslocada e obscurecia o texto. Depois de uma leitura mais atenta e o necessário uso de um bom dicionário, percebemos que aquela palavra foi utilizada em um de seus sentidos mais antigos, envelhecidos, às vezes intimamente próximo à sua raiz latina, e às vezes com uma regência também já em desuso, gerando conotações singulares e mesmo arcanas para o todo de seus textos.

Pequenos parênteses: é interessante inclusive lembrar, para os fins deste artigo, o quanto a percepção desse processo se dá especialmente durante a tradução da obra de Mallarmé para outra língua. Para um francês, o estranhamento em relação a essas palavras pode existir, mas às vezes não é o suficiente para justificar a ida a um dicionário etimológico – prática essa constante e instrumento importante para o tradutor. Assim, a pesquisa do tradutor de Mallarmé pode revelar ainda mais detalhes de sua criação original, detalhes que podem, por sua vez, ser encontrados também no seu trabalho como leitor e tradutor.

Como um dos processos de criação de sua linguagem, seja na tradução seja em seus trabalhos originais, o trabalho de Mallarmé com a palavra é significativo para o conjunto de sua obra e exemplifica a atenção minuciosa e obsessiva com que ele sempre trabalhou. Esse processo também combina com suas revisões constantes: embora sua obra não seja muito extensa, ela cresce em edições mais cuidadosas (como a da coleção *Bibliothèque de la Pléiade*) quando os organizadores apresentam também todas as versões em que um determinado poema ou ensaio já tinha sido publicado. É comum encontrarmos duas, três, até seis versões de um mesmo texto, escritas ao longo de mais de vinte anos, entre cartas, revistas, prefácios, antologias, livros completos... E algumas dessas versões revelam procedimentos que podemos aproximar um pouco do seu processo tradutório.

Um dos melhores exemplos é o seu pequeno poema *Sainte*, com 4 estrofes, todas quadras de 8 sílabas, rimas alternadas, que passou por sucessivas publicações, mas que tem apenas duas versões de fato: a primeira, de 1865, que Mallarmé envia à Mme. Brunet, madrinha de sua filha, Geneviève. De nome Cecília, Mme. Brunet recebe um poema que se chama: “*Sainte Cécile jouant sur l’aile d’un chérubin (Chanson et image anciennes)*” (MALLARMÉ,

1998, p. 127).¹ Há algumas modificações desta para a versão definitiva, de 1883: a perda de uma maiúscula, a mudança de um *reclant* para *étancelant* (de “guardando em segredo” para “expondo cerimoniosamente”, sentido antigo), mas talvez a mais importante seja mesmo o enxugamento do título, que passou a ser apenas “Sainte”.

Ao tirar do título a informação de que a dita santa era Cecília, a padroeira dos músicos, todas as referências estabelecidas pelo poema através dos instrumentos citados e do livro com o *Magnificat* ficam anuladas e a imprecisão aumenta fortemente. Além disso, como o todo já dá a perceber, a mudança de dois versos da terceira estrofe ainda torna a santa menos comprometida com o referencial religioso católico e mais com uma arte nova, uma nova música, ainda que seja a música do silêncio.² Bertrand Marchal vê nisso uma mudança de perspectiva que anula a transcendência e a glória divina, inicialmente cantada pela santa, em função de uma escolha clara pela música do silêncio, uma arte poética (MALLARMÉ, 1998, p. 1172). Numa ligação pertinente, sabemos que o próprio Mallarmé, ao longo dos anos que separam essas versões, passou por um importante esvaziamento de sua fé religiosa.

Podemos entender as mudanças nessas versões como uma “escritura do apagamento” (*écriture de l’effacement*), como quer Annick Allaire (2013-14, p. 11) em seu artigo *Mallarmé, poète-traducteur*, como um processo em que a retirada de alguns elementos constitutivos do texto é responsável pela criação de uma nova possibilidade de leitura.³ Não se trata de um mero apagar de partes do poema, mas de uma substituição de algumas partes por outras que sugerem, ao fim, um apagamento anterior, uma mudança, outra possibilidade, ainda que apenas insinuada.

E isso não está distante do trabalho de tradutor que Mallarmé realizou, desde o começo de sua vida adulta, juntamente a sua produção criativa. Voltamos aqui a Edgar Allan Poe e ao poema *The Raven*.

Em 1860, descobertos Poe e Baudelaire, Mallarmé organiza três cadernos de poesia a que ele chamou de *Glanes* (palavra que se refere àquilo que se colhe, a colheita, resultado da colheita). Há ali a cópia de muitos poemas desses e outros autores, bem como das primeiras versões de algumas de suas traduções. Encontramos ali uma primeira versão de *Le corbeau*, em

¹ Santa Cecília tocando sobre a asa de um querubim (Canção e imagem antigas) (tradução nossa).

² Alguns críticos gostam de ver aqui também uma submissão da música à poesia. Além disso, no que diz respeito à mudança da perspectiva apresentada, o próprio autor, ao longo dos anos que separam essas versões, passou por um importante esvaziamento de sua fé religiosa.

³ É importante frisar que muitos das ideias desenvolvidas neste texto se inspiram em parte deste artigo da autora.

versos. Ao final, um parágrafo de observações, descrevendo a versão como “literal”, considerando provar, com ela, que nada falta ao poema, embora a versão “Jamais plus”, para o “Nevermore” original, tão triste e lúgubre, não pareça deixá-lo muito satisfeito.

Essa primeira versão será bastante modificada até chegar à versão de 1875, e depois às de 1888 e 1889. A mudança principal é a opção pela prosa poética, numa decisão que acompanha a de Baudelaire, mas que apresenta possibilidades e resultados diferentes. As primeiras reações à tradução foram variadas, mas ao longo da formação da fortuna crítica do autor muitas observações bastante rigorosas foram feitas, variando da exaltação à recusa.

Um dos amigos *mardistes*⁴ de Mallarmé, Viélé-Griffin, fluente em francês e em inglês, deixou sua edição de *Le corbeau* completamente anotada, apontando erros mais ou menos graves, segundo seu conhecimento, nas escolhas do tradutor. Já George Mayrant, resenhista do jornal diário *Le Gaulois*, ainda em 1875 já se referia, em um texto algo espirituoso, às características muito literais do poema, numa acusação que defendia para o texto em francês alguns “arredondamentos”, que afirmava que a tradução era “trop exacte”, exata demais, e que não estava nem em inglês, nem em francês, mas em “americano” – de tão colada que ela estava ao original.

Dois questões diferentes se colocam aqui. A primeira é a intimidade de Mallarmé com a língua de Poe.

Viélé-Griffin anota erros específicos de sentido ou consistência (MALLARMÉ, 1945, p. 1529-1531). Em vários momentos de sua correspondência, Mallarmé deixa claro que seu uso da língua inglesa era limitado. Henri Justin, especialista em Poe, tratando do assunto já no final do século XX, levanta vários problemas apontados também por outros críticos, seja nas traduções, seja no livro didático *Les Mots Anglais*. Mas ele mostra como, embora nem sempre tenha apreendido o sentido correto de alguns trechos, Mallarmé teve a sensibilidade de compreender o tom melancólico que rege os textos do autor americano⁵ (JUSTIN, 1998). Dúvidas, portanto, sobre a percuciência de Mallarmé no inglês não são raras, mas geralmente

⁴ Durante muitos anos, sempre às terças-feiras (*mardi*, em francês), Mallarmé abria sua casa para receber amigos e interessados em literatura, cumprindo um ritual em que se colocava como uma figura ao mesmo tempo acessível e nobiliárquica, falando de literatura como se celebrasse um ritual religioso. Alguns amigos foram fiéis ao longo de anos e acabaram sendo chamados de *mardistes*.

⁵ Para Justin, é interessante analisar a importância que os poemas de Poe tiveram para a formação do momento moderno francês, sendo que para ele próprio seus poemas não eram o espaço de experimentação de sua obra.

se esgotam frente à qualidade final de seus textos e uma capacidade afiada de alcançar o tom geral do original, bem como sua sonoridade.

Quase o contrário disso, a segunda questão posta acima trata do quão coladas ao original são as traduções de Mallarmé. O mesmo George Mayrant começa seu texto dizendo “M. Mallarmé sait évidemment l’anglais” (MAYRANT, 1875, p. 2).⁶ Mas continua o texto insistindo que o grau de literalidade da tradução é exagerado: o texto anglicista que a tradução gerou não agradou particularmente ao resenhista, mas ao fim da resenha ele afirma que é uma “obra curiosa”... Compila a primeira estrofe/parágrafo de *Le Corbeau* e afirma: “Il n’est pas douteux que cette traduction est de la plus stricte exactitude” (MAYRANT, 1875, p. 2).⁷

3. A tradução de Mallarmé

Mas, na realidade, não é. Annick Allaigre, a crítica já citada acima, se espanta com sua descoberta, que ela não encontrou observada em nenhum dos maiores leitores, nem em Henri Mondor ou em Bertrand Marchal: falta um verso à tradução da primeira estrofe do poema de Poe.

Vejamos:

Once upon a midnight dreary, while I pondered, weak and weary
Over many a quaint and curious volume of forgotten lore,
While I nodded, nearly napping, suddenly there came a tapping,
As of some one gently rapping, rapping at my chamber door.
“‘Tis some visitor”, I muttered, “tapping at my chamber door—
Only this, and nothing more.” (POE, 2009, p. 716).

Une fois, par un minuit lugubre, tandis que je m’appesantissais, faible et fatigué,
sur maint curieux et bizarre volume de savoir oublié, — tandis que je dodelinais la
tête, somnolant presque, soudain se fit un heurt, comme de quelqu’un frappant
doucement, frappant à la porte de ma chambre, — cela seul et rien de plus.
(MALLARMÉ, 2003, p. 731).

O quinto verso desaparece na tradução. É difícil se falar em distração ou gralha tipográfica aqui, já que este poema passou por mais de uma edição e permaneceu assim. Em

⁶ O Sr. Mallarmé evidentemente sabe inglês (tradução nossa).

⁷ “Não há dúvida de que esta tradução é da mais estrita exatidão” (tradução nossa).

Glanes, o quinto verso está lá, completo. E Mallarmé, sempre obcecado por revisões e últimas leituras das provas das gráficas, não teria descoberto uma falta dessas?

Annick Allaire não acha isso provável e desenvolve uma teoria para a mutilação do texto. Note-se que o verso ““‘Tis some visitor”, I muttered, “tapping at my chamber door —” é justamente o verso em que o sujeito poético se coloca em primeira pessoa, usa sua própria voz, “I muttered”, diretamente no poema. O desaparecimento dessa manifestação do “eu” na tradução, desse discurso claro, ainda que se trate apenas de um murmúrio, é particularmente coerente, afirma a crítica, com “o desaparecimento elocutório” defendido anos mais tarde em *Crise de vers*, com a despersonalização, o desaparecimento do eu, a busca do Nada, aspectos centrais da poética de Mallarmé.

Já longa e profundamente estudado pela crítica, o tema da despersonalização na obra do autor não se separa de seu trabalho com a sintaxe e da busca por um enxugamento (que ainda chegaria aos brancos da página) do discurso, uma “música do silêncio”. Blanchot será talvez o primeiro a bem compreender o não dito de Mallarmé, assumindo o silêncio não como imposição ou manifesto estético, mas como uma necessidade, uma forma de dizer, uma saída para dizer o que não se pode, e a única forma para isso.⁸ Além dele, Barthes ainda trataria do assunto, em *O grau zero da escritura*:

Mallarmé, como um Hamlet da escrita, exprime bem o momento frágil da História em que a linguagem literária só se sustenta para cantar melhor sua necessidade de morrer. A grafia tipográfica de Mallarmé quer criar em torno das palavras rarefeitas uma zona vazia na qual a fala [parole], liberada de suas harmonias sociais e culpáveis, felizmente não ressoa mais. O vocábulo, dissociado da gangue dos clichês habituais, das reflexões técnicas do escritor, é agora plenamente irresponsável por todos os contextos possíveis; ele se aproxima de um ato breve, singular, cuja opacidade afirma uma solidão, portanto uma inocência. (BARTHES, 1972, p. 60).

Claro, divagamos. Seria preciso entender melhor essa questão dentro do próprio poema, e a crítica que tratou da falta do verso, do erro suposto, vai justificá-la com outro “erro” (esse reconhecido, pela fortuna crítica, como “distração”), agora na décima estrofe/parágrafo:

But the raven, sitting lonely on the placid bust, spoke only
That one word, as if his soul in that one word he did outpour.

⁸ Considere-se, especialmente, o texto de Blanchot *Le silence de Mallarmé* em *Faux pas* (2004). Essa questão está mais longamente desenvolvida em outro texto de minha autoria: *O caminho do silêncio: Mallarmé e Blanchot*. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/viewFile/12704/9164>.

Nothing farther then he uttered—not a feather then he fluttered—
Till I scarcely more than muttered “Other friends have flown before—
On the morrow he will leave me, as my hopes have flown before.”
Then the bird said “Nevermore.” (POE, 2009, p. 717, grifo nosso).

Mais le Corbeau perché solitairement sur ce buste placide, parla ce seul mot comme si son âme, en ce seul mot, il la répandait. Je ne profèrai donc rien de plus; il n’agita donc pas de plume, — jusqu’à ce que je fis à peine davantage que marmotter: « D’autres amis déjà ont pris leur vol, demain il me laissera comme mes espérances déjà ont pris leur vol. » Alors l’oiseau dit : « Jamais plus. »⁹ (MALLARMÉ, 2003, p. 733, grifo nosso).

Desnecessário voltarmos aqui à possibilidade do erro de revisão, da distração do tradutor. Se aceitarmos a ideia de que há algo dito, no não dito, na ausência do verso da primeira estrofe, nesta décima, ao contrário, há uma troca, uma substituição de um “ele” por um “eu”. Questão incômoda: primeiro, na primeira estrofe, elimina-se o eu, para agora então criar para ele um espaço que não existia?

Annick Allaigre vai resolver o problema pelo viés semântico. Neste décimo parágrafo o narrador, como ela chama a voz poética desta tradução, diz, pronuncia, ele próprio, a expressão “rien de plus”, o *nevermore* que esteve sempre na voz do corvo e que, aqui, nesta versão do poema, transfere-se para a voz poética: “Então não pronunciarei mais nada”.

Frase definitiva para toda a obra de Mallarmé?

Para Annick Allaigre a resposta parece fornecer uma coerência para pontos importantes da obra do poeta:

[...] se podemos estimar que a relação de Baudelaire com a tradução se inscreve em uma tradição que considera que, como a poesia não é traduzível, a prosa é um mal menor para restituir o que pode sê-lo, ou seja, o sentido linear, parece que em Mallarmé a tradução em prosa pode bem ser uma engrenagem da reflexão sobre a crise do verso, uma via de acesso para a problematização da versificação. (ALLAIGRE, 2013-14, p. 12).

Ou seja, a crítica vê neste trabalho, e principalmente na relação entre prosa e poesia que essa tradução estabelece, uma oportunidade para enxergarmos as especulações tradutórias do autor e suas implicações para sua obra criativa, incluindo a ensaística. Essa perspectiva pode

⁹ Cf. nota 6.

ainda nos levar às mudanças de paradigma que a modernidade instaurou, visto que Mallarmé tornou-se talvez um dos principais porta-vozes dessas mudanças.

Para encerrar, vale acrescentar ainda um dado que parece somar-se à descoberta da crítica francesa, talvez corroborando a possibilidade de que Mallarmé tenha realmente elaborado conscientemente a “lacuna” e a “troca” em sua tradução de Poe. Voltamos à carta citada no início deste trabalho.

Ao escrever para Henri Cazalis sobre seu poema *L'azur*, Mallarmé o descreve aos poucos, e não só o explica como detalha os efeitos buscados, numa intenção confessa de reproduzir o processo descrito em “Filosofia da composição”, de Poe, texto que descreve as intenções que subjazem a cada detalhe do poema *The Raven*. Logo no início da carta:

Eu juro que não há uma palavra que não me tenha custado muitas horas de pesquisa, e que a primeira palavra, que reveste a primeira ideia, embora presente por si própria o *efeito* geral do poema, serve ainda para preparar a última. O *efeito produzido* — sem uma dissonância, sem um ornamento que distraia, ainda que adorável, — é isso que procuro. (MALLARMÉ, 1959, p. 103, tradução nossa).

Estamos ainda em 1864, a separação entre autor e eu poético não estava tão clara e definida para autores e críticos, e Mallarmé começava, na verdade, naquele momento, a elaborar a sua compreensão do assunto, que chegaria a possibilidades, como sabemos, bastante radicais, de esvaziamento da subjetividade poética. Mas é ainda nesta carta que ele vai afirmar, em uma coincidência bastante curiosa com o seu trabalho de tradução de *Le corbeau*, que “Para começar de um modo mais amplo, e aprofundar o conjunto, não apareço na primeira estrofe.” (MALLARMÉ, 1959, p. 104, tradução nossa).

Ou seja, ao invés de um singelo erro de leitura e tradução ou de alguma intervenção mais “irresponsável”, talvez possamos enxergar aí uma escolha deliberada e uma compreensão bastante sofisticada do que viria a ser sua própria poesia e o apagamento “elocutório” do poeta. Decisão precoce, mas importante e definitiva para os outros 34 anos de poesia que teria pela frente. E para toda a poesia do século seguinte.

Referências

ALLAIGRE, A. Mallarmé, poète-traducteur. *Travaux et Documents Hispaniques*, Rouen, n. 5, p. 5-16, 2013-2014.

BLANCHOT, M. *Faux pas*. Paris: Gallimard, 2004.

DERRIDA, J. **La dissémination**. Paris: Éditions du Seuil, 2006.

GALLI-ANDREANI, P. **Mallarmé, Valéry et Claudel traducteurs**. Paris: PUV - Université Paris 8, 2016.

GOFFAUX, F.-J. **Conseils pour faire une version**. Paris: Delalain, 1812.

JUSTIN, H. C'est très Poe, cela. **Europe**, Paris, n. 825-826, p. 158-168, jan./fev. 1998.

MAYRANT, G. Critique. **Le Gaulois**. Paris: 09/06/1875, n. 2427. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5216434/f2.item.zoom>. Acesso em: 31 jan. 2017.

MALLARMÉ, S. **Correspondance**: 1862-1871. Paris: Gallimard, 1959. t. 1.

_____. **Œuvres complètes**. Paris: Gallimard, 1945.

_____. **Œuvres complètes**. Paris: Gallimard, 1998. v. 1.

_____. **Oeuvres complètes**. Paris: Gallimard, 2003. v. 2.

POE, E. A. **The collected tales and poems of Edgar Allan Poe**. Ware: Wordsworth Editions Limited, 2009.

STROPARO, S. M. O caminho do silêncio: Mallarmé e Blanchot. **Letras de hoje**, Porto Alegre, v. 48, n. 2, p. 191-198, abr./jun. 2013.

Artigo recebido em: 31.01.2017

Artigo aprovado em: 17.03.2017

A “dança das línguas”: tradução e autoficção em contextos migratórios The “Dance of Tongues”: translation and autofiction in migratory contexts

Rosvitha Friesen Blume*

RESUMO: Em tempos de grandes movimentos migratórios como os que presenciamos na atualidade, o papel da tradução, bem como o da escrita autobiográfica se tornam questões prementes. A primeira, uma necessidade pragmática para a sobrevivência no novo meio; a segunda, uma tentativa de processamento de experiências que representam incisões profundas na biografia pessoal dos sujeitos migrantes. Com base nas pesquisas de Karpinski (2012) sobre autobiografia, migração e tradução, objetiva-se, aqui, realizar uma análise de alguns textos das escritoras radicadas na Alemanha Emine Sevgi Özdamar e Yoko Tawada. Elas são representantes de uma literatura autoficcional em língua alemã que narra histórias de deslocamentos geográficos, culturais e linguísticos, deslocamentos esses que demandam multifacetados exercícios de tradução, tanto interlinguísticos quanto culturais e identitários. Escritas como essas revelam o papel ético-político da autora-tradutora a serviço da mediação e da aproximação entre línguas-culturas-geografias supostamente distantes.

PALAVRAS-CHAVE: Tradução. Autoficção. Contextos migratórios. Papel ético-político. Tradutora.

ABSTRACT: In times of great migratory movements such as those we see today, the role of translation as well as that of autobiographical writing become pressing issues. The first is a pragmatic need for survival in the new environment; the second, an attempt to process experiences that represent deep incisions in the personal biography of migrant subjects. According to Karpinski's (2012) research on autobiography, migration and translation, our aim here is to undergo an analysis of few writings of Emine Sevgi Özdamar and Yoko Tawada, both authors living in Germany. They are representatives of a German-language autofiction that tells stories of geographical, cultural and linguistic displacements, which require multifaceted translation exercises, interlinguistic, cultural and identity-based. Writings such as these reveal the author's ethical-political role at the service of mediation and the approximation between supposedly distant languages-cultures-geographies.

KEYWORDS: Translation. Autofiction. Migratory contexts. Ethical-political role. Translator.

1. Introdução

Primeira cena: Tenho uma amiga em Florianópolis, cuja mãe é sul-africana. Segundo relato de minha amiga, a família da mãe era rejeitada tanto por brancos quanto por negros nos tempos do Apartheid, por ser de origem britânica/filipina/espanhola. A família decidiu sair de lá e, por causa do clima frio não optou pela Inglaterra, mas estabeleceu-se na Guiana Inglesa.

* Professora Associada da UFSC. E-mail: blume@cce.ufsc.br.

De lá a mãe de minha amiga acabou migrando para a capital do Brasil. O jovem que se tornaria pai de minha amiga também estava morando em Brasília, mas era natural do interior de Santa Catarina, descendente de italianos. Minha amiga e seu irmão nasceram em Florianópolis, onde o casal havia se estabelecido. Quando se separaram, o pai permaneceu em Florianópolis com o filho e minha amiga foi com a mãe de volta à Guiana Inglesa, onde residiram por um ano. A mãe acabou reencontrando um antigo namorado, com quem foi morar no Texas. Este que se tornaria padrasto de minha amiga, é norte-americano de origem indiana/chinesa. Minha amiga morou no Texas por três anos e hoje vive em Florianópolis. Casou-se com um rapaz cuja mãe é de origem alemã.

Segunda cena: Em visita à Áustria, há poucos anos atrás, espantada com as muitas línguas que ouvia no metrô sempre lotado de Viena, divertia-me conjecturando de quais cantos do mundo poderiam vir aqueles sons tão diversos, quando uma frase estampada na bolsa tiracolo de algum passageiro chamou a minha atenção: “Monolinguismo tem cura”¹. Para além da minha imediata associação com o *Monolinguismo do outro* derrideano (DERRIDA, 2001), a frase representava uma provocação naquele contexto, dada a forte onda de xenofobia em certos setores da sociedade austríaca, que tem oferecido oportunidade de crescimento a partidos de extrema direita, partidos esses que se pautam pela ‘lei do próprio’, para empregar outro termo derrideano muito adequado para descrever as demandas desses ideólogos puristas.

O lugar de onde falo: sou professora de literaturas de língua alemã no curso de Letras – Alemão da UFSC, com pesquisa, no momento, sobre escritas autobiográficas contemporâneas nas literaturas brasileira e de língua alemã; também atuo no programa de pós-graduação em Estudos da Tradução da UFSC, onde pesquiso questões de poder na tradução. No presente artigo procuro conectar minhas duas pesquisas que, num primeiro momento, parecem não ter muito em comum. Porém, a partir da análise de alguns excertos de contos autoficcionais das escritoras radicadas na Alemanha Emine Sevgi Özdamar, da Turquia e Yoko Tawada, do Japão, pretendo mostrar como a escrita autobiográfica contemporânea em contextos de migração pode ser uma escrita tradutória, tanto num sentido interlinguístico quanto cultural e identitário.

Após uma breve reflexão sobre a reconceptualização contemporânea da escrita autobiográfica, discutirei a vinculação possível entre migração, autobiografia e tradução, com

¹ “Einsprachigkeit ist heilbar”. Todas as traduções do alemão e do inglês ao longo do artigo são de minha autoria.

base na pesquisa de Eva Karpinski (2012), que analisa histórias de migração de mulheres a partir de um paradigma teórico da tradução.

A seguir apresentarei as duas escritoras supracitadas, destacando possíveis proximidades entre suas obras, além de particularidades de cada uma, sempre ancorada em exemplos de suas escritas. Por fim mostrarei como o trabalho de escrita dessas autoras, que considero uma escrita tradutória, se configura num procedimento ético-político de mediação entre línguas e culturas supostamente distantes.

2. Escrita autobiográfica de migrantes e tradução

A escrita autobiográfica contemporânea distanciou-se muito do modelo clássico de autobiografia, que parte de um paradigma de identidade monolítica, enraizada numa língua-cultura igualmente monolítica, baseada em concepções essencialistas de nacionalismo linguístico e de estados-nações cujos limites territoriais se sustentariam justamente por sua uniformidade linguística e cultural. Esse é o modelo oitocentista, justamente o século de grandes narrativas autobiográficas que, através do dispositivo literário da criação de uma ilusão do real, constroem histórias de vida coerentes, lineares, constituindo um todo pleno de sentido, pertencente a identidades estáveis com função de exemplo a ser seguido. Já a escrita autobiográfica contemporânea, influenciada pelo paradigma pós-estruturalista, questiona essa estabilidade e coerência, apresentando múltiplas formas de escritas de si, que se caracterizam pela fragmentação e pela dúvida.²

Mas o que tem a ver a escrita autobiográfica com a tradução? Entre alguns teóricos que se debruçaram sobre o assunto nos últimos anos, a pesquisa de Eva Karpinski, da Universidade de Toronto, emprega um paradigma teórico da tradução para analisar obras autobiográficas escritas em língua inglesa por mulheres migrantes. Sob o instigante título *Borrowed Tongues*

² Não posso desenvolver nesse espaço a questão da autobiografia dentro dos Estudos Feministas, amplamente discutida por teóricas como Sidonie Smith, Julia Watson e outras. Conforme lembra Karpinski (2012), a teorização feminista tem contribuído de modo significativo, se não determinante para uma reconceptualização da autobiografia clássica, cuja forma era baseada num sujeito masculino, patriarcal, com o interesse voltado para “vidas públicas, individualismo, linearidade e coerência” (KARPINSKI, 2012, p. 13). Já a escrita autobiográfica dentro de uma concepção feminista “ênfatiza vidas pessoais, o interesse em outros e o fragmentário” (KARPINSKI, 2012, p. 13). E o adágio feminista “o pessoal é político levou a usos radicais de escrita de vida”, que muitas autoras tem usado para mostrar “experiência pessoal como base para se identificar dinâmicas de poder social, político, cultural e econômico” (KARPINSKI, 2012, p. 14).

(2012)³, a teórica realiza essa conexão entre escrita autobiográfica ou “escrita de vida”, como prefere, tradução e migração.

Karpinski (2012) destaca diversas semelhanças entre essas categorias. Segundo a teórica, as três constituem, de alguma maneira, processos de transposição. No caso da migração, trata-se de uma transposição, antes de mais nada, geográfica; na escrita autobiográfica, das memórias de uma vida ou de episódios da vida vivida de alguém para um texto; na tradução, a transposição é de textos de uma língua a outra.

Mas as três categorias têm outro aspecto em comum, conforme Karpinski (2012): todas são consideradas, de alguma maneira, derivadas ou secundárias, caracterizando-se pela falta: de originalidade, de legitimidade, de pertencimento, de naturalidade, motivo pelo qual costumam gozar, as três, de um status menor.

Migrantes voluntários ou involuntários frequentemente consideram-se “seres traduzidos”⁴, nas palavras da teórica feminista da tradução Sherry Simon (apud KARPINSKI, 2012, p. 11), ou “homens traduzidos”⁵, nas palavras de Salman Rushdie (1991, p. 16), pois não se sentem inteiramente em casa nem no país que os acolheu, nem mais em seu país de origem, caso voltem para lá. Em seu novo país é comum sofrerem diferentes graus de discriminação por um domínio da língua considerado não perfeito pelos padrões da sociedade que os acolhe. No caso da escrita autobiográfica, costuma-se preterir esses textos em favor dos romances, que seriam as obras legitimamente criativas e literárias. Philippe Lejeune, por exemplo, grande teórico e defensor da autobiografia, mostra como o gênero ocuparia, para muitos críticos, uma posição de “gata borralheira da literatura”, em relação ao “romance, gênero-rei” (LEJEUNE, 2014, p. 126). E, por fim, no caso da tradução, críticos, leitores ou, até mesmo os próprios tradutores, costumam apontar as falhas, as dificuldades e até mesmo as impossibilidades da tradução, afirmando a supremacia do original, posição essa que dispensa exemplificação, por se tratar de senso comum há séculos.

Partindo de um paradigma pós-estruturalista e pós-colonial, Karpinski (2012, p. 3) faz uma crítica a esse tipo de visão que considera “línguas ou culturas como entidades estáveis com fronteiras fixas”; ao contrário, essas categorias devem ser vistas como sendo sempre “já plurais e internamente divididas, porosas e contaminadas, abertas a fluxos e fusões” (KARPINSKI,

³ “Línguas emprestadas”.

⁴ “Translated beings”

⁵ “Translated men”.

2012, p. 3). Assim, tanto a tradução quanto a autobiografia não são mais vistas como “reproduções miméticas de significado ou de identidade, espelhando suas fontes da realidade, mas, ao contrário, devem ser vistos em termos de sua participação ativa na produção de diferença através da linguagem” (KARPINSKI, 2012, p. 6-7). E essa natureza produtiva não tem limites, segundo a pesquisadora: “textos e sujeitos são vulneráveis a mais transformações e ressignificações e conseqüentemente devem ser vistos como performativos em vez de apenas refletirem algo” (KARPINSKI, 2012, p. 7).

Assim entram em colapso também quaisquer concepções de línguas puras, ou de falantes monolíngues. Todos somos traduzidos, conforme aprendemos com Derrida que, em *Torres de Babel*, realiza uma crítica da concepção humanista liberal de tradução, baseada na ordem da mimesis, identidade e verdade, crítica essa, que prepara a base para um novo humanismo baseado no reconhecimento da possibilidade de refazer “a afinidade entre as línguas” (DERRIDA apud KARPINSKI, 2012, p. 32). Karpinski diz que, para Derrida, “a tradução tem a tarefa de desafiar o regime da monolíngua e a lei da identidade, do ‘próprio’, que devora seu suplemento (o estrangeiro)” (KARPINSKI, 2012, p. 32). E assim “a tradução promete a ‘reconciliação entre as línguas’” (DERRIDA apud KARPINSKI, 2012, p. 32). “Uma língua dá à outra o que lhe falta... esse cruzamento das línguas assegura seu crescimento” (DERRIDA apud KARPINSKI, 2012, p. 32). Nessa perspectiva, tradutores têm, pois, uma função ética de promoverem esses objetivos.

Gostaria de servir-me aqui dessa teorização de Karpinski para analisar brevemente dois exemplos da literatura contemporânea em língua alemã, que corroboram a necessidade premente de pensarmos em tradução ao nos ocuparmos de escritas autobiográficas de migrantes. Todos sabemos da centralidade da questão migratória na Europa hoje e, especificamente na Alemanha, com a sua política do “daremos conta disso”⁶, no caso, acolher um milhão de refugiados, para contribuir exemplarmente para a solução dessa crise, no que a chanceler alemã não tem tido o êxito esperado.

3. Duas escritoras migrantes na Alemanha

Como acontece em muitos lugares, temos hoje nos países de língua alemã uma literatura de escritoras e de escritores, cuja primeira língua não foi o alemão e que vem dos mais diversos

⁶ “Wir schaffen das”. Frase de Angela Merkel, pronunciada numa entrevista coletiva em agosto de 2015 com relação à crise de refugiados, e que se tornou muito famosa.

lugares. Embora a língua escolhida para sua escrita seja o alemão, os textos dessas autoras e autores não são monolíngues. Na verdade, tampouco são monolíngues os textos de escritores ‘legitimamente’ alemães ou austríacos ou suíços, já que estes costumam apresentar obras recheadas de expressões de língua inglesa ou também francesa, o que, entretanto, passa por alemão contemporâneo. Outra é a percepção dos leitores quando essas interferências são do turco ou do japonês, como acontece nas obras das escritoras Emine Sevgi Özdamar e Yoko Tawada, ambas radicadas na Alemanha há muitos anos e que escrevem em alemão.

Suas obras podem ser classificadas, ambas, como autoficcionais, já que se percebe uma constante coincidência entre a biografia das autoras e a temática abordada, sem recorrerem, no entanto, a uma forma autobiográfica tradicional.⁷ E, como escritoras imigrantes que são, um dos temas mais recorrentes em suas obras é a questão das línguas.

3.1 A tematização das múltiplas línguas

Escritas autobiográficas de migrantes acabam sendo frequentemente também biografias linguísticas. Línguas, enquanto vetores identitários, constituem muitas vezes um tema central nesses textos. Isso aparece em títulos como os de Emine Sevgi Özdamar e de Yoko Tawada, dos quais tratarei a seguir. Mas, também, por exemplo, em Liselotte Marshall, escritora radicada na Inglaterra, cujo romance de coloração autobiográfica tem o título “De língua amarrada”⁸, para citar apenas mais um exemplo.

Em português a palavra “língua”, bem como em turco, *dil*, contém uma polissemia, podendo significar o órgão da boca e o sistema linguístico. Em inglês há duas palavras, *tongue* e *language*, podendo, porém, a primeira também significar o sistema linguístico. Mas não em alemão e em japonês. Em alemão o órgão da boca é apenas *Zunge* e o sistema linguístico tão somente *Sprache*. Assim também é em japonês, *shita* ou *bero* para o órgão da boca e *genko* para o sistema linguístico. Dito isso, apresento alguns títulos das autoras de que tratarei a seguir. Özdamar publicou, em 1990, uma coletânea de contos chamada *Mutterzunge* (língua [órgão da

⁷ A autoficção foi definida primeiramente por Serge Doubrovsky, para quem essa nova forma literária seria “uma variante pós-moderna da autobiografia na medida em que ela não acredita mais numa verdade literal, numa referência indubitável, num discurso histórico coerente e se sabe reconstrução arbitrária e literária de fragmentos esparsos de memória” (apud FIGUEIREDO, 2007, p. 22).

⁸ *Tongue-tied* (Manuscrito original, não publicado em inglês), traduzido ao alemão com o título *Die verlorene Sprache* (1997, A língua perdida). Judia nascida na Alemanha, a autora sobreviveu ao Holocausto havendo sido internada, enquanto criança, numa clínica para tuberculose na Suíça; imigrou nos Estados Unidos e algum tempo depois radicou-se definitivamente na Inglaterra.

boca]-mãe), que contém, entre outros, o conto título e outro chamado *Grossvaterzunge* (língua [órgão da boca]-avô). Tawada publicou, em 2002, uma coletânea de ensaios literários chamada *Überseetzungen* (línguas [órgão da boca]-além-mar]), contendo títulos como *Portrait einer Zunge*⁹ (retrato de uma língua [órgão da boca]) e *Zungentanz* (dança da língua [órgão da boca]).

Ao empregarem o termo *Zunge* em vez de *Sprache* nos títulos de seus textos, Özdamar e Tawada não fazem um simples jogo de polissemia, mas realizam um estranhamento na língua alemã, pelo qual chamam a atenção para a importância que a questão da língua assume para migrantes, enquanto vetor identitário. Destacando a corporalidade da língua elas apontam para o tamanho do desafio que é o aprendizado de uma nova língua e a inserção numa cultura completamente diferente. Como diz a narradora de *Mutterzunge*, de Özdamar, “A língua não possui ossos, ela se vira para onde a virarmos. Estava sentada nessa cidade de Berlim com a minha língua [*Zunge* – órgão da boca] virada”¹⁰ (ÖZDAMAR, 2010, p. 9). É interessante observar que a palavra turca para “virar”, “cevirmek”, também pode significar “traduzir” (WEBER apud HERZOG, 2010, p. 126).

Tawada cria o neologismo composto *Überseetzungen* (línguas [órgão da boca] de além-mar), que provém da palavra *Seezunge* (linguado), peixe que tem esse nome pelo seu formato de língua. O mais interessante é que esse neologismo, *Überseetzungen*, contém apenas uma letra diferente do que a palavra *Übersetzungen* (traduções). Ou seja, para a escritora as línguas podem deslizar pelos mares alcançando outros continentes por meio da tradução.

No ensaio de título *Zungentanz* (dança da língua [órgão da boca]), a protagonista é a própria língua, grossa demais dentro da boca, sufocando a narradora; ela chega a sonhar que é uma língua rosada gosmenta e úmida perambulando pelas ruas da cidade estranha. E a personagem reclama: “Minha pessoa era constituída inteiramente de língua. Por isso não conseguia emprego. Foi então que escrevi uma autobiografia. A história de vida de uma língua”¹¹ (TAWADA, 2013, p. 10). Também aqui percebe-se o ato da escrita de si como ‘tradução’ ou transposição de barreiras entre línguas e culturas.

Ambas as autoras chamam a atenção para as dobras da língua, pelas quais o som jamais pode passar do mesmo modo, já que de uma língua para a outra, essas dobras jamais serão

⁹ Traduzido ao inglês como *Portrait of a Tongue* (2013).

¹⁰ “Zunge hat keine Knochen, wohin man sie dreht, dreht sie sich dorthin. Ich sass mit meiner gedrehten Zunge in dieser Stadt Berlin”.

¹¹ “Meine ganze Person bestand aus einer einzigen Zunge. So bekam ich keine Arbeitsstelle. Dann schrieb ich eine Autobiographie. Die Lebensgeschichte einer Zunge”.

exatamente iguais, se pensarmos na fonética. Entretanto, pelo menos tão relevantes são as ‘dobras’ ou os ‘nós’ das diferentes culturas. Diz a personagem de Özdamar: “Os nós que a minha língua deu não podem ser desatados pelos dentes”¹² (ÖZDAMAR, 2010, p. 46).

No caso da escritora turca, essa questão da corporalidade da língua se associa também à sua profissão de dramaturga e atriz. Havendo aprendido o alemão encenando peças de Brecht, seus primeiros contatos com a língua foram muito performáticos. Processos de memorização ajudaram-na a familiarizar-se com a sonoridade e a materialidade da língua alemã como um todo, do mesmo modo como aprendera o árabe, ao repetir as orações da avó; segundo Dufresne, “esse procedimento lhe permite um certo distanciamento e empresta às palavras uma concretude própria. Isso lhe dá a sensação de não estar à mercê das palavras estranhas, mas de poder lidar livremente, sim, de brincar com elas”¹³ (DUFRESNE, 2006, p. 5). A aproximação a esses corpos estranhos vai gerando uma gradual familiaridade e consequente incorporação.

Também em Tawada o aprendizado da língua se associa a uma performance. A narradora-protagonista de *Portrait einer Zunge* diz, por exemplo: “Não há nada mais belo para mim, do que ficar horas a fio sentada no teatro, ouvindo uma língua que não compreendo”¹⁴ (TAWADA, 2013, p. 148). Destaca-se, aí, portanto, não somente o desafio, mas também da fruição que a materialidade das diferentes línguas pode proporcionar.

3.2 Emine Sevgi Özdamar

Nasceu na Turquia em 1946. Veio pela primeira vez à Alemanha aos 18 anos, como trabalhadora numa fábrica, num período em que a Alemanha importava mão de obra de diversos países, os assim chamados “trabalhadores visitantes”¹⁵, muito úteis à reconstrução e ao desenvolvimento da Alemanha nas primeiras décadas após a Segunda Guerra. Mas, os muitos turcos que vieram para a Alemanha acabaram se constituindo numa grande comunidade que ali permanece, a despeito dos problemas de integração que surgiram no encontro entre as duas culturas. Emine Özdamar, no entanto, voltou logo à Turquia, permanecendo ali por mais dez anos. Estudou artes cênicas e atuou como atriz e dramaturga. Entretanto, após o golpe militar

¹² “Die Knoten, die meine Zunge gemacht hat, können die Zähne nicht aufmachen”.

¹³ “Dieses Vorgehen verschafft ihr gleichzeitig eine gewisse Distanz und verleiht den Worten eine eigentümliche Gegenständlichkeit. Es gibt ihr das Gefühl, den fremden Worten nicht ausgeliefert zu sein, sondern mit ihnen frei walten, ja spielen zu können”.

¹⁴ “Es gibt nichts Schöneres für mich, als im Theater zu sitzen und stundenlang einer Sprache zuzuhören, die ich nicht verstehe”.

¹⁵ “Gastarbeiter”.

de 1971 naquele país e, pertencendo ao partido dos trabalhadores, passou a ter problemas que a levaram a deixar a Turquia em 1976. Até 1979 estudou e atuou no teatro em Paris, radicando-se, a partir de então, na Alemanha. Hoje vive em Berlim, como escritora e dramaturga. Recebeu diversos prêmios literários importantes e tem destaque entre o grupo cada vez maior de escritores com “identidades hifenizadas”, como são denominados por vezes esses autores estrangeiros radicados na Alemanha e que seriam, então, turco-alemães, por exemplo. Gostaria de referir-me aos dois contos da escritora mencionados acima, *Mutterzunge* (língua [órgão da boca]-mãe) e *Grossvaterzunge* (língua [órgão da boca]- do avô), publicados em 1990.

Já a partir desses contos que representam a estreia literária da autora, a obra de Özdamar é escrita num alemão muito próprio e que demonstra claramente um desejo de expor seu plurilinguismo. Ela “não teme infringir regras gramaticais, lexicais ou sintáticas, nem traduções literais do turco de modo abrupto e inesperado, inclusão de frases do corão, contos de fada, sentenças e ditados de sua pátria”¹⁶ (DUFRESNE, 2006, p. 2). A autora trata, pois, tematicamente da questão do encontro entre as línguas, e visualiza esse tema bem concretamente no nível da expressão ou da forma, até mesmo em termos ortográficos. A germanista francesa Marion Dufresne observa que o alemão de Özdamar, que foge das regras usuais dessa língua “não suplanta o turco, mas entra numa troca frutífera com ele”¹⁷ (DUFRESNE, 2006, p. 4).

Em *Mutterzunge* a autora reclama da perda de sua língua-mãe, a língua da infância, já que para ela, a sua nova língua, o alemão, não teria infância: “Ah, se eu soubesse quando perdi a minha língua-mãe”¹⁸ (ÖZDAMAR, 2010, p. 9). A reconquista da mesma não se dá, entretanto, apenas através de uma volta à língua turca, mas também à árabe, do avô, processo, esse, narrado em *Grossvaterzunge*. Em 1927 Atatürk proibira o uso do árabe na Turquia, com o intuito de criar um estado laico. Essa reconquista da língua-mãe representa uma busca identitária, na análise de Dufresne. Através da criação de uma espécie de língua própria, que funde suas línguas, Özdamar chega à reconquista da identidade (DUFRESNE, 2006). A reconquista passa por esse duplo processo, o aprendizado do árabe do avô e a apropriação da escrita literária em alemão. O processo passa por essa interação não somente entre culturas, mas entre tempos

¹⁶ “Özdamar scheut weder grammatische, lexikalische oder syntaktische Regelverstöße, noch übergangslose, unerwartete wörtliche Übersetzungen aus dem Türkischen, Einflechtungen von Koransprüchen, Märchen, Sentenzen und Sprichwörtern ihrer Heimat”.

¹⁷ “Dass es das Türkische nicht verdrängt, sondern mit ihm in einen gegenseitig befruchtenden Austausch tritt”.

¹⁸ “Wenn ich nur wüsste, wo ich meine Mutterzunge verloren habe”.

diferentes, o passado antes de 1927 na Turquia e o presente, na Alemanha. A reconquista desse passado e sua integração à nova língua do presente geram uma nova identidade. Em sua literatura não se percebe “uma confrontação valorativa entre a forma de vida oriental e ocidental”¹⁹ (DUFRESNE, 2006, p. 3-4). Ao contrário, o que se vê é uma aproximação amorosa entre as duas. Então, não se trata de uma “língua perdida” ou “língua amarrada”, mas, sim, de uma língua ganha ou uma língua conquistada, em parte criada, que é muito mais do que turco, árabe ou alemão.

Percebe-se aí ao mesmo tempo um projeto ético-político da autora, no sentido de valorizar o hibridismo linguístico não só seu, mas de toda uma comunidade turca frequentemente discriminada na Alemanha. Numa entrevista ela chegou a declarar: “Os erros são a minha identidade. Cinco milhões de pessoas que vivem aqui falam com esses erros. Essa é uma nova língua”²⁰ (GÖKTÜRK apud DUFRESNE, 2006, p. 6).

3.3 Yoko Tawada

Yoko Tawada, nascida em 1960, é uma escritora japonesa radicada na Alemanha há mais de 30 anos e que publica tanto em japonês quanto em alemão. Aprendeu o alemão somente na fase adulta. Tawada publica poemas, romances, contos e ensaios. Uma característica marcante da obra da autora como um todo é a auto-ficcionalidade (WRIGHT, 2013). Uma voz feminina, geralmente identificada como japonesa, fala em seus textos em prosa e comenta suas experiências na Alemanha, Europa, na África ou na América do Norte. Essa narradora vê coisas ou situações conhecidas ou familiares para leitores ocidentais com um olhar estranho, aparentemente ingênuo (*naiv*), o que leva os leitores, por sua vez, a ver essas coisas ou situações de modo totalmente novo (WRIGHT, 2013).

Os temas de Tawada gravitam em torno da linguagem, da experiência do estranho na e através da linguagem, mas também em torno do rompimento de barreiras na e através da linguagem, em torno da fluidez das línguas e culturas. Vale observar que a água é uma de suas principais metáforas, a água como ligação entre os continentes e não como separação. E a autora decreve sua tarefa da seguinte maneira no ensaio *Portrait einer Zunge*: “(...) não sou nada mais

¹⁹ “Es gibt dort keine wertende Gegenüberstellung der orientalischen und westlichen Lebensweise”.

²⁰ “Die Fehler sind meine Identität. Fünf Millionen Menschen, die hier leben, sprechen mit diesen Fehlern. Das ist eine neue Sprache”.

do que um ser vivo dotado de órgãos dos sentidos, uma colecionadora de palavras, uma escrevente ininterrupta”²¹ (TAWADA, 2002, p. 148).

4. As múltiplas traduções como procedimento ético na autoficção de Özdamar e Tawada

4.1 Emine Sevgi Özdamar

A escrita dessa autora faz uso, de modo constante, de uma série de artifícios tradutórios. Elisabeth Güde mostra como a tradução se constitui no próprio modo de escrita ou no princípio constitutivo da escrita de Özdamar. O jogo tradutório perpassa todos os níveis linguísticos. A autora cria, por exemplo, “homofonias artificiais”, como a palavra “Wonaym” que, na escrita padrão seria “Wohnheim”, provocando um estranhamento (GÜDE, 2011, p. 31). “Wohnheim” é um dormitório coletivo onde são instalados provisoriamente os migrantes quando vêm à Alemanha e faz parte da experiência de estranhamento da autora e de milhões de outras pessoas de diversas partes do mundo.

Nos textos da autora é frequente o emprego de frases ou palavras isoladas do turco, que recebem uma tradução ao alemão. “Ele disse: *Kaza gecirmek*, experimentar acidentes de vida”²² (ÖZDAMAR, 2013, p. 12). As traduções geralmente acabam deixando algo de fora ou, também, acrescentando algo, como no exemplo acima. *Kaza gerçirmek* significa simplesmente “acidentarse”. Porém, do mesmo modo como a minha tradução ao português, também soa estranha a tradução da autora ao alemão, que expande o sentido do termo turco.

Frequentemente Özdamar traduz expressões idiomáticas ou ditados populares turcos de modo literal, o que igualmente provoca um estranhamento na língua alemã. Esse procedimento faz surgir um hibridismo linguístico que se distancia da monolíngua (GÜDE, 2011). Mas não só isso. Essa estratégia tem uma outra dimensão.

O conto *Mutterzunge* não trata apenas de uma história de migração e dos problemas linguísticos inerentes a ela. Ele se constitui de uma série de fragmentos de cenas de violência, amarrados pelo *Leitmotiv* da perda da língua-mãe pela narradora, uma turca vivendo em Berlim: “Ah, se eu soubesse onde perdi a minha língua-mãe”²³ (ÖZDAMAR, 2013, p. 9-13). Ou seja, ela lamenta a perda do turco e não o fato de não dominar o alemão. Esta língua, aliás, vem a ser

²¹ “[...] ich bin nichts weiter als ein Lebewesen mit Sinnesorganen, eine Wörtersammlerin, eine pausenlose Aufschreiberin”.

²² “Er sagte: “*Kaza gecirmek*, Lebensunfälle erleben”.

²³ “Wenn ich nur wüsste, wo ich meine Mutterzunge verloren habe”.

um lugar de acolhimento para ela, a língua escolhida para a criação literária. As cenas de violência em seu conto falam de mães que choram pelos seus filhos sendo presos e até mortos pela polícia, ou mesmo a própria narradora é ameaçada, em sonho ou acordada, ou em cenas surreais, sempre num contexto de violência. Para Yildiz (2008) o conto trata da questão do trauma político que foi a causa da migração da autora. Ela não perdeu, pois, a língua-mãe por haver deixado o seu país, mas por causa da razão maior por trás dessa migração, a saber, uma ditadura militar sangrenta instituída na Turquia em 1971.

Numa cena de *Mutterzunge* a narradora conta como ouviu uma mãe turca dizer: “Eu vi: o quintal estava cheio com policiais, minha cabeça saltou de seu lugar (...)”²⁴ (ÖZDAMAR, 2013, p. 10) A tradução literal é tão estranha em alemão quanto em português e explicita o susto e o sofrimento da mãe pela prisão de seu filho. Em outra cena do conto a própria narradora é abordada pela polícia, quando está reunida com um grupo de jovens de esquerda. Pelo fato de ela ser a única moça do grupo o comissário lhe pergunta jocosamente: “Esses caras aqui, todos eles caminham por cima de você? Eu disse: sim, todos caminham por cima de mim, mas eles caminham com cuidado”²⁵ (ÖZDAMAR, 2013, p. 14). Mais uma vez é acentuada a violência, ainda que somente verbal, por parte do comissário, através do mecanismo de uma tradução literal.

E ainda em outra cena de *Mutterzunge*, em que a narradora relembra uma perseguição e assassinato de um jovem na Turquia, afirma: “(...) o leite que eles beberam de suas mães lhes foi tirado pelo nariz”²⁶ (ÖZDAMAR, 2013, p. 14). Trata-se de uma expressão coloquial turca que significa “fazer alguém pagar por algo que cometeu”. Como se trata, em turco, de uma expressão automatizada, ela não evoca o mesmo teor de crueldade que na língua alemã, onde essa expressão não existe e onde chama muita atenção, chocando pela força imagética. Através da tradução literal de uma expressão e não de um texto explicativo sobre o quanto esses jovens sofreram e quão caro pagaram pelos seus atos de resistência, o que resulta é um estranhamento linguístico e uma imagem completamente bizarra, que vivifica para o leitor alemão a situação de tortura cruel, incluindo ao mesmo tempo a questão do sofrimento das mães e os relacionamentos familiares de um modo geral (YILDIZ, 2008). Assim, o intuito, ao empregar essa estratégia da tradução literal, ultrapassa em muito uma questão de ordem linguístico-

²⁴ “Ich hab gesehen: der Garten war voll mit Polizisten, mein Kopf ist aus seinem Platz gesprungen (...)”.

²⁵ “Diese Kerle hier, laufen die alle über dich? Ich sagte: Ja, sie alle laufen über mich, aber laufen vorsichtig”.

²⁶ “(...) man hat ihnen die Milch, die sie aus ihren Müttern getrunken haben, aus ihrer Nase rausgeholt”.

cultural representativa para situações migratórias. Através do emprego desse tipo de tradução a violência sofrida se torna muito vívida e cruel para leitores alemães, o que pode contribuir para compreenderem melhor as causas da emigração de muitos turcos e de sua consequente vinda para a Alemanha. É uma escrita tradutória preocupada em gerar conscientização. É um exercício ético-político de uma escritora-tradutora-migrante.

Özdamar realiza muitos jogos tradutórios, não raro com uma crítica social camuflada, conforme Güde constata no seguinte exemplo de outro conto de *Mutterzunge*, “Karagöz. Schwarzauge in Alamania” (ÖZDAMAR, 2010). Um trabalhador ilegal tenta entrar na Alemanha disfarçado de jogador de futebol e diz ao funcionário da alfândega: “Eu nada entender”. O funcionário pergunta, “Seu passaporte, por gentileza. Turco?”, ao que o rapaz responde: “Turco”. O funcionário indaga: “Vai para a República Federativa Alemã?” (Bundesrepublik), e o falso jogador responde: “Bunepislik”²⁷. Güde explica que o que aparenta ser uma dificuldade de expressar corretamente a palavra alemã é, na verdade, muito mais do que isso. Em turco “Bu ne pislik” significa literalmente: “Que sujeira”. Güde explica que o alemão pretensamente errado acaba se revelando como uma espécie de código secreto, com potencial “subversivo” (GÜDE, 2011, p. 33). Esse é um bom exemplo para o papel da autora migrante como tradutora e para a escrita literária de migrantes como um constante processo tradutório (GÜDE, 2011, p. 35).

4.2 Yoko Tawada

Essa escritora igualmente vive em constantes processos tradutórios. Com o seu olhar muito próprio sobre a língua e a cultura alemã – ela afirma que não acredita num olhar tipicamente japonês ou oriental –, acaba ‘traduzindo’ não somente para si mesma essa língua e cultura, mas para os próprios alemães; ou seja, mostrando coisas que, se não fosse por esse olhar tão estranho, plural, seriam vedadas aos olhos deles.

Karpinski (2012, p. 25) fala a respeito de um “uso translatório da língua” por escritoras migrantes que as levaria a cruzar “territórios, criando demarcações e conectividades fluídas, trabalhando contra a compartimentalização de identidades”.

Quanto à tradução interlinguística, além de traduzir seus próprios textos escritos em japonês ao alemão e vice-versa, ela acompanha traduções de obras suas realizadas por outros

²⁷ “Ich nikis verstehen”. [...] “Ihre Pässe, bitte. Türke?” (...) “Türküz”. “In die Bundesrepublik?” (...) “Bunepislik”. [...] “Was für ein Dreck” (ÖZDAMAR apud GÜDE, 2011, p. 32).

tradutores. É importante destacar que para Tawada a tradução oferece possibilidades criativas que ela descreve, ao contrário de qualquer ideia de perda, com o conceito de transformação (TAWADA, 1998, p. 7).

Em *Portrait einer Zunge* (Retrato de uma língua) a narradora diz: “(...) e eu tinha a sensação de que jamais poderia perder algo, pois vivemos numa rede de línguas”²⁸ (TAWADA, 2002, p. 150). Esse ensaio em particular lhe rendeu uma experiência de tradução muito especial. Tawada acompanhou o trabalho da tradutora britânica Chantal Whright desse seu texto, definida já na capa como uma tradução experimental. *Yoko Tawada's Portrait of a Tongue* mostra como a tradução é vista por ambas como um processo de coautoria, de continuidade da escrita e de conseqüente transformação. A disposição gráfica da tradução é bastante incomum. Numa coluna à esquerda da página encontra-se o texto de Tawada vertido ao inglês e em outra coluna à direita, na mesma página, encontram-se os comentários da tradutora Chantal Wright, que podem ser lidos numa espécie de zigzag com o texto de partida. Além de oferecer explicações de ordem linguística e cultural, o que seria relativamente comum em notas de rodapé de traduções, traz à cena vozes de outros autores ou teóricos que tenham relação com o assunto tratado; em alguns pontos ela questiona ou diverge da autora; também cria alguns novos ‘personagens’ e faz jogos de palavras semelhantes aos de Tawada. Os comentários como um todo são redigidos num estilo muito semelhante ao próprio texto de Tawada, além de constituírem, em determinados pontos, expansões criativas do mesmo. É um intenso diálogo tradutório explicitado.²⁹ Na introdução a tradutora afirma: “Minha tradução com comentário é uma tentativa de responder à questão de como Yoko Tawada soa em minha voz e como a minha voz soa em Yoko Tawada. Sou grata à autora por sua disposição em ser experimentada dessa maneira” (WRIGHT, 2013, p. 30).

Karpinski considera muito importante perceber “as reais diferenças de privilégio e opressão acordadas pelas categorias sociais ocupadas por migrantes” (2012, p. 21). Ou seja, migrantes não são todos iguais. A teórica afirma: “Como o status da língua do escritor e seu acesso à publicação frequentemente decidem que tipo de subjetividades são construídas e

²⁸ “(...) und ich hatte das Gefühl, dass mir nie etwas verlorengehen könnte, weil wir in einem Netz der Sprachen leben”.

²⁹ Há um texto de minha autoria sobre essa tradução com o título “A visibilidade da tradutora Chantal Wright em *Portrait of a Tongue* de Yoko Tawada” (Capítulo de livro sobre “Comentários de Tradução” no prelo, sob a organização de Marie-Helene Catherine Torres e Luana de Freitas).

veiculadas, a análise dos diferenciais de poder dentro e fora o texto imediato e dos contextos da auto-representação não podem ser ignorados” (KARPINSKI, 2012, p. 27).

Yoko Tawada, por exemplo, a despeito da grande distância geográfico-cultural entre o Japão e a Alemanha, goza de alto prestígio no meio intelectual/ universitário alemão. Emine Sevgi Özdamar é hoje uma escritora e dramaturga de prestígio na Alemanha, porém, pertence à comunidade de imigrantes turcos, grupo que ainda tende a ser associado aos “trabalhadores visitantes” do pós-guerra, fortemente discriminados, com as suas diferenças culturais, religiosas e linguísticas.

5. Conclusão

Escritas de vida de migrantes costumam ser híbridas, plurais, assim como as traduções de modo geral o são. Ademais, conforme lembra Karpinski, toda escrita é “implicada em dinâmicas de poder”, e, “enquanto modos de ler, de uma vida ou de um texto”, tanto escritas de vida quanto traduções requerem “alto grau de auto-reflexividade e constituem sempre escolhas éticas” (KARPINSKI, 2012, p. 34-35). As escritoras-migrantes-tradutoras aqui apresentadas estão, cada uma a seu modo, a serviço da mediação e da aproximação entre línguas-culturas-geografias supostamente distantes.

Outra escritora de identidade hifenizada na Alemanha, Marica Bodrožić, publicou um romance em que sua personagem diz: “Eu gosto de pessoas que se tornam estranhas a si mesmas em línguas estranhas (...) até as línguas estranhas se tornarem suas línguas, até tudo se tornar detalhadamente estranho, pois estranha é a própria vida do ser humano”³⁰ (BODROŽIĆ apud DIETZ; VOGT, 2010, p. 157). E o estranho requer um processo aberto e infundável de traduções.

Para encerrar, minha amiga acaba de ser mãe de um brasileirinho de origem sul-africana/ filipina/ britânica/ espanhola/ guiana/ italiana e alemã, com influências culturais do avô-padrasto norte-americano/ indiano/ chinês. Monolinguismo tem cura. E viva a tradução!

Referências

DERRIDA, J. **O Monolinguismo do Outro**. Ou a prótese de origem. Trad. Fernanda Bernardo. Porto: Campo das Letras, 2001.

³⁰ “Ich mag Leute, die sich fremd in fremden Sprachen werden (...) bis die fremden Sprachen ihre Sprachen werden, bis alles fremd wird im Detail, weil doch das Menschsein an sich, en gros und en detail, das Fremde ist”.

DIETZ, G.; VOGT, C. Tochttersprache. **Der Spiegel**. Hamburg, 40/2010.

DUFRESNE, M. Emine Sevgi Özdamar *Mutter(s)zunge*. Der Weg zum eigenen Ich. **Germanica**. Lille, n. 38, p. 2-11, 2006.

FIGUEIREDO, E. Régine Robin: autoficção, bioficção, ciberficção. **Ipotesi**, Juiz de Fora, v. 11, n. 2, p. 2006, jul./dez. 2007.

GÜDE, E. Zur Poetik der Sprachmischung bei Emine Sevgi Özdamar – Eine Spurenlese. **Studien zur deutschen Sprache und Literatur**, Istanbul, v. 2, n. 26, p. 21-40, 2011.

HERZOG, A. **Transkulturelle Elemente bei Emine Sevgi Özdamar**. Die Brücke vom Goldenen Horn’ und Mutterzunge’. Diplomarbeit: Universität Wien, 2010.

KARPINSKI, E. C. **Borrowed Tongues**. Life Writing, Migration, and Translation. Waterloo: Wilfrid Laurier University Press, 2012.

LEJEUNE, P. **O pacto autobiográfico**. De Rousseau à Internet. 2. ed. Trad. Jovita M. G. Noronha e Maria Guedes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

ÖZDAMAR, E. S. **Mutterzunge**. Erzählungen. 4. ed. Berlin: Rotbuch, 2010.

RUSHDIE, S. **Imaginary Homelands**. London: Granta Books, 1991.

TAWADA, Y. **Überseetzungen**. 4. ed. Tübingen: Konkursbuch Verlag Claudia Gehrke, 2013.

WEBER, A. **Im Spiegel der Migrationen**. Transkulturelles Erzählen und Sprachpolitik bei Emine Sevgi Özdamar. Bielefeld: Transcript, 2009. <https://doi.org/10.14361/9783839411117>

WRIGHT, C. **Yoko Tawada’s Portrait of a Tongue**. Ottawa: University of Ottawa Press, 2013.

YILDIZ, Y. Political Trauma and Literal Translation: Emine Sevgi Özdamar’s *Mutterzunge*. In: LÜTZELER, P. M.; SCHINDLER, S. K. (Ed.). **Gegenwartsliteratur**. Tübingen: Stauffenburg Verlag, 2008, p. 249-270.

Artigo recebido em: 08.05.2017

Artigo aprovado em: 23.09.2017

Tradução cultural e a obra de José María Arguedas Cultural translation and José María Arguedas' work

Roseli Barros Cunha*

RESUMO: Segundo Thaís Diniz (1999), toda tradução é uma tradução cultural. Por sua vez, Dora Sales (2002), ao tratar especificamente da produção de José María Arguedas, sustenta que o autor se coloca como um tradutor entre culturas e empreende uma busca por uma tradução cultural. À luz desse contraponto teórico e, ainda, com o embasamento de Cornejo Polar (1994), Moya (2007) e Berman (1985), abordamos a questão em registros de dois momentos específicos da história cultural da América Latina. O primeiro deles, na crônica de Guamán Poma de Ayala, que trata do episódio de Cajamarca, Peru, em 1532. No segundo, analisamos fragmentos do romance *Los ríos profundos* (1958), no qual Arguedas, segundo Sales (2002), adotaria diversos procedimentos de tradução para tentar suprir uma incompreensão que persiste no subcontinente latino-americano entre a oralidade e a escrita, promovendo o que ela considera uma tradução cultural. Por meio desses dois momentos da produção cultural latino-americana à luz de teóricos dos Estudos da Tradução, mas também de outras áreas afins, procuramos ampliar as reflexões sobre a tradução no subcontinente e, mais especificamente, sobre o que pode ser compreendido por tradução cultural na obra de Arguedas.

PALAVRAS-CHAVE: Tradução cultural. Transculturación narrativa. América Latina. Romance. Produção oral.

ABSTRACT: According to Thaís Diniz (1999), all translation is a cultural translation. On the other hand, Dora Sales (2002), studying specifically the production of José María Arguedas, say that the author stands as a translator between cultures and undertakes a search for a cultural translation. From this theoretical counterpoint and still with the foundation of Antonio Cornejo Polar (1994), Virgilio Moya (2007) e Antoine Berman (1985), we study this question in two specific moments of the cultural history of Latin America. The first, in the chronic of Guamán Poma de Ayala about the episode of Cajamarca, Peru, in 1532. In the second, we analyze fragments of the novel *Los ríos profundos* (1958), in that Arguedas, according Sales (2002), would adopt several procedures of translation to try to fill a misunderstanding that persists in the Latin American subcontinent between orality and writing, promoting what she considers a cultural translation. Through these two moments of Latin American cultural production in the light of Translation Studies theorists, but also of other related areas, we try to expand the reflections on the translation in the subcontinent and more specifically on what can be understood by cultural translation in the work of Arguedas.

KEYWORDS: Cultural Translation. Transculturación narrativa. Latin America. Novel. Oral production.

* Pós-doutora pela PosLit (UFMG); Professora-adjunta do Departamento de Letras Estrangeiras (UFC). E-mail: roselibc@gmail.com.

1. Introdução

Virgilio Moya, na introdução a *La selva de la traducción*, recordando a tão conhecida classificação de Roman Jakobson (1995), afirma que o homem sempre teve a necessidade de comunicação e que essa “voluntad de comunicarse intra- e interlingualmente es lo que hace posible que la identidad del ser humano y la de las culturas estén siempre en proceso de cambio” (MOYA, 2007, p. 9).

Por sua vez, Thaïs Diniz, no capítulo “Conceito de tradução” de *Literatura e cinema: da semiótica à tradução cultural* (1999), também enfatiza a longevidade da prática da tradução, considerando-a uma necessidade e um efeito do contato entre povos de línguas e culturas diferentes. Antes da escrita, a tradução era oral, imediata e realizada por intérpretes. Nas comunidades letradas, passou a ser a conversão de um texto escrito de uma para outra língua. Em uma definição mais moderna, a tradução poderia ser compreendida como uma das possibilidades de reativações de um texto. Essa nova concepção passa a se preocupar com tudo aquilo que circunda o texto a ser traduzido, como seu contexto de produção e o sentido que é construído por meio de sua leitura (DINIZ, 1999).

Colaboram com essa reflexão os argumentos de Moya, para quem o pensar sobre a tradução, ou seja, uma teoria a esse respeito é um fenômeno do século XX (2007, p. 10). No momento atual, seriam muitas e diversas as teorias a respeito da prática de tradução, fato que para alguns poderia parecer babélico. No entanto, essa constatação não representa para ele um problema: “[N]o hay nada más que ver que si no hubiera sido por esta situación de crisis nunca se habría puesto en tela de juicio la naturaleza misma del objeto de estudio de la teoría de la traducción” (MOYA, 2007, p. 12).

A respeito dessas teorias sobre tradução, Diniz também sinaliza um momento de mudança. Para a autora, atualmente os Estudos sobre Tradução precisam ir além da descrição de semelhanças e diferenças entre textos-fonte e textos-alvo. Segundo suas palavras, tais estudos deveriam mostrar os mecanismos de canonização, integração e exclusão subjacentes à produção do texto traduzido e que nele operam em vários níveis.

Desta maneira, dentro de sua proposta, ao repensar a tradução, afirma que esta

[d]eixava de ser apenas, como se define tradicionalmente, o transportar, seja de uma língua ou de um sistema, para outro(a). Torna-se um procedimento complexo que envolve também as culturas, os artistas, seus contextos histórico/sociais, os leitores/espectadores, as tradições, a ideologia, a experiência do passado e as expectativas quanto ao futuro. Envolve ainda o

uso de convenções, de técnicas anteriores ou contemporâneas, de estilos e de gêneros. Traduzir significa ainda perpetuar ou contestar, aceitar ou desafiar. Do mesmo ponto de vista, envolve, sobretudo, uma leitura transcultural. (DINIZ, 1999, p. 42).

Ainda que, na citação e ao longo de seu estudo, Diniz se refira ao termo “transcultural”, a autora não o aproxima do conteúdo teórico que Fernando Ortiz em *Contrapunteo cubano del tabaco y el azúcar* (1940) e Ángel Rama em *Transculturación narrativa en América Latina* (1982) proporcionaram ao vocábulo. No entanto, é possível perceber que tal reflexão, assim como as de Ortiz e de Rama, tem na base de sua discussão o foco na cultura, pois afirma privilegiar em seu trabalho as teorias da tradução que enfatizam a análise da cultura como o principal elemento a ser transportado de um texto a outro (DINIZ, 1999). Por isso mesmo, a autora acaba por concluir que “toda tradução é cultural”, ainda que seja necessário explicitar essa perspectiva:

Dentro dessas concepções de cultura, aspectos relacionados ao fenômeno da tradução, outrora negligenciados, são agora levados em conta. Se a tradução é um interpretante, ela engloba o cultural, não levado em consideração nas abordagens tradicionais. A tradução, portanto, nunca acontece num vácuo onde se pressupõe que as línguas se encontram, mas no contexto da tradição de todas as literaturas, no ponto de encontro entre os tradutores e escritores, que é cultural. Os tradutores se apresentam, pois, como os mediadores entre as tradições literárias, entre culturas, não com o intuito de trazer o original à tona de maneira neutra e objetiva, mas para torná-lo acessível em seus próprios termos. Os termos do tradutor, por outro lado, são limitados pelo contexto em que ele vive e podem até não se constituírem em algo intrinsecamente seu. A tradução, pois, não é produzida em perfeitas condições de laboratório, esterilizado e neutro, e sim no entrelugar de várias tradições, culturas e normas. Toda tradução é, portanto, uma tradução cultural. (DINIZ, 1999, p. 35).

Diante do que assinalam os autores citados, podemos recordar uma questão essencial na América Latina, a das comunidades indígenas inicialmente ágrafas, que em momento posterior, mesmo com o registro escrito, mantiveram paralelamente produções culturais orais em um movimento tanto de resgate quanto de alteridade.

No subcontinente americano, a prática de tradução é registrada já nos diários de Cristóvão Colombo. Entretanto, ela é anterior a esses registros, se pensarmos na pluralidade de etnias e línguas presentes ao longo da história que antecede o contato com os europeus. Durante todo o período colonial, são várias as referências às atividades dos tradutores, intérpretes ou “línguas” (como eram chamados na época), tais como Martinillo ou Felipillo, e principalmente,

a mais famosa deles, Malinche/Doña Marina, indígena que se aliou a Hernán Cortés e, com isso, tornou seu nome, para muitos, um sinônimo de indivíduo traidor (CUNHA, 2014). O tema é bastante presente em estudos que tratam especificamente sobre tradução, mas também naqueles que abrangem outras áreas de estudo, como os de Tzvetan Todorov (1982), Ana Pizarro (1993), Antonio Cornejo Polar (1994), Manuel Larrú Salazar (1995), Gonzalo Espino (2015), os quais colaboram com uma reflexão mais ampla sobre a cultura da América Latina.

Nesta oportunidade, seguiremos as reflexões de Sales, que, ao estudar a obra antropológica e literária de José María Arguedas (1911-1969), se além às traduções e procedimentos adotados pelo autor em sua produção. O peruano, além de tradutor, incorporaria a seu fazer literário procedimentos de tradução, fato que o levaria a ser, na concepção da autora, um “traductor de la sensibilidad quechua a un otro mundo” (SALES, 2002, p. 4). Ao defender essa ideia, a pesquisadora acaba por definir o que entende por tradução cultural.

Ainda que inicialmente as visões de Diniz e Sales possam parecer conflitantes, uma vez que para a primeira “toda tradução é cultural”, enquanto que a segunda entende a realização de Arguedas como uma “tradução cultural”, acreditamos que as duas partem de uma mesma visão, que procura repensar a questão da autoria, em relação a uma tradução, uma crônica ou um romance, proporcionando, assim, reflexões pertinentes aos Estudos da Tradução. A primeira estudiosa está em busca de uma concepção mais geral sobre a tradução e o trabalho dos tradutores; a segunda analisa pontualmente uma produção literária na qual o autor busca traduzir uma cultura em outra, em um procedimento que pode servir como reflexão para o trabalho de outros autores/tradutores.

Neste estudo, verificamos questões relativas à tradução em dois momentos da história cultural latino-americana. O primeiro trata de uma longa e antiga discussão sobre relatos de cronistas, particularmente a do cronista indígena Felipe Guamán Poma de Ayala, a partir de um episódio ocorrido no século XVI, e o segundo momento refere-se a duas passagens do romance *Los ríos profundos*, de José María Arguedas.

2. O “diálogo” de Cajamarca: um problema de tradução?

E o Inca perguntou a Frei Vicente quem dizia isso. Respondeu Frei Vicente que o evangelho, o livro dizia isso. E Atualpa falou: “Dê pra mim o livro para que ele me diga”. E assim deram-lhe o livro, ele o tomou em suas mãos e começou a folhear as páginas do referido livro. E dizem que ele falou: “O quê? Como que para mim ele não fala? Esse livro não me fala nada”. Dizendo isso

com grande majestade, sentado em seu trono, o referido Inca Atualpa jogou longe o livro [...]. (POMA DE AYALA, 1615, p. 38, tradução nossa).

São muitas as versões do Massacre de Cajamar ou, segundo a perspectiva dos espanhóis, da Batalha de Cajamarca, episódio ocorrido no Peru, em 1532, que trata do encontro entre o imperador inca Atualpa e uma comitiva enviada pelo conquistador espanhol Francisco Pizarro. Antonio Cornejo Polar, em *Escribir en el aire* (1994), realiza um levantamento dessas várias versões registradas tanto por cronistas espanhóis quanto por mestiços e indígenas da época.

Atualmente, considera-se que o encontro, sob o pretexto de promover uma confraternização entre os envolvidos, teria sido, na verdade, uma emboscada planejada por Pizarro, uma vez que, em seu lugar, o conquistador envia o padre Valverde, talvez no intuito de subjugar Atualpa tanto religiosa quanto politicamente.

Aqui tomamos a versão de Felipe Guamán Poma de Ayala (1534-1615), cronista indígena da época do vice-reinado do Peru. Filho de nobres, ele foi educado por um meio-irmão mestiço e padre. Dedicou-se a ensinar castelhano para outros indígenas, foi tradutor e escreveu *Nueva Croonica y Buen Gobierno* (1600/1615), na qual conta, além da história pré-incaica do Peru, as injustiças sofridas pelos indígenas na época da colonização.

Segundo o relato de Poma de Ayala, Atualpa reagiu à pregação de frei Vicente perguntando quem teria dito aquelas palavras. O religioso, procura demonstrar a importância e o valor daquilo sobre o que argumenta, enfatiza a “materialidade” de sua afirmação e responde que as palavras eram ditas pelo livro. O imperador inca parece entender literalmente o verbo “dizer” e lhe pede o livro para “ouvir” suas palavras; porém, diante da expectativa frustrada, lança-o ao chão, fato que não apenas dá início ao massacre como o justificaria na visão dos espanhóis.

Cornejo Polar (1994, p. 35) alerta que, mesmo não se podendo assegurar que nesse fragmento as expressões relativas ao verbo “dizer” estejam quantitativamente mais presentes do que em outros, é interessante observar ao longo do relato escrito por um indígena tantas evocações à oralidade.

Muitos cronistas da época e posteriores interpretaram de modo diverso o “diálogo” ocorrido. Cornejo Polar destaca a posição de Inca Garcilaso de la Vega, para quem o elemento motivador do desencontro teriam sido os deslizamentos de tradução. O intérprete ou língua presente no encontro não teria conseguido traduzir ao imperador inca o que era/representava aquele livro. Entretanto, mais do que ser entendido como um problema de tradução interlingual, é preciso

que pensemos o que representaria o objeto livro e a palavra escrita para Atualpa. Para um indivíduo daquela cultura, naquele momento, não apenas a língua do outro era incompreensível. O livro não apenas continha uma grafia ilegível; era, ele próprio, como objeto, desprovido de qualquer significado dentro da cultura indígena. Tampouco a letra, a palavra escrita. Por isso, Cornejo Polar (1994, p. 20) argumenta que esse momento constituiria o “grau zero” de interação entre uma cultura oral e outra escrita, que “no solamente marcan sus diferencias extremas, sino que hacen evidente su mutua ajenidad y su recíproca y agresiva repulsión”.

Entretanto, o autor ressalva que mesmo os soldados espanhóis da época não eram, em sua maioria, alfabetizados em castelhano ou em latim, esta última sendo a língua na qual provavelmente o livro, uma bíblia ou um breviário, ofertado por Valverde, estava escrito. Mas, apesar de não entenderem a letra, a palavra escrita, compreendiam o significado daquele livro, compartilhavam a sacralidade do evangelho em sua cultura.

Cornejo Polar ainda destaca que, na Europa, na época da Conquista e até décadas posteriores, a letra não teria se imposto sobre a voz e esta última, inclusive, ainda encarnaria o poder no universo religioso. Entretanto, na colônia tal relação de poder teria se invertido, existiria uma valorização e até mesmo uma sacralização da escrita, principalmente como modo de subjugar o outro, pois “como se ha señalado y se reiterará luego, en los Andes, concretamente en el emblemático ‘dialogo’ del Inca y Valverde, la escritura asume la representación plena de la Autoridad” (CORNEJO POLAR, 1994, p. 32).

Em relação a esse episódio da história cultural latino-americana, o autor argumenta que a associação entre escritura e poder se insere dentro de uma experiência concreta, a da conquista e colonização de um povo por outro, o que a torna muito diversa da que ocorre dentro de uma única sociedade. Deste modo, ainda que na época tanto indígenas quanto espanhóis fossem analfabetos, constituiriam “analfabetismos distintos” (CORNEJO POLAR, 1994, p. 40), uma vez que os primeiros estariam inseridos no que chama de “oralidade primária”, dentro de uma cultura ágrafa naquele momento, e os segundos vivenciariam um analfabetismo fruto de um mecanismo ideológico que afastava da escritura alguns indivíduos e grupos sociais pertencentes a uma cultura letrada legada, quase que exclusivamente, às classes superiores.

Por esse motivo, os espanhóis, ainda que não alfabetizados, podiam compreender o livro como um objeto sagrado, mas não entendiam que os indígenas não o percebessem assim. Ocorre, portanto, uma incompreensão de ambos os lados em relação à cultura do outro. O inca/indígena, além de não entender a língua do outro, ou entendendo-a precariamente, não

conhecia a escrita e sua relevância dentro da cultura do espanhol/ocidental, tampouco tinha conhecimento da importância do livro e da sacralidade daquele livro especificamente naquela cultura. Por sua vez, o espanhol/ocidental não podia admitir a falta de conhecimento em relação à sua cultura e, como também se pode pensar em relação aos relatos sobre Cajamarca, poderia se aproveitar do desconhecimento para impor sua força de modo supostamente justificado.

É importante recordar que os espanhóis saíam de uma experiência de anos de convivência com outras culturas, como as dos árabes e judeus, e do longo processo de reconquista da Península Ibérica. Por exemplo, árabes e judeus que coabitavam no território espanhol, apesar de não considerarem a Bíblia um livro sagrado, conheciam seu valor para os católicos. Além disso, essas culturas compartilhavam a experiência da escrita. Não custa lembrar ainda que, em 1492, também ocorre a publicação da primeira gramática da língua espanhola, de Antonio de Nebrija e intitulada *Gramática castellana*. Esta, depois da Bíblia, passa a ser o segundo livro de maior importância dentro da cultura espanhola e marca o momento de fixação e normatização da língua que se tornava oficial do novo país.

Logicamente, a cultura indígena possuía vários objetos aos quais atribuía um caráter sagrado. Porém, o livro ofertado pelo frei Valverde, suas palavras e sua sacralidade, não foram (re)conhecidos por Atualpa. O imperador inca, ao ser informado por um intérprete que “aquelas eram as palavras ditas pelo livro”, provavelmente apreendeu apenas seu sentido literal e, ao aproximá-lo de si (há relatos de que o teria aproximado da própria orelha) na intenção de ouvi-lo, ou seja, de comunicar-se com o objeto sagrado, entende o silêncio como a recusa de uma interação e conclui que aquilo não lhe servia.

Para Antonio Cornejo Polar, tal episódio, assim como outros relatados nas inúmeras crônicas do período colonial, demonstra que se estabelece uma tentativa frustrada de aproximação entre culturas que possuíam não somente línguas distintas, mas também distintos modos de se relacionar com seus variados elementos culturais. Neste caso, teria se frustrado o encontro entre oralidade/voz e escrita/letra. Portanto,

[e]n el fondo, en este debate de la voz y la letra, tal vez no se trate de otra cosa que de la formación de un sujeto que está comenzando a comprender que su identidad es también la destabilizante identidad del otro, espejo o sombra a la que incorpora oscura, desgarrada y conflictivamente como opción de enajenamiento o de plenitud. (CORNEJO POLAR, 1994, p. 89).

Voz e letra: a mensagem que Frei Vicente de Valverde desejava enviar ao inca não foi compreendida, e a que este mandou em resposta, tampouco. Seguindo as reflexões de Cornejo Polar (1994) e de acordo com a proposta de Sales (2002), podemos pensar que os envolvidos no encontro, inclusive os intérpretes e os cronistas, não tiveram suficiente desenvoltura na língua e no conhecimento da cultura do outro para que tais mensagens fossem expressas e compreendidas de modo eficiente. Mais do que uma tradução interlingual, podemos dizer que não houve uma eficiente tradução cultural para que se estabelecesse um efetivo “diálogo” naquele momento.

3. Ponte sobre o mundo: a proposta do autor/tradutor Arguedas

José María Arguedas, além de romancista, contista, poeta, também foi tradutor e antropólogo. O envolvimento com as culturas indígenas advém de sua biografia. Viveu parte da infância relegado aos cuidados das empregadas indígenas e mestiças da fazenda de sua madrastra e, assim, pôde ouvir muitas histórias e sentir de maneira mais próxima os problemas enfrentados por esses indivíduos. Ao se tornar adulto, fez da paixão inicial sua profissão, tornou-se antropólogo, estudou, recolheu e reformulou em sua obra literária e antropológica, muitos elementos das manifestações culturais indígenas. A mais famosa é *Los ríos profundos*, publicada em 1958.

O sexto capítulo do romance, cuja redação se estendeu por mais de dez anos, chama-se “Zumbayllu” e, significativamente, é apresentado após o capítulo “Ponte sobre o mundo” (GONZÁLEZ VIGIL, 1998, p. 70). Do mesmo modo que ocorreria a um leitor de língua portuguesa, o título “Zumbayllu” chama a atenção como um enigma para o leitor do castelhano. Até então, seguíamos o menino Ernesto, narrador e protagonista, em suas desventuras tanto para chegar a Abancay quanto já no colégio interno dessa localidade. Neste capítulo, deparamo-nos com uma palavra que muito provavelmente até então significaria bem pouco ao leitor. Ainda que várias outras palavras e expressões da língua quéchua tenham aparecido ao longo das páginas do romance, muitas vezes seguidas de uma tradução ou uma explicação, não é o que ocorre aqui. Diante disso, produz-se inicialmente um estranhamento.

Na edição crítica do romance, Ricardo González Vigil (1998), em nota de rodapé, talvez procurando minimizar tal sensação de estranhamento, enfatiza a importância dada pelos críticos ao capítulo e ao objeto que ele representa. González cita o estudo de Renaud Richard (1991), que explica a formação da palavra: “*zumba*”, uma forma verbal onomatopeica espanhola, e “-

yllu”, uma onomatopeia da língua quéchua, segundo ele, uma voz ao mesmo tempo espanhola e quéchua, simbolizadora da mestiçagem cultural (GONZÁLEZ VIGIL, 1998, p. 235).

Mas a explicação colabora bem pouco para o entendimento efetivo do vocábulo. Além disso, colocar uma nota de rodapé e fazer uma tradução intralingual ou propor uma tradução interlingual não foram as opções escolhidas pelo autor nesse momento em particular.

Depois do título do capítulo, o leitor se depara com um texto diferente do da narrativa do romance, que tampouco constitui uma nota explicativa, uma vez que o que se lê, não explica exatamente o que é o *zumbayllu*. Vejamos alguns fragmentos dessa relativamente longa intervenção ao início do capítulo:

A terminação quéchua *yllu* é uma onomatopeia. *Yllu* representa, numa de suas formas, a música que produzem as pequenas asas em voo; música que surge do movimento de objetos leves. Essa palavra tem semelhança com outra mais vasta: *illa*. *Illa* designa certa espécie de luz e os monstros que nasceram feridos pelos raios da lua. [...] Essa palavra *illa* tem parentesco fonético e uma certa comunhão de sentido com a terminação *yllu*.

Chama-se *tankayllu* o tabanídeo zumbador e inofensivo que voa no campo libando flores. [...] Por que tem mel no tampão do ventre? Por que suas pequenas e frágeis asas movem o vento até agitá-lo e mudá-lo?

[...] *Pinkuyllu* é o nome da quena gigante que os índios do sul tocam durante as festas comunitárias.

[...] A terminação *yllu* significa a propagação desse tipo de música, e *illa* é a propagação da luz não solar. *Killa* é a lua, e *illapa*, o raio. *Illariy* designa o amanhecer, a luz que brota pelo fio do mundo, sem a presença do sol. *Illa* não nomeia a luz fixa, a esplendente e sobre-humana luz solar. Denomina a luz menor: o clarão, o relâmpago, o raio, toda luz vibrante. Essas espécies de luz não totalmente divinas com as quais o homem peruano antigo acredita manter, ainda, relações profundas, entre seu sangue e a matéria fulgurante. (ARGUEDAS, 2005 [1958], p. 88-92).

No trecho seguinte ao que acabamos de ler, a palavra que denomina o capítulo reaparece, agora retomando a ação dos meninos no colégio: “*Zumbayllu!* No mês de maio, Antero trouxe o primeiro *zumbayllu* ao Colégio. Os alunos pequenos o rodearam”. (ARGUEDAS, 2005, p. 92).

Sem dúvida, o entendimento que o leitor tem da palavra em seu primeiro contato no título do capítulo e, depois, na retomada da ação do romance, é bastante distinto.

Somente parágrafos depois o leitor saberá que o *zumbayllu* é um pião, um brinquedo infantil. Entretanto, não é apenas isso. Tendo lido anteriormente a divagação do narrador, em sua intervenção não explicativa, mas contextualizadora no romance, e, ao se deparar explicitamente com a palavra em castelhano ou no português, o leitor saberá que o *zumbayllu*,

na visão miscigenada de alguns personagens e, especialmente, na de Ernesto, é muito mais do que um brinquedo. Há nele um caráter mágico e de intermediador, uma vez que é capaz, por exemplo, de proporcionar a comunicação entre o indivíduo que o possui e os elementos da natureza.

O narrador/autor leva seu leitor a um verdadeiro passeio pela língua e cultura quéchuas. Sabemos que a sonoridade da palavra, por sua terminação *illu*, remete aos conhecedores dessa língua a outras referências daquele mundo. Assim, além de provocar um estranhamento inicial com a sonoridade de vocábulos tão diferentes, proporciona uma ambientação para elementos importantes da cultura indígena. Animais (*tankayllu*), instrumentos musicais (*pinkuyllu*), indivíduos e costumes (*danzak'*) nos são apresentados e podemos nos aproximar um pouco do modo de pensar dessa cultura. É a busca pela aproximação com outra cultura, que tampouco é a do autor, de seu narrador e de seu protagonista, mas com a qual procuram estabelecer vínculos, possibilitando a nós, leitores, a opção de também nos aproximarmos dela.

Sobre os procedimentos de escrita adotados pelo autor de *Los ríos profundos*, Sales argumenta que

[e]n esta novela Arguedas aparece como el traductor de la sensibilidad quechua a un mundo otro. Si su solución inicial pasaba por modificar sintácticamente el español para tratar de reproducir la cadencia de la lengua quechua, ahora opta por tratar de emplear la lengua castellana para transmitir estructuras de pensamiento andinas, buscando expresar la lógica interna de la cultura indígena, aunque para ello también empleó palabras quechuas y oraciones con la sintaxis próxima a la lengua amerindia. (SALES, 2002, p. 4).

Relacionando essa argumentação à de Diniz, para quem o ponto de encontro entre os tradutores e escritores é cultural e, ainda, de que os tradutores atuariam como mediadores entre as culturas, não na intenção de fazer com que o original venha à tona de maneira neutra ou objetiva, “mas para torná-lo acessível em seus próprios termos” (DINIZ, 1999, p. 35), parece-nos que, neste caso, Arguedas cria um modo particular de traduzir aos seus leitores o que significa o objeto mágico dentro do romance, procurando que tenhamos um entendimento mais amplo sobre o *zumbayllu*.

O autor/narrador atuaria como um tradutor, procurando demonstrar ao leitor não apenas a materialidade da palavra *zumbayllu*/pião, mas um sentido mais “integral”, remetendo-nos ao complexo universo cultural mestiço. Levando em consideração o aporte teórico de Diniz (1999) e com o olhar lançado sobre a obra do peruano, não se está aqui defendendo que os tradutores

devam invariavelmente adotar procedimentos semelhantes. Ressaltamos, seguindo Dora Sales (2002), que estes são parte da proposta literária de Arguedas, sempre estreitamente vinculada a sua atividade de antropólogo e tradutor.

Assim, o autor, ao não traduzir o vocábulo, faz com que seu leitor vá além de captar-lhe o sentido e possa entender, por meio de algumas informações particulares, um contexto mais amplo, procurando levar um pouco da subjetividade que há no sufixo das palavras envolvidas e de certa forma algo da particularidade do pensamento da cultura mestiça. Embora se possa argumentar que toda a divagação esteja escrita na língua ocidental do colonizador, o procedimento escolhido acaba por subverter essa língua e incrustá-la de expressões e palavras da língua indígena que trazem outro modo de perceber o mundo.

Podemos relacionar a opção tomada por Arguedas ao que Berman argumenta sobre a tradução ser mais do que a captação do sentido, uma vez que, para ele, isso seria separar o sentido “de sua letra, de seu corpo mortal, de sua casca terrestre. É optar pelo universal e deixar o particular. A fidelidade ao sentido opõe-se – como para o crente e o filósofo – à fidelidade à letra. Sim, a fidelidade ao sentido é obrigatoriamente uma infidelidade à letra” (BERMAN, 2013 [1985], p. 45).

Traduzir desde o início a palavra *zumbayllu* seria procurar preservar apenas um único e mais direto de seus sentidos. Se dessa maneira procedesse, a importância dada pelo narrador e protagonista da história ao objeto estaria perdida para nós, leitores. Ao optar pela intervenção que explica o que a sonoridade da palavra *zumbayllu* evoca ao conhecedor da cultura quéchua, o autor procura preservar o que Berman considera “letra”, e não apenas seu sentido. Uma opção perturbadora dentro da estrutura do romance, mas que de alguma forma tenta deslocar o leitor mais em direção à cultura e ao pensamento quéchua. E, novamente, fazendo referência ao estudioso francês, aproxima-se do que Berman chama de “tradução ética” em oposição ao que considera uma “tradução etnocêntrica”, aquela que se funda no sentido e considera sua língua como intocável e superior e ainda que “o ato de traduzir não pode perturbar” (BERMAN, 2013, p. 45).

Mesmo que se possa dizer que ocorra uma aclimatação da palavra *zumbayllu* ao universo do leitor, proporcionando que ele apreenda seu sentido, esta se apresenta por meio de um inicial estranhamento. A abrupta interrupção na ação do romance com uma intervenção/divagação sobre uma língua e cultura provavelmente pouco conhecidas pelo leitor insere-o em uma experiência na qual, ao regressar à leitura do enredo do romance, ele poderá, de alguma

maneira, estar mais próximo do conhecimento do narrador-protagonista, considerado por muitos críticos um *alter ego* de Arguedas (GONZÁLEZ VIGIL, 1998). Aproxima-o, portanto, da experiência do autor e talvez proporcione uma identificação com sua proposta literária.

Tudo isso se relaciona à argumentação de Sales sobre o autor peruano como tradutor cultural: “Avanzó y consignó una verdadera ética de la traducción (...) Arguedas efectivamente problematizó el etnocentrismo en traducción y se aseguró de visibilizar su activa labor mediadora” (SALES, 2002, p. 6-7).

Lembremos também que o texto inserido ao início do capítulo do romance recorda um dos muitos estudos antropológicos que Arguedas desenvolveu sobre as culturas indígenas e mestiças peruanas. O mesmo estranhamento encontrado pelo leitor do romance também é sentido, por exemplo, pelo leitor de “Puquio, una cultura en proceso de cambio. La religión local”, conforme já tivemos oportunidade de apontar (CUNHA, 2012, p. 129). Mas vejamos uma vez mais o fragmento que finaliza o estudo:

Percebemos que a cidade de Puquio, rapidamente, em 29 anos, se transformou num centro comercial de economia ativa depois de ter sido a capital de uma zona agropecuária antiquada, de tipo predominantemente colonial. Em relação aos naturais do lugar, observamos que este processo vai encaminhando à independência em relação ao despotismo tradicional que sobre eles exerciam e ainda exercem as classes senhoriais e mestiças; mas, ao mesmo tempo, o processo está descaracterizando esses naturais da base em que se sustenta sua cultura tradicional, sem que os elementos que os substituam apareçam ainda com nitidez. Seguem agora, aparentemente, um caminho aberto ao individualismo cético, debilitando os vínculos com os deuses que regularam sua conduta social e inspiraram, harmoniosamente, suas artes, nas quais contemplamos e sentimos uma beleza tão perfeita como vigorosa.

Inkarrí volta, e não podemos deixar de sentir temor diante de sua possível impotência para ajustar individualismos talvez irremediavelmente desenvolvidos. Talvez se se detiver o Sol, amarrando-o de novo, com cintos/correias de ferro, sobre o cume do Osqonta, modifiquem-se os homens; que tudo é possível em se tratando de uma criatura tão sábia e resistente. (ARGUEDAS, 1989, p. 78-79, tradução nossa).

Se o penúltimo parágrafo do artigo apresenta o resultado de uma constatação obtida por meio de sua pesquisa de campo, o que dizer do último, que ressoa de modo bastante distinto? Seria um modo de o autor registrar e dar visibilidade às várias vozes coletadas em seus estudos antropológicos? Ou a visão do próprio pesquisador identificado com a cultura estudada que anseia pela preservação dessa coletividade? Talvez esse final contenha um pouco de ambas as

possibilidades, mas sem dúvida foge à norma ocidental de conclusão de um relato antropológico, mesmo que esse tenha ocorrido com a perspectiva dos anos 1950.

De certa forma, em seu estudo antropológico, o autor também acaba por promover uma modificação na lógica desse tipo de relato. Nas formulações que criam uma estranheza dentro do que é convencional para a cultura letrada ocidental – seja no romance, quando insere uma passagem que se assemelha a um relato antropológico, seja no estudo antropológico, quando o encerra de modo semelhante a um relato mitológico –, Arguedas proporciona uma nova dinâmica à linguagem e ao sentido geral das obras. O modo como Sales entende o procedimento do peruano relaciona-se com o que argumentamos: “[P]ara Arguedas, el lenguaje, materia prima de la praxis narrativa, se presenta como lugar de lucha, repositorio de fricciones y problemáticas, pero también como espacio exploratorio” (SALES, 2002, p. 2).

Se pensarmos que a proposta de Arguedas era encontrar um modo de inserir não apenas palavras da língua quéchua, mas o modo de pensar da cultura indígena na estrutura narrativa ocidental, tanto em um romance quanto em um estudo antropológico, redigidos em língua espanhola, e criar certo estranhamento, ao invés de uma aclimação, poderíamos entender o procedimento como uma proposta de tradução cultural, conforme sustenta Sales (2002).

O narrador do romance, que não deixa de ser o protagonista Ernesto em suas memórias, que, por sua vez, nos remete ao próprio autor, Arguedas, atuaria como tradutor estendendo pontes em uma tentativa de diálogo. Mesmo optando pela língua castelhana, Arguedas procura alguns desvios para levar o leitor ao universo cultural indígena. E, ainda que sem a experiência de tal mundo de Arguedas e Ernesto, o leitor terá minimamente participado da experiência sensorial que o passeio pelas terminações “illu”, “illa” e as várias palavras que são rememoradas a partir dessas onomatopeias podem promover, sensibilizando-o para o universo descrito.

Ao longo do romance, o autor vai procurando outros procedimentos para tornar-se tal tradutor. Este, que acabamos de descrever, leva a solução para um campo mais próximo ao da outra atividade de Arguedas, a antropologia, e, como vimos, para um procedimento que ele também acabava adotando nesse campo. De todo modo, em sua busca, mostrará por meio do personagem Ernesto certo descontentamento e frustração com a tarefa que se coloca.

Tanto no capítulo de seu romance com a intervenção que recorda um relato antropológico quanto em seu artigo antropológico com o final que parece recuperar o mito *Inkarry*, Arguedas, autor de ambos, parece estar disposto a atuar como um tradutor e efetivamente estender uma ponte entre as duas culturas. Recordando a crônica de Cajamarca,

se os participantes, inclusive os intérpretes, não tinham o conhecimento do mundo do outro para estabelecer um efetivo diálogo, a postura de Arguedas, tanto no fragmento literário quanto no antropológico apresentados, não constituiria um anseio de atuar como um intermediário entre as duas culturas? Não seria uma forma de atuação no entrelugar, como indica Diniz (1999) sobre o tradutor, e ainda a atitude de um tradutor cultural, segundo Sales (2002)? Além desses questionamentos, caberia também nos perguntarmos se o autor/tradutor se satisfaz com o resultado obtido, se ele realmente acredita que conseguiu estabelecer esse diálogo/ponte entre as culturas em seu projeto intelectual.

4. A carta/canto de Ernesto: uma tradução eficiente?

Você é a dona de minha alma, adorada menina. Você está no sol, na brisa, no arco-íris que brilha sob as pontes, em meus sonhos, nas páginas de meus livros, no cantar do sabiá, na música dos salgueiros que crescem junto à água límpida. Minha rainha, rainha de Abancay; rainha dos *pisonayes* floridos; fui, ao amanhecer, até sua porta. As doces estrelas da aurora pousavam em sua janela, a luz do amanhecer rodeava sua casa, formando uma coroa sobre ela. E quando os pintassilgos vieram cantar nos galhos das amoreiras, quando chegaram os estorninhos e as calhandras, a avenida parecia a glória. Tive a impressão de vê-la, então, caminhando sozinha, entre duas fileiras de árvores iluminadas. Ninfa adorada, entre as amoreiras você brincava como uma borboleta... (ARGUEDAS, 2005, p. 101-102).

O fragmento que acabamos de ler também faz parte do capítulo “Zumbayllu”. Ernesto, que vive em um colégio interno católico, tem fama de poeta por sua distinta sensibilidade de observar e entender a natureza, possivelmente fruto do convívio, na primeira infância, com indígenas (de modo bastante similar à biografia do autor). Por esse motivo, o colega Markask’a pede que ele escreva uma carta de amor à sua amada, afirmando: “Eu não pediria um favor desses a nenhum outro. Você é diferente” (ARGUEDAS, 2005, p. 98).

Ernesto prontamente atende à solicitação. Mas, quando se vê sozinho diante da incumbência, hesita: “Como começaria a carta?” E reflete que não se lembra da “pequena rainha de Abancay” (ARGUEDAS, 2005, p. 99). Tampouco conhecia muito bem o povoado, ele era “forasteiro”, não pertencia àquele lugar. Procura recordar a rua onde a amada do amigo morava com suas amoreiras, árvores que, assim como ele, não eram nativas da região e nas quais o narrador se demora com um longo parágrafo contando a história de sua chegada pelas mãos de fazendeiros, do empecilho que o governo local havia imposto para sua comercialização. Comenta, ainda, sobre a resistência dessas árvores, que tinham se adaptado tão bem na cidade

e proporcionavam frutas que deliciavam as crianças e os pássaros – uma metáfora das dificuldades pelas quais Ernesto havia passado, sem deixar, apesar disso, de produzir belos poemas.

O personagem lembra-se de ouvir algumas vezes o som de uma valsa desconhecida ao piano e imagina que fosse tocada pela amada do colega. Recordar-se, então, da música ouvida numa casa de fazenda de sua região e reflete sobre a menina que tocava piano: “Que distância existia entre seu mundo e o meu?” (ARGUEDAS, 2005, p. 101). Apesar de ser um menino considerado *misti*, ou seja, branco, Ernesto percebe a diferença existente entre, de um lado, uma menina rica, o mundo relacionado à cultura ocidental, à qual nos remetem a rua arborizada com amoreiras e a música de piano, e, de outro, ele, um garoto que se identifica com a cultura indígena, sentindo-se até mais próximo do que realmente era.

Ernesto elabora um texto poético em forma de carta à amada do amigo, numa escrita que se aproxima de padrões literários. Ele diz encontrar a menina, musa inspiradora, chamada de “ninfá adorada”, não apenas na natureza do lugar, mas também nas “páginas de seu livro”, demonstrando conhecer referências e valores da literatura ocidental da primeira metade do século XX. E lembremos que o livro, publicado em 1958, levava mais de dez anos para ser escrito (GONZÁLEZ VIGIL, 1998, p. 28).

Tal questão reflete o que Gonzalo Espino, em *Literatura oral, literatura de tradición oral* (2015), considera como a metáfora entre o *solar* e a *choza* [choupana], tratando do panorama literário peruano dos primeiros trinta anos do século XX, no qual o conceito de “literatura” excluía as literaturas orais, vernáculas e nacionais, porque elas não tinham uma escrita, mas também porque essas manifestações correspondiam ao segmento social identificado com os indígenas, considerados incapacitados para uma produção estética (ESPINO, 2015, p. 12). O autor ainda esclarece: “[L]a lectura hegemónica de la época ofrece precisamente una percepción en la que se excluyen a determinados formatos literarios por su naturaleza lingüísticas, su modalidad de difusión y las poéticas implícitas en ellas” (ESPINO, 2015, p. 13).

É dentro do padrão da “literatura do solar” que se insere o primeiro texto produzido pelo personagem Ernesto: de forma escrita, em espanhol e seguindo os modelos do início do século XX.

Mesmo sabendo das diferenças entre ele e a menina, entre a cultura indígena e a *misti*, Ernesto se sente capaz de romper as diferenças e “atravessar essa distância como uma seta”

(ARGUEDAS, 2005, p. 101). Acredita que sua carta chegaria “às portas desse mundo”, como ele mesmo diz, com “um orgulho novo” a inflamá-lo, e que poderia “escrever suas melhores palavras”. Só então começa a perceber que tais palavras deveriam ser escritas e, como “quem entra num combate”, exorta-se a começar: “levante voo, gavião cego, gavião vagabundo”. (ARGUEDAS, 2005, p. 101). É nesse momento do enredo da obra que aparece o fragmento redigido por Ernesto e com o qual iniciamos esta reflexão.

Para o protagonista, escrever era como entrar em um combate e vencê-lo, uma vez que, não obstante o caráter quase bélico que a escrita assumia para ele, sentia-se, naquele instante capacitado para enfrentá-la.

Entretanto, logo a seguir, ele interrompe abruptamente sua escrita, pois “um repentino descontentamento, uma espécie de aguda vergonha, fez-me interromper a redação da carta” (ARGUEDAS, 2005, p. 102). Percebe a distância que existe entre o que ele diria às meninas e o que escreveu, entre a língua quechua e a castelhana, que o separa da musa da carta, que, mesmo não sendo sua amada, exerce tal função no relato. Assim, o garoto abre espaço para a oralidade e conversa com seus pensamentos:

Apoiei meus braços e a cabeça sobre a capa do caderno; com o rosto escondido parei para escutar esse novo sentimento. “Aonde você vai, aonde você vai? Por que não continua? O que o assusta, quem cortou seu voo?” Depois dessas perguntas, voltei a me escutar ardentemente. (ARGUEDAS, 2005, p. 102).

Em seguida, entendemos o motivo da preocupação de Ernesto: “e se elas soubessem ler? Se eu pudesse escrever para elas” (ARGUEDAS, 2005, p. 102). “Elas” eram as meninas indígenas de seu povoado, para quem a carta redigida não faria nenhum sentido. Ele percebe a incomunicabilidade entre o padrão de sua carta e a vivência dessas meninas, das quais se sentia culturalmente mais próximo, constata que escrever para elas “era inútil, imprestável”.

O dilema pelo qual passa o personagem narrador Ernesto aproxima-se do impasse vivido por Arguedas diante de seu fazer literário, como assinala Dora Sales:

[...] su desgarrada lucha con la lengua para lograr expresar en castellano el entorno quechua y mestizo. Como bilingüe de entraña bicultural, Arguedas tuvo plana conciencia de su doble instrumental comunicativo. Sin embargo, siempre otorgó un afecto especial a la lengua indígena, considerada como su lengua materna” (SALES, 2002, p. 1-2).

Roland Forgues (1989) também associa a postura do protagonista à de Arguedas, segundo suas palavras, subversiva e revolucionária, que não se contenta em traduzir a realidade contingente, mas procura ordená-la, “hacerla coherente y armoniosa; en una palabra: de darle sentido” (1989, p. 50). Diante disso, Sales insiste em argumentar que “[s]us esfuerzos, como verdadero traductor cultural, se centraron en tender puentes comunicativos y comprensivos entre culturas. Pensamos que su proyecto literario fue un proyecto de traducción” (SALES, 2002, p. 5).

Ernesto percebe que só poderia colocar alma em algo que as meninas indígenas pudessem entender, se suas palavras tivessem algum sentido para elas. Daí o descontentamento com o primeiro texto que produziu no padrão da “literatura do solar” (ESPINO, 2015). Tanto que desabafa: “Se eu pudesse escrever para elas, meu amor brotaria como rio cristalino; minha carta poderia ser como um canto que vai pelos céus e chega a seu destino”. Neste caso, “escrever” precisa ser entendido como “comunicar”, pois o que ele desejava realmente produzir era um “canto”, e não uma “carta”; ansiava pela oralidade, e não pela escrita. E, exortando seus pensamentos, ele verbaliza: “Ande, vá esperá-la nos caminhos, e cante! E se fosse possível, se eu pudesse começar isso?” (ARGUEDAS, 2005, p. 102).

O protagonista pensa no que diria às meninas, mas também em como deveria ser seu discurso. É a partir dessa percepção que seu texto muda de rumo. Para elas, não adiantaria escrever em castelhano, mas cantar na língua quéchua com todo seu modo peculiar de entender aquele mundo. É então que lemos no romance uma frase em quéchua: “Uyariy chay k’atik’niki siwar k’entita...” (ARGUEDAS, 2005, p. 102).

Impasse similar vivenciava Arguedas ao escrever seu romance. O autor considerava o quéchua a língua na qual expressava mais profundamente os próprios sentimentos, por esse motivo produziu alguns poemas nesse idioma. Entretanto, também almejava que sua produção literária fosse lida por um público mais amplo, ansiava que sua literatura pudesse levar o conhecimento da cultura indígena para além do âmbito peruano. Desse modo, toma a decisão de produzir em língua castelhana e na forma literária ocidental do romance para obter um maior alcance, mas deixando marcas da língua e do pensamento indígenas e miscigenados, como vemos aqui.

Na época de redação do romance de Arguedas, conforme argumenta Espino (2015), havia uma efervescência de movimentos indígenas e, dentro da cidade letrada, o Indigenismo, mas ainda assim não havia o efetivo reconhecimento da literatura oral, étnica e popular:

a no ser porque se la asumía como una imagen que permitía a ese pasado glorioso, el de los incas, y más propiamente al folclore. Con esto se daba cuenta de lo que venía ocurriendo con la “incorporación” ambigua, ilegible, marginal, de la literatura de los pueblos mayoritarios de nuestro país. Textos arcaicos, definidos como hechos del pasado, que ya no circulan pero que aparecen prestigiados por un remoto pasado grandioso del que no se tiene noticias ya y del que únicamente ha quedado la memoria de una raza desacreditada: la indígena. (ESPINO, 2015, p. 14).

No romance, como desfecho da carta que se propõe a escrever, lemos o pensamento de Ernesto na forma de um canto, ainda que em espanhol e na forma escrita, mas com um conteúdo significativamente distinto:

Escute o beija-flor esmeralda que a segue, vai lhe falar de mim; não seja cruel, escute-o. Tem as pequenas asas fatigadas, não poderá voar mais; pare agora. Está perto da pedra branca onde os viajantes descansam, espere ali e escute-o; ouça seu pranto; é apenas o mensageiro de meu jovem coração, vai lhe falar de mim. Ouça, bela, seus olhos como estrelas grandes, bela flor, não fuja mais, pare! Uma ordem dos céus eu lhe trago; mandaram-lhe ser minha doce amante... (ARGUEDAS, 2005, p. 102).

O protagonista fica satisfeito com o resultado de sua mudança na carta:

Desta vez, meu próprio choro me fez parar. [...] Não foi um choro de sentimento nem de desespero. Saí da sala ereto, com um orgulho seguro; como quando cruzava a nado os rios de janeiro carregados da água mais pesada e turbulenta. (ARGUEDAS, 2005, p. 103).

Ernesto demonstra estar satisfeito com a tradução do que cantaria às meninas indígenas para a carta dirigida à musa do amigo. Mais uma vez, as palavras de Dora Sales descrevem muito bem o procedimento de Arguedas em seus textos, “caracterizados por la co-presencia activa de lenguas y culturas, constituyen un muy valioso espacio de negociación y comunicación interlingüística e intercultural” (SALES, 2002, p. 5-6).

Mas se Ernesto se contenta com a solução encontrada ao produzir sua carta/canto, o autor continua a busca. Ao longo do romance, Arguedas adota vários procedimentos que indicam o intuito de estabelecer pontes entre as culturas indígena e ocidental. Procedimentos que persistem ao longo de sua obra e se radicalizam em *El zorro de arriba y el zorro de abajo* (1971), no qual encrava mais ainda no castelhano elementos da linguagem oral miscigenada dos indígenas e mestiços, transforma em personagens pessoas entrevistadas em seus estudos

antropológicos e reexplora a forma romance ao incorporar à ação narrada seu diário, onde relata o estado depressivo em que vive e a preparação do suicídio.

5. Considerações finais

Como pudemos verificar ao longo deste artigo, nos relatos de Cajamarca e, em especial, na crônica de Guamán Poma de Ayala, naquele momento, no século XVI, não existia ainda a possibilidade, segundo Cornejo Polar (1999), de um efetivo “diálogo” entre as culturas, uma vez que distância entre a voz e a letra levava à incomunicabilidade.

Arguedas seguramente conhecia a crônica de Poma de Ayala e várias outros relatos escritos e orais de espanhóis, indígenas e mestiços sobre a distância e tentativas de aproximações entre as duas culturas. Assim, o autor se propõe ao longo de sua obra literária e antropológica a estabelecer pontes para que se efetivasse uma comunicação. Procedimentos que demonstram essa tentativa puderam ser estudados ao longo de duas passagens de seu romance *Los ríos profundos* e em um pequeno fragmento de um artigo antropológico. Arguedas, assim como o protagonista Ernesto, colocou-se, ao longo da vida, o objetivo de ser capaz traduzir elementos de uma cultura para outra. Entretanto, se em alguns momentos parecia dar-se por satisfeito com o resultado alcançado, ele retomava essa busca procurando novos caminhos, o que culminaria em seu romance mais experimental, *El zorro de arriba y el zorro de abajo*, no qual lamentavelmente expressa e registra a insatisfação com o mundo em que vive e registra o sentimento de incapacidade de atuar como intermediador entre culturas.

Retomando os estudos que nortearam mais estreitamente nosso trabalho, recordamos Thais Diniz (1999) sobre a atuação do tradutor a partir de um “entrelugar de várias tradições, culturas e normas”. Arguedas sempre se colocou nesse “entrelugar”, procurou estabelecer vínculos entre elementos da cultura indígena e da ocidental, explorando a língua quéchua e a castelhana, produzindo romances, poesias e cantos, tornando a própria obra bastante complexa.

Por sua vez, para Dora Sales (2002), o autor atuaria como um tradutor, um tradutor cultural, segundo sua visão:

Arguedas crea narrativas en las que, como en un palimpsesto, la lengua de escritura no logra encubrir por completo la diversidad lingüístico-cultural de la que germina. Su obra nos hace repensar la oposición binaria entre original y traducción, sistema de partida y sistema de llegada, identidad y alteridad. (SALES, 2002, p. 6).

Se, para Diniz, à luz das novas teorias dos Estudos de Tradução, toda tradução pode ser entendida como cultural, também é possível concordar com Sales que, sobre Arguedas, enfatiza a atuação do autor como um tradutor cultural. A busca empreendida pelo peruano se evidencia ao longo de sua obra e se radicaliza por ele estar atuando no limite de culturas até hoje bastante distantes, ainda marcadas profundamente pela diferença entre oralidade e escrita. Se toda tradução deve buscar o elemento cultural para se realizar de modo mais efetivo, o contato entre algumas culturas requer um empenho maior para vencer a distância entre elas, sem que cada uma delas perca suas peculiaridades. Este seria o objetivo de Arguedas ao longo de sua produção: estabelecer não uma “transmissão unidirecional de um ponto de origem a um ponto de origem, e sim um trânsito transcultural de ida e de volta” (SALES, 2002, p. 10, tradução nossa).

Referências

ARGUEDAS, J. M. **Os rios profundos**. Trad. Josely Vianna Baptista. São Paulo: Companhia das Letras, 2005 [1958].

_____. **Los ríos profundos**. Madrid: Cátedra, 1998 [1958].

_____. **El zorro de arriba y el zorro de abajo**. 2. ed. Edição crítica de Eve-Marie Fell (Coord.). Madrid: ALLCA XX, 1996. 465 p.

_____. Puquio, una cultura en proceso de cambio. La religión local. In: _____. **Formación de una cultura nacional indoamericana**. Seleção e prólogo de Ángel Rama. 5. ed. Ciudad de México: Siglo XXI Editores, 1989. 197 p.

BERMAN, A. **A Tradução e a Letra ou o Albergue do Longínquo**. Florianópolis: Copiart/PEGET, 2013 [1985].

CORNEJO POLAR, A. **Escribir en el aire** – ensayo sobre la heterogeneidad socio-cultural en las literaturas andinas. Lima: Editorial Horizonte, 1994.

CUNHA, R. B. **Transculturação narrativa: seu percurso na obra crítica de Ángel Rama**. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2007.

_____. Práticas tradutórias na produção literária da América Latina. In: CARVALHO, T. L.; PONTES, V. O. (Org.). **Tradução e ensino de línguas: desafios e perspectivas**. Mossoró: UERN, 2014, p. 111-122.

_____. De la materia a la palabra: la interrelación entre la antropología y la traducción en la producción de José María Arguedas. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 2, p. 139-154, 2012. <https://doi.org/10.5007/2175-7968.2012v2n30p139>

DINIZ, T. F. N. O conceito de tradução. In: _____. **Literatura e Cinema: da semiótica à tradução**. Ouro Preto: Editora UFOP, 1999, p. 25-42.

ESPINO RELUCÉ, G. **Literatura oral**. Literatura de tradición oral. Lima: Editora Pakarina, 2015.

FORGUES, R. **José María Arguedas: del pensamiento dialéctico al pensamiento trágico**. Lima: Horizonte, 1989.

GONZÁLEZ VIGIL, R. Introducción. In: ARGUEDAS, J. M. **Los ríos profundos**. Madrid: Cátedra, 1998 [1958], p. 11-133.

LARRÚ SALAZAR, M. Voz e letra em conflito: alguns problemas de traduzibilidade intercultural. Trad. Roseli Barros Cunha. In: PONTES, V. O.; CUNHA, R. B.; CARVALHO, E.; TAVARES, G. (Org.). **A Tradução e suas interfaces: múltiplas perspectivas**. Curitiba: CVR, 2015, p. 8-25.

MOYA, V. **La selva de la traducción – teorías traductológicas contemporáneas**. Madrid: Cátedra, 2007.

ORTIZ, F. **Contrapunteo cubano del tabaco y el azúcar**. Prólogo e cronologia Julio Le Riverend e introdução Bronislaw Malinoski. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1987.

PIZARRO, A. (Org.). **América Latina: palavra, literatura e cultura**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

POMA DE AYALA, F. G. **El primer nueva crónica y buen gobierno**. Disponível em: <http://www.kb.dk/permalink/2006/poma/info/es/foreword.htm>. Acesso em: 9 jan. 2015.

RAMA, Á. **Transculturación narrativa en América Latina**. Montevideo: Fundación Ángel Rama, 1982.

SALES, D. Traducción cultural en la narrativa de José María Arguedas: hervores en la encrucijada de lenguas y culturas In: **CONGRESO INTERNACIONAL DE TRADUCTORES E INTÉRPRETES, 1., CONGRESO NACIONAL DE TRADUCTORES, 2., 2002**, Lima: Colegio de Traductores del Perú; Universidad Femenina del Sagrado Corazón; Universidad Ricardo Palma, 2002.

TODOROV, T. **A conquista da América – a questão do outro**. Trad. Beatriz P. Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 1991 [1982].

Artigo recebido em: 07.01.2017

Artigo aprovado em: 14.02.2017

A função interpessoal e o posicionamento dialógico de tradutores em traduções de *picture books*

The interpersonal function and the translators' dialogic positioning in translations of picture books

Célia M. Magalhães*
Andrea A. Leitão**
Daniela S. A. Fernandes***

RESUMO: O objetivo deste artigo é estudar as *shifts* de tradução que representam o posicionamento dialógico de tradutores em relação a valores expressos nos textos e sua interação com leitores prospectivos desses textos. O tema é aqui abordado com base em uma interface das teorias e métodos usados por Rosa (2009) e Munday (2012, 2015) para investigar o papel da função interpessoal na interação tradutor-leitor e na intervenção tradutória, respectivamente. Estudam-se *shifts* na estrutura comunicativa da narrativa, incluindo aquelas relativas à apresentação da fala de personagens, e no uso de recursos de avaliação em *picture books* traduzidos do inglês para o português brasileiro. Em última instância, busca-se identificar o posicionamento dialógico dos tradutores em relação aos valores expressos por recursos avaliativos nestes textos e na construção de uma comunidade de leitores que partilham desses valores.

PALAVRAS-CHAVE: Função interpessoal e tradução. Posicionamento dialógico. Avaliação. Apresentação da fala. *Picture books*.

ABSTRACT: This paper aims at studying shifts in translations which represent the translators' dialogic positioning towards values expressed in texts as well as their interaction with a putative readership. This topic is discussed based on an interface of theories and methods used in Rosa (2009) and Munday (2012, 2015) in order to investigate the role of the interpersonal function in translator-reader interaction and translator's intervention, respectively. Shifts in the communicative structure of narrative are studied with a focus on the ones involving characters' speech presentation and the ones involving the use of evaluation resources in translations of picture books from English into Brazilian Portuguese. The paper ultimately aims at identifying the translators' dialogic positioning towards the values expressed in these texts through the use of evaluative resources and the construction of a community of shared values amongst their readers.

KEYWORDS: The interpersonal function in translation. Dialogic positioning. Evaluation. Speech presentation. Picture books.

* Professora Titular da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. Atua na linha de Estudos da Tradução do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos e no Curso de Bacharelado em Letras- Inglês, com ênfase em Tradução. E-mail: cmagalhaes@ufmg.br.

** Licenciada em Letras-Inglês pela Faculdade de Letras de Universidade Federal de Minas, foi bolsista do Programa de Iniciação Científica (PIBIC) da Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: andrea_bh02@hotmail.com.

*** Bacharelanda em Letras-Inglês com ênfase em Tradução, foi bolsista do Programa de Iniciação Científica (PROBIC) da Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: daniela.sf.assis@gmail.com.

1. Introdução

Este artigo tem como tema o posicionamento do tradutor e a interação tradutor-leitor no texto traduzido (TT). Mais especificamente, o enfoque é o papel da função interpessoal no posicionamento de tradutores brasileiros de *picture books* (textos ilustrados) da literatura infantil. Entende-se que tal posicionamento ativa a construção de leitores prospectivos para os *picture books* traduzidos, já que os tradutores alinham-se com determinados valores e ideias expressos nos textos e, dessa forma, pressupõem respostas particulares de determinada comunidade de leitores. Estudos sobre a interação tradutor-leitor têm sido realizados nos Estudos da Tradução por Rosa (2009), dos estudos descritivos da tradução (TOURY, 1995). A teórica portuguesa usa teorias narrativas (CHATMAN, 1980) e de tradução literária (SCHIAVI, 1996), para examinar a estrutura comunicativa da narrativa e a apresentação da fala – AF (LEECH; SHORT, 2007), e a teoria da avaliatividade – TA (MARTIN; WHITE, 2005), para analisar a conspicuidade do tradutor por meio dos diferentes recursos de atitude usados por ele e do seu controle e poder sobre leitores implícitos de textos literários traduzidos para o português europeu. Já o estudo da função interpessoal nos TTs, relacionada com a intervenção tradutória, tem sido realizado por Munday (2012, 2015), da análise do discurso e tradução. O autor britânico lança mão da TA para investigar os recursos de avaliação usados nas traduções para diversas línguas de textos literários e políticos e o posicionamento dos tradutores em relação aos valores expressos nos textos e sua construção antecipada de leitores que compartilham esses valores.

O objetivo do artigo é estudar as *shifts* de tradução que representam o posicionamento do tradutor e a interação tradutor-leitor em textos ainda não estudados nessa perspectiva. Mais especificamente, propõe-se uma integração dos métodos usados por Rosa (2009) e Munday (2012, 2015) para expandir-se a investigação de *shifts* relacionadas ao tema focado nos TTs. Estudam-se *shifts* na estrutura comunicativa da narrativa e no uso de recursos de avaliação em traduções de *picture books* traduzidos do inglês para o português brasileiro. Através dessas *shifts*, estuda-se, ainda, a interação tradutor-leitor, com enfoque em um provável posicionamento do primeiro em relação aos valores expressos nos textos e na construção de uma comunidade de leitores dos TTs que partilham desses valores. O *corpus* utilizado integra o *corpus* a ser informado posteriormente, descrito em Magalhães (2014) e disponível em www.portalminas.lettras.ufmg.br. O trabalho busca responder as seguintes perguntas de pesquisa: 1) quais *shifts* de tradução ocorrem na estrutura comunicativa dos TTs de acordo com

proporção de sentenças dialogais e não dialogais e os modos de AF?; 2) quais *shifts* de tradução ocorrem relativas ao uso dos recursos de atitude, levando-se em conta ocorrências de avaliação inscrita ou evocada, positiva ou negativa de atitude?; 3) quais *shifts* ocorrem relativas aos recursos de engajamento e gradação e 4) qual a relação das *shifts* encontradas com um posicionamento do tradutor que antecipa um público-alvo alinhado com esse posicionamento?

O artigo está organizado em 5 seções, além das referências bibliográficas: introdução; referencial teórico; metodologia; resultados e discussão, conclusões e sugestões para pesquisas futuras.

2. Referencial teórico

Rosa (2009) e Munday (2012, 2015), de abordagens distintas dos Estudos da Tradução, abordam o papel da função interpessoal nos textos traduzidos. No caso de Rosa (2009), essa função é vista por duas perspectivas. A primeira é a da interação tradutor-leitor, por meio da presença ou voz do tradutor na estrutura comunicativa da narrativa dos textos literários traduzidos, seja pelo uso do narrador em primeira pessoa, seja pelo uso de diferentes modos de AF. A segunda é a da interação tradutor-leitor através do uso de recursos avaliativos de atitude positiva ou negativa, inscrita ou evocada. No caso de Munday (*ibid.*), que estuda textos políticos além de ficcionais, a função interpessoal é abordada através da intervenção tradutória e da perspectiva dialógica do tradutor, expressas em uma gama mais ampla de recursos avaliativos e em mais níveis de delicadeza.

Para um detalhamento dessas perspectivas, esta seção está dividida em duas subseções. A primeira faz uma revisão de trabalhos dessas duas abordagens e a segunda das teorias de base nelas usadas, a AF (LEECH; SHORT, 2007) e a TA (MARTIN; WHITE, 2005).

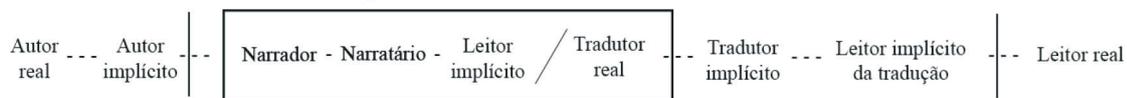
2.1 A função interpessoal nas abordagens dos Estudos da Tradução

Schiavi (1996), da tradução literária, propõe novas entidades para a estrutura comunicativa da narrativa¹ para dar conta dos textos traduzidos. O tradutor, como o leitor real do texto-fonte (TF) faz parte do público-alvo do TF e compartilha as pressuposições atribuídas pelo autor implícito do TF ao seu leitor implícito. Entretanto, o tradutor é o escritor do texto traduzido (TT) que tem um público-alvo distinto do público-alvo do TF. Assim, o tradutor,

¹ Cf. CHATMAN, 1980.

leitor real do TF, é o tradutor real do novo texto. Ele existe também como um construto teórico da narrativa, o tradutor implícito, ao lado da entidade do texto a quem é atribuída a sua voz (também um construto teórico da narrativa), o narrador do TT. O diagrama de Schiavi retoma aquele proposto por Chatman (1980) e é apresentado como estrutura sintagmática. Em sequência linear, depois do narrador da tradução, está a próxima entidade narrativa, o narratário do TT, que pode ser construído a partir do leitor implícito deste texto. O leitor implícito da tradução corresponde às pressuposições do tradutor sobre o leitor real da tradução. A estrutura comunicativa da narrativa do TT de Schiavi (1996, p. 14) é apresentada na Figura 1 a seguir:

Figura 1- Estrutura comunicativa da narrativa.



Fonte: Schiavi (1996, p. 14), adaptado e traduzido pelo GRANT².

Rosa (2009) também considera o texto literário traduzido como uma transação comunicativa, organizando os participantes da narrativa traduzida em pares como “remetente/destinatário” em níveis narrativos e enunciativos diferentes. Em lugar da estrutura sintagmática apresentada em Schiavi (1996), a autora adota um modelo hierárquico de níveis diferentes, narrativos e enunciativos, considerando o texto literário traduzido, em termos pragmáticos, como uma hierarquia de vozes orquestradas pelo tradutor, o remetente do TT. O tradutor implícito seria também um construto teórico intratextual relacionado a decisões tradutórias de manutenção ou *shifts* do perfil e relações de todos os participantes nos níveis subordinados. Rosa (2009) defende que o poder real dos remetentes nos níveis superiores pode estar expresso explicitamente ou camuflado e isso só pode ser descrito por meio de uma análise linguística dos padrões de traços narrativos.

A proposta de análise de Rosa (2009) para identificação das vozes narrativas nos vários níveis no TF e no TT usa uma amostra de quinhentas sentenças de cada texto de um *corpus* compilado com traduções de um mesmo TF para os públicos adulto e infanto-infantil, anotado manualmente e com análise semiautomática. Tal análise é desenvolvida em duas fases, uma para investigação da conspicuidade do tradutor na narrativa e a outra para a identificação da recursos avaliativos de atitude. Na primeira fase, a investigação contabiliza a proporção de

² Grupo de Análise Textual e Tradução, registrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq.

orações em que o narrador visivelmente reporta ou não os diálogos; na segunda, classificam-se e contabilizam-se os tipos os recursos de atitude.

Na primeira fase, os resultados encontrados nas traduções para o público infanto-infantil, presumivelmente mais próximo do público-alvo enfoque deste artigo, o infantil, mostram que a estrutura comunicativa dos textos traduzidos foi alterada, com aumento do número de sentenças não dialogais e diminuição dos modos de fala direta e fala direta livre. Na segunda fase, são identificados os recursos de atitude da TA, especialmente aqueles usados para avaliar os personagens cuja fala é reportada. Verifica-se se há avaliação positiva ou negativa, testando-se, assim, o posicionamento diferente do tradutor na interação com seus leitores; verifica-se, ainda, se a avaliação evocada nos TFs passa a ser inscrita nos TTs, dessa forma, identificando-se se há mais ou menos controle do tradutor sobre a interpretação de seus leitores. Os resultados encontrados mostram uma diminuição da média da porcentagem de recursos de atitude e uma diminuição global, tanto de avaliações evocadas quanto de avaliações negativas.

Barcellos (2011), baseada na abordagem de estilo da tradução, investiga *shifts* no uso de modos de AF em duas traduções de tradutores brasileiros distintos de um mesmo romance em língua inglesa, publicadas em épocas distintas e direcionadas ao público adulto. Entre os resultados encontrados, a fala direta foi a norma confirmada; entretanto, os tradutores operaram de modo a aumentar moderadamente o controle do narrador no texto (p. 92-96), introduzindo trechos de relato narrativo de atos de fala e de fala indireta em contraposição a uma diminuição de trechos de fala direta livre no TF.

Munday (2012, 2015) baseia-se na TA como sistema semântico-discursivo produtivo para analisar recursos linguísticos de realização da função interpessoal nos TTs, os quais constituiriam sinais da intervenção dos tradutores em relação a valores expressos nos TFs. Munday (2012, p. 41) também se refere ao seu interesse nas *shifts* dos TTs que mais revelam o posicionamento do tradutor, pontos críticos que “geram potencial mais interpretativo e de expressão de valores”³. O autor introduz a análise baseada na TA para mostrar seu potencial para lidar com esses pontos “críticos” ou “*value-rich*” (ricos em valor) (Ibid.) dos TFs a serem interpretados e ajustados nos TTs por seus escritores. Munday (2012) utiliza uma adaptação do sistema da avaliatividade para descrição da avaliação em tradução e um *corpus* que integra

³ No original: “[...] generate the most interpretative and evaluative potential [...]”.

principalmente traduções de textos ficcionais e traduções/interpretações de textos políticos em pares de línguas europeias distintas.

Os resultados de Munday (2012) mostram que, de forma global, as ocorrências de avaliações de atitude são mantidas, com poucas omissões. Munday (2012) destaca, ainda, que estudos da forma de realização inscrita ou evocada e da polaridade da atitude devem ser aprofundados. O autor encontrou *shifts* de atitude evocada para inscrita e de polaridade, especialmente em casos de epítetos avaliativos ambíguos. Sugere, ademais, que estudos sobre a intensificação dos recursos avaliativos de atitude devem ser aprofundados em trabalhos futuros. Finalmente, Munday (2015) encontra *shifts* de engajamento indicadoras de uma provável expansão dialógica, com um menor investimento dos tradutores e intérpretes em posicionamentos relativos a valores expressos nos textos.

2.2 Teorias de base: a AF e a TA

O modelo de Leech e Short (2007 [1981]), usado por Rosa (2009) para classificar os tipos de apresentação dos diálogos na ficção traduzida, foi a primeira proposta de divisão e análise sistemática entre fala e pensamento em narrativas da língua inglesa. Esse modelo propôs categorias de classificação para diferentes instâncias de apresentação da fala e pensamento nessas narrativas, não apenas reconhecendo o caráter distinto desses modos de apresentação, como também reconhecendo a existência de um contínuo entre dois extremos dos referidos modos de apresentação. As categorias de análise da fala, enfoque deste artigo, são entendidas como variações de um contínuo, similar à variação de cores no espectro solar. As categorias de AF propostas por Leech e Short (2007) representam uma variação entre o total controle do narrador e a (aparente) ausência desse controle. Os resultados obtidos pelos autores mostram como norma da AF nos textos investigados a fala direta, de acordo com sua frequência de ocorrência. Uma breve definição das categorias é apresentada a seguir:

- Fala direta (FD) – o narrador apresenta falas de personagens usando citação;
- Fala indireta (FI) – o narrador apresenta falas dos personagens indiretamente, sem citação;
- Fala direta livre (FDL) – falas dos personagens são apresentadas de maneira livre, sem aparente apresentação pelo narrador;
- Fala indireta livre (FIL) – o narrador reporta falas de personagens sem usar a oração introdutória da narrativa;
- Relato narrativo dos atos de fala (RNAF) – o narrador apresenta um relato mínimo de falas de personagens.

A TA, conforme proposta por Martin e White (2005), tem a linguística sistêmico-funcional – LSF (HALLIDAY, 1994), na área mais geral da semiótica social, como base. A proposta da TA como sistema da função interpessoal no estrato semântico-discursivo foi elaborada com base na análise dos recursos lexicogramaticais de textos em língua inglesa. Para o português brasileiro, há a contribuição inicial de Vian Jr et al. (2010), com uma revisão da teoria e sua aplicação na análise de diversos tipos textuais, e Praxedes Filho e Magalhães (2015), entre outros, com a descrição de um *corpus* de audiodescrições com base na TA.

De acordo com Praxedes Filho e Magalhães (2015) a LSF é uma teoria funcionalista que vai além do único tipo de significado considerado na semântica formalista – o significado representacional ou ideacional em termos sistêmicos – e considera dois outros tipos, o interpessoal e o textual. Para a TA, a função interpessoal permite aos indivíduos, além de trocar informações e bens e serviços com outros (negociação interpessoal), construir, em geral, sua identidade enquanto expressam suas avaliações/interpretações, sem estarem isentos de projetar identidades prováveis no interlocutor. O objetivo é a construção, ou não, de solidariedade entre escritor e uma comunidade de valores compartilhados, os leitores. Os significados avaliativos interpessoais são realizados pela lexicogramática da modalidade e outros recursos lexicogramaticais de avaliatividade.

Praxedes Filho e Magalhães (2015) explicam que uma rede de sistemas é composta por um conjunto de sistemas inter-relacionados. Um sistema, por sua vez, é um conjunto de termos mutuamente excludentes ou simultâneos dentre os quais o falante/escritor faz escolhas. Cada rede de sistemas tem uma condição de entrada inicial que estabelece seu ambiente/escopo, a qual, para a rede de sistemas de avaliatividade, é ‘avaliatividade’. Essa condição possibilita a entrada no sistema de primeiro nível de delicadeza, chamado TIPO DE AVALIATIVIDADE, cujos termos são ‘atitude’ e/ou ‘engajamento’ e/ou ‘gradação’. Os autores citados explicam que o sistema de avaliatividade tem até seis níveis de delicadeza. Entretanto, apenas os sistemas e termos até o primeiro e segundo níveis foram usados nesta pesquisa, seguindo Munday (2012, 2015), e serão descritos a seguir, com base em Praxedes Filho e um dos autores (2015).

O sistema do primeiro nível de delicadeza é denominado TIPOS DE AVALIATIVIDADE. Os sistemas do segundo nível de delicadeza são as opções de cada tipo de avaliatividade. No primeiro nível de delicadeza, os termos/escolhas do sistema TIPOS DE AVALIATIVIDADE cobrem os significados interpessoais de “atitude”, “engajamento” e “gradação”. A “atitude” é a área de significados através dos quais o falante/escritor avalia

positiva ou negativamente seus sentimentos e os dos outros. O “engajamento” é área de significados através dos quais o falante/escritor avalia seus próprios posicionamentos assumidos no texto e os posicionamentos de outros no amplo universo da intertextualidade, construindo-se identitariamente, projetando uma dada identidade para seu interlocutor e estabelecendo, ou não, um elo de solidariedade com ele. Finalmente, a “gradação” é área de significados através dos quais o falante/escritor avalia por meio da amplificação ou redução do grau das avaliações atitudinais e das avaliações sobre os posicionamentos intra e intersubjetivos de engajamento (PRAXEDES FILHO, MAGALHÃES, 2015).

Os recursos linguísticos avaliativos são constituídos, em sua maioria, por epítetos (adjetivos) avaliativos, mas também por outras palavras ou grupos de palavras da lexicogramática da transitividade, como verbos que realizam processos, substantivos que realizam entes, advérbios que realizam circunstâncias e conjunções que realizam a subfunção lógica da função ideacional. Além de avaliações atitudinais inscritas, aquelas que são explicitamente realizadas via léxico avaliativo, há também avaliações atitudinais implícitas, aquelas que são evocadas via metáforas lexicais, ou via gradação de significados não atitudinais ou, ainda, via significados ideacionais com implicações culturais específicas. No contínuo da polaridade, a avaliação pode ser positiva, ambígua ou negativa, o que é definido por seu significado conotativo ou prosódia semântica no cotexto (horizonte no texto) de sua ocorrência (PRAXEDES FILHO; MAGALHÃES, 2015).

Neste artigo, adotou-se um aprofundamento da análise da avaliação de Rosa (2009) com as categorias do primeiro e segundo níveis do sistema utilizadas em Munday (2012, 2015), as categorias do primeiro nível descritas acima e as categorias do segundo nível descritas sucintamente na metodologia. Verificaram-se as ocorrências de recursos avaliativos desses níveis nos textos, e as ocorrências de atitude positivas, ambíguas ou negativas e inscritas ou evocadas.

3. Metodologia

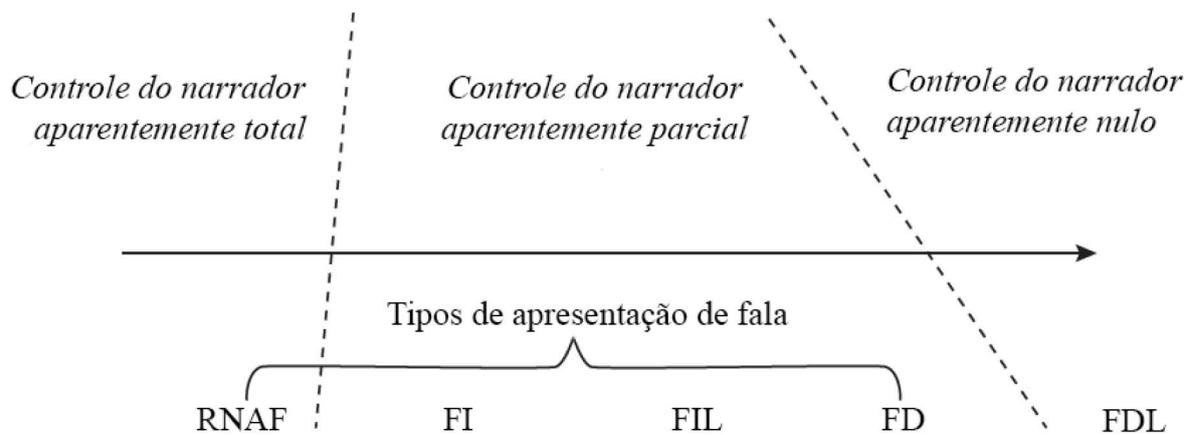
O *corpus* de estudo é paralelo bilíngue e foi composto por dezoito *picture books*, sendo nove originalmente escritos em inglês e nove suas respectivas traduções para o português brasileiro. Este *subcorpus* do ESTRA foi selecionado por se tratar de textos direcionados ao público infantil, não explorados por Rosa (2009) ou Munday (2012, 2015). Os textos são

intermodais, sendo a narrativa representada pelas linguagens visual e verbal. Neste estudo, enfocou-se a linguagem verbal.

Para a análise, a exemplo de Rosa (2009), foram contabilizadas as sentenças do *corpus* em inglês e as correspondentes do *corpus* traduzido para o português, ambos *corpora* de pequenas dimensões. As sentenças do primeiro, 429 no total, e as sentenças do segundo, 427 no total, foram analisadas semiautomaticamente, classificando-se as categorias da AF e da TA com base em anotações já oferecidas através do *software* UAM CorpusTool, versão 3.3f (O'DONNELL, 2016), como é o caso das categorias da TA, ou em anotações de outras categorias que este software permite, como é o caso das categorias de AF. A contabilização dos dados foi realizada com o auxílio do *software* Microsoft Excel (2016).

A análise consistiu de duas fases. Na primeira foi analisada a estrutura comunicativa da narrativa segundo Rosa (2009), em três etapas: (i) a identificação nos textos de sentenças (seguindo o critério grafológico) para contabilização dos totais de sentenças (*corpus* e cada texto individual); (ii) a identificação, entre as sentenças, daquelas dialogais e não-dialogais (seguindo o critério da ocorrência ou não de relato de fala pelo narrador) para contabilização dos totais de ocorrências de cada uma (*corpus* e cada texto individual) e (iii) classificação das orações de relato das sentenças dialogais segundo as categorias de AF. Nesta última etapa, o suporte teórico foram as categorias da AF de Leech e Short (2007) e sua proposta do contínuo entre os modos de AF, a qual mostra a variação entre o maior controle (presença) e o menor controle (aparente ausência) do narrador, conforme ilustrado na Figura 2.

Figura 2 - Escala de apresentação da fala.
 Contínuo de interferência no relato de fala



Fonte: Leech e Short ([1981] 2007, p. 260), adaptação e tradução do GRANT.

A segunda fase foi de investigação da avaliação no *corpus*, segundo categorias de recursos avaliativos (MARTIN; WHITE, 2005) investigadas em Rosa (2009) e, de modo mais aprofundado, em Munday (2012, 2015). Foram usadas as categorias de primeiro e segundo níveis, as primeiras descritas na seção anterior e as segundas descritas sucintamente no Quadro 1, a seguir, traduzido e adaptado de Munday (2015).

Quadro 1- Recursos de avaliatividade (adaptado de Martin e White, 2005, p. 38)

Domínio da Avaliatividade	Categoria	Valor	Exemplos de Realizações
Atitude	Afeto	Sentimentos e reações emocionais	Feliz, triste
	Julgamento	Da ética, comportamento, capacidade	Errado, corajoso
	Apreciação	Das coisas, fenômenos e reações	Bonito, autêntico
Engajamento	<u>Monoglossia</u>	Voz única	Assertiva categórica
	<u>Heteroglossia</u>	Contrair Expandir	Mostra, certamente Argumenta, quase, possivelmente
Gradação	Força	Aumentar	Totalmente extinto
		Diminuir	Um pouco preocupados
	Foco	Enfocar	Um verdadeiro campeão
		Desfocar	Um tipo de azul

Fonte: Munday, 2015, p. 408, traduzido pelo GRANT.

Esta fase realizou-se em três etapas. A primeira foi de identificação de recursos de avaliação em cada sentença; o segundo foi de identificação das unidades da sentença que realizavam avaliação segundo as categorias do primeiro e segundo níveis de delicadeza do sistema da AT; o terceiro foi de classificação das realizações de atitude, inscritas ou evocadas e de sua polaridade, positiva, ambígua ou negativa.

4. Resultados

Seguidas as etapas das duas fases da metodologia de pesquisa, os resultados obtidos em cada fase são relatados nas subseções 3.1 e 3.2 a seguir.

4.1 Estrutura comunicativa da narrativa e a AF

Seguindo o critério grafológico, os textos foram segmentados em sentenças. Dessa forma, foi possível contabilizar o total de 856 sentenças no *corpus*, sendo 429 dos TFs e 427 dos TTs para o português brasileiro. Entre as sentenças dos TFs, 50,58% apresentam relato dialogal. Já nos TTs esse número é maior, 57,38%, como mostra a Tabela I.

Tabela 1- Ocorrências de sentenças dialogais/não dialogais no *corpus*.

TFs			TTs		
Tipo de Sentença	Ocorrência	%	Tipo de Sentença	Ocorrência	%
Dialogal	217	50,58	Dialogal	245	57,38
Não-dialogal	212	49,42	Não-dialogal	182	42,62
Total	429	100	Total	427	100

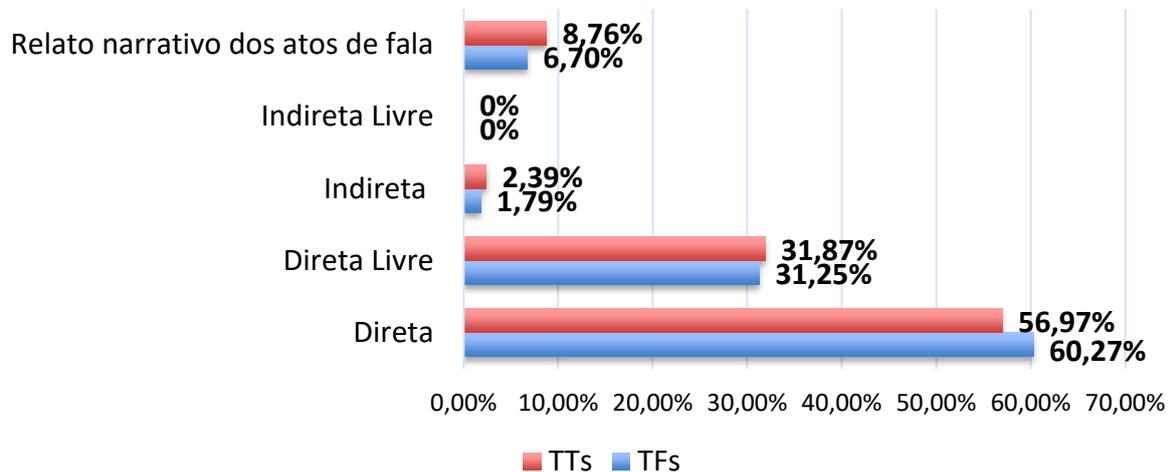
Fonte: as autoras.

O aumento de sentenças dialogais e a redução de sentenças não-dialogais nos TTs mostram uma tendência para a menor visibilidade e controle do narrador da tradução sobre as falas das personagens, segundo o contínuo de AF de Leech e Short (2007), uma vez que o narrador interferiria menos na fala das personagens.

As sentenças em que há a presença de orações dialogais foram classificadas segundo os modos da AF. Foram encontradas 475 ocorrências de modos de AF em todo o *corpus*, tendo sido contabilizados, em alguns casos, mais de um relato nas sentenças dialogais. Na comparação dos TFs com os TTs, os resultados mostram que o número de orações dialogais de FD é superior

nos TFs, enquanto o número de orações classificadas como FDL e RNAF é superior nos TTs, como ilustrado no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Modos de AF nos TFs e TTs.



Fonte: as autoras.

Os resultados mostram, ainda, que não há ocorrência de FIL no *corpus*. Pode-se hipotetizar que este modo de fala, que dificulta a separação das vozes do narrador e das personagens, não é usado em *picture books* para facilitar a interpretação do público-alvo ao qual se direcionam. Os resultados mostram, também, que há um aumento do RNAF e da FI nos TTs, o que pode explicar parcialmente a redução das ocorrências de FD nesses textos e indicar uma tendência para a visibilidade e controle do narrador da tradução, a qual se opõe à tendência apontada na discussão dos resultados apresentados na Tabela I, aumento do número de sentenças dialogais, e no Gráfico II, aumento de ocorrências de FDL nos TTs. Esse modo de AF, no contínuo de AF de Leech e Short (2007), é aquele em que a presença e controle do narrador estariam, aparentemente, menos visível.

Parte dos resultados encontrados para FDL nos TTs pode ser explicado por casos em que pensamentos de personagens no TF são traduzidos como FDL nos TTs. Também há exemplos de omissão nos TTs de orações de relato no TF com ocorrências de FD, o que pode ser mais uma explicação para as diferenças encontradas, como mostra o exemplo A no Quadro 2. Além disso, pode-se explicar o aumento de RNAF nos TTs em casos de acréscimos de sentenças/orações, como mostram os exemplos B e C de *O Natal do Carteiro* e *O carteiro chegou*.

Quadro 2 - Exemplos de *shifts* de AF no *corpus*.

A. TF: <i>The Gruffalo's Child</i> , Donaldson		CLASS	TT: <i>O filho do Grúfalo</i> , Aquino	CLASS
“Not I,” said the snake.		FD	— Eu não, ele está no lago, comendo Grúfalo no prato.	FDL
“He is down by the lake — eating gruffalo cake.”		FD ⁴		
B. TF: <i>The Jolly Christmas Postman</i> , Ahlberg		CLASS	TT: <i>O Natal do Carteiro</i> , Brandão	CLASS
The Postman can't think what to say, And sips his ginger beer, ... And eats his pie, And waves bye-bye.		Relato narrativo de ação	E se foi comendo a torta, e acenando rumo à porta, com votos de um bom Natal.	RNAF
C. TF: <i>The Jolly Postman</i> , Ahlberg		CLASS	TT: <i>O carteiro chegou</i> , Brandão	CLASS
So the Witch read the letter With a cackle of glee While the Postman read the paper But left his tea. (It was green!)		Relato narrativo de ação	A Bruxa convida o carteiro para entrar e descansar, ler o jornal da noite, tomar um gole de chá.	RNAF
		Relato narrativo de ação	Aceita o Carteiro o convite, mas deixa seu chá intocado, que sua cor era sinistra e tinha um fedor danado!	RNAF

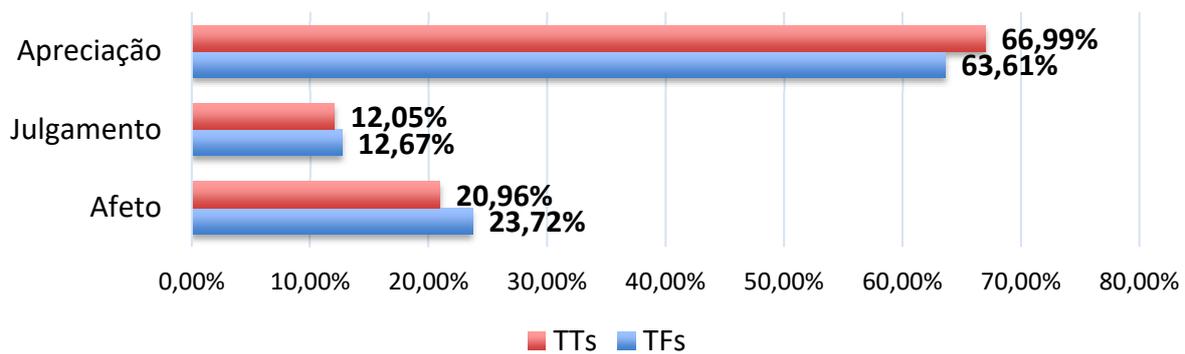
Fonte: as autoras.

4.2. Avaliação, visibilidade e controle do tradutor

Nesta etapa, com o suporte da TA, diferentes unidades das sentenças foram classificadas como recursos de atitude, engajamento e gradação, subsistemas do sistema de avaliatividade. Para o primeiro, o subsistema da atitude, foram identificadas 786 ocorrências. Quando comparados os resultados obtidos nos TFs com aqueles obtidos nos TTs, verifica-se que há mais casos de apreciação nos TTs, enquanto o julgamento e o afeto são preferidos nos TFs. O aumento de recursos de apreciação nos TTs e a redução dos recursos de afeto e julgamento mostram uma preferência nesses textos, distinta daquela encontrada nos TFs, a avaliar mais valores estéticos do que éticos e a expressar menos sentimentos. Essas preferências são ilustradas no Gráfico 2.

⁴ Foram consideradas FD sentenças dialogais em relatos descontínuos, em sequência à outra em que há um ponto final depois da oração de relato. Conforme Thompson (1996) essas sentenças, ainda que não tenham o sinal de relato em sua estrutura, estão relacionadas à sentença dialogal e ao sinal de relato anterior.

Gráfico 2 - Tipo de atitude nos TFs e TTs.



Fonte: as autoras.

No exemplo A, apresentado no Quadro 3, verifica-se um dos procedimentos usados pelos tradutores, de omissão de sentenças em que está expressa uma avaliação de atitude no TF. Já em outros casos avaliações são acrescentadas por meio de *shifts* de tradução, como no exemplo B.

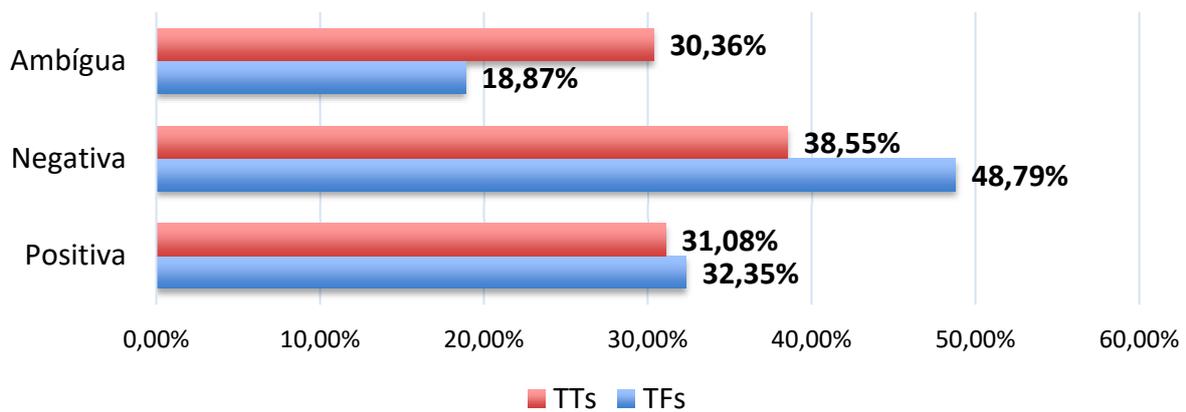
Quadro 3 - Exemplos de *shifts* de avaliação no *corpus*.

A. TF: <i>The Giving Tree</i> , Silverstein	CLASS	TT: <i>A árvore generosa</i> , Sabino	CLASS
"I am too busy to climb trees," said the boy.	Julgamento	"Estou muito ocupado pra subir em Árvores", disse o menino.	Julgamento
"I want a house to keep me warm ," he said.	Afeto		—
"I want a wife and I want children, and so I need a house.	Afeto-apreciação	"Eu quero uma esposa, eu quero ter filhos, pra isso é preciso que eu tenha uma casa.	Afeto-apreciação
B. TF: <i>The Gruffalo</i> , Donaldson	CLASS	TT: <i>O Grifalo</i> , Aquino	CLASS
"Where are you going to, little brown mouse?"	Apreciação/julgamento	— Aonde você vai? — perguntou a raposa, com brandura.	Apreciação/julgamento
Come and have lunch in my underground house."	—	— Venha almoçar comigo, faço um almoço gostoso .	Apreciação/julgamento

Fonte: as autoras.

A polaridade da atitude foi igualmente investigada. No Gráfico 3, verifica-se que a polaridade negativa é superior nos TFs, enquanto a polaridade ambígua é maior nos TTs.

Gráfico 3 - Polaridade da atitude nos TFs e TTs.



Fonte: as autoras.

Esses resultados mostram uma tendência à menor conspicuidade do narrador das traduções, já que este prefere não usar, com a mesma frequência apresentada nos TFs, recursos de atitude positiva ou negativa, optando pela omissão desses recursos (exemplo A) ou pelo acréscimo de recursos de atitude ambígua (exemplo B), como ilustra o Quadro 4.

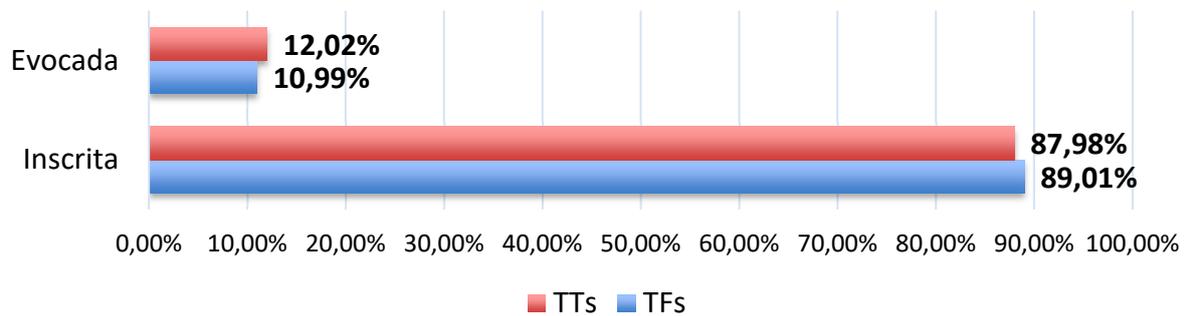
Quadro 4 - Exemplos de *shifts* de polaridade no *corpus*.

A. TF: <i>The Gruffalo</i> , Donaldson	CLASS	TT: <i>O Grúfalo</i> , Aquino	CLASS
“ Silly old Fox!	Negativa, negativa	— Raposa boba!	Negativa
Doesn't he know, There's no such thing as a gruffalo?”	Negativa	Será que não sabe que Grúfalo não existe?	Negativa
B. TF: <i>The Giving Tree</i> , Silverstein	CLASS	TT: <i>A árvore generosa</i> , Sabino	CLASS
He would climb up her trunk and swing from her branches and eat apples.	—	Subia em seu grosso tronco, balançava-se em seus galhos! Comia seus frutos.	Ambígua

Fonte: as autoras.

No contraste dos modos de realização da atitude dos TFs e TTs os resultados são de 1,03% de diferença de ocorrências de realização evocada e inscrita nos textos. Essa diferença é atribuída a maior ocorrência de realização inscrita em TFs e de realização evocada em TTs, como mostra o Gráfico 4 a seguir:

Gráfico 4 - Modos de realização nos TFs e TTs



Fonte: as autoras.

A realização inscrita evidencia a presença do narrador no texto e pressupõe maior controle da interpretação do leitor dos TFs, enquanto a realização evocada apenas sinaliza para essa interferência, além de pressupor mais liberdade de interpretação dos leitores dos TTs, conforme ilustra o exemplo C do Quadro 5. Já o exemplo D do referido Quadro, mostra a ocorrência de omissão de uma avaliação inscrita no TF, o que explica parcialmente a diminuição deste modo de realização nos TTs.

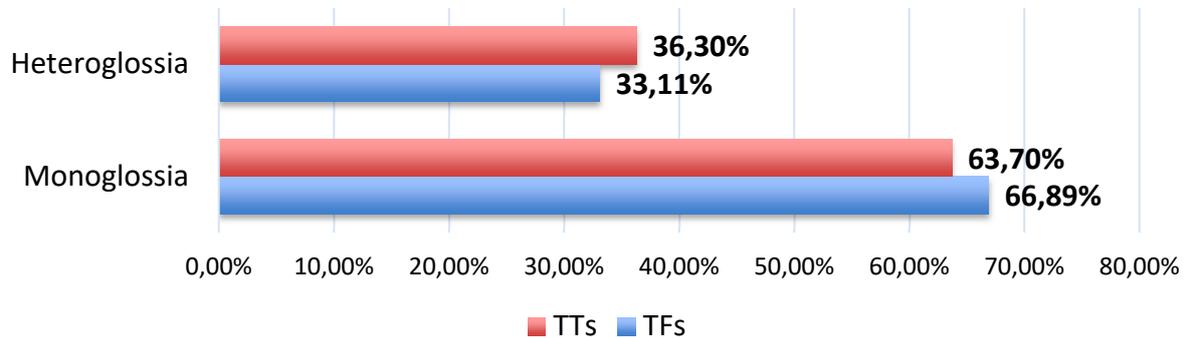
Quadro 5 - Exemplos de *shifts* de realização no *corpus*.

A. TF: <i>The Gruffalo's Child</i> , Donaldson	CLASS	TT: <i>O filho do Grúfalo</i> , Aquino	CLASS
His eyes weren't fiery . His tail wasn't scaly . His whiskers weren't wiry .	Inscrita	A criatura apareceu de olhos esbranquiçados , e em seus bigodes nenhum passarinho pousado.	Evocada
B. TF: <i>Prince Smartypants</i> , Cole	CLASS	TT: <i>Princesa Sabichona</i> , Stahel	CLASS
None of the princes could accomplish the task he was set. They all left in disgrace .	Inscrita	Nenhum dos príncipes conseguiu cumprir a tarefa que lhe coube.	—

Fonte: as autoras.

Na análise do segundo subsistema da avaliatividade, o engajamento, foram identificadas 899 ocorrências em todo o *corpus*. Ao compararmos os TFs e TTs, evidencia-se que os TTs são mais heteroglóssicos, com uma diferença de 3,19% em relação aos TFs o que, de certa forma, reforça o resultado anterior, obtido com o modo de realização da atitude, mais evocado nos TTs e, portanto, sinalizando mais liberdade de interpretação dos leitores. Esses resultados são ilustrados no Gráfico 5.

Gráfico 5 _ Tipos de engajamento nos TFs e TTs



Fonte: as autoras.

No Quadro 6, a seguir, apresentam-se exemplos de *shifts* em um dos TTs em que trechos são acrescentados, provavelmente em função da rima, um traço característico nos textos do *corpus*, mas não abordado aqui. Esses acréscimos acabam motivando a opção pela heteroglossia.

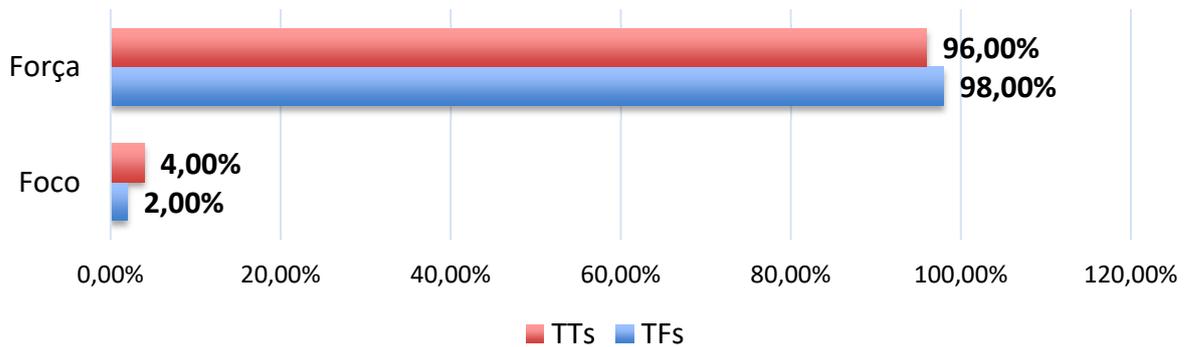
Quadro 6 - Exemplos de *shifts* de engajamento no *corpus*.

TF: <i>The Jolly Christmas Postman</i> , Ahlberg	CLASS	TT: <i>O Natal do Carteiro</i> , Brandão	CLASS
—	—	Em que casas irá, sorrindo, na véspera de Natal?	Heteroglossia
—	—	Se você quiser saber, leia a história até o final.	Heteroglossia
First stop: Four Bears Cottage.	Monoglossia	Primeira parada: Sítio Quatro Ursos.	Monoglossia

Fonte: as autoras.

Os resultados obtidos com a análise da gradação mostram que houve um aumento global das ocorrências de gradação nos TTs, de 40.9% nos TFs para 59.1% nos TTs. Mostram, ainda, que há mais ocorrências de força que de foco nos TFs e em suas respectivas traduções. O Gráfico 6 ilustra esses resultados.

Gráfico 6 - Tipos de gradação nos TFs e TTs.



Fonte: as autoras.

O Gráfico 6 mostra que, ao se comparar os resultados obtidos nos TFs em relação aos TTs, os recursos de força ocorrem menos nestes últimos, 98% nos TFs e 96% nos TTs. Mostram ainda que a porcentagem de recursos de força é inferior à porcentagem de foco nos TFs se comparados aos TTs, 2% contra 4%, respectivamente.

O Quadro 7 ilustra a tendência dos tradutores a aumentar a força das avaliações de julgamento ou usar foco em avaliações de afeto.

Quadro 7 - Exemplos de aumento de gradação de força nos TTs.

A. TF: <i>The Gruffalo</i> , Donaldson	CLASS	TT: <i>O Natal do Carteiro</i> , Brandão	CLASS
A fox saw the mouse and the mouse looked good.	—	A raposa viu o ratinho e o achou apetitoso.	Força
B. TF: <i>Where the wild things are</i> , Sendak	CLASS	TT: <i>Onde vivem os monstros</i> , Jahn	CLASS
And Max the king of all things was lonely and wanted to be where someone loved him best of all.	+Força	E Max, o rei de todos os monstros, ficou sozinho com vontade de estar em algum lugar onde alguém gostasse dele de verdade.	-Força + Foco
C. TF: <i>Prince Cinders</i> , Cole	CLASS	TT: <i>Príncipe Cinderelo</i> , Stahel	CLASS
He was small , spotty, scruffy and skinny.	—	Era baixinho , sardento, magricela e andava molambento.	Força

Fonte: as autoras.

5. Discussão, conclusões e sugestões para pesquisas futuras

Nesta seção, pretende-se responder às perguntas de pesquisa apresentadas na introdução deste artigo e, ao mesmo tempo, comparar os resultados obtidos àqueles de trabalhos revisados na seção teórica. Em resposta à primeira pergunta de pesquisa, quais *shifts* de tradução ocorrem na estrutura comunicativa dos TTs de acordo com a) proporção de sentenças dialogais e não dialogais e b) modos de AF, os resultados mostram que há menor controle do narrador da tradução sobre as falas das personagens, uma vez que os TTs apresentam maior número de sentenças dialogais. Além disso, com relação aos modos de apresentação da fala, há também um pequeno aumento de ocorrências de FDL nos TTs, o que confirma a afirmativa anterior. Os achados diferem daqueles de Rosa (2009) que mostram uma tendência para o uso de sentenças não dialogais e para o aumento de FD nos TTs. Em contrapartida, os resultados aqui encontrados mostram que há também um aumento de RNAF e de FI nos TTs e estes modos de AF representam um menor controle do narrador da tradução. Estes resultados confirmam parcialmente os achados de Barcellos (2011), ao mostrar que os tradutores introduzem *shifts* de modos de AF, usando RNAF e FI para ocorrências diretas, de menor controle do narrador.

A segunda pergunta está relacionada aos recursos avaliativos de atitude, ou seja indaga quais *shifts* de tradução ocorrem relativas ao uso dos recursos de atitude, levando-se em conta a ocorrência de avaliação implícita ou explícita, positiva ou negativa de atitude. Em resposta a essa pergunta, os resultados mostram que não há grande diferença no número de ocorrências totais de recursos de avaliação de atitude nos TFs e TTs. As *shifts* nos recursos de avaliação mostram uma preferência nos TTs a avaliar mais valores estéticos do que éticos e a expressar menos sentimentos, pois a apreciação é mais frequente, o que os difere dos TFs, em que o julgamento e o afeto são preferidos. Este nível de delicadeza não foi abordado em Rosa (2009) seja para as traduções infanto-juvenis seja para as traduções para o público adulto; também não foi abordado em Munday (2012, 2015), o qual não inclui *picture books* em seu *corpus*.

O contraste entre a realização evocada e inscrita nos TFs e TTs não é expressivo, ainda que a realização inscrita tenha maior ocorrência em TFs e a evocada em TTs. Quanto à polaridade, há menor frequência de recursos de avaliação positiva ou negativa nos TTs em relação aos TFs, optando-se nos primeiros por não usar recursos de avaliação ou pelo acréscimo de avaliações ambíguas. Esses resultados endossam as afirmativas de Munday (2012) sobre a necessidade de se investigar mais detalhadamente *shifts* nos modos de realização da atitude. Sobre esse tema, ressalta-se que os achados desta pesquisa mostram tendência oposta àquela

encontrada em Rosa (2009) e Munday (2012), de uso de *shifts* de avaliação evocada para inscrita. Em relação à polaridade da atitude, os resultados confirmam os resultados de Rosa (2009) no que tange à diminuição de recursos avaliativos negativos. Nos TTs aqui investigados essa diminuição pode ser atribuída à omissão desses recursos ou a escolhas de polaridade ambígua, o que reforça a afirmativa de Munday (2012) sobre a necessidade de aprofundar a investigação do uso da polaridade ambígua em traduções.

A terceira pergunta diz respeito à ocorrência de *shifts* de recursos de engajamento e gradação. Os resultados confirmam parcialmente Munday (2015), mostrando que há uma maior ocorrência de heteroglossia nos TTs, o que reforça a tendência de dar mais espaço para outras vozes, expressas nas falas das personagens, e para a interpretação do leitor. Mostram, ainda, que há mais ocorrências de gradação de foco nos TTs, mais uma vez, confirmando a necessidade apontada em Munday (2012) para uma investigação mais detalhada desses recursos em tradução.

A quarta pergunta indaga a relação das *shifts* encontradas com um posicionamento do tradutor que antecipa um público-alvo alinhado com esse posicionamento. Os tradutores dos *picture books* do *corpus* mostram uma tendência para não explicitar valores de atitude, distanciando-se de avaliações negativas dos valores expressos nos TFs, mas aumentando a intensidade de determinados recursos avaliativos. Em consonância com estes resultados, em relação ao engajamento, os tradutores mostram preferência para dar mais espaço às vozes das personagens e à interpretação do público-alvo. Neste sentido, alinham seus leitores como um público-alvo de leitores infantis que, diferentemente daquele público infanto-juvenil estudado em Rosa (2009), necessita de menor controle para a sua interpretação de textos, seja do narrador na apresentação das falas dos diversos personagens, seja na inscrição de recursos avaliativos. Confirmam, entretanto, a tendência encontrada em Munday (2015) de distanciamento dos tradutores em relação aos valores expressos nos TFs, o qual resulta em textos mais heteroglóssicos.

De modo geral, os resultados mostram que o narrador da tradução interfere na narrativa, seja diminuindo o controle sobre as falas da personagem seja introduzindo esse controle com modos indiretos de AF. Em comparação a Rosa (2009), verifica-se que o presente estudo confirma os achados da autora em relação ao aumento das sentenças dialogais nas traduções, mas não os achados relativos aos modos de AF, pois mostra uma tendência nos TTs a apresentar mais ocorrências de FDL, sinalizando presença e controle aparentemente nulo do narrador. Os

resultados aqui obtidos confirmam a diminuição do número de ocorrências de avaliações negativas nas traduções. Entretanto, o presente estudo mostra que há o aumento da avaliação evocada nos TTs, ainda que em grau pequeno, enquanto Rosa (2009) destaca o aumento da realização inscrita nos TTs.

Os resultados confirmam os resultados de Munday (2012) no que diz respeito ao fato de *shifts* no número de ocorrências de recursos avaliativos de atitude não serem expressivas. Confirmam, ainda, o potencial para a pesquisa, apontado pelo autor, com relação às formas de realização ou gradação da atitude. Com relação aos resultados obtidos por Munday (2015) em relação ao engajamento, o aumento de recursos de heteroglossia nos textos traduzidos aqui examinados mostra que há potencial para aprofundar a investigação do papel dessas mudanças nos textos estudados.

Os resultados distintos, especialmente de Rosa (2009), permitem elaborar uma hipótese a ser investigada: as diferenças de *shifts* encontradas são atribuídas a tipos textuais distintos, com prospecção das demais variáveis da publicação como, normas editoriais, revisão, *commissioning* (negociação da tradução), entre outras. A investigação desta hipótese deve levar em consideração que em Rosa (2009), foram estudados textos não ilustrados da literatura infanto-juvenil traduzidos para um público infanto-juvenil português; em Munday (2012) foram estudados traduções de textos ficcionais para adultos, e traduções/interpretações de textos políticos, principalmente, produzidas em contextos europeus e, finalmente, neste trabalho investigaram-se *picture books* traduzidos para um público infantil brasileiro. A hipótese assim formulada pode ser estudada no futuro no âmbito de uma análise do discurso com base na TA. Por ora, pode-se afirmar que o objetivo do artigo, estudar as *shifts* de tradução que representam a posicionamento do tradutor e o tipo de interação estabelecida entre tradutores e o público-alvo dos *picture books* do *corpus* selecionado, foi atingido.

Pode-se, ainda, afirmar que o estudo abre, ainda, a perspectiva para a investigação da linguagem visual dos *picture books* do *corpus*, aspecto não focado neste artigo. Um estudo da função interpessoal das imagens nesses textos pode explicar tanto o aumento de FDLs quanto o uso distinto de recursos avaliativos na linguagem verbal das traduções, em especial a preferência pelo uso de recursos avaliativos ambíguos. As imagens do TF, reproduzidas nos TTs por questões de copyright, provavelmente constroem significados distintos nesses textos e podem, de um lado, aumentar a probabilidade de apresentação de FDLs e, de outro, restringir, por exemplo, o uso de avaliações inscritas. O artigo mostra, ainda, que a proposta de interface

das teorias de base usadas por Rosa (2009) e Munday (2012, 2015) foi produtiva para este estudo, o qual contribuiu com resultados a respeito da posicionamento do tradutor em relação a valores expressos nos textos e a interação tradutor-leitor, no sentido de alinhamento com leitores que compartilham esses valores. Finalmente, o artigo aborda um tema ainda pouco investigado nos estudos da tradução, o posicionamento de tradutores em relação a valores expressos em traduções, particularmente nos *picture books* estudados, e a forma como esse posicionamento estabelece uma comunidade de leitores que compartilha desses valores.

Agradecimentos

Pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento (CNPq), projeto PQ 301720/2013-9 e bolsa de iniciação científica; pela Fundação de Amparo à Pesquisa (FAPEMIG), projeto PPMVIII 00059-14 e bolsa de iniciação científica, e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES), projeto PACCSS-II 151/2013.

Referências

- AHLBERG, J. e A. **The Jolly Christmas Postman**. New York: LBkids, 1991.
- _____. **The Jolly Postman: or other people's letters**. New York: LBkids, 2001 [1986].
- _____. **O carteiro chegou**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das letrinhas, 2007.
- _____. **O Natal do carteiro**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das letrinhas, 2009.
- BARCELLOS, C. P. **O estilo de tradutores: apresentação do discurso no corpus paralelo *Heart of Darkness* (No Coração das Trevas)**. 2011. 101 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG, 2011.
- CHATMAN, S. **Story and discourse: narrative structure in fiction and film**. Ithaca and London: Cornell University Press, 1978.
- COLE, B. **Prince Cinders**. London: Puffin Books, 1997.
- _____. **Princess Smartypants**. London: Paperstar, 1997.
- _____. **A Princesa Sabichona**. Trad. Monica Stahel. São Paulo: Martins Fontes Editora Ltda., 1998.
- _____. **Príncipe Cinderelo**. Trad. Monica Stahel. São Paulo: Martins Fontes Editora Ltda., 2006.

DONALDSON, J. **The Gruffalo**. Ilustrações de Axel Scheffler. Oxford: Macmillan Children's Books, 1999.

_____. **O Grúfalo**. Trad. Gilda de Aquino. São Paulo: Brinque-book, 2002.

_____. **The Gruffalo's child**. Ilustrações de Axel Scheffler. Oxford: Macmillan Children's Books, 2004.

_____. **O filho do Grúfalo**. Trad. Gilda de Aquino. São Paulo: Brinque-book, 2006.

LEECH, G.; SHORT, M. **Style in Fiction: A Linguistic Introduction to English Fictional Prose**. 2 ed. Harlow: Pearson, 2007 [1981].

HALLIDAY, M. A. K. **Introduction to functional grammar**. London: Arnold, 1994.

MAGALHÃES, C. M. Estra: um corpus para o estudo do estilo da tradução. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 2, n. 34, p. 248-271, 2014. <https://doi.org/10.5007/2175-7968.2014v2n34p248>

MARTIN, J. R.; WHITE, P. R. R. **The Language of Evaluation: Appraisal in English**. London; New York: Palgrave; Macmillan, 2005. <https://doi.org/10.1057/9780230511910>

_____. **Evaluation in Translation: A study of critical points in translator decision-making**. London and New York: Routledge, 2012.

_____. Engagement and graduation resources as markers of translator/interpreter positioning. **Target**, Philadelphia/Amsterdam, v. 27, n. 3, p. 406-421, 2015. <https://doi.org/10.1057/9780230511910>

O'DONNELL, M. **UAM CorpusTool** (Version 3.3f). Disponível em: <http://www.wagsoft.com/CorpusTool/>, 2016.

PRAXEDES FILHO, P. H.; MAGALHÃES, C. M. Audiodescrições de pinturas são neutras? Descrição de um pequeno *corpus* em português via sistema da avaliatividade. In: PONTES, V. O. et al. **A tradução e suas interfaces: múltiplas perspectivas**. Curitiba: Editora CRV, 2015, p. 99-130.

ROSA, A. Narrator profile in translation: Work-in-progress for a semiautomatic analysis of narratorial dialogistic and attitudinal positioning in translated fiction. **Linguistica Antverpiensia**, Antwerp, v. 7, p. 227-248, 2009.

SCHIAVI, G. There's always a teller in a tale. **Target**, Philadelphia; Amsterdam, v. 8, p. 1-21, 1996. <https://doi.org/10.1075/target.8.1.02sch>

SENDAK, M. **Where the wild things are**. London: Harper and Row, 2000 [1963].

_____. **In the night kitchen**. New York: Harper Collins Publishers, 1992 [1970].

_____. **Na cozinha noturna**. Trad. Heloisa Jahn. São Paulo: Cosac Naify, 2009

_____. **Onde vivem os monstros**. Trad. Heloisa Jahn e Antonio de Macedo Soares. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

SILVERSTEIN, S. **The Giving Tree**. United States: Harper & Row, 1964.

_____. **A árvore generosa**. Trad. Fernando Sabino. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

THOMPSON, G. **Collins Cobuild English guides 5: reporting**. London: Harper Publishers Ltd., 1996.

TOURY, G. **Descriptive Translation Studies and Beyond**. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 1995. <https://doi.org/10.1075/btl.4>

VIAN JR., O.; SOUZA, A. A. de; ALMEIDA, F. S. D. P. **A linguagem da avaliação em língua portuguesa: estudos sistêmicos-funcionais com base no sistema de avaliatividade**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

Artigo recebido em: 09.01.2017

Artigo aprovado em: 08.03.2017

A equivalência tradutória de argentinismos: um estudo contrastivo léxico-fraseológico em *corpus* jornalístico de matérias políticas
The translational equivalence of *Argentinisms*: a lexical-phraseological contrastive study in journalistic corpus of political issues

Ariel Novodvorski *

RESUMO: Este texto traz uma análise fraseológica contrastiva, num *corpus* jornalístico paralelo e comparável, de publicações do jornal argentino *Clarín*, em suas versões em língua espanhola e portuguesa, acerca da trama política local. O foco do estudo reside na busca por equivalentes tradutórios, em unidades fraseológicas com marcas de argentinismos. São utilizados programas computacionais para análises lexicais, assim como recursos em *corpora* disponíveis *on-line* para verificação dos aspectos dialetais.

ABSTRACT: This paper presents a contrastive phraseological analysis, in a parallel and comparable journalistic corpus, from the Argentinian newspaper *Clarín*, in its Spanish and Portuguese versions, about the Argentinean political plot. The focus of this study lies in the search of the translational equivalents, in phraseological units with Argentinisms. Computer programs are used for lexical analysis, as well as corpora resources available online to verify the dialectal aspects.

PALAVRAS-CHAVE: Fraseologia Contrastiva. Estudos da Tradução. Linguística de *Corpus*. Argentinismos.

KEYWORDS: Contrastive Phraseology. Translation Studies. Corpus Linguistics. Argentinisms.

1. Introdução

Este artigo apresenta uma análise contrastiva léxico-fraseológica de argentinismos e de suas respectivas traduções e/ou possíveis equivalentes tradutórios para o português brasileiro. Nesse sentido, o trabalho reúne os estudos sobre Fraseologia Contrastiva, os Estudos da Tradução e a Linguística de *Corpus*, aplicados à análise de fraseologismos formados com vocábulos característicos da Argentina. O *corpus* de estudo se situa no âmbito político e foi compilado a partir de publicações jornalísticas, compreendidas no período da última mudança de governo na Argentina, entre o final de 2015 e setembro de 2016. O *corpus* jornalístico foi

* Doutor em Estudos Linguísticos (UFMG). Professor Adjunto do Curso de Graduação em Letras e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos do Instituto de Letras e Linguística (ILEEL) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Contato: arivorski@ufu.com.

compilado a partir de três jornais argentinos, em sua versão de livre acesso disponível *on-line*: *Clarín*¹ e *Clarín* na versão em Português, *La Nación*² e *Perfil*³.

Como leitores assíduos desses jornais e pelo acompanhamento praticamente diário de algumas colunas, especialmente da seção sobre Política, durante o término do governo argentino anterior (Cristina Kirchner) e dos primeiros meses do atual (Mauricio Macri), tivemos a motivação necessária para a escolha tanto do *corpus* quanto do objeto de estudo: a tradução de fraseologismos com argentinismos. Em meio às leituras das matérias jornalísticas em espanhol, em diversas ocasiões nos deparamos diante de determinada estrutura fraseológica, que instigou nossa imaginação quanto a possíveis correspondentes em língua portuguesa. Essa inquietação promoveu a busca nos textos traduzidos, na versão em língua portuguesa do jornal *Clarín*⁴, e em outros textos que abordassem esses mesmos assuntos, publicados originalmente em português nesse mesmo jornal. Dentre os fraseologismos identificados, serão principalmente objeto de estudo neste trabalho algumas formações neológicas, criadas pela derivação sufixal com -AZO.

Desse modo, o resultado foi a compilação de um *corpus* paralelo, com textos originais em espanhol e suas respectivas traduções para o português, e de um *corpus* comparável⁵, com textos originalmente escritos em espanhol e em português, sobre a mesma trama política e publicados no mesmo jornal, desde que não configurassem propriamente traduções. A relevância no estudo da fraseologia contrastiva, por meio de um *corpus* paralelo e comparável, reside em parte na bidirecionalidade, isto é, na possibilidade de considerar o *corpus* em ambas as direções, e não necessariamente pela relação tradutória. Para o presente trabalho, limitaremos a análise do *corpus* aos textos do jornal *Clarín*, nas versões em língua espanhola e portuguesa, justamente porque as publicações desse jornal proporcionaram a possibilidade de contrastar um *corpus* paralelo e comparável.

¹ Disponível em: <http://www.clarin.com/>. Acesso em: 10 jan. 2017.

² Disponível em: <http://www.lanacion.com.ar>. Acesso em: 15 ago. 2016.

³ Disponível em: <http://www.perfil.com/>. Acesso em: 22 jul. 2016.

⁴ Disponível em: <http://www.clarin.com/br/>. Acesso em: 10 jan. 2017.

⁵ Para garantir que os textos em língua portuguesa, compilados para o segmento comparável do *corpus*, tivessem sido escritos originalmente nessa língua e não configurassem, portanto, traduções de matérias publicadas em espanhol, fizemos uma busca no próprio jornal *Clarín*, tanto pelo nome dos articulistas quanto dos assuntos tratados nos textos. A ideia de utilizar esse mesmo jornal e não considerar, por exemplo, algum jornal brasileiro, foi justamente para identificar e analisar o tratamento dado às unidades léxico-fraseológicas com argentinismos em língua portuguesa nesse jornal, seja nas traduções, seja nos textos escritos originalmente em português.

A identificação dos fraseologismos assim como a análise contrastiva com as traduções e/ou possíveis equivalentes tradutórios foi realizada por meio dos subsídios da abordagem empírico-metodológica que provê a Linguística de *Corpus* (BERBER SARDINHA, 2004; 2009; PARODI, 2010). São utilizadas as ferramentas *WordList* e *Concord* do programa *WordSmith Tools* (WST), em sua versão 7,0 (SCOTT, 2016), para as análises lexicais, e o programa *ParaConc* (BARLOW, 2004), para alinhamento e buscas paralelas no *corpus* alinhado. Para o presente trabalho, limitaremos a apresentação dos resultados às ferramentas do WST. Outros recursos utilizados, disponíveis *on-line* e de acesso livre e gratuito, são o *Corpus del Español* em sua versão dialetal (DAVIES, 2016)⁶, para validação das unidades léxico-fraseológicas consideradas argentinismos, e o *Diccionario Clarín*⁷, baseado em *corpus* do próprio jornal. Desse modo, por meio da combinação de algumas ferramentas específicas e funcionalidades do WST, do alinhamento e busca em linhas de concordância paralelas e da utilização do *Corpus del Español* como um *corpus* de consulta, foi possível combinar uma análise fraseológica contrastiva de um grupo de colocações e locuções com marcas de argentinismos, identificadas no *corpus* compilado para este trabalho.

Um dos principais fundamentos da fraseologia contrastiva consiste na investigação de correspondências interlinguísticas, quanto à equivalência fraseológica, a partir da consideração de parâmetros morfossintáticos, semânticos e pragmáticos entre duas ou mais línguas (CORPAS PASTOR, 2001; 2010). A comparação de grupos fraseológicos temáticos, no intuito de identificar correspondências interlinguísticas, vem demonstrando ser uma linha bastante produtiva de investigação, fundamentalmente a partir de trabalhos descritivos e de índole empírica, por sua aplicabilidade tanto no ensino quanto na avaliação e crítica da tradução.

A pressuposição de uma existência prévia de equivalentes fraseológicos plenos, já dados no nível dos diferentes sistemas linguísticos em contraste, independentemente de qualquer relação textual, deve ser abandonada pelo estudante, tradutor e/ou pesquisador. Assumindo o ato de traduzir como um processo principalmente textual, a busca por correspondências interlinguísticas precisa estar limitada à análise no nível dos textos e não, pelo menos em termos conclusivos, no nível dos sistemas. A dificuldade inerente à tradução de unidades fraseológicas com marcas dialetais, por outro lado, constitui também um espaço frutuoso para o estudo das técnicas e estratégias empregadas na solução de problemas enfrentados pelo tradutor.

⁶ Disponível em: <http://www.corpusdelespanol.org/web-dial/>. Acesso em: 05 set. 2016.

⁷ Disponível em: <http://www.clarin.com/diccionario>. Acesso em: 18 jul. 2016.

Levando em consideração, principalmente, os aspectos que envolvem a tradução como ato comunicativo (HURTADO ALBIR, 2008) e os problemas tradutológicos que impõe a tradução de determinados fraseologismos, haja vista a necessidade de reconhecimento e correta interpretação das unidades fraseológicas, por parte do tradutor, fato que justifica a necessidade de desenvolvimento de uma subcompetência fraseológica (CORPAS PASTOR, 2010, p. 319), além das características pertinentes ao gênero, à temática e às questões histórico-culturais envolvidas, entendemos que existe um potencial de aplicação deste trabalho para o meio acadêmico, especificamente para os estudos do Léxico, da Fraseologia Contrastiva, da Tradução e da Linguística de *Corpus*.

Com esta proposta, procuramos iniciar o levantamento de um repertório de fraseologismos na esfera política atual, com marcas dialetais de argentinismos e com suas possíveis correspondências no português brasileiro atual, como uma contribuição para o ensino e a aprendizagem da língua espanhola no Brasil e para os Estudos da Tradução. Os pressupostos teóricos aqui reunidos são apresentados na próxima seção.

2. Pressupostos teóricos

Iniciamos esta seção teórica com a definição de unidade fraseológica (UF), segundo Corpas Pastor (2010, p. 125, tradução nossa): “Uma unidade fraseológica é entendida como uma combinação estável de, pelo menos, duas palavras que, a depender das diferentes correntes teóricas, terá como limite superior o sintagma ou a oração composta”⁸. As características intrínsecas às UFs são a *fixação* ou a *idiomaticidade*, ou uma combinação desses traços, uma vez que a alta frequência de uso e de coocorrência (aparência conjunta dos elementos constituintes das UFs), por um lado, são essenciais para o estabelecimento da *convencionalidade* (fixação e especialização semântica). Para além da *fixação* e da *idiomaticidade*, Corpas Pastor (1996; 2010) e Ruiz Gurillo (2001) coincidem em que a *variação* e a *gradação* também são traços distintivos característicos.

Como apontado acima, a *convencionalidade* é o resultado do uso recorrente dos elementos constituintes das UFs; isto é, a coaparição recorrente desses elementos, constatada pela frequência de uso, será um indicativo do estado de convenção de determinada UF. Portanto, a *convencionalidade* possui a característica da *fixação*, que consiste num processo de

⁸ “Por unidad fraseológica se entiende una combinación estable de al menos dos palabras, que, en virtud de las distintas corrientes, tendrá como límite superior el sintagma o la oración compuesta”.

gramaticalização estabelecido pelo uso, mas também a característica da *especialização semântica*, enquanto processo de lexicalização, que tanto poderá ocorrer por acréscimo como por supressão de significado. A *idiomaticidade* é o grau mais elevado no processo de lexicalização, uma vez que o sentido de uma UF não depende da somatória de significados isolados dos elementos que a constituem. A *variação lexical* é outra característica das UFs, indicadora da relatividade da fixação. Um último traço distintivo das UFs é o da *gradação*, que pode ser representado como uma escala gradual de restrição colocacional, de fixação sintática e de opacidade semântica ou idiomaticidade.

Autoras como Corpas Pastor (1996; 2010), Ruiz Gurillo (2001) e Barrios Rodríguez (2015) classificam as UFs, num primeiro nível de estruturação, em três esferas: as colocações, as locuções e os enunciados fraseológicos. Nos próximos parágrafos, sintetizamos os conceitos essenciais propostos por essas autoras, com ocorrências tomadas do nosso próprio *corpus*.

As *colocações*, assumidas como expressões livres (com algum grau de restrição combinatória, mas com flexibilidade sintática), são fixadas na norma, pelo uso, isto é, atestadas pela frequência. Nesse sentido, as colocações confirmam a tendência à preferência pela produção de certas combinações de palavras, em detrimento de outras combinações possíveis. Como exemplo: Na parte destacada em “Buenos Aires registra primeiro painel contra medidas de Macri”⁹, podemos observar que a base da colocação, *panelaço*, toma por colocativo *registra*. Outras poderiam ser as combinações com um significado de *registrar* próximo ao do exemplo, como *assentar/assinalar/inscrever primeiro panelaço*, no sentido de *dar notícia de algo*, conforme os sinônimos encontrados no dicionário eletrônico Houaiss (2009). Mas a colocação de *panelaço* com *registrar* traz tanto a ideia daquilo que ficará inscrito e guardado na memória, quanto do que é revelado ou dado a conhecer. Se a frequência de uso for confirmada, a convencionalidade dessa combinação estará garantida pelo traço da fixação. A distinção entre *base* e *colocativo* é de extrema importância para a tradução, uma vez que é a *base* que determina a tradução de seus *colocativos*.

As *locuções*, entendidas como expressões fixas, estão fixadas no sistema e funcionam como elementos oracionais, como uma única unidade lexical, com possível equivalência

⁹ O fragmento pertence ao *corpus* comparável deste trabalho e foi extraído de uma matéria publicada em 14/07/2016, no jornal *Clarín em Português*, de autoria de Marcia Carmo e Gabriela Grosskopf. Disponível em: http://www.clarin.com/clarin-em-portugues/destaque/buenos-aires-primeiro-panelaco-macri_0_r1dNyhW.html. Acesso em: 10 jan. 2017. Todos os exemplos fazem parte do nosso *corpus* de estudo.

gramatical. Para formar enunciados completos em si mesmos ou realizar atos de fala, tanto as *colocações* como as *locuções* precisam da combinação com outros elementos no discurso. Por exemplo, em “Báez, suposto testa de ferro dos Kirchner, foi preso na semana passada”¹⁰, a parte em destaque é uma locução substantiva, que se aplica a um indivíduo, cujo nome é utilizado por outro na prática de diversas formas de delitos (HOUAISS, 2009). A expressão encontra um sinônimo em *laranja*.

Já os *enunciados fraseológicos*, parêmsias e fórmulas, por sua vez, estabelecem enunciados e atos de fala em si mesmos e estão fixados na fala, fazendo parte do acervo sociocultural da comunidade do falante. Enquanto as parêmsias possuem significado referencial e gozam de autonomia textual, o significado das fórmulas é de tipo social, expressivo ou discursivo, fundamentalmente, e estão determinadas por situações e circunstâncias concretas (CORPAS PASTOR, 1996). Sem entrar especificamente na taxonomia das parêmsias e das fórmulas, assunto que demandaria outra publicação, apresentamos um exemplo de *citação*, um dos tipos de parêmsia, dentre outros como *refrães*, *ditados*, *provérbios*, *aforismos* etc.

Em “Volveré y seré millones en default” e sua tradução publicada no *Clarín em Português* “Voltarei e serei um calote de milhões”¹¹, a parte em destaque retoma uma frase célebre, que já faz parte da mitologia argentina e que teria se tornado popular na voz de Evita Perón. Para além da polêmica quanto à origem e autoria da frase¹², a citação é retomada no exemplo em análise, por meio de uma criativa alusão sarcástica do articulista. A frase “Volveré y seré millones en default” seria atribuída no texto à ex-presidente Cristina Kirchner, apontando para um conjunto de significados referenciais, recuperáveis por um leitor idealizado do jornal *Clarín* em sua versão original em espanhol, a partir de conhecimentos sócio-histórico-culturais de seu país. Em outras palavras, o articulista pactua esses conhecimentos com seu leitor.

¹⁰ O excerto foi tomado da notícia publicada em 13/04/2016, no jornal *Clarín em Português*, de autoria de Gabriela Grosskopf. Disponível em: http://www.clarin.com/clarin-em-portugues/cristina-kirchner-depoimento-dolares-governo_0_HyOrhODQx.html. Acesso em: 10 jan. 2017.

¹¹ O texto de autoria de Alejandro Borensztein está disponível em: http://www.clarin.com/br/Voltarei-serei-um-calote-milhoes_0_rkUK7899w7x.html. Acesso em: 12 jan. 2017.

¹² Segundo a historiadora Patricia Funes, a histórica frase “Volveré y seré millones” foi proferida, pela primeira vez, em 1781, pelo cacique indígena aimará Túpac Katari, antes de ser esartejado por ordem de uma autoridade do Império Espanhol (Informações tomadas de <https://www.pagina12.com.ar/diario/dialogos/21-82668-2007-04-02.html>. Acesso em: 20 jan. 2017). A frase também é atribuída ao poeta argentino José María Castiñeira de Dios, falecido em 2015, que nos anos 50 trabalhou na Fundação Eva Perón e fez parte de um grupo de poetas que se reunia semanalmente na residência presidencial para ler poesia. Após o falecimento de Evita, Castiñeira de Dios teria lhe dedicado um poema em que constaria a frase (Informações tomadas de: <http://www.infobae.com/2015/05/03/1726297-murio-jose-maria-castineira-dios-creador-volvere-y-sere-millones/>. Acesso em: 20 jan. 2017).

Por um lado, a frase memorável recupera o contexto político do peronismo; por outro lado, o momento da publicação, no jornal *Clarín*, coincide com o período do segundo calote da Argentina na dívida externa; por último, a expressão “seré millones” aponta criticamente também ao tão comentado enriquecimento milionário da ex-presidente Cristina Kirchner, que já iniciava o final de seu segundo mandato, concedendo a “volveré” um significado especial. Assim, é possível observar que a identificação e a interpretação do conjunto de significados referenciais aludidos na parêmia estão atreladas a aspectos arraigados na cultura. O enunciado fraseológico “volveré y seré millones” se tornou popular e passou pelo processo de fraseologização, adquirindo um caráter mais abstrato, uma vez que sua utilização deixou de depender de uma única situação de uso, sendo aplicável em diversos contextos.

A falta de biunivocidade imediata das UFs entre as línguas é um dos princípios fundamentais da fraseologia contrastiva. Nesse sentido, ainda que a busca por correspondências fraseológicas interlinguísticas ocupe um lugar importante na área, o estabelecimento de relações de correspondências entre as línguas não é o objetivo central. É essencial a distinção entre correspondências no nível dos sistemas e de equivalências no nível dos textos: enquanto as primeiras são abstrações funcionais, as segundas são realizações concretas. Para Zuluaga (2010, p. 11, tradução nossa): “Uma coisa são as correspondências que podem ser estabelecidas na consulta aos repertórios fraseológicos de duas línguas; outra coisa muito diferente é encontrar ou criar equivalências de textos ou segmentos de texto em que tais unidades sejam utilizadas”¹³.

Tal afirmação pode ser corroborada pela exemplificação apresentada acima, em que os fragmentos utilizados para a ilustração das esferas em que se dividem as fraseologias correspondem a realizações concretas observadas no uso. É importante salientar também que Corpas Pastor (2010) diferencia correspondências de equivalências, utilizando a primeira em referência ao nível dos sistemas e a segunda para o estudo no nível dos textos. Toda essa distinção se justifica e ecoa em Hurtado Albir (2008), que defende o fato de a tradução ser um fenômeno eminentemente textual, uma vez que qualquer estudo fraseológico contrastivo aplicado a *corpora* paralelos abordará, necessariamente, as realizações concretas nos textos. Também é oportuno salientar que a comparação de grupos fraseológicos temáticos constitui um

¹³ “Una cosa son las correspondencias que se pueden establecer al consultar los repertorios fraseológicos de dos lenguas, y otra cosa muy diferente, es encontrar o crear equivalencias de textos o segmentos de texto en los que dichas unidades se encuentren empleadas”.

eixo bastante produtivo de pesquisa, tanto para o ensino quanto para a avaliação e crítica de tradução, especialmente a partir de trabalhos descritivos e de índole empírica (CORPAS PASTOR, 2001; 2010).

Corpas Pastor (2010, p. 306) defende que as UFs são verdadeiras unidades de tradução (UTs), dentro de seus cotextos mais restritos e no âmbito mais amplo dos textos que integram, haja vista a dificuldade que representam em qualquer fase do processo tradutório. Nesse sentido, as UFs constituem um desafio para o tradutor, pois exigem um trabalho interpretativo textual complexo, na inter-relação entre as mensagens explícitas, implícitas e subentendidas no texto de origem (TO). No processo tradutório de uma UF/UT, Corpas Pastor (2010, p. 306-308) destaca o reconhecimento e a interpretação adequada das UFs no TO como elementos essenciais, que constituem a primeira fase desse processo. Sem essa percepção, segundo a autora, a mediação intercultural e interlinguística do tradutor se torna inviável.

O passo seguinte consiste no reconhecimento dos graus de (in)equivalência fraseológica entre as UFs da língua de origem (LO) e da língua meta (LM). Os graus de equivalência incidem tanto na escolha de estratégias quanto de procedimentos de tradução. Em resumo, as quatro fases propostas por Corpas Pastor (2010, p. 270) para a tradução de fraseologias são: *identificação da UF*, *interpretação da UF em contexto*, *busca de correspondências no plano lexical* e *estabelecimento de correspondências no plano textual*.

Por último, antes de encerrar esta seção teórica, é importante trazer à tona alguns princípios essenciais da Linguística de *Corpus* (LC), reconhecida como uma das áreas de pesquisa em linguagem verbal mais ativas dos últimos anos (BERBER SARDINHA, 2004; 2009; PARODI, 2010). A LC se ocupa do planejamento e compilação de *corpora* em formato eletrônico, para extração, análise e descrição de dados, por meio de ferramentas computacionais que auxiliam o pesquisador, no estudo de evidências empíricas. Algumas das características da pesquisa com base em *corpus*, segundo Parodi (2010), são: a disponibilização de grandes amostras de textos autênticos para indagação empírica; a acessibilidade a uma análise sistemática de grandes quantidades de textos, de maneira rápida e com alta confiabilidade (tecnologização da pesquisa); e o contraste de hipóteses, através de evidência empírica em grande escala.

Dentre diversas definições, destacamos a de Sánchez (1995), que entende um *corpus* como um conjunto de dados linguísticos, sistematizados segundo determinados critérios, suficientemente extensos em amplitude e profundidade, de tal modo que sejam representativos

do uso linguístico ou de algum de seus âmbitos, coletados e armazenados de tal modo que possam ser processados mediante computador, com a finalidade de obter resultados diversos e úteis para sua descrição e a análise. Desse modo, os recursos computacionais, para estudo sistematizado dos fatos linguísticos, aliados à introspecção dos pesquisadores da linguagem, têm promovido o desenvolvimento e aquisição de novas técnicas de observação.

Assim sendo, podemos concluir que o quadro conceitual da LC compreende uma abordagem empirista e uma visão de língua como sistema probabilístico, em que a primazia reside nos dados e na observação dos usos reais, das realizações concretas. Portanto, a LC considera a probabilidade de ocorrência, em contraste a uma perspectiva racionalista, que prioriza os princípios e a introspecção, assegurados pela possibilidade de uso e não pela probabilidade de ocorrência em si. Tudo isso justifica a relevância do estudo das frequências com base em *corpus*, uma vez que é pela frequência atestada que se pode estimar a probabilidade teórica (BERBER SARDINHA, 2004, p. 30-35).

A seguir, descrevemos o *corpus*, os recursos e os procedimentos adotados para a realização deste trabalho.

3. *Corpus* e metodologia

O *corpus* deste trabalho é de pequena extensão e foi compilado a partir de um conjunto de matérias jornalísticas do âmbito da política argentina, publicadas no jornal *Clarín* em suas versões em espanhol rio-platense e em português brasileiro, num período que abarca de outubro de 2015 a setembro de 2016. Trata-se, portanto, de um *corpus* bilíngue que cobre em torno de um ano de publicação, com uma parte em paralelo, originais e respectivas traduções, e outra parte comparável, textos originalmente escritos em ambas as línguas. O *corpus* está marcado pela temática da mudança de governo na Argentina. Para a denominação dos arquivos, utilizamos as siglas PAR (paralelo) e COM (comparável), seguidas de ‘es’ (espanhol) e ‘pt’ (português) e, por último, de uma numeração sequencial. A Figura 1 apresenta a extensão do *corpus* paralelo, extraída pela ferramenta *WordList* do WST.

Figura 1 - Extensão do *corpus* paralelo.

N	text file	file size	tokens (running words) in	tokens used for word list	sum of entries	types (distinct words)	type/token ratio (TTR)
1	Overall	127.094	20.814	20.616		5.146	24,96
2	PARes01.txt	7.416	1.187	1.175		560	47,66
3	PARes02.txt	9.959	1.591	1.581		731	46,24
4	PARes03.txt	11.213	1.909	1.883		817	43,39
5	PARes04.txt	7.399	1.178	1.167		566	48,50
6	PARes05.txt	7.251	1.269	1.258		506	40,22
7	PARes06.txt	8.040	1.286	1.279		619	48,40
8	PARes07.txt	6.704	1.151	1.131		521	46,07
9	PARes08.txt	5.394	873	855		392	45,85
10	PARes09.txt	7.052	1.163	1.142		553	48,42
11	PARes10.txt	2.744	478	472		252	53,39
12	PARes11.txt	2.738	448	443		255	57,56
13	PARes12.txt	8.497	1.393	1.390		620	44,60
14	PARes13.txt	9.606	1.522	1.517		730	48,12
15	PARes14.txt	9.711	1.563	1.554		704	45,30
16	PARes15.txt	2.645	441	438		246	56,16
17	PARes16.txt	2.764	453	450		255	56,67
18	PARes17.txt	5.772	942	934		474	50,75
19	PARes18.txt	2.672	450	441		239	54,20
20	PARes19.txt	9.517	1.517	1.506		732	48,61

N	text file	file size	tokens (running words) in	tokens used for word list	sum of entries	types (distinct words)	type/token ratio (TTR)
1	Overall	104.683	16.679	16.485		4.175	25,33
2	PARpt01.txt	4.456	685	673		355	52,75
3	PARpt02.txt	5.855	923	907		453	49,94
4	PARpt03.txt	10.314	1.713	1.694		738	43,57
5	PARpt04.txt	3.970	604	595		315	52,94
6	PARpt05.txt	7.762	1.313	1.303		519	39,83
7	PARpt06.txt	4.216	658	651		357	54,84
8	PARpt07.txt	6.906	1.148	1.133		545	48,10
9	PARpt08.txt	2.268	346	329		202	61,40
10	PARpt09.txt	7.801	1.247	1.219		611	50,12
11	PARpt10.txt	3.129	538	533		280	52,53
12	PARpt11.txt	3.700	579	574		327	56,97
13	PARpt12.txt	8.767	1.398	1.390		587	42,23
14	PARpt13.txt	5.195	806	802		433	53,99
15	PARpt14.txt	10.029	1.562	1.552		714	46,01
16	PARpt15.txt	3.170	500	494		287	58,10
17	PARpt16.txt	2.837	435	433		265	61,20
18	PARpt17.txt	2.606	410	406		233	57,39
19	PARpt18.txt	2.898	464	456		256	56,14
20	PARpt19.txt	8.804	1.350	1.341		644	48,02

Fonte: elaborada pelo autor no WST (SCOTT, 2016).

A Figura 2 ilustra a extensão do segmento comparável do *corpus* deste trabalho.

Figura 2 - Extensão do *corpus* comparável.

N	text file	file size	tokens (running words) in	tokens used for word list	sum of entries	types (distinct words)	type/token ratio (TTR)
1	Overall	91.685	14.986	14.820		4.015	27,09
2	COMes01.txt	9.753	1.559	1.543		740	47,96
3	COMes02.txt	7.466	1.168	1.159		603	52,03
4	COMes03.txt	2.299	365	359		211	58,77
5	COMes04.txt	7.297	1.186	1.176		569	48,38
6	COMes05.txt	7.502	1.216	1.205		585	48,55
7	COMes06.txt	6.287	1.033	1.018		475	46,66
8	COMes07.txt	7.290	1.202	1.186		568	47,89
9	COMes08.txt	3.121	524	521		284	54,51
10	COMes09.txt	7.344	1.224	1.202		559	46,51
11	COMes10.txt	3.046	501	497		289	58,15
12	COMes11.txt	1.894	304	296		163	55,07
13	COMes12.txt	2.842	455	451		251	55,65
14	COMes13.txt	1.597	220	216		136	62,96
15	COMes14.txt	6.544	1.105	1.097		505	46,03
16	COMes15.txt	4.273	680	676		305	45,12
17	COMes16.txt	6.861	1.193	1.182		556	47,04
18	COMes17.txt	6.269	1.051	1.036		484	46,72

N	text file	file size	tokens (running words) in	tokens used for word list	sum of entries	types (distinct words)	type/token ratio (TTR)
1	Overall	57.810	9.075	8.936		2.348	26,28
2	COMpt01.txt	2.563	409	403		206	51,12
3	COMpt02.txt	2.864	447	444		260	58,56
4	COMpt03.txt	3.222	516	512		260	50,78
5	COMpt04.txt	4.218	649	642		332	51,71
6	COMpt05.txt	3.629	542	538		283	52,60
7	COMpt06.txt	1.708	256	252		164	65,08
8	COMpt07.txt	4.419	695	682		351	51,47
9	COMpt08.txt	4.347	703	692		337	48,70
10	COMpt09.txt	5.000	794	777		371	47,75
11	COMpt10.txt	3.449	550	544		276	50,74
12	COMpt11.txt	3.042	461	451		241	53,44
13	COMpt12.txt	3.813	614	605		304	50,25
14	COMpt13.txt	3.242	506	490		241	49,18
15	COMpt14.txt	2.480	391	388		207	53,35
16	COMpt15.txt	4.199	668	659		349	52,96
17	COMpt16.txt	5.615	874	857		432	50,41

Fonte: elaborada pelo autor no WST (SCOTT, 2016).

Pode-se observar, na Figura 1, que o *corpus* paralelo está composto por 19 textos em espanhol e suas respectivas traduções publicadas na versão em português do jornal *Clarín*. Na parte em espanhol desse *corpus*, os 20.616 itens (*tokens*) correspondem às ocorrências totais de

palavras utilizadas pela ferramenta *WordList*, sem contar números nem caracteres especiais, e as 5.146 formas (*types*) são as palavras diferentes. Já em português, o número de itens registrados foi 16.485 e 4.175 as formas. Esses quantitativos já revelam uma redução na extensão dos textos traduzidos. A última coluna à direita, *Type/Token ratio* (Razão Forma/Item), expressa a porcentagem de palavras diferentes (formas) com relação ao número de palavras totais (itens). Na Figura 2, constam os dados da extensão do *corpus* comparável. Foram compilados 17 textos em língua espanhola, totalizando 14.820 itens e 4.015 formas; já em português os textos foram 16, com 8.936 itens e 2.348 formas.

O critério adotado para a seleção dos textos que integram o *corpus* foi a disponibilidade da versão em língua portuguesa, no caso do *corpus* paralelo, uma vez que nem todos os textos publicados no jornal *Clarín* em espanhol são traduzidos e publicados na versão em português e, ainda, nem sempre são traduzidos em sua integralidade. Com relação ao *corpus* comparável, o intuito foi reunir textos em ambas as línguas, publicados num mesmo período e que abordassem os mesmos assuntos, dentro da temática da pesquisa.¹⁴

Utilizamos a ferramenta *WordList*, para gerar as listas de palavras de cada um dos *subcorpora*. A partir da leitura atenta dessas listas, tanto na ordem por frequência como na ordem alfabética, extraímos as linhas de concordância com a ferramenta *Concord*, para analisar nos contextos de ocorrência as palavras que sugeriram marcas de argentinismos e observar possíveis fraseologismos também.

Para corroborar se determinada palavra e/ou fraseologismo poderia ser considerado ou não um argentinismo, recorreremos a consultas consistentes no *Corpus del español* (DAVIES, 2016), em sua versão dialetal de 2 bilhões de palavras. Dentre as inúmeras combinações possíveis nesse recurso *on-line*, ajustadas pelo próprio usuário, pesquisador ou estudante, esse recurso possibilita atestar a frequência de ocorrência dos elementos de busca, para identificar, neste caso, se determinado item é recorrente e em que país a ocorrência é mais frequente. Aliada também a esse recurso, utilizamos a busca no dicionário *on-line Clarín*, para a compreensão tanto do léxico e das UFs formadas com argentinismos quanto de suas acepções. Após a identificação e coleta das UFs, o último procedimento foi a análise contrastiva léxico-fraseológica em ambos os *corpora*, que apresentamos na próxima seção.

¹⁴ É oportuno observar, também, que os textos do *corpus* foram compilados especificamente para este trabalho, cuja finalidade foi a participação na mesa-redonda *Estudos da Tradução e Corpus*, junto aos colegas Profa. Dra. Stella Tagnin e Prof. Dr. Guilherme Fromm, durante o XII ENTRAD, realizado na UFU em setembro de 2016. Para mais informações acerca do evento, ver: <http://www.abrapt.ileel.ufu.br/pt-br>. Acesso: 26 set. 2016.

4. Análise

A partir de uma primeira aproximação, por meio do método de leitura do *corpus* com as ferramentas do WST e também do método impressionístico (BERBER SARDINHA, 2004), em que se busca que o *corpus* aponte os primeiros indícios, antes de impor qualquer objeto específico de busca, chamou nossa atenção o uso de algumas palavras com o sufixo -AZO/-AÇO, conduzindo um primeiro olhar nessa direção. Em 16/07/2016, *Clarín* publica a versão em português de um texto do jornalista Marcelo Bonelli, com a manchete “Aumento de tarifas gerou a primeira crise no governo de Macri”, cujo texto original havia sido intitulado “Historia secreta del tarifazo: ¿fue Aranguren o Macri?”. A próxima figura apresenta uma fotografia presente apenas na versão em português.

Figura 3 - Recorte do jornal *Clarín em Português*.



(Nesta semana, argentinos protestaram contra o tarifazo nas ruas)

Fonte: *Clarín em Português*.

A imagem registra cenas de um protesto na cidade de Buenos Aires, mais especificamente uma participante segurando um cartaz, em que manifesta sua adesão (“yo me sumo”) à negativa ao “tarifazo”, como é apontado entre parênteses na parte inferior da fotografia. No final dessa matéria jornalística, é apresentada uma nota da editoria do *Clarín em Português*, com uma explicação acerca do uso da palavra *tarifazo*: um termo usado pelos argentinos, em referência a uma série de aumentos em tarifas como água, luz e gás, depois que o governo deixou de subsidiá-las. Cabe observar que o dicionário Houaiss (2009) registra a expressão como um regionalismo no Brasil, com a datação de 1990 e a seguinte acepção: “grande aumento das taxas dos serviços públicos (luz, gás, telefones etc.), impostos e, eventualmente, de outros itens (combustíveis, p. ex.)”. Para além do valor aumentativo, o sufixo -AZO em espanhol apresenta o traço *golpe dado com* que, neste caso, seria com as tarifas.

Assim, *tarifazo* denota tanto o grande aumento nos serviços quanto o acionar do governo, recebido como um golpe pela sociedade. A próxima figura apresenta os resultados da busca por *tarifazo* no *Corpus del Español* (DAVIES, 2016), na versão dialetal.

Figura 4 - Busca por *tarifazo* e linhas de concordância.

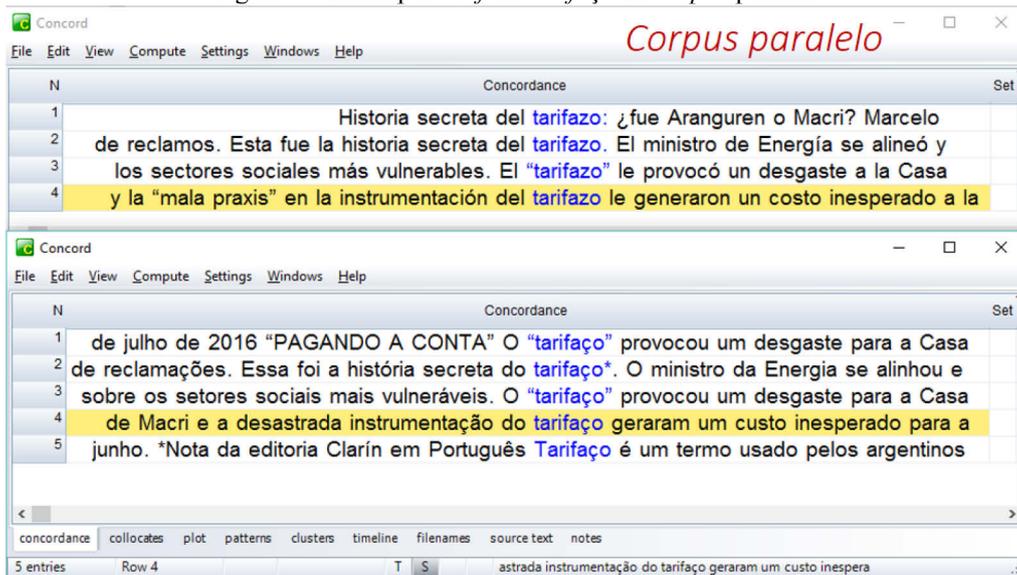
The screenshot shows the search results for 'TARIFAZO' in the Corpus del Español. The interface includes a search bar, navigation tabs (SEARCH, FREQUENCY, CONTEXT, DUPLICATES), and a table of results. The table shows the word 'TARIFAZO' with a frequency of 319 and 61 lines of concordance. A red arrow points to the number 61 in the table. Below the table, there is a list of concordance lines, with a red arrow pointing to the word 'tarifazo' in the first line.

SEE CONTEXT: CLICK ON WORD (ALL SECTIONS), NUMBER (ONE SECTION), OR [CONTEXT] (SELECT) [HELP...]	COMPARE																																													
<table border="1"> <tr> <td>CONTEXT</td> <td>ALL</td> <td>AR</td> <td>BO</td> <td>CL</td> <td>CO</td> <td>CR</td> <td>CU</td> <td>DO</td> <td>EC</td> <td>ES</td> <td>GT</td> <td>HN</td> <td>MX</td> <td>NI</td> <td>PA</td> <td>PE</td> <td>PR</td> <td>PY</td> <td>SV</td> <td>US</td> <td>UY</td> <td>VE</td> </tr> <tr> <td>1</td> <td>TARIFAZO</td> <td>319</td> <td>61</td> <td>191</td> <td></td> <td>1</td> <td></td> <td>1</td> <td>31</td> <td>1</td> <td>3</td> <td>1</td> <td>1</td> <td></td> <td>3</td> <td></td> <td>5</td> <td>1</td> <td>5</td> <td>2</td> <td>12</td> </tr> </table>	CONTEXT	ALL	AR	BO	CL	CO	CR	CU	DO	EC	ES	GT	HN	MX	NI	PA	PE	PR	PY	SV	US	UY	VE	1	TARIFAZO	319	61	191		1		1	31	1	3	1	1		3		5	1	5	2	12	0.984 seconds
CONTEXT	ALL	AR	BO	CL	CO	CR	CU	DO	EC	ES	GT	HN	MX	NI	PA	PE	PR	PY	SV	US	UY	VE																								
1	TARIFAZO	319	61	191		1		1	31	1	3	1	1		3		5	1	5	2	12																									

a pocos días de asumir se mando un **tarifazo** para que tengan desde 150 % a 400 % todo de un saque as represas sean rentables haría falta un **tarifazo** colosal. La Nación ha demostrado durante muchos a :o'. El DRAE la omite J. **tarifazo**. m. coloq. Aumento de tarifas, por lo general cuando es de mucha ÷n en obras. Para defender el **tarifazo** que llevaría el viaje a 3.50, Vidal señaló que el gobierno de la Ciu subsidios y el escándalo de el **tarifazo**, el escándalo de el Vamos por todo, la persecución de la AFIP a stos que golpean el bolsillo de el trabajador, **tarifazo** en los servicios públicos, recorte de derechos. Sin ... También se incluiría en el **TARIFAZO**, el aumento de el impuesto Bienes personales para los titulares ; represas sean rentables haría falta un **tarifazo** colosal. Es un problema relevante, porque la inversión

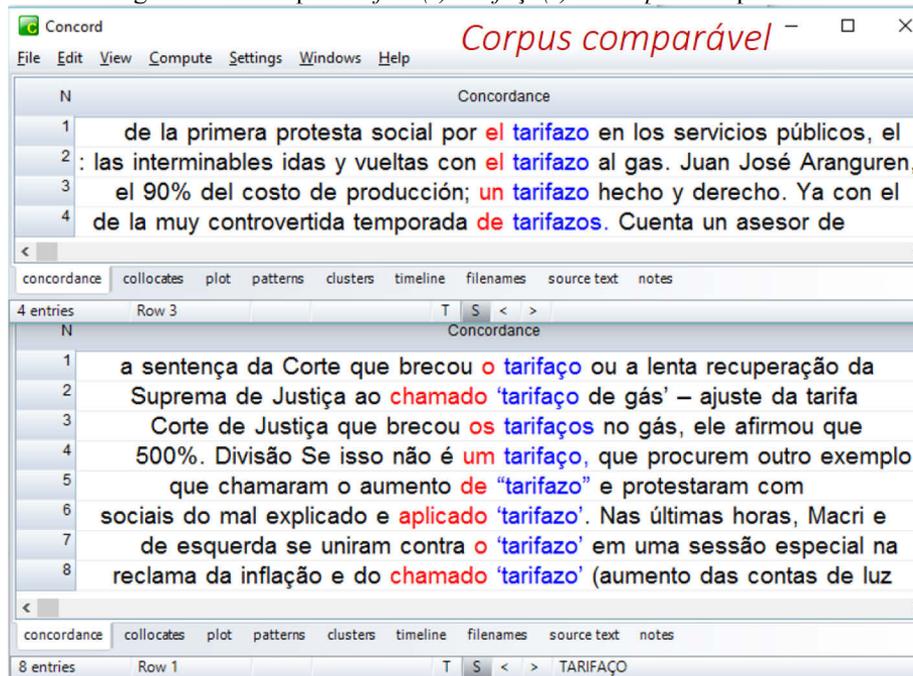
Fonte: *Corpus del español* em versão dialetal (DAVIES, 2016).

O resultado da busca anterior, para conferir pela frequência de uso se a palavra *tarifazo* seria um argentinismo, indicou em termos quantitativos, num primeiro momento, a Argentina atrás da Bolívia; contudo, ao abrir as 191 linhas de concordância registradas para esse país, ocorre que 179 correspondem a uma mesma publicação. Esse tipo de problema é relatado no *Corpus del Español*, como derivado do processo de compilação em massa do *corpus*. Nas linhas de concordância apresentadas na figura, geradas a partir dos 61 resultados registrados para Argentina, é possível observar algumas marcas do valor semântico *golpe dado com*: “a pocos días de asumir se mandó un *tarifazo*”, “todo de un saque” e “golpean el bolsillo del trabajador”. Nessas passagens, os fraseologismos em destaque trazem em comum a característica de algo feito como por um arrebato: “se mandó...” equivale a *fez* ou *aplicou um tarifaço*; “de un saque” significa *de uma (só) vez*; e “golpean el bolsillo” pode ser entendido como um *ataque ao bolso do trabalhador*. O *Diccionario Clarín* registra *tarifazo* como um aumento grande e repentino dos impostos. A Figura 5 recupera as ocorrências observadas no *corpus* paralelo.

Figura 5 - Busca por *tarifazo/tarifaço* no *corpus* paralelo.

Fonte: ferramenta *Concord* (WST).

O uso das aspas, utilizado na versão em espanhol (linha de concordância 03), foi mantida em português (linhas 01 e 03), dando destaque à palavra *tarifaço* e, também, expressando um significado especializado, em que determinada ação do governo (o corte dos subsídios e consequente aumento de impostos) alcançou popularidade sob esse rótulo. Esse processo de lexicalização revela marcas de idiomatismo, haja vista a necessidade de a editoria do *Clarín em Português* explicar o uso da palavra, como se observa também na última linha de concordância da figura anterior. Se *tarifaço* já se encontra dicionarizada em português e com datação de 1990 (HOUAISS, 2009), qual seria a necessidade de explicar o uso na tradução? Provavelmente o entendimento esteja em que a palavra não seria tão conhecida pelo leitor brasileiro e, portanto, teria uma frequência de uso menor, derivando na necessidade de explicação. Outra motivação também poderia ser que a situação de uso em particular, no contexto sócio-político atual da Argentina, concederia uma especialidade semântica à palavra, com nuances mais difíceis de perceber. É interessante o fraseologismo “a desastrada instrumentação do tarifaço”, uma colocação em que *tarifaço* funciona como pós-modificador de uma nominalização. Essa escolha lexical também revela o valor semântico de uma ação com conotações cirúrgicas, em função da escolha da palavra *instrumentación*. Na versão em espanhol consta “mala praxis”, como atributo do fraseologismo. A próxima figura recolhe a busca no *corpus* comparável.

Figura 6 - Busca por *tarifazo(s)/tarifaço(s)* no *corpus* comparável.

Fonte: ferramenta *Concord* (WST).

Os resultados em espanhol mostram duas locuções que funcionam como colocativos para a base *tarifazo*: “las interminables *idas y vueltas* con el *tarifazo* al gas” e “un *tarifazo hecho y derecho*”. Na primeira, a locução em destaque *idas y vueltas* equivale a *indecisões*, uma vez que a efetividade na aplicação do *tarifazo* não teria sido a esperada pelo governo, por isso a necessidade de contramedidas. A segunda locução, *hecho y derecho*, corresponde a *autêntico* ou *verdadero*, isto é, um *tarifaço* feito com rigor, vigorosamente. Além desses fraseologismos, temos as colocações “con el *tarifazo al gas*” e “muy controvertida *temporada de tarifazos*”.

Na parte do *corpus* comparável em português, podemos observar que em 4 de 8 ocorrências a palavra *tarifaço* foi grafada em espanhol, fato que corroboraria a afirmação feita anteriormente, de que a expressão não teria uma frequência de uso recorrente, na atualidade no Brasil. Dentre os fraseologismos, cabem menção as colocações verbais com *brecar*, “a sentença da Corte que *brecou o tarifaço*”, além das formadas com os restritivos em “*tarifaço de gás*” e “*tarifaços no gás*” e com as orações adjetivas reduzidas de participio em “*reclama da inflação do chamado tarifaço*”, “*ao chamado ‘tarifaço de gás’*” e “*mal explicado e aplicado ‘tarifazo’*”. Além dos fraseologismos com *tarifaço*, o *corpus* comparável em português revelou outras palavras com os sufixos -AZO/-AÇO, como se aprecia na próxima figura.

Figura 7 - Busca no *corpus* comparável em português lematizado.

The screenshot shows the Concord software interface with search results for 'panelaço' and 'buzinaço'. The text is in Portuguese, and the search results are highlighted in yellow and red. Below the text are two tables showing the frequency of these terms across different countries.

CONTEXT	ALL	AR	BO	CL	CO	CR	CU	DO	EC	ES	GT	HN	MX	NI	PA	PE	PR	PY	SV	US	UY	VE
CACEROLAZO	1087	372	9	31	193	1	21		12	21	5	6	27	3	3	37	4	9	17	129	18	169
BOCINAZOS	305	81	17	31	5	1	4	5	5	30	17		10	1	9	26	6	17	3	21	12	4
BOCINAZO	121	20	12	8	2	1	3	3	3	21	8	3	4		3	9	1	2	1	5	7	5
TOTAL	426	101	29	39	7	2	7	8	8	51	25	3	14	1	12	35	7	19	4	26	19	9

Fonte: ferramenta *Concord* (WST) e *Corpus del Español* em versão dialetal.

A figura mostra, na parte superior, as linhas de concordância resultantes, após um processo de lematização¹⁵ feito na ferramenta *WordList*, organizada em ordem alfabética. A partir da leitura e agrupamento das palavras cujo uso denotava o valor semântico de *manifestação*, geramos as linhas de concordância, no intuito de obter o conjunto das palavras em uso, no horizonte das linhas de concordância. Desse modo, pode-se observar que a busca reportou não apenas diferenças de singular/plural, mas outras palavras também, a saber: *cacerolazos*, *panelas*, *panelaço(s)* e *buzinaços*. Dentre os fraseologismos observados, cabe destacar as colocações em que a base *panelaço* seleciona o colocativo *registrar*: “Buenos Aires registra primeiro panelaço” e “um dos motivos dos *panelaços registrados*”.

Na parte inferior da figura, apresentamos uma vista parcial dos resultados de busca na página do *Corpus del Español* (DAVIES, 2016), com o objetivo de atestar a frequência de uso e verificar se as palavras *cacerolazo* e *bocinazo* poderiam ser consideradas argentinismos. Mesmo sendo empregadas em diferente medida nos demais países hispano-falantes, verificamos que a frequência maior de uso correspondeu a Argentina. Cabe destacar que, de acordo com a distribuição do número total de palavras que compõem o *Corpus del Español* na

¹⁵ O processo de lematização consiste em agrupar sob um mesmo item (lema) todas as flexões e/ou derivações de uma palavra em particular. No caso da Figura 7, o critério adotado foi reunir as diferentes palavras encontradas no *corpus* que apresentassem o sufixo -AZO/-AÇO, além de outras como *panelas*, em que, apesar de não apresentar o sufixo, fazem parte do fraseologismo *bater panela(s)*.

versão dialetal, Argentina representa o terceiro lugar com pouco mais 182 milhões de palavras, ficando detrás da Espanha (469 milhões) e do México (260 milhões), e estando praticamente igualado a Colômbia (180 milhões) e Estados Unidos (178 milhões). Todas essas informações são cruciais para o estabelecimento de um ponto de comparação razoável da frequência. O *Diccionario de Usos del Español* (MOLINER, 2008) recolhe tanto *bocinazo* como *cacerolazo*; contudo, o traço semântico de *manifestação* é apenas citado num sinônimo de *cacerolazo*, em *cacerolada*, definida como protesto popular que consiste em bater panelas e outros utensílios.

A Figura 8 apresenta uma ocorrência identificada numa publicação do *Clarín* de 14/09/2016¹⁶.

Figura 8 - Recorte de notícia jornalística.



Fonte: Jornal *Clarín*.

A situação que recupera a figura é um protesto dos produtores agrícolas, realizado na Plaza de Mayo em Buenos Aires, após a entrega de um projeto no Congresso Nacional argentino, com o objetivo de que a aquisição de terras se tornasse mais acessível para os pequenos produtores. A manifestação consistiu na distribuição gratuita de 20 toneladas de

¹⁶ Esse número do *Clarín* foi publicado uma semana antes da realização do XII ENTRAD, e foi incluído na nossa apresentação pela pertinência quanto à produtividade do sufixo -AZO. Disponível em: http://www.clarin.com/politica/ahora-verdura-plaza-mayo-larguisimas_0_S1rXUew3.html. Acesso em: 20 jan. 2017.

verdura. O nome dado a essa ação de presentear com verduras a população, que fazia enormes filas, tal como se observa na fotografia, foi “verdurazo”. O uso da palavra *verdurazo* traz, assim como *panelaço*, *buzinaço*, *apitaço* e outros, o valor semântico de manifestação, de uma ação caracterizada como protesto. Uma busca avançada em *Google* por *verduraço*, definindo o idioma português, no Brasil e em publicações do último ano, registrou 185 resultados, em que a referência é sempre o protesto ocorrido na Argentina.

Poucos dias após a referida manifestação, lemos a seguinte manchete: “Bancários fazem ‘*bananaço*’ depois de 15 dias de greve em Uberlândia”¹⁷. A palavra em destaque, para além das semelhanças com *verdurazo* quanto ao campo semântico dos vegetais e ao valor de manifestação, denota também processos de gramaticalização e lexicalização por acréscimo de significado. O sufixo *-aço* acrescenta o valor semântico aumentativo à palavra “banana”, amplificando também a ideia da ação de protesto ou de manifestação, representada por *dar uma banana* ou *banana pra eles*, fraseologismos que funcionam como antecedentes para “fazem bananaço”. Tais fraseologismos denotam em si a oposição ou indiferença, perante alguma atitude ou dizer de outros. Segundo o dicionário *Houaiss* (2009), uma das acepções de *banana* é: “Substantivo feminino. Regionalismo: Brasil. Uso: informal. Gesto ofensivo que consiste em dobrar o braço com a mão fechada, segurando ou não o cotovelo com a outra mão; manguito”. Em Portugal, essa representação gestual de *dar uma banana* é conhecida como *manguito*. O gesto seria, nesse caso uma representação imagética do fraseologismo. Nem o *Dicionário de usos do Português do Brasil* (BORBA, 2002) nem o *Dicionário UNESP do Português Contemporâneo* (BORBA, 2004) incluem a palavra *bananaço*.

Considerando a recorrência de construções como *fazer um panelaço*, *um apitaço*, *um buzinaço*, em termos de *fixação*, a expressão *fazer (um) bananaço* apresenta as mesmas correspondências com os elementos já fixados pelo uso nas outras expressões, fato que contribui para o traço de convencionalidade. Assim como nas outras fraseologias, o sentido de “fazem bananaço” não equivale à soma dos elementos, fato que indica o traço de idiomaticidade. Se levadas em consideração as diversas possibilidades de se manifestar repúdio ou ofensa, pelo emprego da palavra *banana* ou, inclusive, com outros gestos como mostrar o dedo do meio erguido, traços como gradação e variação também estariam contemplados no fraseologismo.

¹⁷ A greve ocorreu na semana anterior à realização do ENTRAD. Disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2016/09/bancarios-fazem-bananaco-depois-de-15-dias-de-greve-em-uberlandia.html>. Acesso em: 12 nov. 2016.

Numa perspectiva diacrônica e por meio do estudo da frequência de uso, Santos (2010) analisou a influência de valores semânticos do sufixo -AZO do espanhol no português. Nas formações neológicas criadas por derivação sufixal com -AÇO, a autora identificou uma ocorrência de *bananaço* em seu *corpus*, classificando-a no grupo marcado pelo traço semântico aumentativo, junto com outras como *sorrisaço*, *lucraço*, *apartamentoço*. Santos (2010, p. 257) também faz referência a *tarifaço* em português, assinalando seu valor semântico de aumentativo, mas sem incluí-lo no grupo dos neologismos, pelo fato de já constar com datação de 1990 no dicionário *Houaiss*. No grupo de neologismos caracterizados pelo valor semântico de ação e/ou de manifestação, a pesquisadora classificou *apitaçãoço*, *caminhonaço* e *carteiraço*, mas não chegou a incluir *tarifaço* nem *bananaço*, uma vez que esses não foram os traços observados no seu *corpus*. Com relação a *bananaço* e com a ressalva de observar apenas o único contexto de ocorrência identificado na *Folha de São Paulo* em 1997, Santos (2010, p. 260-261) aponta que pareceria estar ligada a *bananosa*, em referência a uma situação muito complicada, a um embanamento.

Antes de passar às considerações finais, cabe justificar que, para além dos resultados apresentados nesta seção, fundamentalmente a partir do estudo das ocorrências léxico-fraseológicas observadas em torno do sufixo -AZO, com características de argentinismos, no âmbito da trama política atual e de suas relações com o português brasileiro, identificamos no *corpus* outros fraseologismos, mas que serão objeto de outra publicação, dada a extensão deste trabalho. Dentre essas palavras, destacamos: o nome processual *blanqueo* e o verbo *blanquear*, que fazem referência ao processo de repatriação de dinheiro depositado no exterior, principalmente fruto de corrupção; e a produtividade com o sobrenome Kirchner, em expressões como *corrupción K*, *kirchnerización*, *kirchnerato*, *kirchnerear* e *kirchnerlandia*.

5. Considerações finais

Finalizando este trabalho, que associa os estudos contrastivos lexicais e fraseológicos, mais especificamente a tradução da fraseologia com marcas dialetais, em *corpora* paralelos e comparáveis, com subsídios de programas e recursos da Linguística de *Corpus*, tal como descrito na introdução e ao longo do texto, podemos destacar a relevância dessa combinação para a pesquisa, para o ensino de língua e para a tradução. O desenvolvimento da subcompetência fraseológica é essencial, tanto para estudantes e/ou falantes de línguas

estrangeiras como para tradutores já atuantes e em formação. Os aspectos dialetais envolvidos desempenham um papel fundamental para esse propósito.

Também sempre é oportuno reforçar que, no âmbito dos estudos da tradução, da aprendizagem de línguas estrangeiras e dos estudos em fraseologia contrastiva, a Linguística de *Corpus* traz benefícios inegáveis para estudantes, professores e pesquisadores, sem contar a disponibilização de um ambiente inovador para a aprendizagem. Algumas provas desse poder benéfico são o desenvolvimento de metodologias aplicadas a pesquisas de base empírica e a incorporação de novas tecnologias e ferramentas, no ambiente de ensino e aprendizagem de língua, tanto para a tradução como para o estudo e conhecimento linguístico mais aprofundado das relações interlinguísticas. A confluência dos assuntos sócio-histórico-culturais presentes nos *corpora* escolhidos atiza o interesse pela observação e análise dos fatos linguísticos, em suas ocorrências contextuais de uso autêntico da língua, também pelo fato de envolver situações atuais do cotidiano, que são facilmente relacionáveis à realidade brasileira.

Referências

- BARLOW, M. **ParaConc**, 1.0 (Build 269). Parallel Concordance Software. Houston, USA: Programming, ELF, Ltd., 2004.
- BARRIOS RODRÍGUEZ, M. A. **Las colocaciones del español**. Madrid: Arco; Libros, 2015.
- BERBER SARDINHA, T. **Linguística de Corpus**. Barueri, SP: Manole, 2004.
- _____. **Pesquisa em Linguística de Corpus com WordSmith Tools**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2009.
- BORBA, F. S. **Dicionário de usos do Português do Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 2002.
- _____. **Dicionário UNESP do português contemporâneo**. São Paulo: UNESP, 2004.
- CORPAS PASTOR, G. **Manual de Fraseología**. Madrid: Gredos, 1996.
- _____. La creatividad fraseológica: efectos semánticos-pragmáticos y estrategias de traducción. **Paremia**, Madrid, n. 10. Madrid, 2001. Disponível em: <http://www.paremia.org/wp-content/uploads/P10-8.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2016.
- _____. **Diez años de investigación en fraseología: Análisis sintáctico-semánticos, contrastivos y traductológicos**. Madrid: Iberoamericana, 2010.
- DAVIES, M. **Corpus del español**. Recurso disponível em: <http://www.corpusdelespanol.org/>. Acesso em: 19 ago. 2016.

GURILLO, L. R. **Las locuciones en español actual**. Madrid: Arco; Libros, 2001.

HOUAISS, A. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Versão 3.0, 2009.

HURTADO ALBIR, A. **Traducción y Traductología: Introducción a la Traductología**. 4ª ed. Madrid: Cátedra, 2008 [2001].

MOLINER, M. **Diccionario de uso del español**. Edición electrónica, versión, 3.0. Madrid: Editorial Gredos, S.A.U., 2008.

PARODI, G. **Lingüística de Corpus: de la teoría a la empiria**. Madrid; Frankfurt: Iberoamericana – Vervuert, 2010.

SÁNCHEZ, A. et al (Org.). **CUMBRE – Corpus Lingüístico del Español Contemporáneo: fundamentos, metodología y Aplicaciones**. Madrid: SGEL, 1995.

SANTOS, A. P. **Polissemia dos sufixos -ão, -arro, -orro, -aço e -uço e seus traços avaliativos sob a perspectiva diacrônica**. 2010. f. 329. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, SP, 2010.

SCOTT, M. **WordSmith Tools (7.0)**. Liverpool: Lexical Analysis Software, 2016. Disponível em: <http://www.lexically.net/wordsmith/version7/index.html>. Acesso em: 25 jul. 2016.

ZULUAGA, A. Prólogo. In: CORPAS PASTOR, G. **Diez años de investigación en fraseología: Análisis sintáctico-semánticos, contrastivos y traductológicos**. Madrid: Iberoamericana, 2010, p. 9-12.

Artigo recebido em: 19.04.2017

Artigo aprovado em: 08.05.2017

Tradução e mercado: uma análise discursiva

Translation and market: a discursive analysis

Giovana Cordeiro Campos de Mello*

RESUMO: Este trabalho investiga parte da relação entre tradução e mercado de trabalho a partir da análise de quais efeitos de sentidos são postos em circulação quando a tradução é tomada como mercadoria e ocupação profissional no espaço dos sites de empresas de tradução. Com base na Análise do Discurso francesa de Michel Pêcheux, esta pesquisa tenta compreender as políticas das empresas de tradução, particularmente como tais empresas entendem e apresentam a tradução enquanto prática e produto em seus *websites*. Dado o desenvolvimento do campo dos Estudos de Tradução e o crescente interesse de alunos de graduação e de cursos livres em se tornarem tradutores, são relevantes estudos sobre a tradução percebida como trabalho e as possíveis mudanças no modo como a tradução é falada, entendida e realizada no espaço mercadológico.

PALAVRAS-CHAVE: Tradução. Discurso. Mercado.

ABSTRACT: This paper aims to investigate part of the relationship between translation and the labor market by examining what meaning effects are put into circulation when translation is taken both as a professional occupation and as a commodity on translation companies' websites. Based on Michel Pêcheux's French Discourse Analysis, this research tries to comprehend translation companies' policies, especially how such companies understand and present translation both as practice and product in their websites. Given the development in the field of Translation Studies and the rising interest on the part of undergraduate and training courses students in becoming translators, it is relevant to study translation perceived as labor and the possible changes in the way translation is spoken, understood and carried out in the marketplace.

KEYWORDS: Translation. Discourse. Market.

A automação de algumas tarefas não significa que a tradução se torne menos complicada como fenômeno.

(Michael Cronin)

1. Trabalho e tradução

Os Estudos da Tradução têm se diversificado cada vez mais, com o desenvolvimento de pesquisas que não apenas partem de campos de saber variados, mas que também abrangem as várias modalidades de tradução, tais como a audiodescrição, a legendagem, a localização de softwares e a interpretação, para citar algumas. No entanto, um tema que ainda merece ser mais explorado é o da relação entre a tradução e o mercado de trabalho, principalmente no que se

* Doutora, Instituto de Letras – Departamento de Letras Estrangeiras Modernas (GLE) da Universidade Federal Fluminense (UFF). Contato: giovanacordeirocampos@gmail.com

refere às profundas transformações em curso, impulsionadas pelo uso da tradução assistida por computador e pela flagrante relevância da rede eletrônica como meio de oferta e busca de serviços de tradução, bem como de disseminação de discursos da/sobre a tradução. Pouco se escreve até o momento sobre a pulverização¹ da ocupação de “tradutor” no Brasil, por exemplo. Referimo-nos não apenas à divisão do trabalho de tradução entre vários tradutores distintos, trabalhando em diferentes espaços físicos e compartilhando memórias de tradução, mas aos diversos cargos e funções² criados dentro de uma mesma empresa e entre empresas diferentes e que têm substituído o termo “tradutor”. Tais cargos não são ocupações no sentido estrito, mas são tratados como tais na prática, sendo os valores pagos distribuídos por função.

São várias as contingências a que está exposto o tradutor sempre que o produto de seu trabalho é compreendido como mercadoria a ser “vendida”, ou seja, como um item de mercado. Entram em jogo a produtividade, os prazos, os trabalhos feitos sob encomenda, o respeito (ou não) a convenções preestabelecidas, as formas de entrada e permanência no mercado etc. São questões de tradução indissociáveis de questões de mercado, pelo menos em contextos capitalistas (como o brasileiro).

A relação entre a tradução e o mercado de trabalho tem sido nosso objeto de reflexão desde 2010, sempre a partir de uma perspectiva discursiva. Em trabalhos anteriores (CALDAS; MELLO, 2012; CALDAS; MELLO, 2014), por exemplo, o *corpus* para análise foi formado por editais públicos de concursos para os cargos de tradutor e intérprete, em especial os de universidades públicas brasileiras. Naquele momento, buscávamos compreender como a atividade tradutória era discursivizada nos editais recolhidos a partir de uma reflexão sobre a circulação dos sentidos para “tradução”, “interpretação”, “tradutor”, “intérprete” etc. nesses textos, que transitam no mercado de trabalho. A pesquisa que ora apresentamos também envolve o mercado de trabalho da tradução, porém, tem como foco uma investigação a respeito dos sentidos sobre/da tradução como mercadoria de troca mercadológica no espaço da rede eletrônica.

¹ Segundo a Profa. Maria Paula Frota, o mercado da tradução atual tem ficado cada vez mais complexo, incluindo a distribuição de tarefas. Segundo nossa proposta, essa imposição do mercado gera não apenas uma grande fragmentação do texto traduzido, mas da própria ocupação de tradutor, diluindo-a, daí propormos o termo “pulverização” para nos referirmos a esse fenômeno.

² Ainda estamos desenvolvendo esse tópico, sendo necessária a análise de maior dispersão de *corpora*, mas podemos citar como funções referentes à prática da tradução até agora: *lead linguist*, *linguist*, *lead reviewer*, *reviewer*, *language manager* (todas usadas em inglês), gestor terminológico, gestor de tradução e gerente de projeto dedicado.

Um ponto a ser abordado é o enunciado “mercado de trabalho”, o qual materializa o funcionamento de um sistema político-ideológico de base capitalista. Nesta pesquisa, a noção de “trabalho” tem relação direta com as trocas mercadológicas e, dessa forma, com o trabalho assalariado. Interessa-nos, portanto, a discursividade produzida no âmbito das especificidades de uma sociedade capitalista, cujo funcionamento se baseia na compra e venda de mercadorias.

Resumidamente, com base em Marx (1996), entendemos que há duas formas de trabalho: o trabalho concreto e o trabalho abstrato. O primeiro – o trabalho concreto – tem como fim a produção de valor de uso, ou seja, refere-se a produtos que não têm como fim o mercado³. Já o segundo – o trabalho abstrato – refere-se a uma ação humana geradora de um produto, o qual receberá um determinado valor de troca no mercado, ou seja, é o trabalho visto como produtor de valor⁴. Segundo Marx (1996, p. 171), há uma dupla determinação do trabalho:

A mercadoria apareceu-nos, inicialmente, como algo dúplice, valor de uso e valor de troca. Depois mostrou-se que também o trabalho, à medida que é expresso no valor, já não possui as mesmas características que lhe advêm como produtor de valores de uso.

O resultado do trabalho abstrato é uma *mercadoria*, a qual recebe um valor, determinado pelas relações de mercado (aqui entendido como local de troca). O interessante é que essas ditas mercadorias recebem um valor que não é fixo; o valor depende das leis de funcionamento do mercado, que são voláteis e determinadas por quem financia as trocas, ou seja, por quem detém o capital: o patrão. A forma de trabalho em sua condição singular de produtor de valor gera tanto a subordinação do trabalho (do trabalhador) ao capital quanto engendra o não reconhecimento pelo trabalhador de sua condição como produtor dessas mercadorias, tomadas por ele como pertencentes a outrem. O próprio processo de trabalho, também transformado em

³ Segundo Marx, “processo de trabalho, como o apresentamos em seus elementos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a Natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais [...] O homem e seu trabalho, de um lado, a Natureza e suas matérias, do outro, bastavam” (MARX, 1996, p. 303).

⁴ Segundo Marx, “todo trabalho é, por um lado, dispêndio de força de trabalho do homem no sentido fisiológico, e nessa qualidade de trabalho humano igual ou trabalho humano abstrato gera o valor da mercadoria. Todo trabalho é, por outro lado, dispêndio de força de trabalho do homem sob forma especificamente adequada a um fim, e nessa qualidade de trabalho concreto útil produz valores de uso” (MARX, 1996, p. 175). O que importa não é mais o trabalho concreto, mas o trabalho para a produção de mercadorias para troca, o dispêndio de energia para a geração de capital.

mercadoria, é controlado pelo capitalista, com base em seus próprios interesses, os quais definirão leis de mercado.

Para Marx, o trabalho assalariado é interpretado como uma relação social, a qual organiza as atividades humanas capitalistas. No capitalismo, não são os valores de uso das mercadorias que controlam o mercado, mas o valor de troca dessas mercadorias. Sob esse prisma, o trabalhador acaba deixando de ser visto como indivíduo, passando a ser representado pela coletividade, sendo os trabalhadores reunidos pelas empresas, indústrias etc. como força de trabalho, a qual também é considerada uma mercadoria, algo que se troca no mercado e que, portanto, recebe um determinado valor (trata-se da média de trabalho produzida pela coletividade, não das horas produzidas por um indivíduo). O capitalista compra a chamada força de trabalho, ou seja, o trabalho é incorporado pelo capital. Assim, o funcionamento das relações sociais passa a visar à acumulação do capital e, com isso, o homem (trabalhador) passa a se moldar às exigências da lógica do mercado capitalista, e não o contrário. O que nos interessa particularmente no pensamento marxista é que o trabalho para o qual é atribuído um valor de mercado, bem como toda a lógica capitalista, são construtos sociais, ou seja, ambos são criações/representações humanas, e, portanto, podem ser questionados e alterados. Vale acrescentar que, para o marxismo, a lógica capitalista baseia-se na exploração do trabalho da classe trabalhadora, ou seja, na exploração da mais-valia (a parcela de tempo de trabalho que não é paga aos trabalhadores), que gera o lucro dos patrões, concomitantemente criando e reforçando as desigualdades sociais. Na forma da sociedade burguesa há um paradoxo: o trabalho que produz a riqueza produz o seu oposto, a miséria. Quanto mais mercadorias o trabalhador produz, mais ele se desvaloriza enquanto mercadoria.

Outro termo usado nesta pesquisa para se referir ao trabalho assalariado é “ocupação”, o qual remete ao documento que legitima (ainda que não regulamente) o mercado de trabalho brasileiro: a *Classificação Brasileira de Ocupações – CBO*, uma publicação do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, cujo objetivo é identificar as ocupações no mercado de trabalho brasileiro. De acordo com o MTE, a CBO é “o documento que reconhece, nomeia e codifica os títulos e *descreve as características das ocupações do mercado de trabalho brasileiro*” (CBO, 2017, grifo nosso). O texto não regulamenta as profissões exercidas no Brasil, mas, como afirmado em artigo anterior (CALDAS; MELLO, 2014, p. 194), legitima enunciados sobre o que significa exercer determinada atividade profissional no Brasil: “A CBO trata do

reconhecimento da existência de determinada ocupação no mercado de trabalho brasileiro” (CBO, 2017, grifo nosso). Além disso, segundo a publicação:

a CBO tem uma dimensão estratégica importante, na medida em que, com a padronização de códigos e descrições, *poderá ser utilizada pelos mais diversos atores sociais do mercado de trabalho*. Terá relevância também para a *integração das políticas públicas do Ministério do Trabalho e Emprego*, sobretudo *no que concerne aos programas de qualificação profissional e intermediação da mão-de-obra, bem como no controle de sua implementação* (CBO, 2017, grifo nosso).

Logo, parece-nos pertinente nos remetermos à parte da terminologia utilizada para se referir ao mercado de trabalho brasileiro. De forma resumida, importa-nos investigar a tradução como ocupação, ou seja, como uma atividade profissional no Brasil, sujeita às leis de mercado, e para a qual é atribuído um valor de troca.

Objetivamos pensar quais sentidos são mobilizados quando se pensa (e se diz) a tradução como produto comercializável e consumível, resultante de um trabalho para o qual é atribuído um valor, que é ao mesmo tempo monetário e cultural. Acreditamos que essa seja uma forma de também trazer à tona questionamentos sobre as consequências das práticas e perspectivas vigentes para o profissional da tradução. Abordamos, portanto, a tradução enquanto ocupação e produto de venda (mercadoria), discutindo o pensamento e a prática tradutórias em relação às questões de mercado, sem perder de vista os saberes teóricos dos Estudos da Tradução.

Pensamos serem pertinentes, sobretudo face ao desenvolvimento da área dos Estudos da Tradução, reflexões que abranjam o alcance desses estudos no que tange ao mercado de trabalho da área. Isso envolve pensar, dentre outros, a maneira como a tradução é compreendida, falada e realizada pelos diferentes agentes da tradução (tradutores, revisores, empresários e outros), nos diferentes meios de circulação da tradução (congressos acadêmicos, encontros profissionais, rede eletrônica etc.). Seguindo essa direção, nosso recorte abrange o funcionamento discursivo no que se refere à prática da tradução a partir das ofertas de serviços de tradução disponíveis na rede mundial de computadores e apresentadas por empresas constituídas.

O referencial teórico-metodológico de eleição é a Análise do Discurso francesa tal como concebida por Michel Pêcheux e desenvolvida por teóricos brasileiros. Nossa proposta de análise parte do princípio de que, por mais que haja transformações advindas do uso de novas

tecnologias (como a Internet e os programas de memórias de tradução), o espaço da troca de dizeres e saberes é sempre delineado no/pelo funcionamento ideológico, o qual constitui qualquer dizer, em qualquer espaço.

2. Uma abordagem discursiva

O quadro epistemológico da Análise do Discurso (AD), tal como construído por Pêcheux, articula-se a partir da chamada tríplice aliança, mais especificamente no espaço entre o materialismo histórico, a linguística e a teoria do discurso, sendo esses três campos atravessados por uma teoria da subjetividade de base psicanalítica (BALDINI, 2016). Dessa forma, a AD é considerada uma teoria não subjetivista da subjetividade e de base psicanalítica. Para a AD, importa investigar “as relações entre a linguagem, a história, a sociedade e a ideologia, a produção de sentidos e a noção de sujeito” (MARIANI, 1998, p. 23), sendo o sujeito tomado como dividido.

O conceito central da AD é o discurso, compreendido como efeitos de sentidos entre interlocutores, os quais ocupam posições sociais. O discurso

implica que não se trata necessariamente de uma transmissão de informação entre [interlocutores] A e B mas, de modo mais geral, de um “efeito de sentidos” entre os pontos A e B [os quais] designam algo diferente da presença física de organismos humanos individuais [...] A e B designam lugares determinados na estrutura de uma formação social [...] os lugares do “patrão” (diretor, chefe da empresa etc.), do funcionário da repartição [...] do operário [...] nossa hipótese é a de que esses lugares são *representados* nos processos discursivos em que são colocados em jogo. (PÊCHEUX, 1997, p. 82).

A língua é entendida como espaço de manifestação ideológica, sendo o sujeito constituído pela relação entre língua, história e ideologia. O sujeito, portanto, não é algo dado, ele é efeito de linguagem, é efeito do discurso. Pelo/no discurso estão imbricados a língua, a história e o sujeito. Por esse caminho, a dita realidade:

não é algo dado, um mundo externo, mas, sim, algo que resulta da necessária significação com que o homem, ser simbólico, investe suas práticas sociais e languageiras [...] ao dizer, o sujeito está sempre significando (ou interpretando a ‘realidade’), retomando e renovando os processos de significação constitutivos de sua historicidade. (MARIANI, 1998, p. 27).

Ao dizer, o sujeito se significa. A noção de exterioridade como algo que está fora do texto é substituída pelo conceito de condições de produção, noção que aponta para um processo de constituição do discurso e do sujeito. Segundo o filósofo, “um discurso é sempre pronunciado a partir de *condições de produção* dadas” (PÊCHEUX, 1997, p. 77, grifo do autor), sendo as condições de produção (CP) um conceito que abarca tanto as circunstâncias enunciativas estritas quanto o espaço sócio-histórico e ideológico mais amplo, que são constitutivos de todo o dizer.

A AD tematiza o objeto discursivo, o qual é simultaneamente constituído de materialidade linguística e de materialidade histórica. Desse modo, não existe um sentido já lá, a ser descoberto. Há, sim, um ritual de significação, no qual há uma relação de sujeitos afetados pela história e pela língua, relação essa na/pela qual os próprios sujeitos se constituem.

A relação entre linguagem e ideologia, fundamental para o campo da AD, realiza-se por meio do materialismo histórico. A visão do sujeito interpelado tem sua base principalmente em Althusser (1970). Segundo o filósofo:

a ideologia “age” ou “funciona” de tal forma que ela “recruta” sujeitos dentre os indivíduos (ela os recruta a todos), ou “transforma” os indivíduos em sujeitos (ela os transforma a todos) através dessa operação muito precisa que chamamos interpelação, que pode ser entendida como o tipo mais banal de interpelação policial (ou não) cotidiana: “ei, você aí”. (ALTHUSSER, 1985, p. 96).

De acordo com Pêcheux, as ideologias não “têm origem nos sujeitos”, mas “constituem os indivíduos em sujeitos” (PÊCHEUX 1988, p. 129), por meio da interpelação. A unidade de sentido opera pelo funcionamento de uma ideologia dominante, sendo que a suposta transparência de sentido é mais um dentre os vários efeitos ideológicos.

Segundo Pêcheux, o assujeitamento do sujeito à ideologia ocorre no plano material de existência, porém, o processo de interpelação é apagado aos olhos do sujeito, constituindo um movimento de “imposição/dissimulação”: tanto situa o sujeito, quanto disfarça o mecanismo de sujeição. Assim, o sujeito como origem de seu dizer é uma ilusão, ou seja, é desconstruída a concepção de um sujeito que tudo controla. Resumidamente, podemos dizer que a AD explicita o caráter ideológico do que é tomado pelos sujeitos como natural, “buscando desvendar de que maneira são criadas as ilusões de que há um único sentido e de que o sujeito controla seu dizer; em outras palavras, a AD prioriza o processo de constituição do sentido e do sujeito no discurso” (MELLO, 2010, p. 59).

Outra noção fundamental para a AD é a de interdiscurso, um saber discursivo que faz com que o discurso remeta ao já-dito, aquilo que fala em nós, a despeito de nossa vontade consciente:

O interdiscurso é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. Para que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido. E isto é efeito do interdiscurso: é preciso que o que foi dito por um sujeito específico, em um momento particular, se apague na memória para que, passando ao “anonimato”, possa fazer sentido em “minhas palavras”. No interdiscurso, diz Courtine (1984), fala uma voz sem nome. (ORLANDI, 2005, p. 33-34).

O dizer filia-se a redes de sentidos, sem que saibamos como efetuamos tal filiação. Como diz Orlandi (2005, p. 34), ficamos “ao sabor da ideologia e do inconsciente”.

O conceito de ideologia também é fundamental para a compreensão da noção de formação discursiva (FD), compreendida como a matriz de sentido (PÊCHEUX, 1988, p. 162). O termo FD foi proposto inicialmente por Foucault em *A Arqueologia do Saber*, sendo redimensionado por Pêcheux, o qual chama de FD “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, 1988, p. 160). Segundo Pêcheux, os indivíduos são interpelados em sujeitos pelas FDs que “representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes” (p. 161), sendo que é pelo funcionamento da ideologia que sabemos o que é um soldado, um operário, um patrão, uma greve, uma fábrica etc.: “é a ideologia que, através do ‘hábito’ do ‘uso’, está designando [...] *o que é e o que deve ser*” (PÊCHEUX, 1988, p. 162). É a partir da identificação do sujeito com uma determinada FD, a qual representa uma dada formação ideológica (FI), que os sentidos são produzidos. Na passagem de uma FD à outra, os “mesmos” enunciados podem produzir efeitos de sentido distintos, de acordo com a nova matriz. Como o processo de identificação a uma ou outra FI/FD é apagado para o sujeito, a ilusão de transparência do sentido é mantida. Nas palavras de Pêcheux (1988, p. 162), “toda formação discursiva dissimula, pela transparência de sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao ‘todo complexo’ com dominante das formações discursivas. Segundo Orlandi (2005, p. 54), as FDs “podem ser vistas como regionalizações do interdiscurso, configurações específicas dos discursos em suas relações”. Assim, os sentidos não são efeitos de propriedade intrínsecas à língua, mas “dependem de relações constituídas nas/pelas formações discursivas” (ORLANDI, 2005, p. 44).

Pêcheux toma de Althusser o conceito de forma-sujeito (ou sujeito universal) para explicar os movimentos de identificação (ou não) do sujeito:

a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito): essa identificação, fundadora da unidade (imaginária) do sujeito apoia-se no fato de que os elementos do interdiscurso [...] que constituem, no discurso do sujeito, os traços daquilo que o determina, são reinscritos no discurso próprio do sujeito. (PÊCHEUX, 1988, p. 163).

O sujeito, então, representa a forma-sujeito a partir de uma posição-sujeito, ou seja, ele é efeito da forma-sujeito, sendo que o funcionamento de diferentes FDs vai representar diferentes posições, possíveis porque o discurso é heterogêneo. Para Pêcheux, são três os movimentos do sujeito: o da identificação, em que o sujeito se identifica com a posição dominante da FD; o da contra-identificação, em que o sujeito se identifica com uma posição-sujeito não dominante da FD que o domina; e o da desidentificação, o movimento de tomada de posição do sujeito em favor de um discurso dissidente, mas de modo a transformar a organização da FD. No último caso, há o deslocamento de uma posição-sujeito dissidente a ponto de substituir a posição-sujeito dominante da FD, tendo como resultado uma FD de “tipo novo” (PÊCHEUX, 1988, p. 173).

Nossa proposta, apresentada em 2010, consiste na reelaboração dos conceitos de *assimilação e resistência* a partir de uma postura discursiva. No campo dos Estudos da Tradução, a *assimilação* e a *resistência* foram propostos por Venuti (1998), a partir do pensamento alemão (SCHELEIERMACHER, 1813), com referência às estratégias tradutórias de *domesticação* (prática de traduções fluentes, levando o texto traduzido até o leitor no contexto de chegada) e de *estrangeirização* (manutenção da alteridade do texto na tradução de modo a levar o leitor para o contexto de partida). Propomos (MELLO, 2010) a *assimilação* como o primeiro dos movimentos do sujeito acima expostos, ou seja, como o movimento de identificação do sujeito com o sujeito universal da FD que o domina, representando a reprodução de discursos sedimentados (a identificação; o “bom sujeito”). Por sua vez, a *resistência* é por nós entendida como o fortalecimento de discursos não hegemônicos, englobando tanto a identificação do sujeito com discursos dissidentes, mas sem a alteração do funcionamento discursivo (a contra-identificação), quanto o rompimento do sujeito com a FD que o domina (desidentificação).

Segundo Indursky (2000), as diferentes modalidades de tomada de posição abrem espaço para se pensar o “trabalho na e sobre a forma-sujeito”, que deixa de ser vista como homogênea; ou seja, a FD passa a ser entendida como lugar da reprodução, mas também da “instauração da diferença” (p. 74).

No que tange à metodologia, teoria e metodologia são inseparáveis em AD. As pesquisas não são de caráter quantitativo, mas qualitativo-interpretativista. Nas palavras de Marques (2011, p. 5):

Em AD, a metodologia de análise não consiste em uma leitura horizontal, ou seja, em extensão, do início ao fim do texto tentando compreender o que o mesmo diz, uma vez que todo discurso é incompleto. Mas, realiza-se uma análise em profundidade, que é possibilitada pelo batimento descrição- interpretação em que se verifica, por exemplo, posições-sujeito assumidas, imagens e lugares construídos a partir de regularidades discursivas evidenciadas nas materialidades. Dito de outro modo, o pesquisador utiliza-se de dada teoria, ou melhor, de procedimentos teóricos que subsidiarão a análise conforme o enfoque da pesquisa observando o objeto. Ao analisar o objeto, é necessário recorrer novamente à teoria. Daí, o procedimento analítico se dá nesse vai e vem entre a descrição e a interpretação.

Para a formação do corpus, uma noção importante é a de recorte. Para Orlandi (1984), o recorte em AD se refere à unidade discursiva, ou seja, ao fragmento que apresenta a correlação entre linguagem e situação. Nas palavras de Caldas (2009, p. 49):

o recorte é um processo que procura destacar uma unidade de sentido que se relaciona com as questões ou perguntas do dispositivo analítico escolhido pelo analista. O resultado desses recortes constitui então um *corpus discursivo* no qual o analista se debruça, investigando o processo de produção de sentidos em sua relação com a historicidade, procurando compreendê-lo dentro do dispositivo teórico da AD.

Outra noção importante é a de enunciado. Segundo Foucault (2005, p. 90), o enunciado não é frase ou proposição, mas “aparece como um elemento último, indecomponível, suscetível de ser isolado em si mesmo e capaz de entrar um jogo de relações com outros elementos semelhantes a ele [...] como um átomo no discurso”. Logo, há uma rede de enunciados, por assim dizer, ou seja:

Não há enunciado em geral, enunciado livre, neutro e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se

distinguindo: ele se integra sempre em um jogo enunciativo [...]. Não há enunciado que não suponha outros; não há nenhum que não tenha, em torno de si um campo de coexistências. (FOUCAULT, 2005, p. 112).

O enunciado, portanto, é a unidade elementar do discurso, mas não pode ser confundido com a frase ou proposição, uma vez que é fundamental o suporte material, ou seja, o fato de que o enunciado é produzido por um sujeito em um tempo e lugar. Sob a perspectiva da arqueologia, um dos fatores mais importantes é tentar compreender as complexas relações existentes (de oposição, de associação, de agrupamento etc.). O termo relação é aqui fundamental, pois o enunciado não se encontra livre, há um já-dito, há a historicidade do dizer, há os apagamentos, as contradições etc.

Segundo Marques (2011, p. 6):

Analisar os enunciados nos leva a refletir sobre as regras que estabelecem suas condições de existência, de aparição, sua produção na história, quais são suas correlações com outros enunciados, qual seu papel desempenhado em meio a outros neste jogo enunciativo, seus limites e qual a memória retomada e efeitos de sentidos produzidos neste contexto.

É a partir da dispersão discursiva nos sites de empresas de tradução que efetuaremos nossas análises.

3. Tradução, mercado e rede: uma proposta de análise

Conforme mencionado, em pesquisas anteriores refletimos sobre as descrições das atividades a serem exercidas pelos futuros tradutores e intérpretes, descritas nos editais de concursos públicos, e estudamos os enunciados presentes na *Classificação Brasileira de Ocupações*. Para a pesquisa aqui apresentada, buscamos investigar, pelo funcionamento do mercado de compra e venda de traduções, como a tradução é discursivizada na rede eletrônica a partir de condições de produção explicitamente mercadológicas.

Na atualidade, observamos o funcionamento de um discurso dominante na/da rede eletrônica: o da imposição da *world wide web* como local de integração total e fundamental às relações humanas, o qual tem sua sustentação no sistema capitalista (MELLO, 2018). Trata-se de um funcionamento discursivo no/pelo qual o enunciado “estar na rede” é significado como condição *sine qua non* de existência do sujeito contemporâneo (SOUZA, 2016, s.n.). A rede

tem sido usada para vários propósitos e, dentre eles, destacamos o de instrumento imprescindível ao universo do trabalho. Nessas condições de produção:

em que estar na rede é uma obrigação, a tradução passa também a ter como mandatório o seu comparecimento na rede. Sob a perspectiva mercadológica, também sustentada pelo discurso da rede como um “mundo sem fronteiras”, a rede passa ser vista como espaço de trocas mercadológicas em geral, tanto para o intercâmbio de produtos como para a oferta de serviços de qualquer natureza. Qualquer tipo de empresa (seja micro ou macro) “precisa” ter seu próprio site, onde constarão todas as informações sobre o referido negócio, que podem incluir catálogos, fotos, orçamentos, formulários etc., sendo o site um espaço não apenas de divulgação, mas de propaganda e *marketing*. Nesse espaço, a tradução é mais um dentre os muitos produtos/serviços oferecidos, e demanda sua distribuição na rede. (MELLO, 2018, p. 5).

Assim, a tradução necessita “estar na rede”, seja para que o mercado de tradução possa se realizar/amplificar, seja para que um tradutor consiga trabalho, seja para que as ofertas de serviços de tradução sejam localizadas mais rapidamente etc. Portanto, cabe investigar a relação da tradução com a rede eletrônica, principalmente no que tange à representação da tradução no espaço digital.

É vasta a quantidade e a pluralidade de discursos sobre/da tradução, dispersos em blogs de tradutores e sobre tradução, revistas especializadas, oferta de cursos online e/ou presenciais de tradução, editais de concursos para tradutores e redes de trabalho remotas, para destacar apenas parte da diversidade da presença da tradução na rede. Ainda que limitemos o escopo da investigação para o da tradução em sua relação com o mercado, são muitos os percursos para análise. Para esta fase da pesquisa, optamos por focar a tradução discursivizada como produto mercadológico na rede, ofertado por empresas que gerenciam a sua produção.

Elegemos como foco de nosso trabalho a tradução exercida como ocupação e intermediada por empresas que têm a tradução como sua área de atuação. Optamos por não considerar a oferta direta de tradutores *freelancers* na internet, pois, nesse estágio inicial da pesquisa, objetivamos analisar os dizeres de empresas capazes de atender demandas de grande porte por traduções especializadas. Em outras palavras, buscamos abordar a produção regular e em massa de traduções num espaço marcadamente mercadológico, no qual a ideologia do *patrono* (LEFEVERE, 1992)⁵ se impõe de forma mais perceptível. Para tanto, consideramos

⁵ Segundo Lefevere (1992, p. 15), uma tradução é realizada na medida em que é encomendada por um mecenas – o patrono. A patronagem se refere ao poder que as instituições, classes sociais, editores etc. exercem sobre os

como “empresa de tradução” todos os estabelecimentos, físicos ou não, que se apresentam como empresas constituídas e que afirmam possuir um quadro de tradutores experientes.

No ramo da tradução é frequente a contratação de tradutores *freelancers* por empresas de tradução e que trabalham remotamente, mas partimos do pressuposto de que os mesmos estão submetidos à(s) política(s) da(s) empresa(s) para a(s) qual(ais) atuam, alterando a forma de traduzir de acordo com cada empresa específica para a qual trabalham. Nosso foco é tentar perceber a política das empresas sob análise no que se refere à tradução, mais especificamente como essas empresas entendem e apresentam (discursivizam) a tradução, como prática e como produto.

Escolhemos a tradução especializada como parâmetro de busca e de composição do *corpus* para análise por ser a que tem relação mais direta com as ditas novas tecnologias, que envolvem, dentre outros, programas de memórias de tradução e bancos de dados terminológicos. A relação com as tecnologias pode ser entendida a partir do funcionamento da ideologia capitalista, a qual, pelo viés da geração de demanda por produtos ditos tecnológicos e modernos (haja vista os *tablets*, *iphones/smartphones*, aplicativos etc.) sustenta o discurso tecnológico atual (o qual, como veremos, irá fazer-se circular no discurso sobre a tradução, materializando-se nos enunciados dos sites estudados).

Zizek (2011) observa que as empresas alimentam a circulação de sentidos da rede como algo imprescindível a partir da produção de equipamentos, softwares, máquinas etc., que visam, em última instância, o lucro. Há o funcionamento do discurso capitalista hegemônico: a lógica da eficiência para produzir mais, para encher o mercado de soluções cada vez mais “modernas”, para produzir uma internet cada vez mais rápida etc. e, com isso, atingir o objetivo principal: lucro. Trata-se da lógica da sociedade de consumo, com a identificação do sujeito a discursos que sustentam a necessidade do mais novo, do mais veloz, do mais moderno. Nessas condições, é difícil significar enunciados como “Eu não tenho Internet/Facebook”, pois a evidência de sentido aponta para a conectividade: “É preciso estar conectado, é preciso estar online” (SOUZA, 2016, s.n.).

Usamos a ferramenta de busca do *Google* e, até o momento, recolhemos cerca de 30 sites diferentes, de empresas brasileiras e estrangeiras, as quais se dirigem ao público consumidor brasileiro, e analisamos manualmente, ou seja, sem o uso de programas linguísticos

tradutores, os quais estão diretamente ligados “à ideologia dos patrocinadores que dominam a fase histórica do sistema social no qual o sistema literário está incluído” (tradução nossa).

computacionais, recortes de 20 desses sites. Os sites apresentam várias subdivisões, com um grande volume de textos, e, para essa primeira fase da pesquisa, optamos por investigar a primeira página, onde são mencionados os valores e prazos, a equipe de tradutores, a missão da empresa, os serviços de tradução oferecidos etc. Embora nosso parâmetro inicial tenha sido a tradução especializada, as grandes empresas selecionadas também costumam ofertar o que chamam de “tradução literária” ou “tradução de livro”, algo que discutiremos mais à frente. Muitas delas oferecem também serviços de interpretação, mas essa modalidade não faz parte do escopo deste artigo. Embora a pesquisa tenha sido iniciada em meados de 2016, já apresenta questões interessantes.

Um primeiro ponto a ser observado é a circulação do discurso mercadológico, de base capitalista, nos dizeres referentes à prática da tradução⁶, relativas ao funcionamento do discurso sobre tradução nos sites investigados. Essa circulação era esperada, uma vez que os sites das empresas são montados como vitrines de exposição das mercadorias para venda, no caso, as traduções, a serem encomendadas pelos clientes. Esse discurso mercadológico se constitui também a partir de outros discursos. Segundo Pêcheux (1988), a forma-sujeito pode ser considerada estruturante: a forma-sujeito capitalista (há um todo complexo com dominante no que se refere às FDs) modela e sustenta os vários discursos outros que circulam na materialidade dos dizeres do site, constituindo o discurso mercadológico. A partir da análise dos 20 sites selecionados, identificamos pelo menos dois discursos: o discurso empresarial e o discurso tecnológico, os quais se retroalimentam. Em primeiro lugar, tratamos de empresas, cujo nicho de trabalho é a tradução. Sendo assim, o fim dessas empresas é aferir o lucro por meio da venda de traduções. Temos, sob o domínio da formação discursiva dominante, um comércio que visa ao lucro do capitalista, no caso, o empresário. Os valores serão estabelecidos a partir das leis do mercado, o qual, a partir dos enunciados em sites de venda em geral, bem como nos sites estudados, exige qualidade, eficiência e rapidez⁷. Sendo assim, não é aleatoriamente que o termo “qualidade” circula na maioria dos sites estudados; há um funcionamento ideológico-discursivo hegemônico que sustenta a relevância da “qualidade” dos produtos para venda – daí enunciados como “garantimos a qualidade”, “qualidade garantida”, “garantia de qualidade”,

⁶ O termo “tradução” é utilizado neste trabalho como um termo mais geral, abrangendo tanto o processo quanto o produto em si, sem fazer a distinção entre tradução e versão. Somente quando for estritamente necessário para fins de análise ou para a discussão teórica serão usados os termos mais específicos.

⁷ Em qualquer busca simples no *Google* é possível constatar a presença desses enunciados nos sites de vendas em geral.

“qualidade excepcional”, “alto nível de qualidade” e “100% de qualidade” nos sites analisados. Esses enunciados não se fazem circular apenas nos sites de empresas de tradução, mas em vários outros sites que se destinam à venda dos mais diversos produtos. Esse comparecimento tem lugar pelo funcionamento do já-dito do interdiscurso, no caso, da relação da tradução com os saberes de uma FD empresarial. O efeito de sentido de “qualidade” se constrói pelo funcionamento do discurso empresarial-mercadológico se sobrepondo ao discurso sobre a tradução. No mundo empresarial, pelo menos em tese, a venda é garantida pela alta qualidade e pelo menor preço dos produtos⁸. Temos uma (re)produção de sentidos naturalizados, pois não é explicado o que significa uma “qualidade total”. Em outras palavras, como é medida essa qualidade integral?

Ao mesmo tempo em que pode ser observado o efeito de sentido da garantia de uma qualidade total, quatro das empresas estudadas oferecem tipos diferenciados de tradução, de acordo com os processos de revisão a serem realizados ou desconsiderados. Os nomes e procedimentos variam, mas é comum a separação dos tipos a partir dos passos seguidos para a produção da tradução, o que se traduz em valores também diferenciados atribuídos a cada tipo. De forma geral, são apresentados três tipos de tradução⁹ – tipo 1: uma espécie de tradução básica, em que está implícito o uso de alguma ferramenta computacional de auxílio e pode haver uma revisão muito breve; tipo 2: a tradução de tipo 1 com uma revisão um pouco mais atenta; tipo 3: uma tradução com uma revisão apurada e considerada a única indicada para publicação.

Para exemplificar, tomemos o site da empresa K. O primeiro tipo de tradução ofertado no referido site alude ao uso de softwares de tradução automática ou de programas de memória de tradução. Não há a menção explícita ao uso desses programas, mas há materialidades linguísticas que apontam para o uso desses recursos tecnológicos, e, portanto, para o funcionamento do discurso tecnológico. Como exemplo, podemos citar o comparecimento do termo “arquivo” em detrimento do termo “texto” a ser traduzido. Vemos nessa escolha lexical o funcionamento do discurso tecnológico atravessando o discurso sobre a tradução, o que

⁸ Dizemos em tese porque é muito comum, sobretudo no comércio eletrônico, a compra de produtos com garantia de qualidade, mas cuja qualidade é questionável, tanto do produto em si, quanto do sistema de troca dos produtos. Ver, por exemplo: <<http://link.estadao.com.br/noticias/geral/comprar-em-sites-de-fora-pode-trazer-dor-de-cabeca,10000029716>>.

⁹ O interesse em estudar as empresas de tradução surgiu a partir de uma fala da Profa. Dra. Maria Paula Frota, na mesa-redonda “Sobre Tradução”, do VII Seminário “O Passado no Presente: releituras da modernidade” (UFF, 2014), na qual a referida estudiosa mencionou a oferta de diferentes tipos de tradução na internet.

demonstra uma relação estreita entre uma FD sobre a tradução e uma FD sobre tecnologia (que materializa no texto as novas tecnologias de tradução).

Já no site J, que também oferece tipos de tradução semelhantes, mas com outras denominações, comparece o enunciado “tradução automática”. O site T, por sua vez, oferece os três tipos de tradução, todos apresentados como tradução automática, sendo também os graus de revisão a diferença entre eles, só que, no caso da tradução de tipo 1 não há revisão (assim como no site K). O site T ressalta, ainda, a possibilidade de personalização da tradução automática de forma a melhor atender às necessidades do solicitante.

Cabe mencionar que há diferença entre a tradução assistida por memórias de tradução e a tradução automática. Grosso modo, os sistemas de memória de tradução têm como característica “a capacidade de recuperação e reaproveitamento de traduções já realizadas” (STUPIELLO, 2014, p. 22). As ferramentas de memórias de tradução criam bancos de dados, os quais são constituídos pelos textos de partida e de chegada alinhados em segmentos. Dessa forma, a cada nova tradução, o computador reconhece termos e fraseologias já traduzidos, os quais são fornecidos ao tradutor, que define *a priori* o grau de proximidade e opta por aproveitar as sugestões apresentadas ou não. Dessa forma, na tradução assistida por memórias de tradução, a intervenção humana não é eliminada durante a realização da tradução propriamente dita. Já na tradução automática, como o próprio nome sugere, a tradução em si será feita inteiramente pelo programa de computador. A intervenção humana nesse caso aparece somente na revisão ou pós-edição. Há muita confusão entre os termos no senso comum, e esse parece ser o caso dos sites J e T. Nos dois sites não há o uso do termo “revisor”, mas é mencionada a pós-edição. A diferença é que, no site J, tanto para a tradução do tipo 1 quanto para a do tipo 2 é mencionada uma pós-edição realizada por um “tradutor nativo” e, portanto, humano, no intuito de suprimir “erros” que possam ser considerados mais problemáticos.

Nesse momento, vale retomarmos a questão da oferta de garantia total de qualidade. As revisões são oferecidas devido à possibilidade de falhas. Se a premissa é a da qualidade total, como “erros” podem ser mencionados? A menção a falhas comparece, por exemplo, no site K, porém, tal materialidade se presentifica somente para a tradução do segundo tipo. De acordo com o site K, o processo de produção da tradução do segundo tipo envolve a tradução do primeiro tipo acrescida de uma revisão realizada por um “gestor”, o qual irá eliminar quaisquer “erros”, sendo oferecida uma qualidade total. No entanto, se a qualidade é absoluta, por que é necessária uma tradução do terceiro tipo, como dissemos, a única indicada para publicação?

No caso do site J, o terceiro tipo é o único indicado para publicação, sendo que, para a tradução do tipo 1, um tradutor “nativo” irá fazer a revisão para eliminar os erros “mais sérios”. Nesse caso, como fica a questão da qualidade, ainda que não seja ofertada uma qualidade total para o tipo 1? Além disso, para a tradução do tipo 2 são realizados dois processos de revisão: um pelo tradutor “nativo” e outra pelo gerente de projeto. Cabe perguntarmos novamente: por que razão somente a tradução do tipo 3 é passível de publicação? Certamente, para aqueles que lidam diariamente com essas tipologias a resposta pode soar como “óbvia”. Mas é exatamente isso que queremos discutir, ou seja, é nosso objetivo discutir essa evidência de sentido, que, a nosso ver, é fundada na/pela contradição.

No fio do discurso tanto do site K quanto do site J, percebemos discursos que se entrecruzam, mas que também se chocam, provocando a contradição. Como sustenta a AD francesa de Pêcheux, a contradição é própria do sujeito e do discurso. Na comparação entre os sites K e J, por exemplo, vimos que, no fio do discurso circulam efeitos de sentido da qualidade perfeita (o sentido hegemônico, mais fortemente perceptível, presentificado pelo discurso mercadológico-empresarial) ao mesmo tempo em que essa “mesma” qualidade é questionada pelo funcionamento do discurso sobre a tradução, o qual, ainda que sustente visões da tradução como atividade mecânica, tem entre seus saberes o conhecimento de que tanto a tradução automática quanto a tradução assistida necessitam de algum grau da intervenção humana para a produção de traduções publicáveis (consideradas de alta qualidade). A contradição opera nas fronteiras dessas FDs, pois é oferecida uma qualidade total ao mesmo tempo em que há materialização das possíveis falhas do processo.

Ainda em referência ao segundo tipo de tradução do site K, devemos comentar o uso do termo “gestor”. Como sustenta a AD, há um funcionamento ideológico que modela a forma como são articulados os enunciados, ou seja, as escolhas lexicais, sintáticas etc. não são aleatórias. A “escolha” pelo termo “gestor” tem sustentação no/pelo funcionamento do já-dito do interdiscurso, mais especificamente a partir de uma FD empresarial. Em várias áreas profissionais, o uso do termo “gestor” é cada vez maior. Na área de Tecnologia da Informação, por exemplo, é muito comum o cargo de gestor (ou gerente) de projetos. Vemos, portanto, um enunciado produzido a partir de um discurso administrativo, o qual está marcadamente atrelado ao funcionamento do discurso empresarial e capitalista, apresentando marcas dessas formações discursivas e, portanto, da heterogeneidade constitutiva do discurso. Pela AD, temos o discurso apresentado como espaço da reprodução/transformação de sentidos. É possível sugerir, pelo

menos no que tange aos sites selecionados, que o discurso mercadológico atua de forma a (re)inscrever sentidos sedimentados, apagando possíveis saberes de um discurso da tradução da academia. Em outras palavras, temos assimilação – a atuação do discurso mercadológico e empresarial de forma a reproduzir sentidos, e não a contestá-los. Assim, os sentidos de “tradutor” são substituídos por termos mais utilizados no campo das áreas de gestão, chegando ao ponto de usos distintos, em empresas distintas, para uma mesma função. Dentre as várias funções, podemos citar a de “lead linguist”, mantido em português pelo transporte direto a partir das condições de produção anglo-americanas, bem como “lead reviewer”, “quality manager”, “gestor terminológico”, e “gestor de tradução”, para citar algumas. É a isso que nos referimos quando usamos o enunciado “pulverização da ocupação de tradutor”.

É relevante mencionar, ainda, que circulam tanto na academia quanto no mercado dois recorrentes argumentos para o uso da tradução assistida: a economia de tempo de trabalho e a padronização terminológica. Como aponta Stupiello (2014, p. 22), alguns estudiosos e tradutores sustentam que os tradutores profissionais, a partir do uso de memórias, poderiam desfrutar de “um recurso de grande auxílio na manutenção da padronização terminológica, podendo resultar em economia de tempo em trabalho muito extensos, desenvolvidos em equipe”. Porém, a adoção desses sistemas promove alterações não apenas no modo como a tradução é realizada, mas também na forma como a mesma é concebida. Nas palavras de Stupiello, embora teóricos discorram sobre as vantagens desses programas, bem como sobre a imprescindibilidade do domínio dessas ferramentas para a manutenção de tradutor no mercado de trabalho:

Pouca atenção parece ser dada às mudanças que o uso desses sistemas promove na maneira como o tradutor lida com o texto que traduz e, por extensão, no modo como sua atuação é concebida por quem contrata o seu trabalho. (STUPIELLO, 2014, p. 22).

Dentre essas formas de concepção da tradução nos sites, os quais são construídos em estreita relação com a ideologia dos patrocinadores da tradução (os intermediários que gerenciam o processo a partir de suas empresas), observamos a reprodução e o fortalecimento de discursos que desconsideram a participação ativa leitor/tradutor na construção dos sentidos do texto. Ao mesmo tempo, observamos uma espécie de “furo”, uma vez que os programas foram criados e são sustentados pelo desejo de uma padronização terminológica, mas, inesperadamente, geram uma fragmentação no próprio domínio da tradução enquanto ocupação

(a pulverização que aludimos mais acima), engendrando a mesma falta de padronização que almejavam eliminar.

O terceiro tipo de tradução é o único considerado adequado para publicação pelos sites K e J, logo, os dois primeiros tipos não o são, ainda que para o segundo tipo, no caso do site K, haja revisão e seja ofertada uma garantia total. Ainda para o site K, no terceiro tipo, materializam-se a função de “revisor” propriamente dita, uma preocupação com a “escrita” do texto e a certificação da tradução¹⁰. Curiosamente, somente para o terceiro tipo (que é o mais caro) é apresentado um objetivo para a tradução nos dois sites: a publicação (no site T, por exemplo, não há menção à publicação). O comparecimento da revisão sugere que mesmo a tradução do tipo 2, para a qual há garantia total, é suscetível de apresentar problemas para a publicação. Uma vez mais é necessário perguntarmos: se permanece a possibilidade de erros no terceiro estágio, como a qualidade do segundo estágio pode ser total? Relembrando, há um entrecruzamento de FDs e de discursos, pelo/no qual a contradição se materializa. Vemos a circulação do discurso tradicional da tradução, no qual a atividade é considerada mecânica, e do discurso tecnológico, um retroalimentando o outro.

Ainda em referência à discussão sobre o enunciado “qualidade total”, encontramos dois sites cujos textos apresentam combinações lexicais um pouco estranhas ao falante do português do Brasil, problemas com o uso dos pronomes e também com as flexões verbais. Essas materialidades linguísticas conduzem à percepção de que existe um texto de partida redigido em língua estrangeira e que foi, provavelmente, vertido para português do Brasil a partir de uma tradução automática (ou assistida) submetida a uma revisão superficial. É importante salientar que uma das empresas envolvidas oferece os três tipos de tradução analisados. No caso do site S, por exemplo, são erros muito visíveis (incluindo sentenças em negrito e títulos). Relembrando, o primeiro tipo se refere à tradução feita com o uso de ferramentas de tradução (automática ou assistida) e sem uma revisão mais profunda (o custo é reduzido); o segundo tipo também envolve o uso de ferramentas de tradução (automática ou assistida), mas um “profissional” revisa o texto, sendo que é oferecida uma garantia total; e o terceiro tipo se refere à uma tradução certificada, para ser publicada, contando, inclusive, com uma segunda revisão, mais profunda (com um custo mais elevado). Não é incorreto supor que um dos três tipos de

¹⁰ A certificação da tradução é algo hoje exigido por muitos periódicos internacionais para que o artigo seja aceito para publicação, como é o caso da Engenharia Civil, por exemplo. A análise dessa exigência não faz parte do escopo deste trabalho, mas pretendemos abordar o assunto em outra oportunidade.

tradução foi utilizado pelas empresas para traduzirem seus sites (e que, provavelmente, não foi a tradução do terceiro tipo, a qual parece envolver uma maior preocupação com a redação propriamente dita). Assim, uma vez que houve usos fora do que seria esperado em português, resta-nos supor que se trata da tradução do tipo 1 ou do tipo 2.

Cabe retomarmos, portanto, à questão da qualidade, mais especificamente aos efeitos de sentido em jogo quando enunciados como “garantimos a qualidade” e “qualidade total” comparecem nos sites. É possível, inclusive, um questionamento a respeito da própria oferta de graus de qualidade. Não se trata de cair no desgastado discurso da busca de erros de tradução, mas de entender como se opera o jogo discursivo. Parece haver um esvaziamento de sentidos no que tange à discursivização do termo “qualidade” no âmbito da oferta de traduções. Em outras palavras, a circulação de sentidos se faz pelo viés de uma totalidade que simplesmente não pode ser garantida, simplesmente porque a própria noção de “erro” é uma construção discursiva, sustentada pelas condições de produção, que nunca são exatamente as mesmas. Tais materialidades, entretanto, se percebidas, podem suscitar o funcionamento de sentidos divergentes, que se contra-identificam na rede de sentido: se houve erro, como pode haver uma “garantia total”? A tal “garantia total” relaciona-se à ilusão de transparência se sentido: “é óbvio que a qualidade tem que ser total”; trata-se de uma regra de mercado, novamente um efeito de sentido da ordem do que é “imprescindível” (como vimos, “estar na rede” hoje é também “imprescindível”¹¹).

Observamos que o discurso acadêmico da tradução (e mesmo o discurso dos estudos de linguagem), o qual propõe uma problematização da participação do leitor, da língua como materialidade ideológica, das diferentes formas de se pensar o que seja qualidade em tradução e o que seja erro, da interpretação como construção a partir de contingências sócio-históricas e político-ideológicas, não está conseguindo se fazer circular no espaço mercadológico estudado. Isso sustenta a importância de se pesquisar a relação entre tradução e mercado na rede eletrônica, até como forma de fazer circular sentidos divergentes.

Ainda nessa linha de análise, cabe dizer que também observamos nos sites em geral o uso de artigos definidos como materialidade de um discurso sobre a tradução que não considera a atividade em sua complexidade. No já citado site K, temos enunciados como “o significado

¹¹ Apesar de ser grande o acesso à rede, de acordo com relatório da ONU publicado em 2015 (apud O GLOBO, 2016), mais da metade da população mundial não faz parte do universo da internet. Logo, a imprescindibilidade é uma construção, que é tomada pelo sujeito como “verdade”.

do texto é mantido” e “o conteúdo do texto”, aliado ao uso do termo “transmissão”. O uso do artigo definido bem como do vocábulo “transmissão” materializam o trânsito de discursos sobre a tradução que há muito não circulam no âmbito dos Estudos da Tradução, mas que ainda se fazem muito presentes no senso comum. Temos a reprodução de construções ideológico-discursivas que desconsideram a participação ativa do tradutor como construtor de sentidos, seja em sua posição de sujeito-leitor de um texto, seja na sua posição de sujeito-reescritor desse texto, seja na posição de pós-editor: só há um significado, e este deve ser descoberto para, então, ser recodificado. O uso de “conteúdo”, muito presente na maioria dos 20 sites estudados, também remete a essa historicidade do dizer sobre a tradução, a já-ditos que ainda circulam no senso comum, bem como no contexto mercadológico, sobretudo no que se refere à tradução especializada. Esses dizeres são também sustentados pela circulação de sentidos para o texto como algo fixo, estável, cujos significados totais não somente podem ser apreendidos pelo leitor/tradutor, mas transportados integralmente e fielmente (no sentido não relativizado do termo) para uma língua outra, de forma totalmente neutra. Nessas condições, é reforçada a metáfora da tradução como “transporte” de sentidos estáveis. Pelo discurso mercadológico capitalista, constitutivo do discurso tecnológico, são reproduzidas no discurso sobre a tradução as noções tradicionais de precisão, fidelidade e equivalência. Para o tipo 3 do site K, por exemplo, está prevista uma segunda revisão do “conteúdo” do texto. Esses usos não são aleatórios, mas sustentados pelo discurso hegemônico de que há um único significado no texto, a ser descoberto/decodificado e transportado/recodificado para o novo contexto: a tradicional visão da leitura e da tradução como atos mecânicos (re)produzindo efeitos de sentido.

Embora nosso foco inicial de busca e seleção tenha sido a oferta de traduções especializadas, dentre os 20 sites analisados para este artigo, há os que também ofertam a “tradução literária” ou a “tradução de livro”. Essa nomenclatura aponta para a mudança de sentido que ocorre a partir da passagem de uma FD para outra. Na FD do discurso acadêmico da tradução, em sua relação com a FD dos estudos literários, a “tradução literária” é significada em relação a questões estéticas: há regras para que uma obra seja considerada “literária”, há padrões estéticos que separam a literatura de outras produções de escrita. Ainda que uma das grandes perguntas dos estudos literários seja o que pode ser considerado literatura/literário, na academia dizer a literatura, e com ela a tradução literária, é fazer circular efeitos de sentidos ligados à poesia, aos contos e romances, à significância de um poema (LARANJEIRA, 2003), etc. Nos sites das empresas, como podemos ver, os efeitos de sentidos são outros, porque a

matriz de sentido é outra: trata-se da FD mercadológica, definindo o sentido de tradução como produto: livro. Tanto que a “tradução literária” nessas condições de produção pode abranger, por exemplo, livros de “autoajuda”, “ficção”, religião e filosofia” (site G), “discussões específicas” e “temas amplos” (site B). Para a tradução de livros também comparecem materialidades como “precisão”, “fluência”, “*extrema* precisão”, “emoções transmitidas *integralmente*” etc. Além disso, comparecem enunciados como os de que os tradutores “identificarão a *intenção autoral*”, que o leitor irá, por meio da tradução, “experimentar um mundo *equivalente*”, que a experiência de leitura será vivida como se tivesse vindo da “mesma pessoa” e que “as *palavras* serão sentidas” etc. (grifo nosso). Todos esses enunciados reforçam um discurso sobre a tradução que não se sustenta pelo discurso acadêmico da tradução, mas por uma visão tradicional de tradução, que chega pela historicidade do dizer.

Assim, se em pesquisas anteriores pudemos perceber materialidades linguísticas do funcionamento do discurso acadêmico da tradução perpassando o discurso mercadológico, principalmente com a inclusão das diferenças culturais na concepção do que é traduzir, o mesmo não foi verificado no corpus aqui estudado.

4. Considerações finais

Como conclusão parcial, uma vez que a pesquisa encontra-se em curso, sustentamos que nos sites estudados ocorre a assimilação no que se refere ao discurso sobre a tradução, ou seja, as materialidades analisadas sugerem dizeres historicamente construídos a partir de uma visão tradicional de tradução. O discurso sobre as novas tecnologias parece reforçar esses mesmos sentidos e não contestá-los, e isso não apenas no que tange à tradução, mas à própria concepção de língua. Nas condições de produção da chamada alta tecnologia, os sentidos hegemônicos não estão sujeitos a forças transformadoras, pelo menos no que se refere à forma que o exercício da tradução é comumente discursivizado no âmbito do mercado de trabalho.

Muito há que ser analisado no que se refere aos sites em nosso *corpus* (como prazos de entrega, valores disponibilizados e formas de contratação), bem como se faz necessária uma pesquisa com os tradutores e empresas no intuito de mapear as muitas funções hoje exercidas em substituição à ocupação de “tradutor”. Ainda assim, esperamos ter demonstrado as questões relevantes são as pesquisas que envolvem as relações entre a tradução e o mercado, até mesmo com o objetivo de que sejam construídas ações para valorizar o tradutor e seu ofício (monetária e culturalmente). Não propomos uma tomada de posição incompatível ao mercado ou a adoção

de uma postura contrária ao uso da internet e das ferramentas de tradução, mas um questionamento mais profundo sobre o alcance dessas tecnologias, tanto para a concepção da tradução como para a formação de tradutores mais preparados para enfrentarem o mercado de trabalho que hoje se lhes impõe.

Conforme enfatiza Stupiello (2014), a velocidade e a urgência impostas aos profissionais da área acabam por impedir a reflexão sobre questões relevantes. Pesquisas como a da referida autora têm lançado luz à parte desses temas, com a problematização da responsabilidade do tradutor, da ética do tradutor e da diluição da autoria. Podemos acrescentar à lista os valores de troca atuais da tradução, os prazos (cada vez mais curtos) e a formação de tradutores capazes de se moverem no pulverizado mercado da tradução.

Referências

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de estado**. Trad. Walter J. Evangelista e Maria L. V. De Castro. RJ: Graal, 1985 [1970].

BALDINI, L. J. S. Tríplice Aliança. In: MARIANI, B.; DIAS, J. (Ed.). **Enciclopédia audiovisual virtual de termos, conceitos e pesquisas em Análise do Discurso e áreas afins**. Niterói: LAS/UFF, 2016. Disponível em: <http://ufftube.uff.br/video/1X7GA346K9SK/Tr%C3%ADplice-alian%C3%A7a--Lauro-Baldini>. Acesso em: 31 out. 2016.

BRASIL. Ministério do Trabalho e do Emprego. CBO — **Classificação Brasileira de Ocupações**. Disponível em: <http://www.mteco.gov.br/cbosite/pages/home.jsf>. Acesso em: 20 jan. 2017.

CALDAS, B. F. **Discursos sobre/de tradução no Brasil: línguas e sujeitos**. 2009. 200 f. Tese (Doutorado em Letras). Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ, 2009.

CALDAS, B. F.; MELLO, G. C. C. de. Tradução e Tradutores no Brasil: construções discursivas em editais públicos. In: JORNADA INTERNACIONAL DE ESTUDOS DO DISCURSO, 2., 2012, Maringá, p. 1-15. **Anais...** Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2012.

_____. Vozes da Tradução como Profissão: movência de sentidos na Classificação Brasileira de Ocupações. In: ESTEVES, L.; VERAS, V. (Org.). **Vozes da tradução, éticas do traduzir**. São Paulo: Humanitas, 2014, p. 177-196.

CRONIN, M. **Translation and Globalization**. London: Routledge, 2003.

FERREIRA, M. C. L. A Análise do Discurso e suas interfaces: o lugar do sujeito na trama do discurso. **Organon**. Porto Alegre, v. 24, n. 48, p. 1-12, 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/Daniel/Downloads/28636-110571-1-SM.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2017.

FOUCAULT, M. **Arqueologia do saber**. Trad. Luiz F. B. Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005 [1969].

INDURSKY, F. A fragmentação do sujeito em análise do discurso. In: INDURSKY, F.; CAMPOS, M. C. (Org.). **Discurso, memória, identidade**. Sagra Luzzato: Porto Alegre, 2000, p. 70-81.

O GLOBO. Mais da metade da População não tem acesso à rede diz relatório da ONU. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/sociedade/tecnologia/mais-da-metade-da-populacao-mundial-nao-tem-acesso-internet-diz-relatorio-da-onu-7557878#ixzz4P0FvT0PQ>. Acesso em: 20 out. 2016

LARANJEIRA, M. **A Poética da Tradução**. São Paulo: EDUSP, 2003

LEFEVERE, A. P. **Translation, rewriting and the manipulation of literary fame**. London, New York: Routledge, 1992.

MARIANI, B. **O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais 1922-1989**. RJ: Revan, SP: Unicamp, 1998.

MARQUES, W. Metodologia de Pesquisa em Análise do Discurso Face aos Novos Suportes Midiáticos. **Domínios de Lingu@gem**, Uberlândia, v. 5, n. 1, 2011, p. 58-73.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política (Livro 1)**. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996. t. 1.

MELLO, G. C. C. de. **Assimilação e Resistência sob uma perspectiva discursiva: o caso de Monteiro Lobato**. 2010. 402 f. Tese (Doutorado em Letras) – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica. Rio de Janeiro, RJ, 2010.

_____. Tradução e rede eletrônica: sentidos em luta? In: LIMA, É. (Org.) **Tradução: avanços e desafios na era digital**. Rio de Janeiro: Editora Transitiva, 2018 (no prelo).

ORLANDI, E. Segmentar ou recortar? In: **Linguística: questões e controvérsias**. Série Estudos 10. Curso de Letras do Centro de Ciências Humanas e Letras das Faculdades Integradas de Uberaba. Uberaba, 1984, p. 9-27.

_____. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2005 [1999].

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso. Trad. Eni P. Orlandi. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.) **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Unicamp, 1997 [1969].

_____. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Ed. Da Unicamp, 1988 [1975].

SCHLEIERMACHER, F. Sobre os diferentes métodos de tradução. Trad. Margarete von Mühlen Poll. In: HEIDERMANN, W. (Org.). **Clássicos da teoria da tradução**. Florianópolis: UFSC/Núcleo de Tradução, 2001 [1813], p. 25-87. v. 1.

SOUZA, L. M. A. e. Ideologia e rede eletrônica. In: MARIANI, B.; DIAS, J. (Ed.). **Enciclopédia audiovisual virtual de termos, conceitos e pesquisas em Análise do Discurso e áreas afins**. Niterói: LAS/UFF, 2016. Disponível em: <http://ufftube.uff.br/video/1X7GA346K9SK/Tr%C3%ADplice-alian%C3%A7a--Lauro-Baldini>. Acesso em: 31 out. 2016.

STUPIELLO, É. N. de A. **Ética profissional na tradução assistida por sistemas de memórias**. São Paulo: UNESP Digital, 2014.

ZIZEK, S. **Primeiro como tragédia, depois como farsa**. Trad. Maria Beatriz Mendonça. São Paulo: Boitempo, 2011.

VENUTI, L. **Escândalos da tradução: por uma crítica da diferença**. Trad. Laureano Pelegrin et al. Bauru: EDUSC, 2002 [1998].

Artigo recebido em: 19.04.2017

Artigo aprovado em: 23.05.2017

Tradução Oral à Prima Vista na formação do intérprete: considerações pedagógicas¹

Sight Translation in interpreter training: some pedagogical considerations

Glória Regina Loreto Sampaio *

RESUMO: A Tradução Oral à Prima Vista (TrPV) é um elemento de relevância para a formação do intérprete e um componente essencial para o desempenho do futuro profissional em muitos ambientes de atuação. Consequentemente, a prática da TrPV se faz presente em cursos de formação bem estruturados. Neste escrito, após uma breve referência à natureza, complexidade e desafios impostos pela TrPV, e tendo como base uma vivência docente extensa da autora, será apresentada uma possível abordagem pedagógica, voltada à aquisição da competência em TrPV e a um desempenho de qualidade nessa modalidade híbrida, situada no espaço fronteiro tradução escrita e tradução oral.

PALAVRAS-CHAVE: Tradução Oral à Prima Vista. Abordagem metodológica para ensino-aprendizagem da TrPV. Formação de intérpretes.

ABSTRACT: Sight Translation (STr) competence is a relevant element in interpreter training and an essential component of professional performance in several interpretation settings. Therefore, STr practice is an integral part of well-designed interpreter training programs. After a brief introduction to the characteristics and complexity of as well as the challenges imposed by STr, and drawing on the extensive teaching experience of the author, a pedagogical approach to the acquisition of STr skills and to competent performance in this hybrid oral translation mode will be suggested.

KEYWORDS: Sight Translation. Pedagogical approach and teaching methodology. Interpreter training.

1. Introdução

A Tradução Oral à Prima Vista (TrPV) é de longa data percebida como uma atividade tradutório-interpretativa de natureza híbrida, por sua ancoragem na matriz da linguagem escrita como ponto de partida e na linguagem oral como ponto de chegada. Essa característica é

¹ Este texto refere-se a apresentação científica realizada durante o *ENTRAD 2016 - XII Encontro Nacional e VI Encontro Internacional de Tradutores - Tradução e Inovação*, realizado em Uberlândia, MG. O conteúdo é parcialmente inspirado em apresentação feita na *ATA NYC Conference 2009* e em texto da autora publicado nas *Actas V Congreso Latinoamericano de Traducción e Interpretación do CTBA 2011*.

* Doutora em Comunicação e Semiótica (PUC-SP), atua como docente e pesquisadora no Departamento de Inglês, Faculdade de Filosofia, Comunicação, Letras e Artes, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. E-mail: gloria_sampaio@hotmail.com.

referida por vários estudiosos e pesquisadores, dentre os quais podemos destacar Mikkelson (1994) e Moser-Mercer (1991).

Outra característica importante da TrPV é ser ela considerada como uma modalidade tradutória simultânea, visto sua execução ser marcada pelo imediatismo, baixa recursividade e realização em tempo real.

Herbert (1952)², ao discorrer sobre métodos de interpretação, arrola a TrPV como uma das modalidades interpretativas simultâneas, ao lado da interpretação sussurrada e da interpretação telefônica, sendo que esta última corresponderia à interpretação simultânea em cabine dos dias de hoje.³

Ratificando a percepção da TrPV como modalidade simultânea, Pöchhacker (2004, p. 19) comenta:

A special type of simultaneous interpreting is the rendition of a written text 'at sight'. [...] In sight translation, the interpreter's target-text production is simultaneous not with the delivery of the source text but with the interpreter's real-time (visual) reception of the written source text.

Um aspecto relevante da TrPV é que a produção oral do intérprete deve soar tão natural e fluida que passe a impressão de que o intérprete está lendo um texto escrito no idioma que está utilizando (ANGELELLI, 1999).⁴

A esse cenário, devemos acrescentar que existem diferentes modos de realização da TrPV. Jiménez (1999, p. 198) descreve cinco variedades: i) a *TrPV "ao bater do olho"*, quando não é dado ao intérprete tempo para preparo prévio; ii) a *TrPV preparada*, quando é concedido um pequeno espaço de tempo para o intérprete se familiarizar com o texto de partida; iii) a *TrPV consecutiva*, quando o intérprete lê o texto todo e, a seguir, apresenta uma versão oral *sintética* ou *explicativa* do conteúdo do texto de partida; iv) a *TrPV em interpretação*

² "There are three varieties of simultaneous interpretation: (a) Whispering: when the interpreter whispers into the ear of one or two delegates (occasionally three) what is being said by the speaker. (b) Telephonic simultaneous: when the interpreter, who generally listens to the original speech through ear-phones, himself speaks into a microphone. (c) Translation at sight: when the interpreter is given a written text which he has never seen before and, either directly or through a microphone, "reads" it aloud at normal reading-speed in a language other than the one in which it is written". HERBERT, J. **The Interpreter's Handbook** – How to Become a Conference Interpreter, p. 7.

³ Acreditamos que tal denominação decorreria, possivelmente, do fato de o equipamento utilizado pelos intérpretes, à época, assemelhar-se àquele utilizado pelas telefonistas.

⁴ "Sight translation is an oral translation of a written text that should sound as if the interpreter were merely reading a document written in the target language" (ANGELELLI, 1999, p. 27).

consecutiva, quando o palestrante lê em voz alta o texto escrito que será objeto da TrPV e, a seguir, o intérprete procede à reformulação oral na língua de chegada; e v) *a interpretação simultânea com texto*, quando o intérprete, que está realizando interpretação simultânea (normalmente em cabine), tem em mãos o texto escrito que serve de base para o discurso do palestrante.

Esta última variedade, também, conhecida pelos profissionais da área como *interpretação simultânea documentada* ou *recitada*, é considerada a mais dificultosa por uma série de razões, dentre as quais destacamos o input duplo (texto de partida escrito e texto de partida oral) e a possibilidade de discrepâncias entre o conteúdo do texto escrito e o texto oral de fato apresentado pelo palestrante. Tais fatos podem criar enorme desconforto para o intérprete, demandando maior esforço de atenção e de capacidade de processamento, podendo até mesmo impossibilitar a execução da tarefa. A recomendação é que em situações extremas, o intérprete dê precedência ao input oral (GILE, 2009, p. 183).

No que concerne à importância e incidência da TrPV nos contextos interpretativos profissionais, Jiménez (1999)⁵ afirma que a presença constante dessa modalidade interpretativa marca sua relevância como atividade tradutória. Gile (2009)⁶, por sua vez, esclarece que, se comparada à interpretação simultânea e à interpretação consecutiva, a TrPV é menos frequente na interpretação de conferências, embora, segundo informação pessoal recebida, seja muito comum na interpretação de língua de sinais. Pöchhacker (2004)⁷ assevera que, a TrPV é sem dúvida, parte integral da competência tradutória do intérprete.

Pelo viés pedagógico, Viaggio (1992)⁸ e Weber (2008 [1990])⁹ destacam o papel da TrPV como um exercício preparatório eficiente para outras modalidades da interpretação.

Sem dúvida, podemos argumentar que, por exigir do intérprete um esforço cognitivo considerável na consecução de tarefas múltiplas e concomitantes, a TrPV antecipa e propicia

⁵ “La única modalidad pura constante que participa en todos los tipos de traducción oral es la traducción a la vista [...]. La presencia constante de esta variedad de traducción marca su relevancia como actividad traductora” (JIMÉNEZ, 1999, p. 104).

⁶ “Sight translation is less frequent in conference interpreting than simultaneous or consecutive (but is very common in signed-language interpreting – according to a personal communication by Carol Patrie)” (GILE, 2009, p. 178).

⁷ “There is no doubt that sight translation is an integral part of an interpreter’s translational competence” (PÖCHHACKER, 2004, p. 186).

⁸ “Personal experience (...) has led me to believe that sight translation in general is perhaps the most effective and complete prelude to and preparation for attacking simultaneous interpretation” (VIAGGIO, 1992, p. 45).

⁹ “Just as consecutive interpretation is an ideal preparation for simultaneous interpretation, sight translation may be equally useful as a preparation for both types of interpretation” (WEBER, 2008, p. 45/50).

um trabalho de reformulação textual interlingual muito complexo, que partilha muitas de suas demandas cognitivas como aquelas impostas pela interpretação simultânea.

Em seu Modelo dos Esforços, Gile (1995/2009) elenca o *Esforço de Leitura e Análise* (ou seja, a inteligência do texto escrito), o *Esforço de Produção* (isto é, a reformulação do conteúdo na língua de chegada), o *Esforço de Memória* (neste caso, mais minimizado do que nas outras modalidades interpretativas) e o *Esforço de Coordenação* (administração dos demais Esforços, conforme as necessidades específicas de cada momento e situação), como componentes do modelo para a TrPV.

Reiterando essa visão, mas expressando-a de outra maneira, Syysnummi (2003, p. 7) assinala que:

O intérprete tem de ler o texto fonte, compreender o que está lendo, traduzir e produzir a fala no outro idioma, monitorar seu próprio discurso e, como se essas tarefas não fossem suficientemente difíceis em si mesmas, o intérprete tem de realizá-las simultaneamente (tradução nossa).¹⁰

Estudos comparativos inovadores, em situação experimental, desenvolvidos por Jakobsen e Jensen (2008), no CRITT - *Centre for Research and Innovation in Translation and Translation Technology*, da Copenhagen Business School, tendo como ferramenta o rastreamento do movimento do olho e suas fixações durante a realização de quatro tarefas, a saber, leitura simples, leitura preparatória para tradução, leitura com TrPV e leitura durante a digitação de tradução de um texto, sugerem que a TrPV é, comparativamente, uma tarefa com maior demanda cognitiva do que as duas primeiras tarefas levadas a cabo no experimento.¹¹

Agregando aos pontos apresentados, Agrifoglio (2004, p. 99) destaca que a TrPV constitui “[...] uma técnica complexa e singular, cujas demandas cognitivas para o intérprete

¹⁰ “The interpreter has to read the source text, comprehend what he is reading, translate and produce the speech in another language, monitor his own speech, and as if these tasks were not difficult enough by themselves, the interpreter has to do all of them simultaneously”.

¹¹ “Task 3 [Reading while sight translating] required more time, more fixations and was more cognitively demanding than the earlier tasks for two reasons. A sight translation had to be produced of the source text displayed on the screen, and while translators were in the process of articulating the words their eyes were working to coordinate comprehension and translation processes; this involved both reading source text and monitoring what portions of text had been dealt with, and what portions were still waiting to be translated” (JAKOBSEN; JENSEN, 2008, p. 121).

não são, de modo algum, menores do que as da [interpretação] simultânea a consecutiva” (tradução nossa).¹²

Vale, ainda, lembrar que, segundo Weber (2008, p. 50), a realização da TrPV requer a maioria das habilidades exigidas de um intérprete de conferências, com destaque à questão da velocidade de processamento. O referido autor recomenda que, no que tange à formação de futuros profissionais, a TrPV deve ser introduzida logo no início da formação e mantida ao longo de todo o curso.

Tendo em mente que a TrPV é uma parte integral da competência em interpretação, que é uma forma tradutório-interpretativa de caráter híbrido e que é uma tarefa cognitiva complexa, passemos à questão pedagógica e à proposta de uma possível sequência de passos metodológicos para o ensino-aprendizagem dessa forma de expressão tradutório interpretativa interlingual de caráter tão peculiar.

2. A questão pedagógica: passos metodológicos

O objetivo da metodologia aqui sugerida é viabilizar o processo de construção da competência específica em TrPV, ou seja, fazer com que o intérprete em formação, caminhe em direção a um desempenho compatível àquele de um intérprete profissional, no que tange à TrPV.

Nesse sentido, visualizamos um processo que engloba uma *etapa inicial*, correspondente aos primeiros passos; uma *etapa intermediária*, em que ocorre uma prática intensiva; e uma *etapa posterior*, propiciando a consolidação e o refinamento da competência em TrPV.

2.1 Etapa inicial

Na etapa inicial, a pergunta que paira na mente dos alunos é, em geral e segundo vivência da autora em sala de aula, a seguinte: Do que se trata, afinal? O que almejamos?

Para responder de modo concreto a tal interrogação, o professor exporá os alunos a exercícios introdutórios de TrPV, realizados inicialmente de forma intuitiva, ou seja, por

¹² “[...] a complex and unique technique, whose cognitive demands on the interpreter by no means less than those of simultaneous and consecutive [interpreting]”.

exposição à tarefa em si. Sugerimos começar pela direção da língua estrangeira para língua materna e, posteriormente, na direção inversa.

A partir dos desafios, questionamentos, dúvidas e resultados concretos, seguem-se momentos de reflexão e conscientização sobre a TrPV, entremeados por intervenções do professor ou mesmo dos colegas de classe, de forma a trazer à tona os princípios subjacentes a um bom desempenho.

O professor, de maneira gradativa, contínua e bem ponderada, tendo como base os fatos e questões suscitadas pela situação real de exercício, elencará os aspectos mais importantes, com aportes conceituais sempre que for o caso, e oferecerá encaminhamentos para as questões em curso, de modo a responder às questões iniciais.

Nessa etapa, haverá o necessário destaque aos fatores comumente envolvidos no processo, tais como os saberes, conhecimentos e competências exigidas na execução da TrPV. Dentre outros, os elementos linguísticos e extralinguísticos, tais como os complementos cognitivos ligados ao contexto situacional-interativo, à bagagem cultural, conhecimento de mundo e repertório.

Uma estratégia referida por Weber (1990/2008, p. 45) e bastante conhecida pelos profissionais e formadores, e que se deve logo fazer saber ao aluno, é que na TrPV o olho do intérprete está sempre à frente daquilo que ele enuncia, ou seja, seu olhar busca sempre captar a unidade de sentido que ele irá processar na sequência àquela anterior que ele já está enunciando oralmente.

Especial atenção deve ser alocada à questão da *desverbalização* x *transcodificação* (SELESKOVITCH; LEDERER, 1989), ou seja, a reformulação do texto na língua de chegada deve ter como base o *sentido* apreendido e não a tradução mecanicista baseada apenas no significado linguístico do texto de origem.

Nessa mesma linha de pensamento, devem ser enfatizadas as recomendações de Weber (1990/2008, p. 50): “Uma tradução palavra-por-palavra nunca deve ser aceita – o aluno deve analisar o texto o tempo todo. Assegure-se sempre de que os alunos apresentem a tradução como um discurso oral, não como uma tradução escrita” (tradução nossa).¹³

Outro ponto bastante delicado e, muitas vezes, bastante espinhoso é a passagem do discurso escrito ao discurso oral, que exigirá a ativação de estratégias específicas para garantir

¹³ “A word-for-word translation should never be accepted – the student should analyse the text at all times. Always ensure that students give their rendition like a speech, not a written translation”.

a fluidez e inteligibilidade da TrPV. Caberá ao professor, a partir das situações concretas em sala de aula, orientar os futuros profissionais sobre como proceder em cada caso específico.

Ainda nessa etapa inicial, entra a questão da avaliação da qualidade da TrPV. Para tanto, critérios claros e bem fundamentados devem, não apenas ser trazidos aos alunos, mas também ser aplicados aos exercícios em sala de aula, por intermédio de dinâmicas variadas: avaliação pelo professor, pelos pares e autoavaliação

Com base em propostas anteriores (SAMPAIO, 2007, 2009) e com algumas atualizações, sugerimos uma avaliação baseada na qualidade da *compreensão do texto de origem* (omissões, falhas na captação do sentido, atenção a aspectos contextuais e marcadores culturais, elementos discretos do texto, tais como cifras, acrônimos), da *produção* do intérprete (clareza, inteligibilidade, marcas de assertividade ou de hesitação, elementos prosódicos, ritmo, entonação, pronúncia, qualidade da voz, capacidade de se expressar em público), dos aspectos *gramatical e lexical* do texto produzido (estruturas sintáticas, ausência ou incidência de erros, regras de concordância, recursos de vocabulário, colocados e registro, aderência exagerada a cognatos ou presença de falsos cognatos), da *reformulação da mensagem* (relação de equivalência entre o texto de origem e o texto de chegada, qualidade da tradução, precisão, completude da mensagem, desenvoltura e capacidade de solução de problemas, gestão do discurso); e do *desempenho global*.

Uma outra proposta de critérios avaliativos para TrPV, tendo como foco a certificação de intérpretes para o serviço público (DPSI – *Diploma in Public Service Interpreting*) do Reino Unido, é apresentada pelo *Chartered Institute of Linguists* – CIOL.

O modelo (CIOL, 2015, p. 15), disponível *online* em um manual para os candidatos ao exame de certificação, destaca três critérios maiores: *Completude; Exatidão e Adequação; Fluência e Pronúncia*. Para cada um desses critérios avaliativos, é oferecida uma descrição sucinta do desempenho desejável.

É muito importante que no espaço de formação os critérios avaliativos adotados sejam utilizados de maneira consistente durante os exercícios de TrPV. O levantamento dos acertos ou falhas no desempenho dos profissionais em formação deve estar sempre apoiado nos critérios adotados, com ênfase em uma crítica construtiva em ambiente de ensino-aprendizagem. Desse modo, haverá consistência na abordagem pedagógica e os alunos terão elementos objetivos pelos quais se pautar, sentindo-se mais seguros no encaminhamento de soluções e adoção de estratégias eficientes.

Nesta etapa inicial, recomendamos trabalhar, primeiramente, a *TrPV preparada*, isto é, dando aos alunos um pequeno espaço de tempo – algo em torno de 1 a 2 minutos para um texto de uma página – para uma rápida leitura. Em um segundo momento, exercitá-los na *TrPV “ao bater do olho”*, começando com textos de atualidades e de baixa densidade informacional.

2.2 Etapa intermediária

Estando os alunos razoável e suficientemente cientes dos aspectos fundamentais que regem uma realização competente da TrPV, o professor passa para a etapa intermediária, caracterizada por uma prática intensiva, abarcando exposição a uma ampla variedade de textos, tópicos, gêneros e registros, com intensificação gradativa do nível de dificuldade dos textos.

A questão da pesquisa prévia ou posterior em relação aos tópicos abordados, incluindo antecipação de possíveis dificuldades, determinação e ampliação de conhecimentos sobre variados campos semânticos e decorrente expansão lexical, assim como a questão da bidirecionalidade, devem ser amplamente discutidas a cada passo e em cada situação de exercício, de forma a enriquecer a percepção dos alunos sobre os desafios e estratégias para a consecução de uma TrPV bem realizada.

A busca e exploração de textos paralelos sobre os temas trabalhados em sala de aula é um recurso valioso para ampliação de repertório linguístico e conceitual.

Uma sugestão de caráter prático que funciona bem é o uso de textos paralelos nos dois (ou mais) idiomas de trabalho. No caso dos alunos brasileiros, a sugestão seria começar com a TrPV de um texto em língua estrangeira e, a seguir, realizar a TrPV de um texto paralelo na língua portuguesa, momento esse em que os alunos, muito provavelmente, irão se valer do contexto cognitivo, qual seja, a memória recente armazenada do conteúdo e formas de expressão do texto em língua estrangeira, construído na realização da primeira parte do exercício. Esse tipo de abordagem sempre rende bons frutos.

Outra recomendação importante é que as apresentações devem, em princípio, ser com exposição ao olhar do público, no caso os colegas de classe, estando o aluno postado à frente da classe, se possível em local um pouco elevado e bem visível, isso para que o aluno se acostume a falar diante de uma plateia.

Apresentações gravadas podem também compor esse cenário. Nos dois casos, as apresentações devem ser objeto de um processo de avaliação contínua, construída por comentários, correções, sugestões, encaminhamentos. Conforme enfatiza Weber (1990 / 2008,

p. 50): “Sempre grave o desempenho do aluno. O único modo para corrigir idiosincrasias e maus hábitos na expressão oral é ouvir-se em gravação” (tradução nossa).¹⁴

Além das dinâmicas já referidas, é recomendável, dependendo da viabilidade, uma avaliação formal por examinadores externos, se possível, envolvendo a participação de intérpretes profissionais e afiliados a associações de classe.

Evidentemente, os critérios avaliativos, anteriormente apresentados e discutidos, continuarão a ser amplamente utilizados nesta etapa intermediária, assim como na etapa que se segue.

As outras variedades de TrPV, à exceção da simultânea com texto, podem ser trabalhadas nesta etapa intermediária.

2.3 Etapa posterior

Esta última etapa tem como objetivo a consolidação e refinamento do processo de aquisição da competência em TrPV.

Nesse momento, a recomendação é integrar da TrPV com as outras modalidades interpretativas, ou seja, a exploração de uma determinada temática com exercícios bidirecionais de TrPV e interpretação consecutiva e/ou simultânea, conforme o caso.

Sugere-se, também, a introdução de textos de maior complexidade, assim como um forte incentivo a uma prática intensiva extraclasse, seja de forma individual, seja por exercícios em grupos de trabalho.

Nesta etapa é possível introduzir a *interpretação simultânea com texto*, já mencionada anteriormente. Contudo, é aconselhável iniciar essa modalidade somente quando o desempenho dos alunos em interpretação simultânea em cabine esteja bem consolidado.

3. Considerações finais

Tendo em conta os diferentes aspectos da TrPV discutidos e a argumentação desenvolvida neste escrito, assim como ratificando pontos elencados em trabalhos anteriores (SAMPAIO, 2007, 2009, 2011), acreditamos que a metodologia para o ensino-aprendizagem da TrPV deva, idealmente, atender aos seguintes propósitos maiores:

¹⁴ “Always record the student’s performance. The only way to correct idiosyncrasies and poor speaking habits is through listening to one’s own recordings”.

- levar os alunos a uma conscientização crescente a respeito das especificidades e complexidades da TrPV, assim como sobre sua relevância no exercício profissional;
- propiciar condições adequadas para que os alunos pratiquem intensamente a TrPV, identifiquem seus pontos positivos e negativos, percebam quais são suas dificuldades mais recorrentes para que possam, com o apoio e orientações do professor, vencer gradativamente os obstáculos, construir e aprimorar sua competência nessa modalidade de interpretação;
- garantir que a TrPV seja praticada não apenas isoladamente, mas que seja integrada a outras modalidades da interpretação no espaço de formação, uma vez que tal será a realidade com que os alunos se depararão na vida profissional;
- ajudar os alunos a compreender que a aquisição e aprimoramento dessa competência específica constitui um processo contínuo, que exige dedicação e empenho, um investimento para toda a vida.

Espera-se que as considerações aqui apresentadas, sem dúvida alguma restritas a apenas algumas das várias questões que envolvem a TrPV, possam suscitar novas indagações e investigações profícuas sobre essa modalidade interpretativa simultânea instigante, que, por sua singularidade, habita um espaço fronteiro no âmbito das atividades tradutório-interpretativas próprias do intérprete profissional.

Referências

ANGELELLI, C. The Role of Reading in Sight Translation. **The ATA Chronicle**, Alexandria, n. 38, p. 27-30, 1999.

AGRIFOGLIO, M. Sight Translation and Interpreting: A Comparative Analysis of Constraints and Failures. **Interpreting**, Amsterdam / Philadelphia, v. 6, n. 1, p. 43-67, 2004. <https://doi.org/10.1075/intp.6.1.05agr>

CIOL (Chartered Institute of Linguists). **DPSI Handbook for Candidates**. 2015. Disponível em: <http://www.ciol.org.uk/sites/default/files/Handbook-DPSI.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2016.

GILE, D. The effort models of interpreting. In: _____. **Basic Concepts and Models for Interpreter and Translator Training**. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2009, p. 157-190. <https://doi.org/10.1075/intp.11.1.08gil>

HERBERT, J. **The Interpreter's Handbook** – How to Become a Conference Interpreter. Genève: Librairie de L'Université, Georg & Cie S.A., 1952.

JAKOBSEN, A. L.; JENSEN, K. T.H. Eye movement behaviour across four different types of reading tasks. **Copenhagen Studies in Language**, Copenhagen, v. 36, 2008, p. 103-124.

JIMÉNEZ, A. **La Traducción a la vista**. Un Análisis descriptivo. 1999. 415 f. Tesis (Doctorado en Lingüística i llengües) – Universitat Jaume I, Facultat de Ciències Humanes i Socials. Castellón, Espanha, 2009. Disponível em: <http://www.tdx.cat/bitstream/handle/10803/10564/jimenez-tdx.pdf?...1>. Acesso em: 17 set. 2004.

MIKKELSON, H. Text analysis exercises for sight translation. In: ANNUAL CONFERENCE OF THE AMERICAN TRANSLATORS ASSOCIATION, 34., Metford, 1994. **Proceedings...** Metford: NJL, Learned Information, 1994, p. 381-390.

MOSER-MERCER, B. Sight Translation and Human Information Processing. FORUM ON TRANSLATION STUDIES, 2., Kent, 1991. **Proceedings...** Kent: Institute for Applied Linguistics, 1991, p. 159-166.

PÖCHHACKER, F. **Introducing Interpreting Studies**. London; New York: Routledge, 2004.

SAMPAIO, G. R. L. Mastering Sight Translation Skills. **Tradução & Comunicação**, São Paulo, n. 16, p. 63-69, 2007.

_____. Sight Translation Step by Step. Different Approaches to Interpreter Training. CONFERENCE OF AMERICAN TRANSLATORS ASSOCIATION, 50., New York, 2009, **Proceedings...** New York: ATA's 50th Annual Conference, 2009.

_____. Exploring the Interface: Sight Translation in Translator and Interpreter Training. CONGRESSO LATINOAMERICANO DE TRADUCCIÓN Y INTERPRÉTATION, 5., Buenos Aires, 2011. **Actas...** Buenos Aires: CTBA Editorial, 2011.

SELESKOVITCH, D.; LEDERER, M. The Interpretation Process. In: _____. **A systematic Approach to Teaching Interpretation**. Translated by Jacolyn Harmer. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities, 1989, p. 21-26.

SYYSNUMMI, L. **Cognitive Load during Sight Translation** – an Experimental Study. 2003. 40 f. Master's Degree (Dissertation in Letters) – Translation Studies Program, University of Turku. Turku, Finland, 2003.

VIAGGIO, S. The Praise of Sight Translation (and squeezing the last drop thereof). **The Interpreters' Newsletter**, Trieste, n. 4, p. 45-58, 1992.

WEBER, K. W. The Importance of Sight Translation in an Interpreter Training Program. In: BOWEN, D.; BOWEN, M. (Ed.). Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins Company, 2008, p. 44-52. <https://doi.org/10.1075/ata.iv.10web>

Artigo recebido em: 05.01.2017

Artigo aprovado em: 04.06.2017

Tradução juramentada, segurança jurídica e formação do tradutor público

Sworn translation, legal security and certified translator training

Márcia Atalla Pietroluongo*
Teresa Dias Carneiro**

RESUMO: O presente artigo versará sobre o ofício do Tradutor Público e Intérprete Comercial (TPIC), regido desde 1943 pelo Decreto-Lei nº 13.609, e sobre o teor do novo Projeto de Lei nº 4625/2016, em trâmite, que pretende alterar significativamente a carreira do TPIC, podendo acarretar graves riscos à segurança jurídica do país. Também será apresentada uma proposta de formação universitária pertinente para todos aqueles que ingressem no ofício, com o intuito de promover o aperfeiçoamento contínuo e desejável para os profissionais em exercício nesse difícil segmento do mercado de trabalho da tradução.

ABSTRACT: This paper will treat on the Certified Translator and Commercial Interpreter (TPIC)'s work, regulated since 1943 by Decree-Law no 13.609, and on the content of the Bill no 4625/2016, now pending, which aims at significantly altering the TPIC's career, likely to cause severe risks to the national legal security. A proposal of university training relevant to all of those who shall enter such position will be put forward, with the purpose of promoting the desirable continuing improvement for professionals working in this difficult segment of the translation workforce.

PALAVRAS-CHAVE: Tradução Juramentada. Fé Pública. Formação.

KEYWORDS: Sworn Translation. Full Faith and Credit. Training.

1. Introdução

No final de fevereiro de 2016, a comunidade dos Tradutores Públicos do país foi surpreendida por uma entrevista do Presidente do SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) e igualmente Presidente do Conselho Deliberativo do Programa Bem mais Simples Brasil, Sr. Guilherme Afif Domingos, acompanhado pelo então Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Governo de Dilma Rousseff, Sr. Valdir Moysés Simão. Nessa coletiva¹, o Sr. Afif destacava que um Projeto de Lei seria imediatamente proposto com

* Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Letras Neolatinas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutora em Letras Neolatinas - Língua Francesa e Literaturas de Língua Francesa (UFRJ) (1997). Tradutora Pública e Intérprete Comercial do idioma francês (JUCERJA). E-mail: pietromarcia@gmail.com.

** Professora Adjunta de Estudos da Tradução, no Departamento de Letras-Libras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutora em Letras - Estudos da Linguagem (PUC-Rio) (2014). Tradutora Pública e Intérprete Comercial do idioma inglês (JUCERJA). E-mail: teresadc@terra.com.br.

¹ Cf. Vídeo disponível em: <http://tinyurl.com/zb5cqlo>. Acesso em: 18 jun. 2016.

fins de modernizar e desburocratizar a máquina pública, concorrendo assim para a diminuição drástica dos custos e para a celeridade das relações comerciais.

Efetivamente nos primeiros dias de março foi protocolado o Projeto de Lei nº 4625/2016², tramitando então em regime de urgência (com prazo de 30 dias). No escopo desse Projeto, diversas modificações referentes ao ofício do Tradutor Público e Intérprete Comercial foram previstas sem que as Juntas Comerciais e entidades das classes implicadas fossem sequer consultadas e/ou de antemão advertidas quanto à iminência de terem suas vidas profissionais drasticamente modificadas ou assoladas pela possível perda de seus ofícios. Como de praxe no país, tudo conspira para o atendimento das necessidades de determinadas classes dirigentes, em detrimento de qualquer outro critério que não seja a sua mais imediata satisfação, bradando-se uma divisa qualquer que as favoreça, dissimuladas em interesse nacional. No caso presente, a pretensa desobstrução, desburocratização, simplificação e redução de gastos.

Em fins de maio de 2016, o então governo interino de Michel Temer, diante da nova conjuntura do país, considerou que havia outras urgências mais imediatas e solicitou que o Projeto que tramitava como urgente passasse ao regime de Prioridade. Duas comissões foram, assim, designadas para emitir decisão de mérito: a CDEICS (Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços) e a CCJC (Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania).³

Como parte de um conjunto de medidas que hipoteticamente visariam à desburocratização, procede-se a uma proposta de alteração de diversas leis e decretos concernentes ao registro de atos e documentos, à autenticação de documentos empresariais em meio físico ou eletrônico, à atividade de armazéns gerais, à modificação de disposições da profissão de leiloeiro, mas também a uma enorme alteração no ofício do Tradutor Juramentado⁴. O presente artigo versará justamente sobre o ofício do Tradutor Público e Intérprete Comercial (TPIC), sobre o teor das preconizações em jogo e os imensos riscos que a implementação de tais alterações pode acarretar para a segurança jurídica do país. Também será

² Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2078770>>. Acesso em: 18 jun. 2016.

³ A avaliação dessas comissões ainda está em curso no Congresso Nacional. No momento da finalização da redação desse artigo, em janeiro de 2017, apenas a CDEICS chegara a emitir seu parecer. Comentários serão feitos no decorrer desse artigo.

⁴ O PL nº 4625/2016, pretende alterar a Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994; o Decreto-Lei nº 341, de 17 de março de 1938; o Decreto-Lei nº 486, de 3 de março de 1969; o Decreto nº 1.102, de 21 de novembro de 1903; o Decreto nº 21.981, de 19 de outubro de 1932; e o Decreto nº 13.609, de 21 de outubro de 1943, que rege o ofício dos Tradutores Públicos e Intérpretes Comerciais (TPIC) do País.

apresentada uma proposta de formação universitária pertinente para todos aqueles que ingressem no ofício, promovendo o aperfeiçoamento contínuo e desejável para os profissionais em exercício nesse difícil segmento do mercado de trabalho da tradução.

2. Como era configurado o ofício e que mudanças prevê o PL nº 4625/2016?

O Decreto nº 13.609 de 1943 instituía um Concurso Público de provas para o acesso à carreira do TPIC. Por ocasião de sua inscrição, o candidato, cidadão brasileiro nato ou naturalizado, deveria ter a idade mínima de 21 (vinte e um) anos completos, comprovar sua identidade; não ser negociante falido inabilitado; não ter sido processado nem condenado por crime cuja pena tenha acarretado demissão de cargo público ou inabilitação para exercê-lo. O candidato deveria também comprovar sua residência por mais de um ano no Estado onde pretendesse exercer seu ofício e estar quite com o serviço militar.

As modificações preconizadas pelo Projeto de Lei, em grandes linhas, extinguem a *necessidade* de Concurso Público. Afif Domingos, na entrevista supracitada, com ares de muito bem informado, declara que tais concursos não ocorreriam no país, há 20 anos, o que se demonstra absolutamente falso. Além do concurso ocorrido em São Paulo em 2000, nos últimos anos, as Juntas Comerciais de vários Estados, dentre as quais as de Minas Gerais (2008), Rio de Janeiro (2009), Rio Grande do Sul (2009), Santa Catarina (2009), Ceará (2010), Paraná (2011), e Sergipe (2013) fizeram concursos para Tradutor Público e Intérprete Comercial, renovando amplamente seus quadros.

Uma vez extinto o concurso de admissão para o ofício, o PL estabelece, em seu artigo segundo, os seguintes requisitos para os candidatos a Tradutor Público: ter residência em território nacional; possuir bacharelado ou licenciatura em tradução ou idioma; e certificação reconhecida internacionalmente. É feita ainda a precisão em seu Parágrafo único que “os requisitos previstos no caput poderão ser dispensados quando não houver curso superior com diploma reconhecido no país ou certificação reconhecida internacionalmente para o idioma, conforme estabelecido em ato do DREI. (NR)” [*sic*].

Como se pode facilmente constatar pela redação acima, prepara-se na letra da lei o terreno para uma espécie de *terra de ninguém* na qual o Departamento de Registro Empresarial e Integração, sem nenhuma habilitação instruída para determinar que qualificações e aptidões são necessárias ao exercício do ofício do Tradutor Público e Intérprete Comercial, poderá adotar

medidas discricionárias atendendo ao interesse de grupos de conveniência e autorizando nomeações a seu bel prazer.

O grupo Juramentados Unidos, formado no ano de 2015 pelas associações de Tradutores Públicos e Intérpretes Comerciais dos Estados do Ceará, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, se mobilizou imediatamente para combater o PL nº 4625/2016, que extingue a tradução pública tal como existe hoje, e vem se articulando diretamente em Brasília para sua reformulação, tendo tido êxito em sua campanha e conseguido protocolar no plenário quatro emendas modificativas.

Na emenda modificativa de número 2 são propostas alterações na redação do artigo 2º constante do artigo 6º do PL, reabilitando alguns requisitos considerados indispensáveis para o exercício do ofício do TPIC. São eles: a obrigatoriedade de residência em território nacional; a necessidade de ser cidadão brasileiro nato ou naturalizado; a comprovação de idoneidade para o exercício da fé pública; e a apresentação de diploma de curso superior em nível de graduação.

As justificativas elencadas para esta emenda enfatizam aspectos essenciais do ofício. Observa-se que o TPIC tem acesso a documentos extremamente sigilosos, oriundos tanto de particulares quanto da administração pública e da justiça nacional, tornando imprescindível a cidadania brasileira. Com efeito, ao extinguir a exigência de que os tradutores públicos sejam brasileiros natos ou naturalizados, o PL autoriza que *estrangeiros* tenham acesso a documentos públicos nacionais e que suas traduções tenham fé pública!!!⁵

Por outro lado, a emenda considera que o exercício da fé pública, característica da investidura na função, exige em toda conformidade a comprovação de idoneidade. Caso contrário, os cidadãos, as empresas e a justiça poderiam ter suas traduções nas mãos de pessoas de lisura duvidosa com risco de graves comprometimentos.

Reitera-se ainda na emenda modificativa a necessidade de obtenção de diploma de nível superior. O decreto de 1943 não previa essa exigência, o que o torna totalmente inadequado às formações requeridas nos dias atuais. Entretanto, solicita-se maior amplitude no espectro da diplomação superior, considerando-se não apenas os cursos de Letras e Tradução, mas também

⁵ A inconseqüência é tanta que leva a se perguntar se tudo é apenas tontice de legisladores de segunda mão ou se não haveria algum interesse escuso encoberto... Quem sabe o próximo passo poderia ser talvez o de termos juízes estrangeiros, imbuídos de fé pública, legislando em território nacional!?

outros campos do saber que podem se mostrar profícuos, tais como o curso de graduação em Direito.

A emenda modificativa de número 3, por sua vez, propõe que se inclua no artigo 6º do PL a seguinte alteração ao artigo 17 do Decreto anterior de 1943:

Art. 17. Aos tradutores públicos e intérpretes compete: a) passar certidões, inclusive em formato eletrônico com assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, fazer traduções em língua vernácula de todos os livros, documentos e mais papéis escritos em qualquer língua estrangeira, que tiverem de ser apresentados em juízo ou qualquer repartição pública federal, estadual ou municipal ou entidade mantida, orientada ou fiscalizada pelos poderes públicos e que para as mesmas traduções lhes forem confiados judicial ou extrajudicialmente por qualquer interessado [...] (grifo nosso)

A justificativa para tal emenda leva em conta o avanço da tecnologia e a importância da emissão de certidões com certificação digital, específica para os TPICs, que já vem sendo implementada por algumas Juntas Comerciais do país, promovendo o registro virtual das traduções oficiais e a entrega destas com arquivo digital certificado, o que concorre, de fato, para a celeridade, eficiência, desburocratização e segurança.

Dois instrumentos cooperam para a legalização eletrônica dos documentos públicos. Por um lado, a *certificação digital* das traduções juramentadas e dos livros que constituem o Registro anual das traduções feitas por cada TPIC no país é realmente um instrumento de segurança nacional e de simplificação da burocracia e, por outro, o *Apostilamento*, certificado eletrônico que autentica a origem de um documento público e cuja função é agilizar e desembaraçar a legalização de documentos oriundos dos 109 países signatários da Convenção, é exigido pela Convenção de Haia e permite o reconhecimento mútuo de documentos brasileiros no exterior e de documentos estrangeiros no Brasil.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou, em 17 de junho de 2016, a resolução que dispõe sobre a implantação do Sistema Eletrônico de Informação e Apostilamento (SEI Apostila) e a regulamentação da Convenção da Apostila da Haia no Brasil. Com a mudança, a legalização de documentos brasileiros a serem usados no exterior, e vice-versa, não tardará mais do que alguns minutos.

Outra emenda protocolada, a emenda modificativa de número 4, propõe alterações na redação do artigo 4º constante do artigo 6º do PL, reiterando a necessidade de uma tabela de emolumentos com valores definidos e reajustáveis em períodos estabelecidos. O arrazoado que

se segue na justificativa é o de que a tradução juramentada é um serviço de natureza pública, não podendo, portanto, estar sujeito e ser refém da concorrência do livre mercado.

Em grandes linhas, o tradutor público é um agente delegado pelo poder público, que desempenha uma atividade estatal, embora remunerado por particulares usuários de seus serviços. Seu trabalho não pode estar atrelado a trocas comerciais regidas pela barganha. O preço pago pelo contratante não deve ter distorções ou prejuízos segundo a localidade geográfica. Para tal, esta emenda reivindica que haja uma tabela única, nacional, diferentemente do que ocorre atualmente, quando a Junta Comercial de cada Estado determina os valores das traduções, havendo muita discrepância de preços nos diferentes Estados da Federação.

Por fim, a emenda de número cinco ressalta a urgência da manutenção de concurso público para acesso à carreira, considerando que este é um meio fundamental, meritocrático e isonômico, de comprovação das competências necessárias para o perfil e para a natureza dos serviços prestados pelo TPIC. A segurança jurídica dos contratantes está intimamente ligada à qualificação comprovada em provas de alto nível elaboradas para testar conhecimento de tradução e versão de documentos oriundos da Administração Pública e da Justiça nacional.

Com efeito, uma grande variedade de textos é levada à tradução e à versão oficiais. Segundo Barros, Camargo e Aubert (2005, p. 475):

[...] a maior parte dos documentos cuja tradução dessa natureza é solicitada pode ser dividida nos seguintes grandes grupos: a) documentos pessoais: carteira de identidade, certidões de nascimento, casamento, divórcio ou óbito; documentos escolares, carteiras de habilitação de motoristas, passaportes, e outros; b) documentos societários: termos de incorporação, deliberações de conselhos de empresas, atas de reuniões, contratos em geral etc. c) documentos financeiro-comerciais: balanços de empresas, faturas, notas de débito, letras de câmbio, conhecimento de embarque, notas promissórias, correspondência comercial etc. d) documentos legais: cartas rogatórias, atestados de antecedentes, procurações etc.. e) documentos de diferentes naturezas: patentes, transferência de tecnologia, correspondência eletrônica etc. Assim, verifica-se, de modo geral, diversidade e abrangência no que concerne aos tipos de textos que frequentemente são submetidos à tradução juramentada.

Cada tradução é rigorosamente controlada e arquivada seguindo regras específicas de orientação e controle determinadas pela Junta Comercial do Estado em que o tradutor atua profissionalmente. Os textos traduzidos são armazenados em livros de “Registro de Traduções”, que também seguem normas estritas de organização, impostas pela respectiva Junta Comercial. Após aposentadoria ou morte do tradutor, os livros de Registro de Traduções são recolhidos pela Junta Comercial e arquivados.

3. O que significa fé pública e qual é sua importância para a segurança nacional?

A característica peculiar de que reveste o ofício é o caráter de *fé pública* atribuída à tradução feita por este profissional. O Juiz de Direito Márcio Schiefler Fontes, em sua Dissertação de Mestrado, *Aspectos jurídicos da tradução no Brasil* (2008), ressalta que “é apenas esse profissional que pode outorgar fé pública às traduções, o que significa que o documento produzido guardará presunção relativa (*iuris tantum*) de verdade, só podendo ser impugnado mediante prova suficiente cujo ônus recairá sobre a parte que o impugnar” (FONTES, 2008, p.37). Lembra ainda que a presunção relativa difere da presunção absoluta (*iuris et de iure*), pois esta última não pode ser impugnada.

Em sua pesquisa, o juiz percorre os meandros da legislação concernente aos tradutores públicos que estão presentes no Código Civil, no Código de Processo Civil, no Código Penal, no Código de Processo Penal, entre vários outros. O magistrado assevera a importância capital do ofício da tradução pública, enfatizando que longe de se tratar de excesso de formalismo é a fé pública que garante a segurança de todos os implicados num processo judicial, tanto para os juízes quanto para as partes.

À mesma conclusão chega a Professora Doutora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Nádia Araújo, Doutora em Direito Internacional pela USP, em Nota Técnica (2016)⁶, na qual examina a compatibilidade do projeto de Lei nº 4625/2016 no que tange à alteração do sistema de provimento do ofício do TPIC e às garantias legais asseguradas pelo serviço que esses profissionais oferecem às pessoas físicas e jurídicas:

13. A fé pública atribuída por lei aos tradutores juramentados e intérpretes comerciais confere legitimidade e segurança jurídica às traduções e certidões por eles passadas. [...]

14. Não é por outra razão que o atual Código de Processo Civil, reiterando as disposições de seu precursor, o Código de Processo Civil de 1973, condiciona o recebimento de documentos redigidos em língua estrangeira nos autos de um processo em tramitação nos tribunais brasileiros à apresentação de sua correspondente tradução elaborada por tradutor juramentado. Cita-se, ainda, a Lei nº 6.015/1973 (Lei de Registros Públicos), que condiciona a admissão de documentos estrangeiros à sua legalização e tradução na forma da lei. (ARAÚJO, 2016, p. 6)

⁶ Seu parecer, proferido numa Nota técnica, elaborada em 12 de abril de 2016, foi solicitado pelas Associações de Tradutores Públicos e Intérpretes Comerciais do país, que buscavam uma avaliação jurídica do projeto de Lei em questão (documento eletrônico).

E acrescenta ainda:

15. [...] Ao condicionar a admissão de tais documentos à forma juramentada, pretende o legislador assegurar que sejam traduzidos com a excelência e a acuidade compatíveis com sua relevância no ordenamento jurídico brasileiro. A toda evidência, os direitos e deveres de uma pessoa que faça uso de um documento estrangeiro só restarão assegurados na exata medida em que a sua tradução puder descrevê-los à perfeição.

16. [...] o legislador assegura o pleno exercício de direitos de cunho processual – e.g., contraditório, devido processo legal – por aqueles que dependem de documentos estrangeiros justamente limitando o ofício de tradutor público e intérprete comercial àqueles aprovados em concurso de provas.

17. A fé pública atribuída por lei àqueles que o Poder Público nomeou ao ofício após cuidadosa avaliação de sua aptidão e idoneidade, efetivamente chancela a existência e a extensão de um direito constituído ou provado por documento proveniente do exterior. Não deve, portanto, ser atribuída indistintamente a quem não esteja comprovadamente em condições de assumir todo o peso e toda a responsabilidade do ofício. (ARAÚJO, 2016, p. 7)

4. Concurso Público e formação profissional ideal

Num país com uma corrupção endêmica que assola o executivo, o legislativo e o judiciário, como se observa diariamente nos noticiários da mídia nacional, a mera plausibilidade de se aventar um regime frouxo de acesso à carreira de Tradutor Público, com a revogação do Concurso Público, em nome de uma falsa desburocratização, já se afigura completamente inconsequente e até mesmo indecente.

No formato anterior, o Decreto nº 13.609 previa:

- a) prova escrita constando de versão, para o idioma estrangeiro, de um trecho de 30 ou mais linhas, sorteado no momento, de prosa em vernáculo, de bom autor; e tradução para o vernáculo de um trecho igual, preferencialmente de cartas rogatórias, procurações, cartas partidas, passaportes, escrituras notariais, testamentos, certificados de incorporação de sociedades anônimas e seus estatutos;
- b) prova oral, consistindo em leitura, tradução e versão, bem como em palestra, com arguição no idioma estrangeiro e no vernáculo que permitam verificar se o candidato possui o necessário conhecimento e compreensão das sutilidades e dificuldades de cada uma das línguas.

O PL em trâmite estabelece outro formato para o acesso ao ofício, como citado acima: “possuir bacharelado ou licenciatura em tradução ou idioma; e certificação reconhecida internacionalmente”. Assim, qualquer portador de diploma nessas modalidades, sem

comprovação alguma de competências específicas para o ofício, passariam a ser automaticamente aptos a traduzir e verter documentos com fé pública.

Nádia Araújo (2016), na nota técnica supracitada, alerta para os temerários riscos que a exclusão dos concursos poderia causar:

29. Conquanto o Projeto de Lei preveja ser da responsabilidade dos tradutores e intérpretes exercer sua função com veracidade e fidedignidade, respondendo pela inexistência de seus trabalhos, acredita-se que a eliminação do concurso público impactará adversamente os destinatários finais desse serviço.

30. Em primeiro lugar, os requisitos do bacharelado e da certificação não asseguram a manutenção do padrão de qualidade dos profissionais que exercerão a função. Há flagrante disparidade entre tais cursos e inexistência de um sistema de controle das aprovações. No que se refere à exigência da certificação reconhecida internacionalmente, o Projeto de Lei não apresenta quaisquer parâmetros para que se identifiquem com segurança quais certificações devem ser aceitas. A inexistência de um denominador comum e de um padrão mínimo de qualidade é agravada com a previsão de dispensa de apresentação de prova de bacharelado e certificação por ato infralegal e discricionário do Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI. (ARAÚJO, 2016, p. 11).

31. É preciso ter em mente que a mera comprovação de proficiência em um idioma não basta para o ofício. O ofício do tradutor e intérprete não se esgota na capacidade de traduzir. À capacidade adquirida no bacharelado ou licenciatura em tradução deve-se acrescentar um conhecimento técnico-jurídico particular, capaz de atender às demandas específicas do ordenamento jurídico brasileiro, que condiciona a validade de determinados documentos à sua tradução na forma juramentada. A exigência do bacharelado ou licenciatura prevista no Projeto de Lei simplesmente não comprova qualquer aptidão técnico-jurídica do tradutor ou intérprete, eis que as sutilezas da terminologia jurídica não necessariamente integram a grade curricular dos cursos de graduação. (ARAÚJO, 2016, p. 12).

40. Por fim, é incompatível com a própria finalidade da fé pública atribuí-la a um agente, encarregado de exercer uma função atribuída pelo Poder Público, que não tenha passado pelo sistema tradicional de provimento ao ofício.

41. Tem-se, por todo o exposto, que a dispensa do concurso público e dos demais requisitos pessoais previstos no Decreto nº 13.609/1943 importaria em reduzir a tradução juramentada – que a lei tanto cuidou de diferenciar – a uma tradução simples. Toda credibilidade e segurança jurídica que permeiam o instituto da tradução juramentada – justamente por se tratar de uma tradução especial, exercida por aqueles a que o Poder Público julgou por bem nomear por meio de um sistema meritocrático – restariam afrontadas. (ARAÚJO, 2016, p. 15).

Com base no exposto nos itens acima, retirados da Nota Técnica de autoria da Dra. Nádia Araújo e de outros documentos referentes ao ofício de tradutor juramentado no Brasil, podemos pensar numa formação profissional ideal para o tradutor público e como esta poderia ser implementada no Brasil, comparando-a com experiências acadêmicas semelhantes realizadas na França e na Suíça.

Os cursos de bacharelado em tradução no Brasil não são oferecidos por todas as universidades que possuem o bacharelado em Letras como habilitação. Examinando somente um deles, por ser um dos mais antigos e dos mais prestigiosos do país, o bacharelado em tradução da PUC-Rio, verifica-se que há somente uma disciplina optativa de Tradução Jurídica/Juramentada, dentre as três optativas que o aluno tem que cursar, na grade de disciplinas específicas da área de tradução no currículo em vigor. As disciplinas obrigatórias da área são: Introdução à Tradução, Tradução Técnico-Científica, Tradução de Ficção, Estudos da Tradução e dois estágios obrigatórios.⁷ Vê-se, portanto, que o bacharelado pode concluir seu curso sem necessariamente cursar a disciplina de tradução jurídica/juramentada.

Na mesma universidade, é oferecido o curso de especialização Técnicas, Práticas e Estudos da Tradução (Inglês/Português), com carga horária total de 360 horas. Neste curso, há um módulo obrigatório de Tradução Jurídica, com carga horária de 18 horas, o que corresponde a 5% da carga horária total. Por sua ementa — Prática de tradução de textos legais e jurídicos de diferentes modalidades. Conceitos e jargão jurídico. —, e pela carga horária, pode-se perceber que o curso não é aprofundado, não podendo capacitar um tradutor jurídico, mas tão somente apresentando, em linhas gerais, possibilidades de atuação nesse ramo da tradução.⁸

Por esse exemplo, pode-se verificar que o diploma de Bacharelado em Tradução de uma das universidades de maior renome como formadora de tradutores do país não garante que o aluno tenha cursado uma disciplina de tradução jurídica. Mesmo que o aluno queira prosseguir em seus estudos, em nível de pós-graduação *lato sensu*, no curso de especialização em tradução na mesma universidade, sua formação como tradutor jurídico/juramentado também não estará garantida.

⁷ Informações retiradas da grade do curso de Bacharelado em Tradução em vigor na PUC-Rio, disponíveis em: http://www.puc-rio.br/ensinopesq/ccg/letras_traducao.html#periodo_2012. Acesso em: 28 dez. 2016.

⁸ Informações retiradas da grade do curso de especialização em tradução do CCE (Coordenação Central de Extensão) da PUC-Rio, disponíveis em: <http://www.cce.puc-rio.br/sitecce/website/website.dll/folder?nCurso=tecnicas.-praticas-e-estudos-de-traducao&nInst=cce>. Acesso em: 28 dez. 2016.

De fato, não há, ao que nos é dado saber, um curso de especialização em tradução jurídica/juramentada no Brasil, com carga horária de 360 horas. A mesma PUC-Rio, oferece, sem regularidade pré-definida, um curso de extensão de 30 horas em Princípios e Prática em Tradução Jurídica (Inglês-Português), mas é um curso de curta duração e episódico. Da mesma forma, outros cursos de línguas, associações de tradutores ou órgãos de classe podem oferecer cursos de tradução jurídica ou cursos preparatórios ao concurso para tradutor juramentado, de curta duração, sem a chancela de uma universidade e ministrados por tradutores que não necessariamente são professores ou tradutores especializados na área.

A tradução juramentada, como visto acima, abrange uma gama muito vasta de documentos (societários, jurídicos, empresariais, escolares, pessoais etc.), mas entre todos eles são os documentos jurídicos que apresentam maior nível de complexidade. Além da terminologia específica da área e do estilo da redação jurídica, há a dificuldade por parte do tradutor iniciante no ramo de perceber como a diferença entre os sistemas jurídicos do Brasil (*civil law*) e dos países de língua inglesa (*common law*) causa impacto sobre suas soluções tradutórias, por não equivalência e intraduzibilidade. Mesmo para os tradutores que não irão trabalhar com a língua inglesa no par de línguas de trabalho, as diferenças de sistemas jurídicos, mesmo na tradição civilista, são notáveis. Além disso, há a dificuldade de sensibilizar o tradutor iniciante na área jurídica de que alguns termos da linguagem comum ou termos conhecidos de outras áreas técnicas assumem um significado mais restritivo na linguagem jurídica, tendo que ser traduzidos por termos específicos.

Nesse sentido, Jean-Luc Penfornis, professor de francês jurídico e comercial do Institut Catholique de Paris, ressalta:

Os termos jurídicos podem ter — e, aliás, têm com frequência — um sentido na língua corrente, mas o que os distingue é que possuem, do ponto de vista do direito, um sentido específico. São os termos técnicos, por assim dizer, como encontrados em todas as ciências técnicas, termos que o leigo tem dificuldade para entender, se é que os entende de alguma forma. O direito extrai a maioria de suas palavras da língua corrente, mas lhes confere um sentido particular. (PENFORNIS, 1998, p. 1, tradução nossa).⁹

⁹ “Les termes juridiques peuvent avoir — et ont d’ailleurs le plus souvent — un sens dans la langue courante, mais ce qui les en distingue, c’est qu’ils ont, du point de vue du droit, un sens spécifique. Ce sont des termes techniques, peut-on dire, comme on en trouve dans toutes les sciences techniques, des termes que le non-initié a bien du mal à comprendre, quand il comprend quelque chose. Le droit puise la plupart de ses mots dans la langue courante ; mais il leur confère un sens particulier.”

Ademais, os termos jurídicos apontam para conceitos pertencentes ao sistema jurídico de cada país. Assim sendo, para bem traduzir textos de direito, é preciso que o tradutor conheça esses conceitos, e saiba manipulá-los na redação, isto é, mesmo que o tradutor não seja jurista, terá que adquirir conhecimentos de quase jurista.

As palavras do direito, com efeito, remetem a conceitos, noções, categorias, em suma, a todo um sistema que o leigo ignora ou conhece mal e no seio do qual cada palavra ocupa um lugar bem preciso. Essas palavras são, por vezes, definidas pela própria lei, muitas possuem uma história e um sentido preciso no decorrer de vários anos durante os quais foram explicadas, interpretadas, comentadas, criticadas. (PENFORNIS, 1998, p. 2, tradução nossa).¹⁰

Devido a todas essas dificuldades (diferenças de sistemas jurídicos, diferenças de sentido de termos jurídicos e palavras da língua comum, ligação entre termos e conceitos), a tradução jurídica precisa se apoiar em muito mais do que a consulta a dicionários, que trazem palavras isoladas, com verbetes que não dão suficientemente conta das noções que as palavras designam. Para completar o que a consulta a dicionários não proporciona é preciso ler textos jurídicos nas duas línguas envolvidas do mesmo tipo de documento ou da mesma área (direito comercial ou societário, por exemplo) para depreender os termos no contexto e se acostumar com a fraseologia nas duas línguas. Além disso, pesquisar conceitos em livros de direito e sua especificidade no sistema jurídico em questão traz ao tradutor a segurança para traduzir adequadamente esses textos.

Todo esse esforço de pesquisa deve ser feito não só pelo aluno, mas pelo professor responsável por essas disciplinas ou cursos. O esforço conjunto de estudar o direito comparado pode ser muito profícuo tanto para o aluno quanto para o instrutor, construtores de um conhecimento partilhado e híbrido, como linguistas e juristas. Vejamos o que Penfornis tem a dizer sobre isso no âmbito da tradução envolvendo francês e inglês:

(...) Recomenda-se fortemente ao professor de francês jurídico, linguista de formação, que se inicie na matéria. Certamente não se exige que ele se converta em jurista experiente, que conheça em profundidade um ou outro regime jurídico, mas é importante que seu ensino se apoie em conhecimentos nocionais. Os exercícios de direito comparado, que consistem em se perguntar como certo problema é tratado em direitos diferentes, estão entre os mais

¹⁰ “Les mots du droit, en effet, renvoient à des concepts, à des notions, à des catégories, bref, à tout un système que le non-initié ignore ou connaît mal et au sein duquel chaque mot prend une place bien précise. Ces mots sont parfois définis par la loi elle-même, beaucoup ont une histoire et ont acquis un sens précis au fil des nombreuses années pendant lesquelles ils ont été expliqués, interprétés, commentés, critiqués.”

interessantes que se possa praticar em uma aula de francês jurídico. (PENFORNIS, 1998, p. 4, tradução nossa).¹¹

Por fim, Jean-Claude Gémard (1998) enfatiza que a tradução de um texto jurídico deve exercer os mesmos efeitos do texto de partida em sua língua/cultura e sistema jurídico de partida, sendo esta a verdadeira equivalência entre textos a que o tradutor deve almejar. Sem isso, a tradução jurídica não passa de uma aproximação malsucedida.

O texto jurídico é, além disso, portador de efeitos que escapam à inteligência do leigo e às vezes até mesmo do jurista, mas que não podem ser ignorados pelo tradutor. Em tradução jurídica, a equivalência dos textos (texto de partida = texto de chegada) não se limita a traduzir a letra e a transmitir o espírito. Um texto de direito gera efeitos jurídicos. Estes devem ser equivalentes nos dois textos, caso contrário o tradutor terá fracassado em sua tarefa. (GÉMARD, 1998, p. 9, tradução nossa).¹²

Conclui-se, então, que um curso de tradução jurídica eficaz deve ser mais amplo do que a tradução propriamente dita, abrangendo noções de direito para não advogados, linguagem de especialidade na língua de partida e de chegada e noções de direito comparado nos sistemas de origem e alvo. Isso exige um curso mais completo com duração razoável, o que não invalida esforços para se organizar cursos introdutórios de tradução jurídica, de aprofundamento ou reciclagem, que possam servir para suscitar uma curiosidade, desenvolver uma competência ou abrir toda uma possibilidade de vida profissional.

Apesar de os cursos de tradução jurídica/juramentada poderem assumir durações variadas, por sua relativa complexidade, e devido à necessidade de se treinar bastante, o melhor formato no Brasil seria em nível de especialização e não de graduação. Em nível de graduação, é aconselhável que os alunos adquiram uma formação generalista abrangente, que tenha o compromisso de lhes apresentar áreas de atuação diferentes. O curso de tradução jurídica/juramentada em nível de especialização encontraria alunos mais maduros, com visão

¹¹ “De même, il est fortement recommandé au professeur de français juridique, linguiste de formation, de s’initier à la matière. Il ne lui est certes pas demandé de se convertir en juriste averti, de connaître en profondeur tel ou tel régime juridique, mais il est important que son enseignement prenne appui sur des connaissances notionnelles. Les exercices de droit comparé, qui consistent à se demander comment un certain problème est traité dans des droits différents, sont parmi les plus intéressants que l’on puisse pratiquer dans une classe de français juridique.”

¹² “Le texte juridique est en outre porteur d’effets qui échappent à l’intelligence du profane et parfois du juriste même, mais qui ne sauraient être ignorés du traducteur. En traduction juridique, l’équivalence des textes (TD = TA) ne se borne pas à traduire la lettre et à rendre l’esprit. Un texte de droit emporte des effets juridiques. Ceux-ci doivent être équivalents dans les deux textes, faute de quoi le traducteur aura échoué dans sa tâche.”

de mundo mais ampla e alguma experiência de vida profissional, seja na área de tradução ou não. Enfim, pessoas mais preparadas para enfrentar os desafios inerentes à tarefa da tradução jurídica/juramentada. A nossa proposta de curso virá a seguir, mas antes seria importante fazermos referência a experiências internacionais para nos servir de inspiração e base de reflexão.

5. Uma experiência de ensino de tradução jurídica na Suíça

A experiência na Universidade de Genebra (Faculté de Traduction et d'Interprétation)¹³, relatada por Elena de la Fuente, professora da ESIT (École Supérieure de Traducteurs et Interprètes), em Paris, nos serviu para tomar contato com o curso de tradução jurídica com cerca de 20 combinações de línguas de trabalho.¹⁴ Essa faculdade oferece cursos de tradução e interpretação em níveis de graduação (Bacharelado em Comunicação Multilíngue) e pós-graduação (Mestrado em Tradução, Mestrado em Interpretação de Conferências e Doutorado). A formação na graduação é generalista, com escolha de uma língua ativa (língua A) — língua materna ou de cultura, utilizada como língua de chegada na tradução — e duas passivas (línguas B) — segundas línguas, utilizadas como língua de partida na tradução —, realizada em 3 anos, com 9 módulos cobrindo Tradução, Línguas e Civilizações, Informática e Métodos de Trabalho, Tecnologias, Comunicação Intercultural e Comunicação Especializada. A tradução jurídica só será vista em profundidade no primeiro dos três programas de Mestrado (Mestrado em Tradução Especializada, Mestrado em Tradução e Tecnologias e Mestrado em Tradução e Comunicação Especializada Multilíngue), com quatro línguas de trabalho, uma língua A e até três línguas B (1L, 2L, 3L). A descrição do programa é a seguinte:

Mestrado em Tradução Especializada (MATS): esse Mestrado propõe um aprofundamento dos métodos e abordagens tradutológicas para a prática profissional, principalmente da tradução jurídica ou econômica (com a possibilidade de menção “tradução jurídica e institucional” ou menção “tradução econômica e financeira”), ou visando à pesquisa ou ao ensino universitário (menção “tradutologia”). (tradução nossa).¹⁵

¹³ Em artigo anterior, uma experiência de ensino de tradução jurídica na França, na Universidade de Lyon, foi objeto de análise. Cf. CARNEIRO, 2014.

¹⁴ Informações extraídas de: <<https://www.unige.ch/fti/fr/enseignements/#toc2>>. Acesso em: 29 dez. 2016.

¹⁵ “Ma en traduction spécialisée (MATS): cette Ma propose un approfondissement des méthodes et des approches traductologiques pour la pratique professionnelle, notamment de la traduction juridique ou économique (avec possibilité de mention ‘traduction juridique et institutionnelle’ ou mention ‘traduction économique et financière’),

Os três programas possuem um tronco comum e uma grade específica para cada um deles. O tronco comum se apresenta abaixo.

Quadro 1 - Tradução comentada e revisão.

1. Ensino de tradução comentada e ensino de tradução e revisão para cada língua B.

Nome da disciplina	Créditos ECTS ¹⁶
Tradução argumentada B1-A	6
Tradução e revisão B1-A	6
Tradução argumentada B2-A	6
Tradução e revisão B2-A	6
Tradução argumentada B3-A	6
Tradução e revisão B3-A	6
Total de créditos ECTS	36

2. Tradutologia

Metodologia da pesquisa (disciplinas obrigatórias) e opção entre Introdução à Tradutologia e Tradutologia Aplicada.

Nome da disciplina	Créditos ECTS
Metodologia da Pesquisa	6
Introdução à Tradutologia	6
Tradutologia Aplicada	6
Total de créditos ECTS	18

3. Especialidades

Opção de duas disciplinas dentre as seguintes.

Nome da disciplina	Créditos ECTS
Direito – Direito Internacional	4
Direito – Organizações Internacionais	4
Direito – Língua A – disciplina 1	4
Direito – Língua A – disciplina 2	4
Economia – Microeconomia	4
Economia - Macroeconomia	4
Economia – Finanças Públicas e Comércio Internacional	4
Técnicas – língua A	4
Total de créditos ECTS	8

ou en vue de la recherche ou l'enseignement universitaire (mention 'traductologie').” Disponível em: <<https://www.unige.ch/fti/fr/enseignements/nouvelles-maitrises/>>. Acesso em: 29 dez. 2016.

¹⁶ ECTS é o acrônimo de European Credit Transfer and Accumulation System [Sistema Europeu de Acumulação e Transferência de Créditos], sistema padrão para alunos na União Europeia, que facilita a mobilidade e as transferências entre cursos e universidades.

Escolhendo o programa de Tradução Especializada, o aluno opta pela concentração em Tradução Jurídica e Institucional ou Tradução Econômica e Financeira. No quadro abaixo, estão as disciplinas desse programa, com o respectivo número de créditos.

Quadro 2 - Tradução Especializada.
1L: 2 disciplinas a escolha entre as seguintes
2L ou 3L: 3 disciplinas a escolha entre as seguintes

Nome da disciplina	Créditos ECTS
Tradução Jurídica e Institucional B1-A – disciplina 1	4
Tradução Jurídica e Institucional B1-A – disciplina 2	4
Tradução Jurídica e Institucional B2-A – disciplina 1	4
Tradução Jurídica e Institucional B2-A – disciplina 2	4
Tradução Jurídica e Institucional B3-A – disciplina 1	4
Tradução Jurídica e Institucional B3-A – disciplina 2	4
Tradução Econômica e Financeira B1-A – disciplina 1	4
Tradução Econômica e Financeira B1-A – disciplina 2	4
Tradução Econômica e Financeira B2-A – disciplina 1	4
Tradução Econômica e Financeira B2-A – disciplina 2	4
Tradução Econômica e Financeira B3-A – disciplina 1	4
Tradução Econômica e Financeira B3-A – disciplina 2	4
Tradução Técnica e Científica	4
Tradução Literária	4
Total de créditos ECTS	1L 8
	2L, 3L 12

Ao final do curso, o aluno terá que elaborar uma dissertação (*mémoire*) totalizando 24 créditos ECTS. Além disso, terá cursado também disciplinas optativas e uma disciplina de Deontologia e Prática Profissional. Assim sendo, o aluno do Mestrado em Tradução Especializada, opção Tradução Jurídica e Institucional, cumprirá um total de 90 créditos se escolher somente uma língua B e 120 créditos se escolher duas línguas B, englobando o tronco comum, as disciplinas especializadas, as optativas e o trabalho de conclusão. Todos os alunos do curso também precisam cursar uma disciplina de Tradução Assistida por Computador, a menos que tenham concluído com êxito disciplina semelhante na graduação.

6. Uma proposta brasileira

Com base na análise dos dois cursos universitários e experiências próprias de ensino de tradução jurídica, percebemos alguns pontos de contato e diferenças, que podem embasar uma proposta brasileira. Em primeiro lugar, devido à dificuldade do conteúdo e a maturidade necessária por parte do alunado, no Brasil, um curso desse tipo deveria ser realizado nos moldes

de uma especialização ou mestrado profissional¹⁷ (e não de formação contínua, como na França, ou de habilitação em curso de graduação), isto é, estritamente para portadores de diploma de curso superior. Além disso, os candidatos, com formações acadêmicas diversas, deveriam passar por uma seleção prévia, com base em análise de currículo, comprovação de experiência como tradutores e de proficiência na língua de partida e de chegada.

Para dar mais chances de pessoas de cidades do interior de frequentarem o curso e devido aos problemas cada vez maiores de mobilidade urbana nos grandes centros, propomos que metade do curso seja dado à distância e metade presencial, ou outra combinação que seja julgada adequada. As aulas de conteúdo nocional e de aquecimento às traduções poderiam ser presenciais e os exercícios e correções poderiam ser feitos à distância, com as discussões sobre traduções feitas em fóruns ou blogs, com a criação de glossários em ferramentas Wiki, levantamento terminológico em software de pesquisa em corpus e proposição e entrega de tarefas na plataforma Moodle. Como uma primeira experiência, o curso poderia ser oferecido para o par de línguas inglês-português, que é a maior demanda do nosso mercado. Com o passar do tempo, a oferta de línguas de trabalho aumentaria, acrescentando espanhol, francês, italiano e alemão. O corpo docente seria composto por profissionais do Direito e de Letras.

Como grande parte do trabalho do tradutor juramentado se dá da língua A para a língua B — o que se convencionou chamar de versão —, o curso de formação para tradutores públicos teria que contemplar aulas de versão, e não só de tradução (da língua B para a língua A). No mercado de tradução de modo geral, os tradutores trabalham mais de sua língua B para sua língua A, mas, na realidade do ofício do tradutor público, isso não se aplica, tendo este que trabalhar em ambas direcionalidades (alguns tradutores públicos trabalham até mais com versão do que com tradução). Essa seria uma diferença em relação aos cursos de formação de tradutores em geral, que ou não oferecem aulas de versão ou oferecem um módulo somente, com intuito mais de fazer exercícios de gramática contrastiva do que propriamente habilitar os tradutores nacionais a fazerem versões.

A ênfase na visita e comunicação com os órgãos judiciais presente no curso da Universidade de Lyon,¹⁸ seria incorporada à proposta brasileira, por ser considerada uma

¹⁷ O Mestrado Profissional, uma modalidade de pós-graduação stricto sensu, é regulamentado no Brasil pela Portaria Normativa nº 17, de 28 de dezembro de 2009. Para obter mais informações, acessar: <http://www.capes.gov.br/avaliacao/sobre-a-avaliacao/mestrado-profissional-o-que-e>.

¹⁸ Cf. Carneiro, 2014.

excelente ideia. E, ainda, incorporado um módulo de interpretação em juízo, com prática de interpretação consecutiva básica e de interpretação oral à prima vista. Desconhecemos qualquer curso no Brasil que tenha a preocupação de formação do intérprete comercial.¹⁹ O fato é que os intérpretes comerciais se formam na prática, às vezes a duras penas.

No caso do curso da Universidade de Lyon, a carga horária nocional precede a carga horária terminológica/tradutória. Já no caso da Universidade de Genebra, as duas coisas andam juntas. Na nossa proposta, as duas vertentes também andariam simultaneamente, com módulos superpostos. Contudo, parece que as três propostas se baseiam na mesma premissa: não é possível traduzir textos jurídicos sem um bom conhecimento da área e das diferenças entre os sistemas jurídicos dos países das línguas envolvidas.

Assim sendo, num curso brasileiro de formação do tradutor jurídico/juramentado, seguindo o formato de pós-graduação *lato sensu* (Especialização) ou *stricto sensu* (Mestrado Profissional),²⁰ as matérias propostas seriam:

Curso de Tradução Jurídica/Juramentada

Carga teórica:

1. Estudos da Tradução I e II
2. Estudos da Interpretação
3. Princípios de Terminologia, Preparação de Glossários e Pesquisa em Dicionários
4. Ética na Tradução e Interpretação
5. Metodologia da Pesquisa
6. Elaboração de Trabalho de Conclusão

Língua Portuguesa (com ênfase em escrita e reescrita, seguindo a norma padrão do português):

1. Português para Tradutores I
2. Português para Tradutores II

Língua Estrangeira (com ênfase em leitura e interpretação de textos):

1. Língua Estrangeira I
2. Língua Estrangeira II

Direito:

1. Noções de Direito Internacional e Organizações Internacionais
2. Noções de Direito – Língua A
3. Noções de Direito – Língua B

¹⁹ Vale lembrar que o título completo do ofício de tradutor juramentado no Brasil é Tradutor Público e Intérprete Comercial.

²⁰ A atribuição e distribuição de cargas horárias dependeriam dos requisitos oficiais de cada uma das duas modalidades.

Carga prática:

1. Introdução à Prática da Tradução
2. Prática de Tradução Especializada
3. Prática de Tradução/Versão Jurídica I
4. Prática de Tradução/Versão Jurídica II
5. Prática de Tradução/Versão Jurídica III
6. Prática de Tradução/Versão Juramentada I – Documentos Pessoais
7. Prática de Tradução/Versão Juramentada II – Documentos Escolares
8. Procedimentos em Tradução Juramentada
9. Prática de Interpretação Oral à Prima Vista
10. Prática de Interpretação Consecutiva Básica
11. Prática de Revisão

Tecnologias e Ferramentas para Tradutores e Pesquisa na Internet:

1. Ferramentas de Pesquisa na Internet para Tradutores
2. Tecnologias e Ferramentas para Tradutores (CAT Tools) I
3. Tecnologias e Ferramentas para Tradutores (CAT Tools) II

Vivência Profissional

1. Visitas Institucionais
2. Estágio Obrigatório

Trabalho de Conclusão de Curso²¹

Os requisitos de carga horária e número de créditos e disciplinas variam entre uma Especialização e um Mestrado Profissional no Brasil. Não cabe, no escopo deste artigo, detalhar as diferenças entre esses dois tipos de curso de pós-graduação. Basta dizer que, se o curso de formação de tradutor juramentado fosse criado como uma Especialização, essas matérias seriam oferecidas em forma de módulos, com cargas horárias diferentes, totalizando 360 horas. Se fosse um Mestrado Profissional, as matérias acima teriam que ser acopladas e rearranjadas para formar menos disciplinas com carga horária mais robusta. Na lista acima, não propusemos cargas horárias nem números de créditos, pois isso teria que ser reorganizado dependendo do tipo do curso.

Acreditamos que um curso desse tipo abrangeria as principais habilidades que futuros tradutores juramentados deveriam adquirir para se tornarem profissionais capazes, éticos, competentes e versáteis. Com o advento de um ofício federal, e não mais estadual, como as mais recentes alterações da lei da tradução juramentada vêm propondo, seria interessante tornar

²¹ Monografia ou dissertação, a depender do tipo de curso (isto é, Especialização ou Mestrado Profissional).

esse curso, mesmo que iniciado em uma universidade no eixo Rio-São Paulo, uma referência nacional, a ser seguida pelas outras universidades brasileiras.

7. Considerações finais

Antes de finalizarmos esse artigo, convém expor alguns desdobramentos em curso no Congresso Nacional. A primeira Comissão a avaliar o PL, a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços emitiu Parecer e teve como Relator o Deputado Jorge Côrte Real. Em 11 de outubro de 2016, ele encaminhou o Substitutivo²² por ela adotado ao Projeto de Lei nº 4.625/2016, assinado pelo Deputado Laércio Oliveira. No que tange à regulação do ofício de Tradutor Público e Intérprete Comercial, após reflexão e deliberações, a CDEICS reconheceu em seu parecer a necessidade da nacionalidade brasileira e da residência em território nacional para o exercício do ofício.

A Comissão decidiu manter a obrigatoriedade do concurso de provas, que passou a ter alçada nacional, de forma a prover todos os estados do país. O acesso ao concurso estará aberto a portadores de diploma de Graduação em ensino superior, sem restrição quanto à habilitação. Os tradutores públicos e intérpretes comerciais passarão a ter jurisdição em todo o território nacional, e não apenas no Estado em que exercem suas atividades, e suas traduções e certidões terão fé pública nacional.

Os TPICS têm o dever de veracidade e fidedignidade e podem sofrer sanções administrativas, civis ou penais, em caso de inexatidão culposa ou dolosa. Concorrendo para a segurança documental e dificultando as fraudes, o Substitutivo prevê a utilização de certificação digital emitida por meio da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) para conferir validade aos documentos emitidos. Este procedimento promoverá a desburocratização e a agilização do atendimento e da entrega da tradução no país.

Outra alteração proposta diz respeito à tabela de valores que será fixada pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração com os preços mínimos e máximos a serem cobrados, levando-se em conta a diversidade econômica dos estados do país. E a novidade introduzida é a permissão para que o Tradutor público constitua empresa individual, podendo emitir nota fiscal.

²² Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2114349>>. Acesso em: 02 jan. 2017.

Além da tabela, o registro e o controle de traduções públicas saem da alçada das Juntas Comerciais e passam a ficar a cargo do DREI. Este Departamento assume novas funções também de publicidade das listas atualizadas de tradutores públicos, não apenas com os dados de contato (telefone, e-mail), mas também com a menção à titulação dos TPICs em nível de graduação e pós-graduação, quando houver.

Em 25 de outubro de 2016, o Deputado Arnaldo Faria de Sá foi designado relator da segunda Comissão que avaliará o PL e seu substitutivo, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). O parecer dessa Comissão será definido provavelmente nos primeiros meses de 2017, após a volta do recesso parlamentar, em fevereiro. Pelo teor das decisões até aqui elencadas que parecem reverter o sombrio e danoso quadro desenhado pelo PL em questão, observa-se que a atuação do grupo Juramentados Unidos tem sido fundamental no sentido de alertar a Câmara de Deputados quanto aos riscos de insegurança jurídica a que o Brasil poderia se expor em nome de uma pretensa facilitação de trâmites e processos.

É fato indubitável que o Decreto nº 13.609 de 1943, que rege a tradução pública no Brasil, estava totalmente defasado em relação à realidade atual do ofício do tradutor público no Brasil. O Decreto refletia a realidade corrente no ano de 1943, em que os tradutores públicos eram poucos, sendo que vários atuavam na tradução de mais de uma língua estrangeira, trabalhavam em máquinas de escrever manuais, não tinham Internet nem contavam com pesquisas no Google, não dispunham de programas de auxílio à tradução, atuavam com prazos de entrega mais dilatados, não frequentavam cursos superiores de graduação e pós-graduação na área de tradução, simplesmente porque estes não existiam no país. O mundo mudou e a legislação precisava mudar. O PL, num primeiro momento, ameaçou terminar sumariamente com o ofício do tradutor público, mas os desdobramentos das emendas propostas podem acabar por atualizar a legislação, a fim de refletir melhor a realidade deste início de século XXI. A exigência de diploma superior ao futuro tradutor público, por exemplo, será uma novidade muito benéfica, bem como a tabela de emolumentos nacional, que porá fim à concorrência entre tradutores públicos de estados diferentes, e a certificação digital, que coibirá fraudes. Sair da égide das Juntas Comerciais dos estados e passar ao controle de um órgão superior, como o DREI, pode ser também uma medida benéfica, no sentido de aumentar o grau de padronização do ofício, bem como de suas exigências aos tradutores públicos. O que parecia ser o fim da linha, de fato vem se anunciando como uma renovação, mais do que necessária e bem-vinda. Resta-nos aguardar os próximos desdobramentos, esperando que sejam todos no sentido de

tornar essa categoria mais forte, unida, competente e solidamente formada. A proposta de curso de pós-graduação em tradução juramentada que apresentamos soma-se a essa esperança.

Referências

ARAÚJO, N. **Nota Técnica sobre o projeto de lei que altera o decreto nº 13.609/1943**. Rio de Janeiro, 12 de abril de 2016.

BARROS, L. A.; CAMARGO, D. C.; AUBERT, F. H. Aspectos textuais e lexicais de um conjunto de traduções juramentadas na direção inglês→português. Estudos linguísticos. **Revista do Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo**, São Paulo, n. 34, p. 474-9, 2005. Disponível em: <http://gel.org.br/4publica-estudos2005/4publica-estudos-2005-pdfs/aspectos-textuais-e-lexicais59.pdf?SQMSESSID=a38ffc79c82bcbe561e1c641326fd16c>. Acesso em: 25 jun. 2016.

CARNEIRO, T. D. O ensino de tradução jurídica/juramentada: uma proposta. **Tradução em Revista**, Florianópolis, v. 17, 2014, p. 12-22. Disponível em: <http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/23648/23648.PDFXXvmi>. Acesso em: 25 jun. 2016.

DE LA FUENTE, E. Les enjeux de l'enseignement de la traduction juridique. In: COLLOQUE INTERNATIONAL SUR LA TRADUCTION JURIDIQUE. 2000, Genève, 2001, p. 223-232. **Les actes...** Genève: École de traduction et d'interprétation, 2001. Disponível em: <http://www.tradulex.com/Actes2000/delafuente.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2016.

FONTES, M. S. **Aspectos jurídicos da tradução no Brasil**. 2008. 123 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC, 2008.

GÉMAR, J.-C. Les enjeux de la traduction juridique. Principes et nuances. In: SÉMINAIRES DE L'ASSOCIATION SUISSE DES TRADUCTEURS, TERMINOLOGUES ET INTERPRÈTES, 1998, Berne. **Les Actes...** Berne: ASTTI, 1998. Disponível em: <http://www.tradulex.com/Bern1998/Gemar.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2016.

PENFORNIS, J.-L. Enseigner le français juridique, un langage de spécialité. Le droit, c'est aussi des mots. **Base du Gerflint** (Groupe d'études et de recherches pour le français langue internationale), 1998. Disponível em: <https://gerflint.fr/Base/Baltique1/fjuridique.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2016.

Artigo recebido em: 08.01.2017

Artigo aprovado em: 10.02.2017

Tradução e Terminologia: relações necessárias e a formação do tradutor

Translation and Terminology: necessary relations and the translator training

Cleci Regina Bevilacqua*
Cristiane Krause Kilian**

RESUMO: O objetivo deste texto é apresentar a relação existente entre Tradução e Terminologia, enfocando os aspectos relativos à formação dos futuros tradutores bem como à sua atuação profissional na área. Enfocam-se alguns aspectos teóricos da Terminologia a partir da Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT) e são tratados e exemplificados aspectos relativos ao estabelecimento de equivalentes no texto de chegada (TC) para os termos do texto de partida (TP), à identificação de formas variantes para um mesmo termo e à neologia terminológica. Além disso, busca-se mostrar os critérios de avaliação de produtos terminográficos e sua aplicação na escolha de recursos que auxiliam o tradutor na tomada de decisões. Ilustra-se a aplicação desses conhecimentos no processo de aquisição da competência tradutória em disciplinas de um Curso de Bacharelado em Tradução. Acredita-se que a formação em Terminologia auxilia no desenvolvimento da competência tradutória e de suas subcompetências, o que a torna um recurso fundamental na tradução de textos, assegurando qualidade do texto traduzido tanto do ponto de vista linguístico quanto do especializado.

PALAVRAS-CHAVE: Terminologia. Tradução. Competência Tradutória.

ABSTRACT: The purpose of this study is to present the relation between Translation and Terminology, focusing on the aspects of the training of future translators, as well as their professional practice in this field. Theoretical issues of Terminology are concentrated on the Communicative Theory of Terminology (CTT). Aspects related to the establishment of equivalents in the target text (TT) for terms found in the source text (ST), the identification of various forms for the same term and terminological neology are dealt with and exemplified. In addition, we seek to show the evaluation criteria of terminological products and their use in the choice of resources which help the translator with decision making. The use of this knowledge in the process of translation competence acquisition in disciplines of a Bachelor's Degree in Translation is illustrated. We believe that Terminology training assists in the development of translation competence and its sub-competencies, thus making it a fundamental resource for translation, in the sense that it ensures quality for the translated text both from the linguistic and specialized points of view.

KEYWORDS: Terminology. Translation. Translation Competence.

* Professora do Departamento de Línguas Moderas e do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; líder do Grupo de Pesquisa TERMISUL. E-mail: cleci.bevilacqua@gmail.com.

** Professora do Instituto Superior de Educação Ivoti e do Curso de Especialização em Estudos em Tradução: Teorias, Práticas e Tecnologias da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; pesquisadora do Grupo de Pesquisa TERMISUL. Contato: cristianekkilian@gmail.com.

1. Introdução

Nosso objetivo, neste texto, é apresentar a relação existente entre Tradução e Terminologia, enfocando os aspectos relativos à formação dos futuros tradutores bem como à sua atuação profissional na área.¹ Para dar conta desse objetivo, abordaremos, de forma sucinta, alguns princípios da Terminologia a partir da TCT e a proposta de competência tradutória de Hurtado Albir (2001, 2005). Buscamos mostrar em que medida a Terminologia auxilia na aquisição da competência tradutória e de suas subcompetências, principalmente no que se refere à construção de obras terminográficas (glossários, dicionários, bases de dados) e de mapas conceituais, bem como a avaliação desse tipo de recursos a serem utilizados na tradução. Abordaremos ainda o envolvimento do tradutor na busca por soluções tradutórias para problemas terminológicos encontrados ao longo do processo de tradução. Nas considerações finais, indicamos como tais conhecimentos são implementados em disciplinas de Terminologia e Léxico em um curso de Bacharelado em Letras – Tradução.

Esperamos com este trabalho poder mostrar a estreita relação entre duas áreas do conhecimento – Tradução e Terminologia –, bem como destacar a importância de o tradutor ter conhecimentos sobre o funcionamento das terminologias e seus princípios de organização para que possa solucionar os problemas terminológicos no decorrer do processo tradutório com mais segurança e rapidez.

2. Breve revisão de aspectos relativos à Terminologia e à Tradução

Segundo Cabré (1999), a Terminologia pode ser:

- a) disciplina linguística que estuda os termos,
- b) conjunto de princípios que guia a compilação de termos,
- c) conjunto dos termos especializados próprios de uma ciência, arte, técnica ou profissão.

Nesse contexto e segundo os princípios da Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT) (CABRÉ, 1999, 2001a, 2001b), os termos, foco principal de estudo da Terminologia, são definidos como “unidades de forma e conteúdo que, utilizados em determinadas condições

¹ Este texto é resultante da apresentação feita na **Mesa-redonda: Tradução e Terminologia: relações necessárias e a formação do tradutor**, durante o XII Encontro Nacional de Tradutores e VI Encontro Internacional de Tradutores.

discursivas, adquirem valor especializado” (CABRÉ, 2000, p. 10, tradução nossa). São unidades que passam a representar e a transmitir conhecimento especializado. Por exemplo, no âmbito do Direito Ambiental são termos *água, poluição atmosférica, crime ambiental*.

Além disso, segundo Cabré, os termos podem ser analisados a partir de diferentes perspectivas, caracterizando-se como objeto de estudo poliédrico. Nessa abordagem, podem ser analisados a partir das teorias da linguagem, da cognição e da comunicação. Contemplando as três perspectivas que sustentam a Terminologia, é possível considerar os termos como Unidade de Significação Especializadas (USE), Unidade de Conhecimento Especializada (UCE) e Unidade de Comunicação Especializada (UNICOME).

Portanto, a Terminologia é uma disciplina interdisciplinar, dado que inclui outras teorias na análise de seu objeto de estudo, mas também é transdisciplinar, pois é aplicada a todas as áreas do conhecimento.

Outro princípio fundamental da TCT é que os textos são o hábitat dos termos, isso significa que é a partir dos textos que os termos são identificados. Para poder identificá-los é fundamental descrever as características comunicativas dos textos (emissor, receptor, nível de especialização, temática etc.), pois são elas que ativam seu valor especializado. Assim, é fundamental, no processo de reconhecimento dos termos, identificar as características dos gêneros textuais a partir dos quais são coletados os termos.

Destacamos que, embora os termos sejam o objeto de estudo principal da Terminologia, a partir dos novos paradigmas teóricos da área, outras unidades podem ser analisadas e descritas, como é o caso das Unidades Fraseológicas Especializadas (UFE)² e da definição terminológica (KRIEGER; FINATTO, 2004).

Entendemos as UFE como unidade sintagmática ou oracional, recorrente e prototípica de situações comunicativas de áreas especializadas, que apresenta certo grau de convencionalidade, condicionado pela língua, pela área de especialidade e pelo gênero textual no qual ocorrem (BEVILACQUA et al, 2013). Novamente citando exemplos da área do Direito Ambiental, são unidades fraseológicas especializadas: *tratar a água / tratamento de água; controlar a poluição atmosférica/ controle da poluição atmosférica; fiscalizar crimes ambientais / fiscalização dos crimes ambientais; Para os efeitos desta lei... / Para os fins desta lei*.

² No âmbito do projeto desenvolvido pelo Termisul, ProjeCOMLegis, as UFE são denominadas Combinatórias Léxicas Especializadas, seguindo proposta de L’Homme (2000).

Tanto os termos como as fraseologias podem, segundo os princípios da TCT, ser descritos pela gramática das línguas naturais, incluindo os aspectos semânticos e pragmáticos. Tais unidades podem apresentar formas variantes, portanto, a variação é um fenômeno que ocorre tanto na comunicação geral quanto na especializada.

Complementam esses princípios da teoria o princípio da adequação a partir do qual as etapas da pesquisa sistemática em terminologia são flexíveis e podem ser adaptadas conforme as especificidades de cada trabalho.

Na vertente aplicada da Terminologia, fala-se de Terminografia, definida como disciplina linguística intimamente ligada à Terminologia. Seu foco é a coleta, análise e descrição das propriedades linguísticas, conceituais e pragmáticas das unidades terminológicas de uma ou mais línguas e a construção de produtos terminográficos: dicionários, glossários, vocabulários em formato papel ou eletrônico, bases de dados terminológicas.

É importante destacar que há princípios para a elaboração desses produtos, e o tradutor deve ter conhecimento dos mesmos. A seguir apresentamos tais princípios, procurando seguir uma ordem do processo metodológico implicado na produção desse tipo produtos:

- 1) Delimitação da área e/ou subárea de conhecimento e tema.
- 2) Definição dos usuários e da função da obra: para quê e para quem?
- 3) Seleção dos textos que servirão como *corpus* para a coleta e seleção dos termos / fraseologias.
- 4) Definição dos critérios para a seleção dos termos / fraseologias que comporão a nomenclatura (macroestrutura).
- 5) Definição das informações a serem dadas sobre as entradas (microestrutura).
- 6) Definições das partes introdutórias e finais do produto terminográfico (superestrutura).

Até este momento, sintetizamos os principais princípios teóricos e metodológicos da Terminologia. No entanto, é importante também, para construir o referencial teórico em que se baseia o presente texto, trazer uma definição de tradução e os aspectos teóricos relacionados à proposta de Competência Tradutória do Grupo PACTE³.

Seguimos a proposta de definição de Hurtado Albir (2001), que considera a tradução como “um processo interpretativo e comunicativo que consiste na reformulação de um texto

³ <http://grupsderecerca.uab.cat/pacte/es>.

com os meios de outra língua e que se desenvolve em um contexto social e com uma finalidade determinada” (HURTADO ALBIR, 2001, p. 41, tradução nossa). Destacamos as três características fundamentais da tradução: ser uma atividade textual, cognitiva e comunicativa.

Como atividade textual cabe mencionar que traduzir é uma operação entre textos e não entre línguas; também não se traduz palavras e frases isoladas, mas um todo de sentido expreso no texto. Assim, as características textuais, tanto internas quanto externas, aspectos referentes ao gênero textual e outros aspectos linguísticos não podem ser desconsiderados na tradução.

Como atividade cognitiva, o tradutor primeiramente interpreta o texto na língua de partida para, em um segundo momento, produzir um texto na língua de chegada que seja adequado aos propósitos do projeto tradutório. É, portanto, uma atividade que envolve processos mentais tanto de compreensão quanto de reformulação.

Como atividade comunicativa, a tradução é um ato de comunicação complexo que envolve duas situações comunicativas distintas, a da produção e recepção do texto original e a da produção e recepção do texto traduzido. Os dois contextos condicionam as escolhas do tradutor, sempre levando em conta a função ou finalidade do texto traduzido no seu contexto de chegada.

Para dar conta dessa atividade multifacetada e considerando que a tradução é uma competência possível de ser desenvolvida, Hurtado Albir (2001, 2005), juntamente com o Grupo PACTE, propõe um modelo de competência tradutória. Esse modelo está formado pelas seguintes subcompetências:

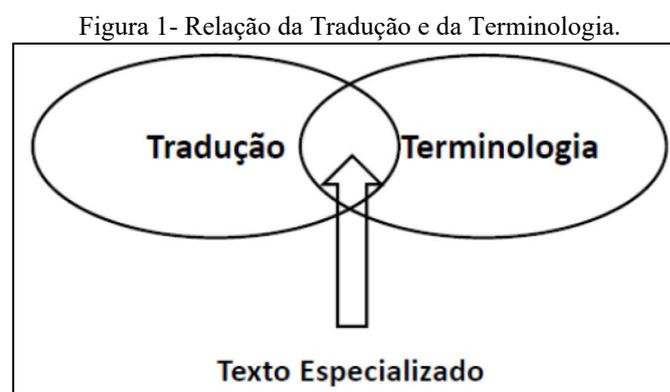
- a) subcompetência bilíngue: abrange o conhecimento das línguas materna e estrangeira, em todos seus aspectos gramaticais, textuais, fraseológicos, pragmáticos (diferentes usos) e sociolinguísticos (a norma e suas variantes);
- b) subcompetência extralinguística: inclui os aspectos relacionados ao conhecimento enciclopédico e temático e às culturas de partida e de chegada; permite que se traduzam textos especializados - com suas especificidades temáticas, terminológicas e fraseológicas - textos literários, na qual o conhecimento das idiossincrasias culturais e dos modos de ver o mundo se mostra extremamente relevante;
- c) subcompetência dos conhecimentos sobre tradução: refere-se às noções concernentes ao processo tradutório: unidade de tradução, equivalência e fidelidade, adaptação, função, métodos e estratégias, além dos conhecimentos sobre a atividade profissional, como elaboração de projetos, orçamentos e prazos;

- d) subcompetência instrumental: relacionada ao conhecimento e o uso de fontes de documentação e recursos tecnológicos: bases e bancos de dados, glossários e dicionários em diferentes formatos, memórias de tradução, *softwares* de extração de termos etc.;
- e) subcompetência estratégica: permite a resolução dos problemas encontrados e a operacionalização de toda a atividade tradutória, ou seja, a tomada de decisões, tais como o estabelecimento da função e do destinatário final da tradução conforme o encargo recebido, a escolha das estratégias mais adequadas para resolver os problemas encontrados, a seleção e a hierarquização das soluções, as pesquisas necessárias à compreensão temática e terminológica.
- f) componentes psicofisiológicos: dizem respeito aos aspectos cognitivos atinentes ao ato de traduzir, tais como memória, capacidade de análise e síntese, rigor científico, atenção, disciplina, capacidade de realizar trabalhos em equipe etc.

A partir dos aspectos teóricos apresentados, podemos destacar os seguintes pontos de intersecção entre a Terminologia e a Tradução. Ambas as disciplinas:

- são interdisciplinares e transdisciplinares, pois se constituem a partir de teorias linguísticas, cognitivas e comunicativas;
- consideram o texto e a situação comunicativa como fatores fundamentais, portanto, partem da identificação das características dos textos (situação comunicativa, temática, estrutura textual etc.) para realizar suas atividades específicas.

Como síntese da intersecção entre as duas áreas, apresentamos a figura seguinte.



3. Terminologia e tradução na prática

Após a apresentação dos aspectos teóricos das duas disciplinas, apontamos aqui alguns aspectos relacionados à prática do trabalho terminológico inserido no processo de tradução.

Como ponto de partida, trazemos as seguintes questões:

- Que problemas terminológicos podem surgir durante o processo de tradução?
- Como solucionar esses problemas com base nos pressupostos da Terminologia?

Entre os problemas terminológicos que podem surgir durante o processo tradutório, estão os relacionados: i) ao estabelecimento de equivalentes no texto de chegada (TC) para os termos do texto de partida (TP); ii) à identificação de formas variantes para um mesmo termo tanto no TP como no TC, e iii) à neologia terminológica. A seguir, tratamos de forma mais detalhada de cada um desses aspectos no intuito de mostrar a aplicação dos princípios terminológicos na tradução.

3.1 Equivalência

Os conceitos e suas denominações não estão em simetria nas diferentes línguas e culturas, eles são influenciados por diversos fatores de uma comunidade linguística. Assim, os conceitos de uma área de especialidade são organizados de acordo com o modo de ver de cada comunidade científica, o que pode levar a distintos graus de semelhança ou distanciamento em relação aos conceitos. Arntz, Picht e Mayer (2002, p. 153) chamam a atenção para as quatro possibilidades de unidades terminológicas de diferentes línguas apresentarem ou não equivalência: equivalência total, equivalência parcial, inclusão e não equivalência. Nos exemplos abaixo, apresentamos casos de equivalência total, parcial e não equivalência com termos de gestão ambiental retirados do *Glossário de Gestão Ambiental* (KRIEGER et al, 2007) em português e seus equivalentes em espanhol (ES) e francês (FR).

a) Equivalência total:

PT	auditoria ambiental
ES	<i>auditoría ambiental</i>
FR	<i>audit environnemental</i>

b) Equivalência parcial

PT	Acordos Voluntários Públicos
ES	<i>acuerdos voluntarios</i>
FR	<i>accords volontaires</i>

Embora tenham sido encontrados os equivalentes nas línguas estrangeiras, foi necessário incluir notas para indicar que os termos recobrem conceitos diferentes em espanhol e em francês. A nota complementar (NC) incluída foi a seguinte:

NC: ES: Usa-se “*acuerdos*” que abrange o sentido tanto de acordos voluntários públicos como de acordos voluntários privados. A especificação é feita complementando o termo com as partes implicadas: “*acuerdo voluntario entre las empresas y la Administración*”. # FR: Usa-se “*accords volontaires*” que abrange tanto o sentido de acordos voluntários públicos como de acordos voluntários privados e compreende três subtipos: “*accord négocié*”, “*engagement unilatéral*” e “*programmes publics volontaires*”. (KRIEGER et al, 2007, p. 19).

c) Inexistência de equivalência:

PT	zonas de uso estritamente industrial
ES	--
FR	--

No exemplo acima, não foram encontrados equivalentes para nenhuma das línguas estrangeiras, não sendo incluída nenhuma informação.

Em relação à inclusão, trazemos um exemplo para o português e o alemão (DE), extraído da Base de Dados Terminológica de Combinatórias Léxicas Especializadas da Legislação Ambiental do Termisul⁴.

d) Inclusão:

PT	embalagem
DE	<i>Verpackung / Umverpackung</i>

⁴ <http://www.ufrgs.br/termisul/projeto/projecom-legis/>.

Na língua alemã, é feita a distinção se a embalagem contém o produto diretamente (*Verpackung*) ou se agrupa diversas embalagens para, por exemplo, facilitar o transporte (*Umverpackung*).

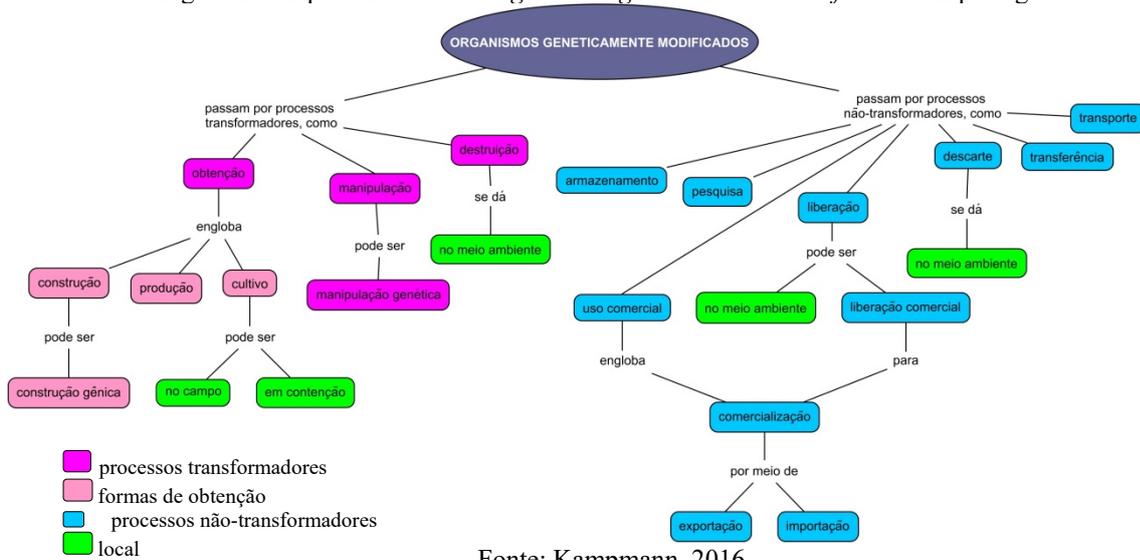
Nem sempre é uma tarefa fácil para o tradutor reconhecer qual é o nível de equivalência entre os conceitos. Para o caso de falta de equivalência, Stolze (1999, p. 38) menciona algumas possibilidades, como empréstimo, decalque, criação de um termo na língua de chegada, paráfrase ou explicação.

Para estabelecimento das relações de equivalência entre conceitos de línguas diferentes, mostra-se como uma solução satisfatória o estudo através da elaboração de mapas conceituais. Por exemplo, como podemos achar os equivalentes em alemão para fraseologias relacionadas a OGM (organismos geneticamente modificados)? Qual é o equivalente em alemão de *produção* na estrutura *produção de organismos geneticamente modificados* ou de *obtenção* em *obtenção de organismos geneticamente modificados*?

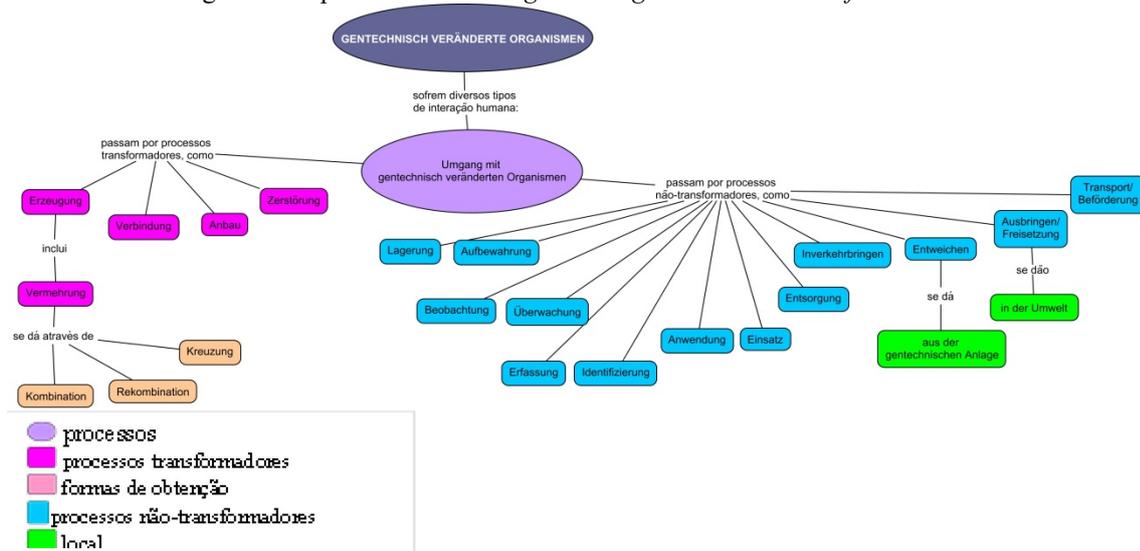
Com o auxílio de mapas conceituais, podemos fazer comparações de como um conceito ou uma rede de conceitos se organiza em línguas diferentes, como veremos a seguir.

Os mapas conceituais são diagramas que indicam a relação entre dois termos conectados por uma palavra de ligação, refletindo a organização conceitual de determinada área do conhecimento (NOVAK; GOWIN, 1983). São construídos a partir dos termos identificados em determinada área, extraídos de textos autênticos, utilizando-se os recursos da Linguística de *Corpus* (lista de palavras, colocados etc.). Como passos metodológicos, Novak e Cañas (2008) recomendam: i) listar os conceitos, ordenando de mais amplo a mais específico; ii) desenvolver, a partir da lista, um mapa conceitual preliminar, esboçando as posições dos conceitos e relações entre eles, e iii) estabelecer as ligações diretas e cruzadas entre os conceitos.

Exemplificamos a elaboração de mapas conceituais com o termo *organismos geneticamente modificados* (OGM), em português, e *gentechnisch veränderte Organismen* (GVO), em alemão. Os mapas apresentados foram elaborados de acordo com as informações constantes nas leis ambientais da Alemanha e do Brasil.

Figura 2 - Mapa conceitual de *organismos geneticamente modificados* em português.

Fonte: Kampmann, 2016.

Figura 3: Mapa conceitual de *organismos geneticamente modificados* em alemão

Fonte: Kampmann, 2016.

O trabalho com os mapas conceituais referentes a OGM e GVO tem como foco estabelecer os equivalentes para os processos relativos a esses termos. As estruturas em questão são formadas por um núcleo eventivo (por exemplo, *produção*, *obtenção*, *armazenamento* ou *Erzeugung*, *Zerstörung*, *Aufbewahrung*) e o núcleo terminológico OGM, em português, e GVO, em alemão, formando uma Unidade Fraseológica Especializada (UFE) eventiva. Nesse caso, a questão que se coloca relaciona-se à ordenação dos equivalentes para os processos transformadores já que não há uma relação simétrica entre as combinações encontradas no *corpus* utilizado para a busca dos equivalentes.

Com base nos resultados da análise dos mapas conceituais em português e em alemão, tentamos estabelecer os equivalentes para os processos transformadores encontrados nas duas línguas, apresentados no Quadro 1.

Quadro 1 – Estabelecimento de equivalências para processos transformadores.

Português	Alemão
obtenção	Erzeugung
construção	Erzeugung
produção	Erzeugung
cultivo	Anbau
manipulação	?
destruição	Zerstörung
?	Verbindung
?	Vermehrung

Fonte: elaborado pelas autoras.

A análise da estrutura do mapa e dos contextos dos termos permitem afirmar que *obtenção* parece estar para “formas de obtenção”, configurando-se como um hiperônimo que engloba *construção* e *produção*, além de *cultivo*. No entanto, em alemão não há esse hiperônimo. Assim, para *Erzeugung* temos três possibilidades de equivalentes em português: *obtenção*, *construção* e *produção*. As equivalências das UFEs seriam as seguintes:

Quadro 2 – Estabelecimento de equivalências para as unidades fraseológicas especializadas com OGM e GVO e processos transformadores.

Português	Alemão
obtenção de OGM	Erzeugung von GVO
construção de OGM	Erzeugung von GVO
produção de OGM	Erzeugung von GVO
cultivo de OGM	Anbau von GVO
destruição de OGM	Zerstörung von GVO

Fonte: elaborado pelas autoras.

Para identificar as fraseologias em alemão e em português, foi necessário identificar os núcleos eventivos associados aos termos em análise. Pelo quadro anterior e pelas UFEs identificadas, vemos que ainda há algumas lacunas. Esse fato pode ter ocorrido em função de os textos que conformaram o *corpus* em alemão não oferecerem soluções tradutórias satisfatórias, por não configurarem equivalentes funcionais. Sendo assim, é necessário realizar buscas fora do *corpus* e também consultar especialistas.

Relacionando o uso de mapas conceituais para identificar equivalências com as subcompetências tradutórias, podemos dizer que tal recurso auxilia principalmente na formação das subcompetências bilíngue e extralinguística. Referente à subcompetência bilíngue, auxilia a conferir valor de termo a uma unidade léxica da língua de partida, ou seja, permite confirmar, por exemplo, que *Acordos Voluntários Públicos* é um termo da área de gestão ambiental e permite identificar os termos equivalentes nas línguas estrangeiras. Em relação à subcompetência extralinguística, possibilita organizar o conhecimento especializado sobre o qual se está traduzindo e, portanto, amplia o conhecimento de mundo do tradutor sobre o tema e, ao mesmo tempo, ajuda a organizar esse conhecimento.

3.2 Variação terminológica na tradução

Como afirmamos ao apresentar os princípios da TCT, os termos, ao se caracterizarem como unidades léxicas que se distinguem das palavras por serem utilizados em situações comunicativas especializadas, também estão sujeitos aos fenômenos das línguas naturais, como por exemplo, a variação. O uso de formas diferentes para a mesma noção traz desafios para o tradutor, pois necessita entender as relações entre as variantes na língua de partida para poder oferecer uma equivalência adequada na língua de chegada.

Podemos questionar como traduzir para outras línguas as seguintes unidades terminológicas em português: *produção de resíduos / geração de resíduos; lixo / resíduo* ou *esgoto / água residual*.

Até os anos 1990, o fenômeno da variação não era estudado nas teorias de terminologia. A Teoria Geral da Terminologia (TGT) tinha como um de seus objetivos normatizar o uso das terminologias com a finalidade de facilitar a comunicação especializada no nível internacional. Portanto, as questões de variação não eram bem vistas nessa abordagem e ela tinha como um de seus pilares o Princípio da Univocidade, segundo o qual um termo deve denominar apenas um conceito e um conceito deve ter apenas uma denominação. Além disso, considerava que os conceitos preexistem, são universais e estáveis.

Com as abordagens descritivas, a linguagem de especialidade passa a ser vista como parte da linguagem comum e não mais como algo separado. Assim, as unidades terminológicas são unidades linguísticas e, portanto, estão igualmente sujeitas à variação. Essa nova perspectiva revela o fenômeno da variação no uso real no discurso.

Nas diferentes abordagens terminológicas sobre a variação, há autores que fazem a distinção entre variação formal ou denominativa e variação conceitual.⁵ A variação denominativa consiste em denominar um mesmo conceito ou um mesmo objeto por meio de diferentes formas linguísticas. Apresentamos abaixo, algumas possibilidades:

Variação denominativa	
alterações ortográficas	<i>microrganismo / micro-organismo</i> <i>resíduos sólidos de serviços de saúde / RSSS</i>
alterações morfosintáticas	<i>proteção ao meio ambiente / proteção do meio ambiente</i>
formas reduzidas	<i>agente contaminante / contaminante</i>
alterações lexicais	<i>hipertensão / pressão alta</i>

Delimitar o que seria a variação conceitual parece ser mais “difícil”. Ela diz respeito ao conceito, que é a representação mental de objetos da realidade e é formado por um conjunto de características ou traço distintivos. Como a denominação é algo sucinto, é necessário privilegiar um ou outro traço na escolha da denominação. Também, por razões diversas, uma mesma realidade ou objeto podem ser percebidos de maneira diferente e o resultado das diferentes conceptualizações remete à variação conceitual. Essa variação como consequência dos diferentes pontos de vista na apreensão da realidade, pode ser exemplificada com o uso de *destruição da camada de ozônio* ou *redução da camada de ozônio*. *Destruição* parece ser algo mais forte do que apenas *redução*.

A variação conceitual também remete a graus de especialização diferentes dentro de uma mesma área. Segundo Cabré (1999, p 159, tradução nossa), “[...] a banalização do conhecimento acarreta necessariamente uma alteração cognitiva do texto, a fim de torná-lo compreensível aos destinatários não especialistas”. Para o português, podemos mencionar o uso de *resíduos*, mais especializado, e *lixo*, menos especializado. O tradutor, então, deve analisar na língua para a qual está traduzindo se há essa distinção quanto aos graus de especialização.

Ao deparar-se com variações no TP, o tradutor deve traçar estratégias para seu uso no TC. Seguem algumas possibilidades:

- Se o TP não apresenta variantes, não usar variantes no TC;
- Se o TP não apresenta variantes, usá-las no TC;
- Se o TP apresenta variantes, eliminá-las no TC;

⁵ Cf. Kilian, 2007.

- Se o TP apresenta variantes, fazer com que haja correspondência entre as opções de uso no TP e no TC;
- Se o TP apresenta variantes, desconsiderar a variação no TP e utilizar formas variantes da LC de maneira “aleatória” no TC.

Conhecer os aspectos relativos à variação terminológica auxilia na formação das subcompetências: i) bilíngue, uma vez que oferece diversas unidades léxicas que podem ser utilizadas como equivalentes; ii) extralinguística, pois, ao serem identificadas a variação denominativa e conceitual, passa-se a conhecer a forma como os especialistas de determinada área se expressam e organizam o conhecimento de sua área de atuação; iii) de conhecimentos de tradução, dado que será preciso escolher uma estratégia específica para resolver a variação de um termos ou UFE, e iv) estratégica, pois, ao identificar a variação em um texto, será preciso tomar uma decisão prévia sobre como resolvê-la.

3.3 Neologia

Outra questão que pode demandar certa atenção do tradutor é o uso de neologismos no texto de partida. Segundo Boulanger (1979, p. 65-66), neologismos é "uma unidade lexical de criação recente, uma nova acepção de uma palavra já existente, ou ainda, uma palavra recentemente emprestada de um sistema linguístico estrangeiro e aceito numa língua" (1979, p. 65-6, tradução nossa). Ou ainda, nas palavras de Alves (2006, p. 132), neologismo é “uma nova forma, uma nova acepção atribuída a uma unidade lexical ou um estrangeirismo recebido de outra língua.” Estes surgem da necessidade de nomear um objeto ou um conceito novo ou servem também para expressar ideias não tão originais de uma maneira nova.

O que fazer, então, com termos novos que ainda não existem na outra língua? Primeiramente, o tradutor deve avaliar que efeito o autor quis produzir ao usar uma palavra ainda não registrada em obras de referência e, com base na análise, propor uma solução que seja compatível com seu projeto tradutório.

Algumas estratégias possíveis para o uso de neologismos no texto de partida são: i) reproduzir o neologismo da língua de partida; ii) usar um decalque (adaptação à estrutura da língua de chegada); iii) usar uma paráfrase ou explicação, ou iv) criar um termo que siga o princípio da língua de chegada ou os princípios de construção em áreas específicas (por exemplo, uso de formantes greco-latinos na área da Medicina).

Como exemplo podemos citar um dos neologismos empregados por Lacan que, segundo aponta Reuillard (2011), apresenta em sua obra uma produtividade neológica considerável. O substantivo *hainamoration* é composto por *haine* (ódio) e *amour* (amor) e tem como equivalente consagrado em português *amódio*. Reuillard e Bevilacqua (2012, p. 17) esclarecem que o neologismo em francês “coloca em jogo tanto uma relação semântica de oposição quanto uma relação de analogia com *énamoration* e *énamourement*”, mas que a relação de analogia não é contemplada em *amódio*, perdendo-se, em português, um dos significados do original. Segundo as autoras, uma solução satisfatória é o neologismo *enamodiamento*, pois retoma a noção de enamoramento e encerra as noções de ódio e amor, apresentando assim os dois sentidos do original.

Com os exemplos apresentados acima em relação à equivalência, variação terminológica e neologismos, dependendo do grau de envolvimento com essas questões, o tradutor pode ser não só um usuário de terminologias, mas também um terminólogo.

Retomando o modelo da competência tradutória, para solucionar os desafios neológicos, o tradutor precisa colocar em prática, além dos conhecimentos incluídos na subcompetência bilíngue, que lhe possibilitam a compreensão dos mecanismos de formação lexical, também os conhecimentos relativos às subcompetências de tradução e estratégica, posto que deverá conhecer os diferentes procedimentos tradutórios para poder tomar uma decisão prévia sobre as soluções tradutórias que serão dadas aos neologismos.

3.4 Avaliação de dicionários e bases de dados

Os princípios da elaboração de produtos terminológicos, apresentados na seção 2, também auxiliam na sua avaliação. Essa avaliação é fundamental, pois o tradutor deve conhecer a qualidade dos recursos que utiliza para ter segurança em relação às decisões tradutórias que toma com base na consulta feita nesse tipo de produto. Portanto, ao conhecer os princípios terminológicos/terminográficos que guiam sua elaboração, também poderá aplicá-los para sua avaliação. Entre os princípios para realizar essa avaliação estão:

a) identificação dos usuários e da função dos produtos, ou seja, deve estar explícito na introdução ou em algum lugar da obra, seja em formato papel ou eletrônica, a informação de para quem se destina e para que serve; são informações essenciais posto que guiam toda a elaboração da obra;

b) identificação dos critérios para a seleção dos termos com base nos princípios anteriores, isto é, a explicitação dos parâmetros para a identificação dos termos que comporão a macroestrutura;

c) identificação dos parâmetros que norteiam a constituição da microestrutura das entradas, isto é, as informações que serão dadas para cada termo e que também estão determinadas pelo usuário e pela função da obra. Em geral, essas informações são registradas em fichas terminológicas que podem estar constituídas pelos seguintes campos: entrada, definição, fonte da definição, contextos, fonte dos contextos, equivalentes e suas fontes, contextos dos equivalentes, remissivas – podem remeter a sinônimos, a termos complementares do ponto de vista pragmático –, notas etc.

Além desses aspectos, é importante avaliar outras informações, tais como: os autores; a data de publicação ou de atualização; a apresentação, na qual se explicam os princípios apresentados acima; o guia do usuário, que explica as informações que o usuário encontrará e como as encontrará; e as fontes de consulta utilizadas na elaboração da obra.

Em geral, espera-se que as informações sobre os princípios e procedimentos adotados estejam explicitadas na introdução ou apresentação da obra, daí a importância de ler esses textos iniciais. Destacamos também que, para uma avaliação da macro e da microestrutura, é importante ler algumas páginas e alguns verbetes para poder confirmar que os parâmetros apresentados na introdução foram aplicados efetivamente na elaboração da obra. Caso não tenham sido aplicados, essa análise permitirá identificar as falhas e incoerências do produto terminológico.

Chamamos a atenção que, embora saibamos que não há dicionários e glossários perfeitos, essa análise é fundamental para a escolha de obras que permitam a tomada de decisões tradutórias adequadas. Além disso, esses parâmetros de avaliação podem ser aplicados também para base de dados que, em geral, estão disponíveis em formato eletrônico.

Em relação à competência tradutória, esse tipo de avaliação contribui sobretudo para a aquisição da subcompetência instrumental, ou seja, a subcompetência relacionada ao uso de recursos por parte do tradutor. A ideia é que o tradutor não apenas use esse tipo de recursos, mas que tenha critérios para escolhê-los e para saber utilizá-los de forma adequada na tomada de decisões tradutórias.

4. Considerações finais

Esperamos ter mostrado a relação entre Tradução e Terminologia e algumas das aplicações dessa última área de estudos no processo tradutório. A Terminologia permite conhecer os termos, expressões e formas de dizer de uma área e de uma comunidade linguística, auxiliando na aquisição das subcompetências bilíngue e extralinguística. Esse conhecimento auxilia na tomada de decisões no momento de traduzir e, portanto, está relacionado às subcompetências sobre tradução e estratégica. Também serve de subsídio para a organização e escolha do material de consulta (glossários, dicionários etc.) e para a estruturação do conhecimento das áreas específicas, temas concernentes à formação da subcompetência instrumental. Acreditamos, além disso, que todos esses aspectos contribuem para o desenvolvimento de alguns dos componentes psicofisiológicos – por exemplo, o estresse –, pois auxiliam os tradutores a gerenciarem o tempo para traduzir e revisar o texto traduzido, a identificarem as formas mais eficazes de pesquisa para encontrar soluções tradutórias adequadas e a definirem as melhores estratégias de tradução, entre outros aspectos. Em consequência, conseguirão controlar o estresse e terão mais condições de concentrar-se no trabalho e de autoavaliar todo o processo.

Para mostrar como são aplicados os conhecimentos terminológicos na aquisição das subcompetências tradutórias, trazemos alguns exemplos de disciplinas do Curso de Bacharelado em Letras – Tradução da UFRGS⁶.

Na disciplina de Fundamentos Teóricos da Terminologia, incluída na terceira etapa do curso, apresenta-se uma visão geral dos paradigmas teóricos da área, conceitos básicos, objetivos, métodos e interfaces com outras áreas do conhecimento, principalmente com a Tradução, além de elementos relacionados à pesquisa terminológica, incluindo fontes documentárias, coleta de termos e elaboração de fichas terminográficas.

Na disciplina Terminologia Aplicada, da quarta etapa, são aplicados, através da pesquisa terminológica pontual e temática, os fundamentos teóricos vistos na disciplina anterior. São elaborados pequenos dicionários e glossários, utilizando-se os princípios da Linguística de Corpus e ferramentas informáticas para tal fim.

⁶ O Curso de Bacharelado em Letras oferece a formação de tradutores em alemão, espanhol, francês, inglês, italiano e japonês. Detalhes sobre a elaboração do currículo, suas habilidades, competências e disciplinas podem ser vistos em Bevilacqua e Reuillard, 2013 e 2017 (no prelo).

Na disciplina de Léxico e Dicionários, também da quarta etapa, são tratados temas como teorias sobre o léxico, Lexicografia teórica e prática, tipos de dicionários, macro e microestrutura dos dicionários, tratamento de neologismos e estatísticas lexicais a partir de *corpora* textuais.

Os conteúdos trabalhados nessas disciplinas são colocados em prática nas três disciplinas de tradução (língua estrangeira – português) e nas três disciplinas de versão (português – língua estrangeira), oferecidas entre a 4 e 8 etapas, e nos estágios supervisionados de tradução (etapas 7 e 8). Essas disciplinas são específicas para cada uma das ênfases, isto é, para cada uma das seis línguas oferecidas no curso.

Esperamos ter mostrado ao longo deste texto que a formação em Terminologia permite ao futuro tradutor – e também ao tradutor profissional – conhecer o funcionamento dos termos e das fraseologias especializadas nas situações comunicativas em que são utilizados. Nesse sentido, essa formação constitui-se como um recurso fundamental que auxilia a tomada de decisões no processo tradutório, assegurando que o texto traduzido seja adequado do ponto de vista linguístico e especializado.

Referências

ALVES, I. M. A observação sistemática da neologia lexical: subsídios para o estudo do léxico. **Revista Alfa**, São Paulo, v. 50, n. 2, p. 131-144, 2006.

ARNTZ, R.; PICHT, H.; MAYER, F. **Einführung in die Terminologearbeit**. 4. Aufl. Hildesheim: Georg Olms, 2002.

BEVILACQUA, C. R.; REUILLARD, P. C. R. A formação em Tradução na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. In: GUERINI, A.; TORRES, M.-H. C.; COSTA, W. **Os Estudos da Tradução no Brasil nos séculos XX e XXI**. Florianópolis: PGET/UFSC, 2013, p. 121-134.

_____. Um modelo de competência tradutória aplicado à construção de um currículo de bacharelado. **Scriptorium**, Porto Alegre: PUC. (no prelo).

BEVILACQUA, C. R. et al. Combinatórias Léxicas da Linguagem Legislativa: uma abordagem orientada pelo *corpus*. In: MURAKAVA, C. A. A.; NADIN, O. L. (Org.) **Terminologia: uma ciência interdisciplinar**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013, p. 227-244.

BOULANGER, J.-C. Néologie et terminologie. **Néologie en Marche**, Montréal, v. 4, p. 9-116, 1979.

CABRÉ, M. T. **La terminología, representación y comunicación**: elementos para una teoría de base comunicativa y otros artículos. Barcelona: IULA, 1999.

_____. Terminologie et linguistique: la théorie des portes. **Terminologies nouvelles**, Bruxelles, n. 21, p. 10-15, 2000.

_____. Sumario de principios que configuran la nueva propuesta teórica y consecuencias metodológicas. In: CABRÉ, M. T.: FELIU, J. (Ed.). **La terminología científico-técnica: reconocimiento, análisis y extracción de información formal y semántica**. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra, 2001a, p. 17-25.

_____. Consecuencias teóricas de la propuesta metodológica. In: CABRÉ, M. T.: FELIU, J. (Ed.). **La terminología científico-técnica: reconocimiento, análisis y extracción de información formal y semántica**. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra, Institut Universitari de Lingüística Aplicada, 2001b, p. 27-36.

FREIXA, J. **La variació terminològica: anàlisi de la variació denominativa en textos de diferent grau d'especialització de l'àrea de medi ambient**. 2002. 569 f. Tese (Doutorado em Lingüística Aplicada) – Departament de Filologia Catalana, Universitat de Barcelona. Barcelona, CT, 2003.

HURTADO ALBIR, A. **Traducción y traductología**. Introducción a la traductología. Cátedra: Madrid, 2001.

_____. A aquisição da competência tradutória: aspectos teóricos e didáticos. In: PAGANO, A., MAGALHÃES, C., ALVES, F. (Org.). **Competência em tradução: cognição e discurso**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005, p. 19-57.

KAMPMANN, J. Equivalências tradutórias para Combinatórias Léxicas Especializadas nas legislações ambientais brasileira e alemã. 2016. Pôster apresentado no **XV Simpósio da Rede Ibero-americana de Terminologia**, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

KILIAN, C. K. **A retomada de unidades de significação especializada em textos em língua alemã e portuguesa sobre gestão de resíduos: uma contribuição para a tradução técnico-científica**. 2007. 247 f. Tese (Doutorado em Teoria do Texto e do Discurso) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, 2007.

KRIEGER, M. G. et al. **Glossário de Gestão Ambiental**. São Paulo: Disal, 2007.

KRIEGER, M. G.; FINATTO, M. J. B. **Introdução à terminologia: teoria e prática**. São Paulo: Contexto, 2004.

L'HOMME, M-C. Understanding Specialized Lexical Combinations. **Terminology**, Amsterdam; Philadelphia, v. 6, n. 1, p. 89-110, 2000. <https://doi.org/10.1075/term.6.1.06hom>

NOVAK, J. D.; CAÑAS, A. J. The Theory Underlying Concept Maps and How to Construct and Use Them, Technical Report IHMC CmapTools 2006-01 Rev 01-2008. **Florida Institute for Human and Machine Cognition**, 2008. Disponível em: <http://cmap.ihmc.us/Publications/ResearchPapers/TheoryUnderlyingConceptMaps.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2016.

NOVAK, J. D.; GOWIN, D. B. **Aprendiendo a Aprender**. Barcelona: Martínez Rocca, 1988.

REUILLARD, P. C. R. A tradução dos Seminários de Jacques Lacan. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, SP, n. 50, v. 2, p. 393-411, 2011.
<https://doi.org/10.1590/S0103-18132011000200010>

REUILLARD, P. C. R.; BEVILACQUA, C. R. Neologia Tradutória. **Conexão Letras**, Porto Alegre, v. 7, n. 7, p. 9-19, 2012.

STOLZE, R. **Die Fachübersetzung**: eine Einführung. Tübingen: Narr, 1999.

Artigo recebido em: 30.01.2017

Artigo aprovado em: 07.04.2017

Competência Tradutória: o desenvolvimento da subcompetência sobre conhecimentos em tradução

Translation Competence: the development of the knowledge about translation subcompetence

Tânia Liparini Campos*
Luciane Leipnitz**

RESUMO: Este artigo apresenta um recorte do projeto Competência Tradutória e Formação de Tradutores: o desenvolvimento das subcompetências específicas do tradutor (CNPq 485158/2013-2), cujo objetivo é investigar o desenvolvimento da competência tradutória em um grupo de tradutores em formação, a partir de um estudo longitudinal de abordagem processual. Serão discutidos aqui os resultados – obtidos na primeira e segunda etapa do projeto – relativos ao desenvolvimento da subcompetência sobre conhecimentos em tradução. Para a coleta e análise dos dados sobre conhecimentos em tradução, seguimos a metodologia de PACTE (2008). Esses dados foram cruzados com a avaliação da qualidade das traduções, realizada com base nos critérios de PACTE (2011b) e na ferramenta de avaliação *Translation Quality Assessment Tool* (COLINA, 2008). Os resultados obtidos até o momento apontam para o progresso no desenvolvimento da subcompetência sobre conhecimentos em tradução dos sujeitos, no período compreendido entre a primeira e a segunda etapa da coleta de dados. A pesquisa se encontra em andamento; espera-se, ao final do projeto, além de confirmar os resultados obtidos até o momento, contribuir para ampliar os conhecimentos sobre aquisição da competência tradutória e fomentar reflexões que levem a melhorias no ensino de tradução.

ABSTRACT: In this article, preliminary results of the project Translation Competence and Translator Training: the development of translator specific subcompetences (CNPq 485158/2013-2) will be presented. The aim of the project is to carry out a longitudinal study with a group of translation students to investigate the development of the translation competence from a cognitive approach. Preliminary results – from the first and second phase of the project – on the development of the knowledge about translation subcompetence will be discussed here. Data on knowledge about translation were collected and analyzed drawing on PACTE (2008). These data were triangulated with data on the quality of the translations produced by the participants. Quality assessment was carried out based on PACTE's (2011b) criteria and on the Translation Quality Assessment Tool developed by Colina (2008). Results point to a progress in the development of the participant's knowledge about translation subcompetence during the period between the first and the second phase of data collection. We expect to confirm the research results obtained here with the completion of this ongoing project. Furthermore, we expect to broaden knowledge on translation competence acquisition and to foster discussions that lead to improvements in translation teaching.

* Professora adjunta do Departamento de Mediações Interculturais da Universidade Federal da Paraíba. Possui doutorado em Linguística Aplicada (linha de pesquisa: Estudos da Tradução) pela Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: tliparini@gmail.com.

** * Professora adjunta do Departamento de Mediações Interculturais da Universidade Federal da Paraíba. Possui doutorado em Linguística, Letras e Artes pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: luciane.leipnitz@gmail.com.

PALAVRAS-CHAVE: Abordagens Cognitivas da Tradução. Formação de Tradutores. Estudo longitudinal.

KEYWORDS: Cognitive Approaches to Translation. Translator Training. Longitudinal Study.

1. Introdução

Com a consolidação dos Estudos da Tradução como campo disciplinar e o surgimento de novos cursos universitários voltados para a formação de tradutores, discussões sobre as habilidades e competências a serem desenvolvidas por futuros profissionais da área vem ganhando cada vez mais espaço, assim como a forma como essas competências e habilidades são desenvolvidas. A competência tradutória foi abordada por teóricos como Shreve (2006), Gonçalves (2003; 2005) e Göpferich (2009) e o grupo PACTE vem conduzindo pesquisas empírico-experimentais sobre competência tradutória e sua aquisição desde 1998 (PACTE, 2003). Essas pesquisas, conduzidas a partir de uma abordagem cognitiva sobre competência tradutória e sua aquisição (PACTE, 2003; 2005; 2008; 2014), têm contribuído para o mapeamento das habilidades e conhecimentos que fazem parte do conhecimento experto em tradução, assim como para a construção de currículos direcionados para a formação de tradutores.

Tendo como base as pesquisas desenvolvidas por PACTE, o projeto *Competência Tradutória e Formação de Tradutores: o desenvolvimento das subcompetências específicas do tradutor* (CNPq 485158/2013-2) tem como principal objetivo investigar a aquisição das subcompetências instrumental, estratégica e sobre conhecimentos em tradução (PACTE, 2003) em um grupo de tradutores em formação brasileiros, a partir de um estudo longitudinal, de três anos de duração (2014-2016), cujas coletas de dados foram realizadas em três etapas. O presente trabalho apresenta os resultados preliminares sobre o desenvolvimento da subcompetência sobre conhecimentos em tradução, obtidos na primeira e segunda etapas do projeto, a partir da aplicação da metodologia de PACTE (2008).

Nas próximas seções, serão apresentados os pressupostos teóricos que fundamentaram a presente pesquisa (seção 2), a metodologia de coleta de dados e os procedimentos de análise adotados (seção 3), a discussão dos resultados preliminares do projeto sobre o desenvolvimento da subcompetência sobre conhecimentos em tradução (seção 4) e algumas considerações finais (seção 5).

2. Pressupostos teóricos

Partindo da premissa de que a tradução é um ato comunicativo, PACTE (2003) toma como base pesquisas sobre competência comunicativa e o conceito de competência como “um sistema de conhecimentos de habilidades subjacentes” (PACTE, 2003, p. 45) para dar início a suas investigações sobre competência tradutória. A partir de estudos da bibliografia sobre competência nas áreas de Pedagogia, Psicologia e Ensino de Línguas, o grupo definiu competência tradutória como “um conjunto de conhecimentos e habilidades subjacentes necessários para realizar uma tarefa de tradução” (PACTE, 2003, p. 47) e elaborou um modelo teórico que serviu de ponto de partida para suas pesquisas sobre aquisição da competência tradutória. O modelo teórico foi reformulado com base nos resultados dos primeiros testes empíricos conduzidos pelo grupo e divulgado no artigo de 2003, *Building a translation competence model*.

O presente trabalho baseia-se no conceito e no modelo de competência tradutória do PACTE (2003), elaborado e validado a partir de dados empíricos, constituído por cinco subcompetências, além dos componentes psicofisiológicos. De acordo com PACTE, as subcompetências que fazem parte da competência tradutória são:

- Subcompetência bilíngue: que consiste em conhecimentos pragmáticos, sociolinguísticos, textuais, gramaticais e lexicais em todas as línguas envolvidas no processo de tradução;
- Subcompetência extralinguística: que consiste em conhecimentos predominantemente declarativos sobre o mundo e sobre assuntos específicos, incluindo conhecimentos culturais e enciclopédicos;
- Subcompetência sobre conhecimentos em tradução: que envolve os conhecimentos teóricos que o tradutor possui a respeito de tradução e da profissão do tradutor;
- Subcompetência instrumental: que está relacionada aos conhecimentos sobre o uso de recursos e fontes de documentação necessários para a realização da tarefa de tradução;
- Subcompetência estratégica: que está relacionada à capacidade do tradutor de gerenciar todo o processo de tradução e coordenar as demais subcompetências durante a realização da tarefa. Essa subcompetência ocupa papel central na competência tradutória, pois é responsável pelo monitoramento das demais subcompetências e por suprir as deficiências em uma ou mais delas. É responsável também pela identificação

de problemas e pelos processos de tomada de decisão, gerenciando, dessa forma, todo o processo tradutório.

Dessas cinco subcompetências, a bilíngue e a extralinguística são compartilhadas por sujeitos bilíngues; as subcompetências que são desenvolvidas especificamente por profissionais de tradução são a instrumental, a estratégica e a sobre conhecimentos em tradução (HURTADO ALBIR, 2005). Por esse motivo, optamos por focar essas três subcompetências em nosso projeto.

De acordo com PACTE (2000) e Beeby et al. (2015), o processo de aquisição da competência tradutória é um processo dinâmico e não linear de reestruturação e desenvolvimento das subcompetências. Ao longo desse processo, a competência pré-tradutória do tradutor em formação evolui para uma competência tradutória desenvolvida.

Para investigar o desenvolvimento da subcompetência sobre conhecimentos em tradução, especificamente, PACTE (2008) e Beeby et al. (2015) utilizam a variável Conhecimento em Tradução, definida como “conhecimentos implícitos do sujeito sobre os princípios norteadores da tradução” (BEEBY et al., 2015, p.35) e cujos indicadores são o Índice Dinâmico do Conhecimento de Tradução e o Coeficiente de Coerência do Conhecimento de Tradução, calculados a partir das respostas dadas pelos sujeitos no questionário sobre conhecimentos em tradução, elaborado pelo próprio PACTE (2008).

O Índice Dinâmico do Conhecimento de Tradução indica se o sujeito tem um conceito mais dinâmico ou mais estático da tradução. O conceito dinâmico de tradução corresponde a uma visão desta como sendo uma atividade textual, de comunicação, que requer interpretação e está atrelada ao propósito/à função comunicativa do texto. O conceito estático de tradução corresponde a uma visão desta como uma atividade linguística e que requer literalidade. Em suas investigações sobre a competência tradutória, PACTE (2003) realizou um experimento com dois perfis de sujeito: um grupo de tradutores e tradutoras profissionais e um grupo de sujeitos bilíngues sem experiência profissional com tradução. A comparação entre profissionais da tradução e bilíngues sem experiência profissional com tradução permitiu identificar as competências e habilidades específicas relacionadas à expertise em tradução. De acordo com os resultados de PACTE (2008, p. 115), tradutores profissionais tendem a apresentar um conceito mais dinâmico da tradução do que sujeitos bilíngues sem experiência em tradução.

“O Coeficiente de Coerência do Conhecimento de Tradução indica se a noção que os sujeitos têm a respeito dos diferentes aspectos da tradução é consistentemente dinâmica ou estática.” (BEEBY et al., 2015, p. 35). De acordo com os estudos do grupo, tradutores profissionais tendem a apresentar um conceito consistentemente dinâmico da tradução, enquanto sujeitos bilíngues sem experiência em tradução tendem a apresentar um conceito consistentemente estático da tradução (PACTE, 2008, p. 115).

Em sua pesquisa sobre aquisição da competência tradutória – uma simulação de um estudo longitudinal, tendo como sujeitos cinco grupos de tradutores em formação, compostos por estudantes do 1º, 2º, 3º e 4º anos do curso de tradução da Universidade Autônoma de Barcelona e recém-graduados –, Beeby et al. (2015, p. 51) concluiu que “progressão em termos de desenvolvimento de um conceito (...) dinâmico da tradução é uma característica da aquisição da competência tradutória”.

A qualidade do produto final das traduções, que PACTE (2014) e Castillo (2015) relacionam à sua aceitabilidade, também é uma das variáveis consideradas pelo grupo em seus estudos sobre competência tradutória e sua aquisição. A qualidade do produto final é analisada a partir da classificação da solução de tradução para pontos pré-selecionados do texto fonte, denominados *rich-points*. Cada solução de tradução apresentada para um *rich-point* é classificada como “aceitável”, “parcialmente aceitável” ou “não aceitável”, conforme os seguintes critérios: 1) o significado do texto-fonte; 2) a função da tradução (tendo em vista o contexto delimitado por instruções da tradução, expectativas do público-alvo, gênero e convenções da cultura-alvo); 3) o uso apropriado da língua (gramática, ortografia, sintaxe) (PACTE, 2011b, p. 326-327).

Em nosso projeto, adotamos as mesmas variáveis utilizadas por PACTE para nossa investigação da subcompetência sobre conhecimentos em tradução. Em relação à análise da qualidade do produto final, no entanto, no lugar de analisar *rich-points*, optamos por analisar os textos completos, a partir da ferramenta TQA Tool (*Translation Quality Assessment Tool*), elaborada por Colina (2008) com base em uma abordagem funcionalista/componencial. A ferramenta tem como parâmetro o quanto a tradução atende ao propósito comunicativo estabelecido e às expectativas do público alvo pretendido. Os componentes levados em consideração na avaliação por meio da TQA Tool são: 1) língua-alvo; 2) adequação textual-funcional; 3) conteúdo não especializado; 4) conteúdo especializado.

Com base, portanto, nos fundamentos expostos nesta seção, foi realizado um experimento para investigar a aquisição das subcompetências específicas do tradutor, conforme os procedimentos de coleta de dados e de análise detalhados na seção a seguir.

3. Metodologia

A coleta de dados do projeto *Competência Tradutória e Formação de Tradutores: o desenvolvimento das subcompetências específicas do tradutor* (CNPq 485158/2013-2) foi conduzida em três etapas e consistiu na aplicação de questionários e na realização de três tarefas de tradução por etapa. Foram utilizados textos-fonte com três níveis distintos de dificuldade: fácil, difícil e muito difícil. O presente trabalho apresenta os resultados preliminares sobre o desenvolvimento da subcompetência sobre conhecimentos em tradução, obtidos na primeira e segunda etapas do projeto. Foi aplicado o questionário sobre conhecimentos em tradução elaborado por PACTE (2008) a um grupo de seis alunos de um curso de graduação em tradução no início do 1º ano e no meio do 2º ano do curso. Os dados do questionário foram cruzados com a avaliação do produto final das traduções produzidas pelos sujeitos. A avaliação foi realizada com base nos critérios de PACTE (2011b) e na ferramenta de avaliação *Translation Quality Assessment Tool* (COLINA, 2008).

Partindo da hipótese de que os sujeitos investigados apresentarão indícios de desenvolvimento da competência tradutória – e da subcompetência sobre conhecimentos em tradução especificamente – ao longo de sua formação como tradutor, os objetivos específicos desta etapa da pesquisa foram:

- Comparar o Índice Dinâmico do Conhecimento de Tradução dos sujeitos nas fases 1 e 2 do experimento;
- Comparar o Coeficiente de Coerência do Conhecimento de Tradução dos sujeitos nas fases 1 e 2 do experimento;
- Cruzar os resultados sobre os conhecimentos em tradução dos sujeitos com dados sobre a qualidade das traduções produzidas por eles para averiguar se progressos nos índices relativos à subcompetência sobre conhecimentos em tradução co-ocorrem com aumento na qualidade da tradução.

Nas próximas subseções serão apresentados detalhes da coleta de dados do projeto e dos procedimentos de análise dos dados apresentados neste artigo.

3.1 Coleta de dados

Conforme mencionado, a coleta de dados ocorreu em três fases. A primeira etapa foi realizada em abril de 2014 (início do 1º período letivo do curso para os sujeitos da pesquisa), a segunda fase da coleta ocorreu em dezembro de 2015 (final do 3º período letivo do curso para os sujeitos) e a terceira fase em dezembro de 2016 (final do 5º período letivo do curso para os sujeitos)¹. A seguir, apresentaremos sucintamente o perfil dos sujeitos da pesquisa, os instrumentos e os procedimentos de coleta utilizados.

Foram selecionados seis estudantes de um curso de graduação em tradução. Todos os sujeitos são falantes nativos do português brasileiro e, na ocasião da primeira fase da coleta, haviam acabado de ingressar em um curso de graduação de tradução, não possuíam nenhuma experiência profissional como tradutores/as e possuíam conhecimentos de nível básico/intermediário na língua estrangeira (inglês)². Para nos referir aos sujeitos, utilizaremos as siglas S01, S02, S03, S04, S05 e S06. Todos os seis sujeitos participaram da primeira fase da coleta. Devido a fatores como desistência do curso e trancamento de matrícula, alguns sujeitos não participaram das fases seguintes da coleta de dados. A segunda fase foi realizada com os sujeitos S01, S02, S05 e S06 e a terceira fase com os sujeitos S01, S02 e S05.

Para cada fase da coleta de dados foram selecionados três textos escritos originalmente em inglês: um script para legenda (LEG), um texto jornalístico (JOR) e um texto técnico-científico (TEC). Os textos LEG 1, JOR 1 e TEC 1 foram traduzidos na primeira fase, os textos LEG 2, JOR 2 e TEC 2 foram traduzidos na segunda fase e os textos LEG 3, JOR 3 e TEC 3 foram traduzidos na terceira fase. As principais características dos textos-fonte estão listadas na tabela 1³. O nível de complexidade dos textos foi calculado a partir do indicador *Flesch Kincaid Reading Ease* (FLESCH, 1974). Para todas as etapas da coleta, foi selecionado um texto fácil (LEG), um texto difícil (JOR) e um texto muito difícil (TEC).

Cada fase da coleta de dados consistiu no preenchimento do questionário sobre conhecimentos em tradução (PACTE, 2008)⁴, seguido de três tarefas de tradução, realizadas

¹ A segunda e terceira fases da coleta de dados, anteriormente previstas para julho de 2015 e junho de 2016, respectivamente, precisaram ser adiadas devido à greve de professores de 2015 na universidade onde os sujeitos de pesquisa frequentam o curso de graduação em tradução.

² Os dados detalhados dos questionários sobre o perfil do tradutor preenchidos pelos sujeitos antes do início da coleta de dados estão disponíveis em: Liparini Campos, Braga e Leipnitz (2015).

³ As características dos textos utilizados na terceira fase da coleta de dados não foram inseridas na tabela 1, pois os dados desta fase não serão abordados neste artigo.

⁴ Foi utilizada uma versão traduzida para o português do questionário sobre conhecimentos de tradução, disponível em PACTE (2008, p. 121-124).

em intervalos de um a dois dias, ou seja, a cada etapa, houve o preenchimento do questionário e a tradução de três textos: uma legenda, um texto jornalístico e um texto técnico-científico. No primeiro encontro, os sujeitos traduziram o texto jornalístico, no segundo encontro o texto para legendas e, por fim, o texto técnico-científico. A mesma ordem foi seguida nas etapas 2 e 3 da coleta de dados. O limite de tempo para a tradução de cada texto foi de 1 hora e 30 minutos e não havia restrições quanto ao uso de fontes de documentação.

Tabela 1 – Características dos textos-fonte.

Texto	Tipo de texto	Tamanho	Área temática	Nível de complexidade ⁵	Propósito comunicativo	Público alvo
LEG 1	Legenda (operativo)	111 palavras	Ficção (filme Godzilla)	Fácil (80,8)	Divulgar	Geral
LEG 2	Legenda (operativo)	206 palavras	Ação (filme Soldados de Benghazi)	Fácil (77,6)	Divulgar	Geral
JOR 1	Jornalístico (informativo)	205 palavras	Economia (acusação contra Herbalife)	Difícil (53,0)	Informar	Geral
JOR 2	Jornalístico (informativo)	196 palavras	Economia (situação da Goldman Sachs)	Difícil (45,6)	Informar	Geral
TEC 1	Técnico-científico (informativo)	177 palavras	Medicina comportamental (solidão e saúde cardiovascular)	Muito difícil (14,2)	Informar	Especialistas da área de medicina
TEC 2	Técnico-científico (informativo)	166 palavras	Medicina (dor abdominal funcional)	Muito difícil (9,7)	Informar	Especialistas da área de medicina

Fonte: elaborada pelas autoras.

Todos os textos foram traduzidos no programa Translog, que registra todos os movimentos de teclado e o tempo despendido no processo de tradução. Também foi utilizado o programa Camtasia® para gravar as demais atividades dos sujeitos no computador, como, p.e., consultas a páginas da internet e ferramentas de auxílio ao tradutor disponíveis *online*. Para registro das atividades realizadas fora do computador durante o processo de tradução, como consultas a fontes impressas (dicionários e gramáticas), foram utilizadas planilhas de observação. As planilhas de observação foram preenchidas manualmente pelas próprias pesquisadoras, que observaram o processo de tradução durante sua execução. Por fim, ao

⁵ O cálculo foi realizado automaticamente por meio da ferramenta disponível em: www.editcentral.com.

término de cada tarefa de tradução, solicitou-se aos sujeitos que preenchessem um questionário sobre problemas de tradução (PACTE, 2011a)⁶, em que puderam registrar o grau de dificuldade que sentiram ao traduzir cada texto, os principais problemas encontrados e as estratégias adotadas para solucioná-los.

3.1 Procedimentos de análise

Neste artigo, serão apresentados os resultados das fases 1 e 2 do projeto para as variáveis Conhecimento em Tradução e Qualidade do Produto Final, cujos procedimentos de análise serão descritos nesta subseção.

Para análise da variável Conhecimento em Tradução, seguimos a metodologia de Beeby et al. (2015) para calcular o Índice Dinâmico e o Coeficiente de Coerência dos sujeitos⁷, a partir das respostas obtidas no questionário sobre conhecimentos em tradução. O Índice Dinâmico de Tradução pode variar de -1 a +1. Quanto mais próximo do valor -1, mais estático é o conceito de tradução do sujeito, ao passo que quanto mais próximo de +1, mais dinâmico. Valores próximos de 0 indicam um conceito de tradução ambivalente (BEEBY et al., 2015, p. 37-38). Ao Coeficiente de Coerência pode ser atribuído o valor 0, 0,5 ou 1,0. Um Coeficiente de Coerência de valor 1,0 indica que o conceito de tradução do sujeito é consistente, seja ele dinâmico ou estático, um Coeficiente de Coerência de valor 0,5 indica um conceito de tradução mais ou menos consistente e um Coeficiente de Coerência de valor 0 indica um conceito de tradução completamente inconsistente (BEEBY et al., 2015, p. 38-39).

Para análise da Qualidade do Produto Final, adotamos os critérios de avaliação de PACTE (2011b) e a ferramenta TQA Tool (COLINA, 2008), mencionados na seção 2 deste artigo⁸. Ao final da avaliação, cada tradução recebeu uma nota entre 1,00 (valor mínimo) e 4,00 (valor máximo), correspondente a um parecer final, conforme exposto na tabela 2.

⁶ Foi utilizada uma versão traduzida para o português do questionário sobre problemas de tradução, disponível em PACTE (2011a).

⁷ Resultados preliminares, da primeira fase, do questionário sobre conhecimentos em tradução foram divulgados em: Liparini Campos, Braga e Leipnitz (2015).

⁸ Conferir Liparini Campos, Leipnitz e Braga (no prelo) para detalhes sobre os procedimentos de avaliação das traduções.

Tabela 2 – Categorias de parecer conclusivo.

Nota	Parecer conclusivo
1,00 a 1,75	Tradução precisa ser refeita
1,76 a 2,50	Tradução necessita de revisão substancial
2,51 a 3,25	Tradução necessita de pouca revisão
3,26 a 4,00	Tradução adequada

Fonte: elaborada pelas autoras.

Os resultados dos sujeitos para cada um dos indicadores (Índice Dinâmico, Coeficiente de Coerência e Qualidade) foram contrastados entre si. Compararam-se também os dados da fase 1 com os dados da fase 2, a partir da média dos sujeitos. Por fim, tentou-se estabelecer correlação entre os indicadores da variável Conhecimento em Tradução com a Qualidade do Produto Final.

Na próxima seção, apresentamos os resultados das variáveis Conhecimento em Tradução e Qualidade do Produto Final para as fases 1 e 2 do projeto. É preciso ressaltar, no entanto, que os dados dos sujeitos S03 e S04 foram desconsiderados para o cálculo da média na fase 1 e para fins de comparação entre os dados das fases 1 e 2, pois esses sujeitos não participaram da segunda fase da pesquisa. Na ocasião da segunda fase da coleta de dados, esses dois sujeitos haviam concluído apenas em torno de 5% da carga horária total das disciplinas que deveriam ter sido cursadas entre o 1º e 3º período do curso e tiveram que ser descartados.

4. Apresentação e discussão dos resultados

4.1 Dados sobre o histórico escolar

No intervalo de 20 meses entre a primeira e a segunda fase da coleta de dados, os sujeitos de pesquisa cursaram três períodos letivos do curso de tradução⁹, para o qual estava previsto no projeto pedagógico do curso um total de 18 disciplinas, completando carga horária de 1.080 horas. Os detalhes das disciplinas cursadas estão apresentados na tabela 3.

⁹ Os três períodos letivos foram cursados em um intervalo de 20 meses devido à greve de professores da universidade na qual os sujeitos estão matriculados, que durou quatro meses.

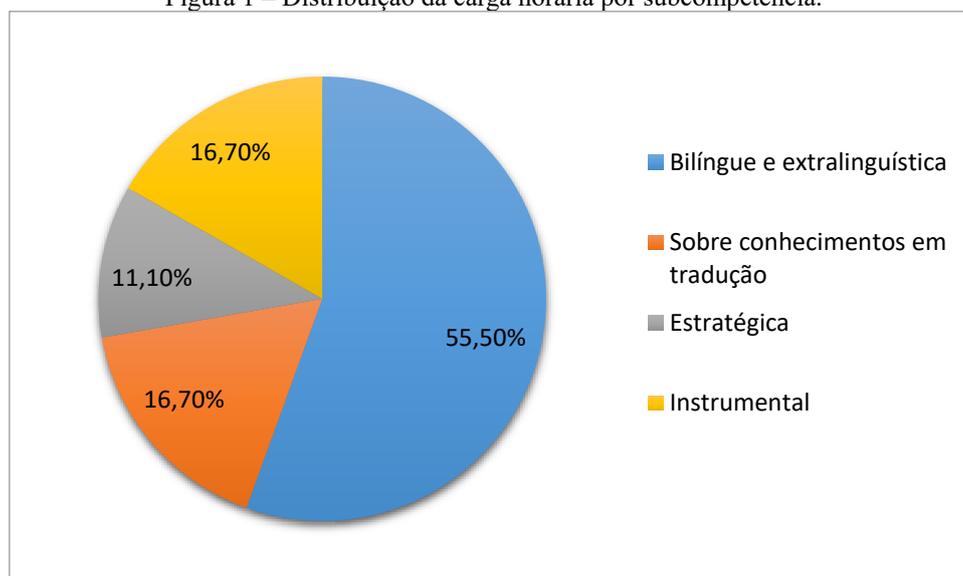
Tabela 3 – Perfil do conjunto de disciplinas previstas para os três primeiros períodos do curso de tradução no qual os sujeitos estão matriculados.

Tipo ¹⁰	Quantidade	Carga horária total	Subcompetências abordadas
Língua estrangeira	4	240h	Bilíngue e extralinguística
Língua materna	3	180h	Bilíngue e extralinguística
Teorias do texto	2	120h	Bilíngue e extralinguística
Teorias da tradução	3	180h	Sobre conhecimentos em tradução
Prática de tradução	2	120h	Estratégica
Ferramentas de tradução	3	180h	Instrumental
Metodologia do trabalho científico	1	60h	Extralinguística

Fonte: elaborada pelas autoras.

A figura 1 apresenta a distribuição da carga horária das disciplinas dos três primeiros períodos do curso destinada ao desenvolvimento de cada uma das subcompetências tradutórias. Podemos observar que as principais subcompetências abordadas nas disciplinas cursadas pelos sujeitos de pesquisa no período entre a primeira e segunda fase da pesquisa são a bilíngue e a extralinguística, que correspondem a mais da metade da carga horária (55,5%). Ao desenvolvimento da subcompetência sobre conhecimentos em tradução, especificamente, são dedicados 16,7% da carga horária total do curso nos primeiros três períodos.

Figura 1 – Distribuição da carga horária por subcompetência.



Fonte: elaborada pelas autoras.

¹⁰ Cada tipo de disciplina agrupa um conjunto de disciplinas de uma determinada área ou subárea de conhecimento.

Em relação ao desempenho dos sujeitos nas disciplinas cursadas no período compreendido entre as duas coletas de dados, S03 e S04 concluíram apenas uma disciplina de 60h, ou seja, em torno de 5% da carga horária do período; S05 e S06 concluíram em torno de 95% e S01 e S02 concluíram 100% da carga horária total prevista para os 1º, 2º e 3º períodos do curso. Todos os sujeitos que participaram da segunda fase da coleta de dados foram aprovados com notas acima de 7,0 nas três disciplinas que têm como objetivo desenvolver a subcompetência sobre conhecimentos em tradução.

4.2 Variável Conhecimento em Tradução

A tabela 4 apresenta os Índices Dinâmicos dos sujeitos para as fases 1 e 2. A partir desses dados, podemos observar que, na fase 1, o Índice Dinâmico dos sujeitos fica próximo do valor 0, indicando que eles ainda não possuem um conceito claramente dinâmico ou estático da tradução. Na fase 2, podemos observar que houve aumento no valor do Índice Dinâmico de todos os sujeitos, inclusive de S06, cujo Índice Dinâmico aumentou de um valor negativo (-0,2), na fase 1, para o valor 0, na fase 2.

Se considerarmos o Índice Dinâmico médio dos sujeitos nas fases 1 e 2, podemos perceber que houve um aumento de 0,05 para 0,40 de uma fase para a outra. Esse resultado indica que, no intervalo de 20 meses, durante o qual três disciplinas destinadas ao desenvolvimento da subcompetência sobre conhecimentos em tradução foram cursadas, os sujeitos passaram a apresentar um conceito mais dinâmico da tradução. Houve, portanto, no intervalo compreendido entre as duas coletas de dados, aumento no grau de dinamismo do conceito de tradução, em especial no caso dos sujeitos S01 e S02, que correspondem justamente aos dois sujeitos que completaram 100% da carga horária do curso prevista para os três primeiros períodos.

Tabela 4 – Índice Dinâmico (-1/1).

Sujeito	FASE 1	FASE 2
S01	0	0,6
S02	0,1	0,5
S03	0,4	X
S04	0,3	X
S05	0,3	0,5
S06	-0,2	0
Média	0,05	0,4

Fonte: elaborada pelas autoras.

Nossos resultados corroboram os resultados de Beeby *et al* (2015, p. 40), cuja média para o Índice Dinâmico dos estudantes de tradução do 1º e 2º ano do curso de tradução da Universidade Autônoma de Barcelona foram 0,10 e 0,33, respectivamente.

Os resultados para o Coeficiente de Coerência, apresentados na tabela 5, também corroboram os resultados obtidos por Beeby *et al* (2015, p. 40), cuja média para o Coeficiente de Coerência dos estudantes de tradução do 1º e 2º ano do curso de tradução da Universidade Autônoma de Barcelona foram 0,25 e 0,56, respectivamente.

Tabela 5 – Coeficiente de Coerência.

Sujeito	FASE 1	FASE 2
S01	0	0,5
S02	0	0,5
S03	0,5	X
S04	0,5	X
S05	0,5	0,5
S06	0,5	0
Média	0,25	0,38

Fonte: elaborada pelas autoras.

Embora, no caso dos resultados do grupo PACTE divulgados em Beeby *et al* (2015), o aumento do valor do Coeficiente de Coerência médio tenha sido maior em comparação aos nossos resultados, ainda assim pudemos observar que o grau de consistência do conceito de tradução dos sujeitos aumentou da fase 1 para a fase 2.

S06 foi o único sujeito cujo valor para o Coeficiente de Coerência diminuiu de uma fase para a outra. Embora esse dado possa indicar, inicialmente, que houve uma regressão em relação aos conhecimentos em tradução desse sujeito, se interpretarmos os dados da tabela 5 em conjunto com os dados da tabela 4, podemos perceber que esse sujeito, que antes possuía um conceito de tradução estático mais ou menos consistente, na segunda fase parece ter caminhado em direção a um conceito mais ambivalente da tradução (nem estático nem dinâmico). É possível que esse sujeito ainda esteja desenvolvendo, em um ritmo mais lento do que os demais, um conceito mais dinâmico da tradução.

Esses resultados são indícios de que houve progressão no desenvolvimento da subcompetência sobre conhecimentos em tradução dos sujeitos investigados. Os sujeitos passaram de um conceito mais estático e inconsistente da tradução para um conceito mais

dinâmico e consistente da tradução e se aproximaram, dessa forma, do comportamento observado em tradutores profissionais (PACTE, 2008). Esse progresso foi observado após 20 meses de exposição à educação formal em um curso de bacharelado em tradução. Embora, no presente trabalho, não tenha sido investigada a relação direta entre as disciplinas cursadas e as subcompetências desenvolvidas, é possível que as disciplinas do curso, em especial aquelas que abordam aspectos diretamente relacionados à subcompetência sobre conhecimentos em tradução, tenham contribuído para o desenvolvimento dessa subcompetência, indicando que os objetivos do curso estão sendo alcançados.

4.3 Qualidade do Produto Final

As traduções produzidas pelos sujeitos foram avaliadas conforme os resultados apresentados nas tabelas 6, 7 e 8. As traduções do texto LEG, considerado “fácil”, foram avaliadas todas como adequadas ou com necessidade de pouca revisão tanto na fase 1 como na fase 2 (cf. tabela 6).

Tabela 6 – Avaliação das traduções do texto LEG.

Sujeito	FASE 1	FASE 2
S01	3,45 (Tradução adequada)	3,65 (Tradução adequada)
S02	2,75 (Necessita pouca revisão)	3,00 (Necessita pouca revisão)
S03	3,50 (Tradução adequada)	X
S04	2,90 (Necessita pouca revisão)	X
S05	3,80 (Tradução adequada)	3,15 (Necessita pouca revisão)
S06	3,10 (Necessita pouca revisão)	2,95 (Necessita pouca revisão)

Fonte: elaborada pelas autoras.

Com exceção de S05, cuja tradução recebeu uma avaliação pior na segunda fase, as demais traduções não apresentaram diferença na qualidade final de acordo com as avaliações realizadas.

No caso das traduções do texto JOR, considerado “difícil”, podemos observar que os textos de S02 e S06 não apresentaram diferença na qualidade final na fase 2 em comparação com a fase 1 e, enquanto a tradução de S01 foi mais bem avaliada na fase 2 do que na fase 1, mais uma vez a tradução de S05 apresentou piora na qualidade do produto final (cf. tabela 7).

Tabela 7 – Avaliação das traduções do texto JOR.

Sujeito	FASE 1	FASE 2
S01	3,05 (Necessita pouca revisão)	3,45 (Tradução adequada)
S02	2,20 (Necessita rev. substancial)	2,15 (Necessita rev. substancial)
S03	3,80 (Tradução adequada)	X
S04	1,25 (Precisa ser refeita)	X
S05	2,70 (Necessita pouca revisão)	2,00 (Necessita rev. substancial)
S06	2,65 (Necessita pouca revisão)	2,80 (Necessita pouca revisão)

Fonte: elaborada pelas autoras.

Já as avaliações do texto TEC, conforme apresentadas na tabela 8, indicam que, no caso do texto considerado “muito difícil”, pôde ser observada uma melhora na qualidade das traduções produzidas na fase 2 em relação à fase 1. S05, mais uma vez, configura uma exceção, pois não pôde ser observada melhora na qualidade de seu texto de uma fase para a outra.

Tabela 8 – Avaliação das traduções do texto TEC.

Sujeito	FASE 1	FASE 2
S01	2,40 (Necessita rev. substancial)	3,80 (Tradução adequada)
S02	1,70 (precisa ser refeita)	2,70 (Necessita pouca revisão)
S03	4,00 (Tradução adequada)	X
S04	2,30 (Necessita rev. substancial)	X
S05	3,15 (Necessita pouca revisão)	2,55 (Necessita pouca revisão)
S06	2,20 (Necessita rev. substancial)	2,55 (Necessita pouca revisão)

Fonte: elaborada pelas autoras.

A partir da análise da Qualidade do Produto Final, averiguamos que, no caso dos nossos dados, quanto maior o nível de dificuldade do texto, maior foi a diferença observada em relação ao aprimoramento na qualidade da tradução na fase 2. Enquanto na tradução de LEG e JOR não pôde ser observada uma tendência clara à melhora na qualidade da tradução da fase 1 para a fase 2, na tradução de TEC, o produto final de todos os sujeitos, com exceção de S05, foram mais bem avaliados na fase 2 em relação à fase 1. Por um lado, parece que o texto LEG não apresentou nenhum desafio de tradução aos sujeitos desde o primeiro momento e que eles já possuíam as habilidades necessárias para traduzi-lo de forma adequada. Por outro lado, o texto JOR, apesar de ter apresentado desafios e as avaliações atribuídas na primeira fase não terem sido tão boas se comparadas às notas atribuídas às traduções de LEG, apenas a tradução do sujeito S01 para esse texto apresentou melhora significativa na avaliação. Já os dados da variável Qualidade do Produto Final para as traduções do texto TEC indicam que as disciplinas cursadas no período compreendido entre as duas fases da coleta podem ter contribuído para melhorar a capacidade dos sujeitos de traduzir textos técnico-científicos. É importante ressaltar

que uma das duas disciplinas de prática ministradas nesse período é justamente uma disciplina de prática de tradução de textos técnico-científicos.

Se cruzarmos os dados da variável Qualidade do Produto Final com os resultados da variável Conhecimento em Tradução, podemos observar que as traduções do sujeito S05, que não apresentou variação significativa no Índice Dinâmico e no Coeficiente de Coerência de uma fase para outra (cf. tabelas 4 e 5), foram as que receberam avaliação pior na segunda fase em relação à primeira. Aparentemente, esse foi o único sujeito que não apresentou a mesma tendência dos demais de progredir de uma fase para a outra. Por outro lado, os dados dos sujeitos S01, S02 e S06 apresentaram indícios de progressão em relação às duas variáveis (Conhecimento em Tradução e Qualidade do Produto Final), indicando uma possível correlação entre progressão para um conceito dinâmico da tradução e melhora na qualidade do produto final.

5. Considerações finais

Os resultados preliminares do projeto apontam que, no segundo ano do curso, os sujeitos tenderam a apresentar um conceito mais dinâmico e coerente da tradução em comparação ao momento de ingresso no curso, indicando progresso no desenvolvimento da subcompetência sobre conhecimentos em tradução. Foi observada melhora na qualidade das traduções de nível de dificuldade maior, enquanto a qualidade das traduções dos textos com nível de dificuldade fácil e difícil não apresentou variação. O projeto se encontra em andamento e será necessário finalizar a análise dos dados da terceira etapa, coletados em dezembro de 2016, para confirmar as tendências apresentadas aqui e verificar se o aumento na qualidade das traduções tende a ocorrer com um conceito mais dinâmico da tradução.

Pesquisas sobre a aquisição da competência tradutória, em especial as que partem de uma abordagem cognitiva, são escassas e os primeiros resultados das investigações conduzidas pelo grupo PACTE apontam para sua importância para a área de didática de tradução e formação de tradutores, pois revelam características específicas da expertise em tradução. Conforme apontam os resultados (PACTE, 2003; 2005; 2008; 2014; BEEBY et al., 2015; CASTILLO, 2015), a formação do profissional da área de tradução precisa levar em consideração aspectos relativos ao desenvolvimento de subcompetências que vão além das competências linguísticas e extralinguísticas. Nesse sentido, espera-se, com os resultados obtidos neste estudo, realizado no contexto de uma universidade brasileira, contribuir para

ampliar os conhecimentos sobre aquisição da competência tradutória e fomentar reflexões que levem a melhorias no ensino de tradução.

Os resultados do projeto também podem contribuir para a avaliação e o aprimoramento do projeto pedagógico do curso onde os sujeitos estão matriculados e servir de base para a produção de material didático para formação de tradutores que contemple o desenvolvimento das subcompetências tradutórias e eventuais deficiências observadas.

Algumas reflexões levantadas, a partir dos resultados obtidos até o momento, dizem respeito à articulação entre elaboração curricular e desenvolvimento das subcompetências tradutórias. O projeto pedagógico do curso onde os sujeitos estão matriculados foi desenhado para que cada componente curricular contribua para o desenvolvimento de uma ou mais subcompetências. Embora o processo de ensino/aprendizagem ocorra de forma integrada, cada componente curricular enfoca uma ou duas subcompetências específicas e os resultados preliminares das fases 1 e 2 do projeto indicam que o objetivo de desenvolver a subcompetência sobre conhecimentos em tradução está sendo alcançado. Caso, com a conclusão do projeto, sejam identificadas deficiências no desenvolvimento de alguma das demais subcompetências, os resultados poderão servir de base para a realização de ajustes no projeto curricular.

Outro aspecto a ser considerado, a partir dos resultados expostos aqui, diz respeito à variação no desenvolvimento da competência entre um sujeito e outro. O sujeito S06, por exemplo, apresenta índices inferiores aos demais sujeitos em relação à subcompetência sobre conhecimentos em tradução e à qualidade do produto final, porém, foi observado progresso nos índices desse sujeito da fase 1 para a fase 2. Já o sujeito S05 apresentou, desde a primeira fase, índices semelhantes ou mais altos do que os demais sujeitos, mas não houve progresso de uma fase para a outra. Como lidar com essas diferenças ao longo da formação, para que todos tenham condições favoráveis e espaço para evoluir no aprendizado de acordo com o próprio ritmo, é uma questão importante a ser colocada e pensada.

Por fim, foi observado que nem sempre há melhora na qualidade das traduções produzidas, a depender do tipo de texto traduzido. Enquanto na tradução do texto técnico-científico foi observada uma tendência à produção de traduções de maior qualidade na fase 2 em relação à fase 1, no caso do texto jornalístico, que, diferentemente do texto para legenda, já apresentava desafios na primeira etapa da coleta de dados, não foi observada essa mesma tendência. Isso pode ser um indício de que o texto jornalístico – suas características e especificidades – não tenha sido diretamente abordado na formação dos sujeitos (a disciplina

de Prática de Tradução em Mídia Impressa e Digital ainda não havia sido cursada pelos sujeitos na ocasião da 2ª fase da coleta) e aponta para a necessidade de se trabalhar gêneros e tipos textuais específicos nas práticas de tradução.

Esperamos, com o encerramento do projeto, futuramente, poder tirar conclusões mais sólidas e trazer novos dados para aprofundar a discussão e as reflexões já levantadas nesta etapa da pesquisa.

Referências

BEEBY, A.; CASTILLO, L.; FOX, O.; GALÁN MAÑAS, A.; HURTADO ALBIR, A.; KUZNIK, A.; MASSANA, G.; NEUNZIG, W.; OLLALA, Ch.; RODRIGUEZ INÉS, P.; ROMERO, L. Results of PACTE's experimental research on the acquisition of translation competence: The acquisition of declarative and procedural knowledge in translation. The dynamic translation index. **Translation Spaces**, Amsterdam; Philadelphia, v. 4, n. 1, p. 29-53, 2015. <https://doi.org/10.1075/ts.4.1.02bee>

CASTILLO, L. M. Acquisition of translation competence and translation acceptability: an experimental study. **Translation & Interpreting**, Sydney, v. 7, n. 1, p. 72-85, 2015.

COLINA, S. Translation Quality Evaluation: empirical evidence for a functionalist approach. **The Translator**, London, v. 14, n. 1, p. 97-134, 2008. <https://doi.org/10.1080/13556509.2008.10799251>

GONÇALVES, J. L. V. R. **O Desenvolvimento da Competência do Tradutor**: investigando o processo através de um estudo exploratório-experimental. 2003. 152 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG, 2003.

_____. O desenvolvimento da competência do tradutor: em busca de parâmetros cognitivos. In: PAGANO, A.; MAGALHÃES, C.; ALVES, F. (Org.). **Competência em Tradução**: cognição e discurso. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005, p. 59-90.

GÖPFERICH, S. Towards a model of translation competence and its acquisition: the longitudinal study TransComp. In: GÖPFERICH, S.; JAKOBSEN, A. L.; MEES, I. M. (Ed). **Behind the Mind**: Methods, models and results in translation process research. Copenhagen: Samfundslitteratur, 2009, p. 11-37.

HURTADO ALBIR, A. A aquisição da competência tradutória: aspectos teóricos e didáticos. In: PAGANO, A.; MAGALHÃES, C.; ALVES, F. **Competência em Tradução**: cognição e discurso. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005, p. 19-57.

LIPARINI CAMPOS, T.; BRAGA, C.; LEIPNITZ, L. Subcompetência sobre conhecimentos em tradução: resultados da primeira fase de um estudo longitudinal. **Graphos**, João Pessoa, v. 17, n. 1, p. 131-145, 2015.

LIPARINI CAMPOS, T.; LEIPNITZ, L.; BRAGA, C. Avaliação da Qualidade da Tradução: resultados da primeira fase de um estudo longitudinal sobre a aquisição da competência tradutória (no prelo).

PACTE. Acquiring translation competence: hypotheses and methodological problems in a research project. In: BEEBY, A.; ENSINGER, D.; PRESAS M. **Investigating Translation**. Amsterdam: John Benjamins, 2000, p. 99-106.

_____. Building a translation competence model. In: ALVES, F. **Triangulating Translation: Perspectives in process oriented research**. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 2003, p. 43-66. <https://doi.org/10.1075/btl.45.06pac>

_____. Investigating Translation Competence: Conceptual and Methodological Issues. **Meta**, Montréal, v. 50, n. 2, p. 609-619, 2005. <https://doi.org/10.7202/011004ar>

_____. First Results of a Translation Competence Experiment: ‘Knowledge of Translation’ and ‘Efficacy of the Translation Process’. In: KEARNS, J. **Translator and Interpreter Training: Issues, Methods and Debates**. London: Continuum International Publishing Group, 2008, p. 104-126.

_____. Results of the Validation of the PACTE Translation Competence Model: Translation Project and Dynamic Translation Index. In: O’BRIEN, S. **IATIS Yearbook 2010**. London: Continuum, 2011a, p. 30-53.

_____. Results of the Validation of the PACTE Translation Competence Model: Translation Problems and Translation Competence. In: ALVSTAD, C.; HILD, A.; TISELIUS, E. **Methods and Strategies of Process Research: integrative approaches in translation studies**. Amsterdam: John Benjamins, 2011b, p. 317-343.

_____. First Results of PACTE Group’s Experimental Research on Translation Competence Acquisition: The Acquisition of Declarative Knowledge of Translation. **MonTI. Monografías de Traducción e Interpretación**, Alicante, v. esp., p. 85-115, 2014. <https://doi.org/10.6035/http://dx.doi.org/10.6035/MonTI.2014.ne1.2>

SHREVE, G. M. The deliberate practice: translation and expertise. **Translation Studies**, London, v. 9, n. 1, 2006, p. 27-42.

Artigo recebido em: 22.03.2017

Artigo aprovado em: 03.04.2017

A expertise por interação como condicionante da competência do tradutor de textos técnicos e científicos

Interactional expertise as a determiner of specialized translator's competence

Igor A. Lourenço da Silva*
Francine de Assis Silveira**

RESUMO: O presente artigo apresenta uma reflexão inicial sobre o papel da expertise por interação como componente necessário da competência do tradutor de textos técnicos e científicos. Mais especificamente, com base no modelo de expertise, preconizado por Collins e Evans (2007, 2010), e na noção de escrita mediante transformação do conhecimento, trazida por Scardamalia e Bereiter (1991), propõe-se que a interação entre tradutor e especialista em atividades de prática deliberada (ERICSSON; CHARNESSE, 1997) fomenta processos tradutórios que levam à produção de textos de chegada adequados às expectativas das comunidades discursivas a que se destinam. Exemplos são apresentados para mostrar a pertinência da proposta e evidenciar que a expertise por interação é necessária para o sucesso da prática tradutória e para a elaboração de tarefas de prática deliberada voltadas à formação e à especialização de tradutores.

PALAVRAS-CHAVE: Tradução de textos especializados. Expertise em tradução. Conhecimento especializado. Expertise por interação.

ABSTRACT: This article provides some insights into the role of interactional expertise as a necessary component of the specialized translator's competence. More specifically, it proposes that the interaction between translator and field specialist through deliberate practice-oriented activities (ERICSSON; CHARNESSE, 1997) stimulates the production of target texts that are adequate to the expectations of their target discourse communities. Such a proposal builds on Collins and Evans's (2007, 2010) model of expertise and on Scardamalia and Bereiter's (1991) notion of writing as the transformation of existing knowledge. Some examples are provided to support the proposal and show the relevance of interactional expertise to a successful translation practice and to the design of deliberate practice-oriented tasks aimed at training and specializing translators.

KEYWORDS: Specialized text translation. Translation expertise. Specialized knowledge. Interactional expertise.

1. Introdução

Como aponta Byrne (2006), grande parte do trabalho realizado na área de tradução especializada tem se restringido a questões terminológicas ou de cunho técnico-tecnológico,

* Professor Adjunto da Universidade Federal de Uberlândia. Leciona no Bacharelado em Tradução e é membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da referida instituição. E-mail: ials@ufu.br / ialsigor@gmail.com.

** Professora Adjunta da Universidade Federal de Uberlândia, onde leciona no Bacharelado em Tradução. E-mail: francinesilveira@ufu.br.

como o uso de memórias de tradução ou tradução automática. No entanto, salienta Byrne (2006), a tradução especializada é um objeto de estudo muito mais promissor do que se imagina, sobretudo tendo em vista as suas raízes na tradução comercial e na comunicação técnica e a estimativa de que a tradução especializada responde por cerca de 90% das traduções realizadas anualmente (KINGSCOTT, 2002, p. 247).

No meio acadêmico-científico brasileiro, um tipo peculiar de tradução especializada tem-se mostrado cada vez mais relevante: a tradução de textos técnicos e de textos científicos para a língua inglesa (OLOHAN, 2008; VASCONCELOS; SORENSON; LETA, 2007; MENEGHINI; PACKER, 2007; MCKAY, 2002; CRISTAL, 1988). Trata-se de um tipo de tradução inversa (*i.e.*, da língua materna para a língua estrangeira) – modalidade de tradução a que a literatura em estudos da tradução tem dedicado pouca atenção, destacando-se como principais trabalhos Beeby (1996) e Campbell (1998) e, mais recentemente, um interesse renovado do Laboratório Experimental de Tradução (LETRA/FALE/UFMG), com trabalhos como Buchweitz e Alves (2006), da Silva (2007), Pagano e da Silva (2008), Lima (2008), Ferreira (2010, 2013) e da Silva et al. (2017), aos quais também se junta a pesquisa de Ferreira et al. (2016). Como revela a experiência do primeiro autor deste artigo junto a pesquisadores do Núcleo de Ações e Pesquisa em Apoio Diagnóstico (NUPAD) – núcleo de excelência, com reconhecimento nacional e internacional e diversos projetos desenvolvidos com outros países –, trata-se de um mercado não regulamentado, no qual os pesquisadores têm dificuldade em encontrar profissionais realmente capacitados, tanto do ponto de vista do domínio das particularidades do gênero acadêmico e técnico em inglês quanto do ponto de vista do entendimento do texto de partida. Muitos, como apontam da Silva (2007) e Pagano e da Silva (2008), preferem envidar esforços na tradução ou produção dos próprios textos após experiências frustradas com tradutores. Parte significativa deles inclusive mostra-se capaz de entregar produtos tradutórios mais adequados ou mais bem aceitos do que os dos próprios tradutores (BRAGA, 2012).

Partindo-se do que sugerem Collins e Evans (2010) com os conceitos de *expertise por interação* e *expertise contributiva* – conceitos esses desenvolvidos no âmbito de uma abordagem sociológica –, não é surpresa que haja pesquisadores brasileiros que se sobressaiam na realização de tarefas tradutórias. Em termos gerais, a *expertise contributiva* consiste naquilo de que um indivíduo precisa para realizar uma atividade com competência, e a *expertise por interação* é aquilo que permite a revisores, jornalistas, sociólogos e tradutores realizar boa parte

de suas tarefas, após conversas e interações com aqueles que têm expertise contributiva. Enquanto a primeira capacita o indivíduo a atuar diretamente no próprio domínio de expertise (e.g., operar um paciente), a segunda implica conhecimentos enciclopédicos e domínio da *linguagem* sem a contrapartida da expertise na *prática* dessa área. Na condição de expertos contributivos, os pesquisadores brasileiros dominam a linguagem e o discurso acadêmico não apenas em português, mas também em língua inglesa, haja vista que essa vem se tornando condição *sine qua non* para a sua inserção nos circuitos internacionais de publicação e divulgação científica (VASCONCELOS; SORENSON; LETA, 2007). Não obstante, há de se considerar, conforme relatos informais de pesquisadores do NUPAD, que a tarefa de produzir um texto em português e traduzi-lo para a língua estrangeira é bastante dispendiosa e toma-lhes um tempo substancial que poderia ser dedicado às suas tarefas de pesquisa propriamente ditas.

É nesse contexto que a formação de tradutores especializados – e em especial de tradutores capazes de traduzir para a língua estrangeira – emerge como empreendimento crucial para o desenvolvimento e disseminação do conhecimento gerado em território brasileiro. Todavia, alguns tradutores que se aventuram por esse nicho do mercado acabam desenvolvendo a capacidade de traduzir para a língua estrangeira de forma tácita, com base em erros e acertos, e os currículos dos poucos cursos de graduação em tradução existentes no país dedicam, em geral, uma ou outra disciplina à tradução especializada ou à tradução inversa. Na Universidade Federal de Uberlândia, por exemplo, são duas disciplinas de tradução inversa (uma dedicada a textos acadêmicos e outra dedicada a textos criativos) e uma disciplina de tradução de textos técnicos e científicos. Não se defende aqui a ampliação desses conteúdos nos currículos dos cursos, haja vista o enorme leque de possibilidades de tradução no mercado de trabalho, mas se aponta a insuficiência de tempo e atividades de prática deliberada (ERICSSON; CHARNESS, 1997) para a capacitação do egresso do curso de tradução para a realização de tarefas de tradução inversa de textos especializados, sobretudo porque essas disciplinas não permitem a real interação entre o aluno de tradução e o especialista da área do texto a ser traduzido. Seguindo Collins e Evans (2010), apenas essa interação é capaz de dotar o tradutor da linguagem que o permitirá atuar como se fosse um membro da comunidade discursiva do autor do texto de partida.

Embora se reconheçam a importância e a relevância do domínio da terminologia específica de cada subárea, que é como a questão tem sido comumente tratada nos estudos da tradução (e.g., PAIVA; CAMARGO; XATARA, 2008; GARCIA, 1992), ressalta-se que esse

saber é apenas parte dessa expertise. Trata-se de um conhecimento especializado mais abrangente, que permite um amplo entendimento do conteúdo do texto a ser/endo traduzido e, por conseguinte, um processo de “transformação do conhecimento” em vez de um processo de “transferência de conhecimento” (SCARDAMALIA; BEREITER, 1991) ou de transferência de material textual de uma língua para a outra. No processo de transformação do conhecimento, existem um empenho e um planejamento extensivo para a resolução de problemas em dois espaços interconectados: (i) o espaço do conteúdo, em que há problemas de conhecimento de domínio (ou conhecimento especializado); e (ii) o espaço retórico, em que há problemas concernentes à escrita do texto (conhecimento discursivo). Parte-se, portanto, do pressuposto de que o tradutor com expertise por interação em dada área do conhecimento é capaz de apresentar desempenho que condiga com a necessidade de interconexão entre esses dois espaços, entregando uma produção textual capaz de ser reconhecida como fruto do trabalho de um membro da comunidade discursiva à qual a tradução será destinada.

Com base no modelo de expertise, preconizado por Collins e Evans (2007, 2010), e na noção de escrita mediante transformação do conhecimento, trazida por Scardamalia e Bereiter (1991), propõe-se, neste artigo, que a interação entre tradutor e especialista em atividades de prática deliberada (ERICSSON; CHARNESS, 1997) fomenta processos tradutórios que levam à produção de textos de chegada adequados às expectativas das comunidades discursivas a que se destinam. A proposta encontra-se em teste no âmbito de um projeto de pesquisa voltado para a tradução de textos científicos da medicina para a língua inglesa, mas seus resultados iniciais apontam a relevância da expertise por interação para o sucesso da prática tradutória e para a elaboração de tarefas de prática deliberada voltadas à formação e à especialização de tradutores.

2. Pressupostos teóricos

Nos estudos da tradução, a noção de *competência tradutória* (CT) começou a receber significativa atenção na década de 1990, com propostas enfocadas em seus diversos componentes ou subcomponentes (e.g., BELL, 1991; KIRALY, 1995; GILE, 1995; HURTADO-ALBIR, 1996, 1999; RISKU, 1998). Essas propostas foram aos poucos sendo incorporadas a modelos mais amplos, como o do grupo PACTE (2000, 2003) e o de Alves e Gonçalves (2007), ambos os quais apontam a relevância de subcompetências extralinguísticas, também referidas como conhecimento de mundo ou conhecimento enciclopédico, para a realização competente de tarefas tradutórias.

De acordo com Shreve (2006a, b), a tradução constitui um domínio que envolve atividades extremamente complexas, uma vez que nela se dá a interação de diversas subcompetências, a saber:

leitura e compreensão de um dado texto; processamento discursivo durante a construção de representações mentais; processamento de unidades tradutórias no texto de partida; coadunação de leitura, compreensão e construção de modelos mentais com atividades envolvendo estratégias tradutórias; e produção de uma versão na língua de chegada sob a influência de restrições tradutórias.¹ (SHREVE, 2006b, p. 30, tradução nossa).

Partindo do pressuposto de que os aspectos cognitivos que subjazem à expertise são análogos entre os diversos domínios, Shreve (2006b) apresenta uma proposta de interface dos estudos sobre expertise e desempenho experto com as abordagens empíricas dentro dos estudos da tradução. Para sustentar sua proposta, o autor explica como se pode estabelecer uma interseção entre competência tradutória – entendida, nos estudos da tradução, como múltiplos recursos cognitivos relevantes à tradução – e expertise em tradução – entendida, a partir de trabalhos filiados aos estudos sobre expertise e desempenho experto em outros domínios, como desempenho consistentemente superior em um conjunto de tarefas tradutórias, sendo esse desempenho resultante de acúmulo de experiência e prática deliberada (ERICSSON; CHARNESS, 1997; ERICSSON, 2000; ERICSSON et al., 2006), isto é, o engajamento consciente e constante em atividades de treinamento concebidas especificamente para estimular a superação de desempenho. Nesse sentido, Shreve (2006b, p. 154, tradução nossa) aponta que o principal interesse nessa interface é compreender “sob quais condições e de que formas a competência tradutória se desenvolve para sustentar a expertise”².

Com base no conceito de prática deliberada e no pressuposto de que esta é o fator-chave para o desenvolvimento da expertise (ERICSSON; KRAMPE; TESCH-ROEMER, 1993), Shreve (2006b) aponta as mudanças cognitivas que ocorrem nos tradutores quando desenvolvem expertise após dez ou mais anos dessa prática em um domínio específico. O autor considera que essas mudanças não dizem respeito somente a mudanças quantitativas nos recursos cognitivos, mas sobretudo à qualidade e à composição desses recursos. Como

¹ “Reading and text comprehension, discourse processing during the construction of mental representations, processing of translation cues in the source text, the integration of reading, comprehension and mental model building with translation-strategic activity, and the subsequent production of a target language rendering under the influence of translation constraints”.

² “Under what conditions and in what ways does translation competence evolve to support expertise?”.

exemplo, tem-se o fato de que um tradutor experto pode não necessariamente ter um vocabulário em dado par linguístico quantitativamente maior que um bilíngue não tradutor, mas aquele pode ter integrado um vocabulário com estrutura conceitual hierárquica mais complexa e adequada e com esquemas específicos para diferentes tipos textuais. Sob essa perspectiva, Shreve (2006b, p. 37, tradução nossa) aponta cinco mudanças cognitivas essenciais ao desenvolvimento da expertise em tradução, quais sejam:

- a) acúmulo de memória episódica [*i.e.*, memória que capacita o indivíduo a lembra-se de eventos por ele vivenciados] significativa sob condições de prática deliberada;
- b) aplicação de reconhecimento de padrões orientado para objetivos específicos em eventos relevantes sob o ponto de vista do domínio, representados na memória episódica, visando-se ao reconhecimento e ao armazenamento de padrões que permitirão identificar problemas relevantes à tarefa (*e.g.*, padrões que demandam que se realize uma determinada ação);
- c) vinculação de tais padrões com significados relevantes ao domínio e associação desses significados com novos métodos “robustos” de resolução de problemas;
- d) aprendizagem contínua de métodos específicos do domínio para a resolução de classes de problemas e otimização da aplicação desses métodos, incluindo representação ou “classificação” de problemas em níveis superiores de abstração ou de acordo com princípios diferentes daqueles utilizados pelos novatos; e
- e) organização de métodos de resolução de problema na memória de longo prazo para acesso e recuperação otimizados.³

Shreve (2006b) ainda salienta que essas mudanças cognitivas são restritas a um domínio específico de experiência e prática. Em outros termos, o desempenho superior declina em função do afastamento de um tradutor experto do seu domínio de prática. Assim sendo, para que haja o desenvolvimento da expertise em tradução é necessário, segundo Shreve (2006b), que sejam elaboradas atividades bem definidas, envolvendo tipos similares de textos, subáreas específicas, propósitos similares e graus apropriados de dificuldade (entendida a partir da interseção das características específicas de um certo texto com os recursos cognitivos

³ “(a) Accumulating significant episodic memory under the conditions of deliberate practice, (b) applying goal-directed pattern recognition to domain-relevant events represented in episodic memory, where the goal is the recognition and storage of patterns that will identify task-relevant problems, *e.g.*, patterns calling for action to be taken, (c) attaching domain-relevant meaning to such patterns and linking new ‘strong’ problem resolution methods to them, (d) continuing to learn domain specific methods for resolving classes of problems and organizing the application of those methods in optimal ways, including problem representation or ‘chunking’ at higher levels of abstraction or according to different principles than novices use and, finally, (e) organizing problem solution methods in long-term memory for optimal access and retrieval.”

existentes e possivelmente deficientes em um sujeito tradutor), haja vista que a expertise em tradução em determinado domínio, como em qualquer outra área, não é transferível para outros domínios.

Em domínios diversos, como prática de esportes, manifestações artísticas e diagnósticos médicos (*cf.* CHI, 2006a, b), existem indicadores claros do que constitui a expertise. Nesses domínios, cujas tarefas são de definição objetiva e com resultados esperados predefinidos, os desempenhos de alto nível podem ser identificados com (relativa) facilidade. No entanto, nos domínios da leitura, escrita, tradução e revisão, cujas tarefas não são de definição clara e cujos resultados esperados não podem ser predefinidos em toda a sua extensão, é difícil estabelecer indicadores de alto nível de desempenho. Essa dificuldade pode ser, em grande medida, atribuída ao papel proeminente da linguagem verbal na realização de tarefas nesses domínios e à necessidade de se trabalhar os problemas retóricos e os problemas de conteúdo de forma interconectada (SCARDAMALIA; BEREITER, 1991).

Sendo a linguagem construída socialmente (HALLIDAY, 1977), é pertinente também conceber as práticas do indivíduo experto em tradução, escrita, leitura e revisão como resultado de sua interação no contexto social. Como apontam Collins e Evans (2007, 2010), a aquisição de expertise é um processo social, isto é, uma questão de socialização com práticas de um grupo de expertos – socialização essa que demanda tempo e esforço e que permite o desenvolvimento de conhecimento tácito especializado. Trata-se de um conhecimento profundo de “regras” que não podem ser expressas e que é adquirido por um indivíduo na prática, ou seja, por meio de imersão social em grupos que possuem esse conhecimento.

Collins e Evans (2007, 2010) sugerem que o conhecimento tácito especializado pode ser associado a dois tipos distintos de expertises especializadas, quais sejam: (i) a *expertise contributiva*, que é o nível mais elevado de expertise especializada; e (ii) a *expertise por interação*, que está logo abaixo do nível anterior. Uma aplicação das noções de expertise por interação e expertise contributiva é o trabalho de Ribeiro (2007). Analisando entrevistas junto a quatro intérpretes que trabalhavam no par linguístico japonês-português em uma empresa siderúrgica de Minas Gerais, o autor observou que os intérpretes tinham não apenas expertise contributiva e expertise por interação no que diz respeito às culturas e línguas japonesa e brasileira, mas também expertise por interação em determinadas áreas da siderurgia. Essa expertise por interação lhes permitia detectar problemas na interação entre japoneses e

brasileiros e amortecer o impacto desses problemas, evitando assim que houvesse impedimento na transferência de tecnologia almejada pela empresa.

Outras pesquisas em tradução também parecem apontar para a proficiência dos construtos expertise por interação e expertise contributiva. Mesmo não tendo feito menção a esses termos e ao trabalho de Collins e Evans (2007, 2010), tais pesquisas investigam o papel do conhecimento de domínio (*i.e.*, conhecimento sobre o conteúdo, o assunto do texto, conhecimento esse de que depende a expertise por interação) na execução de tarefas tradutórias. Em análise do processo e do produto tradutório de tarefas realizadas do português para o inglês por pesquisadores do NUPAD (DA SILVA, 2007; PAGANO; DA SILVA, 2008; DA SILVA; OLIVEIRA, LIMA, 2008) e do espanhol para o inglês por pesquisadores do Instituto Balseiro, em Bariloche, na Argentina (OLIVEIRA, 2009), foi mostrado o impacto positivo do conhecimento de domínio desses indivíduos na realização dessas tarefas. Esse impacto pode ser relacionado com a expertise por interação porque esta está implicada na expertise contributiva dos pesquisadores (cf. COLLINS; EVANS, 2010), valendo também lembrar que esses indivíduos não se identificam como tradutores, mas sim como pessoas que contribuem exclusivamente para as suas áreas de atuação, quais sejam, hematologia (no caso do NUPAD) e física (no caso do Instituto Balseiro).

De fato, consoante Ericsson (2006, p. 87, tradução nossa), “[e]m função das rápidas mudanças no conhecimento e nas técnicas relevantes e necessárias à maioria dos empregos, praticamente todo mundo terá que se manter em constante aprendizado e até reaprender, intermitentemente, aspectos de suas habilidades profissionais”⁴. Destarte, constata-se, no mundo contemporâneo, que alguns profissionais são compelidos a desenvolver múltiplas habilidades para desempenhar certas tarefas em seu domínio. Kellogg (2006), por exemplo, afirma que muitos profissionais dedicam considerável tempo e esforço à tarefa de escrita, embora se identifiquem não como escritores, mas como professores, cientistas, engenheiros, gerentes, dentre outras profissões. A prática da tradução inversa e da redação em língua inglesa para fins pessoais, tal qual a escrita, parece ser, no contexto do presente artigo, uma importante atividade para pesquisadores brasileiros que desejam participar de circuitos internacionais de publicação.

⁴ “With the rapid changes in the relevant knowledge and techniques required for most jobs, nearly everyone will have to continue their learning and even intermittently relearn aspects of their professional skills”.

No contexto ora exposto, a incorporação da abordagem de expertise contributiva e expertise por interação representa um novo direcionamento do estudo da expertise em tradução, sobretudo no que diz respeito ao desenvolvimento da competência tradutória. Pela presente proposta, parte-se do pressuposto de que o tradutor em formação é capaz de adquirir expertise por interação em determinada área do conhecimento desde que exposto a interação com pesquisadores especialistas dessa área.

O enfoque no desenvolvimento da expertise por interação se configura, portanto, como um empreendimento inovador dentro dos estudos da tradução e promissor para a formação de tradutores que contribuam efetivamente para a disseminação, no âmbito global, do conhecimento desenvolvido em território brasileiro. Entender como essa expertise pode ser adquirida e em que sentido ela tem impacto no desempenho do tradutor quando da realização de suas tarefas tradutórias e nos textos traduzidos fruto dessas tarefas tem implicações substanciais para o desenho de tarefas de prática deliberada e de interação tradutor e especialista.

3. Exemplos da pertinência da proposta

Seguem dois exemplos – extraídos da experiência do primeiro autor deste trabalho – que mostram a pertinência de se focar na expertise por interação para a tradução especializada. Note-se que se trata de problemas de tradução em que a terminologia, *per se*, não é o fator complicador, uma vez que se pode buscar equivalentes em dicionários, glossários e *corpora*. Observa-se, porém, a necessidade de conhecimento especializado para melhor compreensão do texto e tudo que o constitui.

A1) A Doença Falciforme (DF) é hemoglobinopatia autossômica recessiva causada por alteração na estrutura da hemoglobina (Hb). Caracteriza-se pela ocorrência de falcização das hemácias e hemólise, levando à diminuição da quantidade de oxigênio que chega aos tecidos, resultando em lesão tecidual aguda e crônica, o que determina elevada taxa de mortalidade precoce. O diagnóstico é, geralmente, realizado no rastreamento neonatal ou na infância. Lactentes afetados tornam-se sintomáticos após quatro meses de vida.

O uso repetitivo de orações hipotáticas reduzidas introduzidas por gerúndio (“levando” e “resultando”) ou com o elemento “qu-” (em “o que determina”) dificulta o entendimento das relações entre os participantes das orações. Um tradutor leigo, mesmo que seja capaz de

identificar que não se trata de uma boa redação em língua portuguesa, não é capaz de melhorar a redação do texto para produzir um texto melhor em língua inglesa. Por exemplo, ele não é capaz de dizer se é a hemólise que leva à diminuição da quantidade de oxigênio ou se é a conjugação da falcização e da hemólise que é a responsável por isso. Ele tampouco é capaz de dizer de onde vem essa falcização. Sendo assim, ele muito possivelmente tende a entregar uma tradução próxima à de um tradutor automático, como a do Google Tradutor:

A2) The Sickle Cell Disease (SCD) is an autosomal recessive hemoglobinopathy caused by changes in the structure of hemoglobin (Hb). It is characterized by the occurrence of sickling of red blood cells and hemolysis, leading to decreased amount of oxygen reaching the tissues, resulting in acute and chronic tissue injury, which determines high rate of early mortality. The diagnosis is usually performed in the neonatal screening or childhood. Affected infants become symptomatic after four months of life.

No entanto, a interação do tradutor com o especialista é capaz de levar à produção de um texto de chegada cuja legibilidade é bastante superior à do próprio texto de partida:

A3) Sickle cell disease (SCD) is an inherited disease in which the predominant presence of sickle hemoglobin (Hb S) in red blood cells leads to sickling, vasoocclusion, and chronic hemolytic anemia. This results in decreased delivery of oxygen to tissues and causes acute and chronic tissue and organ injury. SCD is associated with high mortality rates, especially in young children. It is usually diagnosed in childhood, ideally through newborn screening. Affected infants typically become symptomatic after four months of life.

A redação final em A3 – obtida após tradução pelo primeiro autor deste artigo e revisões por um especialista e pelo próprio tradutor – permite compreender a origem da falcização (*sickling*) e deixa claro que os agravos nos órgãos e tecidos resultam de todas as variáveis anteriormente citadas, quais sejam: falcização, vaso-oclusão e anemia hemolítica crônica. Vale também reiterar que aqui o problema de tradução não estava na terminologia *per se* (a que, como já apontado, normalmente são atribuídos os problemas de tradução de textos técnicos e científicos), uma vez que, nesse caso específico, os equivalentes dos termos da área puderam ser encontrados com facilidade, mesmo quando do uso de um tradutor automático de domínio público (vide exemplo A2). Embora nem sempre essa facilidade se verifique, observa-se que, em determinados contextos, como esse, o domínio da terminologia não é o fator primordial para o entendimento global.

Outro exemplo pode ser obtido do mesmo artigo de onde foi extraído A1. Veja-se:

B1) O fato do estudo ser prospectivo e realizado em centros de referência pode ter favorecido a melhor identificação dos episódios, evitando, com isso, viés de memória presente em estudos retrospectivos.

Observa-se, novamente, que o problema não é apenas de terminologia. A questão está na identificação ou entendimento completo do conceito de “viés de memória” e não do mero significado do termo. Dessa forma, um tradutor com conhecimento aprofundado desse conceito e, preferencialmente, de práticas exercidas em estudos retrospectivos poderia entender que a “memória” aqui corresponde à capacidade dos pacientes de recordar os eventos (“episódios”) sofridos em função da doença. Um tradutor automático forneceria o seguinte resultado:

B2) The fact that the study was prospective and conducted in referral centers may have favored the identification of the best episodes, avoiding, thus, this memory bias in retrospective studies.

Não obstante, a interação do tradutor com o especialista levou ao seguinte produto tradutório:

B3) The fact that this is a prospective study based on data collected in reference centers may have contributed to identifying events more accurately, instead of relying exclusively on potentially biased memory recalls or review of medical records, as done in retrospective studies.

Note-se que os exemplos dados revelam que a interação com o especialista fornece ao tradutor subsídios para a compreensão do texto de partida e para a produção de textos adequados. Como se buscou sublinhar, a questão vai além de conhecimento de termos; trata-se da contribuição do conhecimento especializado. Nos casos acima, o problema foi resolvido em trabalho conjunto com o especialista, mas a proposta de dar proeminência à expertise por interação como condicionante do trabalho do tradutor de textos especializados está na aquisição de conhecimentos especializados para se ter a linguagem do experto contributivo, tendo o tradutor capacidade de ele próprio, sozinho, chegar a versões mais próximas daquelas encontradas em A3 e B3.

Em se tratando da área médica, entende-se que os profissionais da saúde e pesquisadores da área podem vir a desenvolver expertise contributiva porque são capazes de atuar diretamente

na área, dando sequência a pesquisas, cirurgias e outros procedimentos e conhecimentos próprios do domínio médico. Em contrapartida, os tradutores, embora não possam contribuir diretamente para a prática na área médica, podem desenvolver uma capacidade linguística que os permita transitar com certa facilidade entre os membros da área, não apenas dominando o seu linguajar e seus jargões, mas também compreendendo o universo dos integrantes dessa área a ponto de se integrarem, de certa forma, a essa comunidade discursiva e interagir com seus membros – podem, portanto, desenvolver expertise por interação.

4. Considerações sobre a proposta

Pesquisas no âmbito dos estudos da tradução apontam – ou permitem inferir – que o conhecimento especializado é importante para a competência tradutória (GONÇALVES, 2005; PACTE, 2005), mas em geral se debruçam sobre a investigação do desempenho do tradutor durante a realização de uma tarefa específica (e.g., ALVES; PAGANO; DA SILVA, 2011; DA SILVA, 2012). Ainda se negligencia a necessidade de estudos longitudinais para explicar “sob quais condições e de que formas a competência tradutória se desenvolve para sustentar a expertise” (SHREVE, 2006a, b). Tentando superar esta lacuna, os autores deste artigo estão conduzindo um projeto, baseado nos conceitos supracitados de Collins e Evans (2007, 2010), no qual se busca entender como a interação com aqueles que têm expertise contributiva na área dos textos de partida pode impactar no desempenho do tradutor, que supostamente passa a desenvolver a linguagem necessária para traduzir com êxito esses textos.

Sob a perspectiva do processo, busca-se – por meio do registro dos toques no teclado e dos cliques de *mouse* (*key logging*) no âmbito de tarefas realizadas sob condições empírico-experimentais – observar o comportamento e o desempenho do tradutor quando da realização de revisões em língua inglesa ou traduções inversas (*i.e.*, da língua materna para a língua estrangeira) à medida que vai adquirindo expertise por interação, identificando-se sequências de tomada de decisão que informem o papel do conhecimento de domínio (ou a falta dele) na identificação e resolução de problemas de tradução. Sob a perspectiva do produto, busca-se explorar, por meio de uma metodologia de avaliação por pareceristas (BRAGA, 2012), em que medida o comportamento e as tomadas de decisão dos indivíduos ao passo que vai adquirindo expertise por interação têm impacto no texto final e na sua aceitabilidade entre os leitores da área. Usando uma metodologia de *corpus* para comparar essas avaliações com padrões prototípicos dos textos traduzidos e revisados ao longo da aquisição da expertise por interação

(LIMA, 2013; PAGANO, 2012), busca-se explorar padrões prototípicos dos textos, identificando-se elementos que os tornem mais bem ou mal avaliados pelos pareceristas.

O componente longitudinal desse projeto, em andamento, prevê aproximadamente um ano e meio de interações regulares de tradutores recém-formados ou em formação com especialistas da área da saúde, interações essas envolvendo grupos focais, reuniões, participação em disciplinas, visitas *in loco* a ambientes de pesquisa médica e produção colaborativa de artigos. As interações estão sendo intercaladas com atividades de prática deliberada, as quais envolvem leitura guiada de materiais em inglês e em português sugeridos por especialistas, revisão de textos em língua portuguesa e em língua inglesa, bem como traduções inversas preliminares de seções de artigos (e.g., resumo/*abstract*, introdução, revisão da literatura e/ou metodologia). As atividades estão sendo supervisionadas pelos pesquisadores autores deste artigo e eventualmente corrigidas pelos especialistas e outros pesquisadores colaboradores. Quando se faz necessário, especialistas e tradutores trocam correspondência eletrônica e arquivos entre si para aprimoramento das atividades.

Espera-se que os resultados desse projeto tragam luz sobre a expertise por interação e seu papel para a competência do tradutor. Os resultados desse tipo de investigação, de caráter longitudinal, podem contribuir substancialmente para as pesquisas processuais em tradução, para os estudos de expertise e desempenho experto em tradução e, igualmente, para a validação experimental da abordagem sociológica proposta em Collins e Evans (2007, 2010).

Agradecimentos

Os autores são gratos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo financiamento (461054/2014-0), o qual tem viabilizado a execução do projeto em tela. Também são gratos aos especialistas da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Uberlândia, em especial ao doutorando Denis Souza e ao Prof. Dr. Sebastião Rodrigues Ferreira Filho.

Referências

ALVES, F.; GONCALVES, J. L. V. R. Modelling translator's Competence: Relevance and Expertise under Scrutiny. In: GAMBIER, Y., SCHLESINGER, M.; STOLZE, R. (Ed.). **Translation Studies: Doubts and Directions. Selected Papers from the IV Congress of the European Society for Translation Studies**. Amsterdam: John Benjamins, 2007.

ALVES, F.; PAGANO, A. S.; SILVA, I. A. L. Modeling (un)packing of meaning in translation: insights from effortful text production. In: SHARP, B.; ZOCK, M.; CARL, M.; JAKOBSEN, A. (Org.). **Proceedings of the 8th International NLPCS Workshop (Natural Language**

Processing and Cognitive Sciences). Special theme: human-machine interaction in translation. Copenhagen: Samfundslitteratur, 2011, v. 11, p. 153-162.

AUBERT, F. H. Tradução técnico-científica e terminologia: um ensaio exploratório de uma via de mão dupla. **Tradterm**, São Paulo, v. 7, p. 41-52, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2317-9511.tradterm.2001.49141>. Acesso em: 8 maio 2017.

BEEBY, A. **Teaching translation from Spanish to English**. Ottawa: University of Ottawa Press, 1996.

BELL, R. T. **Translation and translating**. London: Longman, 1991.

BRAGA, C. N. O. B. **O texto traduzido sob a perspectiva do avaliador**: um estudo exploratório. 2012. 150f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG, 2012.

BUCHWEITZ, A.; ALVES, F. Cognitive adaptation in translation: an interface between language direction, time, and recursiveness in target text production. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 41, n. 2, p. 241-272, jun. 2006.

BYRNE, J. **Technical translation**: usability strategies for translating technical documentation. Dordrecht: Springer, 2006. <https://doi.org/10.1007/1-4020-4653-7>

CAMPBELL, S. **Translation into the second language**. London: Longman, 1998.

CHI, M. T. H. Two approaches to the study of experts' characteristics. In: ERICSSON, K. A.; CHARNESS, N.; FELTOVICH, P. J.; HOFFMAN, R. R. **The Cambridge handbook of expertise and expert performance**. Cambridge: CUP, 2006a, p. 21-30. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511816796.002>

_____. Laboratory methods for assessing experts' and novices' knowledge. In: ERICSSON, K. A.; CHARNESS, N.; FELTOVICH, P. J.; HOFFMAN, R. R. **The Cambridge handbook of expertise and expert performance**. Cambridge: CUP, 2006b, p. 167-184. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511816796.010>

COLLINS, H.; EVANS, R. **Rethinking expertise**. Chicago e Londres: The University of Chicago Press, 2007. <https://doi.org/10.7208/chicago/9780226113623.001.0001>

_____. **Repensando a expertise**. Trad. Igor Antônio Lourenço da Silva. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

CRYSTAL, D. **English as a global language**. Cambridge: CUP, 1988.

DA SILVA, I. A. L. **Conhecimento experto em tradução**: aferição da durabilidade de tarefas tradutórias realizadas por sujeitos não-tradutores em condições empírico-experimentais. 2007. 277 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG, 2007.

_____. **(Des)compactação de significados e esforço cognitivo no processo tradutório: um estudo da metáfora gramatical na construção do texto traduzido**. 2012. 294 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG, 2012.

DA SILVA, I. A. L.; ALVES, F.; SCHMALTZ, M.; PAGANO, A. S.; WONG, D.; CHAO, L.; LEAL, A. L. V.; QUARESMA, P.; GARCIA, C.; SILVA, E. G. Translation, post-editing and directionality: a study of effort in the Chinese-Portuguese language pair. In: JAKOBSEN, A. L.; MESA-LAO, B. **Translation in transition**. Amsterdam: John Benjamins, 2017, p. 107-134. <https://doi.org/10.1075/btl.133.04lou>

DA SILVA, I. A. L.; OLIVEIRA, M. L.; LIMA, K. C. S. Conhecimento experto em tradução: uma abordagem processual e discursiva de tarefas tradutórias realizadas por pesquisadores expertos. **Revista da ABRALIN**, Curitiba, v. 7., n. 1, p. 279-306, jan.-jul. 2008.

ERICSSON, K. A. An introduction to The Cambridge Handbook of Expertise and Expert Performance: its development, organization, and content. In: ERICSSON, K. A.; CHARNESS, N.; FELTOVICH, P. J.; HOFFMAN, R. R. **The Cambridge handbook of expertise and expert performance**. Cambridge: CUP, 2006. p. 2-3. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511816796>

_____. Expertise in interpreting: an expert-performance perspective. **Interpreting**, Amsterdam, v. 5, n. 2, p. 189-222, 2000. <https://doi.org/10.1075/intp.5.2.08eri>

ERICSSON, K. A.; CHARNESS, N. Cognitive and developmental factors in expert performance. In: FELTOVICH, P.; FORD, K. M.; HOFFMAN, R. R. (Ed.). **Expertise in context: human and machine**. Cambridge: MIT Press, 1997.

ERICSSON, K. A.; CHARNESS, N.; FELTOVICH, P. J.; HOFFMAN, R. R. **The Cambridge handbook of expertise and expert performance**. Cambridge: CUP, 2006. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511816796>

ERICSSON, K. A., KRAMPE, R., AND TESCH-ROEMER, C. The role of deliberate practice in the acquisition of expert performance. **Psychological Review**, Washington, v. 100, p. 363-406, 1993. <https://doi.org/10.1037/0033-295X.100.3.363>

FERREIRA, A. **Direcionalidade em tradução: uma investigação do processamento cognitivo de tradutores profissionais em tradução direta e inversa no par linguístico inglês-português**. 2010. 137 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG, 2010.

_____. **Direcionalidade em tradução: o papel da subcompetências bilíngue em tarefas de tradução L1 e L2**. 2013. 177 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG, 2013.

FERREIRA, A.; SCHWIETER, J. W.; GOTTARDO, A.; JONES, J. Cognitive e ort in direct and inverse translation performance: insight from eye-tracking technology. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 36, n. 3, p. 60-80, 2016. <https://doi.org/10.5007/2175-7968.2016v36n3p60>

GARCIA, I. W. Tradução do texto técnico-científico. **Ilha do Desterro**, Florianópolis, v. 28, p. 75-85, 1992.

GILE, D. **Basic concepts and models for interpreter and translator training**. Amsterdam: John Benjamins, 1995. [https://doi.org/10.1075/btl.8\(1st\)](https://doi.org/10.1075/btl.8(1st))

GONÇALVES, J. L. V. R. O desenvolvimento da competência do tradutor: em busca de parâmetros cognitivos. In: ALVES, F; MAGALHÃES, C. M.; PAGANO, A. S. (Org.). **Competência em tradução: cognição e discurso**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005, p. 59-90.

HALLIDAY, M. A. K. Text as semantic choice in social context. In: VAN DIJK, T. A.; PETFOLI, J. S. **Grammars and descriptions**. Berlin: Walter de Gruyter, 1977.

HURTADO-ALBIR, A. La enseñanza de la traducción directa ‘general’. Objetivos de aprendizaje y metodología’. In: HURTADO-ALBIR, A. (Ed.). **La enseñanza de la traducción**. Castellón: Universitat Jaume I, 1996, p. 31-35.

_____. (Ed.). **Enseñar a traducir: metodología en la formación de traductores e intérpretes**. Madrid: Edelsa, 1999.

KELLOGG, R. T. Professional writing expertise. In: ERICSSON, K. A.; CHARNESS, N.; FELTOVICH, P. J.; HOFFMAN, R. R. **The Cambridge handbook of expertise and expert performance**. Cambridge: CUP, 2006, p. 389-402. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511816796.022>

KINGSCOTT, G. Technical translation and related disciplines. **Perspectives: Studies in Translatology**, London, v. 10, n. 4, p. 247-255, 2002. <https://doi.org/10.1080/0907676X.2002.9961449>

KIRALY, D. **Pathways to translation: pedagogy and process**. Kent: The Kent State University Press, 1995.

KRIEGER, M. G. Do ensino da terminologia para tradutores: diretrizes básicas. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 189-206, 2006.

LIMA, K. C. S. **Conhecimento experto em tradução: orientação e revisão em tarefas tradutórias executadas por pesquisadores expertos não-tradutores**. 2008. 187 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG, 2008.

_____. **Caracterização de registros orientada para a produção textual no ambiente multilíngue: estudo baseado em corpora comparáveis**. 2013. 249 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG, 2013.

MCKAY, S. L. **Teaching English as an international language**. Oxford: OUP, 2002.

MENEGHINI, R.; PACKER, A. L. Is there science beyond English? **European Molecular Biology Organization Reports**, Berlin, v. 8, n. 2, p. 112-116, 2007.

OLIVEIRA, M. L. **Conhecimento de domínio e expertise em tradução**: contribuições de um estudo comparado entre tradutores profissionais e pesquisadores juniores e seniores no desempenho de tarefas de tradução. 2009. 249 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG, 2009.

OLOHAN, M. Scientific and Technical Translation. In: BAKER, M.; SALDANHA, G. (Org.). **Routledge handbook of translation studies**. London: Routledge, 2012, p. 246-249.

PACTE. Acquiring translation competence: hypotheses and methodological problems in a research project. In: BEEBY, A.; ENSINGER, D.; PRESAS, M. (Ed.). **Investigating Translation**. Amsterdam: John Benjamins, 2000, p. 99-106. <https://doi.org/10.1075/btl.32>

_____. Building a translation competence model. In: ALVES, F. (Ed.). **Triangulating Translation: perspectives in process oriented research**. Amsterdam: John Benjamins, 2003, p. 43-66. <https://doi.org/10.1075/btl.45.06pac>

_____. Investigating translation competence: conceptual and methodological issues. **Meta**, Montréal, v. 50, n. 2, p. 609-619, 2005. <https://doi.org/10.7202/011004ar>

PAGANO, A. S. **Modelagem sistêmico-funcional da tradução e da produção textual multilíngue**. 2012. 130 f. Tese (Concurso Público para Professor Titular) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG, 2012.

PAGANO, A. S.; DA SILVA, I. A. L. Domain knowledge in translation task execution: insights from academic researchers performing as translators. In: WORLD CONGRESS INTERNATIONAL FEDERATION OF TRANSLATORS, 18., 2008, Shanghai. **Proceedings...** Shanghai: Foreign Language Press, 2008. CD-ROM.

PAIVA, P. T. P.; CAMARGO, D. C.; XATARA, C. M. Uma reflexão sobre a elaboração de um léxico bilíngue preliminar na subárea de cardiologia a partir do uso de termos encontrados em um corpus paralelo e em dois corpora comparáveis. **D.E.L.T.A.**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 1-22, 2008.

RIBEIRO, R. The language barrier as an aid to communication. **Social Studies of Science**, v. 37, n. 4, p. 561-584, 2007. <https://doi.org/10.1177/0306312706070738>

RISKU, Hanna. **Translatorische Kompetenz**. Kognitive Grundlagen des Übersetzens als Expertentätigkeit. Tübingen: Stauffenburg, 1998.

SCARDAMALIA, M.; BEREITER, C. Literate expertise. In: ERICSSON, K. A.; SMITH, J. **Toward a general theory of expertise**. Cambridge: CUP, 1991, p. 172-194.

SHREVE, G. M. The deliberate practice: translation and expertise. In: INTERNATIONAL SYMPOSIUM ON NEW HORIZONS IN THEORETICAL TRANSLATION STUDIES, 2005,

Hong Kong. **Proceedings...** Hong Kong: Chinese University of Hong Kong Press, 2006a, p. 154-162.

_____. The deliberate practice: translation and expertise. **Journal of Translation Studies**, Hong Kong, v. 9, n. 1, p. 27-42, 2006b.

VASCONCELOS, S. M. R.; SORENSON, M. M.; LETA, J. Scientist-friendly policies for non-native English-speaking authors: timely and welcome. **Brazilian Journal of Medical and Biological Research**, Ribeirão Preto, v. 40, p. 743-747, 2007. <https://doi.org/10.1590/S0100-879X2007000600001>

Artigo recebido em: 08.05.2017

Artigo aprovado em: 23.09.2017

Tecnologias e formação de tradutores Technologies and translation training

Érika Nogueira de Andrade Stupiello*
Marileide Dias Esqueda**

RESUMO: Os sistemas de memórias de tradução e as novas aplicações de programas de tradução automática são parte do cotidiano de tradutores que trabalham com traduções especializadas e que prestam serviços para a indústria da localização. A integração dessas tecnologias está promovendo mudanças em muitos cursos universitários de formação de tradutores que, gradativamente, estão revendo seus currículos para incluir o treinamento em ferramentas. Este trabalho relata resultados de dois estudos conduzidos em dois cursos de graduação em tradução em duas universidades públicas brasileiras. Os resultados apontam para a importância de se incluírem, nas aulas de prática de tradução, discussões que estimulem o desenvolvimento de um olhar crítico em relação às ferramentas que os tradutores utilizam, para que aprendam a valorizar seu papel como negociador de sentidos em todo trabalho de tradução.

PALAVRAS-CHAVE: Sistema de memória de tradução. Pesquisa-ação. Semiautomação. Tecnologias de tradução.

ABSTRACT: Translation memory systems and new machine translation applications have become part of the work routine of translators working with specialized texts and who provide services to the localization industry. The integration of these technologies has been promoting changes in university translation training programs, which are gradually reviewing their curricula to include tool training. This paper reports on the results of two studies carried out at two undergraduate translation programs from two Brazilian public universities. The results point to the importance of including, in translation classes, discussions that encourage the development of a critical eye on the tools used by translators, so that they may learn to value their role as negotiators of meanings in each and every work of translation.

KEYWORDS: Translation Memory Systems. Action-research. Semiautomation. Translation technologies.

1. Introdução

Nos anos 80, tanto em âmbito nacional quanto internacional, as tecnologias voltadas à área de tradução estavam confinadas nos departamentos de tradução e comunicação das grandes corporações. Empresas como a IBM e a Microsoft, por exemplo, desenvolveram programas de computador específicos para armazenar as traduções de seus produtos e serviços, os chamados

* Doutora em Estudos Linguísticos (Estudos da Tradução) e professora do curso de Bacharelado em Letras com Habilitação de Tradutor da Unesp de São José do Rio Preto/SP. E-mail: erika@ibilce.unesp.br.

** Doutora em Linguística Aplicada à Tradução e professora adjunta do Curso de Bacharelado em Tradução do Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia/MG. E-mail: marileide.esqueda@ufu.br.

sistemas de memória de tradução (doravante SMT), buscando facilitar, padronizar e controlar a qualidade das traduções.

Podemos dizer que é a partir dos anos 90 que os SMT atingem a comunidade de tradutores autônomos, que, além de terem de conhecer as línguas e culturas das quais e para as quais traduzem, passam a ter de manejar softwares com sofisticadas tecnologias. Para Garcia (2009), os SMT, nos anos 2000, devido ao seu alto grau de sofisticação, tornam-se ao mesmo tempo um sonho, por facilitarem o trabalho do tradutor, e um pesadelo, por requererem treinamento específico.

Embora já bastante difundidos, vale lembrar que os SMT são ferramentas tecnológicas que têm como propósito facilitar o trabalho do tradutor, por meio de um mecanismo que armazena em uma memória eletrônica os textos traduzidos, separando-os em segmentos que obedecem a critérios, até certo ponto configuráveis, para posterior recuperação, com o propósito de reduzir o tempo gasto com o processo de tradução de textos ou segmentos que possuem algum nível de correspondência.

O armazenamento no banco de dados é feito em pares bilíngues, ou seja, o software armazena o segmento no idioma x e o alinha com o segmento traduzido para o idioma y, mostrando ao tradutor que já consta na “memória”, isto é, no banco de dados, um segmento similar que o tradutor pode ou não utilizar em uma nova tradução. Quando da recuperação de um segmento da memória, no caso de correspondência parcial, o software mostra ao tradutor o grau de similaridade entre o que existe na memória e o novo texto que está sendo traduzido. No caso de correspondência total (100%), o conteúdo pode ser “colado” na nova tradução, otimizando o trabalho do tradutor, que não necessitará traduzir o mesmo texto duas vezes, principalmente aqueles com conteúdo repetitivo (SOMERS, 2003).

Os SMT têm, com o tempo, sido aperfeiçoados, buscando constantemente soluções mais eficientes para suprir a demanda do mercado de tradução, principalmente em uma era em que estamos cercados por telas e textos. De fato, conforme explicita Stupiello (2010), a velocidade com que as informações são produzidas no mundo atual requer SMT mais sofisticados, que possam manipular textos nas mais diversas extensões de arquivos, transformando a vida do profissional da tradução. Alves também afirma que:

Os sistemas de memória de tradução configuram, portanto, uma variável adicional recente que aporta mudanças significativas na forma como seres humanos segmentam e processam o texto para fins de uma tradução. (ALVES, 2005, p. 3).

A despeito do fato de ter havido, nas últimas três décadas, muitos avanços tecnológicos favoráveis à otimização do trabalho do tradutor, e de já se ter produzido, no Brasil e no exterior, certo volume de pesquisa e desenvolvimento sobre o impacto da tecnologia na tradução, Lagoudaki (2006) afirma que as empresas desenvolvedoras de SMT não têm o hábito de consultar os usuários durante a fase de desenvolvimento dos softwares, tampouco de disponibilizar versões de teste que ainda possam ser alteradas a partir da apreciação por parte dos tradutores. Portanto, o profissional que efetivamente tem contato constante com a ferramenta, o tradutor, não tem parte no desenvolvimento de tais tecnologias (LAGOUDAKI, 2006). Quando a ferramenta é lançada no mercado, o *feedback* dos tradutores poderá ser considerado, quiçá, para a próxima versão, que demora em média um ano para ser relançada. Para Lagoudaki (2006), os tradutores deveriam ser consultados, pois a tecnologia não é o único setor que está em avanço constante, mas também as expectativas, necessidades e demanda dos tradutores.

Lagoudaki (2006) ainda explica que são notáveis os percentuais relacionados ao treinamento oferecido para o uso de SMT. Dentre os usuários entrevistados pelo autor, 51% informaram não ter recebido nenhum treinamento na ferramenta, 18% receberam treinamento em algum curso de curta duração ou seminário, 12% receberam orientações da empresa empregadora, 7%, dos desenvolvedores e, finalmente, 7% receberam o treinamento em cursos acadêmicos (LAGOUDAKI, 2006).

Tais dados parecem ser factuais não apenas no ano de 2006, data da publicação da pesquisa de Lagoudaki. Nos últimos anos, outras pesquisas também examinaram a percepção dos tradutores quanto ao uso de SMT. Bowker (2005) mostra que os tradutores recém-iniciados na profissão, e também alunos de tradução, tendem a aceitar as opções dadas pelos softwares, sem proceder a um exame crítico sobre a validade das traduções. Dillon e Fraser (2006) entrevistaram tradutores para conhecer suas percepções sobre os SMT e uma das conclusões às quais chegaram as autoras é a de que tradutores recém iniciados na profissão avaliam positivamente os sistemas por não conhecerem a fundo suas potencialidades e limitações por meio de treinamento específico, enxergando o conhecimento sobre as ferramentas apenas como uma forma de ganhar status aos olhos da indústria e dos pares. Dragsted (2006) e Colominas (2008) examinaram o papel da segmentação no trabalho do tradutor, isto é, em que medida a segmentação da máquina assemelha-se à segmentação humana, pesquisa que encontra ressonância, no Brasil, com o trabalho de Alves (2005). Para esses autores, os tradutores

recuperam as informações de um texto de forma recursiva, aludindo ao mesmo tempo à estrutura, à gramática, e ao contexto, ao passo que a segmentação automática dos sistemas de memória de tradução ocorre através dos sinais de pontuação, o que pode provocar uma leitura e interpretação artificiais do texto. O'Brien (2007) pesquisou o dispêndio cognitivo de tradutores ao utilizarem os SMT. Kenny (2007) sugere que é necessário que analisemos como as novas tecnologias afetam a atividade de tradução, a identidade social do tradutor e sua autoimagem. Christensen e Shjoldager (2010) mencionam que precisamos ter mais conhecimento a respeito dos SMT sob a perspectiva dos tradutores. Le Blanc (2013), em um experimento com tradutores profissionais de uma agência de tradução canadense, também observa que a maioria dos profissionais relata sérias preocupações com relação ao uso dos SMT. O autor constatou que, aos olhos dos tradutores, os sistemas apresentam uma lista de desvantagens, tais como o *design* das ferramentas, o fato de apresentarem o texto original e traduzido de forma segmentada, mecânica, artificial, levando, possivelmente, a problemas de coesão e coerência textuais.

Nas palavras de Chesterman e Williams (2002), embora os SMT estejam sendo amplamente utilizados, há pouca pesquisa acerca do impacto das ferramentas sobre o trabalho do tradutor e, também, sobre a forma como os textos são produzidos a partir do uso desses sistemas. Na esfera acadêmica, Kenny (2007) e Bowker (2015) afirmam que quando as ferramentas tecnológicas são incorporadas ao ensino e à aprendizagem de tradução em universidades, não se está meramente preparando o profissional para o mercado de trabalho, mas criando ambientes para a pesquisa e avaliação das ferramentas e das limitações da interação homem-máquina.

As conclusões apontadas pelos autores supracitados despertam questões interessantes e importantes, quais sejam: qual é o impacto dos SMT no trabalho dos tradutores? Como os tradutores são influenciados pelos SMT? Quais estudos podem ser implementados em sala de aula de ensino de tradução com vistas a auxiliar a descrição, o uso e a avaliação dos SMT a futuros profissionais?

Para Stupiello (2015, p. 20), parece haver uma lacuna na investigação sobre a maneira como a tradução é concebida quando o tradutor emprega ferramentas como os sistemas de memórias ou sobre qual seria a extensão de sua responsabilidade pelo trabalho que elabora.

Assim, os casos aqui estudados têm como proposta discutir o impacto que as novas

tecnologias, principalmente os sistemas de memória de tradução, exercem sobre o trabalho do aprendiz a tradutor¹.

2. Os contextos de trabalho e ensino de tradução

Como mencionado, nas últimas décadas, o desenvolvimento das tecnologias de auxílio à tradução, como os sistemas de memória, tem promovido mudanças definitivas no trabalho do tradutor (MELBY, 2006; GARCIA, 2010; BOWKER, 2015). O crescente volume de textos que requerem tradução para circulação online e a premência da divulgação de seus conteúdos em diferentes línguas aumentam a pressão para que prestadores de serviços de tradução em diversas esferas, de agências a tradutores freelances, adotem ferramentas que acelerem a produção tradutória, ao mesmo tempo em que organizam os trabalhos para possibilitar reaproveitamento posterior.

Nessa configuração do mercado, as expectativas envolvidas na contratação de tradutores não se voltam unicamente ao conhecimento linguístico esperado desses profissionais, mas englobam também exigências como habilidade de utilização de diferentes softwares de auxílio à tradução e gerenciamento terminológico. Até pouco tempo, muitas agências no Brasil ofereciam treinamento em recursos como sistemas de memória de tradução para tradutores recém-contratados. Nos dias de hoje, a proficiência nessas tecnologias faz parte da competência tradutória e condiciona a contratação em mercados que lidam com conteúdos em formato eletrônico, como o setor de localização. O tradutor atua em equipe, em geral liderada por um gerente de projetos (que pode ter formação na área ou não), e se encarrega de parcelas de textos em constante atualização. No setor de tradução assistida por tecnologias, a tradução “torna-se muito mais um trabalho com banco de dados, glossários e um conjunto de ferramentas eletrônicas, em vez de textos originais completos e definitivos” (BIAU GIL; PYM, 2006, p. 6).

Se a tecnologia é uma necessidade para profissionalização do tradutor, ela passa a ser componente indispensável também em sua formação. A integração definitiva de tecnologias ao trabalho do tradutor, sejam sistemas de memória de tradução ou programas de tradução automática, está promovendo mudanças em muitos cursos universitários de formação de

¹ Esses casos foram apresentados oralmente no âmbito das atividades científicas do ENTRAD 2016 – XII Encontro Nacional de Tradutores e VI Encontro Internacional de Tradutores –, organizado pela ABRAPT (Associação Brasileira de Pesquisadores em Tradução) e pelo Curso de Bacharelado em Tradução da Universidade Federal de Uberlândia, em Uberlândia-MG.

tradutores que, gradativamente, estão revendo seus currículos para incluir o treinamento nessas ferramentas. É um movimento lento (especialmente em cursos de universidades públicas), pois requer, na maioria dos casos, a contratação de novos docentes que tenham conhecimento prático dessas tecnologias.

Incluir o ensino de ferramentas em um curso de formação de tradutores exige, para Bowker (2015, p. 90), “uma mudança fundamental no modo como enxergamos – e, portanto, ensinamos – tradução”. O ensino extrapolaria o treinamento, devendo desenvolver “habilidades estratégicas e reflexivas” no tradutor, de forma a auxiliar futuros tradutores na decisão sobre qual ferramenta utilizar e na adoção das melhores práticas. A autonomia na escolha da ferramenta de trabalho configura o contexto ideal de trabalho do tradutor, entretanto, sabe-se que quase nunca é dele a decisão sobre qual ferramenta utilizar. Ao ser contratado para uma tradução, o tradutor deve devolver o texto “sujo”, ou seja, contendo os segmentos do texto de origem e suas respectivas traduções. O sistema utilizado deve permitir que o texto seja salvo em uma extensão compatível com aquela do sistema utilizado pela agência que o contratou. Ao “limpar” o texto, essa agência contratante alimenta paralelamente o seu banco de dados (memória), de forma a reaproveitar as escolhas feitas para essa tradução em futuros trabalhos. Não será necessário remunerar futuras ocorrências dessa tradução ou realizar o trabalho com o mesmo tradutor, afinal, outros profissionais poderão “reaproveitar” segmentos anteriormente traduzidos, editando-os conforme necessário.

A edição também faz parte da prática de tradução assistida por programas de tradução automática. O insucesso dos projetos automáticos independentes da década de 1950 ganhou uma nova chance de redenção com a convergência desses programas na plataforma dos sistemas de memória. O sucesso da tradução automática depende hoje do trabalho de pré- e pós-edição de textos.

Quanto mais “controlada” a escrita do texto de origem no estágio de pré-edição, isto é, quanto mais independentes forem as frases, contendo o menor número possível de referências anafóricas e catafóricas, por exemplo, maior o sucesso da automação. Já a pós-edição, etapa posterior à tradução automática, não deve ser confundida com a revisão (*proof-reading*), que foca em erros de digitação e concordância, por exemplo. Pós-editar um texto envolve torná-lo “bom o suficiente para comunicação e/ou disseminação”, devendo ser visto como um processo de “melhorar pela modificação (em vez de revisão) de uma tradução gerada automaticamente,

atentando-se sempre para o esforço mínimo por parte do pós-editor” (DECLERCQ, 2015, p. 485).

Em geral, o trabalho de pós-edição fica a cargo do tradutor, ao passo que a revisão é delegada a um revisor/linguista. Agências menores tendem a contratar um número muito maior de revisores (com remuneração inferior, “proporcional” ao trabalho) do que de tradutores. Em alguns casos, esses revisores, sem perceberem, estão traduzindo muito mais do que revisando, sem um diferencial na remuneração. A Sociedade dos Usuários de Automação em Tradução (TAUS) recomenda o exame da produção automática (tradução bruta, ou *raw translation*) e o acordo sobre a remuneração do trabalho do pós-editor, dependendo da qualidade final desejada das informações pós-editadas.

A prática de trabalho em equipe, somada ao constante reaproveitamento de trabalhos anteriores realizados por tradutores diversos, colabora para tornar o tradutor invisível e desvalorizar sua atuação, particularmente se, durante o período de sua formação, ele não teve oportunidade de refletir sobre os efeitos da (semi-)automação em seu trabalho. Ferramentas como sistemas de memória e programas de tradução automática deveriam ser mais aliadas do tradutor do que de seus contratantes, possibilitando a dinamização do trabalho, especialmente pela eliminação da necessidade de retradução de trechos repetitivos, pela rápida recuperação de escolhas terminológicas e pela possibilidade de se traduzir e editar arquivos – em diversos formatos – mais facilmente do que em um processador de texto. A reciclagem indiscriminada de segmentos, uma prática definitivamente comercial e com possíveis implicações para a expressividade e renovação da língua, deveria ser tratada com mais cautela e suas vantagens e desvantagens deveriam ser discutidas por todas as partes envolvidas (clientes e tradutores).

Essas discussões só podem ser produtivas se o tradutor conhece bem como a ferramenta pode influenciar na sua produção, uma vez que o cliente não se interessa por essas questões, ou não tem a mínima noção de suas possíveis ramificações, já que seu foco está sempre na melhor relação custo-benefício para o trabalho contratado. Considerando a relevância da inclusão de uma reflexão sobre os possíveis efeitos da adoção de sistemas de memória e programas de tradução automática na produção de traduções, há três anos desenvolvemos em dois cursos acadêmicos de formação de tradutores, em conjunto com o treinamento em ferramentas, uma metodologia de pesquisa-ação (HALE; NAPIER, 2013) para investigar como tradutores em formação interagem com as tecnologias que lhe são introduzidas na produção de suas traduções. De acordo com o método, torna-se possível investigar os atributos de aprendizagem de

estudantes em determinados cenários pedagógicos com o objetivo de evidenciar problemas, pesquisá-los, relacioná-los a problemas relatados na literatura da área e implementar ações para solucioná-los.

A seguir apresentamos alguns resultados de ações desenvolvidas em dois contextos universitários de formação de tradutores: no curso de Bacharelado em Tradução do Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia (ILEEL/UFU) e no curso de Bacharelado em Letras com Habilitação de Tradutor do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (IBILCE/UNESP).

3. Ações pedagógicas de pesquisa e ensino de tecnologias de semiautomação da tradução

Partindo do pressuposto de que tradutores em formação tendem a confiar nas opções que lhe são apresentadas pelas tecnologias que empregam (BOWKER, 2005) e a reproduzir em suas traduções as opções disponibilizadas por esses sistemas, consideramos ser essencial o desenvolvimento de competências instrumentais (PACTE, 2005) e da capacidade de metarreflexão (ALVES, 2005) sobre o uso e o impacto das tecnologias no fazer desses futuros profissionais.

As competências instrumentais (PACTE, 2005) dos tradutores em formação são desenvolvidas nos cursos do ILEEL/UFU e do IBILCE/UNESP em disciplinas que contemplam o treinamento em uma série de ferramentas eletrônicas que visam promover o aumento da produtividade e da qualidade das traduções produzidas. O número de estudantes nas disciplinas ministradas nas duas instituições varia de treze a dezesseis, todos trabalhando no par linguístico inglês-português. Entre as ferramentas ensinadas estão os sistemas de memória de tradução Wordfast (nas versões Classic, Anywhere e Pro), MemoQ e SDL Trados Studio, com todos os seus recursos disponibilizados (segmentação, correspondência e base terminológica) para a prática de tradução e localização. Além da instrumentalização dos estudantes em direção à eficiência na adoção dessas ferramentas, as disciplinas contemplam também o desenvolvimento da autonomia do tradutor em formação, por meio de discussões abrangendo os aspectos positivos e negativos das ferramentas adotadas, as práticas comuns no mercado de trabalho e os possíveis efeitos de seu uso na produção de traduções. Para esse fim, os alunos são convidados a analisar o seu processo de tradução após a realização de um trabalho a fim de

refletir sobre os possíveis desafios superados (ou não) durante o processo e as principais características do produto: a tradução final (ALVES, 2005).

Entre os relatos frequentes pelos estudantes durante o desenvolvimento dos trabalhos propostos está a disponibilização fragmentada do texto de origem para tradução. Embora a segmentação seja um recurso essencial para garantir a recuperação de trechos de traduções, ela também produz efeito na imagem que o tradutor faz do texto de origem que, ao ser apresentado em um contexto limitado por caixas de texto, acaba estimulando o tradutor a se ater a um ritmo de trabalho de segmento a segmento, limitando sua criatividade e tornando-o ainda mais dependente dos resultados que a memória lhe oferece, percepções essas semelhantes àquelas relatadas por LeBlanc (2013). As Figuras 1 e 2 a seguir apresentam um site da empresa norte-americana Caterpillar visualizado por um navegador na internet e por meio de um sistema de memória, respectivamente.

Figura 1 - Página eletrônica da empresa Caterpillar.

COMPANY

SUSTAINABILITY

BUILDING A BETTER WORLD

At Caterpillar, sustainability is our commitment to building a better world. Sustainability is part of who we are and what we do every single day. We recognize progress involves a balance of environmental stewardship, social responsibility and economic growth.

We consider this as we work toward a vision of a world in which people's basic needs – such as shelter, clean water, education and reliable energy – are fulfilled. We provide work environments, products, services and solutions that make productive and efficient use of resources as we strive to achieve our vision. We believe this commitment supports the enduring success of our customers, stockholders, dealers and our people.

SUSTAINABILITY REPORT



Caterpillar remains as committed to making sustainable progress possible around the world today. We offer innovative solutions to complex challenges that the world faces today. Read more about sustainability at Caterpillar in our annual Sustainability Report.

[LEARN MORE](#)

VISION, MISSION, STRATEGY, & PRINCIPLES



In the next decade, the most successful companies will be those that integrate sustainability into their core businesses. That's what we're doing at Caterpillar, and we are helping our customers do the same.

[LEARN MORE](#)



Fonte: extraída da internet em <http://www.caterpillar.com/en/company/sustainability.html>.

Figura 2 - Visualização do conteúdo textual do website da Caterpillar no Wordfast Pro.

ID	English	Portuguese (Brazil)	Score
55	LEARN MORE ABOUT COOKIES ON CATERPILLAR.COM		N/A
56	Company		N/A
57	Sustainability		N/A
58	Sustainable Development for Caterpillar means leveraging technology and innovation to increase efficiency and productivity with less impact on the environment and helping our customers do the same – enabling their businesses to become more productive by providing products, services and solutions that use resources more efficiently.		N/A
59	Of course, it starts with our own operations, with our customers in mind.		N/A
60	Sustainability Report		N/A
61	Since 2005, Caterpillar has published an annual sustainability report, with detailed performance information and data and highlights about specific projects that support our sustainable development efforts.		N/A
62	Each year the report serves as the flagship document for stakeholders to understand Caterpillar's commitment to sustainability.		N/A
63	Vision, Mission, Strategy		N/A
64	In the next decade, the most successful companies will be those that integrate sustainability into their core businesses.		N/A
65	That's what we're doing at Caterpillar, and we are helping our customers do the same.		N/A
66	Remanufacturing		N/A
67	Caterpillar's commitment to sustainable development, and its expertise in remanufacturing technology and processes, promise a bright future for Cat Reman.		N/A

Fonte: elaborada pelas autoras com o Wordfast Pro (versão 3.4.10).

Os sistemas de memória têm uma maneira própria de preparar e processar um texto para tradução. O texto de origem é apresentado ao tradutor em trechos ou segmentos. A leitura do tradutor é delimitada pelas caixas de tradução que comportam cada segmento. Para usar a ferramenta com eficiência, o tradutor deve se adaptar à maneira como a máquina lhe apresenta o texto, apoiando-se no contexto limitado que lhe é disponibilizado. Essa configuração pode colaborar para que o tradutor desenvolva uma “fé cega” na tecnologia que utiliza, conforme relata Bowker (2005), o que pode se refletir na aceitação, sem maior questionamento, das opções recuperadas pelo sistema de memória. Exemplos de como a confiança excessiva nos resultados do sistema automático pode influenciar a produção de tradutores em formação são oferecidos em atividades propostas aos estudantes do curso de Tradução do ILEEL/UFU.

Como os estudantes não têm conteúdo suficiente em suas memórias para experimentarem efetivos ganhos de produtividade com a recuperação de segmentos anteriormente traduzidos, a memória foi construída gradativamente a partir da tradução de textos jurídico-administrativos. Optou-se por solicitar a tradução de um *transcript of the police records* (atestado de antecedentes criminais). Esse tipo de texto apresenta uma quantidade razoável de fraseologias fixas, bem como vocabulário e sintaxe relativamente repetitivos e limitados, o que o tornou propício para o desenvolvimento da tradução e para a reflexão sobre seus resultados. A memória foi sendo alimentada com a tradução de dois atestados. Antes do início da tradução, os estudantes foram convidados a fazer a leitura e a refletir sobre suas possíveis traduções do primeiro atestado, o que poderia torná-los mais conscientes no momento de rejeitar as opções da memória que não condiziam com o contexto do texto subsequente. Após

criarem a memória de tradução no par linguístico inglês-português, os alunos procederam ao início da tarefa. Foram disponibilizados cerca de 120 minutos para a conclusão total da tradução do Texto 1, exibido na Figura 3. O resultado foi discutido junto aos alunos, e o produto tradutório teve sua revisão finalizada e validada a fim de que seus segmentos servissem ao reaproveitamento para a tradução do próximo atestado.

Figura 3 - Sessão de tradução do documento *Transcript of Police Records* (Texto 1).

<small></small> <small><E></small> Transcript of the Police Records <small></E></small> <small></small> <small></small> Atestado de Antecedentes Criminais <small></small>
<small><E></small> Issued by the Chief of Police <small></E></small>
<small><E></small> LONDON - UK / LONDRES - REINO UNIDO <small></E></small>
<small></small> <small><E></small> Name (family name, forenames): <small></E></small> <small></small> Nome (sobrenome, pré-nomes): <small></small> John Smith, John Smith <small></E></small>
<small></small> <small><E></small> Date of birth: <small></E></small> <small></small> Data de nascimento: <small></small> April, 2, 1988, 2 de abril de 1988 <small></E></small>
<small></small> <small><E></small> Identity number: <small></E></small> <small></small> Número de Identidade: <small></small> 32328, 32328 <small></E></small>
<small></small> <small><E></small> Address: <small></E></small> <small></small> Endereço: <small></small> FLOWER STREET, 5A, FLOWER STREET, 5A <small></E></small>
<small></small> <small><E></small> Occupation: <small></E></small> <small></small> Profissão: <small></small> Dentist, Dentista <small></E></small>
<small></small> <small><E></small> Subject to the provisions of §6, first and second paragraphs of the Criminal Registration Act June, 11, 1975 the above named person: <small></E></small> <small></small> Sujeito aos dispositivos do Art. 6º, primeiros <small></small>
<small></small> <small><E></small> 1. Has no criminal record. <small></E></small>
<small></small> <small><E></small> Nada Consta <small></E></small>

Fonte: Arquivo de pesquisa das autoras.

Na semana subsequente ao primeiro trabalho, um segundo texto foi proposto para tradução utilizando-se a mesma memória de tradução. Embora bastante semelhante ao anterior, esse texto apresentava uma particularidade. Em vez do fraseologismo “*has no criminal records*”, o atestado continha “*one*” (“um”) antecedente criminal, apresentando a expressão “*has one criminal record*”. Todavia, mesmo o SMT tendo apontado que havia apenas correspondência parcial (84%) entre os segmentos “*has no criminal records*” e “*has one criminal record*”, a maior parte dos estudantes (54%) aceitou a proposta de tradução da memória, invalidando assim a tradução e o conteúdo do segundo atestado, já que ficou registrado que o seu solicitante não possuía antecedentes criminais, quando, na verdade, possuía um, como apresenta a Figura 4.

Figura 4 - Sessão de tradução do documento *Transcript of Police Records* (Texto 2).

Transcript of the Police Records / Atestado de Antecedentes Criminais
 Issued by the Chief of the Police / Emitido pelo Delegado de Polícia de BERGEN
 Salt Lake City - US / Salt Lake City - EU

Name (family name, forenames) / Nome (sobrenome, pré-nomes): STEVE CLAY / STEVE CLAY
 Date of birth / Data de nascimento: March, 12, 1998 / 12 de março d 1998
 Identity number / Número de Identidade: 89-800314 / 89-800314
 Race / Raça: White / Branco
 Sex / Sexo: Male / Masculino
 Hair and eyes / Cabelo e olhos: Black / pretos
 Address / Endereço: Washington Square, 8D / Washington Square, 8D
 Occupation / Profissão: Painter / Pintor
 Subject to the provisions of §6, first and second paragraphs of the Criminal Registration Act June, 11, 1975 the above named person; / Sujeito aos dispositivos do Art. 6º, primeiros e s

1. Has one criminal record:

Nada Consta

Fonte - Arquivo de pesquisa das autoras.

A maneira como o sistema apresenta o texto ao tradutor, que o enxerga como um conjunto de segmentos a serem traduzidos de maneira consecutiva, por um lado, organiza a produção da tradução, mas, por outro, pode automatizar o trabalho de forma a impossibilitar que o tradutor considere opções de tradução que não aquelas apresentadas pelo sistema (no caso de reaproveitamento de traduções anteriores) ou que não expressem exclusivamente o sentido do segmento encerrado pela caixa de texto.

Outro exemplo de “fé cega” (BOWKER, 2005) do aprendiz de tradução aos resultados apresentados pelos sistemas de memória de tradução pode ser verificado em outra atividade de tradução solicitada aos alunos do Curso de Tradução do ILEEL/UFU. Ressalta-se que assim como no exemplo anterior e quanto nos seguintes, realizados entre os anos de 2014 e 2016, em ambas as instituições, todos os alunos assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), autorizando a divulgação geral dos resultados das investigações.

No exemplo a seguir, solicitou-se que os alunos utilizassem o SMT Wordfast Pro (3.4.10) para traduzir uma página do website da FIT - Federação Internacional de Tradutores,

em particular a página que contém instruções para submissão de trabalhos científicos para o congresso promovido pela federação em 2014.

Figura 5 - Página eletrônica da FIT International Federation of Translators.

XXth World Congress · International Federation of Translators
XX^e Congrès mondial · Fédération Internationale des Traducteurs
20. Weltkongress · Internationaler Übersetzerverband FIT

Berlin
August 4-6, 2014
4-6 août 2014
4.-6. August 2014
Deutsch Français Sitemap

Home
Programme
General information
News
Venue
Call for papers
Fees
Planning your journey
Information for speakers
Trade exhibition
Job exchange
Contact us
Subscribe to newsletter
About FIT
About BDÜ
About the World Congress
Download Center
Conference Portal

What can you expect from the FIT World Congress?

The FIT World Congress is an international conference which brings together all those involved in the language sector: translators, interpreters and terminologists, students and teachers, newcomers and experienced professionals, product and service providers - all those for whom professional language services are a must.

Presentations, panel discussions and workshops

The **presentations** have a maximum duration of 30 minutes. In most cases, an opportunity for brief discussion is provided at the end of blocks comprising three or four presentations.

The **panel discussions** are timed for 90 minutes. Panel members and members of the audience exchange their ideas on current topics from professional practice.

The **workshops** last 90 or 180 minutes, depending on the subject, and provide a more intensive examination of individual issues.

Would you like to [submit an abstract](#)? We look forward to receiving your suggestion.

Fonte: extraída da internet em <http://www.fit2014.org/index.php?lang=en&content=020000.php>.

Para a atividade, solicitou-se que os alunos utilizassem uma memória cedida pela professora da disciplina, que deliberadamente introduziu um erro no banco de dados, com a expectativa que os alunos percebessem o equívoco. No penúltimo excerto correspondente ao item “Presentations, panel discussions and workshops”, a palavra “subject”, em “The workshops last 90 or 180 minutes, depending on the **subject**, and provide a more intensive examination of individual issues”, foi traduzida e validada na memória de tradução cedida aos alunos por “sujeito”, e não por “assunto” ou “temática”, opções correspondentes às instruções dirigidas aos proponentes de trabalho do congresso da federação.

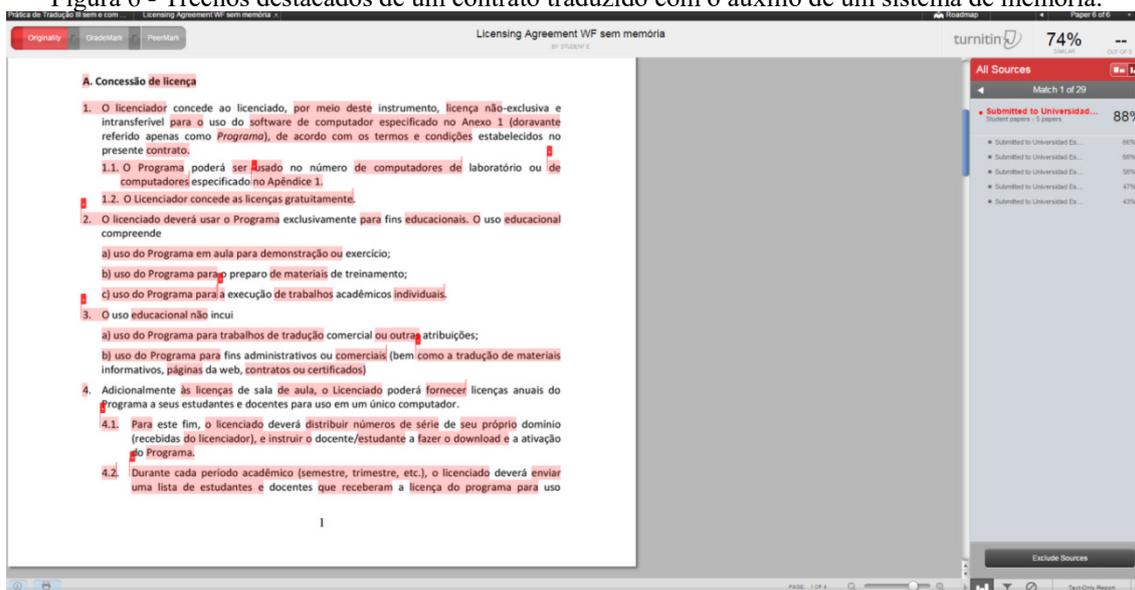
No estudo, cinco dos nove alunos aceitaram a opção equivocada apresentada pela memória de tradução, isto é, validaram a tradução “sujeito”, em vez de alterá-la, apresentando a seguinte tradução: “Os workshops têm duração de 90 a 180 minutos, dependendo do sujeito, e fornecem ...”

Os resultados dessa atividade foram discutidos com os alunos no sentido de mostrar-lhes que suas produções podem ser invalidadas, já que sofrem o que Bowker (2005) nomeia como “sentence salad” (salada de sentenças), isto é, o texto traduzido torna-se uma série de

sentenças inconsistentes e de qualidade questionável se as opções apresentadas pela memória de tradução não forem bem analisadas.

Para investigar os possíveis efeitos da semiautomação da tradução em textos comerciais, propôs-se, aos estudantes do curso de Tradutor do IBILCE/UNESP, trabalhos com três textos comerciais (todos eles contratos com até 500 palavras). Durante um período de duas horas concedidas para a realização de cada trabalho, os estudantes foram instruídos a traduzirem um texto sem apoio de um sistema de memória e dois textos com a assistência dessa ferramenta. Os resultados das traduções, processados com o auxílio do programa de detector de plágio Turnitin, indicam maiores índices de semelhanças entre os textos realizados com o auxílio de um sistema de memória, o que sugere que os estudantes podem ter ficado mais “presos” ao texto de origem quando apresentado em segmentos. A Figura 6 a seguir apresenta o recurso *Originality Check*, que destaca frases e expressões consideradas altamente semelhantes ou idênticas às traduções dos outros estudantes salvas no repositório do programa Turnitin:

Figura 6 - Trechos destacados de um contrato traduzido com o auxílio de um sistema de memória.

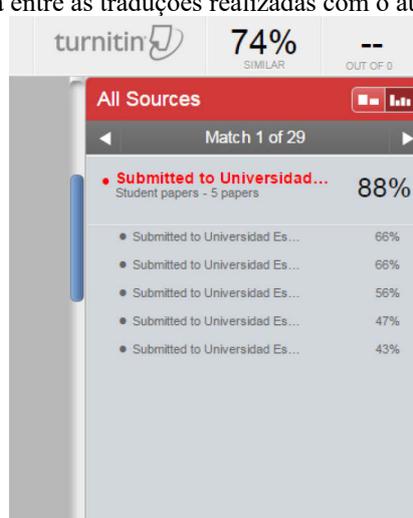


Fonte: arquivo de pesquisa das autoras.

O sistema destaca os trechos semelhantes aos das outras traduções armazenadas e, assim, permite examinar se a segmentação do texto de origem interferiu na elaboração de sua tradução. Tendo em vista o fato de o recurso Originalitycheck identificar com precisão o quanto um texto se assemelha a outros armazenados no sistema, é possível observar o quanto do texto hachurado não é “original”, o que deve ser interpretado nesse caso como uma tradução idêntica ou com um alto grau de semelhança às outras analisadas.

A Figura 7 apresenta uma imagem ampliada do índice de semelhança entre as traduções armazenadas no depósito do programa. Observa-se nessa figura a quantificação da semelhança entre as traduções desenvolvidas com o sistema de memória. Nesse caso, todas elas apresentam índices superiores a 50% de ocorrências de frases e trechos de frases que o sistema identificou como idênticos. Para trabalhos realizados sem o auxílio de sistemas de memórias, o índice de semelhança não ultrapassou 30%, valor consideravelmente menor, que pode ser indicativo de trabalhos estilisticamente mais inovadores, não restritos pelos recursos da ferramenta.

Figura 7 - Índice de semelhança entre as traduções realizadas com o auxílio de um sistema de memória.



Fonte: arquivo de pesquisa das autoras.

A análise da originalidade de textos por meio de índices e porcentagens é útil na medida em que torna possível quantificar com precisão como os sistemas de memórias colaboram para tornar os textos traduzidos com uma linguagem mais “engessada” e, portanto, com menos espaço para a criação tradutória. A maneira como o sistema apresenta o texto ao tradutor, que o enxerga como um conjunto de segmentos a serem traduzidos de maneira consecutiva, por um lado, organiza a produção da tradução, mas, por outro, pode automatizar o trabalho de tal forma que se torna difícil ao tradutor considerar opções de tradução que não aquelas apresentadas pelo sistema (no caso de reaproveitamento de traduções anteriores) ou que não expressem exclusivamente o sentido do segmento encerrado pela caixa de texto.

Os resultados da pesquisa-ação desenvolvida nos contextos acadêmicos de formação de tradutores do ILEEL/UFU e do IBILCE/UNESP confirmam aqueles de um estudo desenvolvido por Dragsted (2005), que observou que a segmentação em frases pelos sistemas de memória

direciona o foco do tradutor exclusivamente a esses segmentos, o que pode interferir na qualidade geral da tradução final.

4. Considerações finais

Ensinar o tradutor em formação a refletir sobre as implicações da ferramenta que utiliza em suas traduções pode ajudá-lo a descobrir como o trabalho humano se diferencia daquele realizado pela máquina. Esse conhecimento pode ajudar o tradutor a fazer uso mais eficaz da tecnologia, atentando-se para a intervenção em seu trabalho e valorizando sua atuação humana. Esse entendimento pode, em última análise, ser de grande valia para o tradutor negociar melhor as condições de remuneração de seu trabalho. Essa é a tarefa urgente na formação de tradutores na área de tecnologias, em uma era em constante evolução e que caminha para maior automação e independência das ferramentas, como os sistemas de memória, que tiveram início em ambientes de processadores de texto, caminharam para plataformas independentes e, progressivamente, estão sendo incorporados a programas de tradução automática.

Referências

ALVES, F. Ritmo cognitivo, meta-função e experiência: parâmetros de análise processual no desempenho de tradutores novatos e experientes. In: ALVES, F.; MAGALHÃES, C. M.; PAGANO, A. S. (Org.). **Competência em tradução: cognição e discurso**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005, p. 109-169.

BIAU GIL, J. R.; PYM, A. Technology and translation (a pedagogical overview). In: PYM, A., A., PEREKRESTENKO, A., STARINK, B. **Translation technology and its teaching**. Tarragona. Disponível em: http://isg.urv.es/publicity/isg/publications/technology_2006/index.htm. Acesso em: 22 nov. 2016.

BOWKER, L. Productivity vs. quality: a pilot study on the impact of translation memory systems. **Localisation Focus**, Limerick, 2005, v. 4, n. 1, p. 13-20.

_____. Computer-aided Translation: Translator Training. In: SIN-WAI, C. (Ed.) **Routledge encyclopedia of translation technology**. London: Routledge, 2015, p. 88-104.

CHESTERMAN, A.; WILLIAMS, J. **The map: a beginner's guide to doing research in translation studies**. Manchester: St. Jerome, 2002. 149p.

CHRISTENSEN, T. P.; SCHJOLDAGER, A. Translation-memory (TM) research: What do we know and how do we know it? **Hermes**, Aarhus, v. 44, p. 1-13, 2010.

COLOMINAS, C. Towards chunk-based translation memories. **Babel**, Amsterdam, v. 54, n. 4, p. 343-354, 2008. <https://doi.org/10.1075/babel.54.4.03col>

DECLERCQ, C. Editing in translation technology. In: SIN-WAI, C. (Ed.) **Routledge encyclopedia of translation technology**. London: Routledge, 2015, p. 480-493.

DILLON, S., FRASER, J. Translators and TM: An investigation of translators' perceptions of translation memory adoption. **Machine Translation**, Dublin, v. 20, n. 2, p. 67-79, 2006. <https://doi.org/10.1007/s10590-006-9004-8>

DRAGSTED, B. Computer-aided translation as a distributed cognitive task. **Pragmatics & Cognition**, Amsterdam, v. 14, n. 2, p. 443-464, 2006. <https://doi.org/10.1075/pc.14.2.17dra>

_____. Segmentation in translation: differences across levels of expertise and difficulty. **Target**, Amsterdam, n. 17, v. 1, p. 49-70, 2005.

GARCIA, I. The Proper Place of Professionals (and Non-Professionals and Machines in Web Translation). **Revista Tradumática**, Barcelona, n. 8. 2010. Disponível em: <http://revistes.uab.cat/tradumatica/article/view/98>. Acesso em: 21 ago. 2016.

_____. Beyond translation memory: Computers and the professional translator, **JoSTrans – The Journal of Specialised Translation**. London, n. 12, p. 199-214, 2009.

KENNY, D. Translation memories and parallel corpora: Challenges for the translation trainer. In: KENNY, D.; RYOU, K. (Eds.) **Across Boundaries: International Perspectives on Translation**. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, 2007, p. 192-208.

HALE, S.; NAPIER, J. **Research methods in interpreting: a practical resource**. London: Bloomsbury, 2013.

LAGOUDAKI, E. **Translation memory systems: enlightening user's perspective**. London: Imperial College, 2006.

LEBLANC, M. Translators on translation memory (TM): results of an ethnographic study in three translation services and agencies. **Translation & Interpreting**, Sidney, v. 5, n. 2, p. 1-13, 2013.

MELBY, A. MT+TM+QA: the future is ours. **Revista Tradumática**, 2006, v. 4. Disponível em: <http://www.fti.uab.es/tradumatica/revista/num4/articles/04/04>. Acesso em: 21 ago. 2016.

O'BRIEN, S. Eye-tracking and translation memory matches. **Perspectives**, London, v. 14, n. 3, p. 185-205, 2007.

PACTE. Investigating translation competence: conceptual and methodological issues. **Meta**, Montréal, v. 50, n. 2, p. 609-619, 2005.

SOMERS, H. Translation memory systems. In: SOMERS, H. (Ed.). **Computers and translation: a translator's guide**. Amsterdam: John Benjamins, 2003, p. 31-46. <https://doi.org/10.1075/btl.35>

STUPIELLO, E. N. A. **Ética profissional na tradução assistida por sistemas de memórias**. São Paulo: Editora Unesp, 2015. 205p.

_____. O texto adaptado à máquina: estratégias de controle autoral para implementação da tradução automática. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 39, p. 696-706, 2010.

Artigo recebido em: 14.02.2017

Artigo aprovado em: 21.03.2017

Tradução Automática: estratégias e limitações Machine Translation: approaches and limitations

Helena de Medeiros Caseli*

RESUMO: A Tradução Automática é uma das principais subáreas e aplicações do Processamento Automático de Línguas Naturais (PLN). Em um sistema de tradução automática, a informação em uma língua fonte, fornecida como entrada para o sistema, é transformada em uma versão equivalente na língua alvo. Apesar de mais de 70 anos de pesquisas em tradução automática, as principais estratégias propostas apresentam limitações. Neste artigo, são discutidas três dessas estratégias: a tradução automática baseada em regras, a tradução automática estatística e a tradução automática neural. Neste artigo, apresentamos uma breve descrição de cada estratégia, acompanhada de exemplos que ajudam a compreender as limitações citadas.

PALAVRAS-CHAVE: Tradução automática. Processamento Automático de Línguas Naturais. Tradução automática baseada em regras. Tradução automática estatística. Tradução automática neural.

ABSTRACT: Machine Translation is one of the main fields and applications of Computational Linguistics (CL). In a machine translation system, the information in a source language, provided as input to the system, is transformed into an equivalent version in the target language. Despite more than 70 years of researches regarding machine translation field, the main approaches proposed have limitations. In this paper, we discuss three of these approaches: rule-based machine translation, statistical machine translation, and neural machine translation. In this article, we present a brief description of each approach, accompanied by examples that help to understand the limitations mentioned.

KEYWORDS: Machine Translation. Computational Linguistics. Rule-based machine translation. Statistical machine translation. Neural machine translation.

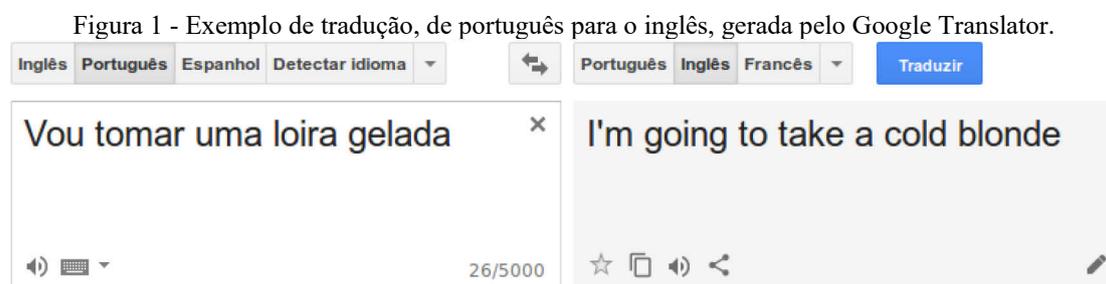
1. Introdução

A Tradução Automática (TA) é tanto uma das principais subáreas do Processamento Automático de Línguas Naturais (PLN) como uma aplicação computacional disponível em sites¹ e sistemas/aplicativos para computadores e dispositivos móveis (celulares, *tablets*, etc.). Na TA, a partir da informação fornecida como entrada em um idioma original (língua fonte), um site/sistema/aplicativo gera uma versão equivalente em outro idioma (língua alvo).

* Doutora em Ciência da Computação, Departamento de Computação, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). E-mail: helenacaseli@dc.ufscar.br.

¹ Como o Google Translator. Disponível em: <https://translate.google.com.br/>. Acesso em: 25 jan. 2017.

Embora tenha surgido como uma área de pesquisa há mais de 70 anos, a TA ainda apresenta desafios, como tratar gírias e coloquialismos como ilustra o exemplo da Figura 1. Nesse exemplo, a tradução da expressão em português “loira gelada”, tradicionalmente empregada para se referir a uma “cerveja gelada”, foi equivocadamente traduzida em inglês para *cold blonde* pelo Google Translator. Esse exemplo demonstra uma das principais limitações dos sistemas automáticos de TA, que é lidar com gírias e coloquialismos. Essas limitações, aliadas à importância cada vez maior dos sistemas de TA em um cenário mundial com cada vez menos barreiras físicas e virtuais entre as pessoas falantes de diversos idiomas, fomentam as pesquisas atuais em TA.



Fonte: extraída do site do Google Translator (em 26/01/2017).

Desde seu surgimento, diversas estratégias de TA foram propostas. As estratégias mais tradicionais são: a tradução direta, a tradução por transferência e a tradução por interlíngua. Na tradução direta, ocorre o mapeamento direto das unidades lexicais fonte para as unidades lexicais alvo, ou seja, sem que nenhuma etapa de análise sintática ou semântica seja realizada. Na tradução por transferência, por sua vez, há uma análise sintática parcial ou completa da língua fonte e o mapeamento fonte-alvo se dá com base em regras de transferência sintática seguido da geração de uma saída equivalente na língua alvo. Por fim, na tradução por interlíngua, há o mapeamento completo da língua fonte para uma língua intermediária (representação abstrata do significado) e desta para a língua alvo (CASELI, 2015).

Além de caracterizar as pesquisas (ou os sistemas) de TA de acordo com a estratégia, também há a diferenciação de acordo com o paradigma empregado. O paradigma linguístico foi o mais investigado e empregado nos primórdios das pesquisas em TA, até a década de 1980 quando o paradigma empírico passou a ser o mais utilizado, até os dias de hoje. No paradigma linguístico, o conhecimento linguístico profundo das línguas fonte e alvo é mapeado,

geralmente na forma de regras, no que se conhece como TA baseada em regras (*Rule-based Machine Translation* ou RBMT).²

Contudo, a partir de 1989, o paradigma empírico (também conhecido como baseado em *corpus*) passou a dominar o cenário das pesquisas em TA (HUTCHINS, 2007), seguindo uma tendência das pesquisas em tradução de modo geral, as quais foram influenciadas pela linguística de corpus. No paradigma empírico, os sistemas de TA aprendem como gerar a sentença alvo equivalente à sentença fonte de entrada com base em um conjunto de treinamento, no caso, um *corpus* paralelo bilíngue. Um *corpus* paralelo bilíngue é uma coleção de pares de textos escritos em duas línguas sendo um texto a tradução do outro. Um exemplo de par de textos paralelos escritos em português e em inglês pode ser visto no Quadro 1.

Quadro 1- Exemplo de um par de textos paralelos em português e em inglês.

Texto fonte (em português)	Texto alvo (em inglês)
<p>Watson aprende português Aprender espanhol, português e japonês é a nova etapa da plataforma Watson, o sistema de computação cognitiva que a IBM lançou em 2011. Ele tem habilidade para interagir na linguagem do usuário, com voz, processar grandes quantidades de dados, aprender e adquirir conhecimento conforme é usado. “Para isso, é preciso uma adaptação a uma língua com vocabulários e regras semânticas”, diz Fábio Gandour, cientista-chefe do Laboratório de Pesquisas da IBM Brasil. O Watson vai ser alimentado com mais de 300 mil palavras, além de ser dotado de um processamento que inclui o significado de cada palavra. “O sistema não é um produto pronto que a pessoa compra e instala no computador ou servidor, ele precisa ser alimentado com informações para que possa dar respostas adequadas a cada usuário.</p>	<p>Watson learns Portuguese Learning Spanish, Portuguese, and Japanese is the latest stage in the development of Watson, the cognitive computing system launched by IBM in 2011. The Watson platform is able to interact vocally with users in their own language, process large amounts of data, and acquire new knowledge on the fly. “This requires adaptation to the language, including vocabulary and semantic rules,” says Fábio Gandour, chief scientist at the Brazil Research Lab at IBM Brazil. Watson will be “fed” over 300,000 words, as well as being given a processing feature that includes the meaning of each word. “The system is not a finished product that a person can buy and install on a computer or server, it needs to be fed information so that it can produce appropriate responses for each user.</p>

Fonte: extraída do site da revista Pesquisa FAPESP (revistapesquisa.fapesp.br), edição 225 de novembro de 2014.³

² Um exemplo de um sistema de tradução automática baseada em regras é o Apertium (ARMENTANO-OLLER et al., 2006). Disponível em: <http://www.apertium.org>. Acesso em: 25 jan. 2017. Exemplos de regras presentes no sistema Apertium são apresentados no Quadro 2.

³ O texto na íntegra pode ser consultado em: <http://revistapesquisa.fapesp.br/2014/11/18/watson-aprende-portugues/> e <http://revistapesquisa.fapesp.br/en/2014/11/23/watson-learns-portuguese/>. Acesso em: 27 jan. 2016.

A TA empírica engloba estratégias como a baseada em exemplos (*Example-Based Machine Translation* ou EBMT)⁴, a estatística (*Statistical Machine Translation* ou SMT)⁵ e, mais recentemente, a neural (*Neural Machine Translation* ou NMT). Na TA baseada em exemplos, o aprendizado tem como base o reconhecimento de padrões recorrentes no *corpus* de treinamento, enquanto na TA estatística são as probabilidades de tradução (de palavras ou de frases⁶), calculadas com base no *corpus* de treinamento, que definem como a tradução alvo será gerada (CASELI, 2007). A TA estatística era considerada o estado da arte (e o paradigma usado nos tradutores do Google) até 2016, quando deu lugar à estratégia neural.⁷ Na TA neural, redes neurais artificiais⁸ são construídas com base nas características importantes nos dados de treinamento (como a morfologia das palavras, suas frequências e contextos de ocorrência, entre outros) e essas características são o que norteiam o mapeamento para gerar a saída apropriada na língua alvo.

2. Tradução automática na prática

Essa seção ilustra a utilização de três estratégias de TA na prática: TA baseada em regras, TA estatística baseada em frases e TA neural.

2.1. Tradução automática baseada em regras

Na TA baseada em regras, como já mencionado anteriormente, o conhecimento linguístico é mapeado na forma de regras, como as ilustradas no Quadro 2. Essas regras morfossintáticas geralmente são criadas manualmente por linguistas especialistas nas línguas fonte e alvo. Embora essa abordagem manual de criação de regras ofereça grande poder ao

⁴ Um exemplo de um sistema de tradução automática baseada em exemplos é o Pangloss (BROWN, 1996).

⁵ Exemplos de sistemas de tradução automática estatística baseada em frases (*Phrase-Based Statistical Machine Translation* ou PBSMT) são os propostos em (KOEHN et al., 2003) e em (OCH; NEY, 2004).

⁶ Na SMT, duas ou mais palavras em sequência formam uma *phrase* (traduzida como frase para o português). Uma *phrase* (do inglês) recebe este nome mesmo que não seja um sintagma ou desempenhe qualquer papel sintático na sentença.

⁷ Disponível em: <https://mobile.nytimes.com/2016/12/14/magazine/the-great-ai-awakening.html>. Acesso em: 26 jan. 2017.

⁸ Redes neurais artificiais são técnicas computacionais, usadas na área de Aprendizado de Máquina, as quais estão baseadas no modelo neural de organismos inteligentes, ou seja, em uma rede neural artificial uma unidade de processamento (um neurônio) recebe entradas, as processa e propaga a saída para outras unidades de processamento (outros neurônios) organizadas em camadas. Após os processamentos nas diversas camadas, um resultado é produzido na camada final e dado como resposta.

projetista do sistema, uma vez que lhe permite explicitar o tratamento de casos específicos da tradução, essa é também a principal desvantagem de um sistema RBMT, por demandar um grande trabalho para a criação dessas regras. Para tentar contornar essa desvantagem, foram propostos métodos para gerar regras automaticamente (GALLEY et al., 2004, GÜVENIR; CICEKLI, 1998, CASELI et al., 2006, CASELI, 2007).

Quadro 2 - Exemplos de conhecimento linguístico mono e bilíngue mapeado em um sistema RBMT.⁹

Regras monolíngues (português)	Regras bilíngues (espanhol-português)
alunas:aluno<n><f><pl>	alumno<n>:aluno<n>
aluna:aluno<n><f><sg>	exterior<n>:exterior<n>
alunos:aluno<n><m><pl>	exterior<adj>:exterior<adj>
aluno:aluno<n><m><sg>	mandar<vblex>:mandar<vblex>

Fonte: adaptado de http://wiki.apertium.org/wiki/Bilingual_dictionary.

A partir da definição das regras mono e bilíngues – além de outras que especificam, por exemplo, o reordenamento das palavras – um sistema RBMT pode processar uma sentença fonte de entrada e gerar uma sentença alvo equivalente. Por exemplo, no caso do sistema Apertium, dada a entrada ilustrada no Quadro 3-a, o sistema realiza uma análise seguida de uma desambiguação (etiquetagem) morfossintática gerando a versão apresentada no Quadro 3-b com base em regras como as do Quadro 2. Por exemplo, para a palavra “alunos” utiliza-se a regra monolíngue especificada no Quadro 2, a qual etiqueta “alunos” como “aluno<n><m><pl>”, ou seja, a forma base “aluno” seguida das etiquetas: nome (n), masculino (m) e plural (pl).

Por fim, após a consulta ao dicionário bilíngue e às regras de reordenamento e geração na língua alvo, a saída produzida é apresentada no Quadro 3-c. Veja que para a geração da saída traduzida (no Quadro 3-c) são utilizadas regras bilíngues como as apresentadas no Quadro 2. Por exemplo, para “aluno<n>” verifica-se a correspondência com “alumno<n>” nas regras bilíngues do Quadro 2 e essa correspondência é utilizada na geração da sentença de saída no Quadro 3-c. Regras para flexão das palavras específicas em cada língua alvo são aplicadas para garantir a concordância correta da sentença completa gerada como saída pelo tradutor.

⁹ Cada regra monolíngue especifica a forma superficial de uma palavra, seu lema e categoria gramatical (n: substantivo, adj: adjetivo, vblex, verbo, etc.), seguidos dos atributos morfológicos (f, m: gênero, sg, pl: número, etc.). Cada regra bilíngue especifica a forma superficial e categoria gramatical fonte associada (separada pelo ‘:’) à forma superficial e categoria gramatical alvo. As regras bilíngues podem ser processadas tanto na direção fonte-alvo quanto na direção alvo-fonte.

Quadro 3 - Exemplo de sentença fonte (em português) de entrada (a), após a etiquetagem morfosintática (b)¹⁰ e a sentença alvo (em espanhol) correspondente gerada pelo sistema Apertium (c).

a	Mandamos alunos para o exterior rápido demais, diz presidente da Capes
b	^Mandamos/Mandar<vblex><ifi><p1><pl>Mandar<vblex><pri><p1><pl>\$ ^alunos/aluno<n><m><pl>\$ ^para/para<pr>\$ ^o/o<detnt>/o<prn><pro><p3><nt>/o<det><def><m><sg>/o<prn><pro><p3><m><sg>\$ ^exterior/exterior<adj><mf><sg>/exterior<n><m><sg>\$ ^rápido/rápido<adj><m><sg>\$ ^demais/demais<adv>/demais<adj><mf><sp>/demais<n><mf><pl>\$^/,<cm>\$ ^diz/dizer<vblex><pri><p3><sg>\$ ^presidente/presidente<n><m><sg>\$ ^da/de<pr>+o<det><def><f><sg>\$ ^Capes/Capar<vblex><prs><p2><sg>\$
c	Mandamos alumnos para el exterior rápido demás, dice presidente de la Capes

Fonte: elaborado pelo próprio autor.

Assim, a TA baseada em regras tem como vantagens o fato dos recursos linguísticos serem legíveis por humanos e do processamento (tradução de novas sentenças) ser muito simples. Como limitações principais desta estratégia de TA estão o alto custo no desenvolvimento dos recursos linguísticos e na sua extensão para outro idioma, e a cobertura lexical limitada, uma vez que não é possível traduzir uma palavra (ou construção gramatical) que não esteja presente no conjunto de regras.

2.2. Tradução automática estatística baseada em frases

A TA estatística, por sua vez, geralmente é definida como um processo de geração¹¹ de uma sentença na língua alvo que maximiza um modelo da adequação e da fluência da sentença alvo esperada. A adequação modela a equivalência de uma sentença alvo em relação à sentença fonte de entrada, ou seja, quanto ela preserva do significado originalmente codificado na sentença fonte. Enquanto a fluência modela quão natural (fluente) a sentença alvo gerada é no idioma alvo, ou seja, está relacionada à correção gramatical e à naturalidade das palavras e construções presentes na sentença alvo (CASELI, 2015). A adequação é modelada por um modelo de tradução gerado com base nas frequências de coocorrência de palavras fonte e suas correspondentes palavras alvo no *corpus* de treinamento. A fluência, por sua vez, é modelada

¹⁰ Para gerar a saída apresentada no Quadro 2-b dois comandos foram executados: (1) `lt-proc -a pt-es.automorf.bin` (para atribuir, à cada palavra fonte todas as possíveis categorias gramaticais e respectivos atributos morfológicos) e (2) `apertium-tagger -g pt-es.prob` (para desambiguar as categorias deixando apenas aquela que é a mais provável, dado o contexto de ocorrência da palavra na sentença). O arquivo `pt-es.automorf.bin` é obtido a partir do arquivo de regras monolíngues do Apertium (ex: `apertium-es-pt.pt.dix`), como o ilustrado no Quadro 1, por meio da execução do comando: `lt-comp lr apertium-es-pt.pt.dix pt-es.automorf.bin`

¹¹ Além dos modelos gerativos existem também os modelos discriminativos. Para saber mais sobre esses modelos sugere-se a leitura do trabalho de Lopez (2008).

por um modelo de língua gerado com base nas frequências de coocorrência de palavras alvo no *corpus* de treinamento. Os modelos de língua e de tradução podem ser gerados com base apenas em palavras ou em sequências de palavras (frases ou, em inglês, *phrases*). O mais utilizado é o modelo de TA baseado em frases (*Phrase-Based Statistical Machine Translation*, ou PBSMT) de tamanho variável, mas que geralmente chegam a 5 ou 7 *tokens*¹². O objetivo da TA estatística é gerar uma sentença alvo que maximize a adequação e a fluência.

Para ilustrar o processo de TA estatística baseada em frases, considere o trecho do *corpus* paralelo português-inglês da FAPESP (AZIZ; SPECIA, 2011)¹³ apresentado no Quadro 4.

Quadro 4 - Sentenças fonte (em português) presentes no *corpus* FAPESP usadas no treinamento de um modelo de língua (em português).

Corpus monolíngue em português
Para o diretor científico da FAPESP, as perspectivas que se abrem com o depósito da patente do Evasin "são um início auspicioso" para o Cepid.
O aumento da escala de produção, de novos materiais e a necessidade de geração de maiores níveis de eletricidade sem utilizar os combustíveis fósseis abrem um largo caminho para a energia solar.
Ainda sem aplicação clínica, esses achados abrem novos caminhos para se compreender como o cérebro se forma e como surgem certas doenças neurológicas, além da obesidade.
Como avalia o atual patamar de cooperação entre Brasil e Argentina e as possibilidades que se abrem?
Franchini acredita que a D5 ou outra molécula equivalente, se agirem apenas nos fibroblastos e passarem nos testes seguintes de eficácia e toxicidade, abrem perspectivas de uso futuro para eliminar a fibrose em doenças como cirrose hepática e pulmonar e esquistossomose.
Mas ele não é impermeável, existem frestas, e é necessário estar de olho nas oportunidades que se abrem.
Grupos de pesquisa abrem perspectivas para prevenção e tratamento mais eficaz
Estudos na Unicamp abrem caminho para a produção de isoflavonas extraídas da soja e de novos usos da própolis

Fonte: adaptado de Caseli (2015).

Na geração do modelo de língua considera-se, por exemplo, que a probabilidade de geração da frase “grupos de pesquisa abrem perspectivas” é maior do que a probabilidade de geração da frase “grupos de investigação abrem perspectivas”, uma vez que a probabilidade de

¹² *Tokens* é o nome que se dá, na computação, a uma sequência de caracteres delimitada por espaços. No contexto da TA um *token* pode ser uma palavra, um caractere, um símbolo de pontuação ou um número.

¹³ Disponível em: <http://www.nilc.icmc.usp.br/nilc/tools/Fapesp%20Corpora.htm>. Acesso em: 26 jan. 2017.

“grupos de pesquisa” é maior do que a probabilidade de “grupos de investigação”, no *corpus* FAPESP e na língua portuguesa falada no Brasil, de modo geral. Além disso, a probabilidade de geração da frase “grupos de pesquisa abrem perspectivas” é maior do que a probabilidade de geração da frase “de pesquisa grupos perspectivas abrem”, por exemplo, já que a frase “de pesquisa grupos perspectivas abrem” provavelmente é muito rara!

A Figura 2 traz um trecho do modelo de língua aprendido considerando-se frases de tamanho máximo igual a 5 no *corpus* em português da FAPESP.¹⁴ Exemplos de frases de tamanho 1 (1-grama) desse modelo são “abrem” e “grupos”, enquanto exemplos de frases de tamanho 2 (2-grama) são “abrem perspectivas” e “grupos de”, e assim por diante até os exemplos de frases de tamanho 5 (5-grama) como “prevenção e tratamento de doenças”.

Figura 2 - Trecho do modelo de língua (em português) aprendido a partir do *corpus* FAPESP.

Modelo de língua em português			
\data\		\3-grams:	
ngram 1=123825		-0.766511	!!!
ngram 2=1323945		-0.4400599	abrem perspectivas para
ngram 3=549676		-0.7030438	grupos de pesquisa
ngram 4=354401		-1.45863	e tratamento </s>
Ngram 5=211555		-0.8142314	prevenção e tratamento
		-1.108147	tratamento mais eficaz
		...	
\1-grams:		\4-grams:	
-3.664527	!	-0.1434542	é possível ! </s>
-2.112817	"	-0.1847344	, sim ! </s>
-99	<s>	-0.3916683	para prevenção e tratamento
-2.200827	</s>	...	
-4.635522	abrem	\5-grams:	
-1.707354	e	-0.1665249	<s> nossa Senhora ! </s>
-3.747774	grupos	-0.1665249	brasileiro e carioca ! </s>
-4.766913	prevenção	-0.5688003	prevenção e tratamento de doenças
-2.493415	se	...	
-4.136694	tratamento		
...			
\2-grams:			
-2.074136	!!	-0.07787027	
-0.6743945	!"	-0.5657353	
-4.808689	<s> prevenção	-0.0777496	
-1.219755	abrem perspectivas	-0.1640183	
-0.7952127	grupos de	-0.341452	
-3.501996	e tratamento	-0.2975546	
-3.934279	pesquisa abrem		
-1.01534	prevenção e	-0.1688237	
-3.331075	se abrem	-0.1299266	
-2.198522	tratamento </s>		
...			

Fonte: extraído de Caseli (2015).

A geração do modelo de tradução segue uma estratégia similar de cálculo de probabilidades, mas agora realizada com base em um *corpus* paralelo bilíngue e não apenas em

¹⁴ Detalhes sobre a geração desse modelo de língua para o português estão descritos e podem ser consultados no trabalho de Caseli (2015).

um *corpus* monolíngue. Assim, para o *corpus* paralelo inglês-português, conforme trecho ilustrado no Quadro 5, o trecho de um modelo de tradução aprendido é apresentado na Figura 3. Por exemplo, como pode ser visto na Figura 3, a probabilidade de traduzir “groups” para “grupos” é de cerca de 87%, enquanto probabilidade de tradução de “research groups” para “grupos de pesquisa” é de aproximadamente 76%. Quanto maior a frase (n-grama) considerada no modelo, menor será sua probabilidade, pois menos frequente ela é no *corpus* de treinamento. Por exemplo, a probabilidade de tradução da frase de tamanho 4 “a more efficient method” para “mais eficaz” é de apenas 0,07%.

Quadro 5 - Sentenças paralelas inglês-português presentes no *corpus* FAPESP usadas no treinamento de um modelo de tradução.

Corpus paralelo inglês-português	
For the Scientific Director of FAPESP, the perspectives that open up with the registering of the patent of Evasin "are an auspicious beginning" for the Cepids.	Para o diretor científico da FAPESP, as perspectivas que se abrem com o depósito da patente do Evasin "são um início auspicioso" para o Cepid.
Research groups open up prospects for a more efficient method of prevention and treatment	Grupos de pesquisa abrem perspectivas para prevenção e tratamento mais eficaz
Ways open up for strengthening actions on gender in the social sphere", says Maria Cecilia Comegno, from Seade, who is the project's coordinator.	Abrem-se caminhos para o fortalecimento de ações de gênero em âmbito social", diz Maria Cecilia Comegno, do Seade, coordenadora do projeto.
As more sodium enters, more pores open up, and the nerve impulse propagates in a single direction, like a wave, until, in thousandths of a second, it hits the extremity of the neuron, releasing chemical messengers, called neurotransmitters, which pass the information on to the next cell.	À medida que entram mais sódio, mais poros se abrem e o impulso nervoso se propaga num único sentido como uma onda até atingir, em milésimos de segundo, a extremidade do neurônio, liberando mensageiros químicos chamados de neurotransmissores, que passam a informação para a célula seguinte.
This is the case of <i>Camarea hirsuta</i> , with its rounded yellow petals, <i>Passiflora clathrata</i> , a plant that is a relative of the passionflower, with its purple leaves, hidden amongst the bushes, and a species with a whitish flower, <i>Alophia sellowiana</i> , whose petals only open up at night.	É o caso da <i>Camarea hirsuta</i> , com suas pétalas redondas e amareladas, da <i>Passiflora clathrata</i> , uma planta aparentada do maracujá com flores violeta, escondida entre os arbustos, e de uma espécie com uma flor esbranquiçada, a <i>Alophia sellowiana</i> , cujas pétalas só se abrem à noite.

Fonte: adaptado de Caseli (2015).

Figura 3 - Trecho do modelo de tradução inglês-português aprendido a partir do *corpus* FAPESP.¹⁵

Tabela de tradução de frases inglês-português	
groups grupos	0.875878 0.936047 0.743539 0.889503 2.718 1281 1509
groups of grupos	0.00156011 0.0461955 0.0102487 0.889503 2.718 1281 195
groups of grupos de	0.355353 0.388355 0.8 0.388285 2.718 439 195
research groups grupos de pesquisa	0.768786 0.82872 0.738889 0.189696 2.718 173 180
open up abrem	0.180797 0.112345 0.121571 0.0258495 2.718 39 58
prospects perspectivas	0.577889 0.661017 0.646067 0.735849 2.718 199 178
prospects for perspectivas para	0.62963 0.234406 0.191011 0.280476 2.718 27 89
a more efficient method mais eficaz	0.000725015 5.57683e-07 0.0311756 0.10198 2.718 86 2
...	
the conclusions as conclusões	0.745098 0.632046 0.655172 0.0399798 2.718 51 58
the possibility of a possibilidade de	0.708543 0.190833 0.661972 0.0675447 2.718 398 426
indicating indicar	0.141509 0.132743 0.137615 0.141509 2.718 106 109
the os	0.835612 0.711112 0.112016 0.0675026 2.718 27277 203480
most suitable mais adequado	0.277778 0.0420202 0.344828 0.138171 2.718 36 29
most suitable mais adequados	0.124906 0.039875 0.0689138 0.0614095 2.718 16 29
exercises exercícios	0.595238 0.574468 0.704225 0.72973 2.718 84 71
for para	0.36472 0.354614 0.4057 0.38116 2.718 39422 35440
specific certas	0.0327663 0.0388889 0.00670135 0.0078918 2.718 181 885
specific certos	0.00550579 0.0116959 0.0010825 0.0022548 2.718 174 885
specific certo	0.00011611 0.001385 7.04534e-05 0.0011274 2.718 537 885
diseases , doenças ,	0.662651 0.618291 0.578947 0.788998 2.718 83 95
something algo	0.790454 0.778539 0.632216 0.513168 2.718 859 1074
until até	0.221516 0.221303 0.739904 0.859229 2.718 4880 1461
now agora	0.725012 0.790323 0.571703 0.497706 2.718 2051 2601
done feito	0.315104 0.268908 0.368902 0.305246 2.718 1152 984
only somente	0.77724 0.795566 0.0553353 0.0538423 2.718 413 5801
on the basis a partir	0.0095518 0.000204552 0.100775 0.00350264 2.718 1361 129
of de	0.591588 0.414888 0.593874 0.436519 2.718 132239 131730
intuition intuição	0.727273 0.857143 0.571429 0.666667 2.718 22 28
, ,	0.861116 0.868727 0.909177 0.883301 2.718 253146 239764
without any sem nenhuma	0.666667 0.197121 0.136691 0.0471304 2.718 57 278
experimental evidence evidência experimental	0.319336 0.700538 0.239502 0.106604 2.718 3 4
. .	0.951828 0.99432 0.971535 0.991891 2.718 144151 141227
...	

Fonte: extraída de Caseli (2015).

Assim como ocorre nos sistemas RBMT, após a fase de desenvolvimento do sistema, que no caso dos sistemas PBSMT equivale ao treinamento dos modelos de língua e de tradução, o sistema está pronto para traduzir uma sentença nova. Por exemplo, no caso do sistema PBSMT inglês-português treinado como descrito acima, dada a entrada ilustrada no Quadro 6-a, o sistema gera a tradução apresentada no Quadro 5-b com base nos modelos de língua (ilustrado na Figura 2) e de tradução (ilustrado na Figura 3).¹⁶ Para se ter uma ideia da qualidade da tradução gerada, uma tradução de referência (gerada por um humano e, portanto, considerada correta) é apresentada no Quadro 6-c. As diferenças entre a sentença produzida pelo sistema PBSMT (Quadro 6-b) e a sentença de referência (Quadro 6-c) aparecem em destaque (sublinhadas).

¹⁵ Cada linha desta tabela contém informações separadas pelos caracteres '|'. Essas informações são: a frase fonte (em inglês), a frase alvo (em português), as probabilidades de tradução de frase e de palavras, entre outros.

¹⁶ Detalhes sobre o processo de treinamento do sistema PBSMT inglês-português podem ser consultados no trabalho de Caseli (2015).

Quadro 6 - Exemplo de sentença fonte (em inglês) de entrada (a), a sentença alvo (em português) gerada pelo sistema PBSMT (b) e a respectiva tradução de referência (c).

a	The conclusions open up the possibility of indicating the most suitable exercises for specific diseases, something until now done only on the basis of intuition, without any experimental evidence.
b	As conclusões abrem a possibilidade de indicar os exercícios mais <u>adequado</u> para <u>certas doenças</u> , algo feito até agora <u>somente a partir de</u> intuição, sem <u>nenhuma evidência experimental</u> .
c	As conclusões abrem a possibilidade de indicar os exercícios mais <u>apropriados</u> para <u>doenças específicas</u> , algo feito até agora <u>com base apenas na</u> intuição, sem <u>evidências experimentais</u> .

Fonte: adaptado de Caseli (2015).

Assim, a TA estatística tem como vantagens: o baixo custo de geração do sistema, que pode ser treinado em algumas horas usando um dos *toolkits* disponíveis gratuitamente¹⁷; sua aplicabilidade a, possivelmente, qualquer par de línguas e tipo de *corpus*; sua independência de código em relação à língua, uma vez que os mesmos scripts e programas de computador podem ser aplicados para quaisquer línguas; e sua simplicidade de processamento (tradução de novas sentenças). Como limitações principais estão: a dificuldade de interpretar/editar o conhecimento de tradução representado nos modelos estatísticos (como pode ser constatado nos trechos apresentados nas Figuras 2 e 3); a dependência em relação ao *corpus* de treinamento e, muitas vezes, à língua ponte¹⁸; e a incapacidade de generalização e de modelagem de aspectos estruturais e sintáticos da língua (KITAMURA, 2004).

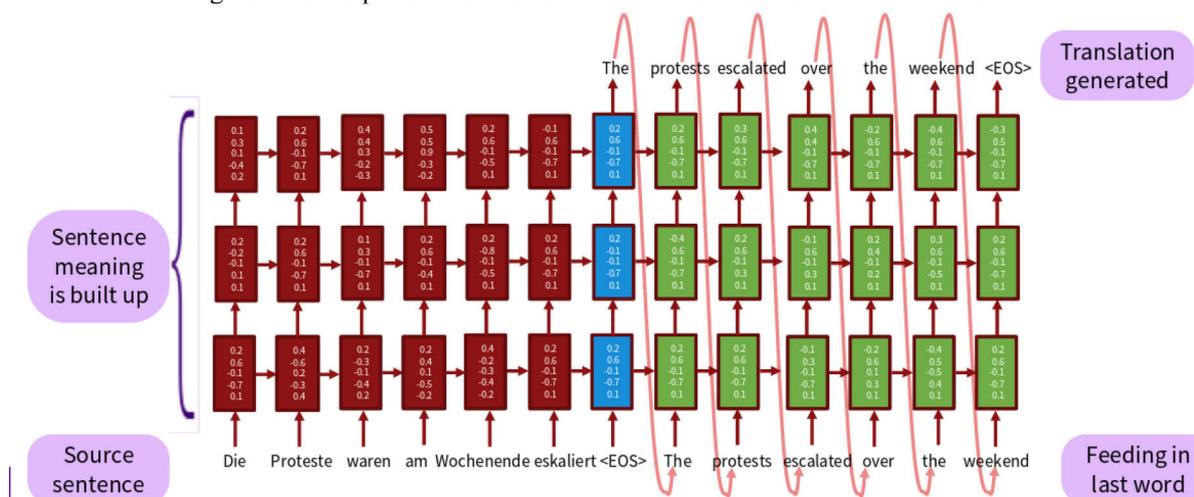
2.3. Tradução automática neural

Considerando-se as limitações das estratégias de TA ilustradas anteriormente, recentemente uma nova proposta surgiu com ênfase na captura dos aspectos estruturais da língua: a TA neural (KALCHBRENNER; BLUNSOM, 2013; CHO et al., 2014; SUTSKEVER et al., 2014). A TA neural já apresentou resultados promissores para diversos pares de línguas (LUONG et al., 2015a; JEAN et al., 2015; LUONG et al., 2015b; SENNRICH et al., 2016; LUONG; MANNING, 2016). Diferentemente da PBSMT, na qual as probabilidades governam a tradução, na NMT a tradução é aprendida usando redes neurais como ilustra a Figura 4.

¹⁷ *Toolkits* são conjuntos de ferramentas computacionais criados para o desenvolvimento de algum sistema ou recurso computacional. O *toolkit* de geração de tradutor automático estatístico mais utilizado é o Moses (KOEHN et al., 2007), disponível em: <http://www.statmt.org/ Moses>. Acesso em: 26 jan. 2017.

¹⁸ Língua ponte é a língua usada como intermediária na tradução. Por exemplo, na versão antiga dos tradutores do Google (disponível até setembro/2016), ao traduzir a sentença “Hoje eu quero matar dois coelhos” (em português) para o espanhol, o sistema gerava “Hoy quiero matar dos pájaros”. Isso ocorria, provavelmente, por uma influência da língua ponte inglês que fez com que o sistema aprendesse, equivocadamente, que a tradução de “matar dois coelhos” é “kill two birds”.

Figura 4 - Exemplo de uma rede neural recorrente em um sistema de TA neural.



A TA neural tem como principais limitações: a alta complexidade computacional para treinamento das redes neurais e, em decorrência dessa complexidade, sua incapacidade, no momento, de lidar com grandes vocabulários, ou seja, para um conjunto muito grande de palavras pode ser intratável a geração de um sistema de TA neural. Segundo Luong et al. (2016), embora a TA neural tenha apresentado ganhos em relação aos sistemas PBSMT, ela também apresenta as mesmas limitações como o fato de não utilizar explicitamente as informações sintáticas e semânticas. Suas principais vantagens são: o pouco conhecimento linguístico necessário para gerar o tradutor, a otimização conjunta de toda a rede (e não de modelos separados, como ocorre na TA estatística) e o fato de gerar um conhecimento mais compacto (do que o conjunto de regras usado na TA baseada em regras, por exemplo).

3. Considerações finais

Neste artigo foi apresentada uma explanação sobre as estratégias aplicadas à TA e suas limitações. Essas limitações, somadas à importância e à utilidade cada vez maior dos sistemas de TA, fomentam as pesquisas atuais em TA.

Entre as principais estratégias de TA, três receberam especial atenção neste artigo: a TA baseada em regras, a TA estatística baseada em frases e a TA neural. Enquanto a TA baseada em regras é muito cara em termos de tempo e pessoal especializado para gerar as bases de conhecimento, a TA estatística e a TA neural baseiam-se no conhecimento codificado em *corpora* paralelos para aprenderem como traduzir. A TA estatística baseada em frases era o estado-da-arte “absoluto” até o surgimento da TA neural há cerca de 5 anos atrás. Essa nova

abordagem vem para superar problemas inerentes da TA estatística, como sua incapacidade de generalização e de modelagem da estrutura (hierarquia) da língua.

Após muitos anos de pesquisa em TA, com o surgimento de estratégias inovadoras que pareciam ser a solução para todos os desafios da TA, o que se pode concluir é que seja qual for a estratégia selecionada para realizar a TA o importante é ter em mente que ela deve ser avaliada considerando-se, sempre: (1) a utilidade e (2) o domínio para o qual a tradução é gerada. Nenhuma estratégia, proposta até o presente momento, mostrou-se capaz de atingir as ambiciosas metas estabelecidas nos primórdios da TA: produzir traduções completamente automáticas de boa qualidade para domínios irrestritos.

Referências

ARMENTANO-OLLER, C.; CARRASCO, R. C.; CORBÍ-BELLOT, A. M.; FORCADA, M. L.; GINESTÍ-ROSELL, M.; ORTIZ-ROJAS, S.; PÉREZ-ORTIZ, J. A.; RAMÍREZ-SÁNCHEZ, G.; SÁNCHEZ-MARTÍNEZ, F.; SCALCO, M. A. Open-source Portuguese-Spanish machine translation. In: INTERNATIONAL WORKSHOP ON COMPUTATIONAL PROCESSING OF WRITTEN AND SPOKEN PORTUGUESE, 7., 2006, Itatiaia. **Lecture Notes in Computer Science**. Itatiaia: PROPOR, 2006, p. 50-59. https://doi.org/10.1007/11751984_6

AZIZ, W.; SPECIA, L. Fully Automatic Compilation of Portuguese-English and Portuguese-Spanish Parallel Corpora. In: BRAZILIAN SYMPOSIUM IN INFORMATION AND HUMAN LANGUAGE TECHNOLOGY, 8., 2011, Cuiabá. **Proceedings...**, Cuiabá: BSIHLT, 2011, p. 234-238.

BROWN, R. D. Example-Based Machine Translation in the Pangloss System. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON COMPUTATIONAL LINGUISTICS, 16., 1996, Copenhagen. **Proceedings...**, Copenhagen: COLING, 1996, p. 169-174. <https://doi.org/10.3115/992628.992660>

CASELI, H. M. **Indução de léxicos bilíngües e regras para a tradução automática**. Maio 2007. 158 p. Tese (Doutorado em Computação e Matemática Computacional) – Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação, Universidade de São Paulo. São Paulo, SP, 2007. <https://doi.org/10.11606/T.55.2007.tde-29082007-090905>

CASELI, H. M. Tradução automática: o uso de corpora paralelos para a criação de um tradutor automático estatístico. In: VIANA, V.; TAGNIN, S. E. O. (Org.). **Corpora na tradução**. 1ed. São Paulo: Hub editorial, 2015, p. 243-267.

CASELI, H. M.; NUNES, M. G. V.; FORCADA, M. L. Automatic induction of bilingual resources from aligned parallel corpora: application to shallow-transfer machine translation. **Machine Translation**, Amsterdam, v. 20, p. 227-245, 2006. <https://doi.org/10.1007/s10590-007-9027-9>

CHO, K.; MERRIENBOER, B. V.; GULCEHRE, C.; BAHDABAU, D.; BOUGARES, F.; SCHWENK, H.; BENGIO, Y. Learning phrase representations using RNN encoder-decoder for statistical machine translation. In: CONFERENCE OF EMPIRICAL METHODS IN NATURAL LANGUAGE PROCESSING, Doha, 2014. **Proceedings...**, Doha: EMNLP, 2014, p. 1724-1734. <https://doi.org/10.3115/v1/D14-1179>

GALLEY, M.; HOPKINS, M.; KNIGHT, K.; MARCU, D. What's in a translation rule? In: HUMAN LANGUAGE TECHNOLOGY CONFERENCE AND MEETING OF THE NORTH AMERICAN CHAPTER OF THE ASSOCIATION FOR COMPUTATIONAL LINGUISTICS, 4., Edmonton, 2004. **Proceedings...**, Edmonton: HLT-NAACL, 2004, p. 273-280. <https://doi.org/10.21236/ADA460212>

GÜVENIR, H. A.; CICEKLI, I. Learning translation templates from examples. **Information Systems**, v. 23, n. 6, p. 353-363, 1998. [https://doi.org/10.1016/S0306-4379\(98\)00017-9](https://doi.org/10.1016/S0306-4379(98)00017-9)

HUTCHINS, W. J. Machine translation: A concise history. In: WAI, C. S. (Ed.) **Computer Aided Translation: Theory and Practice**. Hong Kong: Chinese University of Hong Kong, 2007. <https://doi.org/10.1007/s10590-006-9003-9>

JEAN, S.; CHO, K.; MEMISEVIC, R.; BENGIO, Y. On using very large vocabulary for neural machine translation. In: ANNUAL MEETING OF THE ASSOCIATION FOR COMPUTATIONAL LINGUISTICS, 53., Beijing, 2015. **Proceedings...**, Beijing: ACL, 2015, p. 1-10. <https://doi.org/10.3115/v1/P15-1001>

KALCHBRENNER, N.; BLUNSOM, P. Recurrent continuous translation models. In: CONFERENCE OF EMPIRICAL METHODS IN NATURAL LANGUAGE PROCESSING, Washington, 2013. **Proceedings...**, Washington: EMNLP, 2013, p. 1700-1709.

KITAMURA, M. **Translation knowledge acquisition for pattern-based machine translation**. 2004, 114 f. Thesis (Doctorate) – Department of Information Processing, Graduate School of Information Science, Nara Institute of Science and Technology, 2004.

KOEHN, P.; OCH, F. J.; MARCU, D. Statistical phrase-based translation. In: HUMAN LANGUAGE TECHNOLOGY CONFERENCE AND MEETING OF THE NORTH AMERICAN CHAPTER OF THE ASSOCIATION FOR COMPUTATIONAL LINGUISTICS, 3., Edmonton, 2003. **Proceedings...**, Edmonton: HLT-NAACL, 2003, p. 127-133. <https://doi.org/10.3115/1073445.1073462>

KOEHN, P.; HOANG, H.; BIRCH, A.; CALLISON-BURCH, C.; FEDERICO, M.; BERTOLDI, N.; COWAN, B.; SHEN, W.; MORAN, C.; ZENS, R.; DYER, C.; BOJAR, O.; CONSTANTIN, A.; HERBST, E. Moses: Open Source Toolkit for Statistical Machine Translation. In: ANNUAL MEETING OF THE ASSOCIATION FOR COMPUTATIONAL LINGUISTICS, 45., 2007, Prague. **Proceedings...**, Prague: ACL, 2007, p. 177-180.

LOPEZ, A. Statistical Machine Translation. **ACM Computing Surveys**, New York, v. 40, n. 3, p. 1-49, 2008. <https://doi.org/10.1145/1380584.1380586>

LUONG, M.; SUTSKEVER, I.; LE, V. Q.; VINYALS, O.; ZAREMBA, W. Addressing the rare word problem in neural machine translation. In: ANNUAL MEETING OF THE ASSOCIATION FOR COMPUTACIONAL LINGUISTICS, 53., 2015, Lisbon. **Proceedings...**, Lisbon: ACL, 2015a, p. 11-19.

LUONG, M.; PHAM, H.; MANNING, C. D. Effective approaches to attention-based neural machine translation. In: ANNUAL MEETING OF THE ASSOCIATION FOR COMPUTACIONAL LINGUISTICS, 53., 2015, Lisbon. **Proceedings...**, Lisbon: ACL, 2015b, p. 1412-1421. <https://doi.org/10.18653/v1/D15-1166>

LUONG, M.; MANNING, C. D. Achieving open vocabulary neural machine translation with hybrid word-character models. In: ANNUAL MEETING OF THE ASSOCIATION FOR COMPUTACIONAL LINGUISTICS, 54., 2016, Berlin. **Proceedings...**, Berlin: ACL, 2016, p. 1054-1063. <https://doi.org/10.18653/v1/P16-1100>

LUONG, T.; CHO, K.; MANNING, C. **Neural Machine Translation**. Disponível em: <http://nlp.stanford.edu/projects/nmt/Luong-Cho-Manning-NMT-ACL2016-v4.pdf>. Acesso em: 17 out. 2016.

OCH, F. J.; NEY, H. The Alignment Template Approach to Statistical Machine Translation. **Computational Linguistics**, London, v. 30, n. 4, p. 417-449, 2004. <https://doi.org/10.1162/0891201042544884>

SENNRICH, R.; HADDOW, B.; BIRCH, A. Improving neural machine translation models with monolingual data. In: ANNUAL MEETING OF THE ASSOCIATION FOR COMPUTACIONAL LINGUISTICS, 54., 2016, Berlin. **Proceedings...**, Berlin: ACL, 2016, p. 86-96. <https://doi.org/10.18653/v1/P16-1009>

SUTSKEVER, I.; VINYALS, O.; LE, Q. V. Sequence to sequence learning with neural networks. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON NEURAL INFORMATION PROCESSING SYSTEMS, 27., Montréal, 2014. **Proceedings...**, Montréal: NIPS, 2014, p. 3104-3112.

Artigo recebido em: 13.04.2017

Artigo aprovado em: 08.05.2017

A influência da segmentação linguística na recepção de legendas para surdos e ensurdecidos (LSE) em documentários televisivos

The influence of linguistic segmentation on the reception of subtitling for the deaf and the hard-of-hearing (SDH) in documentary TV programs

Patrícia Araújo Vieira*
Vera Lúcia Santiago Araújo**

RESUMO: Este artigo tem por objetivo apresentar os resultados de uma pesquisa que investigou a influência da segmentação linguística em legendas de velocidade lenta (145 palavras por minuto) e rápida (180 palavras por minuto). Para abordar esta questão, foi realizado um estudo, em duas fases, tendo como *corpus* trechos de documentários televisivos. A primeira fase verificou o custo do processamento na movimentação ocular em legendas de duas linhas nas duas velocidades com e sem problemas de segmentação linguística. A segunda procurou observar se as respostas dos participantes a relatos e questionários indicavam a influência da segmentação linguística durante a recepção. A pesquisa contou com 16 participantes, sendo 8 surdos e 8 ouvintes, assistindo a quatro trechos diferentes de documentários com a LSE manipulada em quatro condições experimentais: lenta e bem segmentada (LBS), lenta e mal segmentada (LMS), rápida e bem segmentada (RBS) e rápida e mal segmentada (RMS). Os dados estatísticos revelaram que a condição RBS é a mais confortável para surdos e ouvintes na recepção de documentários televisivos. Os resultados sugerem que problemas de segmentação linguística na LSE influenciam tanto no processamento da leitura de legendas quanto

ABSTRACT: This paper aims at presenting the results of an investigation on the influence of linguistic segmentation in subtitles with low (145 words per minute) and high (180 words per minute) rates. In order to approach this question, one study was organized in two phases having as a corpus excerpts of documentary TV programs. The first phase has verified the processing cost on eye movements of two-line subtitles, at both mentioned rates, in well and ill segmented sentences. The second one has aimed at observing if the answers of the participants to reports and questionnaires would indicate the influence of linguistic segmentation during the reception of the subtitles. The research had 16 participants, 8 deaf and 8 hearing viewers, watching four different parts of documentary TV programs, with the SDH being manipulated in four different experimental conditions: slow and well segmented (LBS), slow and ill segmented (LMS), fast and well segmented (RBS) and fast and ill segmented (RMS). Statistic data has revealed that the RBS condition was the most comfortable for both hearing and deaf viewers. These results suggest that linguistic segmentation problems influence both subtitle reading processing and comfort during the reception of the documentary TV programs.

* Patrícia Araújo Vieira é Professora Assistente da Universidade Federal do Ceará (UFC) do curso Letras Libras. Tem como foco de pesquisa a leitura e o ensino do português como segunda língua para surdos e também acessibilidade aos meios audiovisuais aos surdos e ensurdecidos por meio de legendagem para surdos e ensurdecidos.

** Vera Lúcia Santiago Araújo é Professora Associada da Universidade Estadual do Ceará (UECE), onde atua no Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada. Tem como foco de pesquisa a acessibilidade aos meios audiovisuais de pessoas com deficiência sensorial por meio da legendagem para surdos e ensurdecidos e audiodescrição. Este artigo apresenta resultados parciais de seu projeto de produtividade financiado pelo CNPq.

no conforto durante a recepção de documentários televisivos.

PALAVRAS-CHAVE: Tradução Audiovisual. Acessibilidade. Legendagem para surdos e ensurdecidos. Movimentação ocular. Segmentação linguística.

KEYWORDS: Audiovisual Translation. Accessibility. Subtitle for the deaf and hard of hearing. Eye movement. Linguistic Segmentation.

1. Introdução

Segundo estudos realizados pela UECE (FRANCO; ARAÚJO, 2003; ARAÚJO, 2004; ARAÚJO 2005; ARAÚJO, 2007; ARAÚJO, 2008; ARAÚJO, 2009) por meio do grupo LEAD (Legendagem e Audiodescrição), as legendas exibidas atualmente pelos canais de TV do Brasil apresentam alguns problemas em sua edição que podem contribuir para uma má recepção por parte dos espectadores surdos. Os primeiros estudos sobre Legendagem para Surdos e Ensurdecidos (LSE) apontaram a velocidade da legenda como a responsável por problemas de recepção. No entanto, em 2009, por meio do projeto MOLES (ARAÚJO, 2012; ARAÚJO; NASCIMENTO, 2011; ARAÚJO; MONTEIRO; VIEIRA, 2014), uma pesquisa realizada com surdos de quatro regiões brasileiras sugeriu que seria a segmentação, e não a velocidade, o principal fator a influenciar a recepção de filmes legendados por parte dos surdos (ARAÚJO; NASCIMENTO, 2011; ARAÚJO et al, 2013). Foram testados três tipos de velocidade (145, 160, 180 palavras por minuto – ppm), que, segundo D'ydwalle et al (1987) e Diaz Cintas e Remael (2007), pela regra dos seis segundos¹, seriam as três velocidades a proporcionarem uma recepção eficiente em filmes legendados. Os resultados apontaram que, quando as legendas são bem segmentadas, os surdos têm uma recepção eficiente até em filmes com legendas rápidas (180 ppm).

A segmentação na legendagem está relacionada à distribuição do texto na tela e à divisão da fala dentro da mesma legenda (quebra de linha) ou entre legendas diferentes. Para segmentar uma fala, pode-se adotar três critérios: 1) linguístico – pautado pela sintaxe, ou seja, cada linha de legenda deve conter uma extensão sintática mais completa possível; 2) retórico – segue o fluxo da fala, ou seja, após cada pausa uma nova legenda deve ser introduzida; 3) visual – a mudança de cena deve coincidir com o tempo de entrada e saída de uma legenda (REID, 1990). Algumas pesquisas (KARAMITROGLOU, 1998; IVARSSON; CARROLL, 1998; PEREGO,

¹ A regra dos seis segundos está relacionada à prática da legendagem na Europa. Por intuição, os legendistas europeus usavam legendas de até duas linhas, que ficavam na tela entre 1 e 6s e com no máximo 37 caracteres por linha. D'ydwalle et al (1987) testaram estes parâmetros e comprovaram sua eficácia.

2008; PEREGO et al., 2010) sugerem que quando esse parâmetro é desconsiderado, os espectadores poderão fazer mais esforço para ler as legendas, dificultando a recepção.

Com base nesses estudos e a partir dos resultados do projeto MOLES (ARAÚJO, 2012; ARAÚJO; NASCIMENTO, 2011; ARAÚJO; MONTEIRO; VIEIRA, 2014), Pesquisadores da UECE, por meio do Grupo Legendagem e Audiodescrição (LEAD) desenvolveram, com o suporte teórico-metodológico da Linguística de *Corpus*, o projeto *Corpus* e Segmentação em Legendagem – projeto CORSEL (ASSIS, 2016; ARAÚJO, 2015; ARAÚJO; ASSIS, 2014; ASSIS, 2013), no qual analisou a LSE de novelas, séries e documentários exibidos nas TVs brasileiras, apresentando uma análise dos problemas de segmentação linguística encontrados nas legendas desses programas. O objetivo desse projeto foi oferecer estratégias de segmentação para legendas que pudessem contribuir para melhorar a qualidade dos produtos audiovisuais tornando-os mais acessíveis a espectadores surdos. Após a conclusão do CORSEL, o grupo iniciou outro projeto com pesquisas experimentais em legendagem EXLEG (Pesquisas Experimentais em Legendagem), cujos primeiros resultados estão sendo apresentados aqui. Nesse projeto, espectadores surdos e ouvintes assistiram a vídeos com LSE e tiveram seus olhos rastreados buscando dados quantitativos sobre o comportamento leitor de espectadores quando expostos a legendas bem e mal segmentadas.

A maioria das pesquisas em legendagem realizadas com o rastreamento ocular já investigou o comportamento ocular de espectadores ouvintes e surdos assistindo a vídeos legendados, mas ainda não tínhamos muitas informações sobre a influência da segmentação para uma boa recepção de vídeos legendados, com exceção de Perego et al. (2010), que testou a influência da quebra indevida no sintagma nominal. Além da pesquisa de Perego et al. (2010), o que tínhamos eram conjecturas sobre essa influência (IVARSSON; CAROL, 1998; KARAMITOGLOU, 1998; DIAZ CINTAS; REMAEL, 2007). Dessa forma, essa pesquisa pretendeu preencher essa lacuna e apresentar dados que fomentem a discussão, principalmente porque os resultados apresentados sugerem que a segmentação não influencia a recepção. Como o rastreamento ocular já foi utilizado em várias pesquisas sobre recepção em legendas, resolvemos investir em pesquisas com o *software Tobii Studio* versão 3.2, no intuito de identificar dados mais conclusivos sobre a recepção de legendas. Assim, este artigo, levando em consideração o que a literatura preconiza sobre uma boa recepção em legendagem, tem por objetivo investigar a influência da segmentação linguística na recepção da LSE por

espectadores surdos e ouvintes, tendo a hipótese de que a legenda bem segmentada, mesmo com velocidade alta, é a que atende melhor às necessidades dos surdos brasileiros.

O artigo está dividido em quatro seções além desta introdução. A primeira traz os fundamentos teóricos, contendo uma discussão sobre legendagem e rastreamento ocular. A segunda apresenta os passos metodológicos sobre o processo de preparação do *corpus*, seleção dos grupos de participantes e o desenho experimental. A terceira engloba uma apresentação e discussão dos resultados. A quarta se reserva às considerações finais relacionando-as aos nossos objetivos.

2. Pressupostos teóricos

2.1. Legendagem para surdos e ensurdecidos

A LSE é uma modalidade de tradução que se assemelha em grande parte à legendagem para ouvintes (doravante LO) (CHAVES, 2012; ARAÚJO; CHAVES, 2016). A única diferença é o acréscimo de informações adicionais, a tradução de efeitos sonoros e a identificação de falantes da narrativa, para que os surdos possam ter acesso à trilha sonora da produção audiovisual e relacionar a legenda ao seu falante, respectivamente. Conforme D'ydewalle et al (1987), para não causar esforço e perturbação ao espectador, existem três velocidades nas quais um espectador pode assistir a uma produção audiovisual: 145, 160 ou 180 palavras por minuto (ppm). Os autores transformaram essas medidas de velocidade em caracteres por segundo, porque a relação tempo espaço é medida assim por legendistas profissionais. Diaz Cintas e Remael (2007) construíram três tabelas para cada velocidade, transformando palavras por minuto (ppm) em caracteres por segundo (cps). Além disso, cada minuto é dividido em *frames* ou fotogramas do filme os quais localizam a legenda de acordo com a velocidade do filme (normalmente 24 frames por minuto), conforme pode ser visualizado no Quadro 1.

Quadro 1- Velocidade de leitura da legenda .

	Seg.:	Caract.								
	frames		frames		frames		frames		frames	
145 palavras por minuto	01:00	16	02:00	29	03:00	44	04:00	58	05:00	71
	01:04	17	02:04	32	03:04	46	04:04	60	05:04	71
	01:08	18	02:08	34	03:08	48	04:08	62	05:08	73
	01:12	20	02:12	36	03:12	50	04:12	64	05:12	73
	01:16	23	02:16	38	03:16	52	04:16	65	05:16	74
	01:20	25	02:20	40	03:20	54	04:20	67	05:20	74
160 palavras por minuto	01:00	17	02:00	31	03:00	48	04:00	63	05:00	75
	01:04	18	02:04	34	03:04	50	04:04	65	05:04	75
	01:08	20	02:08	37	03:08	53	04:08	67	05:08	76
	01:12	23	02:12	40	03:12	56	04:12	69	05:12	77
	01:16	26	02:16	42	03:16	58	04:16	71	05:16	77
	01:20	28	02:20	44	03:20	60	04:20	73	05:20	78
180 palavras por minuto	01:00	17	02:00	35	03:00	53	04:00	70	05:00	78
	01:04	20	02:04	37	03:04	55	04:04	73	05:04	78
	01:08	23	02:08	39	03:08	57	04:08	76	05:08	78
	01:12	26	02:12	43	03:12	62	04:12	76	05:12	78
	01:16	28	02:16	45	03:16	65	04:16	77	05:16	78
	01:20	30	02:20	49	03:20	68	04:20	77	05:20	78

Fonte: Díaz Cintas e Remael (2007, p. 97-99).

De acordo com o Guia para Produções Audiovisuais Acessíveis (ARAÚJO et al., 2016, p. 44), para elaborar uma legenda cuja fala tem um segundo (1s) e aparece no fotograma 20, ela pode ter até 25, 28 ou 30 caracteres, seguindo as velocidades de 145, 160 ou 180ppm, respectivamente. Além disso, para compor legendas que possibilitem ao espectador harmonizar imagem e legenda, é necessário, além de atender a parâmetros técnicos (número de caracteres por linha, número de linhas, formato), fazer edições linguísticas. Essas edições compreendem manipulações no texto audiovisual relacionadas à segmentação da fala em blocos semânticos, à condensação (omissão e redução) da informação textual se a velocidade da fala for maior do que 180ppm e à explicitação das informações adicionais dependentes do canal auditivo (identificação de efeitos sonoros e de falantes).

Na redução, o legendista utiliza recursos linguísticos trocando palavras com muitos caracteres por outras com uma quantidade menor, mas que apresentem o mesmo sentido. Na omissão, algumas palavras que não comprometem o entendimento do texto oral podem ser eliminadas. A condensação do conteúdo das falas por omissões e reduções é uma prática comum. O quadro 2 mostra um exemplo de uma legenda retirada de um episódio de um documentário televisivo (2013)² com velocidade acima de 180ppm.

Quadro 2 - Legenda com velocidade acima de 180ppm.

Caracteres total	No. de linhas	Duração	Velocidade	Legenda
59c	2	2,6s	Acima de 180ppm (alta)	[Glória Maria]Crianças que brincam como nos velhos tempos .

Fonte: arquivos do CORSEL.

A legenda possui 58 caracteres. Para estar numa velocidade de 180ppm, a legenda deveria exibir um tempo de até 3,4s (vide Quadro 1). Como observado, ela é exibida em 2,6s (2:16), ultrapassando o número de caracteres sugeridos para essa velocidade que seria de no máximo 45 caracteres. Para corrigir essa diferença, é preciso condensar o conteúdo. Uma possibilidade seria a substituição da expressão “nos velhos tempos” (17 caracteres), em destaque na legenda, por “antes” (05 caracteres), o que se caracteriza como um recurso de redução e omissão de palavras.

[Glória Maria]
Crianças que brincam como antes.

Em relação à segmentação, Reid (1990) sugere que os legendistas procurem uma reformulação que respeite a sintaxe de cada linha de legenda, o fluxo da fala e a relação entre a imagem e a entrada e saída das legendas. A segmentação linguística, conforme a autora, é a relação entre unidades semânticas que não podem ser separadas, sob pena de comprometer a leitura dos espectadores durante a recepção de programas audiovisuais legendados. A seguir,

² Fonte: legendas em *closed caption* do programa exibido no dia 31/05/2013.

apresentamos um exemplo³ de quebra semântica dentro de um sintagma, entre as linhas de uma legenda:

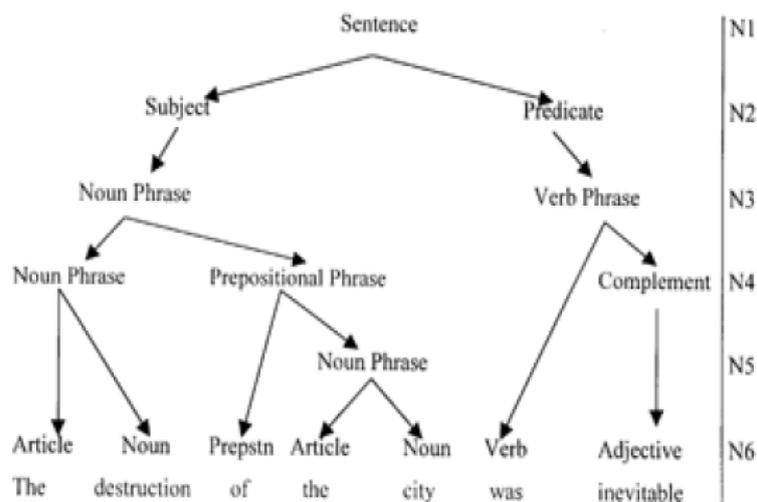
Vizinhos marcados por anos de
guerras e isolamento.

Houve uma quebra dentro do sintagma preposicional “de guerras”, a qual rompe também com o conteúdo semântico que há entre a preposição e o substantivo. Tal quebra faz com que o espectador se fixe na legenda, ao invés de olhar rapidamente para ela e seguir para imagens. Uma possibilidade de relegendagem para evitar esse problema seria colocar o sintagma completo na mesma linha.

Vizinhos marcados por anos
de guerras e isolamento.

Ainda sobre esse aspecto, Karamitroglou (1998) recomenda que as legendas devem aparecer segmentadas no mais alto nível sintático, ou seja, cada legenda deve exibir uma sentença completa, o que ele denomina como nó sintático. Para exemplificar, ele apresenta a seguinte árvore contendo 6 nós sintáticos (construções sintáticas) a partir da sentença *The destruction of the city was inevitable* (em português: A destruição da cidade foi inevitável).

Figura 1- Árvore sintática para a segmentação linguística.



Fonte: Karamitroglou (1998, s/p).

³ Fonte: legendas em *closed caption* do programa exibido no dia 31/05/2013.

Essa oração apresenta 43 caracteres (incluindo letras, espaço e pontuação) e levando em consideração o número de caracteres ideal em uma linha de legenda (35 caracteres), ela deve ser segmentada em duas linhas. A segmentação no nó N2 seria uma forma adequada de manter o mais alto nível sintático (KARAMITOGLOU, 1998).

The destruction of the city
was inevitable.

Ivarsson e Carroll (1998) reforçam que o processo de compreensão de um filme pode ser prejudicado por qualquer irritação ou inconsistência nas legendas. Por isso, a segmentação linguística é um parâmetro fundamental na garantia de uma boa recepção, pois ela compreende questões relacionadas à distribuição do texto na tela e à sincronização das legendas com a trilha sonora do filme, tornando-se responsável pela manutenção das características orais da linguagem no texto escrito.

Perego (2008) foi a primeira a investigar os problemas de segmentação de quebra de linha (*line break*) na LO em um *corpus* heterogêneo de legendas de filmes para DVD e cinema. Apesar de não fazer uso de uma análise eletrônica baseada em *corpus*, Perego (2008) nos serviu como referencial para a elaboração das etiquetas discursivas para a análise da segmentação em LSE durante o projeto CORSEL. Dentro desta perspectiva, um dos trabalhos mais significativos para compreender os problemas de segmentação linguística na LSE foi a pesquisa de Chaves (2012), a qual procurou observar, classificar e interpretar o fenômeno da segmentação na LSE de DVDs. O *corpus* foi composto de 1132 legendas em língua portuguesa do filme brasileiro *Nosso Lar* (2010) lançado em DVD com recursos acessíveis em LSE e AD. Os resultados revelaram problemas de segmentação relacionados aos sintagmas, mais especificamente ao verbal, pois dos 88 problemas de segmentação linguística encontrados, 41% se referiam a este tipo de sintagma.

Diniz (2012) analisou as categorias da segmentação linguística entre linhas em LSE e LO, produzidas em português brasileiro, do filme *Irmãos de Fé*, dirigido por Moacyr Góes, lançado e distribuído no Brasil em 2004 pela *Columbia Pictures*. A autora investigou, em um mesmo filme, 1107 LO e 1301 LSE. A pesquisa apresentou resultados parecidos com o de Chaves (2012), ou seja, os desvios linguísticos mais recorrentes incidiram mais na estrutura do sintagma verbal (45%) do que na do nominal (27%). Conforme a autora, as duas modalidades

de legendagens (LSE e LO) pouco se diferenciaram entre si, tanto em termos técnicos quanto textuais, recebendo o mesmo tratamento por parte do legendista.

Assis (2013) e Araújo e Assis (2016) também desenvolveram uma pesquisa descritiva – tornando-se o primeiro trabalho do projeto CORSEL – cujo objetivo era analisar como acontece a segmentação linguística na LSE do tipo *closed caption pop-on* da TV brasileira, especificamente em um capítulo de uma telenovela brasileira em um *corpus* com 294 legendas. Os resultados apontaram vários problemas de segmentação no *corpus*, cerca de 26,8% do total das legendas. Os problemas apareceram com mais frequência nos níveis dos sintagmas verbais (47,6%), o mesmo resultado de Chaves (2012) e Diniz (2012). Os dados também mostraram uma quantidade razoável de quebra indevida no sintagma nominal (29,7%). Para o autor, a maioria desses problemas aconteceu com legendas de 3 linhas e velocidade de 180ppm. Assis (2016) deu continuidade a essa pesquisa em um *corpus* ainda maior com 1849 legendas, em 5 capítulos da mesma novela (ASSIS, 2016). Os resultados confirmaram a proeminência dos problemas de segmentação linguística no nível do sintagma verbal nesse gênero, com 146 ocorrências (43,8%), e do sintagma nominal com 109 ocorrências (32,8%).

2.2. Legendagem e rastreamento ocular

O suporte teórico para os estudos que definiram os parâmetros técnicos em legendagem foi construído a partir de pesquisas experimentais desenvolvidas com participantes surdos e ouvintes assistindo a vídeos legendados que vieram somar com aqueles já desenvolvidos sobre o comportamento ocular durante a leitura de textos impressos. As pesquisas com rastreamento têm sido valiosas para fornecer informações sobre as propriedades dinâmicas da legendagem que afetam o processo de recepção de legendas.

O registro dos olhos pelo rastreador é sobreposto à gravação do vídeo, expondo ao pesquisador os movimentos dos olhos do espectador. Dados como o número e a sequência de fixações mostram as áreas mais fixadas na tela. Também é possível obter dados em milissegundos sobre a posição dos olhos de acordo com as coordenadas do olhar sobre a tela.

Essas pesquisas experimentais foram muito importantes para nos embasar quanto ao comportamento dos olhos durante a leitura das legendas, principalmente as de D'ydwalle et al (1987), D'ydwalle; De Bruycker (2003, 2007), D'ydwalle et al (1991), De Linde e Kay (1999), Perego et al (2010), Romero-Fresco (2010).

D'ydewalle et al (1987), conforme já mencionamos, testaram a regra dos 6 segundos, procurando descobrir que parâmetros de legendagem seriam confortáveis para espectadores ouvintes das TVs europeias. Conforto em legendagem significa que o espectador terá tempo suficiente para ler a legenda, ver as imagens e assistir ao filme legendado sem esforço. O *corpus* da pesquisa constituiu-se de três diferentes trechos de um mesmo vídeo em alemão, aplicando os tempos de dois, quatro e seis segundos. Dois experimentos foram realizados numa igual condição com 18 participantes divididos igualmente entre homens e mulheres. Os autores concluíram que a regra dos seis segundos usada nas TVs europeia é eficaz.

D'ydewalle et al (1987) e D'ydewalle; De Bruycker (2003) mostraram que a velocidade da legenda de duas linhas é sempre maior comparada à legenda de uma linha, no entanto, a de duas linhas contém mais informações verbais, o que diminui a quantidade de inferência pela imagem e aumenta o conforto durante a leitura. Em D'ydewalle et al (1987) e D'ydewalle et al (1991), os autores observaram que a leitura de legenda é pelo menos parcialmente um processo automatizado e as legendas são lidas, mesmo quando não são necessárias para a compreensão dos diálogos. Os autores afirmaram que isso acontece porque o canal textual (legendas escritas) é um canal de informações mais eficiente do que o canal de áudio (diálogo falado). Já em D'ydewalle; De Bruycker (2007), os autores constataram que a leitura de legendas é comparável à leitura de um texto normal (um livro ou um artigo de jornal, por exemplo), mas existem algumas diferenças, especialmente quando a leitura é de uma única linha de legenda, uma vez que as fixações são geralmente mais curtas e há regressões durante a leitura as quais podem provocar perturbações.

Que seja do nosso conhecimento, a pesquisa de De Linde e Kay (1999) foi a única a trabalhar com participantes surdos. Os autores contaram com a participação de 20 voluntários, formando dois grupos: ouvintes e surdos. Os dois grupos apresentavam a mesma faixa etária, entre 29 e 33 anos. O *corpus* da pesquisa foi formado por 10 pequenos vídeos do canal britânico BBC. Todos os estímulos foram distribuídos aleatoriamente para cada par de participantes, os quais tiveram o movimento do olhar gravado por um rastreador. Cada participante testado individualmente assistiu a 10 vídeos de 2 minutos. Os participantes respondiam a uma série de perguntas após cada vídeo e também responderam sobre a impressão que tiveram do experimento.

Como variáveis independentes, os autores consideraram: grupo, programa e legendas. Como variáveis dependentes: tempo de leitura, deflexões, duração de deflexões, fixação,

regressão e releitura. O desenho usado para os cinco estudos considerou os grupos (surdos/ouvintes), programas (características contrastivas) e os diferentes números de legendas usados em cada experimento.

Consideraremos aqui somente o primeiro estudo, por que examinou os efeitos da velocidade da legenda, uma das nossas variáveis. A expectativa era de que os surdos teriam mais dificuldade para processar as legendas mais rápidas (139ppm) do que as lentas (79ppm). O tempo de leitura se diferenciou nos dois programas. Em média, os participantes passaram menos tempo nas legendas consideradas rápidas do que nas legendas consideradas lentas. Para os autores, isso sugere que o tempo de leitura reflete o ritmo das legendas, ou seja, legendas lentas implicam em um tempo de leitura maior. Contudo, observamos que as duas legendas usadas nos testes dos autores são consideradas lentas, seguindo os quadros de velocidades de legendas calculados por Díaz Cintas e Remael (2007), expostos no Quadro 1. Os estudos realizados por De Linde e Kay (1999) foram muito importantes para o desenvolvimento da metodologia de análise de nosso estudo, em relação ao estudo das variáveis dependentes sobre o comportamento do olhar em participantes surdos e ouvintes: como o número e a duração das fixações.

A pesquisa de Perego et al. (2010) contou com 16 participantes ouvintes, alunos de graduação e pós-graduação das universidades de Trieste e Pavia. Eram italianos com visão normal ou corrigida por lentes. Todos os participantes relataram não serem espectadores habituais de filmes legendados. Nenhum participante tinha qualquer conhecimento de húngaro, a língua do fragmento do filme utilizado no experimento. Os participantes foram divididos aleatoriamente em dois grupos para contrabalançar a apresentação com legendas bem e mal segmentadas. Um trecho de um filme húngaro de 15 minutos com legendas em italiano foi utilizado na experiência. O número total de legendas criadas foi de 171; sendo que 81 ocuparam uma linha e 90 duas linhas. As de duas linhas que apresentavam quebra no sintagma nominal eram 28. Os dois tipos de segmentação linguística (legendas bem e mal segmentadas) estavam presentes no mesmo vídeo e foram expostos a todos os participantes. Na manipulação das legendas, Perego et al. (2010) consideraram os seguintes tipos de sintagma nominal: 1. substantivo + adjetivo (ex.: *capelli biondi* – cabelo louro); 2. substantivo + sintagma preposicional (ex.: *colpi di fucile* – tiros de um rifle); 3. adjetivo + substantivo (ex.: *preciso ricordo* – memória precisa); 4. determinante + substantivo (ex.: *quel giorno* – aquele dia).

Foram usados questionários para medir a compreensão dos vídeos e a satisfação dos participantes. Também utilizaram trechos de algumas cenas para o reconhecimento, por parte dos participantes, de palavras específicas ou frases curtas presentes nas 28 legendas manipuladas. Em relação às questões de compreensão do vídeo e reconhecimento de cenas e legendas, os resultados obtidos revelaram bons níveis de desempenho tanto no reconhecimento de palavras quanto no reconhecimento de cenas. Em relação ao rastreamento ocular, a média de fixações foi mais na imagem do que na legenda (422 x 221) e 67% do tempo total foi gasto nas legendas. Dados estatísticos utilizando a ANOVA não apresentaram efeitos significativos para a influência da segmentação linguística. Conforme os autores, isso permitiu concluir que a qualidade de segmentação da legenda não teve impacto significativo na recepção das legendas pelos participantes.

Chaves (2012), referindo-se à Perego et al. (2010), acredita que um dos fatores que pode ter contribuído para esses resultados foi a homogeneidade dos participantes. Todos tinham em média 25 anos e pertenciam ao mesmo contexto universitário. A pesquisadora supõe que se a pesquisa de Perego et al. (2010) tivesse sido realizada com participantes de diferentes faixas etárias em contextos socioculturais diferentes, provavelmente os resultados teriam sido diferentes. Há também outra objeção, a quantidade de problemas de segmentação foi apenas de 28 legendas, ou seja, 143 legendas permitiam ao espectador uma leitura um pouco mais confortável. Provavelmente, as legendas bem segmentadas preencheram as lacunas problemáticas provocadas pelas legendas mal segmentadas. Essa pesquisa nos impulsionou a refazer os testes com legendas mal segmentadas usando outro desenho experimental com a participação de surdos e testando variados sintagmas.

Romero-Fresco (2010) desenvolveu uma pesquisa com rastreamento ocular, cujo principal objetivo foi investigar a recepção da legenda refalada⁴ (*respoken subtitle*) em programas jornalísticos (legendas ao vivo do tipo *roll up*⁵). O estudo foi conduzido por 5 participantes ouvintes usuários de legendas e proficientes em inglês. O principal objetivo era descobrir como os espectadores leem as legendas refaladas, palavra por palavra, em oposição às legendas do tipo *pop on*. Os participantes foram expostos a dois vídeos do programa *Six*

⁴ A legendagem refalada é aquela em que o tradutor utiliza um programa de reconhecimento de voz. Esse programa é ligado a um programa de legendagem que reconhece o comando de voz.

⁵ Essas legendas entram na tela palavra por palavra, ao contrário do tipo *pop on*, que entram em bloco. Depois de entrarem da esquerda para a direita, formando uma linha, sobem e permanecem na tela, enquanto a linha de baixo é formada.

O'Clock News de 4 de julho de 2007 da BBC1, não foi informado quanto tempo de vídeo. O primeiro vídeo foi legendado com legendas *roll up*, e o segundo, com legendas *pop on*.

O autor observou que a leitura das legendas *roll up* causou o dobro de fixações em relação às legendas *pop on*, ou seja, os espectadores passaram mais tempo nas legendas do que na imagem (88.3% *versus* 11.7% na imagem). Em contrapartida, os espectadores das legendas *pop on* passaram mais tempo na imagem (66.7% nas legendas, 33.3% nas imagens) do que os espectadores das legendas *roll up* (88,3% nas legendas, 11,7% nas imagens). Muitos espectadores apresentaram problemas de ausência de fixação correta nas legendas *roll up*, muitas vezes lançando os olhos sobre as lacunas onde nenhuma palavra tinha sido ainda apresentada. Conforme o autor, a leitura padrão das legendas em *pop on* foi mais rápida e menos caótica. Esse estudo nos mostrou a necessidade de modificar o modo de exibição de nosso *corpus*, de legendas de *roll up* para *pop on* para que as duas variáveis a serem testadas (segmentação e velocidade) fossem as únicas variáveis independentes do estudo.

3. Metodologia

A metodologia envolve um estudo descritivo-exploratório com procedimento experimental de natureza quanti-qualitativa. É considerada descritiva, em virtude de sua análise se basear de forma descritiva sobre o caminho do olhar⁶ durante as fixações de espectadores surdos e ouvintes ao assistirem aos documentários com LSE. É considerada exploratória com procedimento experimental, porque durante o experimento, também realizamos estudos exploratórios baseados em relatos e questionários que reportavam a análise dos participantes sobre a LSE. O foco é investigar a influência dos problemas de segmentação linguística na legendagem para descobrir aquelas que facilitariam o acompanhamento de documentários televisivos por parte de surdos e ouvintes.

3.1. Constituição do *corpus*

O *corpus* é composto de legendas veiculadas via *closed caption* obtidas em dois episódios de um documentário televisivo, os quais foram selecionados aleatoriamente com base

⁶ O caminho do olhar é um recurso possibilitado pelo *software* Tobii Studio, em que podemos seguir a sequência de fixações do olhar exibindo o tempo em que ocorreu e a duração de cada fixação. Esse caminho do olhar pode ser acompanhado na tela do monitor do Tobii Studio em cada gravação dos testes e também pode ser visualizado bem detalhadamente por dados exportados para planilhas de Excel.

na programação exibida na época da compilação do *corpus* para o desenvolvimento do projeto CORSEL. As legendas foram manipuladas conforme a velocidade e segmentação linguística testadas. Elas são do tipo *roll up (on-line)* transmitidas via satélite e exibidas com o acionamento do controle remoto.

3.2. Participantes

Os 16 participantes foram divididos em dois grupos. Como o enfoque é analisar legendas para o público surdo, um dos grupos foi formado por 08 participantes surdos usuários de Libras e que se consideram leitores de textos em língua portuguesa. No entanto, em virtude de as legendas estarem em português, idioma considerado a segunda língua (L2) dos surdos brasileiros, decidimos convidar também 08 participantes ouvintes que têm a língua portuguesa como língua materna para eliminar possíveis variáveis em relação à dificuldade que os surdos poderiam ter com sua L2. Em virtude do tempo, não foi possível fazer um teste sobre o nível de leitura dos participantes surdos, contudo, é importante frisar que essa comparação entre os grupos não está relacionada à capacidade leitora, e sim ao comportamento ocular dos dois grupos quando expostos a legendas.

Os dois grupos foram compostos por adultos com idades que variaram de 19 a 41 anos. Quanto ao nível de escolaridade, os participantes eram graduandos ou graduados. Todos são leitores da língua portuguesa, assistem a algum tipo de programa audiovisual legendado, têm visão normal ou normal corrigida e apresentam surdez pré-linguística (no caso dos surdos).

3.3. Desenho Experimental

Para que todos os participantes fossem expostos a todas as condições experimentais, utilizamos o quadrado latino proposto por Marquer (2003). Com este recurso, as quatro condições em foco foram testadas por participantes diferentes, permitindo observar padrões de recepção entre os grupos, conforme veremos no Quadro 3.

Quadro 3 - Quadrado Latino.

Vídeos	Condições	Par 1	Par 2
1	LBS	O1 S1	O5 S5
	LMS	O2 S2	O6 S6
	RBS	O3 S3	O7 S7
	RMS	O4 S4	O8 S8
2	LBS	O2 S2	O6 S6
	LMS	O3 S3	O7 S7
	RBS	O4 S4	O8 S8
	RMS	O1 S1	O5 S5
3	LBS	O3 S3	O7 S7
	LMS	O4 S4	O8 S8
	RBS	O1 S1	O5 S5
	RMS	O2 S2	O6 S6
4	LBS	O4 S4	O8 S8
	LMS	O1 S1	O5 S5
	RBS	O2 S2	O6 S6
	RMS	O3 S3	O7 S7

Fonte: elaborado pelas autoras.

* O: ouvinte; S: surdo

Horizontalmente, podemos comparar dois pares de participantes em cada condição experimental, enquanto que verticalmente, podemos observar o comportamento ocular dos 16 participantes nas quatro condições: Lenta Bem Segmentada (LBS), Lenta Mal Segmentada (LMS), Rápida Bem Segmentada (RBS) e Rápida Mal Segmentada (RMS). Cada condição se repete quatro vezes, ou seja, por exemplo, a condição LBS se repete em quatro vídeos diferentes contando com a audiência dos 16 participantes. Essa repetição nos permite dados mais precisos sobre o comportamento do olhar.

Os participantes assistiram a quatro vídeos de conteúdo diferentes nas quatro condições experimentais (LBS, LMS, RBS e RMS), gerando 64 gravações com 80 legendas na condição LBS e 80 legendas na condição LMS, perfazendo um total de 160 legendas lentas. Na condição rápida, foram geradas 100 legendas RBS e 100 RMS, apresentando um total de 200 legendas rápidas. Em resumo, o estudo investigou o comportamento ocular em 360 legendas de duas linhas por grupo de participantes: ouvintes e surdos.

3.4 Variáveis e medidas

Foram abordadas duas variáveis independentes e duas dependentes (medidas). As independentes são as legendas: a velocidade das legendas (145ppm e 180ppm) e a segmentação linguística nas legendas de duas linhas. As dependentes são as medidas geradas pelo rastreador relacionadas diretamente ao foco do olhar dos participantes: número e duração média das

fixações. A primeira medida relaciona-se ao número de fixações dos participantes nas duas áreas de interesse – legenda e imagem. A duração média das fixações relaciona-se à soma da duração das fixações, dividida pelo número total de fixações por cada legenda.

3.5 Relatos e questionários – dados qualitativos

Os dados de caráter qualitativo foram compostos por relatos livres e guiados. No relato livre, cada participante falava livremente sobre o conteúdo dos vídeos, com o objetivo de avaliar a compreensão global e dos detalhes observados. No relato guiado, os participantes comentavam sobre suas impressões em relação às legendas. Além disso, surdos e ouvintes assistiam a todo o percurso do próprio olhar em cada vídeo para que tentassem nos explicar a razão de determinado comportamento ocular enquanto assistiam aos vídeos.

Na próxima seção, serão apresentados os resultados tanto do processamento ocular durante a recepção das legendas, quanto os resultados sobre os relatos dos participantes em relação ao conteúdo dos vídeos.

4. Resultados

4.1 Análise Quantitativa

Para verificarmos a recepção às legendas, iniciamos pela análise das variáveis (medidas) dependentes: número e duração das fixações. Conforme as teorias em rastreamento ocular e legendagem, essas medidas podem apontar se houve algum desconforto por parte do espectador. Os dados, portanto, foram analisados pelo caminho do olhar e por medidas estatísticas geradas pelo teste de Kruskal-Wallis e pela ANOVA.

A Tabela 1 traz o número total de fixações nas legendas de duas linhas por cada condição experimental e por grupo de participantes.

Tabela 1 –Número de fixações nas quatro condições experimentais.

Condição experimental	Número de Fixações - Surdos	Número de fixações - Ouvintes
LBS	564	672
LMS	537	718
RBS	715	867
RMS	713	882

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Conforme podemos observar na Tabela 1, os ouvintes fizeram mais fixações do que os surdos. De acordo com Rayner e Liversedge (2004) e Rayner et al. (2013), esse resultado se explica pelo fato de leitores/espectadores de L2 (os surdos sinalizados têm o português como L2 e a Libras como L1) terem a tendência de produzir menos fixações com durações mais longas do que leitores/espectadores de L1. Essa é a razão, como mostraremos mais adiante, pela qual não podemos dizer que estes dados demonstram a existência de dificuldades de recepção dos surdos. Do mesmo modo que os dados dos autores supracitados, também no nosso caso, os ouvintes fizeram mais fixações, mas com duração mais curta.

No entanto, no que tange à recepção, observamos que os surdos diminuíram as fixações nas condições em que as legendas estão mal segmentadas, quando comparadas à mesma velocidade na condição bem segmentada. Essa diminuição ocorreu um pouco mais nas legendas de velocidade lenta (27 fixações a menos na condição LMS *versus* 2 fixações a menos na condição RMS). Os ouvintes, por sua vez, diferentemente dos participantes surdos, tiveram um aumento do número de fixações nas condições mal segmentadas, tanto nas legendas lentas quanto nas rápidas, sendo esse aumento mais significativo na velocidade lenta (46 fixações a mais para a condição LMS *versus* 15 fixações a mais para a condição RMS). Tais resultados indicam que, quando as legendas estão mal segmentadas, os dois grupos apresentam comportamentos diferentes no que diz respeito ao número de fixações. Enquanto os surdos tendem a diminuir as fixações, os ouvintes tendem a aumentar, ou seja, o desconforto na recepção, aparentemente causado pela má segmentação, pode provocar um aumento no número de fixações dos ouvintes e diminuição no número de fixações dos surdos. Vejamos agora os testes estatísticos, para os quais temos as seguintes hipóteses: 1) H₀ (hipótese zero): não há evidências da influência da velocidade e da segmentação durante a recepção das legendas; 2) H₁ (hipótese inicial): há evidências da influência da velocidade e da segmentação durante a recepção das legendas.

Aplicamos o teste estatístico não paramétrico de Kruskal-Wallis e encontramos efeito significativo de grupo (ouvintes e surdos) em relação ao número de fixações [$F(3,60) = p < 0.05^7$], ou seja, os dados estatísticos confirmam que os ouvintes produzem muito mais fixações do que os surdos, com uma diferença estatística de 980,518 fixações a mais, corroborando os dados quantitativos. Aplicamos também o mesmo teste para as variáveis independentes, velocidade e segmentação, em relação ao número de fixações. No que diz respeito à velocidade, encontramos efeito significativo [$F(3,60) = p < 0.05$], o que significa que a velocidade influencia no número de fixações dos participantes. Quanto à segmentação, também encontramos efeito significativo [$F(3,60) = p < 0.05$], confirmando que houve influência da segmentação sobre o número de fixações. Dessa forma, no que tange a este quesito, nossa hipótese inicial (H_1) foi confirmada, já que tanto a velocidade quanto a segmentação interferiram no comportamento leitor dos dois grupos.

Passemos agora aos resultados da análise da segunda variável dependente. A Tabela 2 apresenta a duração média total das fixações (ms) em cada condição experimental e por grupo.

Tabela 2 - duração média das fixações nas condições experimentais.

Condição Experimental	Duração média total das fixações (ms) / Surdos	Duração média total das fixações (ms) / Ouvintes
LBS	300,05	257,47
LMS	299,12	273,61
RBS	268,43	259,41
RMS	292,61	253,20

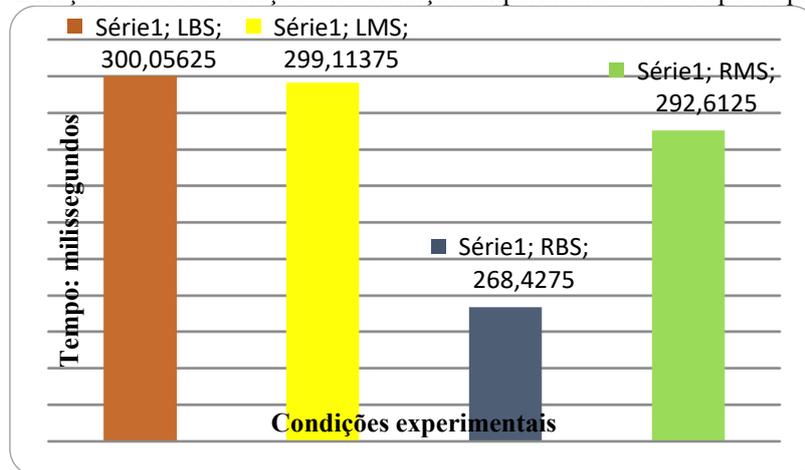
Fonte: Elaborado pelas autoras.

Em todas as condições, os surdos tiveram uma duração maior das fixações do que os ouvintes. No entanto, mesmo lendo mais devagar, a condição RBS, entre esses participantes, revelou-se mais favorável à leitura, uma vez que foi a condição em que os surdos tiveram uma média menor de duração, significando que tiveram um processamento menos custoso. Já os ouvintes, obtiveram uma média de duração semelhante nas condições LBS/RBS. Para os

⁷ F = ao fator estatístico em que temos: variância entre as amostras/variância dentro das amostras. O primeiro valor entre parênteses corresponde ao grau de liberdade para as condições experimentais e o segundo indica o grau de liberdade para os participantes. Ou seja, o primeiro corresponde ao número de condições experimentais menos um. Assim, o grau de liberdade para cada condição é 3. Já o segundo, calcula-se somando-se todos os participantes em cada condição experimental e subtraindo desse valor o número de condições experimentais. Ou seja, nosso experimento tem 4 condições e há 16 participantes em cada uma delas, sendo $16 \times 4 = 64 - 4 = 60$. Portanto, a expressão de nosso resultado é $F(3,60)$, seguido do *p-valor*. Já o *p-valor* é a probabilidade de nossa hipótese nula (H_0) ser verdadeira ou rejeitada. O α (0,05), se o valor de *p* for maior ou igual a 0,05, a hipótese nula (H_0) é verdadeira; se *p* for menor ou igual a 0,05, então, a hipótese nula (H_0) é rejeitada.

surdos, ao contrário, as condições lentas não demonstraram ser confortáveis, em virtude de o processamento nas condições lentas ser mais custoso e muito próximo do tempo da RMS. O gráfico 1 permite visualizar a diferença da duração média das fixações do comportamento ocular dos participantes surdos nas quatro condições experimentais.

Gráfico 1 - Duração média das fixações nas condições experimentais com os participantes surdos.

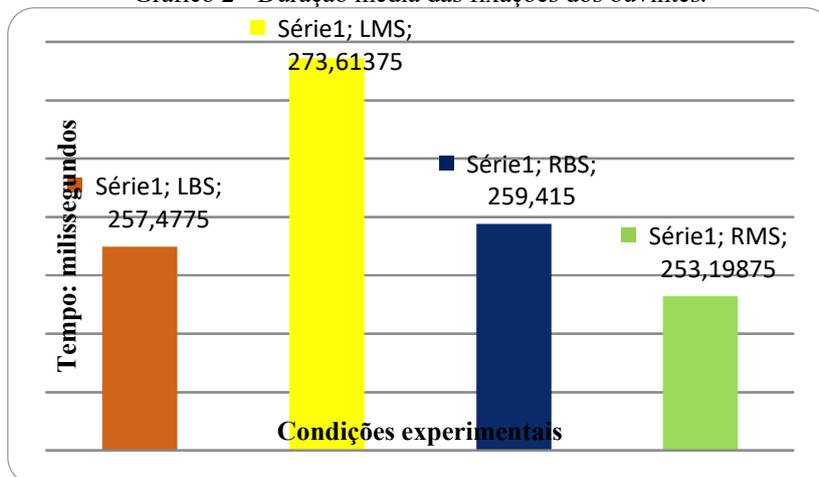


Fonte: elaborado pelas autoras.

Vemos no Gráfico 1 que, para os surdos, não houve diferença significativa na duração das fixações nas condições LBS, LMS e RMS. Já na RBS, esses participantes tiveram um tempo bem menor de leitura das legendas. Esse dado nos surpreendeu, uma vez que acreditávamos que a LBS seria a ideal para os surdos. No entanto, praticamente não houve diferença entre essa condição e a LMS.

Em relação aos ouvintes, o Gráfico 2 mostra como foi o tempo de leitura em relação à duração média das fixações dos participantes ouvintes.

Gráfico 2 - Duração média das fixações dos ouvintes.



Fonte: elaborado pelas autoras.

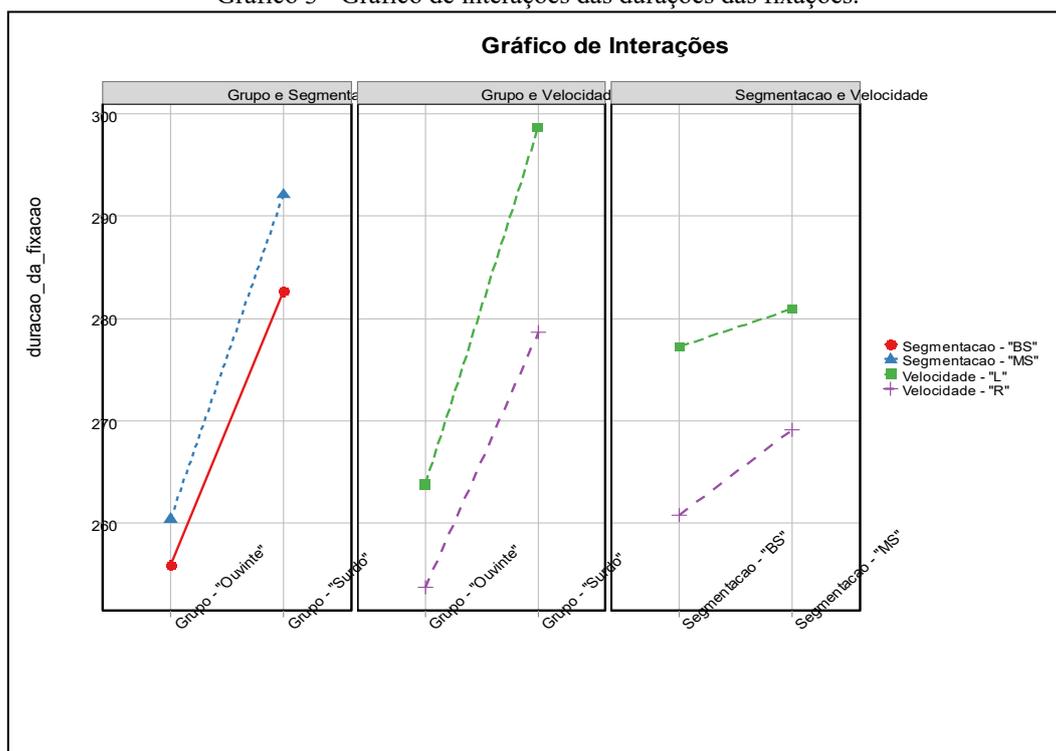
No Gráfico 2, a condição LBS obteve uma leitura mais rápida do que a LMS. Ao contrário dos surdos, as condições RBS e RMS tiveram uma diferença pouco significativa na duração. Somente com a análise estatística, conforme veremos a seguir, é que trouxe resultado mais conclusivo sobre a influência da velocidade e da segmentação no processamento das legendas.

Sobre a duração média das fixação, aplicamos uma análise de variância do efeito fixo (ANOVA), em que encontramos efeito principal de grupo [$F(3,60) = 52,05^8$, $p < 0,05$] indicando que surdos e ouvintes apresentaram diferença quanto à duração média das fixações. A duração média dos surdos foi 288,67ms, e a dos ouvintes, 258,67ms, de onde concluímos que os surdos leem mais lentamente. Contudo, é importante destacar que mesmo os surdos lendo mais lentamente se comparados aos ouvintes, a média geral de duração dos grupos de participantes, pelos dados estatísticos gerados pela ANOVA, foi menor nas legendas rápidas, com 266,23ms, do que nas legendas lentas, com 281,12ms. Assim, concluímos que os participantes dos dois grupos têm um processamento menos custoso nas legendas em condições de velocidade rápida do que nas legendas em velocidade lenta.

Nos dados estatísticos (ANOVA), não verificamos efeito significativo na interação *grupo versus velocidade* [$F(3,60) = 1,5328$, $p > 0,05$]. Também não verificamos efeito significativo na interação *grupo versus segmentação* [$F(3,60) = 0,4085$, $p > 0,05$]. Na interação entre *segmentação versus velocidade*, mais uma vez não encontramos efeitos significativo [$F(3,60) = 0,2272$, $p > 0,05$]. No entanto, encontramos efeito significativo na interação *grupo versus segmentação versus velocidade* [$F(3,60) = 5,1844$, $p < 0,05$], ou seja, um dos grupos se comportou diferentemente em relação à segmentação e à velocidade quando tomados em conjunto. Isso significa que, de acordo com os resultados comportamentais sobre a duração da fixação, a segmentação pode ter influenciado no processamento leitor tanto dos participantes surdos quanto de ouvintes. O Gráfico 3 traz os três fatores de interação na duração das fixações.

⁸ Fator estatístico calculado pela soma dos quadrados. Dados apresentados automaticamente pela ANOVA.

Gráfico 3 - Gráfico de interações das durações das fixações.



Fonte: dados estatísticos gerados pela ANOVA.

No primeiro fator, “grupo e segmentação”, as duas linhas paralelas indicam que não houve interação entre grupo e segmentação, ou seja, a segmentação não demonstrou efeito significativo sobre o comportamento dos dois grupos. No segundo fator, “grupo e velocidade”, as linhas paralelas também demonstraram que não houve efeito significativo entre os grupos, a diferença é que os surdos leem mais lentamente do que os ouvintes, mas os dois grupos tiveram o mesmo comportamento ocular. Já no terceiro fator, “segmentação e velocidade”, as duas linhas tendem a se cruzar à medida que os problemas de segmentação aumentam na quebra de linha das legendas, a linha da velocidade R (rápida) vai ao encontro da linha da velocidade L (lenta). Isso implica que quanto mais mal segmentadas forem as legendas, mais lento torna-se o processamento leitor dos participantes, em virtude de os dois grupos terem o mesmo comportamento no que diz respeito à recepção a produtos audiovisuais legendados.

4.2 Análise Qualitativa

Os dados qualitativos foram gerados, durante o experimento, pelos relatos sobre o conteúdo dos vídeos (relatos livres) e os relatos sobre questões relacionadas às legendas e sobre o experimento assistindo ao caminho de olhar. Na condição LBS, os participantes tiveram uma

boa recepção sobre todos os vídeos. Alguns deram mais detalhes do que outros, no entanto, nenhum dos participantes fez afirmação incoerente sobre o assunto. Sobre as legendas, 7 ouvintes (O1, O3, O5, O6, O7, O8) consideraram as legendas em todos os vídeos testados com velocidade normal. Um ouvinte (O2) e um surdo (S5) acharam que algumas legendas no vídeo 2 pareciam rápidas. Na verdade, todas as legendas estavam em velocidade lenta, provavelmente foi uma dificuldade dos participantes com a legendagem do vídeo. S5 afirmou que:

Eu acredito que estava rápida. Eu me confundi muito, me atrapalhei. Não era uma coisa feita com naturalidade, tranquilamente (S5).

Essa dificuldade de S5 pode confirmar os nossos dados estatísticos de que a velocidade lenta não é tão favorável aos surdos.

Na condição LMS, os participantes em geral também tiveram uma boa recepção do conteúdo nessa condição com exceção de um participante (S4) que apresentou um detalhe sobre o vídeo 3⁹ que não constava no conteúdo dos vídeos. Sobre a velocidade das legendas, 5 ouvintes (O1, O2, O5, O6, O8) e 6 surdos (S1, S2, S3, S5, S6, S7) a consideraram normal, ou seja, nem lenta e nem rápida. No entanto, nesse grupo, um surdo (S6) relatou que acredita que perdeu algumas informações:

Não achei trabalhoso não. Talvez só um pouco, porque a legenda explicava um fato, então quando eu já ia buscar na imagem para ver sobre o que era, a legenda já tinha passado. Minha visão tinha que ir rápido com medo de perder a legenda (S6).

Na condição LMS, percebemos que a velocidade não foi um fator de reclamação entre os participantes, principalmente os surdos, mas as respostas deles demonstraram que havia algo nas legendas que os incomodou durante a recepção. Isso nos sugere, mais uma vez, que a segmentação foi a responsável por esses incômodos.

Na condição RBS, os surdos relataram muitos mais detalhes sobre os vídeos, até informações que foram mencionadas apenas uma única vez. Como, por exemplo, num dos vídeos há a informação da relação histórica de guerras que aproximam os povos do Laos e do Camboja. Quando assistiram ao vídeo na condição LBS, esse detalhe não foi mencionado pelos

⁹ S4 afirma que no vídeo há a informação de que o Monte Popa tem uma formação rochosa de 130m. Essa informação não consta no vídeo.

participantes surdos. Os ouvintes também demonstraram uma boa recepção na condição RBS, mas foram mais concisos ao relatarem o conteúdo.

Ainda na condição RBS, um surdo (S2) considerou que um dos vídeos tinha legendas com muita informação, no entanto, ele relatou que não sentiu dificuldade para compreender o conteúdo. S6 foi o único surdo que não apresentou um relato com todos os detalhes sobre o vídeo assistido. A razão dada por ele foi a rapidez das legendas. Entretanto, existe também a possibilidade de ele ter tido dificuldade devido ao cansaço, já que o vídeo em questão foi o último a ser exibido para ele. Dois ouvintes (O1 e O8) consideraram as legendas rápidas. Apesar disso, O1 afirmou que nada a perturbou: “acho que esse foi o que eu compreendi melhor”. O5, mesmo afirmando que a velocidade era normal, acredita que esse foi o vídeo com mais informações nas legendas. Dessa forma, percebemos pelo relato dos participantes que essa condição foi a que trouxe mais conforto aos participantes, pois nenhum deles sentiu algum incômodo causado pelas legendas.

Na condição RMS, em geral, os participantes relataram os conteúdos dos vídeos em detalhes, contudo, e diferentemente da RBS, alguns participantes reclamaram da velocidade ou de algo que os perturbou. 4 ouvintes (O1, O2, O4 e O8) e 4 surdos (S2, S3, S4 e S6) consideraram as legendas rápidas. O8 afirmou que não sentiu que teve tempo suficiente para ler as legendas e acompanhar o vídeo. S4 também sentiu o mesmo desconforto:

No começo, eu tive dificuldade para entender. Fiquei me perguntando o que ele está falando. Da metade em diante, eu entendi. Foi só questão de contexto. (S4)

S2 também concordou com S4 sobre o desconforto em ler as legendas e acompanhar as imagens:

Eu gosto de ler as legendas e ter tempo para observar as imagens, mas dessa vez eu não consegui, porque as legendas eram rápidas. Eu tive que dar passadas rápidas. Achei mais difícil (S2).

Quatro ouvintes (O3, O5, O6 e O7) e dois surdos (S1 e S7) consideraram as legendas na condição RMS na velocidade normal. Apenas um participante (S8) considerou a velocidade lenta, no entanto, disse que não considerava que as legendas estavam acessíveis ao público surdo. S8 acredita que as legendas apresentavam um vocabulário mais difícil. Em relação a condição RBS, a RMS trouxe mais reclamações dos participantes surdos do que dos ouvintes.

Os surdos se sentiram mais incomodados nesta condição. Conforme D'ydewalle e de Bruycker (2003) e Schotter e Rayner (2012), durante a leitura das legendas, a atenção dos espectadores está dividida entre a imagem e as legendas, e isso pode exigir mais esforço. Entretanto, se há algo nas legendas que dificulta o processo natural da leitura, isso poderá transmitir aos participantes uma ideia de que a velocidade das legendas estava tão rápida que prejudicou a recepção.

Sobre a velocidade da legenda, *a priori*, nossa hipótese era que os surdos teriam uma recepção mais confortável e favorável na condição LBS, uma vez que as pesquisas já revelaram que os surdos leem mais devagar do que os ouvintes (DE LINDE; KAY, 1999), em virtude de o português brasileiro ser a L2 desse grupo. No entanto, os resultados obtidos nesta pesquisa, pela duração das fixações, revelaram que as legendas em condição lenta não favorecem uma recepção confortável, mesmo quando bem segmentadas, uma vez que as duas condições, LBS e LMS, tiveram durações médias muito próximas (300ms vs 299ms).

Todos os dados acima reportados e discutidos confirmaram os resultados obtidos na pesquisa exploratória do projeto MOLES (NASCIMENTO; ARAÚJO, 2011; ARAÚJO et al., 2013) de que a velocidade não seria um entrave na recepção por parte dos participantes surdos, muito embora o número de participantes nesta pesquisa ainda seja muito limitado. No entanto, os dados nos forneceram indícios de que as orientações entre os teóricos da legendagem sobre o comportamento ocular na recepção de legendas quanto à segmentação devem ser priorizadas na prática da legendagem. Os resultados sugerem que, para o gênero documentário, a má segmentação linguística de quebra de linha pode trazer problemas de recepção, principalmente para espectadores surdos.

5. Considerações finais

Esta pesquisa examinou a influência de dois parâmetros técnicos, a velocidade e a segmentação linguística, preconizados pelos teóricos em legendagem (DÍAZ CINTAS; REMAEL, 2007; D'YDEWALLE et al., 1987; PEREGO, 2008) como essenciais para uma recepção confortável de programas audiovisuais legendados. Em relação ao comportamento ocular, surdos e ouvintes demonstraram comportamento parecido. Todos se fixaram na imagem e seguiam imediatamente as legendas assim que elas eram exibidas na tela, comportamento típico de espectadores de programas audiovisuais legendados, como observaram D'ydewalle e De Bruycker (2003). Sobre o tempo gasto na leitura das legendas (duração das fixações), em

relação às variáveis velocidade e segmentação linguística, embora os participantes surdos leiam mais devagar do que os ouvintes, as legendas na condição RBS se mostraram mais favoráveis com uma média de duração mais baixa (268ms). Sobre o número de fixações, pelos estudos estatísticos não paramétricos de Kruskal-Wallis, a segmentação linguística e a velocidade influenciaram o número de fixações. Nas condições mal segmentadas, os surdos tendem a diminuir o número de fixações.

Em relação à duração média das fixações, nas legendas lentas, os participantes surdos tiveram uma maior duração média. Esses dados refutaram nossa primeira hipótese de que as legendas na condição lenta e bem segmentada teriam uma recepção eficiente. No entanto, o que observamos é que não houve diferença de processamento nessas duas condições. O fato de ser bem segmentada e lenta não facilitou a recepção dos surdos. Estatisticamente (ANOVA), os dois grupos têm um tempo de leitura mais baixo nas legendas na condição RBS. O estudo estatístico das fixações geradas pelo caminho do olhar nas legendas de duas linhas mostrou um efeito significativo em relação à influência da segmentação linguística no comportamento ocular, porém não houve resultados significativos que comprovassem que a velocidade teria um papel relevante na recepção. Ou seja, independentemente da velocidade, as legendas mal segmentadas tendem a tornar mais custoso o processamento leitor.

Nossa hipótese de que as legendas, independentemente da velocidade (145 ou 180ppm), quando mal segmentadas, teriam a recepção prejudicada foi confirmada, tanto pelos dados gerados pelo comportamento do olhar como pelos relatos. Conforme os dados, a má segmentação influenciou tanto a duração das fixações como a sensação dos participantes em relação à velocidade das legendas.

Finalmente, os dados reportados nesta pesquisa permitem-nos interpretar que a hipótese sugerida desde os resultados do projeto MOLES foi confirmada, ou seja, a segmentação linguística das legendas, evitando quebras indevidas dos sintagmas e orações, é realmente um parâmetro relevante para uma recepção confortável dos produtos audiovisuais legendados. Como não testamos um sintagma específico, não temos conhecimento de qual sintagma pode provocar mais incômodos durante a leitura. Dessa forma, salientamos a importância de novos estudos usando outros gêneros audiovisuais, bem como uma nova sequência de testes por sintagmas a fim de obter mais informações sobre a influência da segmentação linguística em relação aos sintagmas para o comportamento leitor de surdos e ouvintes.

O principal propósito desta pesquisa é contribuir para a formação de legendistas conscientes sobre a importância da segmentação linguística na recepção de legendas. Assim, nossa principal contribuição, além de complementar as pesquisas já desenvolvidas pela UECE, é possibilitar acessibilidade aos produtos audiovisuais por meio de uma LSE que atenda às necessidade de recepção dos espectadores surdos e ensurdecidos.

Referências

ARAÚJO, V. L. S. Closed subtitling in Brazil. In: ORERO, P. (Ed.). **Topics in audiovisual translation**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, p. 199-212, 2004. v. 1. <https://doi.org/10.1075/btl.56.20san>

_____. A legendagem para surdos no Brasil. In: ARAÚJO, V. L. S.; LIMA, P. L. C. (Org.). **Questões de Linguística Aplicada: Miscelânea**. Fortaleza: EdUECE, 2005, p. 163-188.

_____. Subtitling for the deaf and hard-of-hearing in Brazil. In: ORERO, P.; REMAEL, A. (Org.). **Media for All: Subtitling for the deaf, audio description and sign language**. Kenilworth: Rodopi, 2007, p. 99-107. (Approaches to Translation Studies, 30).

_____. Por um modelo de legendagem para Brasil. **Tradução e Comunicação**, São Paulo, n. 17, p. 59-76, 2008.

_____. In search of SDH parameters for Brazilian party political broadcasts. **The Sign Language Translator and Interpreter**, Manchester, v. 3, n. 2, p. 157-167, 2009.

_____. **A segmentação na legendagem para surdos e ensurdecidos (LSE): um estudo baseado em corpus (CORSEL)**. Relatório Técnico n. 306441/2011-0. Fortaleza: CNPq. Fev. 2015.

ARAÚJO, V. L. S.; NASCIMENTO, A. K. P. Investigando parâmetros de legendas para Surdos e Ensurdecidos no Brasil. In: FROTA, M. P.; MARTINS, M. A. P. (Org.). **Tradução em Revista**, Rio de Janeiro, v. 2, p. 1-18, 2011. Disponível em: http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/trad_em_revista.php?strSecao=input0. Acesso em: 21 maio 2014.

ARAÚJO, V. L. S.; MONTEIRO, S. M. M.; VIEIRA, P. A. Legendagem para surdos e ensurdecidos (LSE): um estudo de recepção com surdos da região Sudeste. **TRADTERM**, São Paulo, v. 22, p. 273-292, 2013. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/tradterm/article/view/69132>. Acesso em: 21 maio 2014.

ARAÚJO, V. L. S.; NAVES, S. B.; MAUCH, C.; ALVES, S. F. **Guia para Produções Audiovisuais Acessíveis**. Brasília: Ministério da Cultura Secretaria do Audiovisual, 2016. Disponível em: <http://www.blogdaaudiodescricao.com.br/2015/11/guia-orientador-para-acessibilidade-de-producoes-audiovisuais.html>. Acesso em: 11 jun. 2016.

ASSIS, I. A. P. **A segmentação na LSE de “Amor Eterno Amor”**: uma análise baseada em *corpus*. (Bacharelado em Letras Inglês). 2013. 71 f. Monografia (Bacharelado em Letras Inglês) – Centro de Humanidades, Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, CE, 2013.

_____. **Legendagem para surdos e ensurdecidos (LSE)**: análise baseada em *corpus* da segmentação linguística em “Amor Eterno Amor”. 2016. 108f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, CE, 2016.

CHAVES, E. G. **Legendagem para surdos e ensurdecidos**: um estudo baseado em *corpus* da segmentação nas legendas de filmes brasileiros em DVD. 2012. 126f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Programa em Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, CE, 2012.

DE LINDE, Z.; KAY, N. **The semiotics of subtitling**. Manchester: St. Jerome Publishing, 1999.

D’YDEWALLE, G.; PRAET, C; VERFAILLIE, K.; VAN RENSBERGER, J. Watching subtitled television: automated reading behavior. **Communication research**. v. 18, p. 650-666, 1991. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/009365091018005005>. Acesso em: 21 mai. 2016. <https://doi.org/10.1177/009365091018005005>

D’YDEWALLE, G.; DE BRUYCKER, W. Reading native and foreign language television subtitles in children and adults. In: HYONA, J.; RADACH, R.; DEUBEL, H. (Org.). **The mind’s eye**: cognitive and applied aspects of eye movements. Oxford, UK: Research Lirias, 2003, p. 671-684.

D’YDEWALLE, G.; RENSBERGEN, J.; POLLET, J. Reading a message when the same message is available auditorily in another language: the case of subtitling. In: O’REGAN, J. K.; LÉVY-SCHOEN, A. (Org.). **Eye movements**: from physiology to Cognition. Amsterdam and New York: Elsevier Science Publishers, 1987, p. 313-321. <https://doi.org/10.1016/B978-0-444-70113-8.50047-3>

DÍAZ CINTAS, J.; REMAEL, A. **Audiovisual translation**: subtitling. Manchester: St. Jerome Publishing Company, 2007.

DINIZ, N. S. L. **A segmentação em legendagem para surdos e ensurdecidos**: um estudo baseado em *corpus*. 2012. 149f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG, 2012.

FRANCO, E. P. C.; ARAÚJO, V.L.S. Reading television. Checking deaf people’s reaction to closed captioning in Fortaleza, Brazil. **The Translator**, Philadelphia, v. 9, n. 2, 2003, p. 249-267.

GLOBO REPÓRTER. Direção: Marislei Dalmaz. Brasil: TV Globo, 2013, 2 episódios de 50min. sonor. color. Legenda *close caption roll up* disponível.

IVARSSON, J.; CARROLL, M. **Subtitling**. Simrishamm, Suécia: TransEditHB, 1998.

JUST, M. C.; CARPENTER, P. A. A theory of reading: from eye fixations to comprehension. **Psychological Review**, Washington, v. 87, n. 4, p. 329-354, 1980. <https://doi.org/10.1037/0033-295X.87.4.329>

KARAMITROGLOU, F. A proposed set of subtitling standards in Europe. **Translation Journal**. Melbourne, v. 2, n. 2, p. 1-15, 1998. Disponível em: <http://translationjournal.net/journal//04stndrd.htm>. Acesso em: 15 mar. 2011.

MARQUER, P. La méthode expérimentale: quelques points de repère. In: NICOLAS, S. (Ed.). **La psychologie cognitive**. Paris: Armand Colin, 2003, p. 185-206.

PEREGO, E. What would we read best? Hypotheses and suggestions for the location of line breaks in film subtitles. **The Sign Language Translator and Interpreter**, Manchester, v. 2, n. 1, p. 35- 63, 2008.

PEREGO, E.; DEL MISSIER, F.; PORTA, M.; MOSCONI, M. The cognitive effectiveness of subtitle processing. **Media Psychology**, Philadelphia, v. 13, n. 3, p. 243-272, 2010. Disponível em: <http://www2.units.it/delmisfa/papers/SubtitlesProcessing2010.pdf>. Acesso em: 21 maio 2014.

RAYNER, K.; BARBARA, J.; POLLATESK, A. Movimentos oculares durante a leitura. In: SNOWLING, M. J.; HULME, C. (Org.). **A ciência da leitura**. Trad. Ronaldo Cataldo Costa. Porta Alegre: Penso, 2013, p. 97-116.

RAYNER, K.; LIVERSEDGE, S. P. Visual and linguistic processing during eye fixation in reading. In: HENDERSON, J. M.; FERREIRA, F. (Org.). **Language, Vision and Action**. New York: Psychology, 2004, p. 56-104.

REID, H. Literature on the screen: subtitle translation for public broadcasting. In: BART, W.; D'HAEN, T. (Org.). **Something understood: studies in Anglo-Dutch literary translation**. Amsterdam: Rodopi, 1990, p. 97-107.

ROMERO-FRESCO, P. Standing on quicksand: hearing viewers' comprehension and reading patterns of respoken subtitles for the news. In: DÍAZ CINTAS, J.; MATAMALA, A.; NEVES, J. (Org.). **New insights into audiovisual translation and accessibility**. Media for All 2, Amsterdã: Rodopi, 2010, p. 175-195.

SCHOTTER, E. R.; RAYNER, K. Eye movements in reading: implications for reading subtitles. In: PEREGO, E. (Org.). **Eye-tracking in audiovisual translation**. Roma: Aracne, 2012, p. 83-104.

VIEIRA, P. A.; ARAÚJO, V. L. S.; CHAVES, E. G.; MONTEIRO, S. M. M. A segmentação na legendagem do documentário Globo Repórter: uma análise baseada em *corpus*. In: PONTES, V. O. et al. (Org.). **A tradução e suas interfaces: múltiplas perspectivas**. Curitiba: Editora CRV, 2015, p. 65-85.

Artigo recebido em: 02.03.2017

Artigo aprovado em: 06.04.2017

A audiodescrição na Extensão Universitária: formação e prática cidadã

Audio description at the University Extension Program: citizenship training and practice

Soraya Ferreira Alves*
Helena Santiago Vigata**

RESUMO: Este trabalho visa relatar uma experiência de audiodescrição em contexto real, ligada à extensão universitária. Essa experiência consistiu na audiodescrição, realizada pelo *Grupo de Pesquisa e Extensão Acesso Livre - UnB*, da exposição *Frida Kahlo: Conexões entre mulheres surrealistas no México*, ocorrida na *CAIXA Cultural de Brasília*, de 13 de abril a 5 de junho de 2016. Primeiramente foram realizados estudos preliminares sobre a audiodescrição de obras de arte visuais e, em seguida, foi feita a escolha das obras a serem audiodescritas pelos alunos membros do grupo com supervisão e revisão das coordenadoras e autoras deste trabalho. Após a confecção dos roteiros, foi realizada visita à exposição com 11 pessoas com deficiência visual. O retorno dos participantes com deficiência visual e a autoavaliação dos alunos demonstram que experiências em contextos reais e com usuários reais auxiliam a treinar futuros audiodescritores com consciência da importância de sua ação cidadã, além de aprimorar suas habilidades.

PALAVRAS-CHAVE: Audiodescrição. Extensão universitária. Obras de artes visuais. Frida Khalo.

ABSTRACT: This paper aims at relating an experience of audio description in real context, linked to the University Extension Program. Such experience consisted in the audio description, made by *Research and Extension Group Acesso Livre - UnB* of the exposition *Frida Kahlo: Connections among surrealist women in Mexico*, which took place at *CAIXA Cultural of Brasília*, from April 13th to June 15th, 2016. First of all, the grounds of the action were established by readings and studies about audio description of visual arts. After that, the Group chose the pieces to be audio described with supervision of the coordinators and authors of the present paper. With the scripts prepared, the visit to the exposition was done, with 11 visually impaired people. The feedback of the participants and the self-evaluation of the students demonstrated that experiences in real contexts, with real subjects, help training future audio descriptors conscientious of the importance of their action to the society, besides improving their abilities.

KEYWORDS: Audio description. University Extension Program. Visual arts. Frida Khalo.

* Professora Adjunta do Bacharelado em Tradução-Inglês e do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução (POSTRAD) da Universidade de Brasília (UnB). Membro fundador do NTAAl - Núcleo de Tecnologia Assistiva, Acessibilidade e Inclusão - UnB. Coordenadora do Grupo de Pesquisa e Extensão Acesso Livre. E-mail: so.ferreira@uol.com.br.

** Professora Adjunta do Bacharelado em Línguas Estrangeiras Aplicadas ao Multilinguismo e à Sociedade da Informação da Universidade de Brasília (UnB). Membro fundador do NTAAl - Núcleo de Tecnologia Assistiva, Acessibilidade e Inclusão - UnB. Vice coordenadora do Grupo de Pesquisa e Extensão Acesso Livre. E-mail: subtitulando@gmail.com.

1. Introdução

A Extensão Universitária, ação voltada à interação entre alunos, professores e a comunidade, se mostra uma prática de grande valia tanto para aqueles que edificam as ações como para aqueles que são seu público alvo. É na extensão que os alunos colocam em prática e observam os resultados de pesquisas e trabalhos que poderão um dia serem aplicados em suas carreiras profissionais; além de despertar a consciência da necessidade de se pensar em uma sociedade solidária, na qual os frutos do aprendizado se concretizam em prol da cidadania.

Com essa convicção, desde 2010 o *Grupo Acesso Livre* da Universidade de Brasília, sob a coordenação destas autoras e do Prof. Charles Rocha Teixeira, tem se dedicado à prática da audiodescrição voltada às necessidades da comunidade local, bem como a pesquisas de campo que levem à prática eficiente dessa modalidade de tradução audiovisual.

A audiodescrição (AD) é uma tradução interssemiótica que se constitui como o principal recurso de acessibilidade visual para as pessoas com cegueira e baixa-visão nos mais diversos âmbitos, desde a televisão até os museus, teatros, cinemas e demais contextos sociais. Representa uma forma de tecnologia assistiva essencial para garantir os direitos universais de acesso à comunicação e à informação, contemplados na *Declaração Universal dos Direitos Humanos*.

A AD pode ser disponibilizada na modalidade pré-gravada, que vem mediada por um dispositivo tecnológico, ou mediante o serviço de um audiodescritor realizado ao vivo. Além de servir aos usuários com deficiência visual, a audiodescrição também tem provado ser uma útil ferramenta de mediação comunicacional para o público com deficiência intelectual, idosos e disléxicos.

Existem diversas modalidades de audiodescrição, as quais Jorge Díaz-Cintas (2007, p. 49-50) divide em três grandes categorias: uma voltada para imagens em movimento, como as que encontramos em filmes, programas de televisão ou vídeos; outra para obras estáticas ou objetos expostos em museus, exposições, espaços temáticos e passeios turísticos; e outra para eventos ao vivo, como espetáculos de dança, peças teatrais, esportivas, religiosas, musicais ou congressos. Cada uma dessas modalidades tem suas próprias características e exige do audiodescritor competências e habilidades específicas.

As competências do audiodescritor são agrupadas por Díaz-Cintas (2007, p. 51-57) em quatro categorias gerais: 1) linguísticas, pois deve-se usar um vocabulário evocador e estruturar a audiodescrição de maneira que flua com naturalidade; 2) temáticas ou de conteúdo, o que

envolve conhecer as necessidades dos espectadores, dominar a linguagem própria de cada meio e estar a par da regulamentação vigente em acessibilidade; 3) tecnológicas e aplicadas, já que é preciso dominar uma série de programas para fazer o roteiro das audiodescrições, assim como é necessária capacitação para fazer a locução e edição do áudio; e 4) pessoais e gerais, como detentor de conhecimento de mundo e capacidade de análise, síntese e interpretação da informação. Além das competências citadas pelo autor, acrescentamos a necessidade de uma grande capacidade abduativa e imaginativa para poder traduzir entre qualidades e sensações.

Assim como Alves, Teles e Pereira (2011, p. 23), acreditamos que o audiodescritor é um observador ativo. “É importante aprimorar seu letramento visual, olhar o mundo com maior acuidade a fim de compartilhar o que há nas imagens. O audiodescritor edita o que vê, ou seja, seleciona o que é mais importante para a compreensão e apreciação de um evento”.

Catalina Jiménez Hurtado (2007) considera a audiodescrição como um tipo de texto subordinado que carece de autonomia estrutural, pois parte de sua função comunicativa consiste em apoiar o texto-fonte, subordinando-se a suas especificidades de gênero. Em virtude do tipo de texto multidimensional a que está subordinada, serão ativadas macrofunções comunicativas específicas. Segundo Hurtado (2007, p. 58), o roteiro audiodescrito deve ser entendido como uma atividade complexa de mediação linguística-cognitiva e multidimensional – que integra um todo textual harmonioso de natureza acústica (sons e diálogos) e visual – caracterizada, entre outras coisas, por equilibrar uma necessidade comunicativa social. É uma mediação social porque os receptores precisam desse texto para ter acesso ao tipo de informação a que têm direito.

Além do tipo textual e das peculiaridades de gênero, influencia na audiodescrição o público-alvo ao qual a tradução está destinada. Por exemplo, o método e as estratégias de descrição e de locução serão muito diferentes quando voltados para um público infantil, e esse tipo de AD não seria bem acolhida pelos usuários adultos, que se sentiriam infantilizados. Porém, não é recomendável restringir demais o escopo mediante a separação por categorias que possam provocar a segregação. Se por um lado seria mais fácil do ponto de vista prático organizar visitas a exposições separando os grupos por capacidades funcionais homogêneas – por exemplo, criando um grupo de pessoas cegas, outro com pessoas com baixa-visão e um terceiro com pessoas que enxergam –, esse tipo de separação, que facilitaria a elaboração de uma AD “à medida”, contradiz o paradigma inclusivo e vai contra a valorização da diversidade. Assim, é mais adequado pensar no público-alvo como um público heterogêneo e diverso no

qual há pessoas que dependem mais da audiodescrição para fruir da obra em igualdade de condições com o resto da sociedade. As necessidades dessa parcela do público são, portanto, o principal foco da formação de audiodescritores, sem desconsiderar demais potenciais usuários da AD.

No meio profissional, a recomendação é que sempre haja pessoas com deficiência visual na equipe de audiodescrição ou que se conte com elas como consultoras para validar o trabalho, como propõe Snyder (2008). Esse é um desafio no contexto de ensino formal em disciplinas universitárias, pois não há como se garantir a participação de alunos com deficiência visual. Por isso é importante vincular o ensino a projetos de pesquisa e de extensão que estabeleçam vínculos com sujeitos ou instituições parceiras, de maneira que os formandos tenham a oportunidade de trabalhar diretamente com pessoas com deficiência visual. Aliás, a participação das pessoas com deficiência deve ser efetiva desde a fase de concepção das ofertas culturais, dentro de uma perspectiva de trabalhar “desde a diversidade” e não “para a diversidade”, conforme nos lembra Santiago González (2015, p. 70, tradução nossa): “Não se trata de democratizar o acesso a uma cultura que continue sendo hegemônica em seus fundamentos, mas sim de que a cultura como tal seja realmente democrática, de que incorpore a alteridade nos processos de criação, desenho e tomada de decisões”¹.

Nosso grupo, felizmente, sempre contou com a consultoria de alunos com deficiência visual, o que muito nos auxiliou a encontrar parâmetros para as audiodescrições de diversas modalidades.

Cabe ainda ressaltar que nossas pesquisas e ações vão ao encontro das demandas sociais de nosso país, uma vez que hoje, no Brasil, há leis que regulamentam o acesso das pessoas com deficiência nas mais diversas manifestações da sociedade. A mais recente é a **Lei Brasileira de Inclusão - Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015**, que representa novo marco sobre as questões envolvendo a igualdade e a isonomia para a cidadania brasileira e exige de todos os atores a execução de seus comandos legais, como pode ser visto no artigo abaixo relacionado:

Art. 42. A pessoa com deficiência tem direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, sendo-lhe garantido o acesso:

¹ “Se trata, no tanto de democratizar el acceso a una cultura que continúe siendo hegemónica en sus planteamientos, sino más bien de que la cultura como tal sea realmente democrática, de que incorpore esa alteridad en los procesos de creación, diseño y toma de decisiones”.

- I - a bens culturais em formato acessível;
 - II - a programas de televisão, cinema, teatro e outras atividades culturais e desportivas em formato acessível; e
 - III - a monumentos e locais de importância cultural e a espaços que ofereçam serviços ou eventos culturais e esportivos.
- 1^oÉ vedada a recusa de oferta de obra intelectual em formato acessível à pessoa com deficiência, sob qualquer argumento, inclusive sob a alegação de proteção dos direitos de propriedade intelectual.

2. A ação

A seguir, apresentamos o trabalho desenvolvido no *Grupo de Pesquisa e Extensão Acesso Livre*², da Universidade de Brasília (UnB), concretamente no contexto real da exposição *Frida Kahlo: Conexões entre mulheres surrealistas no México*, ocorrida na *CAIXA Cultural* de Brasília de 13 de abril a 5 de junho de 2016, tendo a visita ocorrido no dia 29 de maio de 2016, entre 14:00 e 16:00h. O projeto foi realizado de modo independente, sem a colaboração da equipe do espaço cultural, que, ao ser contatada sobre a visita que seria feita com um grupo de pessoas com deficiência visual, apenas reservou o número solicitado de senhas de acesso. O Centro Cultural oferecia visitas guiadas para o público geral, mas não dispunha de um plano de acessibilidade.

2.1 Preparação prévia

Antes do estudo das obras a serem audiodescritas, foram realizadas leituras, reflexões e discussões acerca da metodologia a ser utilizada na audiodescrição. Dois trabalhos foram de suma importância: o primeiro, do audiodescritor Andrew Holland (2009), relata e argumenta experiências de audiodescrição no grupo britânico *Vocaleyes*. Nesse artigo, o autor defende que a linguagem da audiodescrição deve construir uma narrativa que faça a conexão entre a obra e o mundo fora dela, a fim de capturar e passar uma dinâmica que envolva vários sentidos.

Outro trabalho fundamental para o desenvolvimento dessa atividade foi a tese de doutorado de uma destas autoras, Helena Santiago Vigata (2016), que realiza um estudo da acessibilidade a museus, teatros e cinemas para pessoas com deficiência visual. Após definir os

² Participaram dessa ação os/as alunos/as: Maria Máira Viegas de Santana Guimarães; Silvio Heleno Correia Pinheiro; Lídia Cristina Moutinho da Silveira; Lucas Pereira Assunção; Rodrigo Augusto Rachadel; Viviane Santos Almeida Queiroz; Marina Ohana Andrade Queiroz; Júlia Magalhães Mauro; Juliana Rodrigues Silva; Jennifer Bandeira Santos; Rafaela Alves dos Santos; Maria Paula Candida Reis; Geovana Guimarães Soares; Gabriela Ziegler Saraiva; Sofia Ferreira Alves Fiore; Rafaela Lopes.

conceitos de *deficiência visual*, *experiência* e *experiência artística*, apresenta um estudo dos hábitos culturais dos participantes da pesquisa com o intuito de identificar as possíveis barreiras e facilidades que configuram suas experiências quando vão a museus, teatros e cinemas, as quais constituem um fator definitivo na inclusão dessas pessoas nas práticas de fruição artística. Também entra na questão da acessibilidade para esclarecer seu significado e apresentar os diversos métodos e técnicas empregados para tornar acessíveis os filmes, peças de teatro, pinturas e esculturas para as pessoas com deficiência visual. A pesquisa empírica foi desenvolvida em Madri, onde foram mapeadas diferentes iniciativas de acessibilidade e analisadas as experiências artísticas de usuários reais. Também foram realizadas entrevistas com quatro especialistas que ajudaram a entender tanto o ponto de vista dos produtores de acessibilidade quanto o dos receptores.

O estudo da tese, com a participação da autora, ajudou os alunos a pensarem nas suas audiodescrições, levando em conta alguns dos fatores que serão elencados abaixo.

A audiodescrição de exposições implica tomar a exposição como um texto unitário, e não abordar cada objeto expositivo separadamente. Isso leva tempo e exige analisar a organização dos objetos no espaço, a iluminação, o material explicativo, as condições de acessibilidade e, por fim, os objetos expositivos.

Considerar o museu como um meio de comunicação é tratar os usuários não mais como audiências passivas, mas como agentes com voz e protagonismo na construção de um espaço democrático. No museu, cada exposição é resultado de um elaborado trabalho de curadoria que visa a comunicar com o público, tanto mediante a eleição e disposição dos objetos expostos como por meio da informação textual impressa em etiquetas, painéis, folders e cartazes. (SANTIAGO VIGATA, 2016, p. 205).

O primeiro passo, portanto, é visitar o espaço expositivo e fazer um registro fotográfico ou em vídeo de todos esses elementos. Essa tarefa foi realizada logo após a abertura da exposição por membros do nosso grupo. Todo o espaço foi filmado, privilegiando-se a sequência das obras expostas e a coerência dos diversos segmentos e temas. Foram também tiradas fotos de todas as obras expostas e recolhidos panfletos explicativos da exposição para serem entregues aos membros do grupo e estudados nas reuniões.

Uma das questões principais pensadas com o auxílio dos resultados da tese de Santiago Vigata (2016) foi com relação à não neutralidade do audiodescritor ao realizar seu roteiro, pois, segundo a autora,

Se quisermos considerar a audiodescrição não só como um meio para traduzir os elementos visuais para que as pessoas cegas sejam incluídas nos hábitos interpretativos da cultura visual – ou seja, como uma forma de impor a cultura visual para aqueles que possuem outros modos perceptivos –, senão como uma ferramenta de auxílio à comunicação da obra para que os usuários cegos possam ter uma experiência artística, então acredito que em alguns momentos será necessário aproximar a obra a seu horizonte interpretativo e evocar sensações que envolvam os outros sentidos. Afinal, como afirma Eco (2008, p.422), a intenção da tradução é provocar no leitor emoções afins às do texto original, objetivo que muitas vezes parece ser esquecido pelos teóricos da audiodescrição. (SANTIAGO VIGATA, 2016, p. 200).

A autora ainda explica a questão pelo viés de outros autores, como Christiane Nord (2009, p. 4), para quem os elementos não verbais de um texto, que são específicos de cada cultura, deverão em alguns casos ser adaptados para a cultura alvo da tradução. Se considerarmos que as pessoas com deficiência visual têm uma percepção do mundo em que a informação visual só pode ser adquirida por vias indiretas – as pessoas cegas de nascença só conhecem esse tipo de informação por explicações feitas por enxergantes –, devemos aceitar a possibilidade de que a audiodescrição se desvie de uma tradução objetiva das imagens e recorra a estratégias de adaptação, explicação ou interpretação de certos signos convencionados na comunidade enxergante e que não fazem parte de seu inventário cultural.

Também aborda estudos como o de Praxedes Filho e Magalhães (2013), que têm provado que os centros produtores de audiodescrição, mesmo aqueles que defendem a prescrição da objetividade e neutralidade, geram inevitavelmente avaliações subjetivas ou interpretações em suas audiodescrições. Em palavras desses dois pesquisadores, “é certamente inquestionável que os DVs [deficientes visuais, termo substituível pelo de pessoas com deficiência visual] têm capacidades cognitiva e emotiva plenas, mas é questionável se os audiodescritores conseguem escrever textos plenamente neutros” (PRAXEDES FILHO; MAGALHÃES, 2013, p. 76).

Santiago Vigata também apresenta as diretrizes propostas pelo instituto *Art Beyond Sight*³ para tornar acessíveis pinturas, esculturas, obras arquitetônicas e demais obras com elementos visuais de maneira que as pessoas com deficiência visual possam criar uma imagem

³ Disponível em: <http://www.artbeyondsight.org/handbook/acs-guidelines.shtml>. Acesso em: 18 maio 2016.

mental do que não estão vendo⁴. Essas diretrizes contribuíram sobremaneira para a confecção do nosso roteiro.

A primeira recomendação é começar pela informação encontrada nas etiquetas, como o nome do artista, nacionalidade, título, data, técnica, dimensões e detentor da custódia da obra. Essa informação situa a obra em um contexto histórico e fornece orientações para sua interpretação. Se o tamanho for importante, pode-se recorrer a analogias para que o ouvinte tenha uma ideia das dimensões.

Depois, se faz uma apresentação geral do tema e da composição da obra, incluindo descrições sobre a tonalidade das cores e o tipo de clima que cria. Para facilitar a localização dos elementos e figuras na obra, recomenda-se usar como referência as posições das horas do relógio e, quando se faz menção a elementos que estão à direita ou à esquerda, é importante deixar claro qual é o ponto de referência, o da obra ou o do observador. Por exemplo: “A mão direita da mulher, que fica à nossa esquerda, está segurando uma taça”.

Os materiais, técnicas e suporte empregados pelo artista são importantes para entender o estilo da obra e identificá-la com uma escola, movimento, período ou região geográfica. Detalhes como a grossura da brocha, os motivos, o tratamento do tema e o uso das cores contribuem para conformar esse conhecimento.

Na descrição da obra, a precisão linguística é crucial. Por isso, deve-se evitar o uso de expressões ambíguas e de linguagem figurativa. Antes de falar de convenções pictóricas como perspectiva, ponto focal e planos, é recomendável definir esses conceitos, pois podem resultar confusos para certas pessoas. Após uma descrição geral da obra, podem ser descritos elementos particulares de uma forma mais vívida e detalhada, de maneira que uma imagem mental possa ser formada.

O valor histórico e social da obra deve ser abordado, assim como a situação da obra dentro do espaço expositivo, pois reflete as escolhas da instituição. Uma descrição do espaço e das obras circundantes, especificando sua relação com a obra em questão e o efeito que tal distribuição tem no visitante, ajuda a entender a proposta comunicativa da curadoria. (SANTIAGO VIGATA, 2016, p. 208-209).

Essas orientações constituem um bom guia metodológico que auxilia o audiodescritor no processo de elaboração de roteiros de audiodescrição para exposições; porém, não precisam ser seguidas estritamente, já que o próprio audiodescritor deverá decidir a ordem e a relevância das informações em função do tipo de exposição e dos usuários da audiodescrição.

Nesse caso, estamos falando não só do audiodescritor que escreve o roteiro, mas também daquele que acompanha os usuários pela exposição. Nesse sentido, foi também muito útil às

⁴Essas orientações podem ser muito úteis para a elaboração de audioguias. Já no caso da descrição feita ao vivo pelos educadores dos museus pode haver uma flexibilidade maior quanto à seleção da informação e sua sequencialização.

nossas reflexões o depoimento de educadores de museus trazidos por Santiago Vigata em sua tese, como o de Alberto Gamoneda, que faz uma explicação muito clara baseada na separação entre o que pertence ao domínio da experiência comum das pessoas com deficiência visual e o que não:

Todos já tocaram uma cadeira de sisal. Não é preciso descrever uma cadeira de sisal. O que é preciso descrever é se ela tem bolinhas em cima ou não, mas não a textura das cordas de sisal (...). Todos já tocaram um tecido. Eu tenho que dizer a qualidade do tecido, o tipo de tecido, mas não o que se sente ao tocá-lo. Não, isso eles já sabem. Quando a cor, a textura visual, influi nisso, preciso encontrar um paralelismo. E preciso verificar se esse paralelismo funciona ou não; isso, sim, me interessa (SANTIAGO VIGATA, 2016, p. 209).

Assim, o educador baseia suas decisões a partir de um critério chave, que consiste em identificar o que é conhecido por todos e, a partir daí, preparar uma descrição que acrescente qualidades a esse objeto de maneira a diferenciá-lo de outros objetos da mesma classe. Desse modo, todos conseguem fazer uma cartografia mental da imagem que poderá ser enriquecida com detalhes. As qualidades exclusivamente visuais ou que podem ser desconhecidas para alguns visitantes com deficiência visual são trabalhadas por meio de paralelismos que ajudem a entender a sensação de estar vendo aquelas qualidades.

Santiago Vigata observa:

Enquanto descreve uma obra, Alberto também utiliza uma estratégia para manter a atenção dos visitantes e convidá-los a participar e a fazer associações, o que contribui para seu envolvimento com a obra e sua localização no contexto histórico em que foi criada. Por exemplo, na exposição sobre o Impressionismo Americano com a maioria de visitantes com baixa-visão, ele interrompeu a descrição de um quadro de Mary Cassatt para fazer uma série de perguntas para que aqueles com resto de visão respondessem. Conforme eles iam respondendo, ele formulava novas perguntas e aguardava novas intervenções, até que as respostas se esgotavam e, então, explicava aqueles aspectos no contexto da artista e do impressionismo americano. (SANTIAGO VIGATA, 2016, p. 209).

Como ainda reforça a autora,

Recorrer a exemplos da experiência comum que evoquem outros sentidos pode ajudar no processo de apreensão das obras, especialmente nos casos em que se descrevem fenômenos que os usuários cegos nunca ouviram ou tocaram. Para descrever a luz e a sombra de um quadro, ao invés de entrar em

questões de luminosidade, podem se evocar experiências térmicas. (SANTIAGO VIGATA, 2016, p. 210).

Após a definição dos parâmetros que nortearam nossa prática, vamos agora descrever a exposição e os aspectos mais relevantes na confecção de nossos roteiros.

2. 2 A exposição

Idealizada e coordenada pelo Instituto Tomie Ohtake, de São Paulo, a exposição reuniu 30 obras de Frida Kahlo – 20 óleos sobre tela e 10 obras em papel, entre desenhos, colagens e litografias – e cerca de 100 obras de outras 14 artistas mulheres nascidas ou radicadas no México que tiveram contato pessoal com a artista mexicana e com o surrealismo. Além disso, a exposição exibiu roupas, acessórios e registros fotográficos relacionados a Frida.

O percurso da exposição era circular e os corredores não excessivamente estreitos, mas não suportavam mais de duas ou três pessoas de cada lado para que houvesse tráfego livre. As obras estavam expostas nas paredes com focos de luzes iluminando-as desde cima. As etiquetas de identificação das obras nem sempre eram facilmente identificáveis: algumas ficavam ao lado de cada obra e, outras, eram agrupadas depois de uma sequência de obras ou fotos. Painéis distribuídos ao longo do percurso traziam comentários da curadoria sobre diversos temas que nortearam a organização da exposição, como resumimos a seguir:

- “Identidade e autorrepresentação” faz referência aos autorretratos femininos pintados por Frida e outras artistas, como Rosa Rolanda, Leonora Carrington e María Izquierdo.

- “Mulheres para mulheres, mecenas e promotoras” fala de algumas mecenas e críticas de arte que ajudaram a promover o trabalho de Frida e outras mulheres. Temos, por exemplo, o retrato de María Asúnsolo, uma importante mecenas amiga de Frida.

- “A natureza-morta simbólica” trata das pinturas que traziam frutas mexicanas com uma forte carga simbólica erótica, de amor ou abandono.

- “O corpo feminino” explica que várias artistas tornam o corpo feminino em um lugar de resistência e de energia criativa, e que a representação do corpo e da dor física aparecem com frequência nas obras de Frida.

- “Romance, maternidade e família” é sobre temas recorrentes nas obras de Frida, como a maternidade e a relação a dois e familiar.

- “Territórios de criação” refere-se ao uso do espaço doméstico para a experimentação criativa na pintura e na culinária, desafiando a ideia do confinamento feminino no lar.
- “Indumentária” fala da preferência de Frida pela tecelagem indígena mexicana e pelas joias pré-hispânicas em uma época em que era costume vestir-se de acordo com a moda europeia e explica que as peças expostas não foram vestidas por ela, mas são de sua época.

A partir do título da exposição, uma primeira leitura levaria a crer que o surrealismo seria o fio condutor da exposição, e que serviria de alguma forma como nexo estilístico para todas as artistas expostas. Mas algumas delas, incluindo Frida – que disse que pintava a realidade, e não seus sonhos –, não se consideravam surrealistas. Após uma segunda leitura, pode-se identificar como eixo central da exposição a própria Frida Kahlo e, como possível fio condutor, a conexão vital entre as artistas e como elas trabalham o corpo, a natureza e elementos do espaço doméstico para explorar e autorrepresentar a identidade feminina. Simbolismos para falar da maternidade, da sexualidade e da dor são recorrentes nas obras expostas.

Conforme explica a curadora da exposição, Teresa Arcq⁵:

"Em alguns de seus autorretratos Frida Kahlo, Maria Izquierdo e Rosa Rolanda elegeram cuidadosamente a identificação com o passado pré-hispânico e as culturas indígenas do México, utilizando ornamentos e acessórios que remetem a mulheres poderosas, como deusas ou *tehuanas*, apropriando-se das identidades destas matriarcas amazonas",

e acrescenta que havia uma atmosfera criativa intelectual que criou uma confluência entre todas as artistas expostas, independentemente do país de origem: “A estratégia surrealista da máscara e da fantasia, que no México forma parte dos rituais cotidianos em torno da vida e da morte no âmbito do sagrado, funcionava também como um recurso para abordar o tema da identidade e de gênero”.

2.3. O roteiro de audiodescrição

Dada a quantidade de obras, o primeiro passo para a elaboração do roteiro foi selecionar algumas que representariam cada uma das seções da exposição e fazer uma pesquisa sobre elas

⁵ Texto disponível em: <http://www.institutotomicohtake.org.br/exposicoes/interna/frida-kahlo-conexoes-entre-mulheres-surrealistas-no-mexico>. Acesso em: 09 abr. 2016.

e sobre suas criadoras. Optou-se por não incluir no roteiro a AD das fotos e tampouco roupas, pois este ficaria imenso. Além do mais, as roupas apareciam em obras de Frida e já seriam descritas. Foi acordado que as fotos seriam descritas *in situ*, caso fosse de interesse dos visitantes.

A maior parte das pinturas escolhidas era da própria Frida Kahlo, por serem a linha condutora da exposição. Houve um cuidado especial em estudar as obras vinculadas ao momento vital pelo qual a artista passava quando as criou.

As obras de Frida são como um diário pessoal; cada retrato ou natureza morta representa um momento de sua vida e reflete seu estado emocional. Aos 18 anos de idade, Frida sofreu um grave acidente e, durante sua recuperação, passou a pintar. Aos 22 anos, se casou com o artista Diego Rivera e tiveram um relacionamento conturbado. Sua vida foi marcada por muito sofrimento, sobretudo devido às traições de Diego e aos diversos abortos espontâneos, que a impossibilitaram de ter filhos. A maioria de seus quadros reflete essa realidade.

Nos roteiros de AD, foram incluídos comentários para contextualizar as obras e apontar para uma interpretação que envolvesse os visitantes na vida de Frida. Ao todo foram escolhidas 25 pinturas, as quais foram divididas entre os membros do grupo e posteriormente discutidas nas reuniões. Foram realizadas pesquisas para o levantamento de informações sobre sua vida pessoal e elementos da cultura mexicana que se fizessem pertinentes e interessantes de serem acrescentadas ao roteiro.

Por exemplo, na descrição de *Los cocos* (1951), figura 1, explica-se: “Este quadro foi pintado nos últimos anos de vida de Frida, quando a artista dependia do efeito dos remédios para acalmar a dor. Às vezes, até os misturava com álcool, o que a deixava em um estado que afetava sua precisão para pintar detalhes”⁶.

⁶ Todas as informações sobre as obras usadas para compor os roteiros de AD, bem como as figuras das obras aqui utilizadas, foram retiradas e editadas de: <http://www.fridakahlofans.com/c0591.html>; <https://issuu.com/stefhmelo/docs/frida-a_biografia-hayden_herrera>. Acesso em: 18 maio 2016.

Figura 1.



Los cocos (1951), de Frida Kahlo
Óleo sobre fibra dura
25,4 x 34,6 cm

Audiodescrição do quadro: **“Os cocos” (1951), de Frida Kahlo. Óleo sobre fibra dura. 25,4 X 34,6 cm.** Pintura de natureza viva. Dois cocos, duas fatias de melancia e duas laranjas em cima de uma mesa compõem a imagem. Os cocos, um grande e um pequeno, estão no centro do quadro. O grande é de um marrom mais vivo, com algumas linhas definidas ao longo de sua casca. Já o menor, com alguns pelos soltos aleatoriamente, é de um marrom mais pálido. Três pequenos buracos no coco menor lembram o desenho de um rosto. Com uma mistura de surpresa, incompreensão e desolação, os dois buracos de cima, que seriam os olhos, delineiam um olhar triste e cabisbaixo. Alguns pontos brancos saem dos olhos como se fossem lágrimas. As fatias de melancia estão posicionadas, uma à frente e outra atrás dos cocos. A de trás, quase escondida, apresenta tons de vermelho opaco. Já a da frente, bem destacada, é de tom vermelho vivo com algumas linhas brancas e alguns pontos de extremo amadurecimento junto a três sementes no canto direito. Dos dois lados dessa fatia estão as duas laranjas. A do lado esquerdo da foto está levemente escondida atrás da melancia. A do lado direito está à frente e tem um pedaço da casca arrancado expondo o seu interior. O buraco na casca tem uma aparência seca, como uma ferida que cicatriza, mas muito feia para ficar exposta.

OBS: Este quadro foi pintado nos últimos anos de vida de Frida, quando a artista dependia do efeito dos remédios para acalmar a dor. Às vezes, até os misturava com álcool, o que a deixava em um estado que afetava sua precisão para pintar detalhes. Enquanto suas primeiras naturezas mortas estavam cheias de conotações sexuais, as dos anos 50 estavam mais voltadas para a natureza e algumas delas podiam carregar uma mensagem política. O coco humanizado, com aparência de estar chorando poderia ser interpretado como um símbolo de seu estado emocional do momento.

Em *El abrazo del amor del universo* (1949), figura 2, também se inclui um comentário sobre o momento pessoal de Frida no momento da criação: “A incapacidade de Frida para ter filhos fez com que adotasse um papel maternal com relação a Diego. Ao mesmo tempo, ele possui o terceiro olho da sabedoria, o que mostra que há uma relação de interdependência”.

Os elementos mitológicos mexicanos também representam um desafio neste quadro, pois não existem no léxico português. No *Abraço del amor del universo* (Figura 2), a AD faz uma explicitação para se referir à imagem de uma deusa representada no quadro: “Ao centro é possível observar a deusa Cihuacoatl, deusa asteca protetora dos partos e das “Ciuateoteo” (mulheres mortas ao dar à luz)”.

Figura 2.



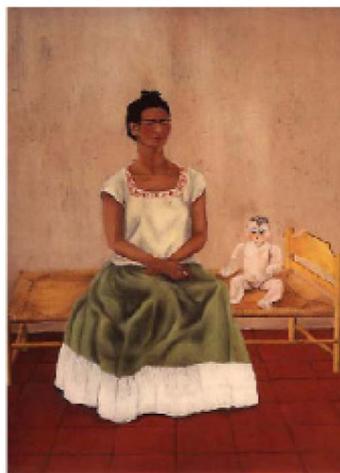
El abrazo de amor de El Universo, la tierra (México), Yo, Diego y el señor Xólotl (1949), de Frida Kahlo
Óleo sobre tela
70 x 60,5 cm

Audiodescrição do quadro: **“O abraço do amor do universo, a terra (México). Diego, eu e o Sr. Xólotl” (1949), de Frida Kahlo, óleo sobre tela, 70,0 x 60,5 cm.** Obra na qual as ideias de vida e de morte estão inseridas. A tela representa a composição harmoniosa entre as duas concepções, e é dividida ao meio. Ao centro é possível observar a deusa Cihuacoatl, deusa asteca protetora dos partos e das “Ciuateoteo” (mulheres mortas ao dar à luz). A deusa aparece abraçando Frida, que traja um vestido vermelho, tem os cabelos pretos e longos soltos, na altura dos seios. Conserva seu traço característico, suas sobrançelas grossas e fartas juntam-se formando uma só. Ela leva nos braços seu marido, Diego Rivera, nu e do tamanho de um bebê. Ele tem um terceiro olho na testa e ambos também se encontram no centro da tela. A incapacidade de Frida para ter filhos fez com que adotasse um papel maternal com relação a Diego. Ao mesmo tempo, ele possui o terceiro olho da sabedoria, o que mostra que há uma relação de interdependência. A deusa tem um de seus seios pingando leite, representação de que é ela quem gera todas as coisas e também as devora. Essa ideia nasce da observação dos ciclos da natureza, onde tudo está sempre nascendo, morrendo e renascendo. Cada braço da deusa representa uma fase do dia, o direito é a noite: é escuro, amarronzado e tem a lua cheia, símbolo da fertilidade, representada no canto superior direito da tela, o esquerdo é o dia: é esverdeado e tem o sol representado em maior tamanho no canto esquerdo da obra. Os braços da deusa são grandes e largos. Além do casal, a deusa leva em seus braços plantas esverdeadas

e alaranjadas e cactos, com raízes pendentes. Sobre o braço direito da deusa há também um cão que se encontra dormindo, “Xolotl” deus asteca que representa o guardião do mundo inferior. Na tela, ele simboliza a sabedoria instintiva domesticada e a naturalidade da morte. Para os mexicanos, a morte é entendida como um processo, um caminho ou uma transição para uma vida de outra espécie. A obra é então a representação de uma linha tênue entre as coincidências e o destino e da vida e a morte.

Em *Autorretrato com cama* (1937), figura 3, explica-se: “Quando Frida pintou este quadro, ela já tinha perdido três bebês. Tinha muitas bonecas, provavelmente para substituir essa falta. Surpreende a indiferença que mostra com relação à boneca, como se não estivesse lá. É como se estivesse ciente de que a boneca nunca poderá preencher esse vazio”.

Figura 3.



Autorretrato con cama (1937)
Óleo sobre lâmina
40 x 30 cm

Audiodescrição do quadro: “***Autorretrato com cama***” (1937), de ***Frida Kahlo***. **Óleo sobre lâmina. 40 X 30 cm.** Em um quarto de chão vermelho e paredes de cor rosa claro, esmaecido, Frida Kahlo encontra-se sentada em uma cama de ferro amarela, sem colchão, apenas com um revestimento fino, de lona. Seus cabelos estão presos em duas tranças que saem detrás de cada orelha e se encontram no topo de sua cabeça, presas por um laço preto, fino e delicado. Mantendo uma postura bastante ereta, Frida tem a cabeça voltada para a diagonal esquerda, mas seus olhos se direcionam para a direita, como se mirassem algo. Seu semblante é sério. Ela usa uma bata branca de mangas curtas, com decote quadrangular bordado com detalhes em vermelho. Entre o dedo indicador e o dedo médio da mão direita, Frida segura um charuto e descansa o braço direito sobre o braço esquerdo, ambos apoiados suavemente sobre as pernas, cobertas por uma saia verde oliva com faixa grossa e branca na barra. Sentada ao seu lado há uma boneca bebê, sem roupas, ela é branquinha e tem a aparência saudável por causa de suas bochechas rosadas e tem ralo cabelo castanho no topo da cabeça.

OBS: Quando Frida pintou este quadro, ela já tinha perdido três bebês. Tinha muitas bonecas, provavelmente para substituir essa falta. Surpreende a indiferença que mostra com

relação à boneca, como se não estivesse lá. É como se estivesse ciente de que a boneca nunca poderá preencher esse vazio.

Outro tipo de comentário que complementou as descrições contempla o estilo pictórico de Frida e seu processo criativo, como no quadro *Frutos de la tierra* (1938), figura 4: "Frida fez várias naturezas mortas que representavam as frutas que havia em seu quarto. Às vezes, pintava a fruta aberta ou com ferimentos. Também incluía referências sexuais e alusões ao ciclo da vida e à morte".

Quanto a qual solução tradutória adotar para descrever elementos alheios à cultura brasileira, foi decidido manter o nome e acrescentar uma explicação, "Ao lado esquerdo da bandeja, em um sentido anti-horário, há um chuchu verde com pequenos pelos e duas pitaias cortadas ao meio mostrando o interior de aspecto suculento. A *pitaia* é uma fruta nativa de regiões da América Central e México e tem a casca de cor verde e o interior de um vermelho intenso".

Figura 4.



Frutos de la tierra (1938), de Frida Kahlo
Óleo sobre madeira masonite
40,6 x 60 cm

Audiodescrição do quadro: "***Frutos de la tierra*** (1938), de Frida Kahlo. Óleo sobre madeira mansonite. 40,6 X 60 cm. Pintura de natureza viva. Em cima de uma mesa de madeira rústica há uma bandeja redonda com frutas amontoadas. Do lado esquerdo da bandeja, em um sentido anti-horário, há um chuchu verde com pequenos pelos e duas pitaias cortadas ao meio mostrando o interior de aspecto suculento. A pitaia é uma fruta nativa de regiões da América Central e México e tem a casca de cor verde e o interior de um vermelho intenso. Abaixo, um chuchu branco pálido e dois cogumelos já amarronzados. Na parte inferior da bandeja, existem rígidas cascas de sapotas abertas e secas. A sapota é uma fruta centroamericana da família do caqui. Tem a polpa totalmente preta e brilhante, algo muito incomum na natureza. Mais acima, fechando o círculo de frutas, um figo seco, uma abóbora e outro chuchu, ambos escuros, podres, em decomposição. Mais três espigas de milho sobre a mesa compõem a figura. Duas estão no canto superior ao lado das frutas maduras e são grandes e viçosas, com palhas verdes. Já a outra, no canto inferior ao lado das frutas podres, está sozinha, seca e aberta, com os

poucos grãos de milho que lhe restam. Todas as frutas, amontoadas, completam o formato redondo que caracteriza o ciclo da vida, porém em um fluxo da esquerda para direita, indo ao contrário do nosso tempo de existência.

OBS: *Frida fez várias naturezas mortas que representavam as frutas que havia em seu quarto. Às vezes, pintava a fruta aberta ou com ferimentos. Também incluía referências sexuais e alusões ao ciclo da vida e à morte. A composição e o estilo desta pintura estão influenciados por uma pintura de 1896 de autoria de uma das pintoras mais admiradas por Frida, Mercedes Zamora. Inicialmente, o céu ao fundo era de um azul brilhante, mas depois ela o transformou em um céu escuro e ameaçador.*

Nas obras das outras artistas, buscou-se estabelecer relações com Frida para manter o fio condutor. Por exemplo, em *Balada para Frida* (1956), figura 5, a AD explica antes de entrar na descrição do quadro: “Houve muitas coincidências entre a vida de Alice Rahon e a de Frida Kahlo. A artista francesa também sofreu poliomielite quando criança e mancava de uma perna, sofreu dois acidentes que a deixaram imóvel por um tempo e perdeu um filho recém-nascido. Este quadro foi um presente que ela fez para Frida e narra cenas de sua vida com ela no México”.

No final da descrição dessa mesma obra, faz-se um comentário para indicar que ali há um elemento recorrente da artista, o circo: “Pelos roupas coloridas e pipas ao alto, parece que todos estão participando de uma festa regional em volta de uma roda gigante, o que nos remete às cenas circenses pintadas pela artista em outras obras”. Essa informação pode ajudar a identificar uma marca estilística em outros quadros de Alice Rahon.

Figura 5.



Balada para Frida Kahlo (1956), de Alice Rahon
Óleo sobre tela
120 x 178 cm

Audiodescrição do quadro: ***“Balada para Frida Kahlo (1956), de Alice Rahon. Óleo sobre tela. 120 X 178 cm. Houve muitas coincidências entre a vida de Alice Rahon e a de Frida Kahlo. A artista francesa também sofreu poliomielite quando criança e mancava de uma perna, sofreu dois acidentes que a deixaram imóvel por um tempo e perdeu um filho recém-nascido.***

Este quadro foi um presente que ela fez para Frida e narra cenas de suas vidas no México. O plano de fundo da pintura está coberto por uma cor azulada. Nesse infinito de azul noturno há um povoado. Esse povoado é visto como se uma pessoa estivesse observando de cima. Tudo nesse povoado fica tão pequeno observado dessa forma! Há uma multidão de pessoas que parecem um monte de formiguinhas carregando velas e tochas acesas. Pelas roupas coloridas e pipas ao alto, parece que todos estão participando de uma festa regional em volta de uma roda gigante, o que nos remete às cenas circenses pintadas pela artista em outras obras.

A descrição de vestimentas também requereu uma pesquisa lexical sofisticada, que deu resultados como este, na obra *Mi tía, mi amiguito y yo*, figura 6: “Ela usa vestimentas da época, provavelmente dos anos 1915, trajando uma blusa preta de meia manga baloné, de gola fechada por um botão dourado; saia longa e cheia, de coloração vermelha vibrante, sendo, cromaticamente, o ponto que mais chama atenção no quadro. Usa luva preta de renda sem cobertura dos dedos”.

Figura 6.



Mi tía, mi amiguito y yo (1942),
de María Izquierdo
Óleo sobre tela
138 x 87 cm

Audiodescrição do quadro: **“Minha tia, meu amiguinho e eu” (1942), de María Izquierdo . Óleo sobre tela, 1942 - 138 x 87 cm.** Tela retangular na vertical. Feita quando a pintora tinha 40 anos, a obra remete à infância da artista. Como o próprio nome do quadro introduz, há três pessoas na pintura, a menina María Izquierdo, ao lado de seu amiguinho e sua tia atrás deles. Eles são figuras sonhadoras que nos mostram o luminoso mundo das lembranças na mente da pintora. Centralizadas no autorretrato, elas estão de pé e estáticas sobre um chão amarelo queimado; parecem nos olhar e ao mesmo tempo olham para um ponto indeterminado do espaço. A maior referência do retrato é a tia, que ocupa grande parte da tela, centralizada. Ela tem feição séria, porém seu rosto não tem grande expressividade, o que

dificulta inferir qualquer tipo de sentimento em seu semblante. Seu cabelo está partido ao meio e preso. Ela usa vestimentas da época, provavelmente dos anos 1915, trajando uma blusa preta de meia manga baloné, de gola fechada por um botão dourado; saia longa e cheia, de coloração vermelha vibrante, sendo, cromaticamente, o ponto que mais chama atenção no quadro. Usa luvas pretas de renda sem cobertura dos dedos. Com o braço esquerdo, a mulher apoia no chão um guarda-chuva rosa fechado, com rendas pretas em sua circunferência. Em frente à tia, batendo na altura de seu quadril, encontra-se a menina (María Izquierdo), exatamente do lado direito do guarda-chuva. Ela tem semblante rígido, transparecendo seriedade, o que não remete a feições infantis. A garota, como a tia, usa o cabelo partido ao meio e preso em chiquinhas; ela usa duas fitas em laço para enfeitar. Usa vestido amarelo claro baloné que vai até o comprimento do joelho, meias $\frac{3}{4}$ e sapatos brancos. De braços dados com María Izquierdo está o garoto. Ele é um pouco mais baixo que ela e também usa cabelo partido ao meio, tendo uma feição menos séria que a de Maria, com um leve sorriso; e olha para um ponto não específico. O garoto veste blusa branca com gola e mangas compridas e é amarrada por um cinto rosa de tom mais vibrante que o da sombrinha. Veste short também branco, meias brancas e sapatos vermelhos. O fundo apresenta tons que mesclam preto, cinza e branco, dando um tom de obscuridade. Nesse fundo são retratadas árvores secas e baixas, com galhos levemente retorcidos, além de um chafariz com uma estátua feminina que inclina seu cântaro como que derramando o que está em seu interior.

***OBS:** A artista já se referiu algumas vezes a essa fase da infância como triste e solitária. Com o falecimento de seu pai, a mãe se mudou para outra localidade e a deixou com a tia e a avó, às quais temia.*

No autorretrato *Diego en mi pensamiento*, figura 7, além da complexidade de descrever o acessório que Frida usa na cabeça, é preciso mostrar sua peculiar interação com o fundo da pintura: "O fundo do quadro é esverdeado e repleto de ranhuras que se confundem com fios que se espalham pela vestimenta de Frida e parecem enredá-la como em uma teia".

Figura 7.



Diego en mi pensamiento,
Autorretrato como Tehuana (1943)
de Frida Kahlo
Óleo sobre fibra dura
76 x 61 cm

Audiodescrição do quadro: “Diego en mi pensamiento. Autorretrato como Tehuana” (1943), de Frida Kahlo. Óleo sobre fibra dura. 76 X 61 cm. Nesta pintura, Frida está quase

totalmente envolta em um véu branco. Somente seu rosto está visível. Sua pele morena contrasta com a brancura do véu. Seus traços são marcantes e seu semblante é sério. Tem lábios grossos e vermelhos e buço aparente. Seus olhos pequenos e escuros olham levemente para a esquerda. Suas sobrancelhas grossas e fartas, um tanto arqueadas, juntam-se formando uma só. Sobre estas, bem no centro da testa, está pintado o retrato de Diego Rivera, seu esposo, com aproximadamente 50 anos. Cabelos curtos e escuros. A vestimenta típica é bastante extravagante. Consiste em um lenço branco com babados que envolve toda a cabeça. Preso no babado desce um pano que, na primeira parte é bordado de bege e branco, depois é debruado com uma grossa fita lilás e na parte de baixo é branco plissado. No topo da cabeça, Frida leva um arranjo de flores brancas e lilases. O fundo do quadro é esverdeado e repleto de ranhuras que se confundem com fios que se espalham pela vestimenta de Frida e parecem enredá-la como em uma teia.

Outra questão tradutória que foi trabalhada tem relação à descrição de pinturas totalmente surrealistas, como *Artes 110*, figura 8. Optou-se por começar a descrição avisando de que se tratava de um quadro surrealista, de modo a preparar o visitante ao que iria ouvir. Assim, ele não estranharia ao escutar o trecho da AD: “Próxima à barra do vestido há uma cabeça de cavalo de onde saem fios de sangue que se confundem com os fios desfiados do vestido”.

Figura 8.



Artes 110 (1942), de Leonora Carrington
Óleo sobre tela
50 x 90 cm

Audiodescrição do quadro: “*Artes 110*” (1942), de Leonora Carrington. Óleo sobre tela. 50 X 90 cm. Quadro surrealista. Ao alto um fundo de nuvens cinzas, onde voa uma mulher. Seus cabelos pretos e longos cobrem todo seu corpo. Somente sua cabeça e seu braço direito estão visíveis. Ela tem a pele bem branca, seu rosto tem traços fortes e bem definidos: olhos negros, boca e nariz grandes. Sobre sua cabeça há um animal marrom que parece uma mistura de cachorro e cavalo. O braço da mulher aponta para frente e o dedo indicador quase toca a ponta do fuso de uma roca posicionada em meio ao cenário de uma ilha marrom de terra e areia com vários pinheiros ao fundo. Um longo vestido vermelho com mangas bufantes, estilo princesa, porém rasgado, está preso à roda da roca. Fios de linha vermelha estão enrolados na roca e parecem desfazer o vestido, ao invés de tecê-lo. Próxima à barra do vestido há uma

cabeça de cavalo de onde saem fios de sangue que se confundem com os fios desfiados do vestido. No alto, em cada canto da imagem, há duas ilhas verdes suspensas, com muitas árvores. Ambas envoltas por nuvens cinzentas. No lado esquerdo, abaixo da mulher, há uma ilha suspensa com cabanas, castelos, um deles caído, casas, além de círculos e triângulos. Ao fundo, montanhas azuis. Embaixo dessa ilha, como a sustentá-la, há um animal que parece um gigantesco crocodilo. Na parte de baixo do quadro, um fundo azul-esverdeado lembra o mar.

2.4. A visitação

Graças a uma parceria com o *Instituto Blind Brasil*, com sede em Taguatinga, um grupo de 11 pessoas com deficiência visual fez a visita à exposição. Na entrada, foram dadas algumas explicações gerais sobre a exposição e sobre o percurso e foi organizada a dinâmica da visitação: cada um dos visitantes iria acompanhado por um ou dois membros do grupo Acesso Livre, que o guiariam pelo espaço e fariam a descrição das obras. Nenhum dos participantes sabia sobre o que tratava a exposição, e nenhum deles tinha visitado uma exposição de arte com audiodescrição.

Os membros do *Grupo Acesso Livre* tinham uma cópia impressa do roteiro completo e poderiam ir negociando com o visitante quais obras mereceriam mais atenção, em quais aspectos focar etc. Assim, algumas duplas fizeram o percurso completo, passando por todas as descrições disponíveis no roteiro – uns optaram por fazer uma leitura literal e outros usaram o roteiro como referência e fizeram uma AD mais livre –, outras focaram apenas em algumas seções e surgiu o interesse por outras obras que não estavam no roteiro – o que significou que os audiodescritores tiveram que improvisar descrições *in situ* –, e outros cansaram em um certo ponto e resolveram encerrar a visita.

Ao longo do percurso, em cada divisória havia seguranças empenhados em garantir que nenhum visitante ultrapassasse a linha do solo que impunha um distanciamento com relação às obras. Durante a visitação com o grupo de pessoas com deficiência visual, os seguranças intervieram inúmeras vezes, tensos porque viam que a linha estava sendo ultrapassada; não entendiam que a intenção não era invadir aquele espaço e prejudicar as obras, mas uma falta de precisão, pois quem guia um cego não pode evitar que avance o corpo levemente em alguns momentos. No final do percurso, o visitante podia contemplar os exuberantes vestidos e acessórios da artista. Porém, o toque era totalmente proibido, mesmo para os poucos visitantes com deficiência visual que visitaram o espaço.

Ressaltamos que a não preparação das pessoas que lidam com o público em espaços públicos, bem como a não oferta de recursos de acessibilidade, como neste caso específico, a

museus, é preocupante e evidencia o descaso com leis em vigor no Brasil (como já mencionado anteriormente). Há documentos e normas publicados por órgãos e instituições ligados ao Governo Federal, e disponíveis na internet, que trazem padrões de acessibilidade a serem seguidos. No que concerne a museus, o IBRAM - Instituto Brasileiro de Museus, dedicou o volume 2 de seus *Cadernos Museológicos*, ao tema Acessibilidade a Museus. Nele, encontramos a citação abaixo, a partir da qual uma série de medidas técnicas são apontadas para que pessoas com os mais variados tipos de deficiência possam usufruir do espaço com qualidade:

A acessibilidade [...] significa a garantia de percursos sem dificuldades a todos os espaços de um museu, a todas as suas exposições e a todas as pessoas, em todos os momentos. Significa que todos os usuários possam verdadeiramente percorrer, ver, ouvir, sentir e tocar os objetos e atividades expostas. Para que as pessoas com deficiência percorram e tenham acesso a esses locais é necessário levar em conta, no planejamento, um conjunto de medidas técnicas [...]. (COHEN; DUARTE; BRASILEIRO, 2012, p. 88).

3. Resultados alcançados

Os membros do *Grupo Acesso Livre* – audiodescritores em formação – participaram de todo o processo de preparação da visita com o grupo de pessoas com deficiência visual, desde a fase inicial de análise da intenção comunicativa da curadoria até a visita em si, passando pelo estudo das obras e artistas expostas e a organização dos conteúdos a serem abordados na audiodescrição. A possibilidade de realizar a mediação com um público real em contextos reais tornou-se extremamente valiosa na formação de audiodescritores, pois só a partir dessa experiência foi possível fazer uma autocrítica do trabalho, identificar os erros cometidos, avaliar o que poderia melhorar e analisar as dificuldades encontradas.

Dentre os resultados alcançados, pudemos entender a diversidade funcional do ser humano, saber conceituar a deficiência e ter conhecimento dos tipos de deficiência visual. Para muitos dos membros do grupo, aquela foi a primeira vez que descreviam uma exposição para uma pessoa com deficiência visual. A primeira dificuldade encontrada foi que não sabiam como guiá-las pelo espaço físico. Não há uma única forma de fazer isso: alguns cegos preferem ser puxados pelo cotovelo, outros costumam segurar o ombro do acompanhante. Mas essa questão se resolve com uma conversa inicial, o problema surge quando há muita gente ao redor e o tráfego com segurança fica comprometido.

O primeiro erro do grupo foi que todos quiseram começar a visita pelo início natural do percurso; logo ficou evidente que o espaço da primeira seção não comportava todos e que as vozes dos audiodescritores se sobrepunham. Porém, o problema foi identificado e algumas duplas avançaram para começar a visita mais adiante. O fato de não poder ultrapassar a linha de proteção das obras desenhada no piso também acarretou dificuldades, especialmente porque várias pessoas receberam chamadas de atenção dos seguranças, o que causou um certo constrangimento.

Outro ponto importante foi o de saber percorrer as etapas da audiodescrição, identificar o *que* descrever e o *como* descrever, pois foram percorridas todas as etapas por todos os membros do grupo. Cumpre salientar as questões linguísticas, pois as pinturas continham frutas e vestimentas próprias da cultura mexicana e cujo nome é desconhecido no Brasil. Para resolver essas dificuldades lexicais, foi necessária muita pesquisa e, finalmente, o último e mais eficiente recurso foi consultar um estudante mexicano que estava fazendo intercâmbio na universidade.

Também houve desafios técnicos que exigiram dos audiodescritores a ativação de estratégias e habilidades próprias da audiodescrição ao vivo. Para dificultar mais a tarefa, a disposição dos painéis e etiquetas não era a mais confortável, e em muitos casos era mais prático procurar o título das obras identificando a imagem no roteiro.

De todo modo, consideramos que a visita foi satisfatória tanto para os visitantes como para os alunos. Como realizamos a filmagem do evento, podemos transcrever abaixo o depoimento de um dos visitantes com deficiência visual (VDV) (sexo masculino, adulto) e da aluna (A) que o acompanhou, a fim de demonstrar como o entrosamento dos dois trouxe benefícios para ambos. Para o visitante, a possibilidade de sentir e pensar sobre as obras, expressar suas preferências e gostos. Para a aluna, a certeza da importância de sua ação e pesquisa, bem como o ganho no convívio com pessoas com percepções diversificadas.

VDV- De toda a exposição, eu vi duas pessoas que me marcaram, Frida Khalo, que faz pinturas mais ligadas a traição, melancolia, solidão (...). Já Maria Izquierdo reflete mais o lado familiar, materno. (...) Eu fiquei cego aos 14 anos. Ia a exposições antes, meus pais me levavam, mas essa foi a primeira exposição que eu fui depois de ficar cego. O que eu pude perceber é isso, a vertente dos dois lados, do sentimentalismo, digamos assim desprezível, que é onde entra o abandono, o olhar distante, sem saber para onde vai, representando saudades do esposo, representando as decepções, as frustrações, e já o outro lado do romance, do amor, em um dos quadros ela [Izquierdo] representa um casal sentado no meio de um vale onde tem um chafariz, ao lado de uma floresta. Mas todos os quadros foram bonitos.

Aluna: Eu percebi que o(DV) interpreta cada detalhe, de cada quadro. Qualquer símbolo, qualquer cor, que às vezes eu olho e, como já estou acostumada a ver tudo, o tempo inteiro, passa batido. Adorei a experiência (...) A gente falando sobre o quadro acaba apreciando mais ainda. Foi muito bom, muito interessante. A gente trocou ideias sobre tudo.

4. Considerações Finais

Apesar das dificuldades e problemas enfrentados, a experiência foi um extraordinário laboratório que propiciou a aprendizagem e a troca de experiências de todas as pessoas envolvidas. O retorno dos participantes com deficiência visual e a autoavaliação dos membros do *Grupo Acesso Livre* serviram para constatar que é nesse tipo de experiências em contextos reais e com usuários reais que o aprendizado se consolida.

No caso da audiodescrição, prática que envolve a mediação do profissional, é imprescindível que este se aproxime de seu público alvo para poder ter um *feedback* de sua prática, ou seja, se está atendendo as necessidades desse público e em que pode melhorar.

A Extensão Universitária, sem dúvida, é uma modalidade que propicia um contato direto com a comunidade envolvida nos mais diversos temas e, para nós, uma possibilidade de aprimorar nosso conhecimento, bem como treinar futuros audiodescritores com consciência da importância não só de sua ação, mas também da qualidade com que a executará.

Referências

ALVES, S. F.; TELES, V. C.; PEREIRA, T. V. Propostas para um modelo brasileiro de audiodescrição para deficientes visuais. **Revista Tradução e Comunicação**, Londrina, n. 22, 2011. Disponível em: <http://sare.unianhanguera.edu.br/index.php/rtcom/article/view/3158>.

COHEN, R.; DUARTE, C.; BRASILEIRO, A. **Acessibilidade a museus**. Brasília: Ministério da Cultura; Instituto Brasileiro de Museus, 2012. Disponível em: http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2013/07/acessibilidade_a_museu_miolo.pdf. (Cadernos Museológicos, 2).

DÍAZ CINTAS, J. Por una preparación de calidad en accesibilidad audiovisual. **TRANS**, Málaga, n. 2, p. 45-59, 2007.

JIMÉNEZ HURTADO, C. Una gramática local del guión audiodescrito. Desde la semántica a la pragmática de un nuevo tipo de traducción. In: HURTADO, C. J. (Ed.). **Traducción y accesibilidad**. Subtitulación para sordos y audiodescripción para ciegos: nuevas modalidades de Traducción Audiovisual. Frankfurt: Peter Lang, 2007, p. 55-80.

NORD, C. El funcionalismo en la enseñanza de traducción. **Mutatis Mutandis**, Medellín, n. 2, v. 2, p. 3-35, 2009.

PRAXEDES FILHO, P. H. L.; MAGALHÃES, C. M. A neutralidade em audiodescrições de pinturas: resultados preliminares de uma descrição via teoria da avaliatividade. In: ARAÚJO, V. L. S.; ADERALDO, M. F. (Org.). **Os novos rumos da pesquisa em audiodescrição no Brasil**. Curitiba: CRV, 2013, p. 73-88.

GONZÁLEZ, S. Accesibilidad, autonomía y aportación de las personas con discapacidad intelectual en los museos del siglo XXI. In: MUSEU NACIONAL CENTRO DE ARTE REINA SOFÍA. **Conect@**: un proyecto de colaboración entre personas con diferentes capacidades para promover la plena accesibilidad a la cultura. Madrid, p. 65-82, 2015.

SANTIAGO VIGATA, H. **A experiência artística das pessoas com deficiência visual em museus, teatros e cinemas**: uma análise pragmaticista. 2016. 313 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília. Brasília, DF, 2016.

SNYDER, J. Audio description - The visual made verbal. In: DIAS-CINTAS, J. **The didactics of audiovisual translation**. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 2008, p. 191-198. <https://doi.org/10.1075/btl.77.18sny>

Artigo recebido em: 10.02.2017

Artigo aprovado em: 11.03.2017

Tradução, criação e poesia: descortinando desafios do processo tradutório da Língua Portuguesa (LP) para a Língua Brasileira de Sinais (Libras)

Translation, creation and poetry: unveiling challenges of the translation process from Portuguese into Brazilian Sign Language

Vinícius Nascimento*
Vanessa Regina de Oliveira Martins**
Rimar Ramalho Segala***

RESUMO: Este artigo tem por objetivo refletir sobre o processo tradutório de textos poéticos da Língua Portuguesa (LP) para a Língua Brasileira de Sinais (Libras). Nas comunidades surdas brasileiras, tanto os textos poéticos clássicos quanto os literários ainda não possuem ampla circulação, limitando o acesso dos surdos às produções culturais universais. A tradução de textos artísticos, especialmente poéticos, nesse sentido, configura desafios do ponto de vista linguístico e discursivo pelas especificidades materiais das línguas envolvidas no processo tradutório (uma de modalidade oral/auditiva/escrita e outra de modalidade visual/gestual/espacial) e pelas características de textos produzidos a partir destes gêneros. Com base na teoria da transcrição construída por Haroldo de Campos, analisa-se o processo tradutório da poesia “Deficiência”, de Alexandre Filordi de Carvalho, escrita em LP, para a Libras, com gravação e circulação em evento científico. Trata-se de uma poesia contemporânea cuja relação centra-se na reflexão entre deficiência/eficiência presentes na condição humana.

ABSTRACT: This article aims to reflect on the translation process of poetic texts from the Portuguese Language (LP) to the Brazilian Sign Language (Libras). In Brazilian deaf communities, both classical and literary poetic texts do not yet have widespread circulation, limiting deaf people to access to universal cultural productions. In this sense, the translation of artistic texts, especially poetic ones, poses challenges from the linguistic and discursive point of view by the material specificities of the languages involved in the translation process (one of oral/auditory/written modality and another of visual/gestural/spatial modality) and by characteristics of these texts produced from these genres. Based on the theory of transcription constructed by Haroldo de Campos, we analyze the translation process of the poem "Deficiency", by Alexandre Filordi de Carvalho, from written in Portuguese into Libras, with recording and circulation in a scientific event. It is a contemporary poetry whose meaning relation focuses on the reflection between deficiency/efficiency present in the human condition.

* Doutor em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem (PUC/SP). Professor do curso de Bacharelado em Tradução e Interpretação em Libras/Língua Portuguesa (TILSP) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). E-mail: vinicius_libras@hotmail.com.

** Doutora em Educação (UNICAMP). Professora do curso de Bacharelado em Tradução e Interpretação em Libras/Língua Portuguesa (TILSP) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Pesquisadora com financiamento pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Processo nº 2015/09357-4. E-mail: vanymartins@hotmail.com.

*** Doutorando em Linguística (UNESP). Professor do curso de Bacharelado em Tradução e Interpretação em Libras/Língua Portuguesa (TILSP) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). E-mail: rimromano@hotmail.com.

PALAVRAS-CHAVE: Tradução. Libras.
Língua Portuguesa. Poesia. Transcrição.

KEYWORDS: Translation. Brazilian Sign
Language. Portuguese. Poetry. Transcription.

*Traduzir & trovar são dois aspectos da
mesma realidade.
Trovar quer dizer achar, quer dizer
inventar. Traduzir é reinventar.
(Haroldo Campos e Augusto Campos)*

1. Considerações iniciais

O eminente poeta americano Robert Frost costumava dizer que a poesia é daquele tipo de texto que se perde na tradução. Como poeta, ele certamente sabia que aquilo que criava não era, de todo, decifrável por outros, haja vista sua verve emocional e intrasubjetiva em suas criações poéticas. Por essa razão, Frost defendia que a poesia arbitrava, enquanto linguagem, no plano da *intraduzibilidade*. A característica apontada por Frost é, segundo Boris Schnaiderman, a mola propulsora da tradução. Como um dos mais importantes tradutores do russo no Brasil, Schnaiderman (2015, p. 22) advertiu os tradutores de que é preciso “traduzir justamente aquilo que se considera impossível na língua de chegada”. Essa posição acompanha a reflexão de outros grandes mestres brasileiros da tradução como os irmãos Campos, Décio Pignatari e Paulo Rónai de que o interessante na tradução é justamente o intraduzível.

A poesia representa, ainda, grandes desafios para os tradutores. Desafios que arbitram desde a condição intrasubjetiva dos sentidos atribuídos pelo poeta na totalidade discursiva do poema até a dimensão verbal, expressa na articulação fonético-fonológica, rítmica e versal de como esses criadores deixam transparecer esses sentidos. Se recuperarmos as funções da linguagem debatidas pelo linguista russo Roman Jakobson (2010a) em seu clássico ensaio “Linguística e Poética”, veremos que a função poética, conforme defende, mesmo estando presente em outros usos da linguagem, apresenta o poema enquanto unidade textual de maior representação se caracterizando pelo “ênfase da mensagem por ela própria” (p. 163). Neste mesmo ensaio, Jakobson (2010a) empreende uma descrição cuidadosa sobre a constitutibilidade da função poética na poesia – gênero com grau elevado desta função – por meio de análises das formas como os poemas, enquanto unidades materiais destes tipos de textos, são compostos. Segundo o linguista,

na poesia, e em certa medida nas manifestações latentes da função poética, sequências delimitadas por fronteiras de palavras se tornam mensuráveis quer sejam sentidas como isocrômicas ou graduais [...] Somente na poesia, com sua

reiteração regular de unidades equivalentes, é que se tem experiência do fluxo verbal, como acontece – para citar outro padrão semiótico – com o tempo musical (Idem, p. 166).

Jakobson (2010a, p. 167), neste ensaio, também acentua a dimensão sonora deste tipo de texto recuperando o padre jesuíta Gerard Manley Hopkins, um dos mais eminentes poetas da literatura inglesa, que definia o verso como “um discurso que repete, total ou parcialmente, a mesma figura sonora”. A partir desta concepção, o linguista adensa a reflexão sobre o papel das unidades fonológicas na construção do verso na poesia debatendo e explorando de que forma as sílabas são compostas e articuladas por meio da dimensão fônica produzida em algumas línguas. Um exemplo de seu interesse na produção fônica em poemas pode ser observado quando o linguista apresenta e discute o verso tonemático: “permanece em aberto a questão de saber se, além do verso acentual e quantitativo, existe um tipo ‘tonemático’ de versificação nas línguas em que as diferenças de entonação sejam usadas para distinguir os significados das palavras” (JAKOBSON, 2010a, p. 171). Outro exemplo é quando Jakobson analisa versos produzidos no chinês: “Enquanto a versificação chinesa se apresenta como uma variedade de verso quantitativo, o verso dos enigmas efik está vinculado ao acentual comum por uma oposição de dois graus de proeminência (força ou altura) do tom vocal” (Idem).

Em outro conhecido ensaio, “Aspectos Linguísticos da Tradução”, Jakobson (2010b) problematiza a questão da tradução desses tipos de textos. Após apresentar a tradução em três diferentes perspectivas – *interlíngua*, entre línguas diferentes, *intra-língua*, movimento de tradução no âmbito de uma mesma língua e *inter-semiótica*, entre sistemas de signos distintos – o linguista localiza a poesia na última salientando que

em poesia, as equações verbais são elevadas à categoria de princípio construtivo do texto. As categorias sintáticas e morfológicas, as raízes, os afixos, os fonemas e seus componentes (traços distintivos) — em suma, todos os constituintes do código verbal — são confrontados, justapostos, colocados em relação de contiguidade de acordo com o princípio de similaridade e de contraste, e transmitem assim uma significação própria. A semelhança fonológica é sentida como um parentesco semântico. O trocadilho, ou, para empregar um termo mais erudito e talvez mais preciso, a paronomásia, reina na arte poética; quer esta dominação seja absoluta ou limitada, a poesia, por definição, é intraduzível. Só é possível a transposição criativa (JAKOBSON, 2010b, p. 90).

O linguista russo possuía, perceptivelmente, como alvo de suas reflexões línguas cuja materialidade se constituía de unidades fonético-fonológicas de dimensão oral-auditiva, ou seja,

as línguas participantes do ato tradutório, embora escritas, eram desdobramentos da oralidade. Este aspecto é notório na discussão que Jakobson faz, por exemplo, sobre as questões sonoras das sílabas dos poemas que analisa. Para ele, “uma análise da textura sonora da poesia deve levar sistematicamente em conta a estrutura fonológica da linguagem dada e, além do código global, também a hierarquia das distinções fonológicas na convenção poética dada” (JAKBSON, 2010a, p. 198). Com base na discussão realizada por Jakobson, Faleiros (2015, p. 215) releva os impasses que tradutores de poesia vivenciam frente à dimensão sonora das línguas envolvidas no processo tradutório:

Como traduzir uma relação entre som e sentido em que as sequências fonológicas e aquelas formadas por unidades semânticas venham a constituir uma equação de igual maneira? A saída para o impasse passa, necessariamente, por uma escolha ou, se quisermos, uma hierarquização de que aspectos fonológicos e/ou semânticos são considerados mais relevantes.

Diante desse intenso debate sobre as formas *sonoras* em poesias e as problemáticas de tradução desses tipos de textos, questionamos sobre como seria, então, pensar na tradução, ou na *transposição criativa*, para usar a expressão jakobsoniana, de poesias envolvendo línguas de diferentes modalidades linguísticas como as línguas orais e as línguas de sinais. Obviamente que Roman Jakobson, assim como outros linguistas e estudiosos da linguagem do início e meados do século XX, não poderia ter abordado produções poéticas em línguas de sinais em suas reflexões, haja vista a invisibilidade que essas línguas estiveram submetidas devido à proibição de seu uso por meio do Congresso de Milão, em 1880, que persistiu por quase cem anos e a onda de oralização de indivíduos surdos em seus processos educativos levando ao apagamento das produções linguísticas e culturais das comunidades surdas ao redor do mundo. Por essa razão, nos parece injusto cobrar dele – e de outros autores modernos – uma reflexão sobre a tradução envolvendo pares linguísticos intermodais¹. Entretanto, as reflexões que Jakobson e outros estudiosos da tradução como Haroldo de Campos, por exemplo, realizaram são extremamente ricas e aplicáveis à essa realidade linguística e tradutória e um dos principais

¹ A expressão intermodal será utilizada para referenciar a relação entre línguas de diferentes materialidades e modalidades linguísticas: línguas orais-auditivas e línguas gesto-visuo-espaciais. Enquanto a primeira possui os articuladores internos que produzem uma materialidade sonora percebida/recebida pela audição, a segunda, que possui seus articuladores externos (mãos, braços, corpo, face, destacadas por seus parâmetros constituintes: Configuração de Mão, Ponto de Articulação ou Localização, Movimento, Orientação da Mão e Expressões não-manual Facial/Corporal), são produzidas espacialmente e percebidas/recebidas pela visão (QUADROS, 2006; QUADROS; LILLO-MARTIN; PICHLER, 2011; RODRIGUES, 2013).

motivos dessa aplicação se deve à realidade semiótica das línguas aí envolvidas: enquanto uma apresenta, dentre outras características, a linearidade como dimensão organizativa do nível fonético-fonológico a outra possui como principal aspecto dessa dimensão a simultaneidade. Logo a reflexão de Jakobson (2010, p. 163) de que “a função poética projeta o princípio de equivalência do eixo de seleção sobre o eixo de combinação”, ou seja, de que essa função permite ao enunciador transcender a língua e distorce-la do ponto de vista estético, precisa ser, no caso das línguas de sinais, melhor compreendida, haja vista que a concepção de paradigma e sintagma nessas línguas também é passível de novas reflexões devido à dimensão gesto-visual de sua materialidade².

Neste artigo, apresentamos uma discussão sobre o processo tradutório do poema em verso livre, produzido em língua portuguesa (LP), “Deficiência”, de Alexandre Filordi de Carvalho, para a língua brasileira de sinais (Libras). Buscamos desvelar os desafios de transcrição que este processo tradutório imputou à equipe de tradutores justamente pela diferença de modalidade apresentada entre as línguas envolvidas. Assumimos, neste texto, a necessidade de se pensar uma *transposição criativa*, conforme defendeu Jakobson (2010b), em processos tradutórios intersemióticos e seus efeitos na *transcrição*, conceito proposto por Haroldo de Campos (2006; 2013) a partir de sua prática e reflexão na mobilização criativa, de textos poéticos. Primeiramente, apresentaremos as bases teóricas da teoria da transcrição de Campos (2006; 2013) articulando-as com pesquisas sobre a produção e tradução de línguas de sinais para, na sequência, descrevermos o processo tradutório/transcriativo realizado pela equipe de tradutores do poema em tela.

2. Poesia e tradução: a necessidade de uma abordagem transcriativa

Haroldo de Campos, no Grupo Noigrandres, formado por ele, por seu irmão Augusto de Campos e por Décio Pignatari, inaugurou, na década de 1960, a primeira escola brasileira de tradução literária ao propor uma discussão sobre a tradução concreta de textos poéticos. Diante da complexidade semiótica presente em textos artísticos como a poesia, Haroldo de Campos lançou as sementes para um novo modo de pensar a tradução denominando o processo

² As concepções da Linguística Moderna são ainda engessadoras para a realidade das línguas de sinais. Saussure não observou línguas de sinais. Por essa razão, as chamadas dicotomias saussureanas aplicam-se, sem esforço, mais às línguas orais do que às de sinais. No que tange às línguas de sinais, alguns linguistas contemporâneos têm debatido esses conceitos em função da realidade material dessas línguas. Segundo Quadros (2006), as línguas de sinais revelam muito mais sobre a linguagem humana e sobre a questão das línguas do que se podem imaginar.

tradutório de textos poéticos como *transcrição* e, por consequência, inaugurando um novo *modus operandi* para o tradutor. Esse novo fazer justifica-se pelo fato de que, primeiro, conforme postula o próprio autor, a tradução nesta perspectiva apresenta um distanciamento da ideia naturalizada de tradução

ligada aos pressupostos ideológicos de restituição da verdade (fidelidade) e literalidade (subserviência da tradução a um presumido “significado transcendental” do original) – ideia que subjaz a definições usuais, mais “neutras” (tradução “literal”), ou mais pejorativas (tradução “servil”), da operação tradutora (CAMPOS, 2010, p. 79).

E segundo porque, ao assumir a dimensão criativa da tradução de poesias, Haroldo de Campos ressignificou o papel do tradutor de ser aquele que “apenas” transmuta de uma língua à outra para aquele que cria, recria, co-cria, ou seja, o tradutor é, também, um autor e por isso está presente na obra traduzida. Segundo Amaral (2013), a teoria de Campos foi tecida durante sua própria atividade de traduzir/transcriar textos literários clássicos de Dante, Homero, James Joyce, Mallarmé, Goethe, Maiakovski, Bashô, Octavio Paz, além de livros bíblicos do Antigo Testamento (Gênesis, Eclesiastes) de seus idiomas originais para a LP. Sua prática transcriadora foi apresentada pela primeira vez no artigo, de 1962, “Da tradução como criação e como crítica” e que foi somado à importante obra autoral denominada “Metalinguagem e outras metas” ([1967] 2006).

Neste clássico texto, Campos (2013) admite a tese da impossibilidade de traduzir textos artísticos de uma perspectiva clássica, “fidedigna”, e por isso assume a necessidade de se pensar em uma espécie de recriação dos textos em língua alvo (LA). Com esse movimento, o autor parece romper com as amarras que prendiam os tradutores de que a tradução deve expressar, de maneira fiel, o dito em língua fonte (LF) e, sobretudo, de que a poesia, conforme afirma Robert Frost, é intraduzível. A reflexão de Haroldo de Campos corresponde àquilo que Solange Mittman (2003, p. 22) chamou de “empecilho para a tradução ideal. Quer dizer, a subjetividade existe e não há como eliminá-la, infelizmente”. Na clássica concepção de tradução contestada por Campos e por Mittman

parece que é apenas sobre o texto e a língua que o teórico da tradução deve trabalhar buscando soluções e fazendo análises. Como se o texto e a língua fossem baús capazes de guardar o sentido, a mensagem, o conteúdo, ou a informação. E como se o sentido fosse universal, possível de ser transferido

de uma língua para outra, de um texto para outro. Nem se cogitam as condições de produção. (MITTMAN, 2003, p. 23).

O conceito de fidelidade e de literalidade no processo tradutório em Campos (2013) é refutado com o alerta de que há, certamente, a busca da produção do sentido produzido em língua fonte, mas se deve prezar pela inovação estética e o tradutor, como co-autor ou co-criador do “original”, tem total autonomia nesse processo criativo. A informação estética e a informação semântica, embora juntas, são abordadas distintamente do processo transcriador e, com isso, traduzir poesias configura-se na possibilidade de se pensar as diferentes informações que um texto poético produz. Para ele,

a tradução de poesia (ou prosa que a ela equivalha em problematicidade) é antes de tudo uma vivência interior do mundo e da técnica do traduzido. Como que se desmonta e se remonta a máquina da criação, aquela fragílima beleza aparentemente intangível que nos oferece o produto acabado numa língua estranha. E que, no entanto, se revela suscetível de uma vivisseccção implacável, que lhe resolve as entranhas, para trazê-la novamente à luz num corpo linguístico diverso. (CAMPOS, 2006, p. 43).

Em 1985, no II Congresso Brasileiro de Semiótica, realizado em São Paulo, Haroldo de Campos revisitou o seu artigo de 1967 a partir da leitura de dois grandes linguistas que discutem tradução: Roman Jakobson e Walter Benjamin. Do primeiro, Campos leu o importante ensaio de 1959 “Aspetos Linguísticos da Tradução” e do segundo, o texto “A tarefa do tradutor”, de 1921. A partir desta leitura, o autor debateu a física e a metafísica da tradução atribuindo o primeiro aspecto àquele e o segundo a este. Nesta conferência, intitulada “Da transcrição: poética e semiótica da operação tradutora” e publicada na obra “Haroldo de Campos – Transcrição” (cuja primeira edição é de 2013) organizada por Marcelo Tápia e Thelma Médici Nóbrega, Haroldo de Campos retoma suas reflexões iniciais e usa os textos convocados para endossar a tese da transcrição de textos poéticos problematizando o que ele designou de “dogma da intraduzibilidade”, aquele apresentado por Jakobson e debatido na introdução deste artigo, para textos poéticos. O autor defendeu, mais uma vez, uma ação *transcriadora* da tradução baseada, sobretudo, no cuidado e exploração das formas das línguas participantes do ato tradutório.

Para propor a *transcrição* de textos poéticos, Campos (2013, p. 85) elaborou o conceito de *isomorfismo* que diz respeito à relação entre os textos mobilizados (fonte e alvo) do ponto de vista estético. Para ele “original e tradução, autônomos enquanto ‘informação estética’,

estarão ligados entre si por uma relação de isomorfia; ‘serão diferentes enquanto linguagem, mas, como os corpos isomorfos, cristalizar-se-ão dentre de um mesmo sistema’”. Levando a cabo seu projeto teórico de refletir sobre a *transcrição* e subverter conceitos tradicionais e cristalizados no campo da tradução, Haroldo de Campos vai ainda mais longe ao inverter a objeção de que quanto mais difícil ou mais elaborado for o texto poético, mais se acentuaria o traço da intraduzibilidade. No caso da *recriação*, o autor afirma justamente o contrário: “Quanto mais inçado de dificuldades esse texto, mais recriável, mais sedutor enquanto possibilidade aberta de recriação” (CAMPOS, 2013, p. 85). E completa: “a disjunção poesia/prosa deixava de ser relevante frente a essa noção de ‘tradução criativa’ em que a condição de possibilidade se constituía, exatamente, com apoio no critério da dificuldade” (CAMPOS, 2013, p. 85).

O que seria, então, a operação transcriadora para Haroldo de Campos? A autonomia criativa do tradutor não seria, de certo modo, arriscada? O autor responde esses questionamentos ao dizer que o *médium* desse tipo de operação é a iconicidade do estético:

Traduzir a iconicidade do signo implica recriar-lhe a “fiscalidade”, a “materialidade mesma” (ou, como diríamos hoje, as propriedades do significante, abrangendo este, no meu entender, tanto as formas fonoprosódicas e grafemáticas da expressão, como as formas gramaticais e retóricas do conteúdo). Essas formas, por definição, seriam sempre “formas significantes”, uma vez que o “parâmetro semântico” (o significado, o conteúdo), embora deslocado da função dominante que lhe conferia a chamada tradução literal, termo a termo, não era vanificado (esvaziado), mas, ao contrário, constituía-se por assim dizer num horizonte móvel, num virtual “ponto de fuga” (CAMPOS, 2013, p. 85, aspas do autor).

A formulação de Campos (2013) está alinhada com aquilo que Jakobson denominou de *transposição criativa* e coloca, então, o tradutor na posição de um co-criador do texto a ser traduzido. Nessa direção, Haroldo de Campos (2013, p. 93, aspas do autor) chega às seguintes orientações sobre o processo transcriador:

Pedagogicamente, o procedimento do poeta-tradutor (ou tradutor-poeta) seria o seguinte: descobrir (desocultar), por uma “operação metalinguística” voltada sobre o plano formal (da expressão ou do conteúdo), qual o código de “formas significantes” de que o poema representa a mensagem ou realização *ad hoc* qual a equação de equivalência, de comparação e/ou contraste de constituintes, levada a efeito pelo poeta para construir seu sintagma); em seguida reequacionar os constituintes assim identificados, de acordo com critérios de relevância estabelecidos *in casu*, e regidos, em princípio, por um isoformismo icônico, que produza o mesmo sob a espécie da diferença na língua do tradutor (*paramorfismo*, com a ideia de paralelismo – como em

paráfrase, em *paródia* ou em *paragrama* – seria um termo mais preciso, afastando a sugestão de “igualdade” na transformação, contida no prefixo grego *iso-*). Os mecanismos da “função poética” instruíam essa “operação metalinguística”, por assim dizer, de segundo grau.

A teoria de Haroldo de Campos nos parece um tanto quanto apropriada para pensar e discutir a tradução de poesias entre línguas de diferentes modalidades. Dada a diferença material das línguas envolvidas em uma tradução intermodal – uma gestual e outra oral – o processo tradutório será ainda mais transcriativo. A dimensão oral de um signo linguístico não pode e nem deve ser tratado com equivalência em uma língua gesto-visual e, do contrário, a mesma coisa. Nas línguas orais, a composição rítmica, o verso, as métricas são de dimensões sonoras, perceptíveis auditivamente. Nas línguas de sinais, esses mesmos aspectos são construídos gesto-corporalmente, sobretudo pelos articuladores manuais, pelo movimento do tronco e pelas expressões não-manuais, faciais e corporais. Sendo assim, a fisicalidade do signo apontada por Campos aqui é dupla: o oral-sonoro sendo reconstituído pelo gesto-visual e vice-versa.

Como seria, então, pensar esse movimento transcriador em um processo de tradução cuja a língua-alvo seja uma língua de sinais? Antes de apresentarmos as possíveis respostas a essa pergunta a partir das soluções transcriativas produzidas a partir do poema “Deficiência” de Carvalho (2015), faz-se necessário compreender as especificidades materiais, linguísticas e discursivas de textos poéticos envolvendo línguas dessa modalidade.

3. Tradução/transcriação de poesias envolvendo línguas de sinais

Alguns estudos vêm observando a produção poética em línguas de sinais e refletindo sobre o processo de tradução desses textos. Sutton-Spence e Boyes Braem (2013), por exemplo, compararam a atividade de construção poética em língua de sinais com a produção de narrativas por atores que atuam com mímicas e pantomimas. Um dos aspectos observados pelas autoras foi a “antropomorfização” que corresponde à incorporação de entidades referenciais humanas e não-humanas durante a produção discursiva – tanto linguística, no caso dos declamadores surdos, quanto pantomímica, no caso dos atores. Segundo elas, a dimensão gesto-visual das línguas de sinais permite narrativas em primeira pessoa por meio da variação entre o uso de unidades gestuais lexicais ou não. Sutton-Spence e Boyes Braem (2013) observaram ainda que os poetas de línguas de sinais não precisam passar por uma seqüência demorada, como os atores, para descrever as personagens que buscam representar, mas podem tornar a identidade

dos referentes evidente para o público por meio de um signo lexical, além de ter disponíveis outros dispositivos linguísticos, como o uso de construções classificadoras. Por essa razão, podemos pensar que

assim como o poema escrito pode ser diferenciado, em um rápido olhar, da prosa escrita pela diagramação ou disposição dos elementos na página e a poesia recitada pode ser distinguida pelo estilo declamatório, a poesia sinalizada também possui características distintivas que a diferenciam da narração de uma história ou do uso cotidiano. (BARROS, 2015, p. 90).

Sutton-Spence (2005) identificou alguns dos elementos característicos de poesias produzidas em línguas de sinais pelos surdos e que marcam a diferença da prosa cotidiana nessa língua, são eles: *ambiguidade*, quando o mesmo sinal possui efeito de sentido duplo; *neologismos*, que corresponde à criação de novos sinais a partir de elementos visuais incomuns na sinalização prosaica; *morfismo*, que diz respeito à unificação de uma unidade lexical à outra na transição de um enunciado; *metáfora*, quando o sinalizante compõe elementos que, justapostos num primeiro momento, parecem não ter sentidos, mas, no todo, transparecem e/ou representam algo; *repetição*, quando alguma unidade linguística – um parâmetro fonológico, léxico/sinal ou uma unidade sintática inteira – é produzida sequencialmente mais de uma vez; *simetria*, quando as mãos produzem movimentos parecidos ou simultâneos; *personificação*, quando o sinalizante assume, em primeira pessoa, alguma personagem (humano, objeto, animal, etc); e *direção do olhar*, quando o próprio movimento dos olhos constrói unidades de sentido durante o texto poético.

Dentre essas características, Araújo (2013, p. 44-5) discutiu simetria e assimetria em produções poéticas na Libras mapeando, dentre outros aspectos, a relação entre as mãos e os chamados classificadores. Segundo a autora,

observa-se que nas poesias visuais em língua de sinais, especificamente no caso da Libras, naturalmente existem os signos verbais adaptados à linguagem poética sinalizada. Há aspectos verbais e não verbais presentes e, no caso de uma sinalização poética, os elementos não verbais são aqueles por trás do texto, ou seja, paralinguísticos. Conforme o plano de fundo do sinalizante, a composição das cores, o uso de imagens ilustrativas, os enquadramentos, todos os aspectos visuais fazem parte dos elementos não verbais. Esses aspectos, portanto, dialogam com a língua sinalizada no poema, porém a existência ou não de imagens varia de acordo com o contexto da tradução. Na produção sinalizada encontramos tanto poemas quanto poesia. Os poemas se caracterizam pela possibilidade de inserção de mudanças sutis nas configurações de mão (muitas vezes imperceptíveis) e com isso permitem a

criação de novos vocábulos a partir delas, sem uma preocupação com o conteúdo em si, mas sim com a forma.

Foi levando, também, em consideração esses aspectos que Souza (2008) traduziu e debateu as especificidades do poema em Libras “Bandeira Brasileira”, de autoria do ator surdo Nelson Pimenta, para LP escrita. Com base no concretismo do Grupo Noigrandres, Souza (2008) apresentou uma tradução *concreta e intersemiótica* a partir da visualidade constitutiva da construção poética realizada pelo declamador surdo. O autor dedicou-se à tradução na direção Libras>LP e o objetivo foi apresentar uma materialidade gráfico-visual do poema de Pimenta, conforme se pode observar abaixo:

Figura 1 - Trecho inicial do poema “Bandeira Brasileira” de Nelson Pimenta à esquerda e a solução tradutória realizada por Souza (2008) com base na poesia concreta do Grupo Noigrandres.



FONTE: Souza (2008, p. 323-335).

Segala (2010), que assumiu as diferenças semióticas entre línguas de sinais e línguas orais, discutiu o processo tradutório de textos em LP escrita para a Libras a partir de uma discussão sobre a dimensão intersemiótica/interlínque das línguas envolvidas no processo tradutório. A discussão realizada sobre a dimensão intermodal dessas línguas contribuiu para a reflexão de que além de interlínque a tradução envolvendo línguas orais-auditivas e gesto-visuais é, sobretudo, intersemiótica, visto a diferença material dos signos envolvidos no processo.

Barros (2015), que também assumiu uma postura transcriativa na tradução de textos intermodais, discutiu o processo de tradução de três poemas de Carlos Drummond de Andrade para a Libras, utilizando recursos inerentes à língua de sinais e à busca de imagens de termos referenciados pelo poeta. Para a autora, o poeta surdo “explora essa fronteira permeável entre a fonética e a fonologia para a produção de neologismos, morfismos” (idem, p 36). Nessa direção, ela buscou soluções tradutórias visuais para transparecer a semiótica visuo-espacial e

o movimento transcriador de uma tradução poética envolvendo línguas orais e escritas e línguas de sinais, conforme se pode notar abaixo:

Figura 2 - Solução tradutória mimética para o enunciado “a última rosa desfolha-se” do poema “Anúncio da rosa” de Carlos Drummond de Andrade.



Fonte: Barros (2015, p. 153-4).

A concepção de *transcrição* de Campos ultrapassa os limites do texto poético e reflete, diretamente, na mobilização de línguas e culturas em qualquer operacionalização do movimento tradutório e em qualquer gênero, ou seja, tanto na tradução – que envolve textos em registro – ou na interpretação – que media interações face-a-face. Essa aplicabilidade interessa significativamente aos estudos envolvendo línguas de sinais.

A atividade operacional de mobilização de línguas e culturas trabalhada desde o início deste texto é a tradutória, quando há maior possibilidade de recursividade e revisão ou, nas palavras de Nascimento (2016), quando há um espaço-tempo de produção expandido. A interpretação, outra atividade mediadora de línguas e culturas, mas caracterizada, sobretudo, pelas efemeridades e imprevisibilidades das interações face-a-face, pode, também, ser pensada de uma perspectiva transcriativa. Embora o texto todo marque tensões da ação criativa no processo tradutório e não seja objeto central deste texto a interpretação, parece-nos relevante uma pequena diferenciação dessas atividades, uma vez que, dentre as atividades que mobilizam línguas e culturas por mediação discursiva, a interpretação é a que mais mobiliza línguas de sinais.

No entanto, a tradução tem se mostrado uma atividade promissora na área da língua de sinais e tem sido produto de novas pesquisas. Outro adendo é que para muitos autores a criação discursiva está presente nas duas atividades por envolver movimento entre línguas, culturas e sujeitos em suas materialidades e experiências distintas. A atividade de tradução demanda - diferente da de interpretação, um processo de maior imersão no texto fonte, compondo um trabalho mais demorado, refletido e estudado. A interpretação configura-se pela ação imediata de tomada de decisões e escolhas na transposição de uma língua para outra. A tradução se difere por não acontecer no “aqui e agora”, na relação “face-a-face” como na interpretação. Para além

de marcar a ação tradutória como produto de relação entre textos escritos, há uma ampliação conceitual que a reconhece como recursiva, eternizando-se por haver um produto final. Deste modo, o tradutor tem mais tempo para refletir, buscar termos correlatos para o processo de transposição de sentido, entre outras formas de melhorar o produto final (NASCIMENTO, 2016).

Sobre a distinção entre tradução e interpretação de línguas de sinais, Quadros (2004) apresenta a seguinte posição, a de que a tradução da língua de sinais para outra língua perpassará o registro escrito, no nosso caso passamos do registro escrito para o registro filmico:

[...] poder-se-á ter uma tradução de uma língua de sinais para a língua escrita de uma língua falada, da língua escrita de sinais para a língua falada, da escrita da língua falada para a língua de sinais, da língua de sinais para a escrita da língua falada, da escrita da língua de sinais para a escrita da língua falada e da escrita da língua falada para a escrita da língua de sinais. A interpretação sempre envolve as línguas faladas/ sinalizadas, ou seja, nas modalidades orais-auditivas e visuais-espaciais. (QUADROS, 2004, p. 9).

Ainda que marcadas as distinções entre tradução e interpretação para efeito apenas de marcação da atividade realizada nessa pesquisa, tradução poética da LP para a Libras com um produto final para circulação, vale salientar que autores como Paes (1990) e Pagura (2003) entendem que há semelhanças na dupla atividade já que ambas se comprometem com a condução e transferência (na recriação) de sentido de uma língua para outra a fim de que a mensagem “cruze a chamada ‘barreira linguística’” (PAGURA, 2003, p. 223 – aspas do autor). E diante das considerações de Campos (2013) já apontadas sobre a criação ativa no processo tradutório, cruzar a barreira linguística, na busca da manutenção do sentido, no caso aqui, o literário, é fazer escolhas, comprometer-se e envolver-se com e no texto fonte. Ainda assim, o produto final nasce da hibridização do texto fonte no texto alvo.

Diante da ação transcriadora na tradução poética e do *paramorfismo* proposto por Haroldo de Campos, bem como dos estudos ligados ao mapeamento das diferentes semióticas e intermodais de poesias em línguas de sinais e línguas orais, apresentaremos, a seguir, o movimento *transcriador* do poema “Deficiência” de Alexandre Filordi de Carvalho.

4. Processo transcriativo do poema “Deficiência”, de Carvalho

Segundo Campos (2013, p. 46), “o problema da tradução criativa só se resolve, em casos ideais [...] com o trabalho de equipe, juntando para um alvo comum linguistas e poetas iniciados

na língua a ser traduzida”. Por essa razão, o processo tradutório a ser desvelado adiante foi realizado por uma equipe de três tradutores dentre os quais um é surdo e dois são ouvintes. O tradutor surdo que compôs a equipe é, além de falante nativo³ da língua alvo, Libras, ator e poeta. Os tradutores ouvintes são falantes nativos de LP e atuam como tradutores e como intérpretes de Libras em diferentes contextos. Os três, entretanto, além de tradutores, são professores em um curso de formação para tradutores e intérpretes de Libras e LP em uma universidade pública no interior do estado de São Paulo.

A tradução do poema “Deficiência”⁴, de Alexandre Filordi de Carvalho foi motivada, primeiramente, pela temática trabalhada pelo poeta presente nos jogos semânticos que faz com diferentes deficiências sensoriais e físicas na reflexão da condição humana de eterna falta e de constante “deficiência”, talvez menos marcadas socialmente. Essa tônica promove uma análise do que é eficiência: o que temos marcado como positividade e se, de fato, tal ponto de vista não é paradoxal. Carvalho (2015) problematiza a sua própria relação com a contagem do tempo, com a mobilidade, com o amor, com a compreensão, com a mudez, com a surdez e com a linguagem presentes em todo ser humano. A verve poética, nesse caso, é estabelecida, para além dos versos livres, na relação entre “deficiência”, título do poema, e “eficiência”, última palavra do poema. Ao colocar-se no encontro da obra, o leitor busca nas estrofes definições do que seriam deficiências humanas, suas marcas representacionais, e descobre que, na realidade, ela está em todos nós, “a falta de exatidão e de padrão único”, sendo constitutivo de nossa espécie.

³ Utilizaremos o termo nativo com muita cautela, apenas para marcar o uso de uma língua por um sujeito desde o nascimento, sendo a língua apresentada pelos pais. Todavia, salientamos nosso posicionamento em relação à constituição linguística e identitária ser híbrida, movediça e multiforme. Alinhado ao conceito de multilinguismo transcultural em Cavalcanti e Bortoni-Ricardo (2007), o sujeito se constitui no “contato” e “conflito” cultural (p. 9), no encontro entre os mais variados signos linguísticos, que, de algum modo, se conectam para o ato comunicativo. Assim, mesmo sendo, tais sujeitos, falantes desde a mais tenra idade da língua de sinais ou da língua portuguesa, as duas modalidades estão em contato, somando-se na constituição intersubjetiva dos falantes: tanto dos tradutores ouvintes que no seu percurso de vida entraram em contato com a língua de sinais e, ainda, foram incrustados por outras línguas orais que “sujam e somam” a língua portuguesa, quanto ao tradutor surdo, que morando no Brasil está em amplo contato com a língua portuguesa. Para finalizar essa problematização destacada importa ser feita para não oprimirmos formas inúmeras de manifestações linguísticas ao manter o mito monolíngue de que somos formados por uma única língua e mais como se em nosso país circulasse apenas uma única manifestação da língua portuguesa, a padrão. “O país mantém interna e externamente o mito de nação ‘monolíngue’, tornando, assim, invisíveis suas “minorias” linguísticas e socioculturais [...]. Nesse contexto é que se instala o prestígio de determinada norma da língua portuguesa e apagamento das línguas nacionais minoritárias (CÉSAR; CAVALCANTI, 2007, p. 50, grifo dos autores).

⁴ Para ver vídeo traduzido para a Libras, acessar: <https://www.youtube.com/watch?v=iNUQ-8FkYSU>. Acesso em: 22 mar. 2017.

A tradução em Libras desse poema circulou, num primeiro momento, no “I Colóquio Língua, Discurso e Poder: as línguas de sinais nos estudos da linguagem” realizado pelo Grupo de Estudos Discursivos da Língua de Sinais (GEDiLS) na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) no ano de 2015. O vídeo foi apresentado na abertura do evento antes da conferência proferida pelo autor, Alexandre Filordi de Carvalho, que abriu o Colóquio. A apresentação do poema, entretanto, tornou-se tônica de sua fala.

O encontro do poeta com a tradução de seu poema em Libras e com o tradutor surdo modificou a própria direção de discurso do autor no evento. Emocionado com o produto final, com a produção estética da Libras em seu poema, Carvalho refletiu e anunciou que aquela atividade conferia em outra autoria, a de Rimar Segala, um dos tradutores da obra – sendo este o que se tornou visível no vídeo, já que a língua de sinais convoca a aparição do corpo do sujeito no ato tradutório. Apresentamos abaixo o poema em LP:

DEFICIÊNCIA

Conto o infinito de
trás para frente
e me perco no meio

Corro atrás daquele velho
sonho e me canso após dez
passos

Juro amor ao outro
e vou traindo o meu amor
próprio

Sorrio do ser que tropeça
e sigo cacófato de mim
mesmo

Assusto-me com a mudez
mas não aprendo a calar-me
para ouvir

Grito ao surdo para
convencê-lo e não ouço a
minha própria voz

Questiono a compreensão
alheia e não decifro meu
destino

Convoco a razão para
justificar-me mas o meu
desejo é loucura

Acho que as escadas são as
patas da cidade
e esqueço que terei artrose,
e envelhecerei

Impaciento-me com a
lentidão alheia
e me demoro a decidir

Tento continuar o texto
e a palavra foge

E fugindo assim
já não defino mais
nada

E não a encontrando,
perco-me na trama,
e perdendo-me
acabado por me encontrar

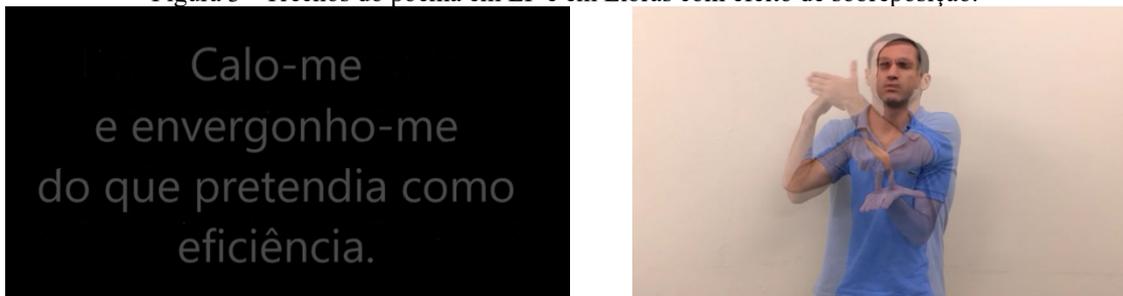
Calo-me
e envergonho-me
do que pretendia como
eficiência.⁵

Dois desafios se fizeram presentes na transcrição deste poema: (i) a tensão tradutória de construir o sentido de um texto poético mantendo, mesmo com a monologia deste gênero, a autoria imanente do autor do texto fonte; e (ii) o fato das línguas em questão serem de modalidades diferentes implicando, na esfera de recepção e circulação, para além dos efeitos linguísticos, enunciativos e discursivos, visibilidade empírica do tradutor. Todavia, como mencionado anteriormente, o processo de transcrição foi realizada por três tradutores (um surdo e dois ouvintes), ainda que o produto marque a aparição corporal de apenas um sujeito, e compreendeu, precisamente, quatro etapas:

⁵ O poema de Alexandre Filordi de Carvalho pode ser encontrado em seu Blog Bocoio. Disponível em: <https://bocoio.wordpress.com/2015/11/10/deficiencia/>. O autor publicou a versão em livro do Bocoio com outras poesias filosóficas distintas. Acesso em: 22 mar. 2017.

- (i) *Preparação*: estudo prévio, em equipe, do poema para compreender as intenções do autor na língua fonte e as relações lexicais e sintáticas construídas para marcar a contradição semântica entre “eficiência” e “deficiência”. Nesse primeiro momento, o tradutor surdo realizou uma leitura individual na LP para compreensão, sem interferências, do poema. Após essa leitura, pediu que os tradutores ouvintes explicassem os sentidos, estrofe a estrofe, sobre a compreensão deles. Os ouvintes, entretanto, ao realizar uma explicação do texto em LP produziram uma primeira tradução explicativa levando todos a dialogarem e debaterem os sentidos do texto. Foi interessante notar que, como falante nativo da Libras, o tradutor surdo atentou-se à compreensão dos ouvintes para, posteriormente, na produção, reelabora-la em um texto mais “nativizado” do ponto de vista surdo, ou seja, mesmo baseando-se na tradução ouvinte, o tradutor surdo marcou na transcrição do poema as chamadas normas surdas para a criação de poesias.
- (ii) *Produção*: divisão das estrofes por meio da marcação de sinais-referência para memorização no momento da tradução que se deu, dada à modalidade da língua alvo, por meio de gravação em vídeo. A gravação aconteceu por estrofes que, finalizadas, eram revistas pelos tradutores e refeitas quando necessárias. A sentença final sobre a manutenção ou refação do vídeo era do tradutor surdo que foi o protagonista desse movimento tradutório, haja vista que foi seu corpo-texto que ficou registrado na versão final do poema.
- (iii) *Edição*: quando os tradutores, juntos, decidiram a forma de circulação do poema. Foram discutidas formas de apresentação com legenda, sem legenda, paralelamente ou a apresentação apenas em Libras. Chegou-se, no entanto, à conclusão de que seria interessante a visualização das versões do poema sequencialmente, mas separadas. Primeiro a versão na LP e, na sequência, a versão em Libras por meio da exibição de um vídeo corrido com lâminas, na língua fonte com efeito de sobreposição na troca das estrofes do poema. Na sequência, o vídeo apresenta a tradução em Libras com o mesmo efeito visual apresentado em LP a fim de causar no leitor/visualizador a mesma impressão na mudança das estrofes. Foi usado o programa *Windows Movie Maker* para editar o vídeo e realizar os efeitos visuais a fim de marcar a mudança de estrofes:

Figura 3 - Trechos do poema em LP e em Libras com efeito de sobreposição.



Fonte: Produzido pelos autores.

(iv) *Revisão*: após a edição e finalização da edição, o vídeo foi revisto e finalizado para a exibição no evento.

5. Estratégias transcriativas

A discussão realizada pela equipe na *preparação* da tradução iniciou pelo título do poema. Embora a mesma expressão em LP suscite diversos sentidos e significados, em Libras essa distinção se dá pela mobilização e organização estrutural de diversos léxicos, organizando-os em diferentes expressões possíveis. Inicialmente, a equipe refletiu sobre o significado do termo “deficiência” no título do poema e concluiu que o autor não estava falando, necessariamente, da perspectiva biológica da pessoa com deficiência, retratado pelo aspecto fisiológico por meio de uma falta específica e orgânica, mas no sentido etimológico da palavra *faltar* – enquanto condição humana de constante incompletude, de *ausência*. Logo de início o foco se deu no questionamento do título e na motivação do autor na escolha do mesmo. Cogitou-se sobre essas diferentes possibilidades de construção de sentido em Libras a partir de alguns sinais específicos, já que o uso do termo “deficiência”, conforme apontado expandia-se para a um conceito filosófico.

O primeiro sinal debatido corresponde exatamente ao sentido ora refutado pela equipe na compreensão do poema: o de “pessoa com deficiência”. No Dicionário de Libras do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES)⁶ a glosa em LP “deficiência” para o sinal correspondente, por exemplo, não é encontrada, mas é possível achar dois equivalentes próximos ligados à condição de deficiência (Figura 4). O primeiro sinal encontrado, DEFICIENTE1, é produzido com a configuração de mão em “d” à frente do corpo, no espaço neutro à direita, com um movimento único de cima para baixo. No espaço designado à

⁶ Disponível em: http://www.ines.gov.br/dicionario-de-libras/main_site/libras.htm. Acesso em: 22 mar. 2017.

“acepção” da palavra buscada encontra-se a seguinte descrição “aquele que tem alguma deficiência”. O segundo sinal encontrado, DEFICIENTE2, é produzido com a mão em configuração em “b” com orientação para cima posicionada inicialmente na parte de cima do braço. O sinal é produzido com um movimento descendente até a região do pulso. No espaço designado à “acepção” da palavra pode-se ler a descrição: “aquele que tem uma lesão física no braço”. Voltando-se especificamente para a deficiência física, nesse sinal descrito, diferente do primeiro sinal apresentado que condensa todas as demais deficiências: física, sensorial, múltipla e síndromes.

Figura 4 - Sinais correspondentes para “deficiente”.



Fonte: http://www.ines.gov.br/dicionario-de-libras/main_site/libras.htm

Nenhum desses sinais corresponderiam ao sentido de “deficiência” presente no título e compreendido pela equipe, já que, no decorrer do poema, o poeta joga, semanticamente, com a dualidade entre presença/falta e deficiência/eficiência. Por essa razão, a solução transcritiva para o título foi a soletração manual da palavra em LP, “D-E-F-I-C-I-Ê-N-C-I-A”, e, na sequência, o uso do sinal FALTAR produzido com uma mão aberta com orientação da palma da mão para cima na base e a outra mão fechada tocando as pontas dos dedos (unidos) na palma da mão parada (conforme indicação da figura 5). No Dicionário de Libras do INES este sinal é apresentado, na acepção, “deixar de existir; não ter o suficiente”. Dois outros sinais são apresentados pelo dicionário para a glosa FALTAR, mas correspondem à *falta de presença*, por exemplo, “ele faltou ao trabalho”.

Figura 5 - Primeira possibilidade do sinal de “faltar” Dicionário de Libras do INES.



FALTARI

Fonte: http://www.ines.gov.br/dicionario-de-libras/main_site/libras.htm

A solução realizada na transcrição em Libras se deu a partir do uso do sinal FALTAR para suficiência. Devido as características do texto poético, o sinal, no caso, foi produzido com amplitude no movimento da mão ativa sobre a mão base e maior ênfase na expressão facial, retomando, para nós, nesse adensamento das expressões, a dimensão de incompletude, conforme pode-se notar abaixo:

Figura 6 - Solução transcriativa para o título “Deficiência”.



TÍTULO

FALTAR

Fonte: vídeo produzido pelos autores.

Em cada estrofe um novo desafio transcriativo nos impunha reflexão, debate e, sobretudo, atenção para as marcações e direcionamentos do tradutor surdo na busca de uma naturalização maior do texto fonte para o texto alvo. Conforme Campos (2013), a tarefa de recriação exige “uma dedicação amorosa e pertinaz”, e ainda, “olho criativo” (p. 17). A metáfora do olho é bem-vinda quando se pensa a tarefa de versar de uma língua oral para uma gestuo-visual. A “escuta” e “olhar atento” ao surdo é elemento fundamental no processo tradutório e foi o diferencial para o resultado final desse trabalho. A primeira estrofe, “*conto o infinito de trás para frente e me perco no meio*”, demandou esforço criativo para manutenção do sentido que, pela teoria camposiana, só é possível na reconfiguração da estrutura apresentada, transformando-a em outra “informação estética” (p. 4), tão nova e tão densa quanto a primeira.

Figura 7 - Solução transcriativa para a primeira estrofe do poema.



PASSADO

TRAZER PASSADO

AVANÇAR



EU AQUI MEIO

FIXO CONFUSO

Fonte: vídeo produzido pelos autores

A solução apresentada nessa estrofe traz marcas estéticas que foram reproduzidas ao longo da criação em Libras. O posicionamento corporal do tradutor surdo, ao deslocar seu corpo, fazendo movimento para trás, no início do texto e voltando-se para frente, ao final de cada estrofe promove uma sensação visual de tensão, de dualidade, de instabilidade, própria à condição humana – reproduz algo que fica visível na leitura do original, a partir da relação com o movimento rítmico que seu corpo produz, coloca o leitor na tensão e dualidade posta no mundo e na constituição dos sujeitos. Na figura 8 podemos perceber a estratégia corporal da finalização de cada estrofe com a projeção do corpo para frente.

Figura 8 - Movimento corporal para frente.



Fonte: Vídeo produzido pelos autores.

Outros elementos textuais em Libras poderiam ser acrescentados nessa análise, mas para finalizar a discussão que por hora propusemos, traremos a versão da escolha final do poema: “*Calo-me e envergonho-me do que pretendia como eficiência*”. No início a escolha lexical para *deficiência* foi o conceito/léxico de *falta*, próprio a condição humana de instabilidade e incompletude, conforme apontado. O texto original finaliza com o questionamento de eficiência e em Libras, o questionamento volta-se sobre a existência: voltar-se para si e questionar esse “eu” que existe, de como me encontro, ou me percebo, marcando sim as faltas/incompletudes, mas apontando a insistência da vida, com inúmeras possibilidades. Em Libras o trocadilho ou a relação semântica ficou na dualidade entre a FALTA/TER POSSIBILIDADES; o que em português grafou-se na DEFICIÊNCIA/EFICIÊNCIA. Escolhas

distintas, criativas dentro das possibilidades estéticas que a língua alvo permitiu naquele momento, pelos caminhos possíveis, a realização transcriativa que o tradutor surdo narrou, projetando as marcas e reflexões da equipe.

Figura 9 - Escolhas lexicais para a finalização do poema.



Fonte: Vídeo produzido pelos autores.

Nota-se na figura 9 a estratégia corporal rítmica produzida apenas na versão em Libras, no primeiro quadro (TER) o corpo do tradutor fixa no espaço neutro. Já no segundo (EXISTIR) o corpo é projetado para frente, na afirmação da vida e finaliza com a projeção para trás, diferente das demais estrofes que o fechamento se deu com o corpo projetado para frente. Nesse último trecho que fecha a poesia, o corpo fica projetado para trás, marcando o término da obra e as possibilidades que o sujeito possui diante dos dramas da existência. Diante dos resultados, convocamos Campos (2013) em sua bela afirmação que a “tradução de poesia, é pois, substituição de um código especialíssimo e fragílimo por outro de análoga natureza e propriedades” (p. 24). Tarefa nada fácil, pois “trata-se de um complexo *decifrar* para um novo e complexo *cifrar*” (p. 24 – grifo do autor).

6. Considerações finais

Problematizar a tarefa densa do tradutor, colocando-o como transcriador é alçar outro olhar para a atividade tradutória. Pensá-la como prática que envolve amor, compromisso e ato criativo é sem dúvida apontar a continuidade da existência do texto grafado em uma língua, estendendo-o em outro código linguístico, por meio de uma sobrevida outra, com as imposições e possibilidades que a nova língua permite. Problematizar a tradução de poesias no trânsito de uma língua oral-auditiva para uma língua gesto-visual é, sem dúvida, permitir a aparição de outras formas poéticas e estéticas, só possíveis nessa língua e nessa modalidade. Significa alçar-se na diferença e nela possibilitar a afecção estética que a arte propicia.

Diante da pluralidade teórica existente no campo dos estudos da tradução, *a da transcrição* nos pareceu a mais oportuna para as análises propostas. Tal atividade, conforme descrito anteriormente, é tomada como arte inventiva, na medida em que a tradução do que parece impossível, possibilita a ação criativa do novo (CAMPOS, 2013). É exatamente a impossibilidade aparente que gera a própria criação e re-inscrição num novo código linguístico, impondo-lhe novas regras e outra estética. Campos (2013), citando Paulo Rónai, afirma que “traduzir é a maneira mais atenta de ler” (p. 14). Na atividade tradutória a equipe pode vivenciar a afirmação feita, ao debruçar-se arduamente no poema original, buscando paralelos possíveis na língua de sinais, a atenção na leitura teve que ser redobrada. Leitura ativa, buscando pistas para a versão e manutenção viva da obra em Libras.

Não pretendemos esgotar o assunto com esse artigo, mas trazer à tona a necessidade de expansão conceitual da tradução de poesia pela teoria transcriativa. Além disso, a tradução de poesias da LP para a Libras é uma forma de ampliar o repertório cultural, lexical, hibridizando e aproximando as modalidades linguísticas, mantendo o conceito do belo e da arte em suas diferenças. Exercício complexo para o transcriador que deve repensar qual o objetivo da versão, atentando-se para a manutenção do enigma poético e estilístico do TF, buscando estratégias linguísticas que possibilitem tal efeito no TA. Sabendo que o receptor poderá olhar para o produto final sentindo desconforto, falta de clareza, não linearidade pelo uso excessivo de metáforas, próprio da linguagem poética – linguagem essa que se configura na estrutura discursiva e monológica. Isso nos leva a concluir, então, que a transcrição não finda no término do processo tradutório, indo muito além do produto final. Atinge e afeta ao leitor que, em outra posição, também construirá uma relação afetiva e interpretativa da obra, transcriando-a diante da sua realidade e em seus contextos.

Referências

AMARAL, B. H. R. Haroldo de Campos e a tradução como prática isomórfica: as transcrições. *Eutomia*, Recife, v. 11, n. 1, p. 261-268, jan./jun. 2013.

ARAÚJO, F. M. **Simetria na Poética Visual na Língua de Sinais Brasileira**. 2013. 149 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Florianópolis, SC, 2013.

BARROS, T. P. **Experiência de tradução poética de português/libras: três poemas de Drummond**. 2015. 172 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) – Universidade de Brasília, Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução. Brasília, DF, 2015.

CAMPOS, H. Da transcrição: poética e semiótica da operação tradutora. In: TÁPIA, M.; NÓBREGA, T. M. (Org.). **Haroldo de Campos – Transcrição**. 1ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

_____. Da tradução como criação e como crítica. In: CAMPOS, H. **Metalinguagem e outras metas: ensaios de teoria & crítica literária**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

CARVALHO, A. F. Deficiência. **Bocoio**. Blog, 2015. Disponível em: <https://bocoio.wordpress.com/2015/11/10/deficiencia/>. Acesso em: 16/10/2017.

CAVALCANTI, M. C; BORTONI-RICARDO, S. M. (Org.). **Transculturalidade, linguagem e educação**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007.

FALEIROS, A. Tradução & poesia. In: AMORIM, L. M.; RODRIGUES, C. C.; STUPIELLO, E. N. A. **Tradução & perspectivas teóricas e práticas**, São Paulo: Editora Unesp Digital, 2015.

JAKOBSON, R. Aspectos linguísticos da tradução. In: JAKOBSON, R. **Linguística e Comunicação**. 22ª ed. Trad. Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 2010a.

_____. Linguística e Poética. In: JAKOBSON, R. **Linguística e Comunicação**. 22ª ed. Trad. Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 2010b.

MITTMANN, S. **Notas do tradutor e processo tradutório: análise e reflexão sob uma perspectiva discursiva**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

NASCIMENTO, M. V. B. **Formação de intérpretes de Libras e Língua Portuguesa: encontros de sujeitos, discursos e saberes**. 2016. 318 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Programa de Estudos Pós-graduados em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, SP, 2016.

PAES, J. **Tradução: a ponte necessária – aspectos e problemas da arte de traduzir**. São Paulo: Ática, 1990.

PAGURA, R. A interpretação de conferências: interfaces com a tradução escrita e implicações para a formação de intérpretes e tradutores. **D.E.L.T.A.**, São Paulo, v. 19, n. esp., 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/delta/v19nspe/13.pdf>. Acesso em: 4 jan. 2017.

QUADROS, R. M. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2004.

_____. Efeitos de modalidade de língua: as línguas de sinais. **Educação Temática Digital**, Campinas, v. 7, p. 168-178, 2006.

QUADROS, R. M.; LILLO-MARTIN, D.; PICHLER, D. C. Desenvolvimento Bilíngue Intermodal: Implicações para Educação e Interpretação de Língua de Sinais. In: MOURA, M. C.; CAMPOS, S. R. L.; VERGAMINI, S. A. A (Org.). **Educação para surdos: práticas e perspectivas II**. São Paulo: Santos, 2011.

RODRIGUES, C. H. **A interpretação para a língua de sinais brasileira**: efeitos de modalidade e processos inferenciais. 2013. 253 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG, 2013.

SCHNAIDERMAN, B. **Tradução, ato desmedido**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

SEGALA, R. R. **Tradução intermodal e interssemiótica/interlingual**: português brasileiro escrito para Língua Brasileira de Sinais. Florianópolis, 2010. 74 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Florianópolis, SC, 2010.

SOUZA, S. X. Traduzibilidade poética na interface Libras – Português: aspectos linguísticos e tradutórios com base em Bandeira Brasileira de Pimenta (1999). In: QUADROS, R. M.; STUMPF, M. (Org.). **Estudos Surdos IV**. Petrópolis: Arara Azul, 2009. Série Pesquisas.

SUTTON-SPENCE, R.; BOYES, BRAEM, P. Comparing the Products and the Processes of Creating Sign Language Poetry and Pantomimic Improvisations. **Journal of Nonverbal Behavior**, San Francisco, n. 37, p. 245–280, 2013.

SUTTON-SPENCE, R. **Analyzing Sign Language Poetry**. London: Macmillan, 2005.
<https://doi.org/10.1057/9780230513907>

Artigo recebido em: 22.03.2017

Artigo aprovado em: 11.05.2017